FACULDADE
ViaSapiens
PRESENCIAL E EAD

VI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

2025

Organizadores

Prof. Me. Francisco Danilo de Souza Gomes

Prof. Me. Raphael Gomes Viana

Prof. Me. Francisco Wótila Carneiro Cruz

Profa. Ma. Amanda de Lima Silva

O conteúdo técnico-científico, bem como, a revisão ortográfica destes anais são de inteira responsabilidade dos autores.

TIANGUÁ – CE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

VI encontro de iniciação científica 2025 [livro eletrônico] / coordenação Francisco Danilo de Souza Gomes...[et al.]. -- Tianguá, CE : Ed. dos Autores, 2025.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-01-69732-1

1. Educação 2. Formação docente - Metodologias ativas 3. Interdisciplinaridade na educação 4. Pesquisadores - Brasil I. Gomes, Francisco Danilo de Souza. II. Viana, Raphael Gomes. III. Cruz, Francisco Wótila Carneiro. IV. Silva, Amanda de Lima.

25-302183.0 CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

COMISSÃO CIENTÍFICA DO VI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Prof. Me. Raphael Gomes Viana

Profa. Me. Amanda de Lima Silva

Prof. Me. Francisco Danilo de Souza Gomes

Prof. Me. Francisco Maxwanio Parente de Vasconcelos

Prof. Me. Francisco Wótila Carneiro Cruz

EQUIPE EDITORIAL

Capa

Matheus Pereira Câmara Lucas

Diagramação

Francisco Danilo de Souza Gomes

Revisão ortográfica

Responsabilidade dos autores

"Educação não transforma o mundo, educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo".

Paulo Freire

PREFÁCIO

Este livro de Anais contém os Resumos Simples aceitos para apresentação no VI Encontro de Iniciação Científica da Faculdade ViaSapiens, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2025, na cidade de Tianguá – CE.

Em seu primeiro dia, o VI Encontro de iniciação científica fomentou o conhecimento da comunidade acadêmica da serra da Ibiapaba através de palestras com temáticas nas áreas do Ensino, Extensão Universitária e Pesquisa Científica, contando com a participação do Prof. Dr. Emanoel Pedro Martins Gomes Gomes, Professor do Curso de Letras/Português da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Por sua vez, em seu segundo dia, o evento foi agraciado com a apresentação dos Resumos produzidos pela comunidade acadêmica que se fazia presente, contando com a participação de alunos (as) dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade ViaSapiens, bem como, Advogados, Médicos, Enfermeiros e dentre outros profissionais, ocorrendo, dessa forma, uma valorosa troca de conhecimento e de experiências.

Na condição de coordenador do Núcleo de Pesquisa desta Faculdade, reconheço que este evento foi essencial para fortalecer a cultura da pesquisa entre nossos alunos, estimulando a produção de conhecimento e a capacidade crítica no contexto acadêmico e regional. Além de incentivar a reflexão científica, a iniciativa contribuiu para consolidar práticas investigativas que dialogam com os desafios da Serra da Ibiapaba. Afinal, acreditar na pesquisa é acreditar na autonomia dos sujeitos e na construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Portanto, acredito que este livro de Anais contém Resumos com a mais alta qualidade técnica-científica, sendo contemplado com materiais das mais variadas áreas de ensino, isto é, administração de negócios, direito, filosofia, sociologia, medicina, dentre inúmeras outras.

Neste contexto, desejo a todos uma excelente leitura!

Tianguá, Ceará.

12 de setembro de 2025.

Prof. Me. Francisco Danilo de Souza Gomes
Coordenador do Núcleo de Pesquisa da Faculdade ViaSapiens

SUMÁRIO

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O IMPACTO NA RELAÇÃO DE TRABALHO: DIREITOS E DEVERES 50

Nonato Filho Tavares de Moura 50

Francisco Danilo De Souza Gomes 50

ALÉM DO GIZ: INOVAÇÃO E ENGAJAMENTO COM METODOLOGIAS ATIVAS. 51

Amanda dos Santos Marques; 51

Ana Carolina Fernandes de Morais; 51

Antonio Josué Carvalho Lima; 51

Íris dos Santos Timbó 51

ENTRE PALAVRAS E SILÊNCIOS: A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SOFRIDA POR PROFESSORES NAS ESCOLAS. 52

Antônia Ingrid Fernandes de Morais ; 52

Mikaely Silva Oliveira ; 52

Ana Carolina Fernandes de Morais ; 52

Íris dos Santos Timbó 52

ACOLHIMENTO E CUIDADO: ENFERMAGEM FRENTE À SINDROME DE GUILLAIN-BARRÉ, UMA REVISÃO DESCRITIVA 53

Maria Giovanna Cardoso dos Santos 53

Antonio Rafael Coelho Jorge 53

A CRIMINALIDADE EM REGIÕES DE FRONTEIRA INTERESTADUAL: DESAFIOS JURÍDICO-PENAIS NA SERRA DA IBIAPABA (CE-PI). 54

Rayana Larissa Vieira Braga 54

Maria Clara Vieira Fernandes
Jhonny Vieira Brito 54

TRIBUTAÇÃO NO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA E INCENTIVOS FISCAIS 55

Maria Alice Nereu Soares 55

Francisca Carla Gomes de Sousa Silva 55

Francisco Danilo de Souza Gomes 55

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS SEUS IMPLEMENTOS NO EMPREEDEDORISMO BRASILEIRO. 56

Pedro Henrique Araujo Amaral ; 56

Francisco Danilo de Souza Gomes 56

A INTEGRAÇÃO ENTRE RECURSOS HUMANOS E A SEGURANÇA DO TRABALHO 57

João Olavo Dias Filho 57

Marta Cleuma Aragão Sousa 57
Ana Kécia Gomes Souza 57
Antônia Ingrid Fernandes de Morais 57
O PAPEL DO ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO) NAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS 58
Nonato Filho Tavares de Moura 58
Maria Clara de Lima Rogerio 58
Thales Cavalcante Linhares 58
José Joel Linhares Feijó 58
Priscila Márcia passos Carvalho 58
O ESTADO LAICO E A RELIGIÃO NA ESFERA PÚBLICA DAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS 59
Marina Gabryeli Fontinele Taboza 59
Dávila Brito Sousa 59
João Victor Alves Vasconcelos 59
Daniel Rocha Chaves 59
USO INDISCRIMINADO DE MULTIVITAMÍNICOS 60
Kaylane Ferreira da Silva 60
Vitória Araújo Duarte 60
Bernardo Rodrigues Lima 60
Valecia Natalia Carvalho da Silva 60
VIOLÊNCIA POLITICA CONTRA MULHERES 61
Francisco Brayan Fonteles Matias 61
João Victor Dantas Da Silva 61
Raphael Gomes Vianna 61
ENTRE O LUTO E A MELANCOLIA: UMA PERSPECTATIVA PSICANALÍTICA SOBRE A PERDA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL 62
Sabrynna Ponce Rocha Vasconcelos 62
Guadalupe Silva lourenço 62
João Paulo Alves da Silva 62
Íris dos Santos Timbó 62
A ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS NA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO COMO PILAR DA PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS 63
Nonato Filho Tavares de Moura 63
Maria Clara de Lima Rogerio 63
Thales Cavalcante Linhares 63

José Joel Linhares Feijó 63
PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO 64
Lana Daice de Sousa Chaves Fontenele 64
Antonia Ingrid Fernandes de Morais 64
ENTRE PALAVRAS E SILÊNCIOS: A LINGUAGEM COMO FERRAMENTA DE CUIDADO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA 65
Daniele Kessia Coelho de Araújo ; 65
Sansara Araújo Silva ; 65
Francisca Joice Magalhaes de Araújo ; 65
Íris dos Santos Timbó 65
A ADVOCACIA DATIVA NO CEARÁ: ANÁLISE DE DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 66
João Ferreira de Aguiar Neto 66
Paula Laís Cunha da Silva 66
Leonardo Vasconcelos Cunha 66
Fernanda Elisabeth de Lima Castelo Branco 66
A LEI N°12.529, PROIBIÇÃO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA QUE POSSAM TER EFEITO A REDUÇÃO DA CONCORRÊNCIA 67
Antonia Clara de Assis Vieira 67
Bárbara Farias Moreira 67
Isabelly Nunes Soares 67
Luciane dos Santos Jácome 67
AS CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO ALIENANTE E DA DESUMANIZAÇÃO NA SAÚDE MENTAL DO OPERÁRIO: UMA ANÁLISE DO FILME O OPERÁRIO 68
Maria Vitória dos Santos Silva 68
Larissa Maria Ribeiro Fernandes 68
Maria Sadara de Sousa Pinheiro 68
LGPD E COMÉRCIO ELETRÔNICO: RISCOS E OPORTUNIDADES 69
Nonato Filho Tavares de Moura 69
Maria Clara de Lima Rogerio 69
Thales Cavalcante Linhares 69
José Joel Linhares Feijó 69
DIREITO À IGUALDADE E À LIBERDADE SEGUNDO O ARTIGO 5° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 70
Iasmim Constância Medeiros Gonçalves. 70
Rayane Silva Brito. 70
Francisca das Chagas Gomes Neris. 70

Francisco Danilo de Souza Gomes. 70
A RELEVÂNCIA DO DIREITO DO CONSUMIDOR E OS EFEITOS PRÁTICOS DA SUA APLICAÇÃO 71
Ana Quécia Gomes da Costa 71
Joziele Humildes Santiago Carvalho 71
Daniel de Vasconcelos Mello 71
O USO DOS CANABINOIDES COMO ESTRATÉGIA TERAPÊUTICA NA DOENÇA DE ALZHEIMER 72
Maria Eduarda Brito de Sousa 72
Flávio Marques Damasceno 72
Fablicia Martins de Souza[3] 72
INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA INVOLUNTÁRIA: ENTRE A PROTEÇÃO LEGAL E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS 73
Izabele do Nascimento Silva 73
Juliana Lima Gonçalves 73
Melissa de Andrade Medeiros e Moita Carneiro 73
O COMBATE A PRÁTICA DO RACISMO NO BRASIL 74
Ana Quécia Gomes da Costa 74
Joziele Humildes Santiago Carvalho 74
Manuel Aurelio Alves da Costa 74
Francisco Danilo de Souza Gomes 74
A FISCALIZAÇÃO DA LGPD PELA ANPD: PODERES E LIMITES DE ATUAÇÃO 75
Nonato Filho Tavares de Moura 75
Maria Clara de Lima Rogerio 75
Thales Cavalcante Linhares 75
José Joel Linhares Feijó 75
INCISO VI DO ARTIGO 5° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL : UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL E SOCIAL. 76
Antonia Yasmin Ribeiro Isaias 76
Antônio Edvando da Silva Nascimento 76
Camila Rayssa Gomes dos Santos 76
Francisco Danilo de Souza Gomes 76
MICROPLÁSTICOS E NANOPLÁSTICOS EM ALIMENTOS: DESAFIOS À SAÚDE GASTROINTESTINAL E AO ESTADO NUTRICIONAL, UMA REVISÃO INTEGRATIVA. 77
Francisca Irismar de Almeida Oliveira 77
Alícia Aparecida Santos Araújo 77
Orientador: Antônio Rafael Coelho Jorge 77

O ACESSO À EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL E DEVER DO ESTADO 78
Iasmim Constância Medeiros Gonçalves 78
Antonia Yasmin Ribeiro Isaias 78
Edson Farrapo Bento 78
Francisco Ronniere da Silva 78
A COMPLEXIDADE DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA GESTÃO MUNICIPAL BRASILEIRA: ANÁLISE DETALHADA DAS BARREIRAS TÉCNICAS, LEGAIS E FINANCEIRAS ENFRENTADAS PELOS MUNICÍPIOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 79
Alexandre de Sousa Freires 79
Paulo Rafael Sousa Silva 79
Leandro Lima Valencia 79
A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA NA SOCIEDADE 80
Melissa Tágila Silva de Oliveira 80
Jose Nilton da Silva 80
Manoel Aurélio Alves da Rocha 80
Raphael Gomes Viana 80
A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO COMO CUIDADO DA SAÚDE MENTAL 81
Ana Patrícia Marques da Cruz Fontenele 81
Karina Maria Oliveira da Silva 81
Naianny Costa Sá 81
Kelma Costa de Souza 81
EDUCAÇÃO DIGITAL E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE PRIVACIDADE DE DADOS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS 82
Nonato Filho Tavares de Moura 82
Maria Clara de Lima Rogerio 82
Thales Cavalcante Linhares 82
José Joel Linhares Feijó 82
A IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. 83
Camille Vitória Mota Almeida 83
Leonardo Vasconcelos Cunha 83
Zaida Maria Cunha Vasconcelos 83
Francisco Danilo de Souza Gomes 83
A INCONSTITUCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA DE CARÊNCIA DE 10 MESES ANTERIORES AO NASCIMENTO DA CRIANÇA, ADOÇÃO OU ABORTO NATURAL PARA A CONCESSÃO DO SALÁRIO – MATERNIDADE 84

Antônio Francivan Albuquerque dos Santos 84
Hellen Cristina Costa Rocha 84
Hilary Mota Pimentel 84
Benedito Yuri Azevedo Aguiar 84
A ORDEM QUE EXCLUI: A TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS E O PUNITIVISMO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO. 85
Maria Clara Vieira Fernandes 85
Rayana Larissa Vieira Braga 85
Yuri Aguiar 85
A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 86
Anne Louise Felicio Moita 86
Maria Diovana Brito Fontenele 86
Mayara Portela Moita 86
Fabricy Fernandes Mota 86
ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES NO CUIDADO COM PACIENTES PARKINSONIANOS 87
Luciana de Olivindo Souza 87
Ruan Ribeiro Silva 87
Antônio Rafael Coelho Jorge 87
LGPD E OS DESAFIOS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS 88
Nonato Filho Tavares de Moura 88
Priscila Márcia Passos Carvalho 88
Thales Cavalcante Linhares 88
José Joel Linhares Feijó 88
INFLUÊNCIA DIGITAL NA FORMAÇÃO DE NOVAS LIDERANÇAS E NA CULTURA ORGANIZACIONAL 89
Érica Nayara Angelim de Araujo 89
Josiane Rodrigues Santos 89
Daniel de Oliveira Silva 89
João Harlley de Menezes Vasconcelos 89
A CONCEPÇÃO DE LOUCURA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIAL 90
Ana Lívia Sousa de Aguiar 90
Ana Caroline de Sousa Araújo 90
José Arthur Oliveira Reis 90
Luciane dos Santos Jácome 90

A IMPORTÂNCIA DA TRANSPARÊNCIA NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PARA PF E PJ 91
Nonato Filho Tavares de Moura 91
Maria Clara de Lima Rogerio 91
Priscila Márcia passos Carvalho 91
Thales Cavalcante Linhares 91
José Joel Linhares Feijó 91
CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES NORMATIVAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE 92
Ana Evillen Araujo Ferreira 92
Kassia Maria Rodrigues Fernandes 92
Othon Marques de Souza Furtado 92
João Harlley de Menezes Vasconcelos 92
CPI DAS APOSTAS ESPORTIVAS: IMPACTOS E DESDOBRAMENTOS NO 93
CENÁRIO NACIONAL. 93
Victória Albuquerque Sampaio 93
Ana Vitória do Nascimento Araújo 93
Ana Caroline de Souza Alves 93
Raphael Gomes Viana 93
MOBILIDADE URBANA E INCLUSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS “VANS ESCOLARES” PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA (PcD) 94
Ana Carolina Moreira Caminha; 94
Bárbara Farias Moreira; 94
Maria Gabriele de Paiva Damasceno; 94
Nhandeyjara de Carvalho Costa. 94
A IMPORTÂNCIA DE ENTENDERMOS ÀS ATRIBUIÇÕES IMPOSTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA AS FORÇAS POLICIAIS 95
Denize Albuquerque Menezes ; 95
Francisco Willamy Martins Araujo ; 95
Francisco Danilo de Souza Gomes 95
IMPACTOS AMBIENTAIS DA EXPLORAÇÃO DE URANIO E FOSFATO DA MINA DE ITATAIA (CE) E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 96
Paulo Ricardo Veira de Lima 96
Raphael Gomes Viana 96
CONSENTIMENTO E AUTONOMIA DO TITULAR DE DADOS NA ERA DIGITAL: IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL BRASILEIRO 97
Nonato Filho Tavares de Moura 97

Priscila Márcia Passos Carvalho 97
Thales Cavalcante Linhares 97
José Joel Linhares Feijó 97
REGISTRO EMPRESARIAL NA JUNTA COMERCIAL E AS CONSEQUÊNCIAS DAS SUA NA SOCIEDADE EMPRESARIAL 98
Jef Alves Ferreira 98
Luís Eduardo Gomes Araújo 98
Caue Nascimento 98
Francisco Danilo de Souza Gomes 98
IMPACTO DO TELEMONITORAMENTO NA ADESÃO TERAPÊUTICA E NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE: UMA REVISÃO DE LITERATURA 99
Virnya Maria Pimenta Silva 99
Vitoria Isterfany Pimenta Silva 99
A ECONOMIA E A ATUALIDADE NO SECULO XXI 100
Jennifer Alves Ferreira 100
Guilherme dos Santos Jacauna 100
Luciane dos Santos Jacome 100
ENTRE A NORMA E A REALIDADE: A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO 101
Antonio Jaison Fontenele Farias 101
Jordânia Fontenele Farias 101
Ana Vitória Ferreira da Silva 101
Francisco Ronniere da Silva 101
A LGPD E A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS EMPRESAS EM CASOS DE VAZAMENTO 102
Nonato Filho Tavares de Moura 102
Francisco Danilo De Souza Gomes 102
Thales Cavalcante Linhares 102
José Joel Linhares Feijó 102
O FASCÍNIO CULTURAL POR SERIAL KILLERS: UM FENÔMENO PSICOSSOCIAL 103
Talyta Silva Pereira 103
Rafaela Lima da Silva Dantas 103
Iris dos Santos Timbó 103
A DIFICULDADE DE ACESSO À JUSTIÇA NAS COMUNIDADES RURAIS DO NORDESTE 104
Denize Albuquerque Menezes ; 104
Ana Kassia Melo Souza ; 104
Caio Lemos Paixão ; 104
Raphael Viana 104

A APLICAÇÃO DA BIOMETRIA COMO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA NOS PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS DE USUCAPIÃO DE BENS MÓVEIS NO BRASIL 105
Nonato Filho Tavares de Moura 105
Maria Clara de Lima Rogerio 105
Priscila Márcia Passos Carvalho 105
Daniel Matos Falcão De Andrade 105
Larissa Alves Cordeiro 105
O IMPACTO ECONÔMICO DA MOROSIDADE DO JUDICIÁRIO NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS NO BRASIL: UMA ABORDAGEM MICRO E MACROECONÔMICA 106
Denize Albuquerque Menezes; 106
Ana Kassia Melo Souza; 106
Luciane dos Santos Jácome 106
EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012 107
Mathy Matias Pereira 107
Sônia Silva do Nascimento 107
Iara Tâmara Pessoa Paiva 107
SEGURANÇA JURÍDICA E TECNOLOGIA: A VIABILIDADE DO USO DA BIOMETRIA EM REGISTROS EXTRAJUDICIAIS DE PROPRIEDADE E DE NASCIMENTO 108
Nonato Filho Tavares de Moura 108
Maria Clara de Lima Rogerio 108
Francisco Danilo De Souza Gomes 108
Daniel Matos Falcão De Andrade 108
Larissa Alves Cordeiro 108
SÍNDROME DE MARFAN: ABORDAGEM DA FISIOTERAPIA EM UMA PACIENTE COM DISFUNÇÃO VESTIBULAR. 109
Camily Cunha Vasconcelos 109
Ana Lívia Bezerra 109
Karen Suenne Aguiar Ribeiro Pontes 109
Ana Glícia da Silva Menezes 109
A PATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS E A RESPOSTA ETICA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 01/2018. 110
Mikaely Silva Oliveira ; 110
Amanda dos Santos Marques ; 110
Ana Carolina Fernandes de Morais ; 110
Gilsiane Maria Vasconcelos Marques 110
A INTEGRAÇÃO ENTRE TECNOLOGIA BIOMÉTRICA E CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS: UM CAMINHO PARA MAIOR CONFIABILIDADE NOS ATOS REGISTRAIS. 111

Nonato Filho Tavares de Moura 111
Priscila Márcia Passos Carvalho 111
Maria Clara de Lima Rogerio 111
Daniel Matos Falcão De Andrade 111
Larissa Alves Cordeiro 111
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROJETO DE EXTERSÃO “O QUE SOU PARA ALÉM DA MATERNIDADE?” 112
Matheus Almeida da Silva 112
José Willer Moreira Teles 112
Prof. Esp. Iris Timbó 112
A APLICAÇÃO DO IN DUBIO PRO REO E A SUPERAÇÃO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE NO TRIBUNAL DO JÚRI 113
Lara Stéffany Brimes 113
Benedito Yuri Azevedo Aguiar 113
PERSPECTIVA PSICANALÍTICA ACERCA DA ALIENAÇÃO E PERDA DE IDENTIDADE OBSERVADAS NO FILME “TEMPOS MODERNOS” 114
Helenita Martins de Carvalho 114
Francisca Iara Aguiar e Silva 114
Heloiza da Silva Gomes 114
Iris dos Santos Timbó 114
IMPACTOS DO USO INDISCRIMINADO DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES: UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO 115
Helenita Martins de Carvalho 115
Francisca Iara Aguiar e Silva 115
Heloiza Silva Gomes 115
Gilsiane Maria Vasconcelos Marques 115
MÚSICA QUE TRANSFORMA: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E COMPORTAMENTAIS DO SOM 116
Stefany Damacena de Lima 116
Larissa Nunes de Sousa 116
RELAÇÕES DE PODER E CONTROLE NO AMBIENTE DE TRABALHO. 117
Yarithissa Costa Lima 117
João Victor Melo do Nascimento 117
Francisco Willamy Martins Araújo 117
Francisco De Paulo Guimaraes 117
A POLÍTICA ANTIMANICOMIAL E A RESOLUÇÃO 487/2023 DA CNJ 118
Maria José Chaves Fernandes ; 118

Antônia Raissa Costa Simplício ; 118
Jamilly Isabelly Queiroz de Olivindo ; 118
Raphael Gomes Viana ; 118
AÇÕES POSSESSÓRIAS E A PROTEÇÃO DA POSSE NA ATUALIDADE 119
Autor: TOMAZ VIANA DE MESQUITA FILHO 119
Autor: JOSÉ MAZENIR GONÇALVES FRANÇA 119
Orientador: RODRIGO RAMOS 119
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO BRASIL 120
Autor 01- FRANCISCO WILLAMY MARTINS ARAUJO 120
Autor 02- YARITHISSA COSTA LIMA 120
Autor 03- JOAO VICTOR MELO DO NASCIMENTO 120
Orientador -FRANCISCO DE PAULO GUIMARAES 120
EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL AO DIREITO EMPRESARIAL. 121
Gabriel Antonio de Castro Feitosa Araújo Forte 121
Bruno Vasconcelos Aragão 121
Icaro Gabriel Vieira Castelo Branco Pereira 121
Francisco Danilo de Souza Gomes 121
O PAPEL DA BIOMETRIA NA AUTENTICAÇÃO DE IDENTIDADES NOS PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS DE USUCAPIÃO E REGISTRO CIVIL 122
Nonato Filho Tavares de Moura 122
Maria Clara de Lima Rogerio 122
Francisco Danilo De Souza Gomes 122
Daniel Matos Falcão De Andrade 122
Larissa Alves Cordeiro 122
A EVOLUÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS EM AMBIENTES EMPRESARIAIS 123
Francisca Deizinara da Silva Carneiro 123
Diego Mendes da Silva 123
Wesley Júlio de Souza Tavares 123
Francisco Danilo de Souza Gomes 123
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ÉTICA NO SISTEMA 124
JURÍDICO BRASILEIRO 124
Antônio Edvando da Silva Nascimento 124
Camila Rayssa Gomes dos Santos 124
Raphael Gomes Viana 124
ETARISMO NO CURSO UNIVERSITÁRIO: 125
UMA ANÁLISE JURÍDICA DA DISCRIMINAÇÃO ETÁRIA 125

Audylo Ageu Gomes de Azevêdo 125
Maria Eliene Souza Araújo 125
Antônio Fabrício V. Gentil Farias 125
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela 125
TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO: DELIMITAÇÃO E IMPLICAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 126
Maria Adelaide De oliveira Cardoso 126
Maria Clara Oliveira Cardoso 126
Daniel Falcão 126
SILÊNCIO NUCLEAR: 127
ITATAIA E O COLAPSO ENTRE NATUREZA E DIREITOS HUMANOS 127
Ingrid Santos Monteiro 127
Mirian de Sousa Ramos 127
Francisco Danilo de Souza Gomes 127
DESAFIOS ENFRENTADOS PELA LEI MARIA DA PENHA 128
Maria das Graças Alves Silva 128
Raphael Gomes Viana 128
FIM DA ESCALA 6x1 E SEUS IMPACTOS SOCIAIS 129
Francisco David Lima Vieira 129
Ana Alicia Passos Aguiar 129
Douglas Santana Araujo 129
Francisco Danilo de Souza Gomes 129
AS GARANTIAS DO CONTRADITÓRIO E DA NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS À LUZ DAS INOVAÇÕES DO CPC/15 130
Emanuel Venícius Lopes Sousa 130
Professor Raphael Gomes Viana 130
IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO 131
Regina Bárbara Vieira Braga 131
Francisco Danilo de Souza Gomes 131
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ÉTICA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO 132
Antônio Edvando da Silva Nascimento 132
Camila Rayssa Gomes dos Santos 132
Raphael Gomes Viana 132
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA MORTE DE DETENTOS: UMA ANÁLISE DA NEGLIGÊNCIA ESTATAL E DA PROTEÇÃO À DIGNIDADE HUMANA 133
Tailson Vieira Leitão 133
Hagata Nicolle Gomes Lima 133

Raphael Gomes Viana 133
O PAPEL DO DIREITO PENAL NA PROTEÇÃO DAS MULHERES: ANÁLISE DA LEI DO FEMINICÍDIO 134
Ana Márcia dos Santos da Silva. 134
Jessiane Maria Cardoso do Nascimento. 134
Nágila Raquel Nascimento de Amorin 134
Raphael Gomes Viana. 134
REPRESSÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA DITADURA MILITAR 135
Tailson Vieira Leitão 135
Hagata Nicolle Gomes Lima 135
Raphael Gomes Viana 135
DA TEORIA À PRÁTICA: OS IMPACTOS POSITIVOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR 136
Hagata Nicolle Gomes Lima 136
Francisco Danilo de Souza Gomes 136
UMA BREVE VISÃO COMPARADA E CRÍTICA ACERCA DO “PECADO” COM BASE NO CONCEITO DE “CULPA” EM FREUD. 137
Autor 1: Renato Welton de Farias Bôto 137
Autor 2: Raylson Aguiar Moraes 137
Orientadora: Profª. Íris dos Santos Timbó 137
O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA AUTOESTIMA DOS ADOLESCENTES 138
Amanda dos Santos Marques; 138
Ana Carolina Fernandes de Morais; 138
Mikaely Silva Oliveira; 138
Sara Carneiro Costa 138
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ: ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA E PSICOLÓGICA INTEGRADA 139
Nicole Medeiros de Sousa 139
Laíne Ferreira de Medeiros 139
Orientador: Paulo de Tarso Teles Dourado de Aragão 139
SUSPENSÃO DOS PROCESSOS DE PEJOTIZAÇÃO PELO STF E OS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA 140
Juliana de Lima Mendonça 140
Luis Gustavo Urias Cezário 140
Vanessa Vitória Alves de Almeida 140
Francisco Danilo de Souza Gomes 140
OS IMPACTOS DO *GREENWASHING* COMO FERRAMENTA DE MARKETING NO CONTEXTO EMPRESARIAL CONTEMPORÂNEO 141

Allan Cristian da Costa Correia 141
João Neto Pessoa Gonçalves 141
Juliana Pereira Rodrigues 141
Luciana de Andrade Catunda 141
PRIMEIRA EXPERIÊNCIA COM PRÁTICAS DE HABILIDADES MÉDICAS 142
UMA JORNADA INAUGURAL PELA SEMIOLOGIA 142
Júlia Freitas Portela 142
Maria Clara Silva Abreu 142
Marina Pereira Moita 142
Leandro Cordeiro Portela 142
EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE DOENÇAS CARDIOVASCULARES: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA INTEGRADO SAÚDE COMUNIDADE 143
Júlia Freitas Portela 143
Marina Pereira Moita 143
Leonardo Araújo Afonso Ferreira 143
Leandro Cordeiro Portela 143
ENTRE O DIVÃ E O ALTAR: A PALAVRA COMO CAMINHO DE CUIDADO E SUBJETIVAÇÃO 144
Germana Veras de Oliveira 144
Maria Vitória Lima Feitosa 144
Íris dos Santos Timbó 144
ENTRE A LEI E A PRÁTICA: A REGULARIZAÇÃO TRABALHISTA DOS DOMÉSTICOS EM UBAJARA-CE 145
Joyce Marciel Silva 145
Lara Ismênia Bezerra Fontenele 145
Nayara da Silva Costa 145
João Harlley de Menezes Vasconcelos 145
IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA SOCIEDADE: UM ESTUDO SOBRE A NOMOFOBIA 146
Antonia Georgelia Carvalho Frota 146
Alison Neres da Silva 146
Gessica Chaves Fontenele 146
Marina Pereira Moita 146
A MORALIDADE COMO AUTONOMIA: A FILOSOFIA ÉTICA DE KANT E SUA INFLUÊNCIA NOS DIREITOS HUMANOS 147
Hagata Nicolle Gomes Lima 147
Francisco Danilo de Souza Gomes 147

DO LINCHAMENTO VIRTUAL À RESPONSABILIDADE JURÍDICA: 148
O DIREITO DIGITAL E PROTEÇÃO DA DIGNIDADE 148
Igor Feitosa Sá 148
César Melo 148
Rayana Larissa Vieira Braga 148
Daniel Rocha Chaves 148
ENTRE SINTOMAS E SILÊNCIOS: O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS SOB A LENTE DA PSICANÁLISE 149
Cibele da Silva Sousa ; 149
Izabele Costa Rodrigues ; 149
Íris dos Santos Timbó 149
OS DIREITOS DE PERSONALIDADE APLICÁVEIS À PESSOA JURÍDICA 150
Melissa Vasconcelos Gomes 150
Raphael Gomes Viana 150
O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SUA EFICÁCIA EM COMPRAS REALIZADAS EM PLATAFORMAS INTERNACIONAIS 151
Tailson Vieira Leitão 151
Hagata Nicolle Gomes Lima 151
Raphael Gomes Viana 151
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL E REGISTRO DE NASCIMENTO: DESAFIOS COMUNS NA COMPROVAÇÃO DE IDENTIDADE E PROPRIEDADE 152
Nonato Filho Tavares de Moura 152
Francisco Danilo De Souza Gomes 152
Daniel Matos Falcão De Andrade 152
Larissa Alves Cordeiro 152
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E REGULAÇÃO DAS REDES: DESAFIOS ATUAIS DO MARCO CIVIL DA INTERNET 153
César Melo 153
Igor Feitosa Sá 153
José Mauro de Carvalho Neto 153
Daniel Matos Falcão de Andrade 153
CONTROLADORIA FISCAL 154
Liomark Pinto da Silva 154
Hellen Sara da Silva Sousa 154
Igor Emanuel P. Pontes 154
Francisco Danilo de Souza Gomes 154
Eliete Oliveira Monte 154

ABORTO E ÉTICA: UMA ANÁLISE DOS VALORES ATUAIS E AS DESIGUALDADES DE GÊNEROS 155
Eduardo Vieira Costa 155
Maria Emanuelle Oliveira de Moraes 155
Ana Paula Silva Damasceno 155
Francisco Ronniere da Silva 155
FASES DA LUA E DOR MUSCULOESQUELÉTICA: AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA FISIOTERAPIA EM POPULAÇÕES RIBEIRINHAS 156
Antônio Allan Silva Macêdo 156
Maria Adrielly Assunção Ramos 156
Victoria Regia Lino Brito 156
Ana Glícia da Silva Menezes 156
IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES DE EMPREGO 157
Kailane Lima 157
Loraine Damasceno 157
Nayranna Lima 157
Raphael Gomes Viana 157
IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) NO SETOR PÚBLICO 158
Diana Gonçalves dos santos ; 158
Francisco Leandro Fernandes Amaral ; 158
João Felipe Costa de Freitas ; 158
Raphael Viana Gomes 158
A DIGITALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS: A BIOMETRIA COMO GARANTIA DE AUTENTICIDADE NOS REGISTROS DE BENS E PESSOAS 159
Nonato Filho Tavares de Moura 159
Priscila Márcia Passos Carvalho 159
Daniel Matos Falcão De Andrade 159
Larissa Alves Cordeiro 159
LIPOEDEMA: DA DOR INVISÍVEL AO CUIDADO HUMANIZADO COM A FISIOTERAPIA DERMATOFUNCIONAL. 160
Maria Eduarda Holanda Fontenele 160
Antônio Allan Silva Macêdo 160
Virginia Maria Freires Nunes 160
COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ARGENTINA: A SEGURANÇA BIOMÉTRICA EM REGISTROS EXTRAJUDICIAIS E SUA POSSÍVEL APLICAÇÃO À USUCAPIÃO 161
Nonato Filho Tavares de Moura 161

Priscila Márcia Passos Carvalho 161
Francisco Danilo De Souza Gomes 161
Daniel Matos Falcão De Andrade 161
Larissa Alves Cordeiro 161
A SÍNDROME DE BURNOUT NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DOS DOCENTES BRASILEIROS. 162
Sâmmyla Carvalho Rodrigues; 162
Tágila Nascimento Ponte; 162
Nathyelle Smyth Azevedo da Silva; 162
Luciane dos Santos Jácome. 162
IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA NA ATUAÇÃO DOCENTE 163
Luis Isaias Lima Neto 163
Cleide Maria de Carvalho 163
Ana Patricia Rocha Pereira 163
João Batista de Almeida da Mota 163
IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS 164
Cecilia Dayane da Costa Melo 164
Valéria Gomes dos Santos 164
João Harlley de Menezes Vasconcelos 164
A IMPORTÂNCIA DE CONHECERMOS AS EMOÇÕES NO PROCESSO TERAPÊUTICO NA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. 165
Guilherme Oliveira Paiva 165
Raimunda Araújo Pierre 165
Carla Vieira Cardoso 165
E-SOCIAL: DESAFIOS DE CONFORMIDADE EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS 166
Priscila Linhares Tiago 166
Antônio Gustavo de Aguiar Moita 166
Ivan Marques de Oliveira 166
João Harlley de Menezes Vasconcelos 166
"A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM CONTEXTOS RURAIS: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA NA ESCOLA HUMBERTO RIBEIRO LIMA" 167
Marcia Melo da Silva 167
João Batista de Almeida da Mota 167
A ADMINISTRAÇÃO EMPÍRICA APLICADA NA GESTÃO COMUNITÁRIA 168
Daniel de Oliveira Silva 168
Érica Nayara Angelim de Araujo 168

Luzimara Nascimento de Carvalho 168
João Harlley de Menezes Vasconcelos 168
DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO 169
Janiele Ferreira dos Santos 169
Rejane Luiza de Lima Tomaz 169
William Silva dos Santos 169
A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NA SOCIEDADE LIMITADA 170
Jef Alves Ferreira 170
Luís Eduardo Gomes Araújo 170
Gabriel Antonio de Castro Feitosa 170
Luciane dos Santos Jacome 170
PERCEPÇÃO DO FILME O SENHOR ESTAGIÁRIO 171
Manuel de Jesus de Freitas Pereira 171
Matheus Almeida da Silva 171
Maria Lúcia Araújo Arruda de Pinho Pessoa 171
Maria Sadara de Sousa Pinheiro 171
O ABUTRE E O GÊNIO: UM OLHAR PSICANALÍTICO SOBRE LEONARDO DA VINCI A PARTIR DE FREUD 172
Breno Meneses Damasceno 172
Iris dos Santos Timbó 172
BURNOUT NA DOCÊNCIA: CAUSAS, SINTOMAS E REPERCUSSÕES NO AMBIENTE ESCOLAR 173
Hagata Nicolle Gomes Lima 173
Eliete Oliveira Monte 173
Francisco Danilo de Souza Gomes 173
TRÁFICO PROVILEGIADO: UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS PARA SUA APLICAÇÃO E IMPLICAÇÕES PENAIS 174
Alexandre de Sousa Freires 174
Laiane Silva Souza 174
Paulo Rafael Sousa Silva 174
Benedito Yure Azevedo Aguiar 174
TRABALHO POR APLICATIVOS E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES LABORAIS: uma análise à luz da clt 175
Lorrana da Costa Silva 175
Mirelly Mendes Lima 175
Sebastiana Elizabete da Silva 175

Fábio Arruda Magalhães 175

A INFORMALIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO E OS DESAFIOS EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL 176

Sebastiana Elizabete da Silva 176

Lorana da Costa Silva 176

Mirelly Mendes Lima 176

Fábio Arruda Magalhães 176

A CRIMINALIZAÇÃO DO STALKING (PERSEGUIÇÃO) NO BRASIL: AVANÇOS DA LEI 14.132/2021 177

Beatriz Medeiros Lima 177

Lígia dos Santos Silva 177

Maria Yasmin Isaias Araujo 177

Fernanda Dayse Freitas Vaz 177

Raphael Gomes Viana 177

TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR 178

Luiz Gustavo Melo Alves; 178

Daniel de Vasconcelos Mello 178

A LIBERDADE DE APRENDER E O MEDO DE ERRAR: O FRACASSO ESCOLAR EM DEBATE 179

Yana da Silva Freitas 179

Íris dos Santos Timbó 179

“O LUTO EMPOBRECE O MUNDO EXTERNO, A MELANCOLIA ESVAZIA O PRÓPRIO EU”: UMA ANÁLISE DO PERSONAGEM ANTHONY BRIDGERTON A LUZ DA PSICANÁLISE 180

Yana da Silva Freitas 180

Íris dos Santos Timbó 180

EQUOTERAPIA COMO RECURSO TERAPÊUTICO PARA CRIANÇAS COM TEA: RELATO DE EXPERIÊNCIA FISIOTERAPÊUTICA. 181

Danilo Rodrigues Mendes 181

Maria Aparecida Pereira de Araújo 181

Antônia Janaira Araújo de Aguiar 181

APRESTAÇÃODECONTASELEITORAISEASCONSEQUÊNCIASDO JULGAMENTO COMO NÃO PRESTADAS: REPERCUSSÕES NA ELEGIBILIDADE DO CANDIDATO 182

Alexandro Cardozo da Silva 182

Auriclécio Passos Vieira 182

José Wellington Barbosa da Silva 182

Francisco Roney de Sousa Ribeiro 182

ANÁLISE DA TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 183

Giovanna Rodrigues Moura; 183
Thamyres Rodrigues Mesquita Camelo; 183
Laisa Roberta Lima Barroso; 183
Daniel de Vasconcelos Mello. 183
IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA TRIBUTAÇÃO DA PESSOA FÍSICA NA VENDA DE IMÓVEIS 184
Maria Lívia Vasconcelos Magalhães 184
Leonora Taveras Clase Mendes 184
Francisco Danilo de Souza Gomes 184
LEGISLAÇÃO NO DIREITO EXPERIMENTAL REGULATÓRIO NA VISÃO DE UM ACADÊMICO DE DIREITO AUXILIADO POR IA 185
Antônio Fabrício V. Gentil Farias 185
Audylo Ageu Gomes de Azevêdo 185
Patrícia Fernandes Brandão 185
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela 185
A COMPATIBILIDADE DA BIOMETRIA COM OS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA EFICIÊNCIA NOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS 186
Nonato Filho Tavares de Moura 186
Francisco Danilo De Souza Gomes 186
Priscila Márcia Passos Carvalho 186
Daniel Matos Falcão De Andrade 186
Larissa Alves Cordeiro 186
ANÁLISE CRIMINAL - A MODELAGEM MATEMÁTICA 187
NA PREVISÃO DE CRIMES 187
Audylo Ageu Gomes de Azevêdo 187
Ivanildo Fernandes de Sousa 187
Antônio Edson de Abreu Araujo 187
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela 187
NEUROLAW, A MODERNA CIÊNCIA MULTIDISCIPLINAR DA NEUROCIÊNCIA NO ÂMBITO DA CRIMINOLOGIA 188
Audylo Ageu Gomes de Azevêdo 188
Patrícia Fernandes Brandão 188
Jaiana Maria de Aguiar Moita 188
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela 188
FILOSOFIA NA INFÂNCIA: IMPACTOS NO PENSAMENTO CRÍTICO 189
Camila Maria Melo de Paulo 189
Levi Wender Pereira Alves de Barros 189

Luciane dos Santos Jácome 189
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O PROFESSOR DE DIREITO 190
Paulo Rafael Sousa Silva 190
Audylo Ageu Gomes de Azevêdo 190
Patrícia Fernandes Brandão 190
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela 190
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NAS UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA 191
Rodrigo Rodrigues da Silva 191
Leticia Vitoria da Costa Pereira 191
Leticia Saraiva da Silva 191
A EFICÁCIA DAS PENAS E AS MEDIDAS DE SEGURANÇA DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 192
Joaquim Brito Fontenele Neto 192
João Honorato Linhares 192
Raphael Gomes Viana 192
NOME EMPRESARIAL E MARCA: DIFERENÇAS JURIDICAS E PROTEÇÃO LEGAL 193
Autor 01: Karen Alves Moita 193
Orientador: Rodrigo Ramos Freire de Castro 193
FEMINICÍDIO NA SERRA DA IBIAPABA: Invisibilidade Estatística e Desafios para o Enfrentamento da Violência de Gênero 194
Juliana Passos 194
Francisco Danilo de Souza Gomes 194
A CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB OS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E DEVIDO PROCESSO LEGAL 195
Antonio Gustavo Mendes 195
Ana Alícia Passos Aguiar 195
Francisco David Vieira Lima 195
Ana Thaís Rocha Soares 195
CRIPTOMOEDAS E LAVAGEM DE DINHEIRO: NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL 196
Dávila Brito Sousa 196
João Victor Alves Vasconcelos 196
Marina Gabryeli Fontinele Taboza 196
Raphael Gomes Viana 196
VITMANINA B12 E FATORES DE RISCO EM ANOMALIAS CONGÊNITAS DO TUBO NEURAL 197
Francisca Aline de Sousa Silva 197

Joice Gaspar Mendes da Silva 197
Vanessa Brito Silva 197
Paulo Adenes Teixeira Coelho 197
SELETIVIDADE ALIMENTAR EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): IMPACTOS NUTRICIONAIS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO 198
Ludmilla Sampaio Sousa 198
Stevão Portela Ferreira 198
Vitória Emilly dos Santos Mota 198
Paulo Adenes Teixeira Coelho 198
O DIREITO COMO REINSERÇÃO DE EX-APENADO NA SOCIEDADE 199
Antonia Clara de Assis Vieira 199
Arthur Rodrigues Barros 199
Isabelly Soares Nunes 199
Raphael Gomes Viana 199
ENTRE LIBERDADE E CONTROLE: CONTEXTOS E DESDOBRAMENTOS DA REGULAMENTAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NO BRASIL 200
Vinicius Alves de Paiva 200
Willian Ponte Azevedo 200
Lizandro Cardoso da Costa 200
Francisco Danilo de Souza Gomes 200
O FEMININO EM TRÂNSITO: ENTRE PADRÕES SOCIAIS E ESCUTA PSICANALÍTICA 201
Margareth Pinheiro Rodrigues 201
Íris dos Santos Timbo 201
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA GESTÃO FINANCEIRA DAS ORGANIZAÇÕES 202
Maria Janice Oliveira Feitosa 202
Sabrina Lopes Martiniano 202
Luciane dos Santos Jácome 202
CONTABILIDADE E A OBRIGATORIEDADE FISCAL NO BRASIL 203
Déborah Gaspar Ferreira dos Santos 203
Luciane dos Santos Jácome 203
RELATO DE EXPERIÊNCIA DA MONITORIA EM HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA COM ÊNFASE EM ATIVIDADES PRÁTICAS E METODOLOGIA ATIVA 204
Felipe Cezário Clarindo dos Santos 204
Nathally Lima de Sousa 204
Francisco Rony Gomes Barroso 204

A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA EM CONTOS CONTEMPORÂNEOS À LUZ DE UMA LEITURA PSICANALÍTICA FREUDIANA 205
Miracélia Alves de Mesquita 205
Francisco Allan Nascimento de Moura 205
Luciane dos Santos Jácome 205
ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA NAS MACRORREGIÕES DO BRASIL 206
Ana Lívia Lima da Silva 206
Jandeuéri Gomes Soares 206
Luis Eduardo Paiva Moreira Rodrigues 206
|Antônio Rafael Coelho Jorge 206
PSICOBIÓTICOS E SEU PAPEL NO TRATAMENTO DA DEPRESSÃO: CONEXÕES ENTRE O INTESTINO E A SAÚDE MENTAL 207
Maria Monique Holanda Fontenele 207
Francisco Leonardo Teixeira de Sousa 207
Kelle Maria Tomais Parente 207
A USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL DE BENS MÓVEIS REGISTRÁVEIS E A IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA COMO MEIO DE EVITAR FRAUDES DOCUMENTAIS 208
Nonato Filho Tavares de Moura 208
Francisco Danilo De Souza Gomes 208
Priscila Márcia Passos Carvalho 208
Daniel Matos Falcão De Andrade 208
Larissa Alves Cordeiro 208
NUTRIÇÃO E ATIVIDADE FÍSICA: ALIADAS DA SAÚDE E ESTÉTICA CORPORAL 209
Maria Monique Holanda Fontenele 209
Tamires Moita Fernandes 209
Francisco Leonardo Teixeira de Sousa 209
A MULTIPARENTALIDADE E PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA NO DIREITO SUCESSÓRIO 210
Antonio Edgar Filho Lima Carneiro 210
Melissa Moita 210
AVALIAÇÃO DA INGESTÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIENTES ESSENCIAIS NO PERIODO GESTACIONAL 211
Antonia Aline de Brito Soares 211
Felipe Cezário Clarindo dos Santos 211
Maria Leidiane Bandeira Alves 211
Paulo Adenes Teixeira Coelho 211

O IMPACTO DAS PRÁTICAS DE RELAXAMENTO E DA REGULAÇÃO EMOCIONAL NA EFICÁCIA DE TRATAMENTOS EM SAÚDE 212
Ana Lívia de Araújo Cavalcante Vieira 212
Stephany Moura Mapurunga 212
Suiane de Sousa Rocha 212
Geniel de Sousa da Rocha 212
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS 213
Maria Janice Oliveira Feitosa 213
Sabrina Lopes Martiniano 213
Francisco Danilo de Souza Gomes 213
Eliete Oliveira Monte 213
A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL 214
Déborah Gaspar 214
Eliete Oliveira Monte 214
Prof. Me. Danilo Souza 214
BURNOUT E EXAUSTÃO LABORAL: QUANDO O ESTADO FALHA EM PROTEGER A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR 215
Marceline Maria Vieira Melo 215
Francisco Wellington Rodrigues de Carvalho 215
O IMPACTO DE CRESCIMENTO DAS EMPRESAS POR MEIO DOS USOS DIGITAIS 216
Eryck Marcelo Oliveira Souza 216
Juraci Lucas Feitoza Rocha 216
Luciane dos Santos Jácome 216
CPF NA NOTA FISCAL E O DIREITO À PRIVACIDADE: UM ESTUDO CRÍTICO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA LGPD E DA OBRA 1984 DE GEORGE ORWELL 217
Elisa do Nascimento Lopes; 217
Ana Paula Bandeira Rodrigues; 217
Wadryan Davy Araújo; 217
Francisco Danilo De Souza Gomes. 217
EVASÃO NAS ESCOLAS 218
José Ítalo Castro Moita 218
Raphael Viana 218
PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PROMOTORAS DO LETRAMENTO ALIMENTAR EM ADOLESCENTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA 219
Antonio Luiz da Costa Gomes 219
Erick Allan Lima Rocha 219

Sabrina dos Santos Sousa 219
Paulo Adenes Teixeira Coelho 219
TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA COM SUBSTÂNCIAS AGONISTAS: O PAPEL DA FARMACOLOGIA E DA PSICOLOGIA 220
Talyta Silva Pereira 220
Luiz Wescley Fontenele Moura 220
REFORMA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE DO IMPACTO EM MPEs 221
Ana Vicentina de Sousa Fernandes 221
Juliana Pereira Rodrigues 221
Maria Eduarda de Lima Brito 221
Francisco Danilo de Souza Gomes 221
ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE DESEMPENHO ESCOLAR 222
Ana Vicentina de Sousa Fernandes 222
Juliana Pereira Rodrigues 222
Maria Eduarda de Lima Brito 222
Luciane dos Santos Jácome 222
ALIENAÇÃO PARENTAL 223
Marielle Gonçalves da Cunha Brito 223
Francisco Danilo de Souza Gomes 223
A TRANSFORMAÇÃO DO DIREITO TRADICIONAL PARA O DIGITAL 224
Marielle Gonçalves da Cunha Brito 224
Francisco Danilo de Souza Gomes 224
NORMAS E IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DO MAIOR MOTO CLUBE DO MUNDO – INSANOS M.C. 225
Audylo Ageu Gomes de Azevêdo 225
Paulo Rafael Sousa Silva 225
Patrícia Fernandes Brandão 225
Daniel Rocha Chaves 225
A VOZ DO SERTÃO – DE LUIZ GONZAGA A LEGISLAÇÃO 226
Geraldo Silva Alves Rocha 226
Audylo Ageu Gomes de Azevêdo 226
Patrícia Fernandes Brandão 226
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela 226
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER 226
Marielle Gonçalves da Cunha Brito 226
Francisco Danilo de Souza Gomes 226

SIGILO MÉDICO-PACIENTE QUANDO A JURISPRUDÊNCIA É ACIONADA 227
Patrícia Fernandes Brandão 227
Audylo Ageu Gomes de Azevêdo 227
Jaiana Maria de Aguiar Moita 227
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela 227
AUTOAVALIAÇÃO FUNCIONAL DO MAGISTRADO: INTERFACES ENTRE ÉTICA JUDICIAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS 228
Maria Eliene Souza Araújo 228
Audylo Ageu Gomes de Azevêdo 228
Jaiana Maria de Aguiar Moita 228
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela 228
APLICAÇÃO DA LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA NO CENÁRIO JURÍDICO DO ESTADO DO CEARÁ 229
Isamara do Vale Silva 229
Luciana de Sousa Lira 229
Benedito Yuri Azevedo Aguiar 229
A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO: MULHERES NEGRAS, POLÍTICAS PÚPLICAS E SUBJETIVIDADES ENCARCERADAS 230
Izabele Costa Rodrigues 230
Cibele da Silva Sousa 230
Melissa Moita 230
A EFICIÊNCIA DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NOS LITÍGIOS CÍVEIS: UMA ANÁLISE PRÁTICA E RESULTADOS 231
Rejane Luisa de Lima Tomaz 231
Janiele Ferreira dos Santos 231
Antonia Camila Vieira Mendes 231
A TRAGÉDIA DA BOATE KISS: ANÁLISE DAS DEFICIÊNCIAS DE SEGURANÇA, EFEITOS PSICOLÓGICOS E REFORMAS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 232
José Renan Fernandes da conceição 232
Inácio Solano Feitosa de Carvalho 232
Vitória Emilly dos Santos Mota 232
Raphael Gomes Viana 232
O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA MEDICINA ONCOLÓGICA: PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO PRECOCE E ESTRATÉGIAS TERAPÊUTICAS 233
Davi Jullian Gonçalves Cardoso 233
Lucas Freitas Dantas 233
Jaian Araújo Lopes 233
Kelma Costa de Souza 233

O IMPACTO DOS ANTICORPOS CONTRA USAG-1 NA REGENERAÇÃO DENTÁRIA: IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE ORAL E INOVAÇÕES NO TRATAMENTO DE DEFICIÊNCIAS DENTÁRIAS 233
Davi Jullian Gonçalves Cardoso 234
Philipe bevilaqua de Sousa 234
Francisco Dyemison Alves Do Carmo 234
Adenyse Cavalcante Marinho Sousa 234
QUANDO A MEDICINA E A FÉ SE ENCONTRAM: A CONTRIBUIÇÃO NA ESPIRITUALIDADE CATÓLICA NO PROCESSO DA CURA 234
Davi Jullian Gonçalves Cardoso 235
Maria Claudia Rodrigues Gonçalves 235
Adriano Medeiros Vasconcelos 235
Antonio Jamelli Souza Sales 235
AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL. 236
João Victor Melo do Nascimento 236
Yarithissa Costa Lima 236
Francisco Willamy Martins Araujo 236
Francisco de Paulo Guimarães 236
A UTILIZAÇÃO DE *WEARABLES*: MONITORAMENTO CONTÍNUO E INOVAÇÃO NO CUIDADO AO PACIENTE 236
Davi Jullian Gonçalves Cardoso 237
Philipe bevilaqua de Sousa 237
Francisco Dyemison Alves do Carmo 237
Antonio Jamelli Souza Sales 237
A EVOLUÇÃO DO DIREITO EMPRESARIAL NA ERA DIGITAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES. 237
Rejane Luisa de Lima Tomaz 238
Janiele Ferreira de Santos 238
Francisco Danilo de Souza Gomes 238
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO CUIDADO DE FERIDAS POR Leishmaniose Tegumentar Americana: UMA REVISÃO NARRATIVA 238
Ana Lívia Lima da Silva 239
Jandeuéri Gomes Soares 239
Luis Eduardo Paiva Moreira Rodrigues 239
|Antônio Rafael Coelho Jorge 239
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E REINCIDÊNCIA: A ILEGALIDADE DA NOVA PROPOSTA 240
Jordânia dos Santos Oliveira Ribeiro 240
Maria Eduarda Alves Sampaio 240

Gislayne Moura Sampaio 240
Raphael Gomes Viana 240
A CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL 241
Pedro Álisson Lourenço da Silva 241
Pedro Sousa Aguiar 241
Antonio Ronaldy Augusto Pereira Angelo da Silva 241
Francisco Danilo de Souza Gomes 241
LEGALIZAÇÃO DA MACONHA NO BRASIL: DILEMAS JURÍDICOS E SOCIAIS 242
Vinicius Gabriel Vasconcelos Bôto 242
Maria Clara Pereira Sousa 242
Raphael Gomes Viana 242
SUPERLOTAÇÃO DOS PRESÍDIOS E A FALTA DE EFETIVIDADE DAS PENAS ALTERNATIVAS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA 242
Francisco Sidney Ribeiro Dos Santos 243
Maria clara Oliveira Cardoso 243
Ananias Ryan Belchior Pontes 243
Francisco Ronniere da Silva 243
“TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EM RECURSOS HUMANOS: O PAPEL DA IA NA MELHORIA DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL” 243
Maria Thiciane Gadelha Batista 244
Erlane Jaynara Rodrigues de Melo 244
Layanne Nádia de Sá Silva 244
Keila Costa 244
O DEVER DE PRESTAR ALIMENTOS A MAIORES INCAPAZES. É POSSÍVEL A EXONERAÇÃO APÓS A MAIORIDADE? 244
Isabele Porzelt 245
Gilmara de Matos Carvalho 245
Jarina Silva de Aragão 245
Francisco Roney de Sousa Ribeiro 245
QUANDO O TALENTO VAI EMBORA: o impacto da liderança na retenção de colaboradores valiosos 245
Luis Eduardo de Sousa Santos 246
Natanael Alves Silva de Araújo 246
A APLICAÇÃO DA ESTATÍSTICA NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO 246
Julia Almeida Lima 247
Alyson de Sousa Gomes 247

Ícaro Gabriel V. C. B. Pereira 247
Luciane dos Santos Jácome 247
ANÁLISE CRÍTICA E SOCIAL DA PERCEPÇÃO DAS MULHERES SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA 247
Anna Sara Cassiano Teixeira 248
Lívia Helena Silva Sousa 248
Maria Rayane Sousa Damasceno 248
Orientador: Paulo Adenes Teixeira Coelho 248
CONTRATOS ELETRÔNICOS: SEGURANÇA E VALIDADE JURÍDICA 248
Nataniel Tomaz da Silva 249
Francisco Danilo de Souza Gomes 249
O INICIO DO DIREITO TRIBUTÁRIO 249
Jardel Amarante De Paula 250
Francisco Danilo de Souza Gomes 250
RESPONSABILIDADE CIVIL POR GOLPES E FALHAS NA PRESTAÇÃO: PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E REPARAÇÃO DE DADOS 250
Guilherme Torres do Nascimento 251
Rauny Nogueira Lino Alves 251
Danilo Álvaro de Sousa Reis 251
Maria Lívia Vasconcelos Magalhães 251
Antônio Ximenes Carvalho 251
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DAS MÃES ATÍPICAS DE CRIANÇAS COM (TEA) EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL 251
Francisca Iara Aguiar e Silva 252
Helenita Martins de Carvalho 252
Heloiza Silva Gomes 252
Maria Sadara de Sousa Pinheiro 252
TECNOLOGIA E CIDADANIA: COMO A BIOMETRIA PODE FORTALECER A CONFIANÇA NOS REGISTROS EXTRAJUDICIAIS DE NASCIMENTO E PROPRIEDADE 252
Nonato Filho Tavares de Moura 253
Francisco Danilo De Souza Gomes 253
Daniel Matos Falcão De Andrade 253
Larissa Alves Cordeiro 253
A INFLUÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO NA MODULAÇÃO INFLAMATÓRIA DA ENDOMETRIOSE: UMA REVISÃO DE LITERATURA 254
Ana Camile do Nascimento da Silva 254
Joice Gaspar Mendes da Silva 254

Francisca Aline de Sousa Silva 254
Orientador: Paulo Adenes Teixeira Coelho 254
TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA ABORDAGEM SOBRE PRÁTICAS, FISCALIZAÇÃO E REPERCUSSÕES EMPRESARIAIS ... 255
Ana Davilla Araújo Alves 255
Vanessa Vitória Alves de Almeida 255
Francisco Danilo de Souza Gomes 255
INTERSECCIONALIDADE NA PSICOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DA PRÁTICA INTERSECCIONAL DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA 255
Antônia Gabriela Magalhães Alcântara 256
Gilsiane Maria Vasconcelos Marques 256
EDUCAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL: DESAFIOS, AVANÇOS E A EFETIVAÇÃO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL 256
Gabrielle Sobrinho Damasceno 257
João Paulo Aguiar de Sousa 257
Ana Thaís Rocha Soares 257
CICLO VICIOSO DAS PRISÕES BRASILEIRAS: COMO A FALTA DE POLÍTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO ALIMENTA A REINCIDÊNCIA CRIMINAL 257
Marceline Maria Vieira Melo 258
Brayhan Kawan Alves Fernandes de Sousa 258
William Silva dos Santos 258
A SUSTENTABILIDADE NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPEs): DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS 258
Iarli Marques da Cruz 259
Nicolly Pontes de Aguiar 259
Tayslla Quéren Fernandes Tavares 259
Luciana de Andrade Catunda 259
EFEITOS DA LEI 14.994/2024 NA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES, CONFORME ESTABELECIDO PELA LEI MARIA DA PENHA (LEI N. 11.340/2006) 259
Antonio Henrique Da Silva Araujo 260
João Marcos Moreno Fidélis 260
Rikelma Pinheiro Rodrigues 260
William Silva dos Santos 260
Janiele Ferreira dos Santos 261
Rejane Luisa de Lima Tomaz 261
Raimundo Dias de Oliveira Neto 261
ECONOMIA DO IMPULSO: O CONSUMO EXAGERADO NAS REDES SOCIAIS 261

Andressa Amaral 262
Mariana Costa 262
Clara Beatriz Toquarto 262
Luciane dos Santos Jácome 262
A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS ESG EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE DOS OBSTÁCULOS E DESAFIOS 262
Adayrlla Ribeiro Sousa 263
Amália Mariana Gonçalves da Costa 263
Ismael Pinto Sousa 263
Luciana de Andrade Catunda 263
ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM DOR FANTASMA NO PÓS-OPERATORIO DE AMPULTAÇÃO: INTERVENÇÕES E DESAFIOS 263
Maria Adriana de Souza 264
Jardel Alves do Nascimento 264
Antonio Victor Figueira da Silva 264
ABANDONO DOS PAIS NA VELHICE 264
Kailane Ripardo Gadelha 265
Meiriene Vitória dos Santos Oliveira 265
Emanuela Brito de Oliveira 265
O DEVIDO PROCESSO LEGAL 265
Leonardo Rocha 266
Daniel Matos 266
ECONOMIA NA MUSCULAÇÃO 266
(A MUSCULAÇÃO COMO INVESTIMENTO: CUSTOS, MERCADO E REALIDADE ECONÔMICA) 266
Kevin Rodrigues Magalhães 267
Luciane dos Santos Jácome 267
CRENÇA E RELIGIÃO: UMA ANÁLISE A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 267
Raissa da Silva Marques 268
Katharina Trévia de Lima 268
Verônica Chaves Fernandes 268
Francisco Ronniere da Silva 268
LEI MARIA DA PENHA E O PACOTE ANTIFEMINICÍDIO: FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO À MULHER 268
Maria Clara De Lima 269
Maria Taiane Coelho 269
Lucas Emanuel Peres 269

Jhonny Brito 269

O SILÊNCIO COMO ESPAÇO DE ENCONTRO: A RESSIGNIFICAÇÃO DA SOLIDÃO COMO PRÁTICA DE AUTOCONHECIMENTO 270

Marinete Alves de Souza 270

Kelma Costa de Souza 270

A LAICIDADE DO ESTADO E OS PERIGOS DO FUNDAMENTALISMO CRISTÃO NA ESFERA POLÍTICA: IMPLICAÇÕES DEMOCRÁTICAS E HISTÓRICAS 270

Ian Carlos A. Rodrigues 271

José Welligton Barbosa Da Silva 271

Alexandro Cardozo Da Silva 271

Francisco Roney De Sousa Ribeiro (Professor Orientador) 271

VIREI PROFESSOR? UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A MONITORIA ACADÊMICA 272

Breno Meneses Damasceno 272

Iris dos Santos Timbó 272

REFORMA TRIBUTÁRIA E SEUS EFEITOS SOBRE A ATIVIDADE EMPRESARIAL 273

Matheus Rodrigues da Silva 273

Kauan da Silva Bento 273

Pedro Henrique da Silva Melo 273

Francisco Danilo de Souza Gomes 273

RECURSO ORDINÁRIO: ANÁLISE DO PAPEL DO INSTRUMENTO NA GARANTIA DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 274

Alexandre de Sousa Freires 274

José Elias Silva de Oliveira 274

Paulo Rafael Sousa Silva 274

Emanuela Brito de Oliveira 274

O PAPEL DO GESTOR DE RECURSOS HUMANOS NA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO 275

Pamela Duarte Carvalho 275

Rosalina Souza Ferreira. 275

Karolayne Sousa Silva. 275

Keila Costa Souza 275

PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS E OPERACIONAIS NA PREVENÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS BRASILEIRAS 275

Laisa Sousa Silva; 276

Yasmin Gomes Pereira; 276

William Silva dos Santos. 276

O IMAPCTO DAS LEIS TRABALHISTAS NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NAS PEQUENAS EMPRESAS 276
Sebastiana Elizabete da Silva 277
Mirelly Mendes Lima 277
Lorrana da Costa Silva 277
Fábio Arruda Mahalhães 277
OS IMPACTOS DO CARTEL NO CONSUMIDOR E NA ECONOMIA 277
Daniel Izaias Barros 278
Camille Vitória Mota Almeida 278
Zaida Maria Cunha Vasconcelos 278
Luciane dos Santos Jácome 278
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO: DELIMITAÇÃO E IMPLICAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 278
Maria Adelaide De oliveira Cardoso 279
Maria Clara Oliveira Cardoso 279
Daniel Falcão 279
A SEGREGAÇÃO NOS MEIOS ESCOLARES DE ESTUDANTES NEURODIVERGENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO CUIDADORA ESCOLAR 279
Lavinia Lima Brandão 280
Íris dos Santos Timbó 280
FEMINICÍDIO NA SERRA DA IBIAPABA 280
Invisibilidade Estatística e Desafios para o Enfrentamento da Violência de Gênero 280
Juliana Passos 281
Francisco Danilo de Souza Gomes 281
NEM MAIS, NEM MENOS: JUSTIÇA E PROPORCIONALIDADE COMO LIMITES CONSTITUCIONAIS NA APLICAÇÃO DA PENA EM CONCURSO FORMAL IMPRÓPRIO DE CRIMES 282
Alexandre de Sousa Freires 282
Paulo Rafael Sousa Silva 282
Francisco das Chagas Macedo Braga 282
William Silva dos Santos 282
MULTIPARENTALIDADE E A REDEFINIÇÃO DOS LAÇOS DE FILIAÇÃO NO BRASIL: CONVIVÊNCIA JURÍDICA ENTRE VÍNCULOS DE ORIGEM BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA NAS ESTRTURAS FAMILIARES 283
Alexandre de Sousa Freires 283
Laiane Silva Souza 283
Paulo Rafael Sousa Silva 283
Débora Lorena Freire Batista de Almeida 283

GOVERNANÇA CORPORATIVA E FRAUDE FINANCEIRA: O CASO DAS LOJAS AMERICANAS 284
Rosiana Oliveira da Cunha 284
João Harlley de Menezes Vasconcelos 284
SUBJETIVIDADES SEM CULPA: A PSICOPATIA NA TRAMA DO INCONSCIENTE 285
João Pedro Vasconcelos Nogueira Bôto; 285
Ana Beatriz Rodrigues de Carvalho; 285
Íris dos Santos Timbó 285
TRABALHO INFORMAL E DIREITOS TRABALHISTAS: A PROTEÇÃO JURÍDICA DOS TRABALHADORES SEM CARTEIRA ASSINADA NO BRASIL 286
Ítalo Sousa Gomes 286
Isabelle de Souza Damasceno 286
Maria Beatriz De Sousa Fernandes 286
Raphael Gomes Viana 286
A INEFETIVIDADE DA EXECUÇÃO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO 287
Beatriz Martins Carvalho 287
Maria Karolainy Alves de Morais 287
Maria Adelaide De oliveira Carvalho 287
Raphael Gomes Viana 287
PROGRESSÃO DE REGIME NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: DIREITO OU PRIVILÉGIO? 288
Paula Laís Cunha Silva 288
Ítalo Sousa Gomes 288
Isabelle De Souza Damasceno 288
Raphael Gomes Viana 288
GESTÃO DE CUSTOS: A DIFERENCIAÇÃO ENTRE CUSTOS E DESPESAS NA REALIDADE EMPREENDEDORA 289
Jardeson Mendes Alcântara 289
Pedro Veras da Silva 289
Orientador: Antonio Manuel Cardoso Correia 289
“HOMENS E MULHERES SÃO IGUAIS EM DIREITOS E OBRIGAÇÕES NOS TERMOS DESTA CONSTITUIÇÃO” 290
Melissa Tágila Silva de Oliveira 290
Francisco Danilo de Souza Gomes 290
A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL PARA PESSOAS PORTADORAS DE DOENÇAS CRÔNICAS 291
Marcella Alves Marcelo de Brito 291
Luciane dos Santos Jácome 291

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NOS PARAMETROS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 292
Francisco Sidney Ribeiro 292
Daniel Izaias Barros 292
José Nilton da Silva 292
Francisco Danilo de Sousa Gomes 292
LEGÍTIMA DEFESA E SEUS LIMITES NO ORDENAMENTO PENAL BRASILEIRO 293
Possidonio Henrique Silva Costa 293
Auriclécio Passos Vieira 293
Francisco Roney de Sousa Ribeiro 293
PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS E OPERACIONAIS NA PREVENÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS BRASILEIRAS 293
Laisa Sousa Silva; 294
Yasmin Gomes Pereira; 294
William Silva dos Santos. 294
AUTOCUIDADO EM MOVIMENTO: UMA VIVÊNCIA PRÁTICA DE CUIDADO E BEM-ESTAR NO AMBIENTE ACADÊMICO. 294
Antônio Allan Silva Macêdo 295
Maria Eduarda Holanda Fontenele 295
Gilsiane Maria Vasconcelos Marques 295
CPI DAS BETS E RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS 295
Regina Bárbara Vieira Braga 296
Rosana Cláudia Vieira Braga 296
Rayana Larissa Vieira Braga 296
Francisco Danilo de Souza Gomes 296
CUSTOS FIXOS E VARIAVÉIS: UMA ANÁLISE DE PREÇO NO MERCADO NACIONAL 296
Matheus Rodrigues da Silva Autor 01 297
Kauan da Silva Bento Autor 02 297
Pedro Henrique da Silva Melo Autor 03 297
Luciane dos Santos Jácome 297
DA BAU AO PROFILING NO BRASIL O USO DO PERFIL CRIMINAL PELA POLÍCIA BRASILEIRA – AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS. 297
Maria Clara Vieira Fernandes 298
Daniel Rocha Chaves 298
DANO ESTÉTICO RICOCHETE 298
Luiz Gustavo Melo Alves; 299
Daniel de Vasconcelos Mello 299

FONTES DO DIREITO: UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS FONTES FORMAIS JURÍDICAS .299
Denize Albuquerque Menezes;.....300
Rwryanna Lívia da Cunha;.....300
Nhandeyjara de Carvalho Costa. 300
DESCONTOS INDEVIDOS E A FRAUDE NO INSS.....300
Ana Alícia Passos Aguiar.....301
Antonio Gustavo Mendes.....301
Douglas Santana Araujo.....301
Ana Thaís Rocha Soares 301
O PAPEL DA ENFERMAGEM FRENTE À DIABETES GESTACIONAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) 301
Leandra do Nascimento Camelo 302
Francisco Rafael Alves da Silva 302
Antonio Wellington Madureira Marques 302
Dra. Maria Laína Silva.....302
OBSTÁCULOS FISCAIS NO COTIDIANO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL: LIMITES DA TRIBUTAÇÃO SIMPLIFICADA 302
Alyson de Sousa Gomes.....303
Julia Almeida Lima.....303
Pedro Kalil de Sousa Vasconcelos 303
Francisco Danilo de Souza Gomes.....303
DO LAR AO PODER: ENTRE CONQUISTAS E DESAFIOS, O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....304
Iraci Nágela de Souza Fontenele; 304
Gilsiane Maria Vasconcelos Marques 304
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER: O PAPEL DA ENFERMAGEM NO ACOLHIMENTO DAS VÍTIMAS 305
Camilly Maria de Sousa.....305
Pâmela Naomi Togawa Sousa.....305
Izadora Brito da Silva.....305
Adenyse Cavalcante Marinho Sousa 305
O CONSUMISMO COMO FORMA DE PERTENCIMENTO DOS GRUPOS SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE O EFEITO DA DESPERSONALIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE 306
Dalila Brito Sousa 306
Robert Pessoa Costa.....306
A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: ARTIGO 5° INCISO XLVII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. 307
Dionathan Gomes dos santos 308

Antonia clara de Assis Veira 308
João Victor Melo do Nascimento 308
Francisco Danilo de Souza Gomes 308
JUVENTUDE E CUIDADO: O ENCONTRO DA ENFERMAGEM COM A REALIDADE DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA 308
Rayrla de Sousa Mendes 309
Maria Ivone do Nascimento Rodrigues 309
Fabricy Fernandes Mota 309
ECOS DA EXCLUSÃO: A VIOLÊNCIA JUVENIL EM “PUMPED UP KICKS” E O CASO COLUMBINE 309
Breno Meneses Damasceno 310
Samile Cardoso de Lima 310
Iris dos Santos Timbó 310
EMPREENDEDORISMO JURÍDICO E INOVAÇÃO NA ADVOCACIA 310
Allan Rodrigues Gomes; 311
Antônio Fabricio Vasconcelos Gentil Farias; 311
Raphael Gomes Viana. 311
ENCARCERAMENTO MATERNO E A INTRANSCENDÊNCIA DA PENA. 311
Jordânia dos Santos Oliveira Ribeiro 312
Raphael Gomes Viana 312
O IMPACTO DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA. 312
Maria Rafaela Ferreira da Silva 313
Flávio Marques Damasceno 313
A ESCRITA TERAPÊUTICA FEMININA COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NA BUSCA DE AUTOCONHECIMENTO 313
Miracélia Alves de Mesquita 314
Maria Fernanda Silva Gonçalves 314
Carla Vieira Cardoso 314
MODA, MEDIA E MEDIANA PARA A ESTATISTICA. 314
Yarithissa Costa Lima 315
Luciane Dos Santos Jácome 315
EXPECTATIVA DOS CALOUROS DE MEDICINA SOBRE A PROFISSÃO MÉDICA 315
Luiza Gonçalves Gurgel de Barros 316
Beatriz Oliveira de Azevedo 316
Sthefany Fontinele da Silva 316
Orientador: Leandro Cordeiro Portela 316

A LUTA PELO RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NO REGISTRO CIVIL; DESAFIOS E AVAÇOS PARA PESSOAS TRANSSEXUAIS NO BRASIL....316
KAROLAINE BERNARDINO FREITAS....317
FERNANDA DAYSE FREITAS VAZ....317
RAPHAEL GOMES VIANNA....317
FAKE NEWS E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO: O IMPACTO SOCIAL DA DISSEMINAÇÃO DE NOTICIAS FALSAS....317
Daniel Izaias Barros....318
Camille Vitória Mota Almeida....318
Zaida Maria Cunha Vasconcelos....318
Francisco Ronniere Da Silva....318
ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REALIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ EM 2024....318
Autor: Leandro freire Vieira....319
Autor: Luis Eduardo Paiva Moreira Rodrigues Autor: Luis Eduardo Siqueira da Costa Orientadora: Larissa Nunes de SOuza....319
USO DOS ANÁLOGOS DE GLP-1 RELACIONADA COM SARCOPENIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA....319
Autor: Evaldo de Aguiar Paixão....320
Autor: Jordana Aragão Sousa....320
Orientador: Antonio Rafael Coelho Jorge....320
OS IMPACTOS DA DIGITALIZAÇÃO NA DESIGUALDADE ECONÔMICA: UMA ANÁLISE PÓS-PANDEMIA....320
Igor Emanuel Belchior Pontes....321
Luciane dos Santos Jácome....321
IMPACTOS DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE NA ATUAÇÃO DA POLICIAL....321
Isamara do Vale Silva....322
Luciana de Sousa Lira....322
Benedito Yuri Azevedo Aguiar....322
IMPACTOS DOS ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS NA SAÚDE MENTAL....322
Déborah do Nascimento Carvalho....323
Gizlaine Bezerra de Souza....323
Orientador: Raimundo Valdir da Silva Celestino Júnior....323
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O PAPEL DA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA E NO ACOLHIMENTO DAS VÍTIMAS....323
Maria Ivone do Nascimento Rodrigues....324
Rayrla de Sousa Mendes....324
Fabricy Fernandes Mota....324

ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM NO CUIDADO DA SOP 324
Ana Clara Gomes Lima 325
Lara Fabian Damasceno Alencar 325
Maria Eduarda Lopes de Paiva3 325
Antonio Rafael Coelho Jorge 325
HIPERTENSÃO ARTERIAL: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E MANEJO 326
Érica Fernandes da Conceição 326
Francisca Vitória Oliveira Alves 326
Autor Thiago Sousa Cardoso 326
Adenyse Cavalcante Marinho Sousa 326
INSTRUMENTOS BÁSICOS DO CUIDADO EM ENFERMAGEM: FUNDAMENTOS PARA UMA ASSISTÊNCIA SEGURA E HUMANIZADA 327
Eduarda Moura de Paula 327
Marianna Dourado Vila Real 327
Vitória Gomes Rodrigues 327
Geniel de Sousa da Rocha 327
INSEGURANÇA JURÍDICA NO BRASIL: O FREIO INVISÍVEL AO CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL 328
Alexandre de Sousa Freires 328
Geraldo Silva Alves Rocha 328
Maria Eliene Souza Araújo 328
Kelma Costa de Souza 328
JEJUM COMO ESTRATÉGIA NUTRICIONAL PARA A LONGEVIDADE SAUDÁVEL: EVIDÊNCIAS E MECANISMOS 329
Luiz Neto Gomes Alcântara 329
Pedro Vitor Gomes Rodrigues 329
Rdo Valdir da Silva Celestino Junior 329
O AVANÇO DOS JOGOS DE APOSTA NO BRASIL: RISCOS, DEPENDÊNCIA E O PAPEL DO ESTADO 330
Melissa Tágila Silva de Oliveira 330
Luciane dos Santos Jácome 330
O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO E O ACESSO AO ENSINO 331
SUPERIOR NA SERRA DA IBIAPABA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL 331
Rosana Claudia Vieira Braga; 331
Henry Ferreira De Carvalho; 331
Guilherme Bernardo Silva Do Nascimento; 331

Jéssica Francisca Do Nascimento E Silva Portela. 331
O PAPEL DO ESTADO NA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 332
Rayane Silva Brito 332
Francisca das Chagas Gomes Neris 332
Francisco Ronniere da Silva 332
Antonio Gustavo Fernandes Sales 333
Letícia Gomes de Sousa Lima 333
Stephany Linhares Araújo da Silva 333
Raphael Viana 333
AUSÊNCIA DE MECANISMOS DE DEFESA EFICAZES CONTRA CRIMES AMBIENTAIS 334
José Gilney Pontes Menezes Rodrigues 334
Thays de Medeiros Abreu 334
Andreza Maria Rodrigues de Matos 334
Rodrigo Fagundes Portella 334
A INFLUÊNCIA DO CRIME ORGANIZADO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 335
Adriano Rocha da Silva 335
Francisco Roney de Sousa Ribeiro 335
OS TRÊS NÍVEIS DE SELEÇÃO PELAS CONSEQUÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS EMOÇÕES HUMANAS 336
Lidiane Alves da Silva 336
Antônio Neto Gomes Montenegro 336
Carla Vieira Cardoso 336
PATOLOGIZAÇÃO DO SOFRIMENTO HUMANO: CONTROLE EMOCIONAL E ALTA DEMANDA SOCIAL 337
Karina Maria Oliveira da Silva 337
Naianny Costa Sá 337
Carla Vieira Cardoso 337
DIREITOS DOS CONSUMIDORES NAS COMPRAS PELA INTERNET 338
Sávio Portela Braga 338
Maria Thamyres de Sousa Aragão 338
Jaqueline Dias Gomes 338
Ana Thaís Rocha Soares 338
O ATIVISMO JUDICIAL EM DECISÕES SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO 339
Matheus Madeira Araujo de Sales 339
Erika Fernandes Soares 339
Francisco Roniere da Silva 339

JOGOS DE AZAR ONLINE: COMO LIDAR COM A REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL? 340
Luis Felipe Basilio Lima 340
José Airton Alcântara Jorge Filho 340
Raphael Viana 340
BRONQUIOLITE VIRAL AGUDA: UM OLHAR AMPLIADO PARA AS INTERNAÇÕES E CUSTOS HOSPITALARES 341
BURNOUT: UM OLHAR PARA O ESGOTAMENTO DO PROFISSIONAL MODERNO 343
Ana Patrícia Marques da Cruz Fontenele 343
Luciane dos Santos Jácome 343
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 344
Bárbara Vitória Leite Moura 344
Francisco Erinaldo de Lima da Silva 344
Hugo Victor Teixeira Costa 344
Raphael Gomes Viana 344
BULLYING E CYBERBULLYING: IMPACTOS PSICOLOGICOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS E OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA EFETIVAÇÃO DA LEI 14.811/2024. 345
Joana Darc Fontenelle 345
Nayumi Hellen B. da Silva 345
Rafaela da Silva Magalhães 345
Yure Aguiar 345

ANAIS DE EVENTO

RESUMOS SIMPLES

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O IMPACTO NA RELAÇÃO DE TRABALHO: DIREITOS E DEVERES

Nonato Filho Tavares de Moura[1]
Francisco Danilo De Souza Gomes [2]

INTRODUÇÃO: A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) alterou significativamente a forma como as empresas e o poder público lidam com informações pessoais, estendendo seus efeitos para as relações de trabalho. Neste contexto, surgem novos direitos para os empregados e deveres para os empregadores, impactando desde a fase de recrutamento até o desligamento do funcionário. **OBJETIVOS:** O objetivo principal desta pesquisa é analisar os direitos e deveres decorrentes da LGPD no âmbito das relações de trabalho, identificando os principais desafios para a conformidade das empresas. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa e bibliográfica, analisando a LGPD (Lei nº 13.709/2018), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a jurisprudência trabalhista emergente e a literatura especializada em direito digital e trabalhista. **RESULTADOS:** O estudo demonstrou que as empresas devem revisar e adequar seus processos de coleta, tratamento e armazenamento de dados de empregados, baseando-se em princípios como a finalidade, a necessidade e a transparência. A mera relação de emprego não legitima a coleta irrestrita de dados, sendo exigido o consentimento expresso em muitos casos ou a aplicação de outra base legal. "A LGPD impõe uma mudança de paradigma: o empregador deve agora justificar a necessidade de cada dado coletado, abandonando a prática de coleta excessiva e sem propósito claro" (MORAES, 2023). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a LGPD estabeleceu um novo marco de proteção para os dados dos trabalhadores, exigindo que as empresas adotem políticas de privacidade mais rigorosas e transparentes. A conformidade com a lei é essencial para evitar sanções e litígios, fortalecendo a confiança mútua na relação de trabalho.

Palavras-chave: LGPD; Relação de Trabalho; Direitos do Empregado; Proteção de Dados; Compliance Trabalhista; Privacidade.

[1] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[2] Francisco Danilo De Souza Gomes, Graduado em Direito, Mestre em Educação, Professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade ViaSapiens; Tianguá-CE; danilo.gomes@faculdadeviasapiens.com.br

ALÉM DO GIZ: INOVAÇÃO E ENGAJAMENTO COM METODOLOGIAS ATIVAS.

Amanda dos Santos Marques[3];
Ana Carolina Fernandes de Morais[4];
Antonio Josué Carvalho Lima[5];
Íris dos Santos Timbó[6]

Introdução: A educação é um processo de transmissão de valores, hábitos e costumes de uma geração para a seguinte. O processo de ensino-aprendizagem da Antiguidade até o início do século XIX foi marcado por um processo passivo e receptivo de conhecimento, do qual o aluno exerce um papel passivo de aprendizagem e o professor repassa o conhecimento. Esse modelo começou a ser gradativamente questionado com as pesquisas da área da pedagogia e psicologia que defendem a aprendizagem como processo ativo. Segundo Vygotsky, a escola deve promover o desenvolvimento do aprendiz, que desde cedo incorpora comportamentos e ensinamentos dos adultos. Assim, destaca-se a importância das metodologias ativas no fortalecimento dessas interações, proporcionando contextos de aprendizagem mais dinâmicos e colaborativos, fundamentais para o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico, a autonomia e a resolução de problemas, requisitos essenciais para a formação integral dos indivíduos no cenário contemporâneo. **Objetivos:** Destacar a importância das metodologias pedagógicas ativas para os processos de ensino-aprendizagem**,** enfatizando sua contribuição para o desenvolvimento integral dos estudantes e para o aprimoramento da qualidade do ensino. **Metodologia:** A pesquisa possui características qualitativas e exploratórias, tendo sido realizada uma revisão bibliográfica baseada em artigos científicos provenientes das plataformas Scielo e Periódicos Capes, publicados nos últimos 10 anos, em língua portuguesa. A análise concentrou-se na identificação das principais ferramentas ativas utilizadas no processo educacional e em sua importância e contribuição para o processo de ensino-aprendizagem. **Resultados:** As metodologias de aprendizagem ativa tornam o ambiente escolar mais dinâmico e estimulante, impactando positivamente educadores e alunos**.** As metodologias de aprendizagem ativa buscam tornar o ambiente escolar mais dinâmico, impactando positivamente a percepção de educadores e alunos. Entre elas destacam-se: a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), que utiliza problemas reais para desenvolver autonomia, trabalho em equipe, pensamento crítico e criativo; a Aprendizagem Baseada em Projetos, com desafios autênticos que estimulam interesse e engajamento; a sala de aula invertida, que exige estudo prévio para aprofundar as discussões em sala; e a gamificação, que incorpora dinâmicas de jogos para tornar o aprendizado mais motivador e envolvente. **Conclusão**: São diversos os benefícios ao trazer as metodologias ativas para dentro de sala de aula, essas ferramentas cooperam na forma de proporcionar o conhecimento e o aprendizado, incentivando que o aluno pense e se comporte de modo que gere uma maior conexão com as ideias e resolva os problemas.

Palavras-chave: Educação. Metodologias Ativas. Aprendizagem. Protagonismo Estudantil.

[3] Acadêmica de Psicologia, Faculdade Via Sapiens (FVS) - Tianguá, Ceará, Brasil.
[4] Acadêmica de Psicologia; Acadêmica de Pedagogia, Faculdade Via Sapiens (FVS) - Tianguá, Ceará, Brasil.
[5] Acadêmico de Psicologia, Faculdade Via Sapiens (FVS) - Tianguá, Ceará, Brasil.
[6] Professora do curso de Psicologia da Faculdade Via Sapiens (FVS), Graduada em Psicologia (FLF), Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAVENI), Especialização em Saúde Pública e da Família (UNIQ, em andamento), Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI/FVS, em andamento).

ENTRE PALAVRAS E SILÊNCIOS: A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SOFRIDA POR PROFESSORES NAS ESCOLAS.

Antônia Ingrid Fernandes de Morais 7;
Mikaely Silva Oliveira 8;
Ana Carolina Fernandes de Morais 9;
Íris dos Santos Timbó 10

Introdução: A violência nas escolas transcende os atos físicos, manifestando-se de forma sutil e cotidiana por meio de comportamentos que desvalorizam e desrespeitam os professores. Essa violência simbólica e psicológica, muitas vezes naturalizada no ambiente escolar, inclui humilhações, constrangimentos público, insultos e a constante desvalorização profissional. Atitudes como essas contribui significativamente para o adoecimento mental dos educadores, impactando sua autoestima, motivação e desempenho profissional. Estudos revelam que a violência psicológica afeta um número expressivo de professores, com os principais agressores sendo alunos, colegas de trabalho, gestores escolares e até familiares dos estudantes. **Objetivo:** Analisar a prevalência, as fontes e os impactos da violência simbólica no cotidiano os docentes, além de discutir estratégias potenciais para enfrentá-la. **Metodologia:** A pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, conduzida por meio de uma revisão bibliográfica de estudos nacionais e disponíveis em bases de dados online, como SciELO e Redalyc, abrangendo publicações dos últimos 10 anos e em português. **Resultados/Discussão:** Os dados revelam que a violência simbólica e psicológica afeta significativamente os professores, sendo perpetrada por alunos, colegas de trabalho, gestores escolares e familiares dos estudantes. Os efeitos na saúde física e mental dos docentes são graves, refletindo-se diretamente no desempenho profissional, resultando em afastamentos, problemas de saúde e, em casos extremos, no abandono da profissão. Esses resultados ressaltam a urgência de implementar políticas de prevenção e apoio que visem proteger os docentes, promovendo um ambiente escolar mais seguro e saudável. **Conclusão:** Conclui-se que a violência simbólica e psicológica contra professores é um problema estrutural que requer ações efetivas e interdisciplinares para sua prevenção e enfrentamento. É fundamental que as instituições de ensino se comprometam a criar um espaço onde todos os educadores se sintam valorizados e protegidos, garantindo assim o bem-estar e a qualidade do ensino. A promoção de um ambiente seguro e respeitoso não apenas beneficia os educadores, mas também impacta positivamente o aprendizado dos alunos, criando uma cultura escolar que prioriza a empatia e o respeito mútuo.

Palavras-chave: Violência simbólica. Violência psicológica. Professores. Escola.

7 Mestranda em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI/FVS). Graduada em Gestão de Recursos Humanos. Professora do curso de Gestão em Recursos Humanos e acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade ViaSapiens (FVS).

8 Acadêmica de Psicologia da Faculdade ViaSapiens (FVS) – Tianguá, Ceará, Brasil.

9 Acadêmica de Psicologia e Pedagogia da Faculdade ViaSapiens (FVS) – Tianguá, Ceará, Brasil.

10 Professora do curso de Psicologia da Faculdade ViaSapiens (FVS). Graduada em Psicologia (FLF). Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clinica (FAVENI). Especialização em Saúde Pública e da Familia (UNIQ, em andamento) Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho- (UNIVALI/FVS, em andamento).

ACOLHIMENTO E CUIDADO: ENFERMAGEM FRENTE À SINDROME DE GUILLAIN-BARRÉ, UMA REVISÃO DESCRITIVA

Maria Giovanna Cardoso dos Santos 11
Antonio Rafael Coelho Jorge 12

Introdução: Síndrome de Guillain-Barré (SGB) é uma doença neurológica autoimune rara que afeta o sistema nervoso periférico, podendo provocar paralisia em casos graves. Ademais, acredita-se que esteja associada a uma resposta imune irregular desencadeada por infecções virais ou bacterianas. Diante da progressão aguda e do grave potencial de morte, o papel da equipe de enfermagem é essencial para garantir um acolhimento humanizado, vigilância contínua e cuidados que promovam a segurança, conforto e recuperação do paciente. Esse cuidado deve abranger desde a identificação precoce dos sintomas até a reabilitação, com atenção especial às necessidades físicas, emocionais e sociais do indivíduo. **Objetivos:** Enfatizar a importância do acolhimento e do cuidado de enfermagem aos pacientes com Síndrome de Guillain-Barré, com ênfase no papel da equipe na identificação precoce dos sinais, suporte físico, emocional e recuperação, com foco nos conhecimentos técnicos, na humanização e na integralidade da assistência. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa do tipo revisão bibliográfica de abordagem descritiva, realizada no período de 10 a 15 de maio de 2025. A coleta de informações foi realizada nas bases LILACS, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO, PubMed e Google Scholar, utilizando os termos “Guillain-Barré”, “Cuidado em enfermagem” e “Doenças raras”. Foram adotados como critérios de inclusão as publicações entre 2015 e 2025, com acesso ao texto completo e alinhadas à temática proposta. Após a seleção e análise dos títulos e resumos, quatro estudos foram escolhidos para compor o material da pesquisa. **Resultados:** Estudos mostram que a doença é mais frequente em homens. A explicação para a diferença entre ambos os sexos é desconhecida. Além disso, cerca de 25% dos casos de SGB desenvolvem insuficiência respiratória e muitos apresentam sinais de disfunção autonômica na fase aguda da doença, o que ressalta a importância do cuidado em enfermagem para a assistência integral. Do mesmo modo, o aumento dos casos após 2015 esteve relacionado aos surtos de Zika e Chikungunya, o que destaca a relevância do papel da enfermagem também na educação em saúde. **Conclusão**: Conclui-se que a enfermagem é fundamental no tratamento da Síndrome de Guillain-Barré, especialmente no processo de acolhimento e no cuidado integral. No entanto, é necessário ter muita preparação e conhecimentos técnicos, prezando por um atendimento humanizado, que atenda às necessidades físicas, emocionais e proporcione uma assistência de qualidade aos pacientes durante a internação.

Palavras-chave: Guillain-Barré; Cuidado em enfermagem; Doenças raras.

11 Graduanda em Enfermagem na Faculdade ViaSapiens.
12 Doutor em Farmacologia e Docente no curso de Enfermagem da Faculdade ViaSapiens.

A CRIMINALIDADE EM REGIÕES DE FRONTEIRA INTERESTADUAL: DESAFIOS JURÍDICO-PENAIS NA SERRA DA IBIAPABA (CE-PI).

Rayana Larissa Vieira Braga 13
Maria Clara Vieira Fernandes 14
Jhonny Vieira Brito 15

Introdução:A Serra da Ibiapaba, localizada na divisa entre os estados do Ceará e Piauí, tem enfrentado desafios significativos relacionados à criminalidade, especialmente no que tange ao tráfico de drogas e à atuação de organizações criminosas. A região, por sua posição geográfica estratégica, tornou-se um corredor para atividades ilícitas, exigindo respostas eficazes do sistema de justiça penal e das forças de segurança pública. **Objetivos:** O presente artigo tem como objetivo analisar os principais desafios jurídicos-penais da Serra da Ibiapaba, avaliando a eficácia das políticas de segurança e a atuação das instituições repressivas, com base em dados estatísticos, jurisprudências e estudos acadêmicos. **Metodologia:** A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, analisando documentos, dados oficiais e notícias sobre criminalidade, operações policiais e ações governamentais na Serra da Ibiapaba. **Resultados:** A priori, vale aduzir que em setembro de 2024, uma operação resultou na prisão de integrantes de uma organização criminosa em Tianguá, envolvidos com tráfico de drogas, associação para o tráfico e fraude processual, revelando a atuação de facções interestaduais na região. Diante dos desafios enfrentados, o governo estadual anunciou a criação de um Núcleo Regional da Perícia Forense (PEFOCE), com o intuito de aprimorar a investigação criminal e a elucidação de crimes na região. Ademais, em abril de 2025, a Operação Lignum apurou crimes ambientais envolvendo o desvio de madeira por agentes públicos, o que levou ao afastamento de um delegado e um escrivão da Polícia Civil. **Conclusão**: A criminalidade na Serra da Ibiapaba representa um desafio complexo para o sistema de justiça penal, exigindo ações coordenadas entre os estados do Ceará e Piauí. As operações policiais e a efetivação de políticas públicas, como a criação do Núcleo Regional da Pefoce, são passos importantes para o enfrentamento da criminalidade na região. No entanto, é fundamental fortalecer a cooperação interestadual, investir em inteligência policial e promover ações sociais que abordem as causas subjacentes da criminalidade para alcançar resultados sustentáveis.

Palavras-chave: Criminalidade interestadual; Serra da Ibiapaba; Organizações criminosas.

13 Acadêmica de Direito – Faculdade Via Sapiens.
14 Acadêmica de Direito – Faculdade Via Sapiens.
15 Especialista em Direito Penal, advogado e professor universitário - Faculdade Via Sapiens

TRIBUTAÇÃO NO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA E INCENTIVOS FISCAIS

Maria Alice Nereu Soares 16
Francisca Carla Gomes de Sousa Silva 17
Francisco Danilo de Souza Gomes 18

Introdução: O agronegócio consiste em um dos alicerces da economia brasileira, participando de forma importante para o Produto Interno Bruto (PIB), nas exportações e na geração de empregos. Em que pese sua relevância, o setor possui um regime tributário com suas particularidades, como os diversos incentivos fiscais e desonerações. Tal narrativa provoca discussões sobre o equilíbrio fiscal, o desempenho competitivo do setor e a estabilidade da arrecadação pública. **Objetivos:** Analisar a carga tributária incidente sobre o agronegócio brasileiro, identificando os principais tributos que estão relacionados ao setor e os incentivos fiscais atribuídos, e também abordar as repercussões econômicas e sociais dessa estrutura tributária. **Metodologia:** A pesquisa é de natureza qualitativa, baseada no estudo bibliográfico, além da realização da análise da legislação tributária vigente (tanto no âmbito federal e estadual), e estudo de dados econômicos oficiais associados à arrecadação e aos benefícios fiscais no setor agropecuário. **Resultados:** A análise comprovou que o agronegócio é favorecido por uma série de isenções, imunidades e regimes especiais, primordialmente quanto ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e à contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Ainda que isso contribua para a competitividade do setor, trás a tona objeções quanto à seletividade do sistema tributário e ao desfalque na arrecadação em confronto a outros setores da economia. **Conclusão**: A estrutura tributária do agronegócio, enquanto impulsiona o desenvolvimento do setor, simultaneamente, demanda uma revisão para garantir uma maior harmonia fiscal. Assim, uma tributação mais equitativa e eficiente deve considerar tanto os aspectos econômicos, bem como os princípios constitucionais da capacidade contributiva e da isonomia.

Palavras-chave: Agronegócio; Arrecadação; Tributação.

16 Acadêmica de Direito do 10° semestre da Faculdade Via Sapiens.
17 Acadêmica de Direito do 10° semestre da Faculdade Via Sapiens.
18 Professor Me. da Faculdade Via Sapiens.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS SEUS IMPLEMENTOS NO EMPREEDEDORISMO BRASILEIRO.

Pedro Henrique Araujo Amaral 19;
Francisco Danilo de Souza Gomes 20.

Introdução: O avanço tecnológico dos últimos anos impulsionou a inserção da Inteligência Artificial (IA) em diversos setores da economia, especialmente no empreendedorismo nacional. No Brasil, o uso da IA tem se tornado uma ferramenta crucial para o aumento da produtividade, a otimização de processos e a inovação em modelos de negócios. Startups, em especial, têm utilizado sistemas baseados em IA como mecanismos operacionais para potencializar resultados e promover o desenvolvimento de seus empreendimentos. **Objetivos:** O presente estudo analisa os impactos positivos da Inteligência Artificial no empreendedorismo brasileiro, com ênfase nos benefícios à inovação, nas melhorias da tomada de decisões e no aumento da competitividade entre pequenos, médios e grandes negócios. Busca-se compreender a sistemática de implementação dessa tecnologia, bem como identificar as barreiras existentes à sua ampla difusão. **Metodologia:** A pesquisa foi conduzida por meio de exploração bibliográfica, análise de sites especializados, participação em eventos acadêmicos e técnicos sobre o uso da IA no Brasil, além da consideração das diretrizes estabelecidas pela Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA). **Resultados:** A IA tem se mostrado uma aliada na personalização de produtos e serviços, bem como na automação do atendimento ao cliente, por meio do uso de algoritmos voltados à análise produtiva de mercado. Em contraste com métodos tradicionais de gestão, muitas vezes baseados na intuição ou em dados limitados, a utilização da IA tem propagado ganhos de eficiência e permitindo uma atuação mais estratégica por parte dos empreendedores. **Conclusão:** A Inteligência Artificial representa uma inovação disruptiva com grande potencial para transformar o empreendedorismo brasileiro. Seu uso adequado pode promover maior competitividade, inovação e sustentabilidade nos negócios. Entretanto, para que tais benefícios se concretizem de maneira ampla e democrática, é necessário investir em educação tecnológica, criar incentivos econômicos e estabelecer marcos legais que assegurem a ética, a transparência e a segurança no uso dessas ferramentas.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Empreendedorismo brasileiro, Inovação.

19 Bacharelando em Direito pela Faculdade ViaSapiens.
20 Professor de Direito pela Faculdade ViaSapiens.

A INTEGRAÇÃO ENTRE RECURSOS HUMANOS E A SEGURANÇA DO TRABALHO

João Olavo Dias Filho [21]
Marta Cleuma Aragão Sousa [22]
Ana Kécia Gomes Souza [23]
Antônia Ingrid Fernandes de Morais [24]

Introdução: Este estudo tem como foco a análise da integração entre os setores de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho nas organizações. A relevância do tema está fundamentada na necessidade crescente de ambientes de trabalho seguros e saudáveis, que não dependem apenas de medidas técnicas de prevenção, mas também de uma gestão estratégica de pessoas. Uma gestão integrada contribui significativamente para a redução de acidentes, aumento da produtividade e melhoria do clima organizacional. As dificuldades que muitas empresas ainda enfrentam para alinhar as práticas do Recursos Humanos com as diretrizes de Segurança do Trabalho. Essa falta de integração pode gerar lacunas na conscientização dos trabalhadores e na efetividade das ações preventivas. Este estudo busca, portanto, demonstrar que a atuação conjunta entre Recursos Humanos e Segurança do Trabalho é essencial para garantir um ambiente laboral mais seguro, humano e produtivo. **Objetivos:** Demonstrar que a atuação conjunta entre Recursos Humanos e Segurança do Trabalho é essencial para garantir um ambiente laboral mais seguro, humano e produtivo. **Metodologia:** O presente estudo foi realizado por meio de uma abordagem de natureza descritiva e documental. As fontes utilizadas para a referida pesquisa foram a revisão bibliográficas que compreendeu a análise de livros, artigos científicos, Normas Regulamentadoras (NRs), a fim de embasar teoricamente os conceitos de gestão de pessoas, segurança do trabalho e cultura organizacional **Resultado:** Este estudo possibilitou uma compreensão aprofundada da interação entre Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, evidenciando como a atuação conjunta pode contribuir para a promoção de ambientes laborais mais seguros e produtivos **Conclusão**. O Recursos Humanos tem que servir como elo entre trabalhadores e as práticas de segurança, promovendo o diálogo e a escuta ativa, assim ele contribui diretamente para a redução de acidentes, o aumento da produtividade e a valorização do capital humano. O compromisso do Recursos Humanos com a Segurança do Trabalho é um investimento no bem-estar das pessoas e na sustentabilidade das operações das organizações.

Palavras-chave: Recursos Humanos; Segurança do Trabalho; Ambiente de Trabalho Seguro João Olavo Dias Filho.

21 João Olavo Dias Filho, graduando em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade ViaSapiens.

22 Marta Cleuma Aragão Souza graduanda em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade ViaSapiens.

23 Graduanda em Gestão de Rcursos Humanos pela Faculdade ViaSapiesn

24 Professora orientadora da Faculdade ViaSapiens.

O PAPEL DO ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO) NAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS

Nonato Filho Tavares de Moura[25]
Maria Clara de Lima Rogerio[26]
Thales Cavalcante Linhares[27]
José Joel Linhares Feijó[28]
Priscila Márcia passos Carvalho[29]

INTRODUÇÃO: Com a vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a figura do Encarregado de Proteção de Dados (DPO) emergiu como um elo crucial entre a organização, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Este profissional, ou setor, é fundamental para garantir a conformidade e a segurança jurídica nas operações de tratamento de dados pessoais, atuando como ponto focal para questões de privacidade dentro das empresas. **OBJETIVOS:** O objetivo desta pesquisa é analisar as atribuições e a importância estratégica do DPO nas organizações, destacando seu papel como um agente de transformação cultural e de mitigação de riscos no ambiente empresarial. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, analisando a legislação brasileira (LGPD), regulamentações da ANPD, manuais de boas práticas internacionais (como o GDPR europeu) e literatura especializada em direito digital e governança corporativa. **RESULTADOS:** O estudo demonstrou que o DPO não é apenas um técnico ou um advogado, mas um gestor de riscos e um facilitador na implementação da cultura de proteção de dados. Sua atuação vai além do cumprimento de normas, englobando a educação dos colaboradores e a coordenação de respostas a incidentes. "O DPO representa a personificação da governança de dados na empresa, sendo o pilar para a construção de um ambiente de confiança e responsabilidade" (ALMEIDA, 2024). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o DPO é uma função essencial e estratégica para as organizações, pois atua na linha de frente da conformidade com a LGPD e na defesa dos direitos dos titulares de dados. Sua presença é vital para assegurar a perenidade do negócio e a confiança dos clientes.

Palavras-chave: DPO; Encarregado de Dados; LGPD; Privacidade; Governança de Dados; Compliance.

[25] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[26] Graduanda em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS);
[27] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.
[28] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.
[29] Advogada. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.

O ESTADO LAICO E A RELIGIÃO NA ESFERA PÚBLICA DAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS

Marina Gabryeli Fontinele Taboza 30
Dávila Brito Sousa 31
João Victor Alves Vasconcelos 32
Daniel Rocha Chaves 33

Introdução: Nas democracias modernas, o princípio da laicidade do Estado representa um dos pilares fundamentais para garantir a liberdade de consciência e a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, independentemente de suas crenças religiosas. Nesse sentido, observa-se um notável crescimento de movimentos religiosos atuando como atores políticos, tanto na elaboração de políticas públicas quanto na mobilização eleitoral, o que torna mais urgente a análise crítica de seus impactos sobre a laicidade do Estado, visando a neutralidade estatal e a defesa dos direitos das minorias. **Objetivos:** A pesquisa pretende analisar como a religião atua na esfera pública das democracias atuais, bem como, busca refletir sobre mecanismos institucionais capazes de reforçar a laicidade sem violar a liberdade de crença através de um equilíbrio institucional. **Metodologia:** O estudo adota uma abordagem bibliográfica com base em autores da ciência política, sociologia e direito, abrangendo uma análise documental de legislações, decisões judiciais, artigos científicos, notícias e manifestações públicas de lideranças religiosas e políticas. **Resultados:** A religião continua a exercer forte influência nas democracias, principalmente em temas morais e identitários, o que pode tanto fortalecer a cidadania quanto ameaçar a neutralidade estatal e os direitos das minorias. Em países como o Brasil, no qual líderes religiosos ocupam cargos políticos e influenciam diretamente a administração pública, é preciso controlar o limite tênue entre religião e a política, para que a razão pública não se sobreponha a mandamentos de doutrinas religiosas e vice-versa, sendo necessário haver um equilíbrio. **Conclusão**: O papel da religião nas democracias contemporâneas exige um constante equilíbrio entre o respeito à liberdade de crença e a preservação da neutralidade estatal. A atuação de grupos religiosos na esfera pública não é, em sua essência, ilegítima, mas torna-se um problema quando ultrapassa os limites da liberdade individual e se transforma em mecanismo de exclusão de minorias. Desse modo, é necessário que as políticas públicas sejam tomadas com base em princípios racionais e universais, em contraponto aos interesses confessionais.

Palavras-chave: Estado laico; Religião; Democracia.

30 Acadêmico de Direito – Faculdade Via Sapiens.
31 Acadêmico de Direito – Faculdade Via Sapiens.
32 Acadêmico de Direito – Faculdade Via Sapiens.
33 Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, advogado e professor universitário – Faculdade Via Sapiens.

USO INDISCRIMINADO DE MULTIVITAMÍNICOS

Kaylane Ferreira da Silva 34
Vitória Araújo Duarte 35
Bernardo Rodrigues Lima 36
Valecia Natalia Carvalho da Silva 37

Introdução: As vitaminas são micronutrientes essenciais que desempenham importantes funções no organismo em pequenas concentrações. No entanto, o uso excessivo pode causar efeitos graves à saúde, e muitas pessoas desconhecem as consequências desse consumo exagerado. O uso indiscriminado de multivitamínicos tem se tornado uma prática cada vez mais comum, impulsionada pela facilidade de acesso e pela crença popular de que vitaminas são inofensivas e benéficas em qualquer situação. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo conscientizar a população sobre os malefícios do uso excessivo de multivitamínicos, ressaltando os perigos da automedicação e da suplementação sem orientação profissional. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura baseada no artigo "Consumo Excessivo de Produtos Vitamínicos: Uma Revisão", publicado na Revista Uningá. O artigo baseou-se em 14 publicações científicas, entre nacionais e internacionais, utilizando bases como SciELO, PubMed e LILACS. A pesquisa focou nos efeitos adversos do uso indiscriminado de vitaminas, especialmente as lipossolúveis, explicando seus funções e os efeitos adversos causados pelo excesso dessas vitaminas. **Resultados:** O estudo evidenciou que o consumo excessivo de vitaminas lipossolúveis (A, D, E e K) pode provocar hipervitaminoses, uma condição caracterizada pelo acúmulo tóxico dessas substâncias no organismo. Entre os efeitos relatados estão problemas hepáticos, neurológicos, cardiovasculares e até risco aumentado de malformações em gestantes. Além disso, muitos consumidores utilizam esses suplementos sem prescrição médica, movidos por crenças populares e publicidade enganosa. Um levantamento com universitários revelou que 30% faziam uso regular de multivitamínicos, sendo a maioria sem orientação profissional. **Conclusão**: Apesar dos multivitamínicos terem sua importância em casos de deficiência comprovada, seu uso indiscriminado pode causar sérios danos à saúde. A suplementação deve ser indicada por profissionais qualificados, levando em consideração as reais necessidades do paciente. Conscientizar a população sobre os riscos do consumo excessivo é fundamental para evitar quadros de hipervitaminose e promover o uso racional desses produtos. A saúde deve ser sempre priorizada por meio de uma alimentação equilibrada e do acompanhamento adequado, evitando-se a automedicação e o uso excessivo de suplementos.

Palavras-chave: Multivitamínicos; Uso indiscriminado; Risco à saúde.

34 Acadêmica de Nutrição- FVS
35 Acadêmica de Nutrição- FVS
36 Farmacêutico- UNIATENEU
37 Biomédica; Docente de Nutrição FVS

VIOLÊNCIA POLITICA CONTRA MULHERES

Francisco Brayan Fonteles Matias 38
João Victor Dantas Da Silva 39
Raphael Gomes Vianna 40

Introdução: A presença feminina nos espaços de poder é um indicativo fundamental da qualidade democrática de um país. No entanto, muitas mulheres que se engajam na vida política enfrentam diversas formas de violência, cuja intencionalidade é restringir sua atuação e desestimulá-las a permanecer ou ingressar nesse ambiente. Esta violência, denominada violência política contra mulheres, revela-se como um obstáculo à construção de uma democracia plena e igualitária. Este artigo tem como objetivo analisar esse fenômeno no contexto brasileiro, destacando seus mecanismos, implicações e os avanços legais, com ênfase na Lei nº 14.192/2021. **Objetivos:** Entender como as mulheres sofrem violência quando participam da política, como candidatas, vereadoras, deputadas ou prefeitas. O objetivo é mostrar como essa violência afeta a presença das mulheres nesses espaços. **Metodologia:** Foram usados livros, reportagens, leis e entrevistas com mulheres que atuam na política para descobrir como essa violência acontece e o que está sendo feito para combatê-la**. Resultados:** A pesquisa mostrou que muitas mulheres são atacadas só por estarem na política. Elas recebem xingamentos, ameaças nas redes sociais, são interrompidas mais do que os homens durante discursos e, às vezes, até sofrem agressões físicas. Isso acontece principalmente com mulheres negras, indígenas ou LGBTQIA+. Por causa disso, muitas têm medo de continuar ou de se candidatar novamente. Uma lei importante, a Lei nº 14.192/2021, foi criada para ajudar a proteger as mulheres nesses casos. **Conclusão:** A violência política contra mulheres é um obstáculo grave à democracia e à equidade de gênero no Brasil. Os dados e casos demonstram que mulheres seguem sendo atacadas por ocuparem espaços de poder historicamente dominados por homens. É essencial fortalecer legislações como a Lei nº 14.192/2021 (que combate a violência política de gênero), ampliar os mecanismos de denúncia, garantir proteção às vítimas e promover uma cultura política inclusiva e respeitosa. Somente com a efetiva participação das mulheres em condições seguras e igualitárias é possível consolidar uma democracia verdadeiramente representativa.

Palavras-chave: Democracia; Violência; Mulheres.

38Acadêmico do Curso de Direito-FVS-brayanfonteles542@gmail.com.
39Acadêmico do Curso de Direito-FVS- vitim425@gmail.com.
40 Advogado, Professor Universitário.

ENTRE O LUTO E A MELANCOLIA: UMA PERSPECTATIVA PSICANALÍTICA SOBRE A PERDA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL

Sabrynna Ponce Rocha Vasconcelos 41
Guadalupe Silva lourenço 42
João Paulo Alves da Silva 43
Íris dos Santos Timbó 44

Introdução: Sigmund Freud, em seu ensaio Luto e Melancolia (1917), propõe uma importante diferenciação entre dois estados afetivos decorrentes de experiências de perda. O luto é compreendido como uma reação psíquica natural à ausência de um objeto amado, sendo possível sua elaboração ao longo do tempo. Já a melancolia envolve uma perda inconsciente, mais profunda e complexa, na qual o sujeito não sabe exatamente o que perdeu, resultando em sentimentos intensos de autodepreciação, culpa e vazio. Dessa forma, a investigação explora de que maneira tais dinâmicas inconscientes se manifestam nos pacientes, sobretudo no âmbito da saúde mental na Atenção Básica do SUS. **Objetivos:** Dar visibilidade aos processos de luto e melancolia e identificar caminhos de intervenção para populações atendidas na saúde mental na Atenção Básica do SUS promovendo escuta qualificada, diagnóstico diferencial e estratégias terapêuticas adequadas. **Metodologia:**O presente trabalho é redigido a partir de uma revisão teórica do texto freudiano Luto e Melancolia e de publicações sobre saúde mental na Atenção Básica do SUS. Oriundo de leitura de Freud (1917) e de artigos, diretrizes e estudos, em especial Gomes & Gonçalves (2015), que destacam a necessidade de diferenciar "luto saudável" de "luto mal elaborado" na UBS. **Resultados:**A análise realizada em contextos de saúde mental na Atenção Básica do SUS demonstrou que os processos de luto e melancolia frequentemente se confundem no discurso dos pacientes, exigindo uma escuta qualificada por parte dos profissionais. Observa-se que o luto, tende a seguir um curso natural de elaboração, com relatos de tristeza, saudade e uma reestruturação da vida sem o objeto perdido. Já a melancolia se apresenta de forma mais complexa do que o Luto, com sintomas como desvalorização pessoal, culpa excessiva, perda de interesse pela vida e dificuldades em identificar a origem da dor psíquica. Essas manifestações revelam a importância de um diagnóstico diferencial e preciso, que permita diferenciar o sofrimento natural do luto das manifestações patológicas da melancolia. **Conclusão**: Esta investigação reforça a importância de distinguir luto — um processo que requer tempo e espaço para sua elaboração — de melancolia — quadro patológico que impõe um fardo persistente e intolerável. Esse conhecimento é imprescindível para que os profissionais de saúde realizem uma escuta qualificada, identifiquem adequadamente cada condição e ofereçam intervenções adequadas: apoio e acolhimento no luto, e tratamento especializado na melancolia. Além disso, ao promover essa diferenciação, contribuímos para uma sociedade mais empática e atenta às diferentes manifestações do sofrimento decorrente da perda.

Palavras-chave: Luto; Melancolia; Psicanálise; Perda; Subjetividade.

41 Graduanda em Psicologia - FVS
42 Graduanda em Psicologia - FVS
43 Graduanda em Psicologia - FVS
44 Graduada em Psicologia – FLF; Professora do curso de Psicologia da Faculdade ViaSapiens.

A ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS NA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO COMO PILAR DA PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Nonato Filho Tavares de Moura[45]
Maria Clara de Lima Rogerio[46]
Thales Cavalcante Linhares[47]
José Joel Linhares Feijó[48]

INTRODUÇÃO: A Segurança da Informação é um dos pilares centrais da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que exige que agentes de tratamento adotem medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas. Este resumo explora a intrínseca relação entre a segurança da informação e a proteção de dados, destacando como a primeira é um requisito fundamental para a conformidade com a LGPD. **OBJETIVOS:** O objetivo principal desta pesquisa é analisar a Segurança da Informação como um requisito legal e uma obrigação para o tratamento de dados pessoais, demonstrando como sua implementação efetiva é essencial para garantir os direitos dos titulares e evitar sanções. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa e bibliográfica, baseada na análise da legislação brasileira (Lei nº 13.709/2018), em documentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e em literatura especializada que aborda a intersecção entre o direito e a tecnologia. **RESULTADOS:** O estudo demonstrou que a LGPD não apenas exige a segurança, mas a eleva a um patamar de obrigação fundamental, impondo responsabilidade objetiva aos agentes de tratamento em caso de falha. A simples existência de incidentes de segurança, como vazamentos, mesmo sem culpa comprovada, pode gerar sanções e dever de indenizar. "A LGPD tornou a segurança da informação um imperativo jurídico, transformando a proteção de dados de uma boa prática em um dever legal" (SANTOS, 2024). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a segurança da informação não é um mero acessório, mas a base sobre a qual a proteção de dados se sustenta. Para as organizações, investir em medidas de segurança robustas e em uma cultura de proteção de dados não é um gasto, mas um investimento estratégico na conformidade, na reputação e na confiança do cliente.

Palavras-chave: Segurança da Informação; LGPD; Proteção de Dados; Vazamento de Dados; Compliance; Cibersegurança.

[45] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[46] Graduanda em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS);
[47] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.
[48] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.

PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Lana Daice de Sousa Chaves Fontenele 49
Antonia Ingrid Fernandes de Morais 50

Introdução: A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) tornou-se uma prioridade nas organizações contemporâneas, diante do aumento de transtornos ocupacionais como estresse, depressão e síndrome de burnout — condições reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como riscos associados ao ambiente de trabalho. Além dos impactos à saúde individual, tais distúrbios comprometem a produtividade e elevam os custos organizacionais com afastamentos e turnover. Nesse contexto, o setor de Recursos Humanos (RH) destaca-se como agente estratégico na construção de políticas e práticas voltadas à promoção do bem-estar físico, mental e social dos colaboradores, conforme orientações da OMS e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A valorização da saúde no ambiente corporativo torna-se, assim, um diferencial competitivo para organizações que buscam sustentabilidade e inovação. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar a QVT como um desafio e uma oportunidade estratégica para o setor de RH, ressaltando as vantagens organizacionais advindas de sua implementação eficaz. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos como Walton (1973), que definiu os critérios essenciais para QVT; Chiavenato (2014), que aborda o papel estratégico do RH na gestão de pessoas; e Limongi-França (2018), que propõe abordagens integradas entre saúde e desempenho organizacional. Foram consultados artigos científicos nas bases SciELO e Google Acadêmico, com análise crítica e interpretativa das contribuições mais relevantes. **Resultados:** Os dados analisados indicam que práticas como escuta ativa, apoio à saúde mental, programas de desenvolvimento, reconhecimento profissional e políticas de flexibilidade impactam positivamente a satisfação no trabalho. Empresas que investem em QVT apresentam maior engajamento, retenção de talentos, redução de afastamentos e fortalecimento da cultura organizacional. Além disso, a atuação estratégica do RH nesse campo tem se revelado essencial para alinhar os interesses corporativos às necessidades humanas, promovendo ambientes mais sustentáveis e inovadores. **Considerações finais:** O investimento em QVT vai além da responsabilidade social: trata-se de uma ação estratégica que gera resultados tangíveis para as organizações. O setor de RH, ao assumir esse protagonismo, fortalece sua posição como pilar da sustentabilidade organizacional e agente ativo na construção de ambientes saudáveis, produtivos e alinhados aos desafios do futuro do trabalho.

Palavras-chave: Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), Recursos Humanos Estratégico, Saúde Mental no Ambiente Corporativo.

49 Autora: Graduanda em Gestão de Recursos Humanos, 3º semestre, na Faculdade ViaSapiens.
50 Orientadora: Docente na Faculdade ViaSapiens, Graduada em Gestão de RH (Estácio), Especialista em Gestão de RH (Facuminas), Especialista em Gestão Educacional (Facuminas), Especialista em Educação Especial (Faculdade ViaSapiens), MBA em Gestão de Equipes e Liderança (Faveni), Mestranda em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI)

ENTRE PALAVRAS E SILÊNCIOS: A LINGUAGEM COMO FERRAMENTA DE CUIDADO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

Daniele Kessia Coelho de Araújo 51;
Sansara Araújo Silva 52;
Francisca Joice Magalhaes de Araújo 53;
Íris dos Santos Timbó 54

Introdução: A psicanálise, desenvolvida por Freud no final do século XIX, transformou profundamente a compreensão do sofrimento psíquico. Ao identificar que certos sintomas físicos tinham origem inconsciente, Freud passou a escutar seus pacientes de forma inovadora, permitindo uma fala livre e não dirigida (FREUD, 1895). Assim, formulou a técnica da associação livre e introduziu a noção de "cura pela fala" (FREUD, 1900). Essa cura não visa suprimir o sofrimento, mas elaborá-lo simbolicamente, permitindo que o sujeito ressignifique suas vivências (FREUD, 1914). Nesse contexto, a palavra assume papel central na transformação subjetiva. A escuta do analista, atenta aos lapsos, silêncios e repetições, favorece o surgimento de conteúdos inconscientes e a construção de novas formas de lidar com o mal-estar (NASIO, 1999). **Objetivo**: Compreender a importância da linguagem e da fala como instrumentos terapêuticos na clínica psicanalítica, analisando seus impactos na subjetividade e seu papel central no acesso ao inconsciente. **Metodologia**: A pesquisa é qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão teórica e bibliográfica. Foram analisadas obras clássicas da psicanálise, como textos de Freud e Lacan, além de produções contemporâneas sobre linguagem e escuta clínica. A busca foi realizada em bases de dados como SciELO e PePSIC, priorizando publicações dos últimos dez anos. Os dados foram tratados por meio de análise temática, com foco nos conceitos centrais relacionados à linguagem na clínica. **Resultados**: Os dados analisados evidenciam que a fala ocupa posição central na psicanálise, pois é por meio dela que o sujeito pode acessar conteúdos inconscientes (LACAN, 1985). A associação livre permite que o inconsciente se manifeste de forma simbólica, possibilitando a elaboração do que antes era apenas sintoma ou sofrimento sem nome (FREUD, 1900). A escuta do analista é conduzida por uma atenção flutuante, sensível a elementos que escapam à lógica consciente, como silêncios, repetições e contradições (NASIO, 1999). Nessa perspectiva, a clínica psicanalítica se constitui como um espaço em que a palavra não apenas comunica, mas produz sentido, promovendo transformação psíquica. **Conclusão:** a psicanálise aposta na palavra como via de transformação psíquica. A linguagem, nesse contexto, não é apenas instrumento técnico, mas condição da cura. É pela fala livre e pela escuta qualificada que o sujeito pode construir novos sentidos e elaborar seu sofrimento, reafirmando o poder terapêutico da linguagem na clínica.

Palavras-chave: Psicanálise; Linguagem; Associação livre; Subjetividade; Inconsciente.

51 Discente do curso de Psicologia, Faculdade ViaSapiens campus Tianguá, Ceará.
52 Discente do curso de Psicologia, Faculdade ViaSapiens campus Tianguá, Ceará..
53 Discente do curso de Psicologia, Faculdade ViaSapiens campus Tianguá, Ceará..
54 Professora do curso de Psicologia da Faculdade Via Sapiens (FVS), Graduada em Psicologia (FLF), Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAVENI), Especialização em Saúde Pública e da Família (UNIQ, em andamento), Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI/FVS, em andamento).

A ADVOCACIA DATIVA NO CEARÁ: ANÁLISE DE DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

João Ferreira de Aguiar Neto 55
Paula Laís Cunha da Silva 56
Leonardo Vasconcelos Cunha 57
Fernanda Elisabeth de Lima Castelo Branco 58

Introdução: O presente trabalho analisa a atuação dos advogados dativos no estado do Ceará como mecanismo de efetivação do direito de acesso à justiça, especialmente em comarcas desassistidas pela Defensoria Pública, nas quais sua nomeação judicial torna-se imprescindível para assegurar a prestação de assistência jurídica à população hipossuficiente. A ausência da Defensoria Pública em muitas regiões do interior do estado impõe à advocacia dativa um papel fundamental na garantia de direitos e na promoção da cidadania. **Objetivos:** O objetivo é discutir a relevância jurídica e social da advocacia dativa na prestação de assistência jurídica gratuita à população hipossuficiente, sobretudo em áreas sem Defensoria Pública. Também se busca analisar os principais desafios enfrentados no exercício dessa função, como a ausência de critérios claros de nomeação e a precariedade na remuneração**. Metodologia:** A metodologia adotada para este estudo foi a pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em legislação, doutrina especializada e jurisprudência relevante. A análise visa evidenciar que o advogado dativo, quando nomeado judicialmente, desempenha uma função essencial de defesa técnica, especialmente em localidades onde a Defensoria Pública não tem atuação efetiva, garantindo a assistência jurídica à população hipossuficiente. **Resultados:** No Ceará, a atuação dos advogados dativos enfrenta a ausência de critérios objetivos na nomeação, além da precariedade na remuneração, que frequentemente é insuficiente, paga com atraso ou em valores defasados. Esses fatores comprometem significativamente a qualidade do serviço prestado. Destaca-se, também, a urgente necessidade de uma regulamentação estadual mais eficiente, que assegure maior segurança jurídica e efetividade à função dativa, garantindo melhores condições para o exercício dessa importante atividade**. Conclusão**: Conclui-se que os advogados dativos desempenham um papel essencial na concretização dos direitos fundamentais e na democratização da justiça, especialmente em comarcas onde a Defensoria Pública não possui presença efetiva. Dessa forma, é imprescindível o reconhecimento e a valorização institucional dessa função, por meio de uma regulamentação mais eficiente que assegure melhores condições de trabalho e remuneração.

Palavras-chave: Advocacia Dativa; Acesso à Justiça; Direitos Fundamentais; Remuneração; Defensoria Pública.

55 Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.
56 Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.
57 Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.
58 Professora Orientadora, é mestranda em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), especialista em Direito Previdenciário, Direito Processual Civil e Direito Administrativo. Professora da Faculdade Via Sapiens, onde ministra disciplinas nas áreas de Direito Previdenciário e Prática Jurídica..

A LEI N°12.529, PROIBIÇÃO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA QUE POSSAM TER EFEITO A REDUÇÃO DA CONCORRÊNCIA

Antonia Clara de Assis Vieira59
Bárbara Farias Moreira60
Isabelly Nunes Soares61
Luciane dos Santos Jácome62

Introdução: A lei n°12.529(antitruste) de de 30 de novembro de 2011 reorganiza o sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), com o objetivo de prevenir e reprimir infrações à ordem econômica, promovendo um mercado livre, justo e competitivo no Brasil. Essa lei substitui a antiga lei n°8.884 de 1994 e criou uma estrutura mais eficiente ao unificar órgãos de defesa da concorrência e que proíbem a criação ou fortalecimento de uma posição dominante no mercado. **Objetivos:** Essa lei define e reorganiza a estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e estabelece normas para a prevenção de infrações contra a ordem econômica o Artigo 36 da lei n°12.529 informa as condutas consideradas infrações até mesmo aquelas que tem como objetivo limitar alguém no mercado, falsear(adulterar qualquer informação ou até suas formas no mercado)o CADE toma a iniciativa divulgando cartilhas e guias sobre a legislação concorrencial, com palestras, seminários e eventos e também complementadas pelo regimento interno do CADE (RiCade)ao qual tem as funções citadas acima .**Metodologia**: o Artigo 87 da lei citada trata de acordos feitos para com empresas ,para denunciarem essa práticas anticompetitivas, o CADE(conselho administrativo de defesa econômica) fica responsável por garantir a livre concorrência no mercado de forma que com investigações a fundo contra as formações de cartel o abuso de poder e as fusões que podem gerar monopólio. **Resultado:** Essa lei estrutura o mercado com a concorrência propiciando a igualdade de oportunidades nas disputas do mercado, garantindo também a microempresária para que as grandes empresas não usem seu poder econômico para fins de lutar contra a concorrência, a SEAE (Secretaria de Acompanhamento Econômico) tem a função de elaborar estudos e analisar novas leis para ajudar nessa concorrência livre no mercado. **Conclusão**: Em suma a lei n°12.529/2011, estabelece o marco regulatório para a prevenção e repressão de práticas anticompetitivas no Brasil, gerando um mercado amplo e livre, tanto para as empresas quanto para com o consumidor, para criar uma economia regulada na sociedade, isso previne e reprime práticas anticoncorrenciais para cada um possa um nível de competitividade igualitário nos padrões de acordo com sua atividade, gerando um mercado justo.

Palavras-chave: Concorrência; Lei nº12.529; Economia.

59Acadêmica de Direito na Faculdade ViaSapiens - FVS.
60 Acadêmica de Direito na Faculdade ViaSapiens - FVS.
61 Acadêmica de Direito na Faculdade ViaSapiens - FVS.
62 Mestre em Economia Rural – UFC; Doutoranda em Economia Rural - UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis.

AS CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO ALIENANTE E DA DESUMANIZAÇÃO NA SAÚDE MENTAL DO OPERÁRIO: UMA ANÁLISE DO FILME O OPERÁRIO

Maria Vitória dos Santos Silva[63]
Larissa Maria Ribeiro Fernandes [64]
Maria Sadara de Sousa Pinheiro[65]

Introdução: O filme O Operário (2004), dirigido por Brad Anderson, aborda a história de Trevor Reznik, um operário que sofre de insônia crônica e grave deterioração psíquica. Ambientado em um contexto industrial desumanizador, o filme traz reflexões pertinentes à Psicologia Social do Trabalho e das Organizações, evidenciando os impactos da alienação, da falta de suporte institucional e da precarização das condições de trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores. **Objetivo**: O presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos psicológicos da alienação e da desumanização no ambiente de trabalho a partir da trajetória de Trevor Reznik, relacionando o enredo do filme aos conceitos da Psicologia Social do Trabalho e das Organizações. **Metodologia:** A análise foi realizada a partir da observação crítica do filme O Operário, com enfoque nos aspectos psicossociais relacionados ao ambiente de trabalho e saúde mental. Foram utilizados referenciais teóricos sobre alienação, desumanização e sofrimento psíquico no contexto organizacional. **Resultado:** Observou-se que Trevor, exposto a condições de trabalho mecânicas e impessoais, apresenta sintomas severos como insônia, paranóia, isolamento social e transtornos dissociativos. O ambiente organizacional mostrado no filme ignora completamente seu estado de saúde, reforçando o processo de desumanização e alienação do trabalhador. A falta de suporte psicológico e o estigma em torno do sofrimento mental contribuíram para o agravamento do quadro psíquico do personagem, culminando em colapso emocional. **Conclusão:** O filme evidencia como ambientes de trabalho alienantes e desumanizadoras podem desencadear sérios danos à saúde mental dos trabalhadores. Destaca-se a importância do psicólogo organizacional na criação de espaços de acolhimento, prevenção de adoecimentos psíquicose promoção de ambientes de trabalho mais humanizados. Dessa forma, a análise de O Operário contribui para ampliar a compreensão dos impactos das práticas organizacionais sobre a subjetividade dos indivíduos.

Palavras-chave: Saúde Mental; Psicologia Social do Trabalho; Alienação; Desumanização; Sofrimento Psíquico.

63 Discente da Faculdade ViaSapiens.
64 Discente da Faculdade ViaSapiens.
65 Docente da Faculdade ViaSapiens.

LGPD E COMÉRCIO ELETRÔNICO: RISCOS E OPORTUNIDADES

Nonato Filho Tavares de Moura[66]
Maria Clara de Lima Rogerio[67]
Thales Cavalcante Linhares[68]
José Joel Linhares Feijó[69]

INTRODUÇÃO: A expansão do comércio eletrônico transformou a coleta e o tratamento de dados pessoais em uma atividade central para o sucesso dos negócios. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) impacta diretamente este setor, impondo uma série de obrigações que, se ignoradas, geram riscos significativos. Contudo, a conformidade também se apresenta como uma oportunidade de fortalecer a confiança e a lealdade dos clientes. **OBJETIVOS:** O objetivo principal desta pesquisa é analisar os riscos e as oportunidades que a LGPD apresenta para as empresas de comércio eletrônico, destacando os desafios da conformidade e os benefícios de uma gestão de dados transparente e segura. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa e bibliográfica, baseada na análise da legislação aplicável (LGPD), na jurisprudência recente e em literatura especializada que discute a relação entre o direito digital e as práticas comerciais no ambiente virtual. **RESULTADOS:** O estudo demonstrou que a principal oportunidade reside na construção de confiança. As empresas que adotam práticas transparentes, obtendo consentimento claro e protegendo os dados de seus clientes, conseguem se diferenciar no mercado. Por outro lado, o maior risco está na negligência, que pode levar a sanções administrativas severas e a prejuízos reputacionais. "A LGPD forçou o comércio eletrônico a evoluir de um modelo focado apenas na transação para um que prioriza a segurança e a confiança do cliente, transformando a privacidade em um diferencial competitivo" (CARVALHO, 2024). **CONCLUSÃO:** onclui-se que a adequação à LGPD no e-commerce é imperativa. Embora exija investimentos e readequações, a conformidade não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como um investimento estratégico que mitiga riscos, fortalece a marca e constrói um relacionamento duradouro com o consumidor.

Palavras-chave: LGPD; Comércio Eletrônico; E-commerce; Proteção de Dados; Privacidade; Conformidade.

[66] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[67] Graduanda em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS);
[68] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.
[69] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.

DIREITO À IGUALDADE E À LIBERDADE SEGUNDO O ARTIGO 5° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Iasmim Constância Medeiros Gonçalves.70
Rayane Silva Brito.71
Francisca das Chagas Gomes Neris.72
Francisco Danilo de Souza Gomes.73

Introdução: A Constituição Federal de 1988, estabelece no Art. 5°os direitos fundamentais dos brasileiros. Dessa forma, quais são as principais características acerca do direito à igualdade e à liberdade segundo o Artigo 5° da Constituição Federal? Direitos estes que garantem que todos sejam tratados com o mesmo valor perante a lei independentemente de cor, religião, orientação sexual, entre outros. **Objetivos:** Verificar as principais características a cerca da igualdade e á liberdade segundo a Constituição. Destacando sua importância para a cidadania e para a construção de uma sociedade justa. **Metodologia:** O presente resumo é constituído por uma pesquisa qualitativa, possibilitando o entretenimento de fenômenos sociais utilizando marcos teóricos e base de dados renomadas. Utilizou-se enquanto procedimento de pesquisa a pesquisa bibliográfica e documental por meio de artigos e livros. **Resultados:** Foi possível identificar que o artigo 5° assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e garante a liberdade de expressão, de crença, de locomoção, classe social ou orientação sexual. No entanto, percebe-se que na prática ainda existem desigualdades e limitações no exercício pleno desses direitos. **Conclusão**: O direito à igualdade e à liberdade é essencial para garantir a dignidade e a participação de todos os cidadãos na vida social e política. Embora estejam claramente previstos na constituição, ainda há desafios para que sejam totalmente respeitados e efetivados na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Direito; Igualdade; Liberdade.

70 Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.
71 Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.
72 Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.
73 Mestre em Educação pela Universidade Vale do Itajaí - UNIVALI (CAPES 5). Especialista em direito público e privado pela Faculdade ViaSapiens - FVS (2023). Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Especialista em Direito Educacional e Gestão de Instituições Educacionais pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER (2023). Especialista em Perícia e Auditoria Ambiental pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER (2023). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022) Licenciando em Filosofia pela Faculdade IBRA (2024-atual). Licenciando em Sociologia pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER (2024-atual). É professor dos cursos de administração, ciências contábeis, direito e enfermagem da Faculdade ViaSapiens - FVS.

A RELEVÂNCIA DO DIREITO DO CONSUMIDOR E OS EFEITOS PRÁTICOS DA SUA APLICAÇÃO

Ana Quécia Gomes da Costa[74]
Joziele Humildes Santiago Carvalho[75]
Daniel de Vasconcelos Mello[76]

Introdução: O direito do consumidor surgiu com a Revolução Industrial, devido à intensificação das relações de produção e consumo, exigindo mudanças no direito tradicional. Está garantido pela Constituição de 1988 e regulamentado pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), que visa proteger a dignidade, segurança, interesses econômicos e promover a harmonia nas relações de consumo. O texto destaca a importância do CDC e a necessidade de maior valorização e aplicação efetiva desse direito. **Objetivos:** Analisar as legislações vigentes que regem as relações de consumo e garantem a proteção dos direitos do consumidor, destacando o conhecimento que os indivíduos possuem sobre esse direito. **Metodologia:** O presente estudo utilizou-se o método descritivo e bibliográfico, com abordagem quantitativa. Após a análise dos dados, é possível observar a relevância da necessidade do direito do consumidor. Diante de novos modelos de negócios éticos e que garantem transparência aos consumidores, esse código se torna primordial na contemporaneidade e promove o crescimento social. **Resultados:** O Código de Defesa do Consumidor, é contido por mandamentos nucleares tais como, o princípio da vulnerabilidade do consumidor, o princípio da equidade e a cláusula geral de boa-fé, o princípio da proibição do abuso do direito e a função social dos contratos. O CDC adotou os princípios apresentados acima, na busca de proteger o consumidor, caracterizado como vulnerável, colocando-o em posição de equilíbrio com suas relações de consumo. Pode-se concluir que os princípios vigentes adotados pelo CDC como forma de proteção das relações de consumo são amplos e efetivamente asseguram os direitos do consumidor. **Conclusão**: Nessa perspectiva, torna-se fundamental que todos possam conhecer e garantir seus direitos em suas relações de consumo. Valorizando esse ramo de ciência jurídica, que protege de forma relevante o consumidor e possibilita as negociações lícitas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Palavras-chave: Consumidor; Proteção; Vulnerabilidade.

[74] Académica de Direito pela Faculdade ViaSapiens - FVS.

[75] Académica de Direito pela Faculdade ViaSapiens - FVS.

[76] Graduado em Direito pela Faculdade Moraes Júnior (atual Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio) no Rio de Janeiro, no ano de 2004. Advogado desde 2005, com atuação em Direito Civil e em Direito do Consumidor. Proprietário do escritório Daniel Mello advocacia, localizado em Tianguá-CE. Especialista em Direito Processual pela FATE (Faculdade Ateneu) desde de 2008 e atualmente cursando pós-graduação em Direito Sucessório. Professor da FATE (Faculdade Ateneu), no ano de 2009, da disciplinas Processo Civil III, Direito das Relações de Consumo e Empreendedorismo Jurídico. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB, Subseção Ibiapaba, nos triênios 2019-2021 e 2025-2027.

O USO DOS CANABINOIDES COMO ESTRATÉGIA TERAPÊUTICA NA DOENÇA DE ALZHEIMER

Maria Eduarda Brito de Sousa[77]
Flávio Marques Damasceno[78]
Fablicia Martins de Souza[3]

Introdução: O Alzheimer (DA) é uma doença neurodegenerativa progressiva que afeta funções cognitivas essenciais, como a memória, o comportamento e a linguagem. Embora existam tratamentos disponíveis, eles ainda se limitam a aliviar os sintomas, sem conseguir impedir o avanço da condição. Nesse cenário, os canabinoides, substâncias extraídas da planta Cannabis sativa, vêm ganhando destaque como uma possível alternativa terapêutica, graças às suas propriedades anti-inflamatórias e de proteção para o sistema nervoso. **Objetivos:** Compreender a literatura científica recente a fim de entender os benefícios terapêuticos dos canabinoides, especialmente o tetraidrocanabinol (THC) e o canabidiol (CBD), no tratamento da doença de alzheimer. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa descritiva, com caráter bibliográfico, para realização deste estudo, foram selecionados artigos científicos nacionais publicados nos últimos 5 anos, com prioridade para aqueles que apresentavam dados atualizados e metodologias confiáveis. A análise teve como foco principal investigar os efeitos dos canabinoides no sistema nervoso central, destacando os mecanismos de ação dessas substâncias no sistema endocanabinoide. **Resultados:** Os canabinoides atuam nos receptores CB1 e CB2, desempenhando um papel importante no controle de processos como a inflamação cerebral, o estresse oxidativo e o acúmulo de proteínas beta-amiloides um dos fatores associados ao Alzheimer. O CBD, em especial, tem se destacado por seus efeitos protetores sobre os neurônios, sua ação anti-inflamatória e seu bom perfil de tolerância, com poucos efeitos colaterais. Além disso, estudos mostram que ele pode ajudar no controle de sintomas neuropsiquiátricos, como agitação e ansiedade. O THC também apresenta benefícios, mas seu uso exige mais cautela devido aos efeitos psicoativos. Apesar dos avanços, ainda existem barreiras, como a falta de padronização das doses, questões legais e a necessidade de mais estudos sobre o uso prolongado dessas substâncias. **Conclusão**: Os canabinoides, em especial o CBD, mostram-se como coadjuvantes valiosos no tratamento da DA, com potencial para melhorar a qualidade de vida dos pacientes. No entanto, a implementação clínica exige estudos adicionais para garantir eficácia, segurança e protocolos ideais de tratamento.

Palavras-chave: Alzheimer; Canabinoides; Tratamento.

[77]Graduanda em fisioterapia;
[78]Fisioterapeuta, Mestre em Ciências da Saúde(UFC-Sobral);
[3]Orientadora, Mestranda em Saúde da Família(UFC-Sobral).

INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA INVOLUNTÁRIA: ENTRE A PROTEÇÃO LEGAL E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Izabele do Nascimento Silva 79
Juliana Lima Gonçalves 80
Melissa de Andrade Medeiros e Moita Carneiro 81

Introdução: A internação psiquiátrica involuntária, regulamentada pela Lei nº 10.216/2001, somente pode ser realizada mediante laudo médico que a justifique. Essa decisão deve ser comunicada ao Ministério Público no prazo de até 72 horas. A internação pode durar até 90 dias, sendo passível de prorrogação mediante nova avaliação médica e nova comunicação ao Ministério Público. **Objetivos:** Esta pesquisa tem como objetivo analisar os parâmetros jurídicos e éticos que envolvem a internação psiquiátrica involuntária, distinguindo quando essa medida atua como forma de proteção e quando pode representar uma violação dos direitos humanos fundamentais. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, com base na análise da legislação vigente — especialmente a Lei nº 10.216/2001 — e de relatórios de instituições voltadas aos direitos humanos e à saúde mental. A pesquisa comparou os princípios legais com a prática institucional observada na realidade. **Resultados:** A análise da internação psiquiátrica involuntária no Brasil revelou tensões entre a proteção da saúde mental e os direitos fundamentais dos pacientes. A legislação estabelece critérios específicos, como a exigência de laudo médico e a comunicação ao Ministério Público em até 72 horas. No entanto, foram identificados casos em que a internação foi utilizada como mecanismo de controle social, sem respaldo médico adequado, sobretudo em relação a populações vulneráveis, como pessoas em situação de rua e usuários de drogas.**Conclusão**: O estudo evidencia que, embora legalmente prevista como medida de proteção à vida e à saúde, a internação psiquiátrica involuntária apresenta riscos significativos de abuso e violação de direitos. A aplicação da lei, muitas vezes, não é conduzida com o rigor legal e ético necessário, comprometendo a legitimidade do processo. Para que essa medida represente, de fato, uma forma de cuidado e não de exclusão social, é imprescindível garantir a fiscalização efetiva dos órgãos competentes, promover a capacitação contínua dos profissionais de saúde mental quanto aos direitos dos pacientes, fortalecer a rede de atenção psicossocial — evitando que a internação seja o único recurso terapêutico — e ampliar os espaços de escuta e participação dos usuários no processo de tratamento.

Palavras-chave: Internação involuntária; Lei n° 10.216/2001; Direitos Humanos.

79 Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.
80 Acadêmica de Psicologia pela Faculdade ViaSapiens – FVS.
81 Advogada. Especialista em Direito Penal, Processo Penal e Criminologia. Mestranda em Direito pela FUNIBER e docente na Faculdade ViaSapiens – FVS.

O COMBATE A PRÁTICA DO RACISMO NO BRASIL

Ana Quécia Gomes da Costa[82]
Joziele Humildes Santiago Carvalho[83]
Manuel Aurelio Alves da Costa[84]
Francisco Danilo de Souza Gomes[85]

Introdução: Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil deu um importante passo no combate ao racismo ao estabelecer, no artigo 5º, inciso XLII, que o racismo é crime inafiançável e imprescritível. O mesmo artigo reforça o princípio de que todos são iguais perante a lei, promovendo o respeito à dignidade humana sem distinção de raça, cor ou gênero. O racismo, no entanto, permanece presente de forma estrutural na sociedade brasileira, com raízes profundas no período colonial e escravocrata. Esse contexto reforça a necessidade de ações contínuas para erradicar práticas discriminatórias historicamente construídas. **Objetivos:** Verificar as principais características do racismo estrutural no Brasil, analisando suas origens históricas e os desafios enfrentados para sua superação, mesmo após os avanços legais promovidos pela Constituição de 1988. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental. Foram utilizados livros, artigos científicos e bases de dados reconhecidas para embasar a análise teórica sobre o racismo estrutural, sua persistência e as medidas de enfrentamento adotadas no Brasil. **Resultados:** Os resultados indicam que o racismo estrutural no Brasil está profundamente enraizado nas instituições e práticas sociais, sendo herança direta do passado escravocrata. Apesar dos dispositivos legais e das políticas públicas implementadas, ainda há grande distância entre a norma jurídica e a prática social. A efetivação da igualdade racial depende de ações educativas, políticas inclusivas e da valorização da memória histórica dos povos marginalizados. **Conclusão**: Os resultados indicam que o racismo estrutural no Brasil está profundamente enraizado nas instituições e práticas sociais, sendo herança direta do passado escravocrata. Apesar dos dispositivos legais e das políticas públicas implementadas, ainda há grande distância entre a norma jurídica e a prática social. A efetivação da igualdade racial depende de ações educativas, políticas inclusivas e da valorização da memória histórica dos povos marginalizados

Palavras-chave: Inafiançável; Cultura; Racismo.

[82] Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens - FVS.
[83] Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens - FVS.
[84] Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens - FVS.
[85] Professor da Faculdade ViaSapiens.

A FISCALIZAÇÃO DA LGPD PELA ANPD: PODERES E LIMITES DE ATUAÇÃO

Nonato Filho Tavares de Moura[86]
Maria Clara de Lima Rogerio[87]
Thales Cavalcante Linhares[88]
José Joel Linhares Feijó[89]

INTRODUÇÃO: INTRODUÇÃO: A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é o órgão central de fiscalização e regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Sua atuação, baseada no poder de polícia administrativa, é crucial para garantir a efetividade da lei e a proteção dos direitos dos titulares de dados. Este resumo aborda o escopo e os limites da atuação fiscalizatória da ANPD. **OBJETIVOS:** O objetivo principal desta pesquisa é analisar os poderes e os limites da atuação fiscalizatória da ANPD, compreendendo como o órgão exerce sua autoridade e quais são os mecanismos de controle e de defesa disponíveis para os agentes de tratamento. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada na análise da LGPD, das resoluções e regulamentos da própria ANPD, e em literatura jurídica especializada em direito administrativo e proteção de dados. **RESULTADOS:** O estudo demonstrou que a ANPD possui um leque de poderes que vão desde a requisição de informações até a aplicação de sanções severas, como multas milionárias e a suspensão das atividades de tratamento. Contudo, essa fiscalização não é ilimitada, devendo respeitar princípios como o da razoabilidade, da proporcionalidade e do devido processo legal. "A fiscalização da ANPD é um pilar da LGPD, mas sua atuação deve ser pautada pela proporcionalidade, priorizando a orientação em detrimento da punição imediata, especialmente em casos de menor gravidade" (SOUZA, 2024). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a fiscalização da ANPD é um instrumento vital para a aplicação da LGPD, garantindo que as empresas e o poder público cumpram suas obrigações. No entanto, é fundamental que a atuação do órgão seja equilibrada e transparente, pautada em critérios claros e proporcionais para evitar arbitrariedades.

Palavras-chave: ANPD; LGPD; Fiscalização; Sanções; Poder de Polícia; Regulação.

[86] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[87] Graduanda em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS);
[88] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.
[89] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.

INCISO VI DO ARTIGO 5° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL : UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL E SOCIAL.

Antonia Yasmin Ribeiro Isaias 90
Antônio Edvando da Silva Nascimento 91
Camila Rayssa Gomes dos Santos 92
Francisco Danilo de Souza Gomes 93

Introdução: A liberdade religiosa no Brasil é um dos principais direitos assegurados pela Constituição de 1988, em seu artigo 5º, inciso VI. No entanto, muitas pessoas ainda sofrem com a intolerância religiosa no país. Nesse sentido, a presente pesquisa evidencia quais são os impactos da intolerância religiosa no cenário brasileiro atual. Dessa forma, destaca-se a relevância científica da promoção da conscientização e do respeito entre as diferentes religiões. A intolerância religiosa, além de violar direitos fundamentais, ameaça também o princípio da dignidade da pessoa humana. Por conseguinte, contribuindo para o aumento de conflitos sociais e alimentando estigmas sociais. A análise desse fenômeno torna-se essencial para compreender os desafios da convivência democrática e plural. **Objetivos**: Verificar as principais características da liberdade religiosa no Brasil. Uma análise do inciso VI do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. **Metodologia**: O presente resumo é constituído por pesquisa qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa possibilita o entendimento de fenômenos sociais utilizando marcos teóricos e bases de dados renomadas. Além disso, utilizou-se como procedimento de pesquisa a investigação bibliográfica e documental, por meio de artigos e livros. **Resultados:** Existem vários impactos provocados pela intolerância religiosa no cenário brasileiro. O estudo revelou que, embora o direito à liberdade religiosa esteja consagrado constitucionalmente, na prática ainda são frequentes episódios de intolerância, preconceito e violência, na esfera religiosa. Esses impactos se manifestam também na esfera educacional, profissional e comunitária, prejudicando o exercício pleno da cidadania e fomentando exclusões sociais duradouras**. Conclusão:** É evidente, portanto, que intolerância religiosa causa grandes impactos na diversidade religiosa. Torna-se necessário desenvolver políticas públicas e ações educativas como fundamentos para sua erradicação, promovendo o convívio harmonioso em uma sociedade plural e comprometida com os direitos humanos.

Palavras-chave: Religião; Intolerância Religiosa; Constituição Federal.

90 Discente da Faculdade ViaSapiens.
91 Discente da Faculdade ViaSapiens.
92 Discente da Faculdade ViaSapiens.
93 Docente da Faculdade ViaSapiens.

MICROPLÁSTICOS E NANOPLÁSTICOS EM ALIMENTOS: DESAFIOS À SAÚDE GASTROINTESTINAL E AO ESTADO NUTRICIONAL, UMA REVISÃO INTEGRATIVA.

Francisca Irismar de Almeida Oliveira 94
Alícia Aparecida Santos Araújo 95
Orientador: Antônio Rafael Coelho Jorge 96

Introdução: A contaminação de alimentos por microplásticos (MPs) e nanoplásticos (NPs) é uma preocupação crescente devido aos potenciais riscos para a saúde gastrointestinal e o estado nutricional humano. Essas partículas, provenientes da fragmentação de plásticos maiores são encontradas em muitos alimentos. A ingestão dessas partículas plásticas pode desencadear efeitos adversos no sistema gastrointestinal, com implicações na absorção de nutrientes e no equilíbrio da microbiota. **Objetivos:** Esta revisão integrativa de literatura visa realizar uma análise crítica sobre os riscos associados à presença de MPs e NPs em alimentos para a saúde gastrointestinal, com ênfase nas consequências nutricionais. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa de literatura nas bases de dados Pubmed, SciELO. Para a pesquisa foram utilizados os descritores "microplásticos", "nanoplásticos", "efeitos gastrointestinais" e "nutrição". Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2024, completo e em língua portuguesa. Após a leitura dos artigos, os dados foram organizados de forma temática. **Resultados:** Os alimentos representam uma via de exposição humana a MPs e NPs. Microplásticos foram detectados em produtos do mar, frutas, vegetais e bebidas como água, café, chá, leite, cerveja, vinhos brancos e refrescos. Riscos para a Saúde Gastrointestinal e Nutricional**:** MPs e NPs podem interagir com a camada de muco luminal, penetrando a camada de muco aderente e atingindo as células epiteliais. Essa interação pode levar à inflamação local, disfunção da barreira intestinal e alteração da secreção de muco, comprometendo a integridade intestinal. A digestão de lipídios pode ser afetada pela interação de MPs com enzimas lipases, reduzindo a disponibilidade de ácidos graxos. MPs podem abrigar culturas microbianas e absorver antimicrobianos, o que pode afetar a microbiota intestinal e favorecer infecções por bactérias resistentes. **Conclusão**: A contaminação de alimentos por MPs e NPs apresenta riscos significativos para a saúde gastrointestinal e nutricional, incluindo inflamação, disfunção da barreira intestinal, alteração da digestão de lipídios e potenciais efeitos na microbiota. Mais pesquisas são necessárias para avaliar completamente esses riscos e informar estratégias de prevenção.

Palavras-chave: Microplástico; Nanoplástico; Saúde Gastrointestinal.

94 Acadêmica do Curso Bacharelado Nutrição - 5° período - irisalmeida29@me.com.
95 Acadêmica do Curso Bacharelado Nutrição - 5° período - aliciaaraujo1719@gmail.com.
96 Docente do Curso de Nutrição - rafaelcj3@gmail.com.

O ACESSO À EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL E DEVER DO ESTADO

Iasmim Constância Medeiros Gonçalves 97
Antonia Yasmin Ribeiro Isaias 98
Edson Farrapo Bento 99
Francisco Ronniere da Silva100

Introdução: A educação é reconhecida como um direito fundamental do ser humano e um dever do Estado, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Ela é essencial para o desenvolvimento individual, a construção da cidadania e a redução das desigualdades sociais. No entanto, o acesso pleno e igualitário à educação ainda representa um desafio em várias regiões do Brasil. Este estudo tem como foco a análise da responsabilidade do Estado na garantia desse direito e os principais obstáculos enfrentados pela população para acessar uma educação de qualidade. **Objetivos:** O objetivo principal deste trabalho é refletir sobre o papel do Estado na promoção do acesso à educação como direito fundamental. Busca-se compreender as políticas públicas existentes, identificar as falhas na implementação dessas políticas e apontar caminhos para a melhoria do sistema educacional, com foco na inclusão e na equidade. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise de dados oficiais de órgãos como o IBGE e o INEP. Foram consultados textos legais, estudos acadêmicos e relatórios sobre o acesso à educação no Brasil. A metodologia adotada permitiu uma abordagem qualitativa do tema, considerando diferentes perspectivas teóricas e contextos regionais. **Resultados:** A análise mostrou que, embora existam avanços legais e institucionais, ainda há desigualdades significativas no acesso à educação, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Fatores como infraestrutura precária, baixa remuneração de professores, evasão escolar, falta de transporte e ausência de vagas em creches dificultam o cumprimento do direito à educação. Programas como o Plano Nacional de Educação (PNE) têm contribuído para melhorias, mas ainda não são suficientes para garantir a universalização e qualidade do ensino. **Conclusão**: O acesso à educação como direito fundamental só será plenamente efetivado com o comprometimento real do Estado e da sociedade. É necessário investir mais recursos, valorizar os profissionais da educação, garantir condições adequadas de ensino e promover políticas que assegurem a permanência dos estudantes na escola. A educação transforma vidas, fortalece a democracia e contribui para o progresso social e econômico. Portanto, garantir esse direito é não apenas um dever legal, mas uma ação estratégica para o desenvolvimento do país e a construção de um futuro justo para todos.

Palavras-chave: Educação; Direito; Estado.

97 Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.
98 Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.
99 Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.
100 Professor Universitário, Mestre em Filosofia (UFC-CE); Especialista na Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia (FUC-SP).

A COMPLEXIDADE DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA GESTÃO MUNICIPAL BRASILEIRA: ANÁLISE DETALHADA DAS BARREIRAS TÉCNICAS, LEGAIS E FINANCEIRAS ENFRENTADAS PELOS MUNICÍPIOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Alexandre de Sousa Freires 101
Paulo Rafael Sousa Silva 102
Leandro Lima Valencia 103

Introdução: As Parcerias Público-Privadas (PPPs) significam uma opção inovadora para contratação no setor público, aumentando a oportunidade de execução de obras e serviços por meio de colaboração entre o governo e a iniciativa privada. A Lei nº 11.079/2004 implantou normas gerais para a contratação de PPPs no âmbito local exige uma série de desafios jurídicos e práticos, principalmente quanto à licitação, regulação contratual, fiscalização e limites de endividamento previstos na Constituição Federal. **Objetivos:** Este trabalho visa analisar os principais desafios enfrentado pelos municípios na implementação de Parcerias Público-Privadas. **Metodologia:** Para tanto, utilizou-se a revisão bibliográfica como forma de pesquisa. Onde foram consultados livros de direito administrativo, artigos e estudos acadêmicos voltados à temática da parceria público-privada, sob a proposta de identificar os estudos que possuíam uma relação direta com o tema central desta pesquisa. **Resultados:** O estudo revelou que, embora as PPPs representem um avanço na modernização da gestão pública, sua implementação nos municípios encontra várias adversidades. Entre as quais se destacam: complexidade jurídica nos contratos na falta de cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro, falta de capacidade técnica dos municípios para avaliar riscos, incompatibilidade das despesas futuras com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela Constituição Federal no endividamento público. **Conclusão**: As Parcerias Público-Privadas são importantes instrumentos jurídicos para o desenvolvimento local, principalmente em cenários de onde existe a falta de orçamento e necessidade de desenvolver a infraestrutura. A aplicação correta da Lei nº 11.079/2004, em conjunto com os princípios da legalidade, eficiência e sustentabilidade financeira, é primordial para que essas parcerias contribuam de fato para o interesse público.

Palavras-chave: Parceria Público-Privado; Desenvolvimento; Município.

---

101 Graduado em Gestão Pública e Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.

2 Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.

3 Foi Procurador Adjunto do Município de Tiangá, onde, também, exerceu o Cargo de Procurador Geral do Município de Tianguá - Ceará. Curso de Especialização em Processo Civil da Faculdade Damásio. Atualmente é Advogado Especialista em Direito Admnistrativo e Professor do Curso de Direito pela Faculdade Via Sapiens em Tianguá.

A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA NA SOCIEDADE

Melissa Tágila Silva de Oliveira 104
Jose Nilton da Silva 105
Manoel Aurélio Alves da Rocha 106
Raphael Gomes Viana 107

Introdução: A política é fundamental para uma sociedade funcional, pois atua como um mecanismo de organização e tomada de decisões que afetam todos os seus membros. Através dela, estabelecem-se as regras e normas que regem a vida social, os direitos e deveres dos cidadãos, e a forma como os conflitos são resolvidos. No entanto, a política ainda não consegue se relacionar de forma direta e eficaz com a população, o que resulta em uma demonização perante a sociedade. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar a importância e finalidade da política na sociedade. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por uma abordagem qualitativa, utilizando método de revisão bibliográfica. **Resultados:** A importância da política na sociedade reside na sua capacidade de influenciar decisões e ações que afetam a vida dos cidadãos, desde as leis que regulam o país até às políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida. As políticas públicas atingem cidadãos de todos os níveis educacionais, independentemente de gênero, raça, religião ou nível social. Contudo, ainda há uma rigidez por parte da população em aceitar a política como um pilar essencial para a organização social, que resulta em uma frequente demonização. Em parte, essa demonização é resultado do mau uso da ferramenta política, como constantes escândalos de corrupção e polarização, que geram desconforto e reprovação por parte da sociedade. Hoje, costuma-se dizer que a função política é promover o bem-estar social, como a atuação e sua implementação nos campos da saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, ou seja, a qualidade de vida deve ser considerada como um todo. **Conclusão:** Dada a pesquisa, é correto afirmar que a política é um processo essencial para a vida em sociedade, que influencia decisões e impacta a vida dos cidadãos. A metodologia da ciência política, juntamente com a educação política e a participação social, são ferramentas importantes para entender a política e influenciar as decisões. Permitindo que a sociedade tenha ciência e aja de forma conjunta, seja por meio de eleições, consultas públicas ou outros mecanismos de participação.

Palavras-chave: Política. Sociedade. Importância. Democracia.

104 Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.
105 Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS
106Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.
107 Professor e Coordenador de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO COMO CUIDADO DA SAÚDE MENTAL

Ana Patrícia Marques da Cruz Fontenele 108
Karina Maria Oliveira da Silva 109
Naianny Costa Sá 110
Kelma Costa de Souza 111

Introdução: A instituição de ensino não é apenas um lugar onde se transmite conhecimento, é também um ambiente onde se pode desenvolver o emocional e social. Trabalhar competências como empatia, autoconhecimento, autocontrole e resiliência emocional no ambiente educacional, pode ajudar na prevenção de transtornos emocionais e contribui para o desenvolvimento acadêmico e bem-estar geral. **Objetivos:** O presente estudo, tem como objetivo enfatizar a importância das competências socioemocionais em instituições de ensino como estratégia de cuidado e promoção da saúde mental de educadores e alunos. **Metodologia:** Utilizou-se a revisão bibliográfica como forma de pesquisa. Foram consultadas as bases de dados *online*: *Scientific Eletronic Library Online* (*Scielo*) e Google acadêmico. Foi delimitado para a inclusão na pesquisa, estudos entre os anos de 2014 a 2024 que abordaram a relação entre competências socioemocionais, instituições de ensino e saúde mental. Sob a proposta de identificar os estudos que possuíam uma relação direta com o tema central desta pesquisa, selecionou-se quatro estudos. **Resultados:** De acordo com o observado, as instituições educacionais que propõem práticas que desenvolvem as competências socioemocionais, promovem um ambiente mais acolhedor e saudável, facilitando e favorecendo o processo de ensino e aprendizagem, com redução de casos de ansiedade, estresse e conflitos interpessoais. Alunos, professores e colaboradores que participam de práticas educativas voltadas para o desenvolvimento emocional apresentam maior capacidade de lidar com frustrações, resolver problemas e buscar apoio quando necessário. Intervenções como rodas de conversa, dinâmicas colaborativas e o ensino explícito das habilidades socioemocionais mostram-se eficientes na promoção da saúde mental no contexto educacional. Adicionalmente pode contribui para a redução do abandono escolar e violência escolar. **Conclusão:** Os dados obtidos com o presente trabalho, enfatizam que desenvolver competências socioemocionais na área educacional intensifica o desempenho acadêmico e preparam o indivíduo para administrar diversas situações na vida, sendo indicado que as instituições adotem essas práticas.

Palavras-chave: Competências socioemocionais. Saúde mental. Educação. Bem-estar. Desenvolvimento emocional.

---

108 Graduanda do curso de Psicologia da Faculdade Via Sapiens.
109 Graduada em Pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia, Psicologia da Educação Infantil, Psicologia positiva e Gestão de pessoas. Atualmente, graduanda em Psicologia da Faculdade Via Sappiens.
110 Graduada em Pedagogia e Letras, com pós-graduação em Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia e Gestão Escolar. Atualmente, Atualmente, graduanda em Psicologia da Faculdade Via Sappiens.
111 Graduada em Zootecnia, Mestre em Zootecnia, Doutora em Ciências Vetarinárias, Pós-doutora. Professora da Faculdade ViaSapiens.

EDUCAÇÃO DIGITAL E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE PRIVACIDADE DE DADOS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Nonato Filho Tavares de Moura[112]
Maria Clara de Lima Rogerio[113]
Thales Cavalcante Linhares[114]
José Joel Linhares Feijó[115]

INTRODUÇÃO: A Educação Digital e a Conscientização sobre a importância da privacidade de dados são elementos-chave para a efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A simples existência da lei não garante a proteção dos direitos dos titulares; é preciso que eles compreendam seus direitos e saibam como exercê-los. Da mesma forma, as organizações e os funcionários precisam entender suas responsabilidades. **OBJETIVOS:** O objetivo principal desta pesquisa é analisar o papel estratégico da educação e da conscientização como ferramentas para a promoção da cultura de proteção de dados, destacando sua relevância para o cumprimento da LGPD tanto por parte dos titulares quanto dos agentes de tratamento. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa e bibliográfica, baseada na análise da LGPD, em documentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), em estudos sobre a cultura de privacidade e em literatura especializada em segurança da informação e comportamento do usuário. **RESULTADOS:** O estudo revelou que a falta de conscientização é um dos principais fatores de risco para incidentes de segurança, como vazamentos de dados causados por engenharia social. Por outro lado, programas de treinamento e campanhas de conscientização interna e externa são eficazes na mitigação de riscos. "A verdadeira proteção de dados não reside apenas em medidas técnicas, mas na conscientização de cada indivíduo, que se torna o primeiro e mais importante guardião de suas próprias informações" (Lopes, 2024). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a educação digital e a conscientização são essenciais para a concretização dos princípios da LGPD. É um investimento necessário para que empresas e indivíduos se tornem proativos na defesa da privacidade, transformando a conformidade legal em uma cultura de responsabilidade e segurança.

Palavras-chave: Educação Digital; Conscientização; Privacidade de Dados; LGPD; Cultura de Privacidade; Proteção de Dados.

[112] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[113] Graduanda em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS);
[114] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.
[115] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.

A IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

Camille Vitória Mota Almeida116
Leonardo Vasconcelos Cunha117
Zaida Maria Cunha Vasconcelos118
Francisco Danilo de Souza Gomes119

Introdução: O presente trabalho tem como foco o princípio constitucional que veda a submissão de qualquer pessoa a tortura ou a tratamento desumano ou degradante, conforme o Artigo 5°, **§** III, da Constituição Federal de 1988. Tal garantia constitucional é fundamental para representar um marco na consolidação dos direitos humanos no Brasil, refletindo compromissos internacionais assumidos pelo País. Em tempos de retrocessos e debates sobre segurança pública, apresentação da dignidade humana impõe limites a atuação estatal, especialmente no âmbito do sistema penal. **Objetivos:** Verificar as principais características acerca da importância deste artigo como instrumento de proteção da dignidade humana, analisando sua aplicação prática em contextos como abordagens policiais, prisões e instituições de privação de liberdade. Busca-se ainda refletir sobre as dificuldades de efetivação dessa garantia e os mecanismos legais e institucionais existentes para sua proteção. **Metodologia:** O presente resumo é constituído por uma pesquisa qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa possibilita o entendimento de fenômenos sociais utilizando marcos teóricos e base de dados renomados. Além disso, utilizou-se enquanto procedimento de pesquisa a pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** Verificou-se que, apesar da vedação expressa na Constituição, ainda há registros significativos de práticas de tortura e maus-tratos, especialmente contra pessoas em situação de vulnerabilidade. A impunidade e a falta de mecanismos eficazes de fiscalização são alguns dos fatores que comprometem a efetividade do princípio. Por outro lado, a avanços normativos e institucionais que precisam ser fortalecidos, com os comitês de prevenção e mecanismo nacional de combate a tortura. **Conclusão**: Portanto, o combate a tortura e tratamentos desumanos ou degradantes é um dos pilares da proteção dos direitos fundamentais no Brasil. Sua efetividade depende não apenas de normas, mas de políticas públicas comprometidas com os direitos humanos e da atuação dos órgãos de controle, como o Estado. A educação em direitos humanos e o fortalecimento das instituições de fiscalização são caminhos essenciais para assegurar a dignidade de todos.

Palavras-chave: Dignidade. Constituição. Tratamento.

116 Acadêmico de Direito na Faculdade ViaSapiens – FVS.
117 Acadêmico de Direito na Faculdade ViaSapiens – FVS.
118 Acadêmico de Direito na Faculdade ViaSapiens – FVS.
119 Professor e Coordenador de Direito na Faculdade ViaSapiens-FVS.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA DE CARÊNCIA DE 10 MESES ANTERIORES AO NASCIMENTO DA CRIANÇA, ADOÇÃO OU ABORTO NATURAL PARA A CONCESSÃO DO SALÁRIO – MATERNIDADE

Antônio Francivan Albuquerque dos Santos 120
Hellen Cristina Costa Rocha 121
Hilary Mota Pimentel 122
Benedito Yuri Azevedo Aguiar123

Introdução: O salário-maternidade é um benefício previdenciário destinado às mulheres que se afastam das atividades laborais no período pós-parto, adoção ou aborto espontâneo, dentro do prazo de até 5 anos após o evento gerador do benefício. No entanto, a legislação previdenciária exigia uma carência de 10 meses de contribuição anteriores ao fato gerador para findar-se a concessão, contudo, há pouco tempo fora declarada inconstitucional. **Objetivos:** Analisar como esta disposição pode ferir o texto constitucional, como impacta o acesso ao benefício e efetivação de direitos sociais, além de pontuar as alterações na regulamentação do salário-maternidade. **Metodologia:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa para avaliar a compatibilidade da exigência de carência e o ordenamento jurídico, analisando a Lei n° 8213/91, os princípios constitucionais e a jurisprudência dos tribunais superiores. **Resultados:** A pesquisa aponta um impacto negativo ao restringir o acesso ao benefício baseado em tempo mínimo de contribuição, a norma ignora a realidade da mulher trabalhadora brasileira, muitas vezes sem permanência contínua ao trabalho formal ou que ingressam no sistema contribuindo tardiamente. Contudo, o entendimento recente do Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 2110 e 2111 reconhece o direito ao salário-maternidade para que seguradas autônomas, contribuintes individuais e facultativas tenham direito ao salário-maternidade mesmo sem o cumprimento integral da carência, com base na proteção à maternidade e à infância como um direito social fundamental. **Conclusão**: A exigência de carência de 10 meses, prevista no art. 25, III, da Lei 8213/91, torna-se inconstitucional quando confronta os princípios da isonomia, da dignidade da pessoa humana e os direitos sociais previstos na Constituição Federal. Assim, a regra deste requisito não garante a justiça plena e igualitária, mas amplia a desigualdade entre seguradas formais e informais, comprometendo o amparo às mulheres expostas à vulnerabilidade no período de afastamento das atividades laborais. Portanto, a decisão do STF que alterou a carência do salário-maternidade é imprescindível para proporcionar um sistema justo, inclusivo e alinhado ao ordenamento jurídico.

Palavras-chave: Salário; Carência; Inconstitucional.

120 Acadêmico de Direito: Antônio Francivan Albuquerque dos Santos, 5º semestre – Faculdade ViaSapiens;
121 Acadêmica de Direito: Hellen Cristina Costa Rocha, 5º semestre – Faculdade ViaSapiens;
122 Acadêmica de Direito: rHilary Mota Pimentel, 5º semestre – Faculdade ViaSapiens;
123 Professor orientador: Benedito Yuri Azevedo Aguiar, especialista em direito e processo penal, professor universitário – Faculdade ViaSapiens.t

A ORDEM QUE EXCLUI: A TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS E O PUNITIVISMO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.

Maria Clara Vieira Fernandes124
Rayana Larissa Vieira Braga125
Yuri Aguiar126

Introdução: A Teoria das Janelas Quebradas, desenvolvida por Wilson e Kelling na década de 80, defende que a tolerância à desordem urbana gera um ambiente propício à criminalidade. Essa lógica influenciou políticas de "tolerância zero" nos EUA e encontrou eco no sistema jurídico brasileiro, promovendo uma atuação penal seletiva e repressiva. Esta pesquisa propõe uma visão crítica dessa teoria no contexto da investigação criminal brasileira, evidenciando como a busca por uma suposta ordem pública contribui para a exclusão social e o fortalecimento do punitivismo estatal. **Objetivos:** A pesquisa tem como objetivo analisar a aplicação da Teoria das Janelas Quebradas no contexto jurídico brasileiro e sua contribuição para práticas de criminalização da pobreza, especialmente nas fases iniciais da investigação criminal. Busca-se demonstrar como o discurso de "ordem" serve à manutenção de estruturas excludentes e seletivas, reforçando desigualdades sociais. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem bibliográfica e documental, fundamentada em autores críticos do Direito Penal e da Criminologia, como Zaffaroni, Foucault e Vera Malaguti Batista. Também se utilizam episódios da série Criminal Minds como repertório cultural, com destaque para a representação da marginalização de certos perfis sociais pelo sistema de justiça criminal, especialmente em episódios que tratam de crimes urbanos e respostas institucionais desproporcionais. **Resultados:** A análise evidencia que a aplicação da lógica das janelas quebradas no Brasil sustenta uma seletividade penal que privilegia a repressão à pobreza e à informalidade em detrimento de investigações mais complexas e estruturais. A repressão à desordem urbana acaba se tornando um instrumento de controle social, fortalecendo a cultura do medo e a expansão do Estado penal. **Conclusão**: A suposta eficácia da Teoria das Janelas Quebradas mascara a verdadeira função do sistema penal: controlar corpos e territórios socialmente vulneráveis. No Brasil, essa teoria tem sido instrumentalizada para justificar práticas policiais abusivas, investigações enviesadas e políticas públicas excludentes, contribuindo para a perpetuação de uma justiça criminal desigual e punitivista. O uso de narrativas ficcionais como Criminal Minds permite observar como essa lógica é também reforçada culturalmente e, muitas vezes, romantizada, apesar de seus impactos reais sobre as populações marginalizadas.

Palavras-chave: Janelas Quebradas; Punitivismo; Criminalização da Pobreza; Investigação Criminal; Seletividade Penal; Criminal Minds.

124 Discente da Faculdade ViaSapiens.
125 Discente da Faculdade ViaSapiens.
126 Doscente da Faculdade ViaSapiens.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Anne Louise Felicio Moita [127]
Maria Diovana Brito Fontenele [128]
Mayara Portela Moita [129]
Fabricy Fernandes Mota[130]

INTRODUÇÃO: A violência obstétrica é uma forma de violência contra a mulher, caracterizada pelo desrespeito e maus-tratos durante o parto e no período perinatal. Pode ser verbal, psicológica, física ou institucional, incluindo comentários humilhantes, intervenções desnecessárias e negação de alívio da dor. Também envolve desrespeito à autonomia da mulher, ausência de consentimento informado e privação de apoio emocional. Essa prática afeta negativamente a experiência do parto, o bem-estar da mulher e a saúde do recém-nascido, sendo uma violação dos direitos humanos. **OBJETIVO**: Revisar a literatura sobre a violência obstétrica no Brasil, analisando formas, causas, consequências e estratégias de prevenção, com foco na garantia dos direitos das mulheres no parto. **METODOLOGIA**: Realizou-se uma revisão integrativa em abril de 2025, nas bases SciELO, BVS e CAPES. Utilizaram-se os descritores "Violência Obstétrica", "Parto Humanizado", "Direitos das Mulheres" e "Saúde Materna". Foram incluídos artigos empíricos completos, em português, com foco na realidade brasileira. Excluíram-se artigos de opinião, revisões teóricas, teses, monografias e duplicações. Selecionaram-se nove estudos que abordavam diretamente a temática e estratégias de intervenção. **RESULTADOS**: Os resultados revelaram que a violência obstétrica no Brasil inclui intervenções desnecessárias, como episiotomias sem consentimento, cesarianas sem indicação clínica e manobras agressivas. As causas incluem formação técnica centrada em procedimentos, desvalorização do protagonismo feminino, sobrecarga das equipes e precariedade dos serviços. As consequências vão de traumas psicológicos à rejeição da maternidade. Estratégias como protocolos de parto humanizado, capacitação profissional e canais de denúncia mostraram-se eficazes. **CONCLUSÃO**: A violência obstétrica no Brasil é um problema sério que exige atenção urgente. Para mitigá-la, é necessário investir na formação humanizada, promover a conscientização sobre direitos e garantir condições adequadas de trabalho. Políticas públicas que valorizem a autonomia feminina e mecanismos de denúncia são fundamentais para assegurar uma experiência de parto digna e respeitosa.

Palavras-chave: Direitos das mulheres; Saúde pública; Violência obstétrica.

[127] Acadêmica de Enfermagem – FVS (Curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens).
[128] Acadêmica de Enfermagem – FVS (Curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens).
[129] Acadêmica de Enfermagem – FVS (Curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens).
[130]Enfermeira, com especializações em Saúde Pública, Saúde da Família, Saúde da Mulher e Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. Mestranda pela UNIVALI e docente nos cursos de Psicologia e Enfermagem da Faculdade ViaSapiens.

ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES NO CUIDADO COM PACIENTES PARKINSONIANOS

Luciana de Olivindo Souza131
Ruan Ribeiro Silva132
Antônio Rafael Coelho Jorge133

Introdução: A doença de Parkinson (DP) é caracterizada como uma doença crônica, neurodegenerativa que acomete de modo progressivo os neurônios da zona compacta da substância negra, ocasionando um acúmulo de corpúsculos de Lewy e diminuindo a produção da dopamina, gerando um déficit na função motora do indivíduo. A doença possui etiologia desconhecida, sendo caracterizada pela rigidez, instabilidade postural e sintomas não motores como depressão, déficits cognitivos e transtornos do sono REM (Rapid Eye Movement). Sabe-se que a DP não possui cura; a intervenção é complexa e exige múltiplos profissionais. **Objetivos:** Objetiva-se analisar a atuação multidisciplinar de enfermagem e da fisioterapia no cuidado ao paciente com Parkinson. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão de literatura nos artigos científicos indexados na base de dados SciELO e Google Acadêmico. Foram utilizadas as palavras-chave "Fisioterapia", "Abordagem interdisciplinar", "Enfermagem", "Parkinson", e "Multidisciplinar", individualmente ou em combinação na busca dos trabalhos publicados nos últimos vinte anos. **Resultados:** A revisão mostra que a gestão da DP exige uma abordagem multidisciplinar envolvendo as equipes de enfermagem e fisioterapia. Segundo Kuster et al. (2014), a enfermagem oferece suporte clínico, educativo e medicamentoso, acompanhando a progressão da doença, orientando sobre sintomas e adaptando a rotina às necessidades do paciente. Esses profissionais devem atentar-se a manifestações não motoras, como distúrbios do sono, dificuldades de locomoção e fala, que podem gerar isolamento social e sintomas depressivos. Oliveira et al. (2023) destacam a importância da orientação sobre alimentação segura e do apoio à família. Para a fisioterapia, Ashburn et al. (2007) demonstram que o foco em estratégias como o fortalecimento muscular de membros inferiores e treino de equilíbrio aplicados em um ambiente familiar, têm um impacto positivo na qualidade de vida e na redução de quedas. Além disso, Silva-Batista et al. (2018) comprovam que intervenções cognitivas, mesmo sem foco em aspectos motores, melhoram a atenção e função executiva, reduzindo episódios de congelamento da marcha. **Conclusão**: Então, conclui-se que a medida mais eficaz é o tratamento multidisciplinar. A enfermagem com o acompanhamento farmacológico e a fisioterapia trabalhando o equilíbrio e fortalecimento muscular, o que melhora o quadro do paciente. A doença é incurável, portanto se faz necessário maior investimento em pesquisa e medicamentos ou terapias para que haja uma melhor qualidade de vida tanto do portador do Parkinson quanto da família.

Palavras-chave: Enfermagem; Fisioterapia ; Parkinson .

131 Luciana de Olivindo Souza – Discente de fisioterapia terceiro semestre .
132 Ruan Ribeiro Silva - Discente de enfermagem terceiro semestre .
133 Antônio Rafael Coelho Jorge – Docente dos cursos de enfermagem e fisioterapia.

LGPD E OS DESAFIOS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Nonato Filho Tavares de Moura[134]
Priscila Márcia Passos Carvalho[135]
Thales Cavalcante Linhares[136]
José Joel Linhares Feijó[137]

INTRODUÇÃO: A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), estabelece diretrizes obrigatórias para a coleta, tratamento e armazenamento de dados pessoais, buscando proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade dos cidadãos. Para pequenas e médias empresas (PMEs), a adequação a essa legislação representa um conjunto significativo de desafios, que vão desde a falta de recursos financeiros e humanos até a carência de conhecimento técnico sobre a matéria. **OBJETIVOS:** O principal objetivo deste estudo é identificar os principais desafios enfrentados por pequenas e médias empresas no processo de adequação à LGPD. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica detalhada. O foco esteve na análise de artigos científicos, livros, relatórios técnicos e documentos oficiais que abordam a LGPD e seus impactos no ambiente empresarial, com ênfase nas especificidades das PMEs. **RESULTADOS:** Os estudos analisados revelam que os desafios para as PMEs são multifacetados. A falta de capital de investimento para a contratação de consultorias especializadas e a aquisição de tecnologias de segurança da informação é um dos pontos mais críticos. Além disso, a ausência de conhecimento técnico e de pessoal capacitado para a gestão de dados emerge como um obstáculo recorrente (SANTOS, 2021). Outro achado relevante é a percepção, por parte dos empresários, de que a LGPD é um custo, e não um investimento em confiança e reputação junto aos clientes (SILVA, 2022). A ausência de um plano de ação claro e a resistência à mudança interna também foram identificadas como fatores complicadores (OLIVEIRA, 2020). **CONCLUSÃO:** A adequação à LGPD para PMEs é um processo complexo, mas não impossível. O caminho para a conformidade passa, necessariamente, pela educação e conscientização, pela adoção de tecnologias acessíveis e pela construção de um plano de implementação gradual e realista. A LGPD deve ser vista não como um fardo, mas como uma oportunidade estratégica de fortalecer a relação com o cliente e garantir a sustentabilidade do negócio a longo prazo.

Palavras-chave: LGPD; PMEs; Proteção de dados.

[134] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[135] Advogada. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.
[136] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.
[137] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.

INFLUÊNCIA DIGITAL NA FORMAÇÃO DE NOVAS LIDERANÇAS E NA CULTURA ORGANIZACIONAL

Érica Nayara Angelim de Araujo[138]
Josiane Rodrigues Santos[139]
Daniel de Oliveira Silva[140]
João Harlley de Menezes Vasconcelos[141]

Introdução: As mídias sociais transformaram significativamente a forma como os jovens se comunicam, constroem sua identidade e exercem influência social. Por meio dessas plataformas digitais, os jovens desenvolvem habilidades de liderança e estabelecem redes de seguidores, adquirindo visibilidade e legitimidade no ambiente virtual. Como consequência, a mentalidade e os valores propagados nessas plataformas são incorporados ao ambiente profissional, seja na atuação como colaboradores, empreendedores ou gestores. Essa dinâmica tem provocado mudanças nos modelos hierárquicos tradicionais das organizações, promovendo a adoção de estruturas mais flexíveis, transparentes e colaborativas, alinhadas às expectativas e demandas da nova geração de profissionais. **Objetivos:** Explorar a relação entre as mídias sociais e o perfil das novas lideranças, analisando assim como elas impactam os modelos hierárquicos nas organizações. **Metodologia:** A pesquisa é do tipo bibliográfica de abordagem qualitativa, sendo utilizada a análise documental de estudos acadêmicos e relatórios sobre liderança digital e mídias sociais. **Resultados:** O estudo revelou as características e perfis de liderança que inspiram essa geração, destacando a valorização do empreendedorismo e proximidade, aspectos fundamentais para compreender a influência digital na formação de lideranças jovens. Os resultados mostram que jovens líderes desenvolvem sua influência inicialmente nas redes sociais, onde praticam comunicação direta, transparência e colaboração. Essa experiência digital molda sua mentalidade e estilo de liderança, que posteriormente se aplica no ambiente profissional. Ao ingressar nas organizações, esses jovens desafiam modelos hierárquicos tradicionais, exigindo estruturas mais horizontais e ambientes de trabalho que valorizem a participação e a inovação. Como consequência, as empresas são pressionadas a adotar práticas gerenciais mais flexíveis e abertas para atrair e reter esses talentos. **Conclusão**: As mídias sociais funcionam como um espaço de formação e experimentação de lideranças jovens, que levam para dentro das organizações novos valores e práticas de gestão. Essa transição provoca uma transformação nos modelos hierárquicos tradicionais, favorecendo culturas organizacionais mais democráticas e adaptáveis. Para se manterem competitivos, as empresas precisam compreender e incorporar essas mudanças, promovendo ambientes que estimulem a colaboração e a transparência.

Palavras-chave: Mídias Sociais; Liderança Jovem; Cultura Organizacional.

[138] Acadêmica de Administração e Ciências Contábeis – FVS.
[139] Acadêmica de Administração e Ciências Contábeis – FVS.
[140] Acadêmico de Administração e Ciências Contábeis – FVS.
[141] Docente nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em Contabilidade Tributária pela da Faculdade ViaSapiens – FVS (2025). Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE (2024). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Vale do Acaraú – UVA (2022). Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR (2019).

A CONCEPÇÃO DE LOUCURA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIAL

Ana Lívia Sousa de Aguiar[142]
Ana Caroline de Sousa Araújo[143]
José Arthur Oliveira Reis[144]
Luciane dos Santos Jácome[145]

Introdução: A concepção de loucura transformou-se ao longo dos séculos, passando pela antiguidade clássica, renascimento e até a sociedade atual, a qual aborda a concepção contemporânea da loucura destacando sua transformação de um fenômeno social para uma categoria médica, período este em que começou a ser vista como uma doença mental, com a psiquiatria ganhando espaço como especialidade médica, e com a busca por tratamento e cura. Na antiguidade, a loucura era compreendida como uma prática social, sem uma definição fixa, sendo moldada por normas culturais e sociais. **Objetivos:** Analisar como a sociedade atual compreende o conceito de loucura, considerando sua construção histórica, simbólica e institucional. **Metodologia:** A presente pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com foco em análise crítica. Foram selecionadas fontes teóricas relevantes que discutem a construção histórica e social da loucura, especialmente sob a ótica de Michel Foucault. O corpus da análise incluiu os textos "A Medicalização da Loucura segundo Michel Foucault" (revista CEFS), "Concepções e práticas sociais em torno da loucura: alcance e atualidade da História da Loucura de Foucault para investigações etnográficas" (revista Redalyc) e "Como a loucura é vista hoje?" (site Colunas Tortas). A escolha dos documentos considerou sua pertinência teórica, atualidade e contribuição para o entendimento crítico da concepção de loucura na sociedade contemporânea. **Resultados:** A loucura não é essência, mas um evento cultural, simbólico e institucional, cuja definição muda conforme a época, o saber dominante e as práticas sociais envolvidas. Ademais, ao longo do tempo a psiquiatria tradicional impôs marginalização do louco como pessoas sem racionalidade e sem voz, foi fortemente criticada por Foucault e pelos movimentos antimanicomiais, por entenderem que o sofrimento mental também se baseia na perspectiva social, cultural e histórica. Além disso, na atualidade a loucura é vista como doença mental, porém cresce uma visão mais humanizada que entende loucura como experiência subjetiva, muitas vezes agravada pelo institucional e social. **Conclusão**: A concepção da loucura evoluiu de um fenômeno cultural para uma categoria médica, mas críticas como as de Foucault mostraram sua dimensão social. Atualmente, busca-se superar estigmas com uma abordagem humanizada, entendendo-a como uma construção variável, que demanda cuidado inclusivo e emancipatório.

Palavras-chave: Loucura; Medicação; Michel Foucault; Psiquiatria; Construção Social

[142]Acadêmica em Psicologia do Primeiro Semestre na Faculdade Via Sapiens.
[143]Acadêmica em Psicologia do Primeiro Semestre na Faculdade Via Sapiens.
[144] Acadêmico em Psicologia do Primeiro Semestre na Faculdade Via Sapiens.
[145] Mestre em Economia Rural – UFC (2019); Doutoranda em Economia Rural – UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia na FVS; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis.

A IMPORTÂNCIA DA TRANSPARÊNCIA NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PARA PF E PJ

Nonato Filho Tavares de Moura[146]
Maria Clara de Lima Rogerio[147]
Priscila Márcia passos Carvalho[148]
Thales Cavalcante Linhares[149]
José Joel Linhares Feijó[150]

INTRODUÇÃO: A crescente digitalização das interações cotidianas e comerciais elevou a proteção de dados pessoais a um tema central no debate jurídico e social. Neste contexto, a transparência surge como um princípio basilar para o tratamento de dados, essencial tanto para a proteção do indivíduo (Pessoa Física - PF) quanto para a conformidade e reputação das organizações (Pessoa Jurídica - PJ). A adoção de práticas transparentes é crucial para construir uma relação de confiança entre a sociedade e as entidades que operam com informações pessoais, garantindo que o titular dos dados compreenda plenamente como suas informações estão sendo utilizadas. **OBJETIVOS:** O objetivo principal deste estudo é analisar a importância da transparência no tratamento de dados pessoais, demonstrando como sua aplicação rigorosa beneficia tanto as pessoas físicas, ao conferir-lhes maior controle sobre suas informações, quanto as pessoas jurídicas, ao mitigar riscos legais e fortalecer a confiança do consumidor. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada na análise de legislações nacionais e internacionais, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), além de artigos acadêmicos, relatórios de órgãos reguladores e diretrizes de boas práticas. Esta metodologia permitiu um aprofundamento teórico sobre os mecanismos e a importância da transparência no ecossistema de dados. **RESULTADOS:** A análise revelou que a transparência não se limita à simples divulgação de políticas de privacidade complexas, mas exige uma comunicação clara, acessível e proativa sobre as finalidades, a coleta, o uso e o compartilhamento dos dados. A falta de transparência, por sua vez, pode gerar desconfiança e prejuízos reputacionais e financeiros. "A transparência é a chave para a governança de dados, pois somente através de um fluxo de informações claro é possível garantir que o consentimento do titular seja verdadeiramente livre e informado" (Campos, 2024). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a transparência no tratamento de dados é um pilar estratégico. Para as PFs, ela é o alicerce da autonomia e do controle sobre suas informações. Para as PJs, representa um fator de diferenciação competitiva e um elemento indispensável para a conformidade legal e a construção de um relacionamento duradouro baseado na confiança.

Palavras-chave: Transparência; Dados Pessoais; LGPD; Privacidade; Conformidade; Governança de Dados.

[146] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[147] Graduanda em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS);
[148] Advogada. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.
[149] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.
[150] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.

CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES NORMATIVAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE

Ana Evillen Araujo Ferreira151
Kassia Maria Rodrigues Fernandes152
Othon Marques de Souza Furtado153
João Harlley de Menezes Vasconcelos154

Introdução: A contabilidade governamental é essencial para garantir transparência, controle social e eficiência na administração pública. No Brasil, esse campo tem passado por importantes transformações, com foco na melhoria das informações contábeis e no alinhamento às normas internacionais. Essas mudanças refletem o papel estratégico da contabilidade como ferramenta de governança. **Objetivos:** Analisar as transformações normativas da contabilidade governamental no Brasil, especialmente a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e a transição do regime de caixa para o de competência, além de discutir os desafios e perspectivas para uma gestão pública mais eficiente. **Metodologia:** A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental, utilizando literatura técnica, normativa e publicações especializadas em contabilidade pública. A análise se concentrou na evolução histórica da contabilidade governamental no Brasil, nas mudanças normativas ocorridas nas últimas décadas e nos aspectos práticos da implementação de um modelo contábil mais moderno e gerencial. **Resultados**: O estudo identificou avanços na contabilidade governamental brasileira, como a consolidação das NBCASP e a transição para o regime de competência, que aprimoram a qualidade das informações contábeis e a transparência na gestão pública. No entanto, ainda há desafios, como a necessidade de capacitação técnica, modernização tecnológica, resistência institucional e a importância do papel dos órgãos de controle na fiscalização e no fortalecimento da accountability. **Conclusão:** A modernização da contabilidade pública é essencial para uma gestão mais transparente, eficiente e responsável dos recursos públicos. Avanços como a adoção das NBCASP e a transição para o regime de competência fortalecem a governança e a qualidade das informações contábeis. Contudo, ainda persistem desafios, como a necessidade de capacitação técnica, melhorias na infraestrutura tecnológica e superação da resistência institucional. Investimentos nessas áreas, aliados à atuação eficaz dos órgãos de controle, são fundamentais para consolidar a contabilidade como instrumento estratégico na administração pública.

Palavras-chave: Contabilidade Governamental; NBCASP; Regime de Competência; Gestão Pública.

151 Acadêmica de Ciências Contábeis – FVS.
[152] Acadêmico de Ciências Contábeis – FVS.
[3] Acadêmico de Ciências Contábeis e Administração – FVS.
[4] Docente nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em Contabilidade Tributária pela da Faculdade ViaSapiens – FVS (2025). Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE (2024). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2022). Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR (2019).

CPI DAS APOSTAS ESPORTIVAS: IMPACTOS E DESDOBRAMENTOS NO CENÁRIO NACIONAL.

Victória Albuquerque Sampaio155
Ana Vitória do Nascimento Araújo 156
Ana Caroline de Souza Alves 157
Raphael Gomes Viana 158

Introdução: A popularização das apostas esportivas online no Brasil trouxe consigo preocupações éticas, sociais e jurídicas. Com a expansão das chamadas "bets", surgiram denúncias de manipulação de resultados, aliciamento de atletas e lavagem de dinheiro. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets foi instaurada com o objetivo de investigar esses possíveis crimes e propor medidas regulatórias para o setor**. Objetivos**: O presente resumo visa analisar os principais pontos levantados pela CPI das Bets, seus impactos sobre o esporte nacional, e avaliar propostas legislativas emergentes relacionadas à regulação das apostas esportivas. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, com revisão bibliográfica e análise documental de notícias, depoimentos na CPI e projetos de lei apresentados no Congresso Nacional entre 2023 e 2025. A abordagem buscou compreender o panorama legal, identificar os principais agentes envolvidos e os efeitos da CPI sobre a opinião pública e o mercado. **Resultados:** A CPI revelou esquemas de manipulação de partidas envolvendo jogadores, dirigentes e casas de apostas. Também evidenciou a falta de uma regulação clara sobre o setor no Brasil. Como resultado, foram propostos projetos de lei com o objetivo de estabelecer critérios para operação das casas de apostas, fiscalização mais rigorosa, e penalidades para fraudes esportivas. A cobertura midiática aumentou a conscientização pública sobre os riscos associados às bets, pressionando autoridades a agir. **Conclusão**: A CPI das Bets representou um marco importante no debate sobre apostas esportivas no Brasil. Embora ainda haja desafios na implementação de uma legislação eficaz, os avanços trazidos pela investigação parlamentar contribuíram para a construção de um ambiente mais transparente e seguro. É fundamental continuar monitorando o setor e promover educação sobre os riscos das apostas, especialmente entre os jovens.

Palavras-chave: Apostas esportivas; CPI; Manipulação de resultados.

155 Victória Albuquerque Sampaio- Acadêmica de Direito.
156 Ana Vitória do Nascimento Araújo- Acadêmica de Direito.
157 Ana Caroline de Souza Alves- Acadêmica de Direito
158 Raphael Gomes Viana- Diretor, Advogado, Professor.

MOBILIDADE URBANA E INCLUSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS "VANS ESCOLARES" PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA (PcD)

Ana Carolina Moreira Caminha159;
Bárbara Farias Moreira160;
Maria Gabriele de Paiva Damasceno161;
Nhandeyjara de Carvalho Costa162.

Introdução: A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece que, a acessibilidade no transporte é fundamental para garantir o direito à educação e a participação social de estudantes com deficiência. A legislação busca garantir que todos possam transitar livremente e ter acesso aos serviços de transporte com dignidade e igualdade. **Objetivos:** Relatar como a utilização das vans escolares impacta na mobilidade dos alunos cadeirantes; analisar as dificuldades encontradas pelos estudantes no trajeto de sua cidade até a cidade onde estudam. **Metodologia:** Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, vivenciado por uma discente do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens, durante os meses de Fevereiro a Abril de 2025, por meio da observação participante realizada diariamente, utilizando vans escolares em seu deslocamento até a Faculdade. **Resultados:** Foi possível identificar os seguintes pontos: os veículos não dispõem de rampas ou plataformas móveis, importantes para auxiliar na entrada do aluno; a altura do veículo em relação ao solo é elevada; não há espaço para a acomodação da cadeira de rodas no interior do veículo, bem como não há o espaço obrigatório para pelo menos um acompanhante; ausência de corrimãos de apoio e sinalização adequada com o símbolo internacional de acessibilidade (uma cadeira de rodas) no piso. A lei brasileira garante a adaptação de transportes para estudantes cadeirantes, incluindo ônibus, micro-ônibus, vans e demais meios de transporte público. **Conclusão**: Observou-se que não está sendo assegurado o direito à mobilidade e ao transporte com eliminação de barreiras e obstáculos aos discentes. O estudo foi de grande importância para a sensibilização da população sobre as necessidades e os direitos negligenciados acerca da mobilidade de alunos cadeirantes. Existem desafios que podem ser superados com a implementação dos transportes ideais, além da sensibilização dos motoristas e demais profissionais que trabalham com transportes acerca do assunto.

Palavras-chave: Lei Brasileira de Inclusão. Alunos cadeirantes. Transporte escolar.

159 Discente da Faculdade ViaSapiens.
160 Discente da Faculdade ViaSapiens.
161 Discente da Faculdade ViaSapiens.
162 Doscente da Faculdade ViaSapiens.

A IMPORTÂNCIA DE ENTENDERMOS ÀS ATRIBUIÇÕES IMPOSTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA AS FORÇAS POLICIAIS

Denize Albuquerque Menezes 163;
Francisco Willamy Martins Araujo 164;
Francisco Danilo de Souza Gomes 165

Introdução: As forças policiais contribuem para a segurança e proteção da sociedade? A constituição federal de 1988 garante o direito à segurança, estabelece e organiza o funcionamento das forças de segurança pública no Brasil. O art.144 define as atribuições das polícias militares, bombeiros e entre outras forças, para manter a ordem pública e proteger a sociedade. **Objetivo**: Verificar o art.144, § 5º da constituição federal, compreendendo as atribuições das polícias militares e corpo de bombeiros, e sua importância para a segurança do país**. Metodologia:** Foi realizada uma análise documental do art.144, § 5º da constituição federal e de obras jurídicas e artigos científicos, que abordam a segurança pública. Teve como base uma abordagem qualitativa, analisando o conteúdo para identificar e compreender os principais aspectos do artigo**. Resultados:** As forças de segurança seguem uma hierarquia, disposta em ordem decrescente, I-polícia federal, II-policia rodoviária federal, III-policia ferroviária federal, IV-policias civis, V-policias militares e corpo de bombeiro militares, VI-policiais penais federal, estaduais e distritais, A polícia federal, é instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela união e estruturado em carreira, emenda constitucional n°19, de 1998, com atribuições penais contra a ordem política e social, com a finalidade prevenir e reprimir atividades contra a união, e suas entidades e autárquicas e empresas públicas, entre outras infrações que praticadas tenha repercussão interestadual ou internacional, como o tráfico ilícito de entorpecentes, descaminho com prejuízo de ação fazendária e muitos outros crimes, e exige repressão uniforme, polícias militares tem atribuições ostensivas e a preservação da ordem pública, as polícias civis dirigidas por delegados ressalta a competência da união, e o corpo de bombeiros executam atividades de defesa civil, enquanto às polícias penais instituídas por suas respectivas esferas federal, estadual, e distritais e garantem à segurança dos estabelecimentos penais. A polícia militar e o corpo de bombeiro militar são forças-reserva do exército, essas atribuições são de extrema importância para a ordem e proteção da sociedade. **Conclusão:** O dever do estado direito e responsabilidade a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio público e privado, Conclui-se que às atribuições das forças policiais, desempenham um papel importante na segurança e proteção da sociedade e também do sistema prisional.

Palavras-chave: Forças Policiais; Segurança; Sociedade; Constituição Federal.

163 Discente da Faculdade ViaSapiens.
164 Discente da Faculdade ViaSapiens.
165 Doscente da Faculdade ViaSapiens.

IMPACTOS AMBIENTAIS DA EXPLORAÇÃO DE URANIO E FOSFATO DA MINA DE ITATAIA (CE) E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paulo Ricardo Veira de Lima 166
Raphael Gomes Viana 167

Introdução: A Mina de Itataia, localizada em Santa Quitéria no Ceará, é um projeto de grande importância para o Brasil, pois possui reservas significativas de urânio que é usado para gerar energia nuclear, como também reservas de fosfato que também é essencial para produção de fertilizantes para a agricultura. No entanto, a exploração desses minerais traz consigo desafios ambientais e sociais que precisam ser cuidadosamente analisados e bem gerenciados. **Objetivos:** A presente análise tem como objetivo apresentar uma visão geral sobre a proposta da unidade de extração e beneficiamento de uranio e fosfato, como também analisar os impactos ambientais e sociais gerados decorrentes da proposta de instalação da mina de urânio em Itataia. **Metodologia:** A metodologia adotada baseou-se em pesquisa documental, com levantamento de informações em relatórios técnicos e estudos de impactos ambientais, notícia jornalísticas e publicações acadêmicas. A análise teve caráter qualitativo, buscando compreender os potencias impactos ambientais e sociais da instalação da mina em Santa Quitéira. **Resultados:** Os danos analisados mostram que o projeto da mina de Itataia prevê a exploração integrada de uranio e fosfato, sendo considerado estratégico pelo governo federal. Identificou-se que o impacto ambiental aponta riscos potenciais á qualidade de água, do ar e a saúde da população local, além de impactos sobre a fauna e flora. Também foram verificados investimentos promissores em geração de empregos, arrecadação tributária como também muita fragilidade nas transparências dos processos. **Conclusão**: A mina de Itataia é um projeto complexo, com potencial para trazer benefícios, mas também com riscos significativos. A exploração só será verdadeiramente positiva se for conduzida com máxima responsabilidade ambiental e social. É preciso um esforço conjunto da empresa, do governo e da sociedade para garantir que os recursos naturais sejam aproveitados de forma a promover um desenvolvimento que seja, de fato, sustentável para o sertão cearense.

Palavras-chave: Mina Itataia; Uranio; Fosfato.

166 Paulo Ricardo Vieira de Lima, estudante de Direito, Faculdade ViaSapens.
167 Raphael Gomes Viana, Advogado, Prof. Me. Faculdade Via Sapiens.

CONSENTIMENTO E AUTONOMIA DO TITULAR DE DADOS NA ERA DIGITAL: IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL BRASILEIRO

Nonato Filho Tavares de Moura[168]
Priscila Márcia Passos Carvalho[169]
Thales Cavalcante Linhares[170]
José Joel Linhares Feijó[171]

INTRODUÇÃO: A crescente digitalização das relações sociais e comerciais impõe um desafio ao direito empresarial brasileiro, especialmente no que tange à proteção dos dados pessoais. Este resumo aborda a importância do consentimento e da autonomia do titular de dados como pilares fundamentais para a adequação das práticas empresariais à legislação vigente. **OBJETIVOS:** O objetivo principal desta pesquisa é analisar os impactos do consentimento e da autonomia do titular de dados nas operações do direito empresarial brasileiro, com foco nas mudanças necessárias para garantir a conformidade legal. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa e bibliográfica, analisando a legislação aplicável, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e a literatura acadêmica relevante sobre o tema. **RESULTADOS:** A análise demonstrou que a efetivação desses princípios exige uma reestruturação significativa nos modelos de negócio, saindo de um paradigma de coleta massiva para um de transparência e responsabilização. A mera obtenção de consentimento genérico não é suficiente, pois "o consentimento deve ser informado e específico para cada finalidade, conferindo ao titular o controle real sobre seus dados" (Silva, 2023). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a adesão ao consentimento e à autonomia do titular de dados não é apenas uma obrigação legal, mas uma oportunidade para as empresas fortalecerem a confiança de seus clientes e construírem relações de negócio mais sólidas e transparentes.

Palavras-chave: LGPD, Proteção de Dados, Direito Digital, Privacidade, Compliance.

[168] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[169] Advogada. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.
[170] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.
[171] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.

REGISTRO EMPRESARIAL NA JUNTA COMERCIAL E AS CONSEQUÊNCIAS DAS SUA NA SOCIEDADE EMPRESARIAL

Jef Alves Ferreira172
Luís Eduardo Gomes Araújo173
Caue Nascimento174
Francisco Danilo de Souza Gomes175

Introdução: O presente resumo aborda o tema de Registro Empresarial na Junta Comercial e as consequências do mesmo. Acredita-se que o tema é de grande relevância para as sociedade empresariais e empresários, para os mesmos estarem em conformidade com a legalidade perante o registro empresarial.**Objetivos:** O objetivo do resumo é verificar e analisar as principais características a cerca do registro empresarial e as consequências da ausência do mesmo. **Metodologia:** O presente resumo é constituído por uma pesquisa qualitativa, uma vez que, esse tipo de pesquisa possibilita o entendimento de fenômenos sócias. Além disso utilizando-se enquanto procedimentos de pesquisa artigos científico e bibliografias. **Resultados:** Os resultados apontam que, os registros têm como função principais, desempenhar função administrativas de natureza registros, serviços registrais. Sua ausência torna o empresário irregular, e faz com que o mesmo sofra com sanções e restrições legais, como a impossibilidade de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), impedindo de pedir a recuperação judicial, e impedindo de promover a autenticação dos documentos empresariais. Além de todas essas restrições l, a sociedade não pode usufruir da personalidade jurídica. **Conclusão**: Após a análise dos resultados, conclui-se que o registro empresarial é de suma importância e fundamental ao ambiente econômico nacional. Uma vez que, a falta deste, pode acarretar diversas restrições e impedimento aos empresários e sociedades.

Palavras-chave: Comercial, Registro, Empresarial.

172 Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens – FVS.
173 Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens – FVS.
174 Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens – FVS.
175 Professor de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens – FVS.

IMPACTO DO TELEMONITORAMENTO NA ADESÃO TERAPÊUTICA E NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Virnya Maria Pimenta Silva 176
Vitoria Isterfany Pimenta Silva 177

Introdução: A telemedicina, originada nos Estados Unidos na década de 1960, evoluiu de uma prática simples de monitoramento remoto para uma tecnologia essencial na assistência à saúde. Com o avanço de dispositivos conectados e plataformas digitais seguras, seu uso se intensificou, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Ao vencer barreiras geográficas e temporais, ela possibilita um cuidado contínou e eficaz. Para garantir sua efetividade, é necessário investir na capacitação dos profissionais, em uma comunicação clara e em protocolos adequados. **Objetivos:** Analisar, com base na literatura científica, as potencialidades e as limitações do telemonitoramento no contexto da relação entre médico e paciente, bem como seus efeitos na adesão dos pacientes ao tratamento em atendimentos realizados por meio da telemedicina. **Metodologia:** A busca bibliográfica foi conduzida na base de dados PubMed(MEDLINE), ultilizando os Descritores em Ciências da Saúde(DeCS) “Adesão ao tratamento”, “Relação médico-paciente” e “Telemedicina”. A combinação desses descritores foi feita por meio do operador booleano “AND”, resultando em 55 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 6 artigos que atendiam aos requisitos estabelecidos para a análise. **Resultados:** Diante dos artigos selecionados, foram encontrados benefícios das consultas de telemonitoramento sob diferentes perspectivas, tanto de profissionais quanto de pacientes. Entre os principais benefícios, destacam-se a integração do sistema de saúde, o aumento da adesão ao tratamento, a redução de custos e o maior acesso à atenção primária. No entanto, também foram identificadas dificuldades, como barreiras tecnológicas, resistência à mudança, falta de treinamento e desafios relacionados à privacidade e ao acesso à internet. Além disso, as disparidades sociais e econômicas, bem como a falta de empatia devido à ausência de contato físico, foram apontadas como obstáculos significativos para o sucesso do telemonitoramento. **Conclusão**: É crucial que as estratégias de implementação do telemonitoramento atendam às necessidades específicas de diversos grupos, considerando a sua percepção de sua utilidade clínica e facilidade de uso. Isso inclui oferecer suporte técnico, treinamento e soluções para melhorar a conectividade em locais com acesso limitado à internet. Práticas como consentimento, confidencialidade, protocolos e revisões periódicas das teleconsultas são fundamentais para garantir qualidade e segurança. A continuidade das pesquisas é essencial para aprimorar a adesão ao tratamento e acompanhar os avanços tecnológicos da telemedicina.

Palavras-chave: Adesão ao tratamento; Relação médico-paciente; Telemedicina.

176 Acadêmica de Medicina da faculdade ViaSapiens
177 Cirurgiã-dentista formada pelo Centro Universitário UNINTA

A ECONOMIA E A ATUALIDADE NO SECULO XXI

Jennifer Alves Ferreira 178
Guilherme dos Santos Jacauna 179
Luciane dos Santos Jacome 180

Introdução: O seguinte resumo apresenta o tema da economia e a atualidade no século XXI, já que a economia é marcada por profundas transformações, impulsionadas pela tecnologia, globalização, mudanças geopolíticas, entre outras áreas. **Objetivos:** O objetivo principal deste trabalho é verificar as principais caracteristicas a cerca da economia e a atualidade no século XXI. **Metodologia:** O presente resumo é constituido por uma pesquisa qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa possibilita o entendimento de pensamentos sociais utilizando marcos teóricos e base de dados renomadas. Além disso, utilizou-se enquanto procedimento de pesquisa, uma psquisa bibliografica e documental, por meio de artigos cientificos e livros. **Resultados:** Os resultados da analise apontam que as características mais marcantes da economia atual é a digitalização. A internet, a inteligência artificial, o big data e as plataformas digitais transformaram setores inteiros, como o comércio, os serviços financeiros e a indústria, tudo isso por conta da globalização que, por sua vez, trouxe integração entre os mercados, mas também expôs vulnerabilidades, como ficou evidente durante a pandemia de COVID-19. Onde vimos que, as cadeias produtivas globais foram abaladas, levando os países a repensarem sua dependência externa e a buscarem maior resiliência econômica. **Conclusão**: Através dos resultados obtidos, conclui-se que, no que diz respeito à economia do século XXI é dinâmica e complexa, exigindo soluções inovadoras, cooperação internacional e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social e à estabilidade financeira. Os conflitos internacionais, como os que envolvem recursos naturais e tecnologia, também têm impacto direto na economia mundial.

Palavras-chave: ECONOMIA;GLOBALIZAÇÃO;SÉCULO.

178 Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS.
179 Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS.
180 Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2019). Doutoranda em Economia Rural pela UFC. Professora dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia na Faculdade do Vale do Salgado (FVS). Membro do Núcleo Docente Estrururante (NDE) dos cursos de Administração e Ciências Contábeis.

ENTRE A NORMA E A REALIDADE: A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Antonio Jaison Fontenele Farias181
Jordânia Fontenele Farias182
Ana Vitória Ferreira da Silva183
Francisco Ronniere da Silva184

Introdução: A Ciência Jurídica examina o Direito como fenômeno social e normativo, enfocando a eficácia dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988. Essas garantias essenciais à dignidade humana limitam o poder estatal. Avaliar sua aplicação nas decisões judiciais brasileiras ajuda a medir a maturidade do Estado Democrático de Direito, sobretudo diante de crises institucionais e desigualdades. Essa análise crítica revela falhas e sugere melhorias na proteção dos cidadãos. Esse enfoque interdisciplinar, ao dialogar com áreas como sociologia e filosofia, aprofunda a compreensão do papel dos direitos fundamentais na sociedade. **Objetivos:** Este estudo busca avaliar a efetividade dos direitos fundamentais na prática forense, confrontando teoria constitucional e jurisprudência, identificando obstáculos como interpretações restritivas e acesso desigual à justiça, e propondo caminhos para fortalecer a justiça constitucional e a cidadania. **Metodologia:** Adotou-se abordagem qualitativa com revisão bibliográfica de obras de Direito Constitucional, Filosofia do Direito e Sociologia Jurídica. Foram analisados artigos acadêmicos e acórdãos do STF e de tribunais, para confrontar teoria e prática judicial de forma descritivo-crítica. **Resultados:** Constatou-se que, embora formalmente garantidos, os direitos fundamentais enfrentam obstáculos como morosidade, omissões e decisões contraditórias. Entretanto, decisões do STF em temas como igualdade, liberdade de expressão e direitos sociais demonstram avanços, apesar de toda a influência do cenário político-social e da cegueira deliberada comumente praticada por entes judiciais e magistrados. Além disso, precedentes progressistas têm impacto positivo na proteção de grupos vulneráveis. O contraste entre julgados conservadores e progressistas ressalta a importância da Ciência Jurídica em mapear essas dinâmicas e fomentar debates. **Conclusão**: Garantir a eficácia dos direitos fundamentais requer reforçar a cultura constitucional, aprimorar a formação crítica dos operadores do Direito e ampliar o acesso à justiça. A Ciência Jurídica deve atuar como agente de transformação social, promovendo aplicação real e igualitária dos preceitos constitucionais.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Constituição. Eficácia. Justiça. Cidadania.

181 Antonio Jaison Fontenele Farias, Bacharelando em Direito.
182 Jordânia Fontenele Farias, Bacharelando em Direito.
183 Ana Vitória Ferreira da Silva, Bacharelando em Direito.
184 Francisco Ronniere da Silva, Docente em Filosofia Geral e Jurídica.

A LGPD E A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS EMPRESAS EM CASOS DE VAZAMENTO

Nonato Filho Tavares de Moura[185]
Francisco Danilo De Souza Gomes [186]
Thales Cavalcante Linhares[187]
José Joel Linhares Feijó[188]

INTRODUÇÃO: A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabeleceu um novo marco regulatório para o tratamento de informações pessoais no Brasil, impondo deveres de cuidado e segurança às organizações. Neste cenário, a responsabilidade civil das empresas em casos de vazamento de dados tornou-se um dos pontos mais críticos, gerando debates sobre o nexo causal e os critérios para a reparação de danos. Este resumo explora os impactos da legislação sobre as obrigações das pessoas jurídicas frente a incidentes de segurança. **OBJETIVOS:** O objetivo principal desta pesquisa é analisar as implicações da LGPD na responsabilização civil das empresas em casos de vazamento de dados pessoais, identificando os critérios de imputação de culpa e os tipos de sanções e indenizações aplicáveis. **METODOLOGIA:** pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa e bibliográfica, baseada na análise da legislação aplicável (Lei nº 13.709/2018), na jurisprudência emergente e na doutrina especializada em direito digital e proteção de dados. O método permitiu identificar os fundamentos da responsabilidade objetiva e subjetiva no contexto dos vazamentos. **RESULTADOS:** O estudo demonstrou que a LGPD adota um regime de responsabilidade objetiva para o controlador de dados, o que significa que a empresa pode ser responsabilizada independentemente da comprovação de culpa. "A simples ocorrência do vazamento, por si só, já configura o dano moral coletivo, dispensando a necessidade de prova individualizada do prejuízo por cada titular" (RODRIGUES, 2023). Isso representa uma mudança significativa, transferindo o ônus da prova de que as medidas de segurança foram adequadas para a empresa. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a LGPD estabeleceu um paradigma de responsabilização mais rigoroso para as empresas, tornando a gestão de segurança da informação uma prioridade jurídica e estratégica. A omissão ou falha na proteção de dados pode resultar em sanções administrativas severas e em vultosas indenizações civis, reforçando a necessidade de um compliance robusto.

Palavras-chave: LGPD; Vazamento de Dados; Responsabilidade Civil; Segurança da Informação; Sanções Administrativas; Dano Moral.

[185] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[186] Francisco Danilo De Souza Gomes, Graduado em Direito, Mestre em Educação, Professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade ViaSapiens; Tianguá-CE; danilo.gomes@faculdadeviasapiens.com.br
[187] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.
[188] Advogado. Doutorado em Ciências Jurídicas – UMSA.

O FASCÍNIO CULTURAL POR SERIAL KILLERS: UM FENÔMENO PSICOSSOCIAL

Talyta Silva Pereira[189]
Rafaela Lima da Silva Dantas190
Iris dos Santos Timbó191

Introdução: O interesse social por serial killers ultrapassa o campo da criminologia e se configura como um fenômeno psicossocial e midiático de grande alcance. Filmes, séries, livros e podcasts exploram esses personagens reais com ampla aceitação popular. No Brasil, autoras como Ilana Casoy contribuem para o entendimento desse fascínio, ao evidenciar como tais crimes afetam o imaginário coletivo e as representações sociais sobre violência, moralidade e perversidade. Esse interesse não se limita a uma curiosidade mórbida, mas envolve a busca por compreender os limites da condição humana e os mecanismos sociais que moldam o olhar sobre o "monstruoso".**Objetivos:** Analisar o fascínio cultural por serial killers sob a perspectiva da psicologia social, com ênfase nos fatores emocionais, sociais e midiáticos que influenciam a construção simbólica dessas figuras no imaginário popular contemporâneo.**Metodologia:** Trata-se de uma revisão teórico-bibliográfica. As fontes utilizadas incluíram o livro Serial Killers – Made in Brazil, de Ilana Casoy, além de artigos científicos nacionais publicados entre 2000 e 2024. A seleção foi realizada por meio de buscas nas bases SciELO, Google Scholar e ResearchGate, com foco em temas como psicologia da violência, cultura da mídia e criminologia.**Resultados:** Os estudos indicam que o fascínio por serial killers resulta de múltiplos fatores, entre eles: o medo e a curiosidade diante do extremo, o desejo de compreender traços psicopáticos, e o papel da mídia na romantização ou mitificação desses criminosos. A cultura do entretenimento contribui para uma dessensibilização frente à violência, promovendo uma ambígua identificação simbólica entre o público e o agressor. Essa dinâmica tende a se intensificar em contextos onde há fragilidade na formação crítica sobre temas como justiça, segurança e ética. O intervalo entre os anos dos dados usados neste trabalho deve-se à escassez de publicações disponíveis acerca do tema **Conclusão**:O fascínio por serial killers é um fenômeno psicossocial complexo, articula dimensões emocionais, culturais e midiáticas. Sua análise permite compreender como medo, moralidade e desejo de conhecimento se entrelaçam na construção simbólica do "monstro". Fomentar uma leitura crítica dessas representações é fundamental para evitar a banalização da violência e promover reflexões mais éticas e conscientes sobre o modo como o crime é apresentado e consumido na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Serial Killers. Fascínio Cultural. Psicologia Social.Mídia e Violência.

[189]Discente de psicologia - FVS - Faculdade Via Sapiens
190 Discente de psicologia - FVS - Faculdade Via Sapiens
191 Docente do Curso de Psicologia - FVS- Faculdade Via Sapiens, Graduada em psicologia pela Faculdade Luciano feijão - Pós graduada em psicopedagogia institucional e clínica (FAVENI) - Especializanda em saúde pública e da família (UNIQ) - Mestranda em saúde e gestão do trabalho (UNIVALE).

A DIFICULDADE DE ACESSO À JUSTIÇA NAS COMUNIDADES RURAIS DO NORDESTE

Denize Albuquerque Menezes 192;
Ana Kassia Melo Souza 193;
Caio Lemos Paixão 194;
Raphael Viana 195

Introdução: O direito de acesso à justiça é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, previsto na Constituição Federal de 1988. No entanto, sua concretização ainda é um desafio nas comunidades rurais do Nordeste brasileiro. A precariedade de infraestrutura, os entraves socioeconômicos e a ausência de serviços jurídicos adequados criam um cenário de exclusão jurídica que compromete a cidadania dessas populações. A dificuldade de acesso à justiça nas comunidades rurais do Nordeste refere-se à série de obstáculos que os moradores dessas áreas enfrentam para acessar e usufruir dos direitos e serviços jurídicos. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar as principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais do Nordeste brasileiro no acesso à justiça, destacando os fatores estruturais, sociais e institucionais que contribuem para essa realidade. Além disso, busca propor caminhos possíveis para a efetivação de políticas públicas que promovam o acesso equitativo à justiça. **Metodologia:** A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, com base na análise da Constituição Federal, relatórios institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), artigos acadêmicos e obras de referência no campo do Direito Constitucional e Direitos Humanos. A abordagem é qualitativa, com foco na interpretação crítica da realidade jurídica das comunidades rurais nordestinas. **Resultados:** A pesquisa revelou que o acesso à justiça nas comunidades rurais nordestinas é dificultado por diversos fatores: ausência de defensorias públicas nas comarcas interioranas, precariedade de transporte e comunicação, baixa escolaridade e falta de conhecimento jurídico da população. Observou-se, ainda, que a digitalização dos serviços do judiciário, embora promissora, não é acessível à maioria das comunidades por conta da exclusão digital e tecnológica **Conclusão:** A concretização do direito de acesso à justiça nas comunidades rurais do Nordeste exige investimentos estruturais, fortalecimento das defensorias públicas, implantação de justiça itinerante e inclusão digital. É necessário romper com o ciclo histórico de marginalização jurídica por meio de políticas públicas comprometidas com a equidade, promovendo um Judiciário que atenda às necessidades reais da população rural.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Comunidades rurais. Inclusão jurídica. Defensoria pública. Políticas públicas.

192 Discente do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
193 Discente do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
194 Discente do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
195 Professor do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

A APLICAÇÃO DA BIOMETRIA COMO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA NOS PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS DE USUCAPIÃO DE BENS MÓVEIS NO BRASIL

Nonato Filho Tavares de Moura[196]
Maria Clara de Lima Rogerio[197]
Priscila Márcia Passos Carvalho[198]
Daniel Matos Falcão De Andrade[199]
Larissa Alves Cordeiro[200]

INTRODUÇÃO: A utilização da biometria como ferramenta de autenticação tem ganhado espaço em diversos ramos da administração pública e privada, sendo reconhecida por sua eficácia na identificação precisa de indivíduos. No contexto jurídico brasileiro, especialmente nos procedimentos extrajudiciais de usucapião de bens móveis, sua aplicação surge como um instrumento moderno de segurança e confiabilidade. Ao possibilitar a validação inequívoca das partes envolvidas, a biometria contribui para a mitigação de fraudes e para a celeridade dos trâmites cartorários, promovendo maior segurança jurídica e eficiência procedimental. **OBJETIVOS:** O objetivo da pesquisa é analisar a aplicação da biometria como instrumento de segurança nos procedimentos extrajudiciais de usucapião de bens móveis no Brasil, destacando seus benefícios e desafios jurídicos. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica detalhada. O foco esteve na análise de artigos científicos, livros, relatórios técnicos e documentos oficiais que abordam a LGPD e seus impactos no ambiente empresarial, com ênfase nas especificidades das PMEs. **RESULTADOS:** Verificou-se que a implementação da biometria nos atos de usucapião extrajudicial aumenta a confiabilidade na identificação das partes e reduz significativamente a incidência de fraudes documentais, consolidando-se como prática recomendável para os serviços notariais e de registro. Conforme aponta Silva (2024), “a biometria representa o elo entre a inovação tecnológica e a segurança jurídica, conferindo autenticidade e rastreabilidade aos atos extrajudiciais”. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a biometria, ao ser incorporada aos procedimentos extrajudiciais de usucapião de bens móveis, fortalece a segurança jurídica e aprimora a eficiência administrativa dos cartórios brasileiros. Sua adoção, contudo, demanda regulamentação específica e investimentos em infraestrutura tecnológica, garantindo a integridade dos dados biométricos e o respeito à proteção da privacidade dos cidadãos.

Palavras-chave: Biometria; Usucapião Extrajudicial; Segurança Jurídica; Bens Móveis; Tecnologia e Direito.

[196] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[197] Graduanda em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS);
[198] Advogada. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.
[199] Professor Universitário. Doutorado em Ciências Jurídicas.
[200] Doutoranda em Ciências Jurídicas pela UMSA.

O IMPACTO ECONÔMICO DA MOROSIDADE DO JUDICIÁRIO NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS NO BRASIL: UMA ABORDAGEM MICRO E MACROECONÔMICA

Denize Albuquerque Menezes201;
Ana Kassia Melo Souza202;
Luciane dos Santos Jácome203

Introdução: A morosidade do Judiciário brasileiro representa um entrave estrutural que afeta diretamente o funcionamento das relações econômicas. Sob o ponto de vista da microeconomia, interfere nos custos de transação e na tomada de decisões individuais entre agentes econômicos. Já do ponto de vista da macroeconomia, compromete a eficiência do ambiente de negócios, desestimula investimentos e prejudica a competitividade nacional. A Economia Jurídica, ao integrar instrumentos econômicos ao Direito, permite uma análise mais profunda sobre como a lentidão judicial impacta contratos, estrutura de mercado e o crescimento do país. **Objetivo:** Analisar os impactos micro e macroeconômicos da morosidade do Judiciário brasileiro nas relações contratuais, à luz da Economia Jurídica. Busca-se compreender como a lentidão na resolução de conflitos compromete a eficiência dos mercados e influencia a macroeconomia, como o investimento, o crédito e o crescimento econômico. **Metodologia:** A pesquisa é qualitativa, fundamentada em doutrinas de Direito Econômico e Economia Jurídica. Foram utilizados dados do CNJ, Banco Mundial (Doing Business), além de estudos econômicos sobre estrutura de mercado, custos de oportunidade e equilíbrio de mercado. **Resultados:** A morosidade judicial afeta a estrutura de mercado, especialmente em ambientes de concorrência imperfeita. Grandes empresas conseguem se proteger melhor dos riscos judiciais, enquanto pequenos negócios enfrentam custos maiores e menor acesso a crédito. Em termos microeconômicos, os agentes internalizam os riscos judiciais ao formular contratos, elevando preços e reduzindo a eficiência alocativa. Sob a ótica macroeconômica, a insegurança jurídica reduz o investimento privado, desestimula a entrada de novos concorrentes e compromete o crescimento. A necessidade de recorrer à arbitragem ou ao seguro contratual eleva o custo de produção e reduz a competitividade brasileira no cenário global. **Conclusão:** A lentidão do Judiciário compromete não apenas o acesso à justiça, mas o próprio funcionamento da economia. Em uma análise integrada entre Direito e Economia, conclui-se que a morosidade judicial distorce o equilíbrio de mercado, aumenta custos de transação e enfraquece o ambiente macroeconômico. Políticas de modernização institucional, digitalização dos processos e fortalecimento dos mecanismos extrajudiciais são essenciais para garantir uma economia mais eficiente e justa. O Judiciário deve ser visto não apenas como garantidor de direitos, mas como agente fundamental para o desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Economia jurídica; Morosidade judicial; Estrutura de Mercado; Macroeconomia; Microeconomia.

201 Discente da Faculdade ViaSapiens.
202 Discente da Faculdade ViaSapiens.
203 Doscente da Faculdade ViaSapiens.

EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012

Mathy Matias Pereira 204
Sônia Silva do Nascimento 205
Iara Tâmara Pessoa Paiva 206

Introdução: Os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. Os direitos humanos regem o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado. A Educação em Direitos Humanos (EDH) é um instrumento essencial para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social. A Resolução CNE/CP nº 1/2012 estabelece diretrizes que visam à promoção da dignidade humana, da justiça social e da cultura de paz no ambiente escolar. **Objetivos:** Compreender a proposta da Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Assim, o estudo deste artigo, tem como objetivo analisar a aplicação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na prática pedagógica, destacando sua importância na construção de uma sociedade mais ética, plural e democrática. **Metodologia:** A pesquisa possui caráter qualitativo, baseada em análise documental da Resolução CNE/CP nº 1/2012 e revisão bibliográfica de autores que discutem EDH, currículo e cidadania. Também foram observadas práticas pedagógicas em materiais de formação docente e projetos escolares integrados à temática dos direitos humanos. **Resultados:** A análise evidenciou que a transversalidade da EDH nos currículos contribui para o fortalecimento da identidade, do respeito à diversidade e da consciência cidadã. A partir da análise documental da estrutura do PNEDH estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não-Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública, e Educação e Mídia. A educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político. **Conclusão**: A educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Educação, Diversidade Cultural.

204 Graduanda em Pedagogia, 5º Sementre, E-mail:mathy.mathias.p@gmail.com
205 Graduanda em Direito, 4° Semestre Email: sonyasilvaa09.com@gmail.com
206 Mestra em Geografia, Professora do Ensino Superior. Emial: iara.paiva@viasapiens.online

SEGURANÇA JURÍDICA E TECNOLOGIA: A VIABILIDADE DO USO DA BIOMETRIA EM REGISTROS EXTRAJUDICIAIS DE PROPRIEDADE E DE NASCIMENTO

Nonato Filho Tavares de Moura[207]
Maria Clara de Lima Rogerio[208]
Francisco Danilo De Souza Gomes [209]
Daniel Matos Falcão De Andrade[210]
Larissa Alves Cordeiro[211]

INTRODUÇÃO: A incorporação de tecnologias digitais aos serviços notariais e de registro tem se mostrado um instrumento essencial para o fortalecimento da segurança jurídica no Brasil. Nesse contexto, a utilização da biometria em registros extrajudiciais, especialmente nos atos de registro de propriedade e de nascimento, surge como mecanismo de autenticação pessoal capaz de reduzir fraudes e conferir maior confiabilidade aos atos jurídicos. **OBJETIVOS:** Analisar a viabilidade e os impactos da utilização da biometria como instrumento de segurança jurídica nos registros extrajudiciais de propriedade e de nascimento. **METODOLOGIA:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com base em doutrinas jurídicas, legislações pertinentes e estudos sobre tecnologia aplicada ao Direito, buscando compreender os benefícios e desafios da implementação biométrica nos serviços registrais. **RESULTADOS:** Verificou-se que a adoção da biometria nos cartórios brasileiros tem potencial para fortalecer a autenticidade dos atos registrais, prevenir fraudes documentais e agilizar procedimentos, desde que acompanhada de regulamentação técnica e proteção de dados adequada, conforme as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Segundo estudo recente, "a biometria representa a fronteira entre a inovação tecnológica e a segurança jurídica, garantindo identificação inequívoca do cidadão e integridade do ato registral" (Silva, 2024). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o uso da biometria em registros extrajudiciais é viável e benéfico, desde que integrado a um marco regulatório robusto e interoperável, capaz de assegurar a proteção dos dados e a eficiência dos serviços públicos.

Palavras-chave: Biometria; Registros Extrajudiciais; Segurança Jurídica; Propriedade; Nascimento; Tecnologia Jurídica.

[207] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[208] Graduanda em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS);
[209] Francisco Danilo De Souza Gomes, Graduado em Direito, Mestre em Educação, Professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade ViaSapiens; Tianguá-CE; danilo.gomes@faculdadeviasapiens.com.br
[210] Professor Universitário. Doutorado em Ciências Jurídicas.
[211] Doutoranda em Ciências Jurídicas pela UMSA.

SÍNDROME DE MARFAN: ABORDAGEM DA FISIOTERAPIA EM UMA PACIENTE COM DISFUNÇÃO VESTIBULAR.

Camily Cunha Vasconcelos 212
Ana Lívia Bezerra 213
Karen Suenne Aguiar Ribeiro Pontes 214
Ana Glícia da Silva Menezes 215

Introdução: A Síndrome de Marfan (SM) é uma doença genética rara, com prevalência de 1/5 000 indivíduos, causada por uma mutação no cromossomo 15. A mutação no cromossomo 15 acarreta alterações estruturais e qualitativas na síntese da proteína fibrilina. A fibrilina é uma glicoproteína altamente resistente, sendo um dos principais constituintes da matriz extracelular do tecido conjuntivo e se apresenta distribuída por todo o corpo. **Objetivos:** Desenvolver um programa de exercícios físicos para uma paciente com Síndrome de Marfan. **Metodologia:** O estudo foi realizado junto ao Centro Intersetorial de Assistência à Criança e ao Adolescente com Deficiência – Naná, na cidade de Tianguá – Ceará. Paciente, sexo feminino, 14 anos idade, com diagnóstico médico de SM, CID10: Q87.4, após obtenção do termo de consentimento. Realizou-se um atendimento semanal do período de 03 de maio a 06 de dezembro de 2024. O protocolo foi dividido em 3 fases: avaliação da capacidade física e limitações da paciente, para esta foi utilizado Escala de Equilíbrio de Berg para avaliar o equilíbrio e a estabilidade. Posteriormente, desenvolvimento de exercícios adaptados, incluindo exercícios aeróbios e resistidos com isto, iniciou a fase de monitoramento cardiovascular. O programa de exercícios dividiu-se em: exercícios de alongamento, alongamentos suaves e controlados. Seguido de exercícios de força muscular, levando em consideração exercícios de força muscular de baixa intensidade, como: exercícios com bad elástico grau leve; exercícios com pesos leves (halteres de 0,5 kg); exercícios que melhorem o equilíbrio e a coordenação, como: caminhar em linha reta; ficar em pé sobre uma superfície instável; exercícios de equilíbrio com olhos fechados, além de exercícios de movimentos oculares. **Resultados:** Na Escala de Berg em avaliação inicial em 03 de maio de 2024, a paciente apresentou pontuação 13, o que é considerado equilíbrio e estabilidade ruins. Além disso, apresentou junção toracolombar, pectus excavatum, aracnodactilia, pés planos e hiperlaxidez. Após as intervenções descritas, em reavaliação realizada em 03 de dezembro de 2024 evoluiu com pontuação 34, ainda houve otimização do padrão de marcha (disfunção vestibular), melhora da noção espacial, melhora do grau de hipotonia muscular. **Conclusão**: Este relato de caso destaca a importância de investigar mais a fundo os benefícios do exercício físico para pacientes com SM. Ao mostrar resultados positivos em uma paciente, ele sugere estudos clínicos controlados e desenvolvimento de diretrizes.

Palavras-chave: Síndrome de Marfan; Escala de Berg; Mutação no Cromossomo 15.

212 Discente de Fisioterapia – Faculdade ViaSapiens.
213 Discente de Fisioterapia – Faculdade ViaSapiens.
214 Coordenadora do Curso de Fisioterapia – Faculdade ViaSapiens.
215 Doscente do Curso de Fisioterapia – Faculdade ViaSapiens

A PATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS E A RESPOSTA ETICA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 01/2018.

Mikaely Silva Oliveira 216;
Amanda dos Santos Marques 217;
Ana Carolina Fernandes de Morais 218;
Gilsiane Maria Vasconcelos Marques 219

Introdução: Compreende-se que a transexualidade representa uma incongruência entre a identidade de gênero e o sexo atribuído ao nascimento. Essa condição não deve ser vista como uma patologia, mas sim como resultados de construções sociais e históricas. A patologização das identidades trans representa uma forma de violência institucional e cultural, com impactos significativos na saúde mental dessa população. No contexto brasileiro, práticas clínicas e discursos biomédicos frequentemente contribuíram para a exclusão e marginalização dessas pessoas, reforçando diagnósticos psiquiátricos que deslegitimam suas vivências. Diante desse cenário, a Resolução n° 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia reafirma o compromisso ético da profissão com os direitos humanos, ao rejeitar abordagens voltadas à promoção de terapias de reversão e anulação da identidade de gênero. **Objetivos:** Analisar à luz da referida resolução, as implicações éticas da atuação psicológica frente à patologização das identidades trans. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, tendo sido realizada por meio de revisão bibliográfica em bases de dados nacionais, especialmente como SciELO. Foram considerados artigos publicados nos últimos dez anos que abordam a temática da transexualidade e os desafios éticos na pratica psicológica. **Resultados/Discussão:** Os dados indicam que a patologização contribui para o agravamento do sofrimento psíquico e para a exclusão social, constituindo-se em um fator de risco à saúde mental. A Resolução n° 01/2018 representa um avanço normativo e uma ferramenta essencial para a promoção de práticas psicológicas éticas, acolhedoras e não estigmatizantes, contribuindo para uma psicologia antidiscriminatória e comprometida com os direitos humanos. **Conclusão**: Conclui-se que a atuação psicológica diante das identidades trans exige não apenas conhecimento técnico, mas um posicionamento ético e alinhado com os direitos humanos e à diversidade de gênero. A Resolução n° 01/2018 se apresenta como um marco fundamental na promoção de práticas afirmativas e no enfrentamento à patologização, contribuindo para a proteção de saúde mental da população trans e para o fortalecimento de uma psicologia inclusiva e comprometida socialmente.

Palavras-chave: Psicologia. Identidade de gênero. Patologização. Ética profissional.

216 Acadêmica de Psicologia da Faculdade ViaSapiens (FVS) – Tianguá, Ceará, Brasil.
217 Acadêmica de Psicologia da Faculdade ViaSapiens (FVS) – Tianguá, Ceará, Brasil..
218 Acadêmica de Psicologia e Pedagogia da Faculdade ViaSapiens (FVS) – Tianguá, Ceará, Brasil.
219 Graduada em Psicologia pela Faculdade Luciano Feijão (FLF). Mestre em Psicologia e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente da Faculdade ViaSapiens (FVS).

A INTEGRAÇÃO ENTRE TECNOLOGIA BIOMÉTRICA E CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS: UM CAMINHO PARA MAIOR CONFIABILIDADE NOS ATOS REGISTRAIS.

Nonato Filho Tavares de Moura[220]
Priscila Márcia Passos Carvalho[221]
Maria Clara de Lima Rogerio[222]
Daniel Matos Falcão De Andrade[223]
Larissa Alves Cordeiro[224]

INTRODUÇÃO: A integração entre tecnologia biométrica e cartórios extrajudiciais representa um avanço expressivo na busca por maior confiabilidade e segurança jurídica nos atos registrais. Diante do processo de digitalização dos serviços públicos e da crescente necessidade de autenticação segura de identidades, a biometria desponta como ferramenta essencial para garantir a veracidade das informações e prevenir fraudes. Ao reconhecer características únicas e intransferíveis do indivíduo, como impressões digitais e padrões faciais, a tecnologia fortalece a fé pública e moderniza os procedimentos cartorários, tornando-os mais eficientes e transparentes. **OBJETIVOS:** O presente estudo tem como objetivo analisar como a aplicação da tecnologia biométrica nos cartórios extrajudiciais contribui para a segurança, a autenticidade e a eficiência dos atos registrais, reforçando a confiabilidade dos serviços prestados à sociedade. **METODOLOGIA:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentando-se em obras doutrinárias, artigos científicos e legislações que tratam da modernização tecnológica e da proteção de dados pessoais, como a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a informatização dos serviços notariais. **RESULTADOS:** Observou-se que a implementação da biometria nos cartórios extrajudiciais promove maior segurança nos processos de autenticação, reduzindo tentativas de falsificação e garantindo a integridade das transações realizadas. A tecnologia também contribui para a agilidade e padronização dos atos, aproximando o serviço cartorário dos princípios da eficiência e da transparência administrativa. Conforme destaca Oliveira (2023), "a biometria consolida uma nova cultura de confiança digital, em que o dado biométrico se torna o principal vetor da autenticidade e da proteção jurídica das partes envolvidas". **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a adoção da biometria pelos cartórios extrajudiciais configura uma inovação indispensável à modernização do sistema registral brasileiro. Essa integração tecnológica fortalece a segurança jurídica, assegura a autenticidade das relações civis e institui um modelo de serviço público alinhado à era digital e às demandas sociais contemporâneas.

Palavras-chave: Biometria; Cartórios Extrajudiciais; Segurança Jurídica; Autenticação; Modernização Tecnológica.

[220] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[221] Advogada. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.
[222] Graduanda em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS);
[223] Professor Universitário. Doutorado em Ciências Jurídicas.
[224] Doutoranda em Ciências Jurídicas pela UMSA.

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROJETO DE EXTERSÃO “O QUE SOU PARA ALÉM DA MATERNIDADE?”

Matheus Almeida da Silva[225]
José Willer Moreira Teles[226]
Prof. Esp. Iris Timbó[227]

Introdução: A experiência relatada envolveu o desenvolvimento de um projeto voltado para mães de crianças com deficiência atendidas por um centro de tratamento localizado na Serra da Ibiapaba. Tais mulheres, muitas vezes invisibilizadas em suas múltiplas dimensões, exercem o papel de principais cuidadoras, sendo também a rede de apoio central dessas crianças. Nesse contexto, o projeto buscou promover reflexões sobre a maternidade, o autocuidado e a construção da feminilidade para além do lugar de mãe atípica. **Objetivos:** O objetivo foi oferecer um espaço de escuta, acolhimento e valorização da identidade dessas mães, fomentando o reconhecimento de suas subjetividades e incentivando o cuidado de si, em contraponto à lógica da maternidade sacrificante. **Metodologia:** A metodologia adotada foi um relato de experiência desenvolvido no contexto da disciplina de Práticas Extensionistas. Entre agosto e novembro de 2024, estudantes do curso de Psicologia planejaram e executaram ações junto ao centro de tratamento, com supervisão docente. A experiência incluiu visitas técnicas, planejamento participativo, rodas de conversa, dinâmicas com espelhos e construção de murais reflexivos. Durante a vivência, os alunos se depararam com a potência do vínculo e da escuta ativa, mas também com os limites institucionais e a baixa adesão das participantes, o que gerou reflexões sobre o papel do psicólogo na mediação entre sofrimento e cuidado. **Resultados:** O projeto tornou-se um espaço de partilha e reconhecimento, onde as mulheres puderam repensar sua feminilidade e a necessidade legítima de cuidar de si. Para os estudantes, a ação foi transformadora: permitiu refletir sobre a escuta como ferramenta de cuidado e sobre o compromisso social da Psicologia com populações vulnerabilizadas. **Conclusão**: A experiência vivida na disciplina de Práticas Extensionistas reforça a importância da universidade se conectar com as demandas da comunidade, promovendo trocas significativas que favorecem tanto o crescimento pessoal das participantes quanto a formação crítica dos estudantes. O projeto cumpriu seu papel ao ampliar o campo de escuta e cuidado das mães atípicas e fortalecer o compromisso ético da Psicologia com a transformação social.

Palavras-chave: Projeto de Extensão; Maternidade Atípica; Feminilidade; Sofrimento Psíquico; Formação em Psicologia.

225 Graduado em Pedagogia, estudante do curso de Psicologia, Faculdade ViaSapiens (e-mail: almeidamatheus164@gmail.com).

226 Graduado em Matemática, estudante do curso de Psicologia, Faculdade ViaSapiens (e-mail: willermoraujo@hotmail.com).

227 Graduada em Psicologia, professora acadêmica da Faculdade ViaSapiens (e-mail: iris.timbo@faculdadeviasapiens.com.br).

A APLICAÇÃO DO IN DUBIO PRO REO E A SUPERAÇÃO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE NO TRIBUNAL DO JÚRI

Lara Stéffany Brimes 228
Benedito Yuri Azevedo Aguiar 229

Introdução: O Tribunal do Júri, previsto no artigo 5º, inciso XXXVIII da Constituição Federal, representa a participação popular no julgamento de crimes dolosos contra a vida. Historicamente, na fase de pronúncia, consolidou-se a aplicação do princípio do in dubio pro societate, ou seja, em caso de dúvida sobre a autoria ou materialidade, o juiz envia o réu a julgamento pelo corpo de jurados. Essa prática, no entanto, entrou em tensão com garantias fundamentais como o in dubio pro reo e o princípio da presunção de inocência. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar a atual orientação jurisprudencial quanto à aplicação dos princípios do in dubio pro reo e in dubio pro societate, com foco no momento da pronúncia e na decretação ou manutenção da prisão preventiva nos processos do Tribunal do Júri. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, com base em decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), além de doutrina processual penal contemporânea. **Resultados:** O STJ tem sinalizado superação do in dubio pro societate como justificativa para prisão cautelar, exigindo fundamentação objetiva. Embora a pronúncia ainda permita dúvidas, estas não devem restringir a liberdade. Ressalta-se que apenas o in dubio pro reo possui respaldo legal. O in dubio pro societate, amplamente aplicado de forma jurisprudencial, permitia que juízes, na dúvida, enviassem o caso ao júri, transferindo ao povo uma decisão que muitas vezes se dava com base na íntima convicção dos jurados, sem fundamentação. **Conclusão**: A superação do in dubio pro societate enquanto fundamento genérico para decisões restritivas de liberdade sinaliza um movimento garantista no processo penal brasileiro. Embora a pronúncia ainda admita certa margem de dúvida, ela não pode servir de pretexto para violações ao devido processo legal e à presunção de inocência. A consolidação da jurisprudência nesse sentido fortalece o equilíbrio entre a soberania dos veredictos do Júri e os direitos fundamentais do acusado.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. In dubio pro reo. In dubio pro societate. Prisão preventiva. Presunção de inocência.

228 Lara Stéffany Brimes - Acadêmica do 5º período do curso de Direito da Faculdade Viasapiens (FVS).
229 Bendito Yuri Azevedo Aguiar - Professor universitário e especialista em Direito Penal e Processual Penal.

PERSPECTIVA PSICANALÍTICA ACERCA DA ALIENAÇÃO E PERDA DE IDENTIDADE OBSERVADAS NO FILME “TEMPOS MODERNOS”

Helenita Martins de Carvalho 230
Francisca Iara Aguiar e Silva 231
Heloiza da Silva Gomes 232
Iris dos Santos Timbó 233

Introdução: O filme Tempos Modernos, dirigido e estrelado por Charles Chaplin, retrata as consequências da industrialização da sociedade europeia da década de 30. Chaplin mostra num enredo simples, porém cheio de simbolismos, as mudanças drásticas que a industrialização provocou na sociedade daquela época e que, se olharmos bem, nos alcança até os dias atuais. **Objetivos:** O presente trabalho tem por finalidade trazer reflexões sobre o processo de alienação e perda de identidade dos indivíduos com o advento da mecanização do trabalho iniciado na Revolução Industrial substituindo gradativamente homens por máquinas e precarizando o trabalho. **Metodologia:** Para o embasamento de tais reflexões foi feita uma análise crítica do filme supramencionado, trazendo para este trabalho os pontos principais alusivos ao tema. **Resultados:** O sonho de modernização da sociedade mostrou, com o passar do tempo que, a despeito dos ideais de avanços tecnológicos e melhorias na qualidade de vida dos sujeitos tornou-se um discurso vazio e desconectado da nossa realidade. O tempo passou a ser organizado em função do trabalho, suprimindo necessidades básicas como lazer, alimentação, tempo de qualidade com nossos pares e descanso. Hábitos simples, porém necessários para uma vida saudável. Décadas decorridas desde o lançamento da película de Chaplin e cá estamos nós, vivenciando os dissabores da desumanização imposta por um sistema voraz que insiste no lucro e explorando a força de trabalho, alienando a subjetividade dos indivíduos reduzindo-os a meras engrenagens desta grande máquina social. **Conclusão**: Traçando um paralelo entre ontem e hoje, percebemos que não apenas dependemos de máquinas, milhares de vezes mais eficientes e complexas, mas que estamos sendo anestesiados pela automação do dia-a-dia, adoecendo física e psiquicamente. Resta-nos seguir pensando que saídas haverão para o homem contemporâneo, que hoje luta tanto por um lugar ao sol, quanto para manter-se são diante desta realidade que nos oprime tanto por fora quanto por dentro.

Palavras-chave: Tempos Modernos, capitalismo, alienação.

230 Helenita Martins de Carvalho, graduada em Geografia, Pós-Graduada em Psicopedagogia e graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade ViaSapiens.
231 Francisca Iara Aguiar e Silva, graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade ViaSapiens.
232 Heloiza Silva Gomes, graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade ViaSapiens
233 Ìris dos Santos Timbó, Psicóloga, Mestranda Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho, docente da Faculdade ViaSapiens.

IMPACTOS DO USO INDISCRIMINADO DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES: UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Helenita Martins de Carvalho 234
Francisca Iara Aguiar e Silva 235
Heloiza Silva Gomes 236
Gilsiane Maria Vasconcelos Marques 237

Introdução: A adolescência é uma fase da vida sobre a qual se tende olhar sob o viés do julgamento, seja da rebeldia, do desapego às normas ou ausência de filtros morais. Entretanto, afora estes rótulos, é preciso compreender que há ali um ser humano em pleno desenvolvimento e cheio de potencialidades. Imersos no mundo digital, como jamais estivemos, há que se ter um novo olhar, sobretudo no que pertence à relação destes indivíduos com as mídias sociais. **Objetivos:** O presente trabalho tem por escopo trazer uma reflexão acerca dos impactos do uso indiscriminado das mídias sociais na saúde mental e no desenvolvimento emocional e psíquico dos adolescentes. **Metodologia:** Este estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura de natureza qualitativa, tendo como propósito investigar os impactos do uso indiscriminado das mídias sociais na saúde mental de adolescentes. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico em bases acadêmicas confiáveis, como SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES, selecionando obras, artigos científicos e publicações relevantes dos últimos dez anos que abordam a relação entre adolescência, saúde mental, desenvolvimento psíquico e uso de redes sociais. **Resultados:** Não obstante se observe os benefícios de tantos recursos tecnológicos disponíveis, é impossível declinar dos malefícios que toda conduta excessiva provoca no ser humano. Como indivíduos em processo de formação e desenvolvimento, os adolescentes estão, por natureza, mais suscetíveis aos danos causados pelo uso indiscriminado destas plataformas. Tal prática tem afetado negativamente a saúde mental, causando-lhes adoecimento psíquico como transtornos de ansiedade e depressão. Acessíveis em todos os estratos sociais, as redes terminam por induzir os jovens ao consumo, a desejar um estilo de vida muitas vezes distante da sua realidade, um corpo que se adeque aos padrões estabelecidos e constante necessidade de autoafirmação. **Conclusão**: Diante de tal cenário, mister se faz provocar um debate mais profundo acerca desta realidade nas escolas, famílias, bem como no meio acadêmico, trazendo à luz os aspectos nocivos destes recursos na adolescência e apontar caminhos alternativos de educação, cultura e lazer, consciência da coletividade, da diversidade como lugar de encontro, do cuidado, da cidadania e da importância de cada um nas escolhas pessoais e coletivas.

Palavras-chave: Adolescentes; redes sociais; saúde mental.

234 Helenita Martins de Carvalho, graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade ViaSapiens.
235 Francisca Iara Aguiar e Silva, graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade ViaSapiens.
236 Heloiza Silva Gomes, graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade ViaSapiens
237 Gilsiane Maria Marques, Psicóloga, Especialista em Saúde Mental e Mestre em Psicologia e Políticas Públicas, Docente da Faculdade ViaSapiens.

MÚSICA QUE TRANSFORMA: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E COMPORTAMENTAIS DO SOM

Stefany Damacena de Lima[238]
Larissa Nunes de Sousa[239]

Introdução: A música acompanha a humanidade desde tempos imemoriais. É considerada uma forma de arte por muitos e tem um efeito profundo no cérebro humano. Pesquisas interdisciplinares entre música e psicologia demonstram como o som modula estados emocionais, influencia a tomada de decisões e impacta o comportamento social e individual (LEVITIN, 2006). Da perspectiva da neurociência, a música ativa regiões do cérebro associadas ao prazer, como o sistema de recompensa da dopamina, incluindo o córtex pré-frontal. Pesquisas mostram que músicas com ritmo rápido e em tom maior tendem a produzir emoções positivas, enquanto músicas com ritmo lento e em tom menor tendem a evocar sentimentos de melancolia (JUSLIN; SLOBODA, 2010) **Objetivos:** Analisar o impacto da música sob uma perspectiva psicológica e explorar seus efeitos nas emoções, na cognição, no comportamento social e no tratamento de transtornos mentais. **Metodologia:** A estrutura do presente texto baseia-se em uma abordagem qualitativa de revisão bibliográfica, fundamentada em estudos interdisciplinares da psicologia, neurociência e comportamento humano, com ênfase em autores como Levitin (2006), Juslin e Sloboda (2010) e Greitemeyer (2009). **Resultados:** Além do impacto sobre os indivíduos, a música também desempenha uma função social relevante. Pode promover a coesão do grupo, fortalecer a identidade cultural e promover a interação interpessoal. Em reuniões, cerimônias religiosas ou protestos, a música serve como um elo entre os participantes. Há também evidências de que músicas com letras agressivas podem influenciar atitudes e comportamentos violentos, enquanto músicas com conteúdo pró-social podem promover empatia e cooperação (GREITEMEYER,2009). **Conclusão**: É de suma importância compreender que a análise dos impactos psicológicos e comportamentais da música evidencia sua influência significativa sobre o cérebro humano, as emoções e o comportamento social. O som vai além do entretenimento: revela-se como ferramenta poderosa para transformar realidades individuais e coletivas, sendo, portanto, um recurso valioso na promoção da saúde mental e das relações humanas.

Palavras-chave: Música; Psicologia; Comportamento.

[238] Acadêmica de Enfermagem.
[239] Docente Curso de Enfermagem.

RELAÇÕES DE PODER E CONTROLE NO AMBIENTE DE TRABALHO.

Yarithissa Costa Lima 240
João Victor Melo do Nascimento 241
Francisco Willamy Martins Araújo 242
Francisco De Paulo Guimaraes 243

Introdução: Primeiras relações de poder no trabalho, existem desde o sistema feudal, a terra era dividida em feudos, controlada pelos senhores feudais. Os servos, que produziam para os senhores, uma relação de subordinação, tinham pouco controle sobre as condições de trabalho. Sendo assim dado poder absoluto aos senhores feudais. Nesse sentido, outro exemplo claro é a Revolução Industrial, a burguesia, que financiou a industrialização, acumulou riqueza e poder. O poder da burguesia (classe de liderança) superior ao poder dos trabalhadores, com vínculo empregatício de subordinação. **Objetivos:** Analisar pontos relevantes de forma clara, mostrando as relações de trabalho desde as primeiras civilizações até a atualidade, enfatizando a existência da hierarquia no mercado de trabalho, onde existe um cargo de liderança e um cargo de liderados, destacando suas características principais, trazendo os aspectos que mais se destacam na sociedade. **Metodologia:** Pesquisa realizada por análise documental histórica, com objetivo de analisar pontos relevantes de forma qualitativa. Na administração científica conhecida por taylorismo, o estudo sobre os métodos usados para otimizar o tempo e aumentar a eficiência produtiva dos processos, criada para analisar as condições de relação entre poder e subordinação, analisando as tarefas, estudando o tempo, treinamento e seleção de colaboradores, remuneração por desempenho e implementação de tarefas que eram realizadas pelos profissionais de cargos superiores ou classes superiores. **Resultados:** Na antiguidade haviam técnicas para subordinação de pessoas em relação a outras em posição de poder, na atualidade global continua sendo aplicada as mesmas táticas para a obtenção de resultados semelhantes, no cenário atual, temos as leis trabalhistas, que agora são bem definidas e explícitas, onde qualquer indivíduo tem acesso, embora não seja ainda totalmente exercida em todos as instituições financeiras. **Conclusão**: A relação entre poder e submissão no mundo de trabalho contemporâneo é complexa e multifacetada. Embora haja avanços significativos em termos de direitos trabalhistas e condições de trabalho, ainda persistem dinâmicas de poder que podem levar à exploração de trabalhadores, como a desigualdade salarial, pressão por produtividade levando ao estresse e ao desgaste mental, exploração com consequências diretas no trabalhado, falta de reconhecimento e valorização pode levar à desmotivação. Para melhorar as relações sociais é necessário que haja a humanização dos trabalhadores nas organizações, reconhecer e valorizar o trabalho realizado e implementações de políticas de bem-estar que promovam o bem-estar no trabalho.

Palavras-chave: Burguesia .Trabalho. Subordinação .Relações de Poder.

240 Discente da Faculdade ViaSapiens
241 Discente da Faculdade ViaSapiens
242 Discente da Faculdade ViaSapiens
243 Doscente da Faculdade ViaSapiens

A POLÍTICA ANTIMANICOMIAL E A RESOLUÇÃO 487/2023 DA CNJ

Maria José Chaves Fernandes 244;
Antônia Raissa Costa Simplício 245;
Jamilly Isabelly Queiroz de Olivindo 246;
Raphael Gomes Viana 247;

Introdução: A forma como a sociedade trata as pessoas com transtornos mentais reflete diretamente seus valores e concepções sobre dignidade e direitos humanos. Durante décadas, a internação em hospitais psiquiátricos foi vista como a principal solução para lidar com essas pessoas, resultando em práticas de exclusão e violação de direitos. No Brasil, essa realidade começou a mudar com o movimento da Reforma Psiquiátrica, que culminou na Lei nº 10.216/2001, responsável por substituir os antigos manicômios por uma rede de atenção psicossocial mais humanizada. **Objetivos:** apresentar impactos refletidos nas áreas de saúde mental, direitos humanos e na organização da sociedade como um todo. Além de agravos de transtornos mentais em muitos casos gerando consequências devastadoras. Essas consequências variam de pessoa para pessoa, mas os impactos geral podem ser avassaladores tanto para o indivíduo quanto para suas famílias. Os quais, agravamento da saúde mental devido ao tratamento inadequado, isolamento social e dificuldades de reintegração, além de traumas psicológicos duradouros. Para as famílias, isso resulta em sofrimento emocional, tensões e dificuldades financeiras. Esses impactos refletem uma sociedade que perde oportunidades de inclusão e perpetua ciclos de exclusão. **Metodologia:** adotada nesta pesquisa é de caráter qualitativo, em análise documental, entrevistas com profissionais da área da saúde mental e do direito, permitindo uma abordagem mais subjetiva e reflexiva dos dados coletados. **Resultados:** Observando-se a lei nº 10.216/2001, representa um avanço significativo para as pessoas com transtornos mentais no Brasil, ao mudar o foco do tratamento de instituições fechadas para uma abordagem mais humanizada e integrada à comunidade. Ela promove a libertação e a inclusão social, reconhecendo que o tratamento deve respeitar a dignidade e os direitos humanos do paciente. **Conclusão**: Portanto, a mudança no modelo de tratamento, com foco em uma abordagem mais humanizada e inclusiva, permite que essas pessoas sejam vistas como sujeitos plenos de direitos, com acesso a cuidados que consideram suas necessidades individuais. Isso contribui para a diminuição do estigma, promovendo uma maior integração social e valorização da dignidade.

Palavras-chave: Saúde. Exclusão. Direitos.

244 Acadêmica do curso de Direito
245 Acadêmica do curso de Psicologia
246 Acadêmica do curso de Acadêmica do curso de Direito
247 Professor de Direito da FVS

AÇÕES POSSESSÓRIAS E A PROTEÇÃO DA POSSE NA ATUALIDADE

Autor: TOMAZ VIANA DE MESQUITA FILHO 248
Autor: JOSÉ MAZENIR GONÇALVES FRANÇA 249
Orientador: RODRIGO RAMOS 250

Introdução: A posse, embora distinta da propriedade, é juridicamente protegida no ordenamento brasileiro. Com o aumento dos conflitos fundiários e urbanos, principalmente em áreas periféricas e rurais, as ações possessórias assumem papel essencial na garantia da paz social e no respeito à função social da posse .**Objetivos:** O presente estudo visa analisar a importância das ações possessórias como instrumento de tutela da posse na atualidade, destacando os desafios enfrentados diante da crescente judicialização dos conflitos possessórios.**Metodologia:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise normativa, com destaque para os artigos 560 a 568 do Código de Processo Civil de 2015. Foram também examinadas decisões judiciais recentes, com o intuito de compreender a aplicação prática das ações de manutenção de posse, reintegração de posse e interdito proibitório, bem como os requisitos para a concessão de tutelas de urgência nesses casos. **Resultados:** A análise revelou que, apesar dos desafios enfrentados, as ações possessórias permanecem eficazes na proteção da posse, sobretudo quando utilizadas com base em provas robustas e acompanhadas de medidas urgentes. Entretanto, obstáculos como a morosidade do sistema judiciário e a complexidade dos litígios envolvendo coletividades dificultam a efetividade dessas ações. A jurisprudência tem oscilado quanto à concessão de liminares, especialmente quando envolvem ocupações coletivas, exigindo um equilíbrio entre direitos individuais e interesses sociais. **Conclusão**. A efetiva proteção da posse, por meio das ações possessórias, ainda é essencial para a segurança jurídica e a pacificação social. É necessário que o Poder Judiciário atue com maior sensibilidade e celeridade diante dos novos contornos dos conflitos possessórios, considerando o impacto social e humano envolvido. O fortalecimento da função social da posse e a interpretação constitucional das normas processuais são caminhos importantes para garantir justiça nesses litígios.

Palavras-chave: Posse; Ações Possessórias; Conflitos Fundiários; Direito Processual Civil.

248 Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens-FVS
249 Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens-FVS
250 Professor do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens-FVS

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO BRASIL

Autor 01- FRANCISCO WILLAMY MARTINS ARAUJO 251
Autor 02- YARITHISSA COSTA LIMA 252
Autor 03- JOAO VICTOR MELO DO NASCIMENTO 253
Orientador -FRANCISCO DE PAULO GUIMARAES 254

Introdução: A construção social da divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do trabalho é um conceito fundamental na sociologia que aponta para a forma como as sociedades organizam e distribuem as atividades laborais com base no gênero, contrariamente a uma visão determinista que atribuiria essa divisão a diferenças biológicas entre homens e mulheres, realmente é só isso? O que sociólogo descreve a respeito? **Objetivos:** analisar os principais pontos dessa divisão , as motivações e conceitos formados aparte das interações da sociedade, observar alguns fatos históricos, o desenvolvimento das políticas organizacionais das empresas a respeito **Metodologia:** pesquisa qualitativa feita por analise documental dos conteúdos vistos em sala de aula **Resultados:** os sociólogos afirmam que essa divisão é uma construção social moldada por normas valores e expectativas culturais, homens e mulheres são socializados desde cedo a desempenhar papéis específicos na sociedade, esses papéis frequentemente refletem no tipo de trabalho que cada gênero realiza, historicamente as sociedades atribuíram aos homem as atividades mais pesadas ou técnicas , como agricultura, construção civil e indústria, enquanto as mulheres eram reservadas as atividades domésticas, cuidado com os filhos e trabalho manual mais leve, essa divisão não é uniforme em todas as culturas e épocas, pois a mulher exerce uma dupla jornada de trabalho, onde o cuidado doméstico não é reconhecido ou remunerado, as mulheres tem menor salário que os homens, governo brasileiro estima que as mulheres ganham 20,7% a menos que os homens, a justificativa social é devido os cuidados e tempo dedicado a prole, licença maternidade, ou até mesmo a incapacidade de realizar tarefas que são designadas há homens, representadas por esses conceitos ditados pela sociedade é feita a divisão sexual do trabalho **Conclusão**: analisando todo trajeto histórico podemos identificar que essa desigualdade de gênero foi uma construção social ao logo do tempo, onde a mulher foi posta em uma posição inferior , pois até o trabalho doméstico não tinha valor, e sua força de trabalho foi categorizada como mão de obra inferior, só conquistou o direito ao voto muito tardiamente em 1932, nos dias atuais vemos as mulheres ocuparem diversos postos de trabalho, mas a sociedade ai terá uma longa trajetória até chega na total igualdade sexual no trabalho

Palavras-chave: DIVISÃO; CONSTRUÇÃO; TRABALHO

251 Discente da Faculdade ViaSapiens.
252 Discente da Faculdade ViaSapiens.
253 Discente da Faculdade ViaSapiens.
254 Doscente da Faculdade ViaSapiens.

EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL AO DIREITO EMPRESARIAL.

Gabriel Antonio de Castro Feitosa Araújo Forte [255]
Bruno Vasconcelos Aragão [256]
Icaro Gabriel Vieira Castelo Branco Pereira[257]
Francisco Danilo de Souza Gomes[258]

Introdução: O presente trabalho revela sobre o estudo da evolução do direito comercial para o direito empresarial, destacando as transformações historicas, sociais e econômicas que impulsionaram essa mudanca conceitual e normativa. **Objetivos:** Verificar as principais características acerca da evolução do direito comercial ao direito empresarial. **Metodologia:** O presente resumo é constituído por uma pesquisa qualitativa, uma vez que este tipo de pesquisa possibilita o entendimento dos fenômenos sociais utilizado marcos teóricos e base de dados renomados. Além disso, utilizou-se enquanto procedimento a pesquisa bibliográfica e documental por meio de artigos e livros. **Resultados:** Devida a grande evolução da sociedade, e das relações comerciais, ouve uma necessidade de disciplinar toda e qualquer atividade econômica desde que tenha as características de cosmopolitismo, onerosidade, informalismo, fragmentarismo e eladticidade. **Conclusão**: Tal estudo mostra a necessidade do constante estudo das relações socioeconômicas, para compreender melhor, aplicar leis mais efetivas, regularização de forma mais eficaz, logo, é visto a necessidade de um constante acompanhamento das relações comerciais.

Palavras-chave: Direito comercial; Direito empresariais; socioeconomico.

[255]Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS
[256]Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS
[257]Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS
[258]Docente Mestre em Educação na Univali

O PAPEL DA BIOMETRIA NA AUTENTICAÇÃO DE IDENTIDADES NOS PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS DE USUCAPIÃO E REGISTRO CIVIL

Nonato Filho Tavares de Moura[259]
Maria Clara de Lima Rogerio[260]
Francisco Danilo De Souza Gomes [261]
Daniel Matos Falcão De Andrade[262]
Larissa Alves Cordeiro[263]

INTRODUÇÃO: A aplicação da biometria nos serviços notariais e registrais representa um avanço significativo no processo de modernização e digitalização da atividade extrajudicial no Brasil. Por meio da identificação precisa das características físicas e comportamentais do indivíduo, como impressões digitais e reconhecimento facial, a biometria proporciona maior segurança e confiabilidade na autenticação das identidades das partes envolvidas em atos jurídicos. Nos procedimentos de usucapião e no registro civil, essa tecnologia tem contribuído para reduzir fraudes, prevenir duplicidade de registros e garantir a legitimidade dos atos praticados. **OBJETIVOS:** Analisar o papel da biometria na autenticação de identidades nos procedimentos extrajudiciais de usucapião e registro civil, avaliando sua contribuição para a segurança jurídica, a eficiência e a transparência das serventias extrajudiciais. **METODOLOGIA:** O estudo adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada em obras doutrinárias, legislações e publicações científicas que discutem a integração da tecnologia biométrica ao Direito Notarial e Registral, bem como suas implicações jurídicas e sociais. **RESULTADOS:** Verificou-se que a implementação da biometria em cartórios e registros extrajudiciais tem elevado o padrão de confiabilidade das autenticações, garantindo maior segurança aos cidadãos e às instituições. Essa tecnologia tem permitido o cruzamento de dados entre diferentes órgãos, fortalecendo o controle de identidade e diminuindo a incidência de litígios relacionados à falsificação de documentos ou à usurpação de identidade. Segundo Silva (2024), “a biometria consolida-se como ferramenta indispensável para a efetivação dos princípios da fé pública e da autenticidade, pilares do sistema registral brasileiro”. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a biometria desempenha papel essencial na autenticação das identidades nos procedimentos extrajudiciais de usucapião e registro civil, promovendo maior segurança jurídica, celeridade e confiança nos atos registrais. Sua adoção reflete uma transformação digital voltada à proteção dos direitos individuais e à consolidação de um serviço público mais eficiente e transparente.

Palavras-chave: Biometria; Autenticação de Identidade; Usucapião Extrajudicial; Registro Civil; Tecnologia Jurídica; Segurança Jurídica.

[259] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[260] Graduanda em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS);
[261] Francisco Danilo De Souza Gomes, Graduado em Direito, Mestre em Educação, Professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade ViaSapiens; Tianguá-CE; danilo.gomes@faculdadeviasapiens.com.br
[262] Professor Universitário. Doutorado em Ciências Jurídicas.
[263] Doutoranda em Ciências Jurídicas pela UMSA.

A EVOLUÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS EM AMBIENTES EMPRESARIAIS

Francisca Deizinara da Silva Carneiro264
Diego Mendes da Silva265
Wesley Júlio de Souza Tavares266
Francisco Danilo de Souza Gomes267

Introdução: Com o crescimento do setor de produção, propiciado principalmente pela revolução industrial, percebe-se uma evolução nítida na forma de como as pessoas de uma empresa são gerenciadas. Antes, vistos como uma pura força de trabalho, agora como um colaborador humano que precisa estar em um ambiente confortável para produzir mais. Dessa forma, surge a questão-problema. Quais são as características principais que se perpetuaram durante a evolução da região de pessoas em ambientes empresariais? Dito isso, é perceptível a importância da discussão e estudo do tema para a maior compreensão e adaptabilidade aos modelos de gestão atuais. **Objetivos:** Verificar as principais características acerca do gerenciamento de pessoas no ambiente profissional, no que se refere à gestão empresarial e evolução histórica. **Metodologia:** O presente resumo é constituído por uma pesquisa qualitativa, uma vez que possibilita o entendimento de fenômenos sociais, utilizando marcos teóricos e bases de dados renomados. Além disso, utilizou-se, enquanto procedimento de pesquisa, a pesquisa bibliográfica e documental por meio de artigos e livros. **Resultados:** Os resultados mostram que houve uma evolução de um modo de visão antes burocrático e primitivo para um modelo mais humanizado e estratégico. Pesquisas relacionadas à evolução empresarial, como os estudos de Elton Mayo e a Teorias das Relações Humanas, destacam a preocupação com o bem-estar dos colaboradores, que antes eram ignorados e explorados pelas empresas, fato que se confirma ao perceber as cargas horárias exaustivas e atividades repetitivas. Essa forma de pensar evoluiu graças as inúmeras pesquisas e artigos de pesquisadores da área e contribuiu para melhorias profissionais, vistas nos modelos de gestão atual. **Conclusão**: Ao analisar todos os aspectos do tema descrito, observa-se que a gestão de pessoas é muito além de uma função ou um setor, mas algo que surgiu e evoluiu para se concretizar nas empresas, sendo indispensável no passado, no presente e no futuro.

Palavras-chave: Evolução; Gestão; Pessoas.

264 Minicurricículo.
265 Minicurricículo.
266 Minicurricículo.
267 Minicurricículo.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ÉTICA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Antônio Edvando da Silva Nascimento[268]
Camila Rayssa Gomes dos Santos [269]
Raphael Gomes Viana[270]

Introdução: A incorporação da inteligência artificial (IA) no Judiciário brasileiro, com destaque para o sistema "Victor" do Supremo Tribunal Federal (STF), apresenta grandes avanços tecnológicos. Contudo, o uso de algoritmos nas decisões judiciais suscita importantes questões éticas, principalmente em relação à transparência, imparcialidade e responsabilidade. **Objetivos:** Este estudo visa analisar os impactos éticos do uso da lA no sistema jurídico brasileiro, refletindo sobre os riscos e benefícios de sua adoção nas decisões judiciais e administrativas. Busca também investigar a necessidade de uma regulação específica para o uso de lA no Judiciário, garantindo a proteção dos direitos fundamentais. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada a partir de uma análise bibliográfica e documental, com base em artigos científicos, normativos e documentos institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do STF. Utilizou-se uma abordagem qualitativa para entender os aspectos éticos do uso de lA no contexto jurídico brasileiro. **Resultados:** A pesquisa revelou que, embora a lA possa acelerar a tramitação de processos e reduzir a carga de trabalho dos tribunais, ela também pode gerar riscos de discriminação algorítmica e falta de responsabilidade clara em decisões automatizadas. Além disso, a pesquisa destacou a ausência de um marco normativo ético robusto para regular o uso dessas tecnologias**.** **Conclusão**: O uso da inteligência artificial no Judiciário é inevitável e necessário, mas deve ser implementado de forma ética, respeitando os princípios da dignidade da pessoa humana, da transparência e do devido processo legal. É urgente o desenvolvimento de políticas públicas e normativas claras para garantir a legitimidade das decisões automatizadas e a proteção dos direitos dos cidadãos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Judiciário Brasileiro. Ética. Discriminação Algorítmica. Regulamentação.

[268] Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.
[269] Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.
[270] Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.

ETARISMO NO CURSO UNIVERSITÁRIO: UMA ANÁLISE JURÍDICA DA DISCRIMINAÇÃO ETÁRIA

Audylo Ageu Gomes de Azevêdo 271
Maria Eliene Souza Araújo 272
Antônio Fabrício V. Gentil Farias 273
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela274

Introdução: O etarismo universitário representa discriminação grave contra estudantes acima de 40 anos, violando princípios constitucionais fundamentais. Este estudo analisa as implicações jurídicas do bullying e assédio moral baseados na idade, demonstrando violações à dignidade humana, direito à educação e princípio da igualdade. **Objetivos:** Analisar o etarismo universitário sob perspectiva jurídica brasileira, identificando violações constitucionais e propondo estratégias institucionais para promover ambiente acadêmico inclusivo. **Metodologia:** O seguinte trabalho é fruto da observação e experiências sofridas em sala de aula e anexos na faculdade sobre o comportamento de pessoas mais jovens em relação a presença de alunos com mais idade presentes nos cursos. Abordagens qualitativas e quantitativas foram dialogadas entre essas pessoas e numa combinação de métodos e triangulação de dados, chegamos em alguns resultados. **Resultados/Discussão:** O etarismo viola direitos fundamentais: dignidade humana (art. 1º, III, CF/88), igualdade (art. 5º, CF/88) e direito à educação (arts. 6º e 205, CF/88). As práticas discriminatórias configuram assédio moral através de condutas humilhantes reiteradas. Universidades podem combater o etarismo implementando políticas educativas, códigos de conduta e canais de apoio especializados. **Conclusão:** O etarismo universitário constitui violação grave aos princípios constitucionais da dignidade humana, igualdade e não-discriminação. As instituições de ensino podem combater efetivamente essas práticas através de políticas educativas, preventivas e de conscientização. A construção de uma cultura universitária inclusiva requer engajamento institucional na promoção do respeito à diversidade etária, reconhecendo que estudantes de todas as idades enriquecem o ambiente acadêmico com suas experiências e perspectivas únicas. O compromisso com a educação inclusiva fortalece a função social da universidade como espaço democrático de produção e compartilhamento do conhecimento.

Palavras-chave: Etarismo; Discriminação; Educação Inclusiva.

271 Acadêmico do Curso de Direito – FVS, Mestre pela UFERSA, MBA em Psicologia Jurídica, Esp. Em Psicanálise e Neurociência – FAMART, Administrador Zootecnista. ageu.azevedo@yahoo.com.br
272 Acadêmica do Curso de Direito – FVS. ea5158411@gmail.com
273 Acadêmico do Curso de Direito – FVS, Assistente Social - UNOPAR. Esp. em Políticas Públicas e Projetos Sociais fabriciofarias.fff@gmail.com
274 Professora universitária, Mestranda em Direito Privado pela Uni7. Esp. Em Docência Jurídica, Administrativo, Constitucional, Gestão de Organizações, Poder Judiciário e Min. Público – Faculdade Iguaçu. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Damásio de Jesus. jessicafnsportela@gmail.com

TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO: DELIMITAÇÃO E IMPLICAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Maria Adelaide De oliveira Cardoso275
Maria Clara Oliveira Cardoso 276
Daniel Falcão 277

Introdução: A jurisdição é a função do Estado de dizer o Direito, resolvendo conflitos com a autoridade de definitividade. Essa função é exercida dentro de certos limites, sendo o limite territorial um dos mais relevantes. Ele determina até onde o poder de um órgão jurisdicional se estende, tanto para garantir a ordem jurídica quanto para respeitar a soberania entre entes federativos e entre nações. A delimitação territorial evita conflitos de competência e garante que o processo seja julgado pelo juízo natural. **Objetivo:** O objetivo deste artigo é analisar o conceito de limite territorial da jurisdição no ordenamento jurídico brasileiro, identificando sua fundamentação legal, importância prática e as consequências do seu desrespeito para o processo judicial. **Metodologia:** Este artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de fontes primárias, como a Constituição Federal de 1988, o Código de Processo Civil e demais normas infraconstitucionais pertinentes, além de decisões dos tribunais superiores (STF e STJ). Também foram consultadas obras de referência na doutrina do direito constitucional e processual, bem como artigos científicos publicados em periódicos especializados. **Resultados e Discussão:** A partir da análise da Constituição Federal e do Código de Processo Civil, observou-se que o limite territorial está diretamente ligado à competência dos juízos. A legislação processual define critérios de competência territorial em regra geral (domicílio do réu), bem como em casos especiais (local do fato, domicílio da vítima etc.). Verificou-se que a violação dessa limitação pode gerar nulidade relativa, se não alegada no tempo processual adequado. **Conclusão:** O limite territorial da jurisdição é um instrumento essencial para a organização do sistema judiciário e para a proteção dos direitos das partes. Ele garante a aplicação ordenada das normas legais e promove a previsibilidade e segurança jurídica nos litígios. É, portanto, indispensável que advogados, juízes e operadores do direito observem atentamente as regras que delimitam a competência territorial, a fim de assegurar a validade dos atos processuais e o respeito ao devido processo legal.

Palavras-chave: Jurisdição,01. Competência territorial,02. Direito processual, 03. Limites da jurisdição,04. Juízo natural,05.

275 Discente da Faculdade ViaSapiens.
276 Discente da Faculdade ViaSapiens.
277 Doscente da Faculdade ViaSapiens.

SILÊNCIO NUCLEAR:
ITATAIA E O COLAPSO ENTRE NATUREZA E DIREITOS HUMANOS

Ingrid Santos Monteiro[278]
Mirian de Sousa Ramos[279]
Francisco Danilo de Souza Gomes[280]

Introdução: No coração do semiárido cearense, em Santa Quitéria, a exploração da jazida de Itataia para a mineração de urânio e fosfato emerge como um tema de intensa controvérsia, dada a magnitude de seus potenciais impactos ambientais. A radioatividade inerente ao urânio eleva os riscos de contaminação do solo, do ar e, crucialmente, das fontes hídricas. Salienta-se que a suposta atividade benéfica para a economia acarreta problemas em toda a sua estrutura, e busca, a grosso modo, minimizar todos os impactos causados ao meio ambiente e a dignidade da pessoa humana decorrentes do primeiro levantamento. **Objetivos:** Este resumo tem por objetivo tratar dos impactos ambientais e da supressão dos direitos humanos relacionados à exploração de urânio e fosfato na Mina de Itataia, localizada na fazenda de Itataia, situada no município de Santa Quitéria, interior do estado do Ceará, além de investigar quais os efeitos que podem ser desencadeados com a abertura da mina. **Metodologia:** Foram utilizadas pesquisas em artigos científicos, sites credenciados; relatório da MAM; entrevistas dadas a emissoras de televisão e ao Jornal OPOVO; documentários, além dos relatórios sobre o impacto ambiental produzidos pelo Consórcio de Santa Quitéria, e a Audiência Pública para debate da lide realizada nos dias 11 e 13 de março de 2025, no distrito de Lagoa do Mato, Itatira. **Resultados:** A abertura da mina exigirá, por exemplo, a remoção da vegetação nativa causando desmatamento e a perda de habitats naturais. Uma vez que a Mina de Itataia pode prejudicar a fauna, a flora, as bacias hidrográficas, o comércio local e a saúde dos moradores da região, há, indubitavelmente, uma supressão de direitos que são tidos como fundamentais na própria Constituição. Desse modo, é nítido que dentro do relatório, não estão contidas apenas as visitas, mas também a oitiva da própria população. Depreende-se que existe uma resistência - notada até mesmo nas audiências públicas -, por parte da comunidade com relação à abertura da mina e a sua exploração. **Conclusão**: A partir das pesquisas realizadas em torno do tema supracitado, chega-se à conclusão que com a abertura da mina, diversos aspectos relacionados ao meio ambiente e aos direitos humanos serão violados.

Palavras-chave: Mina de Itataia. Impactos Ambientais. Direitos Humanos.

[278]Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens;

[279]Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens;

[280]Francisco Danilo de Souza Gomes, Mestre em Educação pela Universidade Vale do Itajaí - UNIVALI (CAPES 5). Especialista em direito público e privado pela Faculdade ViaSapiens - FVS (2023). Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022).

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA LEI MARIA DA PENHA

Maria das Graças Alves Silva 281
Raphael Gomes Viana 282

Introdução: A Lei nº 11.340 sancionada em 2006,cognominada Lei Maria da Penha, , representa um marco significativo na proteção dos direitos das mulheres no Brasil. Apesar de seu impacto positivo, a implementação dessa legislação enfrenta diversos desafios que comprometem sua eficácia. Entre os principais entraves estão a falta de conscientização sobre os direitos garantidos pela lei, a resistência cultural a denúncias de violência doméstica e a insuficiência de recursos e infraestrutura nos sistemas de apoio às vítimas. **Objetivos:** O objetivo deste estudo é analisar os principais desafios enfrentados na aplicação da Lei Maria da Penha, identificando barreiras que limitam sua eficácia. Além disso, busca-se compreender como esses obstáculos podem ser superados para garantir uma proteção mais efetiva às mulheres vítimas de violência. O estudo pretende também promover uma reflexão crítica sobre a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a implementação da lei.**Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas com vítimas de violência doméstica. Também foram analisados dados estatísticos sobre o registro de ocorrências e o funcionamento das redes de apoio disponíveis. A metodologia permitiu uma compreensão das experiências vividas por mulheres que recorreram à Lei Maria da Penha.**Resultados:**Os resultados indicam que a falta de informação e orientação sobre os direitos previstos na lei é um dos principais empecilhos para que as mulheres busquem ajuda. Além disso, observou-se um estigma social que ainda persiste em algumas comunidades, dificultando denúncias e o acesso à justiça. A infraestrutura deficiente dos serviços públicos responsáveis pelo atendimento às vítimas também foi apontada como uma barreira significativa.**Conclusão**: A Lei Maria da Penha é um avanço importante na luta contra a violência doméstica, mas sua efetividade depende de um conjunto mais amplo de ações que incluam educação, conscientização e apoio estrutural. Para enfrentar os desafios identificados, é fundamental promover iniciativas que ampliem o acesso à informação e reforcem as redes de apoio às mulheres. Somente assim será possível garantir que os direitos assegurados pela lei se tornem realidade na vida das vítimas.

Palavras-chave: Violência doméstica; Direitos das mulheres; Lei Maria da Penha.

281.Economista. Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública, acadêmica do curso de Direito_ Faculdade ViaSapiens

282 Professor Orientador-Mestre em Direito, advogado e professor universitário - Faculdade ViaSapiens

FIM DA ESCALA 6x1 E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

Francisco David Lima Vieira[283]
Ana Alicia Passos Aguiar[284]
Douglas Santana Araujo[285]
Francisco Danilo de Souza Gomes[286]

Introdução:O debate quanto ao formato de escala previsto na Constituição Federal e na Consolidação das Leis Trabalhistas, é uma pauta do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), liderado pelo vereador Rick Azevedo (PSOL-RJ) que visa reduzir a jornada de trabalho no Brasil. **Objetivos:** O objetivo geral é analisar os impactos sociais em relação ao fim da escala 6x1. Os objetivos específicos são: a) Analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8/2025; b) Avaliar os principais pontos abordados no debate da PEC; c) Analisar os impactos sociais com a possibilidade de aprovação. **Metodologia:** Essa pesquisa apresenta uma analise bibliográfica, com uma abordagem qualitativa de artigos e sites que tratam sobre o tema elencado. **Resultados:** A PEC 8/2025 foi proposta pela Deputada Federal Erika Hilton (PSOL-SP) que visa a extinção da escala 6x1 por uma escala mais acessivel como a escala 4x3 (Quatro dias trabalhados para Três dias de Descanso), juntamente com uma redução da carga horária que hoje é de 44 horas semanais, sem haver um desconto no salário. O Debate está posto na questão dos impactos econômicos trazidos pela proposta, pois haveria um custo suplementar para empresas e segmentos continuarem seus processos, além da necessidade de contratações adicionais e adaptações setoriais, principalmente na transição de escalas. **Conclusão**: O debate no que concerne a PEC 8/2025 traz pontos a serem refletidos: Até que ponto a qualidade de vida e a diminuição do horário de trabalho e dos dias trabalhados contratam com os aspectos econômicos? A redução da jornada de trabalho é uma resposta aos baixos rendimentos que os trabalhadores recebem das entidades privadas e públicas?

Palavras-chave: Escala 6x1; Proposta de Emenda Constitucional (PEC); Jornada de Trabalho.

[283] Aluno de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[284] Aluna de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[285] Aluno de Direito da FaculdadeViaSapiens.
[286] Mestre em Direito. Professor do Curso de Direito e Coordenador do NEXUS Científico da Faculdade ViaSapiens

AS GARANTIAS DO CONTRADITÓRIO E DA NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS À LUZ DAS INOVAÇÕES DO CPC/15

Emanuel Venícius Lopes Sousa 287
Professor Raphael Gomes Viana288

Introdução: O presente estudo propõe uma reflexão sobre duas garantias fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro: o contraditório e a motivação das decisões judiciais. Ambas são imprescindíveis à estrutura de um Estado Democrático de Direito e ganham novo fôlego com as inovações do Código de Processo Civil de 2015. O trabalho parte da evolução histórica dessas garantias até sua atual configuração normativa, evidenciando sua importância para a legitimidade e transparência do processo judicial. **Objetivos:** Analisar a importância do contraditório e da motivação das decisões judiciais à luz das inovações introduzidas pelo Código de Processo Civil de 2015, demonstrando como essas garantias reforçam a legitimidade processual, a cooperação entre as partes e a transparência judicial. **Metodologia:** A pesquisa adota abordagem teórico-qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e análise normativa. Foram utilizados textos legais como a Constituição Federal de 1988, o CPC/15 e obras doutrinárias, além de decisões jurisprudenciais, especialmente do Superior Tribunal de Justiça, como no REsp 1.625.963. **Resultados:** Verificou-se que o contraditório, além de formal, deve ter um aspecto material, permitindo às partes influenciar efetivamente as decisões judiciais. Já a exigência de motivação das decisões, prevista no art. 93, IX da CF/88 e no art. 489, §1º do CPC/15, busca evitar decisões genéricas e garantir maior controle sobre o Judiciário. As inovações legislativas refletem uma evolução normativa voltada à maior efetividade das garantias processuais. **Conclusão**: Conclui-se que as garantias do contraditório e da motivação das decisões judiciais são indispensáveis à legitimidade do processo. O CPC/15 contribuiu significativamente para o fortalecimento dessas garantias, sendo essencial que continuem sendo respeitadas e aperfeiçoadas, a fim de promover a pacificação social e coibir arbitrariedades no âmbito judicial.

Palavras-chave: Contraditório; Fundamentação; CPC/15.

287 Aluno do Curso de Direito da faculdade Via Sapiens.
288 Orientador do Curso de Direito da faculdade Via Sapiens. Mestre em Direito, advogado e professor universitário – Faculdade Via Sapiens.

IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Regina Bárbara Vieira Braga 289
Francisco Danilo de Souza Gomes 290

Introdução: É inegável o crescimento do uso da Inteligência Artificial nos mais diversos ramos da sociedade, logo, seria ilógico pensar que no judiciário seria diferente. Segundo a CNN, 66% dos tribunais brasileiros se utilizam da IA tendo diversas finalidades, como auxiliares de rotina, agrupamento de processos, classificação de documentos, notificações processuais, dentre outros. Porém, o maior receio reside na automação de decisões judiciais, o que geraria inúmeros prejuízos aos princípios constitucionais, principalmente do devido processo legal e do juiz natural. **Objetivos:** Dentre os objetivos do presente trabalho, o principal reside na análise objetiva das melhorias fornecidas pelo uso da IA, contudo, em contrapartida, observando também os prejuízos que possam ser gerados através da automação das decisões, e do fomento da desumanização do Poder Judiciário, bem como do fortalecimento das desigualdades. **Metodologia:** A metodologia utilizada para a formulação do trabalho é a qualitativa, se atendo à interpretação de textos jornalísticos e artigos acadêmicos que versam sobre o tema. **Resultados:** Dentre os resultados encontrados, tem-se inicialmente uma série de benefícios, como por exemplo, a maior efetivação da celeridade processual, como o sistema VICTOR, que é utilizado pelo STF para auxiliar na triagem de recursos de repercussão geral e a redução da sobrecarga processual em tarefas burocrática, aumentando a eficiência administrativa, mas também é possível visualizar inúmeros impactos negativos, como a falta de transparência algorítmica e a automatização excessiva das decisões. **Conclusão**: É impossível reconhecer a inexorabilidade da interferência das IA em todos os aspectos da vida humana, de modo que o judiciário não pode ser atrasado e não aderir à essa tecnologia, principalmente tendo em vista as tantas melhorias e facilidades trazidas, porém, é imprescindível que tais tecnologias sejam guiadas por parâmetro jurídicos claros e fortalecidos, a fim de evitar um desequilíbrio e prováveis injustiças. Logo, é impossível chegar a uma conclusão prévia exata, mas sim, é importante que se reforce a necessidade de um maior cuidado quanto ao uso da Inteligência artificial no âmbito jurídico, vez que o direito não é uma ciência exata e deve se adaptar para suprir as necessidades humanas, que são infinitas.

Palavras-chave: IA, Judiciário, Impactos.

289 Grauanda do 10º semestre do curso de direito.
290 Mestre em Educação, professor universitário do curso de direito.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ÉTICA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Antônio Edvando da Silva Nascimento[291]
Camila Rayssa Gomes dos Santos [292]
Raphael Gomes Viana[293]

Introdução: A incorporação da inteligência artificial (IA) no Judiciário brasileiro, com destaque para o sistema "Victor" do Supremo Tribunal Federal (STF), apresenta grandes avanços tecnológicos. Contudo, o uso de algoritmos nas decisões judiciais suscita importantes questões éticas, principalmente em relação à transparência, imparcialidade e responsabilidade. **Objetivos:** Este estudo visa analisar os impactos éticos do uso da lA no sistema jurídico brasileiro, refletindo sobre os riscos e benefícios de sua adoção nas decisões judiciais e administrativas. Busca também investigar a necessidade de uma regulação específica para o uso de lA no Judiciário, garantindo a proteção dos direitos fundamentais. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada a partir de uma análise bibliográfica e documental, com base em artigos científicos, normativos e documentos institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do STF. Utilizou-se uma abordagem qualitativa para entender os aspectos éticos do uso de lA no contexto jurídico brasileiro. **Resultados:** A pesquisa revelou que, embora a lA possa acelerar a tramitação de processos e reduzir a carga de trabalho dos tribunais, ela também pode gerar riscos de discriminação algorítmica e falta de responsabilidade clara em decisões automatizadas. Além disso, a pesquisa destacou a ausência de um marco normativo ético robusto para regular o uso dessas tecnologias**.** **Conclusão**: O uso da inteligência artificial no Judiciário é inevitável e necessário, mas deve ser implementado de forma ética, respeitando os princípios da dignidade da pessoa humana, da transparência e do devido processo legal. É urgente o desenvolvimento de políticas públicas e normativas claras para garantir a legitimidade das decisões automatizadas e a proteção dos direitos dos cidadãos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Judiciário Brasileiro. Ética. Discriminação Algorítmica. Regulamentação.

[291] Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.
[292] Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.
[293] Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA MORTE DE DETENTOS: UMA ANÁLISE DA NEGLIGÊNCIA ESTATAL E DA PROTEÇÃO À DIGNIDADE HUMANA

Tailson Vieira Leitão 294
Hagata Nicolle Gomes Lima 295
Raphael Gomes Viana 296

Introdução: Diante do cenário atual observado nas unidades prisionais brasileiras, nas quais os detentos são expostos a condições precárias de saúde, alimentação e higiene, verifica-se o aumento recorrente de mortes entre a população carcerária. Apesar disso, há uma notável omissão quanto à responsabilização do Estado por essas ocorrências. **Objetivos:** O presente trabalho possui, portanto, o objetivo de analisar a responsabilidade civil do Estado no tocante à obrigação de reparar o dano sofrido pelo detento no caso de morte resultante da negligência do Estado. **Metodologia:** Para alcançar os resultados esperados para o estudo, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativa e os procedimentos técnicos foram realizados através da pesquisa bibliográfica em websites e artigos. **Resultados:** O STF e o STJ consolidaram o entendimento de que o Estado tem, obrigatoriamente, o dever de cuidado e vigilância do preso, uma vez que este se encontra privado de sua liberdade, logo, não pode garantir a própria segurança. Essa responsabilidade estatal se baseia na teoria do risco administrativo, segundo a qual o Estado responde pelos riscos inerentes às atividades que desenvolve, independentemente de dolo ou culpa do agente estatal. Portanto, em caso de morte do preso, a família poderá pleitear danos morais e materiais, devendo, para tanto, comprovar o nexo existente entre a conduta comissiva ou omissiva do Estado e a morte do indivíduo. Por último, é válido ressaltar que, no caso comprovação pelo Estado de caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima, a responsabilidade poderá ser afastada ou atenuada. **Conclusão**: A partir da análise realizada, conclui-se que é dever do Estado garantir a proteção à integridade física e moral do detento, em conformidade com o princípio da dignidade da pessoa humana. Na ocorrência de violação a esse dever, o Estado deve ser responsabilizado, sendo-lhe imposta a obrigação de indenizar os familiares do detento. Entretanto, essa responsabilidade poderá ser excluída ou atenuada caso o Estado consiga comprovar que a morte do preso ocorreu por motivos alheios à sua negligência, como em situações de caso fortuito ou força maior.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil do Estado; Negligência Estatal; Direitos Humanos; Condições Prisionais.

294 Acadêmico de Direito.
295 Acadêmica de Direito.
296 Mestre em Direito pela UFSC, professor universitário, diretor acadêmico da Faculdade ViaSapiens.

O PAPEL DO DIREITO PENAL NA PROTEÇÃO DAS MULHERES: ANÁLISE DA LEI DO FEMINICÍDIO

Ana Márcia dos Santos da Silva[297].
Jessiane Maria Cardoso do Nascimento[298].
Nágila Raquel Nascimento de Amorin[299]
Raphael Gomes Viana[300].

Introdução: A violência contra a mulher constitui uma das formas mais alarmantes de violação dos direitos humanos, sendo um problema persistente na sociedade brasileira. Em resposta a essa realidade, foi sancionada a Lei nº 13.104/2015, que introduziu o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio, buscando reconhecer e punir com maior rigor os crimes cometidos contra mulheres em razão do gênero. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar o papel do Direito Penal na proteção das mulheres, com foco na efetividade da Lei do Feminicídio. Busca-se compreender em que medida essa legislação contribui para a redução da violência de gênero e como ela é aplicada no sistema de justiça brasileiro. **Metodologia:** A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica em livros, artigos científicos e legislações pertinentes, além da análise de dados estatísticos fornecidos por órgãos oficiais, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Ministério da Justiça. **Resultados:** Observa-se que a tipificação do feminicídio representa um marco importante no reconhecimento da gravidade da violência contra a mulher. No entanto, os índices de feminicídio permanecem elevados, indicando que, apesar da legislação, há entraves na sua aplicação efetiva, como a subnotificação dos casos, a dificuldade de investigação e a ausência de políticas públicas complementares. **Conclusão**: O Direito Penal desempenha um papel fundamental na proteção das mulheres, sendo a Lei do Feminicídio uma ferramenta importante de responsabilização dos agressores. Contudo, sua eficácia depende da articulação com medidas preventivas, educativas e assistenciais que promovam a equidade de gênero e a proteção integral das vítimas.

Palavras-chave: Feminicídio; Direito Penal; Violência de gênero.

[297] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[298] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[299] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[300] Doscente da Faculdade ViaSapiens.

REPRESSÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA DITADURA MILITAR

Tailson Vieira Leitão 301
Hagata Nicolle Gomes Lima 302
Raphael Gomes Viana 303

Introdução: A liberdade de expressão, hoje assegurada como direito fundamental pela Constituição Federal de 1988, já foi severamente restringida em momentos históricos do Brasil, especialmente durante o regime militar. **Objetivos:** A finalidade do presente trabalho foi tecer considerações acerca do tratamento do direito de liberdade de expressão nas Constituições vigentes durante o período da Ditadura Militar. **Metodologia:** Para alçar os objetivos específicos do presente trabalho, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica de cunho explicativa, tendo como base livros e artigos científicos. **Resultados:** Em 1934, verificou-se um avanço legislativo significativo, uma vez que, apesar da proibição de espetáculos, diversões públicas e propagandas que incitassem a guerra ou processos violentos contra a ordem econômica e social, a nova Constituição representou um progresso normativo em comparação à Carta de 1891. Essa evolução refletiu-se na incorporação de direitos civis e sociais mais amplos, marcando uma ruptura com o modelo liberal clássico predominante na primeira constituição republicana. Com o golpe civil-militar de 1964, a ordem constitucional foi profundamente abalada, especialmente nas disposições que garantiam as liberdades públicas. A partir desse momento, instaurou-se um cenário de permissividade estatal para perseguições políticas, consolidado com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que restringia severamente qualquer forma de manifestação contrária ao regime. Posteriormente, com a promulgação da Constituição de 1967 — elaborada sob influência direta dos militares — mantiveram-se as limitações impostas à liberdade de expressão. O cenário político e social deteriorou-se ainda mais com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, que conferiu poderes praticamente absolutos ao presidente da República, incluindo a possibilidade de cassar mandatos, suspender direitos e reprimir manifestações políticas oposicionistas com respaldo legal. **Conclusão**: A partir da análise desenvolvida, conclui-se que a censura representou um dos instrumentos mais emblemáticos e eficazes do regime militar brasileiro, tendo como principais alvos os meios de comunicação, artistas, compositores e escritores. Ainda que a produção artística nacional estivesse submetida a rigorosa vigilância estatal, alguns criadores conseguiram driblar as restrições por meio de críticas sutis e simbólicas. Um exemplo notório é a canção “Cálice”, de Chico Buarque e Gilberto Gil, que se consolidou como expressão simbólica de resistência cultural ao autoritarismo vigente.

Palavras-chave: Regime militar; Liberdade de expressão; Censura; Constituição.

301 Acadêmico de Direito da FVS.
302 Acadêmica de Direito da FVS.
303 Mestre em Direito pela UFSC, professor universitário, diretor acadêmico da Faculdade ViaSapiens.

DA TEORIA À PRÁTICA: OS IMPACTOS POSITIVOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Hagata Nicolle Gomes Lima 304
Francisco Danilo de Souza Gomes 305

Introdução: A curricularização da extensão universitária constitui uma política educacional recente que visa integrar o ensino e a pesquisa às práticas extensionistas. Trata-se de uma iniciativa que busca ultrapassar a lógica conteudista tradicional, promovendo a aproximação entre o saber acadêmico e as demandas concretas da sociedade, especialmente por meio do diálogo com comunidades externas à universidade. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar os principais pontos positivos do processo de implantação da curricularização da extensão em instituições de ensino superior, especialmente em relação à formação acadêmica e pessoal dos discentes. **Metodologia:** A análise foi realizada por meio da revisão de literatura acadêmica, incluindo dissertações, teses e obras teóricas. **Resultados:** Os resultados apontam que a curricularização da extensão promove o desenvolvimento de competências interpessoais e profissionais, como empatia, responsabilidade social, trabalho em equipe, comunicação oral e escrita, além da autonomia. A prática extensionista proporciona uma vivência real e concreta dos conteúdos estudados em sala, criando um elo entre teoria e prática. Além disso, contribui para a construção de um conhecimento mais humanizado, crítico e plural, ao inserir o estudante em contextos sociais diversos e, muitas vezes, marginalizados. Os relatos de coordenadores confirmam que a extensão amplia a visão de mundo dos alunos e fortalece sua identidade profissional. **Conclusão**: A curricularização da extensão representa um avanço na qualidade do ensino superior ao proporcionar experiências formativas mais completas e integradas. Ao unir teoria e prática, universidade e sociedade, contribui para a formação de profissionais mais sensíveis às demandas sociais e aptos a intervir de forma ética e colaborativa. Para alcançar seu pleno potencial, contudo, é necessário que as instituições assumam o compromisso de implementar essa proposta de maneira crítica e planejada, indo além das exigências legais.

Palavras-chave: Curricularização; Extensão universitária; Formação acadêmica; Integração teoria e prática.

304 Acadêmica de Direito.
305 Professor universitário, Coordenador do NEXUS Científico.

UMA BREVE VISÃO COMPARADA E CRÍTICA ACERCA DO “PECADO” COM BASE NO CONCEITO DE “CULPA” EM FREUD.

Autor 1: Renato Welton de Farias Bôto[306]
Autor 2: Raylson Aguiar Moraes[307]
Orientadora: Profª. Íris dos Santos Timbó[308]

Introdução: O presente texto oferece uma breve análise comparada e crítica entre o conceito de "pecado", presente na tradição religiosa, e o de "culpa", conforme proposto por Sigmund Freud. As principais obras de Freud que abordam diretamente a temática religiosa e moral — como *Totem e Tabu* (1913), *O Futuro de uma Ilusão* (1927), *O Mal-Estar na Civilização* (1930) e *Moisés e o Monoteísmo* (1939) — destacam a centralidade do sentimento de culpa no processo civilizatório. **Objetivos:** O objetivo desta breve visão é refletir sobre a similaridade entre o mecanismo religioso do pecado e o funcionamento psíquico da culpa na psicanálise, apontando suas implicações na vida moral e social do indivíduo. **Metodologia:** A metodologia adotada consiste na análise teórica das ideias freudianas à luz de sua produção bibliográfica, associando-as ao conceito religioso de pecado, especialmente no contexto judaico-cristão. Freud descreve o sentimento de culpa como “a expressão do conflito entre o ego e o superego” e o vincula a um trauma original — o assassinato do pai primal —, que gera remorso e funda a moral humana: “O remorso subsequente ao crime foi o fundamento do sentimento de culpa, que desde então jamais abandonou a humanidade” (*Totem e Tabu*). Ele reforça ainda que “a consciência moral é a continuação do sentimento de culpa do crime cometido contra o pai”. **Resultados:** Os resultados dessa breve visão analítica indicam que tanto a sociedade quanto a religião utilizam mecanismos similares para regular os impulsos humanos. Para Freud, a culpa é instrumentalizada pela civilização como forma de conter a agressividade inata do ser humano, impondo-lhe limites internos que moldam o ego à moralidade social. Já na tradição religiosa, o pecado assume função análoga, mas com implicações metafísicas: o homem nasce marcado pelo pecado original, vive sob sua influência e, após a morte, será julgado eternamente por ele, julgado por ter rompido a harmonia perfeita com a desobediência do pecado original. **Conclusão**: Embora se situem em esferas distintas — a psicanálise na realidade material e a religião na transcendência espiritual — ambas as concepções partem da premissa de que o homem, para viver em sociedade, precisa reprimir seus desejos mais profundos. A questão final que permanece aberta é se seria possível a convivência humana pacífica sem algum princípio regulador: Poderiam os homens viverem harmoniosamente uns com os outros sem algum princípio regulador de seus mais profundos desejos?

Palavras-chave: Pecado; Culpa; Desejo.

306 Graduado em Filosofia – UVA; Graduado em Teologia – Universidade Lateranense de Roma; Psicanalista formado pelo IABP – Fortaleza; Graduando em Psicologia – Faculdade ViaSapiens – FVS – T03.
307 Graduando em Psicologia – Faculdade ViaSapiens – FVS – T03.
308 Minicurricículo.

O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA AUTOESTIMA DOS ADOLESCENTES

Amanda dos Santos Marques[309];
Ana Carolina Fernandes de Morais[310];
Mikaely Silva Oliveira[311];
Sara Carneiro Costa[312]

Introdução: As redes sociais exercem crescente influência na construção da autoestima dos adolescentes a partir dos modelos de beleza vigentes. Os sites de rede sociais foram interpretados por Boyd & Ellison (2007) como sistemas que permitem a construção da imagem e exposição de um indivíduo através de um perfil ou página pessoal, permitindo a interação dos usuários. Logo, a busca por validação por meio de curtidas e comentários nos diversos aplicativos sociais afetam diretamente a autoimagem. Havendo, portanto, conflitos entre a autoimagem e autoestima. A autoimagem está ligada a forma como a pessoa se enxerga e como se percebe, estando assim, ligada a um aspecto físico. Já a autoestima representa o que a pessoa sente em relação à sua autoimagem. Dessa forma, a autoimagem gera autoestima, afetando a relação que a própria pessoa constrói (JESUS; SANTOS; BRANDÃO, 2015). **Objetivos:** Este trabalho propõe uma análise crítica dos efeitos das redes sociais na construção da autoestima dos adolescentes, considerando os aspectos psicológicos, sociais e culturais que influenciam diretamente nesse processo, evidenciando como essas plataformas midiáticas podem potencializar ou fragilizar o desenvolvimento da autoimagem. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, realizada por meio de revisão bibliográfica, com análise de artigos científicos abordando os temas adolescência, redes sociais e autoestima. **Resultados:** O acelerado ritmo de publicações nas plataformas digitais, consequentemente o consumo exacerbado dos conteúdos pelos adolescentes acarreta pressão para atender padrões estéticos reforçando a aparência perfeita e virando uma imposição social. A autoestima tem uma relação direta com o estado afetivo, social e psicológico de uma pessoa, devido a esse motivo que é considerada um indicador de saúde mental, além disso, a saúde mental de um indivíduo está interligada à sua autoimagem (BOYD & ELLISON, 2007). Logo, associação entre vida feliz com o padrão de corpo ideal interfere na qualidade de vida para alcançar esse modelo, assim como baixa a auto estima de quem não consegue. E essa busca incessante, muitas vezes, sobrepondo a saúde, contribui para o aumento de doenças psicossomáticas. Assim, a idealização daquilo que seria tido como perfeito não existe e a busca inalcançável se torna frustrante (SILVA, 2019). **Conclusão**: As redes sociais, quando usadas indiscriminadamente, impactam significativamente na autoestima dos adolescentes. Contudo, quando utilizadas de maneira crítica e consciente, podem favorecer vínculos positivos. Destaca-se, assim, a psicoeducação como estratégia quanto ao uso saudável das redes sociais, prevenindo impactos negativos e promovendo práticas reflexivas no contexto digital.

Palavras-chave: Redes sociais. Autoestima. Adolescência. Saúde Mental.

[309] Acadêmica de Psicologia, Faculdade Via Sapiens (FVS) - Tianguá, Ceará, Brasil.
[310] Acadêmica de Psicologia, Acadêmica de Pedagogia, Faculdade Via Sapiens (FVS) - Tianguá, Ceará, Brasil.
[3] Acadêmica de Psicologia, Faculdade Via Sapiens (FVS) - Tianguá, Ceará, Brasil.
[4] Psicóloga, Orientadora, Docente da Faculdade Via Sapiens (FVS) - Tianguá, Ceará, Brasil.
311
312

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ: ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA E PSICOLÓGICA INTEGRADA

Nicole Medeiros de Sousa313
Laíne Ferreira de Medeiros314
Orientador: Paulo de Tarso Teles Dourado de Aragão315

Introdução: A Síndrome de Guillain-Barré (SGB) é uma condição autoimune rara que afeta o sistema nervoso periférico, geralmente após infecções virais ou bacterianas. Apresenta evolução aguda, com sintomas como fraqueza muscular ascendente, dor, dormência e, em casos graves, paralisia respiratória e alterações cognitivas. A desmielinização das fibras nervosas compromete a condução dos impulsos elétricos, resultando em disfunções motoras e psicoemocionais. A internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é comum nos casos graves, o que aumenta o risco de delírios, alucinações e sofrimento psicológico. Após a recuperação clínica, muitos pacientes relatam fadiga persistente e sintomas depressivos. Nesse contexto, a integração entre fisioterapia e psicologia é fundamental para um cuidado mais completo e eficaz. **Objetivos:** Evidenciar os benefícios da atuação conjunta da fisioterapia e psicologia na reabilitação de pacientes com SGB, considerando também os impactos sobre familiares e cuidadores. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica qualitativa, com artigos publicados entre 2020 e 2025, nas bases PubMed, SciELO e Google Scholar. Os critérios de inclusão consideraram estudos que abordassem intervenções fisioterapêuticas e psicológicas aplicadas à SGB. **Resultados:** Estudos apontam que entre 38% e 86% dos pacientes com SGB apresentam fadiga crônica, mesmo após melhora física (Hillyar & Nibber, 2020). O risco de depressão é 4,8 vezes maior que na população geral, e até 70% dos pacientes internados em UTI manifestam delírios. A fisioterapia, desde a fase aguda, atua na prevenção de complicações como contraturas e deformidades. Em estágios posteriores, técnicas como cinesioterapia e hidroterapia (como o método Bad Ragaz) promovem melhora funcional (Soares et al., 2017). A psicologia, por sua vez, auxilia na adaptação emocional por meio de abordagens como a Terapia Cognitivo-Comportamental e psicoeducação, beneficiando também os familiares, frequentemente sobrecarregados. A atuação integrada desses profissionais potencializa os resultados do tratamento, promovendo recuperação física e equilíbrio emocional. **Conclusão**: A abordagem multiprofissional é essencial no tratamento da SGB. A integração entre fisioterapeutas e psicólogos favorece a reabilitação funcional e emocional dos pacientes, além de oferecer suporte aos familiares. Trata-se de um cuidado mais humano, completo e eficaz.

Palavras-chave: Guillain-Barré; Reabilitação multiprofissional; Fisioterapia e psicologia.

313 Graduanda em Psicologia pela Faculdade ViaSapiens, FVS, Tiangua-CE.
314 Graduanda em Fisioterapia pela Faculdade ViaSapiens, FVS, Tiangua-CE.
315 Minicurricículo.

SUSPENSÃO DOS PROCESSOS DE PEJOTIZAÇÃO PELO STF E OS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA

Juliana de Lima Mendonça[316]
Luis Gustavo Urias Cezário[317]
Vanessa Vitória Alves de Almeida[318]
Francisco Danilo de Souza Gomes[319]

Introdução: A pejotização consiste na prática de contratar pessoas jurídicas para exercer atividades que, na realidade, configuram um claro vínculo empregatício e tem sido alvo de debates jurídicos no Brasil. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) impôs uma suspensão aos processos que envolvem esse tema, na tentativa de evitar decisões conflitantes e garantir segurança jurídica aos empregados e empregadores brasileiros. **Objetivos:** Esta pesquisa propõe a compreensão da suspensão imposta pelo STF aos processos relacionados à pejotização, analisar os riscos de sua legalização e refletir sobre as possíveis consequências dessa decisão para o direito trabalhista. **Metodologia:** Este estudo baseou-se na análise de decisões do Supremo Tribunal Federal, em doutrinas jurídicas e jurisprudências relacionadas à pejotização. Foram considerados também estudos acadêmicos e notícias jurídicas. **Resultados:** A suspensão do andamento dos processos pelo STF tem como finalidade evitar as decisões que divergem entre si, bem como preservar a uniformidade na interpretação da legislação trabalhista. Contudo, caso a pejotização seja considerada legal ou até mesmo caso o Supremo entenda que o julgamento dessas causas pode ocorrer na chamada Justiça Comum, os riscos de precarização das relações de trabalho, redução de direitos trabalhistas e aumento da informalidade podem tornar-se uma realidade fática e estes podem vir a prejudicar os trabalhadores, dificultando a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas tanto. A contratação de pessoas jurídicas que, na realidade fática, constituem elementos de vínculo empregatício, afeta diretamente direitos trabalhistas essencias, tais como: décimo terceiro salário, FGTS, férias, dentre outros. **Conclusão**: A suspensão dos processos sobre pejotização por parte do Supremo Tribunal Federal busca a garantia de uma estabilidade jurídica. Contudo, a legalização da pejotização pode gerar impactos negativos aos trabalhadores. A supressão da competência da Justiça do Trabalho, bem como a diminuição de direitos trabalhistas e a promoção de maior vulnerabilidade do trabalhador, reforça a necessidade de uma regulamentação clara e equilibrada sobre o tema, haja vista que pejotização não pode ser confundidada com terceirização.

Palavras-chave: Pejotização, STF, Justiça do Trabalho.

[316] Acadêmica de Direito - FVS.
[317] Acadêmico de Direito - FVS.
[318] Acadêmica de Direito - FVS.
[319] Mestrando em Educação pela UNIVALI. Professor do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.

OS IMPACTOS DO *GREENWASHING* COMO FERRAMENTA DE MARKETING NO CONTEXTO EMPRESARIAL CONTEMPORÂNEO

Allan Cristian da Costa Correia[320]
João Neto Pessoa Gonçalves[321]
Juliana Pereira Rodrigues[322]
Luciana de Andrade Catunda[323]

Introdução: Em meio à crise ambiental na atualidade, a sustentabilidade tornou-se um discurso recorrente, porém, no capitalismo, ela é frequentemente distorcida em prol de interesses econômicos (Dias, 2021). É nesse contexto que surge a prática do *Greenwashing*, na qual empresas realizam uma preocupação ecológica visando promover sua imagem sem adotarem de fato práticas sustentáveis. Assim, o que deveria ser uma mudança estrutural nos modelos produtivos, limita-se a uma tática de marketing, esvaziando a sustentabilidade de seu significado real (Andreoli, 2021); (Oliveira e Barreto, 2019). **Objetivos:** Verificar os impactos do *Greenwashing* como estratégia de marketing e suas implicações para a sustentabilidade no contexto corporativo e empresarial. **Metodologia:** Foram selecionados cinco artigos científicos sobre o tema, tendo sido coletados em plataformas de base de dados científicas. Os materiais selecionados foram submetidos a uma análise de conteúdo com foco nos principais desafios e questões em torno dessa prática. Esse processo foi realizado em um período de três meses. **Resultados:** Ao longo do estudo foi possível constatar que as práticas de *Greenwashing* interferem não somente na perda de credibilidade das empresas como também contribuem para a banalização do discurso ambiental; dificultam a diferenciação entre práticas sustentáveis e estratégias de marketing e consolidam a lógica de exploração de recursos naturais por meio do capitalismo. A pesquisa também identificou novas tendências preocupantes, como o surgimento do "*Greenwashing* Algorítmico", onde empresas utilizam estratégias de otimização em plataformas digitais para transmitir uma falsa imagem de sustentabilidade (Lyon & Montgomery, 2021) e o aumento significativo no uso de certificações ambientais questionáveis, que não passam confiança quanto a adoção de práticas reais de sustentabilidade (Delmas e Burbano, 2021). **Conclusão:** A pesquisa apontou que, dentro do contexto capitalista, a sustentabilidade tem sido muitas vezes manipulada como uma estratégia de marketing, afastando-se de práticas ambientais realmente eficazes, alimentando assim a desinformação e a banalização do compromisso com o meio ambiente.

Palavras-chave: Greenwashing; Sustentabilidade; Marketing Verde.

[320] Discente do curso de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens.
[321] Discente do curso de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens.
[322] Discente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens.
[323] Professora do curso de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens.

PRIMEIRA EXPERIÊNCIA COM PRÁTICAS DE HABILIDADES MÉDICAS UMA JORNADA INAUGURAL PELA SEMIOLOGIA

Júlia Freitas Portela 324
Maria Clara Silva Abreu 325
Marina Pereira Moita 326
Leandro Cordeiro Portela 327

Introdução: O ensino médico contemporâneo valoriza o contato precoce com atividades práticas, especialmente no desenvolvimento de habilidades clínicas. As aulas de semiologia básica e laboratórios de habilidades médicas proporcionam os primeiros contatos com a prática médica. **Objetivos:** Relatar a experiência das aulas práticas de semiologia e habilidades médicas. **Metodologia:** Relato de experiência referente a vivência prática das aulas de semiologia do primeiro semestre de medicina realizado no período de fevereiro a maio de 2025. **Resultados:** As aulas práticas foram relacionadas a: anamnese, exame físico, materiais semiológicos, somatoscopia, lesões dermatológicas e exame da cabeça e pescoço. A aula de anamnese envolveu grupos de sete alunos, com escuta ativa e formulação de perguntas, revelando a importância da empatia no vínculo com o paciente. Nas técnicas básicas do exame físico, foram praticadas inspeção, palpação, percussão e ausculta, evidenciando a precisão necessária nos gestos. O manuseio de instrumentos como estetoscópio, lanterna, martelo neurológico e diapazão gerou entusiasmo e reforçou o papel atento do médico. A verificação de sinais vitais e medidas antropométricas permitiu compreender a relevância dos dados objetivos na avaliação clínica. Na aula de somatoscopia, observações como postura, marcha e coloração da pele despertaram a percepção clínica. O estudo de lesões dermatológicas envolveu diferenciação entre máculas, pápulas, vesículas, crostas e ulcerações, com auxílio de imagens e modelos realistas. O exame da cabeça e pescoço exigiu precisão anatômica e demonstrou a integração entre teoria e prática. A experiência evidenciou que a medicina vai além da teoria, exigindo sensibilidade, escuta e técnica. **Conclusão**: O ensino prático precoce consolida o aprendizado, motiva os estudantes e humaniza a formação médica.

Palavras-chave: Semiologia; Prática; Experiência; Aprendizado.

324 Acadêmica de Medicina - FVS. E-mail: juliafportela@hotmail.com
325 Acadêmica de Medicina - FVS. E-mail: claraabreu0501@gmail.com
326 Docente do curso de Medicina – FVS. Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: marymoita28@gmail.com.
327 Graduado em Medicina pela Faculdade Federal do Ceará, Residência em Cardiologia na Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência de São Paulo, Membro Titular da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Especialista em Eletrofisiológica Clínica e Invasiva na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Mestre em Ciências da Saúde pela UFC- Sobral, Coordenador do Curso de Medicina da Faculdade Via Sapiens. E-mail: leandrocpt@gmail.com.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE DOENÇAS CARDIOVASCULARES: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA INTEGRADO SAÚDE COMUNIDADE

Júlia Freitas Portela 328
Marina Pereira Moita 329
Leonardo Araújo Afonso Ferreira 330
Leandro Cordeiro Portela 331

Introdução: As doenças cardiovasculares permanecem como a principal causa de mortalidade no Brasil, associadas a fatores de risco modificáveis como hipertensão arterial, sedentarismo, tabagismo, dieta inadequada e estresse. A educação em saúde, é uma ferramenta para prevenir e controlar essas condições. A disciplina de Programa Integrado Saúde Comunidade propõe a vivência prática dos estudantes de Medicina em ações educativas e de promoção da saúde, conectando teoria e realidade social. **Objetivos:** Relato de experiência sobre educação em saúde com foco para a prevenção de doenças cardiovasculares. **Metodologia:** Relato de experiência sobre a prevenção de doenças cardiovasculares em uma zona rural de Tianguá, Ceará. Realizado no mês de abril de 2025. **Resultados:** A atividade foi dividida em três etapas principais. Na primeira, os estudantes participaram da elaboração de um projeto sobre doenças cardiovasculares, baseado na identificação de fatores de risco prevalentes na população e na definição de estratégias de comunicação acessíveis. Na segunda etapa, realizou-se uma visita diagnóstica à comunidade de zona rural onde foram aplicados questionários e realizadas rodas de conversa com moradores. Identificaram-se dificuldades como baixa adesão ao tratamento anti-hipertensivo, desconhecimento sobre alimentação cardioprotetora, sedentarismo e limitações de acesso aos serviços de saúde. A terceira etapa foi a ação educativa propriamente dita com as atividades interativas e distribuição de folhetos informativos. As abordagens priorizaram linguagem simples, incentivo ao autocuidado e valorização dos saberes locais. A participação ativa da comunidade foi expressiva, com relatos de reconhecimento da importância do tema e interesse em mudanças de hábitos. **Conclusão**: A experiência evidenciou a relevância da educação em saúde como ferramenta de transformação, especialmente em áreas vulneráveis. Os estudantes desenvolveram habilidades de comunicação, escuta e planejamento coletivo.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Doenças Cardiovasculares; Promoção da saúde. Comunidade.

328 Acadêmica de Medicina – FVS. E-mail: juliafportela@hotmail.com
329 Docente do curso de Medicina – FVS. Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail:
330 Acadêmico de Medicina – FVS. E-mail: leonardoaraujoafonsofer@gmail.com
331 Graduado em Medicina pela Faculdade Federal do Ceará, Residência em Cardiologia na Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência de São Paulo, Membro Titular da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Especialista em Eletrofisiológica Clínica e Invasiva na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Mestre em Ciências da Saúde pela UFC- Sobral, Coordenador do Curso de Medicina da Faculdade Via Sapiens. E-mail: leandrocpt@gmail.com

ENTRE O DIVÃ E O ALTAR: A PALAVRA COMO CAMINHO DE CUIDADO E SUBJETIVAÇÃO

Germana Veras de Oliveira[332]
Maria Vitória Lima Feitosa[333]
Íris dos Santos Timbó[334]

Introdução: A associação livre, conceito central da psicanálise freudiana, consiste em permitir ao sujeito falar livremente, sem censura, promovendo o acesso a conteúdos inconscientes e facilitando a elaboração psíquica. Freud (1913) compreendia essa técnica como o núcleo do tratamento analítico, permitindo que a verdade subjetiva emergisse por meio da fala. No cristianismo, a oração também pode ser entendida como um espaço de expressão espontânea, em que o sujeito se dirige a Deus com autenticidade e entrega. Diversas passagens bíblicas relatam orações livres e intensas emocionalmente, sugerindo que a sinceridade da palavra tem valor maior que formalismos (Mt 6:7; Jo 15:15). Em ambas as práticas, destaca-se a importância da palavra como dispositivo de cuidado: na clínica, dirigida ao analista; na oração, dirigida a Deus. Embora tenham finalidades distintas — a primeira voltada à elaboração do inconsciente, e a segunda, à conexão espiritual —, ambas podem ser produtoras de bem-estar psíquico e caminhos de reconexão subjetiva. **Objetivo:** Compreender os impactos da técnica da associação livre e da oração espontânea na constituição subjetiva do sujeito, elaboração emocional e cuidado psíquico. **Metodologia:** A pesquisa tem abordagem qualitativa, de natureza exploratória, e foi realizada por meio de revisão bibliográfica em bases de dados especializadas, como PePSIC e Index Theologicus, com foco em publicações dos últimos dez anos. A seleção dos materiais considerou artigos, capítulos de livros e ensaios que abordam a associação livre, a oração espontânea e a relação entre palavra e subjetividade. Para análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise temática de conteúdo, identificando categorias que evidenciem convergências e particularidades entre os dois campos. **Resultados:** Os resultados apontam que tanto a associação livre quanto a oração autêntica são formas de fala que promovem escuta, elaboração simbólica e bem-estar psíquico. Apesar de estarem inseridas em contextos distintos, ambas favorecem a autenticidade, a reconexão interna e o acolhimento da experiência subjetiva. **Conclusão:** Conclui-se que a palavra, quando expressa com liberdade e acolhida com escuta sensível, constitui um instrumento valioso de cuidado, seja na relação terapêutica ou espiritual.

Palavras-chave: Religião; Associação livre; Psicanálise; Subjetividade.

[332]Formada em pedagogia (ISEPRU), graduanda de Psicologia pela Faculdade Via Sapiens (FVS).

[333]Graduanda de psicologia pela Faculdade Via Sapiens (FVS).

[334]Professora do curso de Psicologia da Faculdade Via Sapiens (FVS), Graduada em Psicologia (FLF), Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAVENI), Especialização em Saúde Pública e da Família (UNIQ , em andamento), Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI/FVS, em andamento).

ENTRE A LEI E A PRÁTICA: A REGULARIZAÇÃO TRABALHISTA DOS DOMÉSTICOS EM UBAJARA-CE

Joyce Marciel Silva[335]
Lara Ismênia Bezerra Fontenele[336]
Nayara da Silva Costa[337]
João Harlley de Menezes Vasconcelos[338]

Introdução: O trabalho doméstico é fundamental para a organização das residências, mas enfrenta desafios quanto à formalização e ao reconhecimento de direitos. A Emenda Constitucional nº 72/2013, Lei Complementar nº 150/2015 e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT trouxeram avanços importantes, como a regulamentação da jornada, FGTS e seguro-desemprego. No entanto, a informalidade ainda é alta, principalmente em cidades do interior como Ubajara-CE, devido ao desconhecimento das leis e aos custos da formalização. Esse cenário justifica a importância deste estudo. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas e os benefícios percebidos na regularização trabalhista dos empregados domésticos no município de Ubajara-CE. Busca-se compreender os fatores que contribuem para a permanência da informalidade, bem como os impactos positivos da formalização nas condições de trabalho e na segurança jurídica para empregadores e empregados. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, com abordagem de estudo de caso em Ubajara-CE. Foram feitas entrevistas com empregados domésticos e empregadores do município, sendo realizado a análise de dados do IBGE e de documentos legais relacionados ao tema, afim de embasar a amostra e o público alvo. **Resultados:** A pesquisa revelou que a informalidade no trabalho doméstico em Ubajara ainda é predominante. Muitos empregadores demonstram desconhecimento das leis trabalhistas ou consideram um alto custo da formalização. Já os empregados, em sua maioria não conhecem os seus direitos ou têm receio de perder o emprego caso exijam a formalização. Apesar disso, tanto empregadores quanto empregados que vivenciam a formalização relatam benefícios, como acesso aos direitos trabalhistas e melhoria na relação profissional. Os dados também apontam que a cultura local e a falta de orientação contribuem para a permanência da informalidade. **Conclusão**: A informalidade no trabalho doméstico em Ubajara-CE é resultado, principalmente, do desconhecimento das leis e dos custos. A formalização, porém, traz vantagens para ambas as partes, como segurança jurídica e acesso a direitos.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico. Regularização Trabalhista. Informalidade. Direitos trabalhistas. Ubajara-CE.

[335] Acadêmico de Administração.
[336] Acadêmico de Ciências Contábeis.
[337] Acadêmico de Ciências Contábeis.
[338] Docente nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em Contabilidade Tributária pela da Faculdade ViaSapiens – FVS (2025). Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE (2024). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Vale do Acaraú – UVA (2022). Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR (2019).

IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA SOCIEDADE: UM ESTUDO SOBRE A NOMOFOBIA

Antonia Georgelia Carvalho Frota 339
Alison Neres da Silva 340
Gessica Chaves Fontenele 341
Marina Pereira Moita 342

Introdução: O desenvolvimento de novas tecnologias propiciou uma significante evolução no mundo digital. É possível elencar inúmeros benefícios trazidos pelo avanço tecnológico, como a comodidade, a praticidade, a agilidade e a possibilidade de pessoas realizarem diversas tarefas, sem a necessidade de estarem fisicamente presentes. Em contrapartida, também é possível enumerar uma série de problemas resultantes do uso compulsivo da tecnologia, que recebeu o nome de nomofobia. **Objetivos:** Descrever os impactos que as novas tecnologias têm causado na sociedade, especialmente em relação a dependência digital. **Metodologia:** Estudo teórico reflexivo realizado segundo a literatura científica, por meio de averiguação dedutiva e abordagem qualitativa. **Resultados:** É sabido que com a utilização desenfreada dos meios tecnológicos, a vida dos usuários pode ser afetada de forma considerável, chegando a desenvolver o isolamento social, decorrente do afastamento das pessoas do mundo real para o virtual, ocasionando assim alguns problemas de saúde. Desde o surgimento dos primeiros computadores e celulares, percebe-se mudanças importantes nos costumes, nos hábitos e nas relações pessoais e sociais das pessoas. O smartphone foi criado para ser prático, funcional e essencial. Conseguiu atingir esses objetivos, oferecendo mais facilidade e rapidez para quem usa, além de proporcionar uma experiência prazerosa. No entanto, cada vez mais, as pessoas estão trocando o contato com o mundo real pelo virtual. Isso faz com que a ansiedade por notificações, mensagens, curtidas e atualizações aumente ainda mais. Essa troca se tornou tão comum que já consideram como algo normal. No entanto, é importante lembrar que o uso excessivo da tecnologia pode levar à nomofobia, que é o medo de ficar sem o celular ou sem conexão. As pessoas com a nomofobia ao se sentirem com dificuldades de conexão tecnológica, podem apresentar sintomas físicos, como: ansiedade, falta de ar, tontura, tremores, sudoreses e até mesmo ataque de pânico, dentre outros. **Conclusão**: A dependência tecnológica passa a ser uma forma de tentar superar esses sintomas. Dessa maneira, muitos usam os smartphones de forma inadequada, tornando-os seus companheiros diários na tentativa de esconder emoções e sintomas que não conseguem lidar sozinhas, desencadeando frustações, aumento do estresse, ansiedade e até outros problemas de saúde.

Palavras-chave: Nomofobia; Dependência Digital; Tecnologia.

339 Graduanda do curso de Medicina da Faculdade ViaSapiens - FVS. E-mail: georgeliafc@hotmail.com.
340 Graduando do curso de Medicina da Faculdade ViaSapiens - FVS. E-mail: neresalison1@gmail.com.
341 Graduanda do curso de Medicina da Faculdade ViaSapiens - FVS. E-mail:. Gessicafontenele15@gmail.com.
342 Docente do curso de medicina da Faculdade ViaSapiens – FVS. Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: marymoita28@gmail.com.

A MORALIDADE COMO AUTONOMIA: A FILOSOFIA ÉTICA DE KANT E SUA INFLUÊNCIA NOS DIREITOS HUMANOS

Hagata Nicolle Gomes Lima 343
Francisco Danilo de Souza Gomes 344

Introdução: A filosofia moral de Immanuel Kant é uma das mais influentes da era moderna. Fundamentada na razão e na liberdade, sua teoria estabelece uma ética universal baseada no dever, que tem como princípio o imperativo categórico. Esta filosofia influenciou profundamente os conceitos de autonomia, dignidade humana e os fundamentos dos direitos humanos modernos. **Objetivos:** Este trabalho tem por objetivo apresentar os principais fundamentos da filosofia moral kantiana, com foco na autonomia da vontade, no imperativo categórico e na dignidade humana, além de demonstrar como essas ideias influenciaram a formulação dos direitos humanos contemporâneos. **Metodologia:** A metodologia adotada consistiu em revisão bibliográfica de obras primárias de Kant, como a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e a *Crítica da Razão Prática*, complementadas por comentadores como Hoffe, Fernandes e Bobbio. A análise também se estendeu à correlação entre os princípios kantianos e documentos históricos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Resultados:** A filosofia kantiana afirma que a moralidade deriva da razão prática e da autonomia da vontade. A ação moral é aquela realizada por dever, conforme e por respeito à lei moral, e não por inclinação. O imperativo categórico exige que as ações possam ser universalizadas, garantindo a dignidade do ser humano enquanto fim em si mesmo. Kant distingue moralidade de legalidade: enquanto o direito regula ações externas, a moral regula intenções internas. Essa concepção foi essencial para o surgimento de uma ideia universal de dignidade humana, influenciando declarações como a de 1789 e a de 1948. A dignidade passa a ser compreendida como valor inerente à racionalidade humana, e os direitos humanos como expressões da autonomia moral dos indivíduos. **Conclusão**: Kant estabeleceu as bases de uma ética racional e universal, em que a dignidade humana e a liberdade são pilares essenciais. Sua filosofia moral fundamenta uma visão de ser humano como sujeito autônomo e legislador de suas próprias ações morais. Tais ideias não apenas transformaram a ética ocidental, mas também moldaram o núcleo filosófico dos direitos humanos contemporâneos.

Palavras-chave: Imperativo categórico; Autonomia da vontade; Dignidade humana.

343 Acadêmica de Direito.
344 Professor universitário, Coordenador do NEXUS Científico.

DO LINCHAMENTO VIRTUAL À RESPONSABILIDADE JURÍDICA: O DIREITO DIGITAL E PROTEÇÃO DA DIGNIDADE

Igor Feitosa Sá[345]
César Melo[346]
Rayana Larissa Vieira Braga[347]
Daniel Rocha Chaves[348]

Introdução: O crescimento das redes sociais ampliou o espaço de manifestação de opiniões, mas também intensificou práticas abusivas, como o linchamento virtual. Essa forma de violência digital caracteriza-se pela exposição pública de indivíduos a ataques morais, humilhações e julgamentos coletivos, frequentemente sem respaldo legal. Trata-se de um fenômeno que ultrapassa a mera crítica, comprometendo direitos fundamentais como a honra, a imagem e a dignidade. O Direito Digital surge como um instrumento essencial para a defesa das vítimas e a responsabilização dos agressores virtuais, equilibrando o direito à liberdade de expressão com a proteção da integridade pessoal. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Direito Digital na proteção de vítimas de linchamento virtual. Busca-se compreender o papel das leis brasileiras, especialmente o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, na responsabilização de condutas abusivas em plataformas digitais, além de investigar os mecanismos legais disponíveis para reparação dos danos sofridos. **Metodologia:** A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental. Como fundamento legal principal, utiliza-se o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), especialmente os artigos 18 e 19, que tratam da responsabilização por danos decorrentes de conteúdo de terceiros. Também é analisada a jurisprudência do STJ, como no REsp 1.660.168/SP, que reconhece a responsabilidade das plataformas em caso de omissão na retirada de conteúdo ofensivo após ordem judicial. Casos reais de linchamento virtual em redes sociais como Twitter, Instagram e Facebook foram examinados para contextualização prática. **Resultados:** A pesquisa demonstrou que, embora exista previsão legal para a proteção das vítimas, o linchamento virtual ainda encontra brechas na responsabilização prática. Os tribunais têm reconhecido o direito à indenização por danos morais, mas a resposta judicial muitas vezes é lenta e pouco efetiva, exigindo maior atuação das plataformas e do Judiciário. **Conclusão**: O Direito Digital oferece ferramentas para enfrentar o linchamento virtual, mas sua aplicação precisa ser fortalecida. É necessário agilizar os mecanismos de proteção, melhorar a cooperação com as plataformas digitais e além de aplicar as leis que já existem, é urgente modernizar e acelerar os processos pra lidar com a realidade digital.

Palavras-chave: Linchamento virtual; Direito digital; Redes sociais.

[345] Aluno da T11 do curso de Direito.
[346] Aluno da T11 do curso de Direito.
[347] Aluna da T11 do curso de Direito.
[348] Doutor e Mestre em Direito (UFSC), advogado e Professor universitário – Faculdade Via Sapiens.

ENTRE SINTOMAS E SILÊNCIOS: O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS SOB A LENTE DA PSICANÁLISE

Cibele da Silva Sousa [349];
Izabele Costa Rodrigues [350];
Íris dos Santos Timbó[351]

Introdução: O espaço universitário, embora voltado à formação intelectual e crítica, é também um lugar onde emergem intensas manifestações de sofrimento psíquico. Ansiedade, insônia, crises de choro e bloqueios produtivos são frequentemente naturalizados como efeitos do estresse acadêmico. No entanto, a psicanálise permite uma escuta mais profunda, compreendendo esses sintomas como expressões de conflitos inconscientes ligados ao desejo, ao recalque e à angústia. Autores como Freud e Lacan apontam que esses sintomas não são simples reações ao meio, mas produções subjetivas que indicam impasses internos. A partir de Caixeta (2011), compreendemos que o sofrimento está atravessado por questões como o desamparo, o narcisismo e o olhar do Outro — especialmente aquele representado pela figura do professor, no jogo transferencial. **Objetivo:** Investigar como os conflitos inconscientes influenciam o sofrimento psíquico de estudantes universitários. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica realizada nos últimos dez anos, em bases de dados virtuais, priorizando textos em língua portuguesa. A análise teve como eixo teórico a abordagem psicanalítica, com ênfase nos conceitos de Freud, Lacan e Caixeta sobre sofrimento psíquico, angústia, sintoma e recalque. **Resultados:** Os dados analisados indicam que os sintomas recorrentes entre estudantes universitários revelam tensões entre as exigências externas da vida acadêmica e os processos inconscientes que estruturam o sujeito. O sofrimento não se restringe a sobrecarga de tarefas ou pressão por desempenho, mas é também uma resposta subjetiva às idealizações do Eu e à busca por reconhecimento diante do Outro. A figura do professor, enquanto depositário de expectativas transferenciais, ativa conflitos ligados à história de vida, aos ideais parentais e ao desejo inconsciente. Assim, os sintomas se tornam formações do inconsciente que pedem escuta e interpretação. **Conclusão:** O sofrimento psíquico na universidade é atravessado por dinâmicas inconscientes complexas, que não podem ser reduzidas a fatores externos. A psicanálise contribui para compreender essas manifestações em sua dimensão simbólica e subjetiva, oferecendo subsídios para práticas institucionais de cuidado que incluam a escuta clínica e o acolhimento da singularidade do estudante. Apostar nessa escuta é apostar na possibilidade de transformação dos sintomas em experiências de elaboração e criação.

Palavras-chave: Inconsciente; Sofrimento Psíquico; Universidade; Psicanálise; Sintoma.

[349] Acadêmica de Psicologia pela Faculdade ViaSapiens – FVS. Membro do grupo de estudos Escutando o Corpo: Ciência e Prática da Regulação Emocional.
[350] Acadêmica de Psicologia pela Faculdade ViaSapiens – FVS.Membro do grupo de estudos Escutando o Corpo: Ciência e Prática da Regulação Emocional.
[351] Professora do curso de Psicologia da Faculdade Via Sapiens (FVS), Graduada em Psicologia (FLF), Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAVENI), Especialização em Saúde Pública e da Família (UNIQ , em andamento), Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI/FVS, em andamento)

OS DIREITOS DE PERSONALIDADE APLICÁVEIS À PESSOA JURÍDICA

Melissa Vasconcelos Gomes 352
Raphael Gomes Viana 353

Introdução: Tradicionalmente, os direitos da personalidade são associados às pessoas naturais, tendo como atributos a proteção aos direitos de honra, imagem, nome e privacidade. Contudo, é possível a aplicação desses direitos às pessoas jurídicas de maneira adaptada, conforme admite o ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, há o reconhecimento de sua relevância na proteção da identidade e da reputação dessas entidades. **Objetivos:** Esse estudo tem por objetivo a análise dos direitos da personalidade em aplicação às pessoas jurídicas, promovendo a identificação desses direitos enquanto reconhecidos legalmente e como ocorre sua proteção no âmbito civil. **Metodologia:** A pesquisa foi desenvolvida com base em revisão bibliográfica e análise documental de doutrinas, jurisprudências e dispositivos legais do Código Civil Brasileiro, focando em decisões que envolvem a aplicação dos direitos da personalidade a pessoas jurídicas. **Resultados:** Verificou-se que as pessoas jurídicas podem usufruir de certos direitos da personalidade, especialmente no que condiz ao nome, à honra objetiva e à imagem. A jurisprudência brasileira já reconhece, por exemplo, o direito de uma empresa à reparação por danos morais quando sua reputação é injustamente atacada. Contudo, direitos como vida ou integridade física permanecem exclusivos das pessoas naturais. **Conclusão**: A aplicação dos direitos da personalidade à pessoa jurídica é limitada, mas essencial para garantir o respeito à identidade e à função social dessas entidades. O reconhecimento jurídico contribui para a estabilidade das relações comerciais e protege contra abusos que possam comprometer a imagem e o bom nome da pessoa jurídica.

Palavras-chave: Direitos da personalidade, pessoa jurídica, honra objetiva, imagem, nome empresarial, dano moral.

352 Melissa Vasconcelos Gomes, escritora e acadêmica do curso de Direito.
353 Raphael Gomes Viana, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor universitário, diretor acadêmico da Faculdade ViaSapiens, advogado sócio do escritório CLV Advocacia.

O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SUA EFICÁCIA EM COMPRAS REALIZADAS EM PLATAFORMAS INTERNACIONAIS

Tailson Vieira Leitão 354
Hagata Nicolle Gomes Lima 355
Raphael Gomes Viana 356

Introdução: Com a ascensão da tecnologia nos últimos anos e, consequentemente, o avanço do e-commerce, é significativo o número de brasileiros que realizam compras em sites internacionais. Diante de tal situação, é comum que se verifiquem alguns contratempos durante as transações, resultando na dificuldade do exercício de direitos inerentes ao consumidor, por se tratar de uma plataforma internacional. **Objetivos:** A presente pesquisa tem, portanto, o objetivo de analisar a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor em relação aos os usuários que realizam compras em sites internacionais, bem como os cuidados a serem tomados por eles a fim de evitar adversidades na realização da compra. **Metodologia:** Para alçar os objetivos específicos do presente trabalho, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica de cunho explicativa, tendo como base livros e artigos científicos, bem como a análise do CDC. **Resultados:** A princípio, é válido mencionar que, embora o CDC seja uma legislação nacional, ele possui aplicabilidade em compras internacionais, que está condicionada à hipótese de o fornecedor possuir representante no Brasil. Todavia, a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro dispõe que a lei do país em que a obrigação se constitui é a que deve ser observada, fazendo com que, em alguns casos, seja necessário recorrer à legislação do país do fornecedor. Com isso, observa-se que a proteção jurídica do comprador é consideravelmente menor quando se trata da obtenção de produtos de sites do exterior, por essa razão, é importante que, ao realizar uma compra em plataformas internacionais, o consumidor pesquise previamente sobre o site, analise a reputação do vendedor, leia comentários e avaliações de outras pessoas que já adquiriram o mesmo produto e esteja ciente sobre especificações técnicas, prazos de entrega e política de devolução, tudo isso a fim de evitar eventuais aborrecimentos. **Conclusão**: Diante dessa análise, conclui-se que, embora o CDC seja aplicável a relações de consumo realizadas em sites estrangeiros, é importante estar atento aos termos e condições de compra e às políticas de devolução e garantia oferecidas pelo fornecedor, a fim de se precaver de litígios. Ademais, ainda que todas as cautelas tenham sido tomadas e mesmo assim tenha se verificado algum conflito, é possível buscar auxílio junto aos órgãos de defesa do consumidor ou juizados especiais.

Palavras-chave: E-commerce; Legislação Consumerista; Fornecedor estrangeiro.

354 Acadêmico de Direito da FVS.
355 Acadêmica de Direito da FVS.
356 Mestre em Direito pela UFSC, professor universitário, diretor acadêmico da Faculdade ViaSapiens.

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL E REGISTRO DE NASCIMENTO: DESAFIOS COMUNS NA COMPROVAÇÃO DE IDENTIDADE E PROPRIEDADE

Nonato Filho Tavares de Moura[357]
Francisco Danilo De Souza Gomes [358]
Daniel Matos Falcão De Andrade[359]
Larissa Alves Cordeiro[360]

INTRODUÇÃO: A crescente utilização dos procedimentos extrajudiciais para a regularização de situações jurídicas, como a usucapião e o registro de nascimento, tem revelado desafios comuns relacionados à comprovação de identidade e à verificação da propriedade. Esses institutos, embora distintos em natureza e finalidade, compartilham a necessidade de segurança jurídica e autenticidade documental, pilares indispensáveis para a efetividade dos atos registrais e para a proteção dos direitos civis. **OBJETIVOS:** Analisar os principais desafios enfrentados pelos cartórios e usuários na comprovação da identidade e da propriedade nos procedimentos de usucapião extrajudicial e registro de nascimento, evidenciando a importância de mecanismos tecnológicos e normativos de verificação. **METODOLOGIA:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada em doutrina jurídica, legislações pertinentes e publicações acadêmicas que tratam da modernização e segurança dos atos registrais. **RESULTADOS:** Observa-se que tanto na usucapião extrajudicial quanto no registro de nascimento persistem entraves quanto à ausência ou inconsistência de documentos pessoais e à fragilidade na autenticação das informações declaradas, o que compromete a celeridade e a confiabilidade dos procedimentos. O estudo aponta que o uso de tecnologias de identificação, como a biometria e bases de dados integradas, contribui significativamente para a mitigação desses riscos e para o fortalecimento da fé pública dos registradores (Almeida, 2022). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a efetiva superação dos desafios de comprovação de identidade e propriedade requer a conjugação de esforços normativos, tecnológicos e administrativos, de modo a garantir a integridade dos registros e a inclusão cidadã.

Palavras-chave: Usucapião extrajudicial; Registro civil; Identidade; Propriedade; Segurança jurídica.

[357] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[358] Francisco Danilo De Souza Gomes, Graduado em Direito, Mestre em Educação, Professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade ViaSapiens; Tianguá-CE; danilo.gomes@faculdadeviasapiens.com.br
[359] Professor Universitário. Doutorado em Ciências Jurídicas.
[360] Doutoranda em Ciências Jurídicas pela UMSA.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E REGULAÇÃO DAS REDES: DESAFIOS ATUAIS DO MARCO CIVIL DA INTERNET

César Melo361
Igor Feitosa Sá362
José Mauro de Carvalho Neto363
Daniel Matos Falcão de Andrade364

Introdução: O Marco Civil da Internet, instituído pela Lei nº 12.965/2014, é o principal instrumento legal que regula o uso do espaço virtual no Brasil, garantindo direitos como a privacidade, a neutralidade da rede e a liberdade de expressão. Contudo, com o avanço das redes sociais e a propagação de conteúdos falsos ou ofensivos, o debate sobre a necessidade de atualizar esse marco legal se intensificou, especialmente com a tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 2630/2020, conhecido como "PL das Fake News". **Objetivos:** O presente resumo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelo ordenamento jurídico brasileiro diante da crescente disseminação de desinformação nas plataformas digitais, avaliando como conciliar a liberdade de expressão com a responsabilização por conteúdos ilícitos na internet. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, com base na legislação vigente (Marco Civil da Internet), no texto do PL nº 2630/2020 e em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF). A análise se baseia em fontes jurídicas e notícias atuais sobre o tema, com abordagem qualitativa. **Resultados:** Verificou-se que o Marco Civil estabelece uma lógica de não responsabilização prévia das plataformas por conteúdos de terceiros, salvo por ordem judicial. Contudo, o PL nº 2630 propõe maior controle sobre a veiculação de informações e exige transparência algorítmica das redes sociais. Essa proposta gera preocupação em setores jurídicos e da sociedade civil quanto à possibilidade de censura e violação do direito à livre manifestação do pensamento. Por outro lado, cresce a demanda por maior regulação, especialmente diante do uso indevido das redes para fins criminosos ou antidemocráticos. **Conclusão:** O desafio jurídico atual consiste em equilibrar o combate à desinformação e aos discursos de ódio com a preservação da liberdade de expressão, princípio constitucional fundamental. Embora o Marco Civil tenha sido um avanço, é necessário refletir sobre sua atualização, com cautela para não comprometer garantias individuais. A atuação do Poder Judiciário e do Legislativo será decisiva para construir um modelo de regulação que respeite os direitos fundamentais no ambiente digital.

Palavras-chave: Marco; Civil; Internet.

361 Graduando do 3º período do curso de Direito na Faculdade Via Sapiens.
362 Graduando do 3º período do curso de Direito na Faculdade Via Sapiens
363 Graduando do 7º período do curso de Direito na Faculdade Via Sapiens
364.Professor titular na Faculdade Via Sapiens, Mestre em Direito, Doutorando em Ciências Jurìdicas

CONTROLADORIA FISCAL

Liomark Pinto da Silva[365]
Hellen Sara da Silva Sousa[366]
Igor Emanuel P. Pontes[367]
Francisco Danilo de Souza Gomes[368]
Eliete Oliveira Monte[369]

Introdução: A controladoria fiscal é essencial para garantir o cumprimento das obrigações tributarias e a eficiência da gestão. Diante desse cenário, surge a questão: Quais são as principais características acerca da controladoria fiscal e como ela contribui para o empenho das empresas? Justifica-se o estudo pela importância de práticas que assegurem a conformidade legal. **Objetivos:** Verificar as principais características acerca da controladoria fiscal, considerando suas funções, responsabilidades e sua relevância no contexto da gestão empresarial. O estudo também busca compreender de que forma a controladoria fiscal contribui para a tomada de decisões e para a redução dos riscos fiscais **Metodologia:** O presente resumo é constituído por uma pesquisa qualitativa, uma vez que este tipo possibilita o entendimento de fenômenos sociais, utilizando marcos teóricos e base de dados renomados. Além disso utilizou-se enquanto procedimento de pesquisa, a pesquisa bibliográfica e documental por meio de artigos e livros. **Resultados:** Os resultados indicam que a controladoria fiscal é essencial para garantir a conformidade com legislação tributária. Seu papel estratégico se destaca na prevenção de passivos fiscais, no suporte a tomadas de decisões e na promoção de uma gestão mais transparente e eficaz. **Conclusão**: Com base na importância da controladoria fiscal na gestão empresarial, é notável que suas principais características contribuem para o cumprimento das obrigações legais, a redução de riscos tributários e o suporte à tomada de decisões. Trata-se de uma área estratégica, capaz de fortalecer a eficiência, a organização e a transparência nos processos corporativos.

Palavras-chave: Gestão Empresarial; Obrigações Tributarias; Riscos Fiscais.

365 Minicurricículo.
366 Minicurricículo.
367 Minicurricículo.
368 Minicurricículo.
369 Minicurricículo.

ABORTO E ÉTICA: UMA ANÁLISE DOS VALORES ATUAIS E AS DESIGUALDADES DE GÊNEROS

Eduardo Vieira Costa 370
Maria Emanuelle Oliveira de Moraes 371
Ana Paula Silva Damasceno 372
Francisco Ronniere da Silva 373

Introdução: No Brasil, o aborto clandestino é uma das principais causas de morte materna, segundo o ministério da saúde, 11,4% dos falecimentos são resultado disso. Mais de 250 mil mulheres são hospitalizadas anualmente devido a complicações. As mulheres negras, de baixa renda e com pouca escolaridade são as mais afetadas. A Ética analisa criticamente a moralidade e os valores sociais. O aborto ilegal no Brasil é uma crise de saúde pública, resultando em perdas de vidas e internações hospitalares. **Objetivos:** Realizar uma avaliação crítica dos valores que sustentam a criminalização e a desigualdade nas relações de gênero. Examinar o aumento das discussões sobre o aborto no Brasil. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa abrangente, envolvendo revisão bibliográfica e coleta de dados estatísticos. Foi conduzido um debate filosófico sobre as inter-relações entre Direito, Moral e Ética. Buscou-se expandir a compreensão sobre a relação entre esses conceitos e a questão do aborto. A pesquisa foi qualitativa e quantitativa. Foram analisados dados de instituições de saúde e organizações de direitos humanos. **Resultados:** Os resultados apontam para a necessidade de uma abordagem mais ampla e crítica sobre o aborto. É imprescindível considerar as desigualdades de gênero e as políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das mulheres. Os dados mostram que a criminalização do aborto não resolve o problema, mas sim o agrava. **Conclusão**: O aborto é uma questão complexa que envolve aspectos éticos, legais e sociais. É fundamental garantir os direitos das mulheres, incluindo o direito de decidir sobre o próprio corpo e a própria vida. A sociedade e o Estado devem trabalhar juntos para criar políticas públicas que promovam a saúde e os direitos das mulheres.

Palavras-chave: Aborto, Ética, Direitos das Mulheres, Justiça Social.

370 Academico de direito 2º semestre.
371 Academico de direito 2º semestre.
372 Academico de direito 2º semestre.
373 Francisco Ronniere da Silva é professor universitário, mestre em Filosofia (UFC-CE), Especialista na metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia (FUCSP).

FASES DA LUA E DOR MUSCULOESQUELÉTICA: AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA FISIOTERAPIA EM POPULAÇÕES RIBEIRINHAS

Antônio Allan Silva Macêdo374
Maria Adrielly Assunção Ramos375
Victoria Regia Lino Brito376
Ana Glícia da Silva Menezes377

Introdução: Nas comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, o cuidado com o corpo e a saúde está intimamente ligado aos ciclos naturais e aos saberes populares. As fases da lua, por exemplo, são frequentemente associadas a variações no humor, sono e percepção da dor. Nesse contexto, é essencial que as práticas de saúde, incluindo a fisioterapia, considerem essas crenças, adotando uma abordagem integrativa e humanizada. Compreender essa relação pode melhorar a eficácia do tratamento da dor musculoesquelética e promover uma atuação mais sensível às realidades locais. **Objetivos:** Investigar por meio de revisão bibliográfica, a influência das fases da lua sobre a dor musculoesquelética e discutir a importância da fisioterapia culturalmente sensível para populações ribeirinhas. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva. A busca por artigos científicos foi realizada nas plataformas SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando os termos “fases da lua”, “fisioterapia” e “populações ribeirinhas”. Foram selecionados estudos dos últimos dez anos que abordassem a relação entre fatores culturais e a percepção da dor, bem como a atuação fisioterapêutica em contextos tradicionais. A análise dos materiais permitiu discutir o tema de forma crítica e reflexiva. **Resultados:** Embora existam poucas evidências científicas que comprovem diretamente a influência das fases da lua sobre a dor musculoesquelética, estudos indicam variações subjetivas no relato de dor, especialmente na lua cheia. Em comunidades tradicionais, as crenças sobre esses ciclos naturais impactam significativamente a percepção e o enfrentamento da dor. A fisioterapia, ao integrar esses saberes culturais, pode potencializar os resultados terapêuticos e fortalecer o vínculo com o paciente, promovendo maior adesão ao tratamento e uma abordagem mais integral. **Conclusão**: Reconhecer a influência dos ciclos naturais sobre a percepção da dor e valorizar os saberes populares pode tornar a prática fisioterapêutica mais eficaz e sensível em comunidades tradicionais. Ao integrar ciência e cultura, o fisioterapeuta amplia seu campo de atuação, promovendo saúde de forma inclusiva e respeitosa.

Palavras-chave: Tradicionais; Fisioterapia em contextos naturais; Saúde Comunitária.

374 Discente de Fisioterapia – Faculdade ViaSapiens.
375 Discente de Fisioterapia – Faculdade ViaSapiens.
376 Discente de Fisioterapia – Faculdade ViaSapiens.
377 Docente do Curso de Fisioterapia – Faculdade ViaSapiens.

IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES DE EMPREGO

Kailane Lima 378
Loraine Damasceno 379
Nayranna Lima 380
Raphael Gomes Viana 381

Introdução: A inteligência artificial (IA) tem se consolidado como uma tecnologia transformadora nas relações de trabalho, impactando a organização, execução e gestão de atividades laborais. Contudo, sua adoção massiva levanta desafios jurídicos significativos, especialmente no que tange à proteção dos direitos trabalhistas. Este estudo analisa as implicações jurídicas da IA no contexto das relações de emprego, destacando os desafios éticos e legais e a necessidade de regulamentação adequada. **Objetivos:** O objetivo geral do artigo é analisar as implicações jurídicas do uso da inteligência artificial nas relações de emprego, com foco nos desafios éticos e legais. Especificamente, busca-se: identificar os impactos da IA na proteção dos direitos trabalhistas; discutir questões éticas relacionadas à privacidade e à discriminação algorítmica; propor soluções regulatórias que equilibrem inovação tecnológica e proteção dos trabalhadores. **Metodologia:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando o método de revisão bibliográfica sistemática. Foram analisados artigos científicos, leis, regulamentos nacionais (como a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei nº 13.709/2018), O estudo fundamenta-se em uma perspectiva interdisciplinar, integrando conceitos jurídicos, éticos e tecnológicos. **Resultados** Os resultados apontam que a IA oferece benefícios, como maior eficiência na gestão de recursos humanos e automação de tarefas repetitivas, mas também gera desafios significativos. A substituição de empregos por sistemas automatizados contribui para o desemprego estrutural, especialmente em funções rotineiras. A discriminação algorítmica, decorrente de vieses em dados utilizados para treinar sistemas de IA, pode violar direitos fundamentais, como a igualdade e a não discriminação A privacidade dos trabalhadores é ameaçada pelo monitoramento intensivo via algoritmos, sendo a LGPD um instrumento central para mitigar tais riscos. A ausência de regulamentação específica para a IA no Direito do Trabalho gera insegurança jurídica, dificultando a proteção dos direitos trabalhistas. **Conclusão**: A implementação da IA nas relações de emprego exige um marco regulatório robusto que harmonize os avanços tecnológicos com a proteção dos direitos trabalhistas. A LGPD representa um avanço, mas é insuficiente sem regulamentações específicas para o contexto trabalhista. Investimentos em requalificação profissional e fortalecimento de sindicatos também são necessários para mitigar os impactos negativos da automação. Assim, a IA pode ser uma aliada do progresso laboral, desde que centrada na dignidade humana e nos princípios constitucionais do trabalho.

Palavras-chave Inteligência Artificial; , Privacidade de Dados; Direito do Trabalho.

378 Kailane Lima – Academica de Direiro FVS.
379 Loraine Damasceno – Academica de Direito FVS.
380 Nayranna Lima – Academica de Direito FVS.
381 Raphael Gomes Viana – Diretor e Professor da FVS.

IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) NO SETOR PÚBLICO

Diana Gonçalves dos santos 382;
Francisco Leandro Fernandes Amaral 383;
João Felipe Costa de Freitas 384;
Raphael Viana Gomes 385.

Introdução: A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), representou um marco no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no que se refere ao tratamento de dados pessoais. No setor público, sua aplicação impõe desafios complexos à administração, exigindo o alinhamento com princípios como finalidade, necessidade e transparência. A relação com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) também impõe reflexões sobre o equilíbrio entre publicidade e privacidade. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da LGPD na administração pública, identificando os principais empecilhos jurídicos e administrativos para sua real implementação. Além disso, busca-se compreender como os órgãos públicos estão interpretando e aplicando este regulamento em conformidade com os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, com base em doutrina jurídica, legislação vigente e análise de documentos públicos e pareceres técnicos. A abordagem é qualitativa, com método descritivo e analítico, com o intuito de possibilitar uma compreensão detalhada sobre o tema. **Resultados:** Verificou-se que muitas instituições públicas ainda encontram-se em processo de adequação à LGPD. A falta de capacitação de servidores, a ausência de estruturas organizacionais voltadas à privacidade, e a complexidade na conciliação entre transparência e sigilo são elementos que dificultam a aplicação da legislação. No entanto, nota-se a criação de normativas internas e comitês de governança de dados como indicadores positivos de avanço. **Conclusão**: A plena efetivação da LGPD no setor público é um processo gradual e desafiador, mas necessário para garantir a proteção de dados dos cidadãos e a concordância com os princípios do Estado Democrático de Direito. A interação entre a LGPD e a Lei de Acesso à Informação exige uma atuação criteriosa dos gestores públicos, pautada no equilíbrio entre o direito à informação e o direito à privacidade.

Palavras-chave: LGPD; Administração Pública; Lei nº 13.709/2018; Privacidade.

382 Acadêmica de Direito – FVS. Diana Gonçalves dos Santos.
383 Acadêmico de Direito – FVS. Francisco Leandro Fernandes do Amaral.
384 Acadêmico de Direito – FVS. João Felipe Costa de freitas.
385 Professor Orientador do curso de Direito da FVS. Raphael Gomes Viana.

A DIGITALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS: A BIOMETRIA COMO GARANTIA DE AUTENTICIDADE NOS REGISTROS DE BENS E PESSOAS

Nonato Filho Tavares de Moura[386]
Priscila Márcia Passos Carvalho[387]
Daniel Matos Falcão De Andrade[388]
Larissa Alves Cordeiro[389]

INTRODUÇÃO: A digitalização dos procedimentos extrajudiciais representa um marco na modernização dos serviços notariais e registrais brasileiros, promovendo maior eficiência, segurança e celeridade nas práticas administrativas relacionadas ao registro de bens e pessoas. Nesse contexto, a biometria surge como ferramenta essencial para assegurar a autenticidade e a identidade das partes envolvidas, reduzindo significativamente fraudes e erros de identificação. **OBJETIVOS:** Analisar como a utilização da tecnologia biométrica contribui para a garantia de autenticidade e segurança jurídica nos registros extrajudiciais de bens e pessoas. **METODOLOGIA:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada na análise de obras doutrinárias, artigos científicos e normativos que tratam da transformação digital no âmbito notarial e registral brasileiro. **RESULTADOS:** Constatou-se que a integração da biometria aos sistemas digitais dos cartórios tem fortalecido a confiança nos atos extrajudiciais, proporcionando validação imediata das identidades e mitigando riscos de falsificação documental. Segundo Carvalho (2022), "a biometria redefine o conceito de fé pública, agregando à prática registral uma camada tecnológica de verificação que reforça a autenticidade dos atos praticados". **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a digitalização dos procedimentos extrajudiciais, aliada ao uso da biometria, consolida um novo paradigma de eficiência e segurança jurídica, alinhando os serviços notariais às demandas da era digital e promovendo maior confiabilidade nas relações civis e patrimoniais.

Palavras-chave: Digitalização; Biometria; Autenticidade; Registros Extrajudiciais; Segurança Jurídica.

[386] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[387] Advogada. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.
[388] Professor Universitário. Doutorado em Ciências Jurídicas.
[389] Doutoranda em Ciências Jurídicas pela UMSA.

LIPOEDEMA: DA DOR INVISÍVEL AO CUIDADO HUMANIZADO COM A FISIOTERAPIA DERMATOFUNCIONAL.

Maria Eduarda Holanda Fontenele[390]
Antônio Allan Silva Macêdo [391]
Virginia Maria Freires Nunes [392]

INTRODUÇÃO: O lipedema é uma doença crônica e progressiva, caracterizada pelo acúmulo anormal e doloroso de gordura, especialmente nos membros inferiores. Recentemente reconhecida pela CID-11, essa condição ainda é subdiagnosticada e comumente confundida com obesidade ou linfedema. A fisioterapia dermatofuncional tem papel fundamental no reconhecimento clínico, na condução terapêutica e no acolhimento às pacientes. **OBJETIVOS:** Analisar a importância da atuação da fisioterapia dermatofuncional no manejo do lipedema, com ênfase em práticas baseadas em evidências e no impacto funcional e emocional das intervenções. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão narrativa baseada no artigo "Lipedema: características clínicas, complicações e a importância da prática baseada em evidências", publicado na Revista da Associação Médica Brasileira (2024). A seleção do artigo considerou sua relevância científica, atualização e foco na prática clínica. O estudo foi utilizado como fonte principal para compreender os aspectos clínicos do lipedema, suas complicações e as possibilidades terapêuticas no âmbito da fisioterapia dermatofuncional. A análise teve como critério a identificação de intervenções fisioterapêuticas eficazes, como drenagem linfática manual, uso de terapia compressiva, orientação para exercícios físicos e estratégias de educação em saúde. **RESULTADOS:** O fisioterapeuta dermatofuncional atua por meio de recursos como drenagem linfática manual, terapias compressivas, orientações sobre exercícios e cuidados com a pele. Essas intervenções auxiliam na redução de sintomas como dor, edema, sensação de peso e desconforto funcional, além de contribuírem para a autoestima e adesão ao tratamento. Contudo, a escassez de conhecimento profissional ainda dificulta o diagnóstico precoce e a referência adequada. **CONCLUSÃO:** A fisioterapia dermatofuncional contribui para o alívio dos sintomas do lipedema e melhora da qualidade de vida, sendo essencial para o cuidado humanizado e eficaz da paciente

Palavras-chave; Lipedema; Fisioterapia dermatofuncional; Saúde da mulher.

[390] Graduanda em Fisioterapia - FVS.
[391] Graduanda em Fisioterapia - FVS.
[392] Professor do curso de Fisioterapia - FVS.

COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ARGENTINA: A SEGURANÇA BIOMÉTRICA EM REGISTROS EXTRAJUDICIAIS E SUA POSSÍVEL APLICAÇÃO À USUCAPIÃO

Nonato Filho Tavares de Moura[393]
Priscila Márcia Passos Carvalho[394]
Francisco Danilo De Souza Gomes [395]
Daniel Matos Falcão De Andrade[396]
Larissa Alves Cordeiro[397]

INTRODUÇÃO: A crescente digitalização dos serviços notariais e registrais tem impulsionado a adoção de tecnologias biométricas como mecanismo de segurança e autenticidade em diversos países. No contexto latino-americano, Brasil e Argentina destacam-se por iniciativas que buscam integrar sistemas digitais e biométricos aos registros extrajudiciais, especialmente na autenticação de identidades e na validação de atos jurídicos. A análise comparativa entre ambos os países permite compreender como a aplicação da biometria pode fortalecer a segurança e a eficiência de procedimentos como a usucapião extrajudicial, reduzindo fraudes e ampliando o acesso à regularização fundiária. **OBJETIVOS:** Investigar de forma comparativa como Brasil e Argentina aplicam a biometria em registros extrajudiciais e avaliar a viabilidade de sua utilização como instrumento de segurança jurídica no procedimento de usucapião. **METODOLOGIA:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada na análise de legislações, estudos doutrinários e relatórios técnicos que tratam da integração da biometria nos sistemas registrais e dos impactos dessa tecnologia sobre a confiabilidade dos atos extrajudiciais. **RESULTADOS:** Verificou-se que a Argentina apresenta maior consolidação na integração biométrica aos registros civis, especialmente com o uso do Documento Nacional de Identidade Digital (DNI), enquanto o Brasil avança de forma gradual, com projetos-piloto de interoperabilidade entre cartórios e órgãos públicos. Essa comparação demonstra que a adoção plena da biometria na usucapião extrajudicial brasileira pode reduzir significativamente os riscos de falsidade documental e de usurpação de identidade (Souza, 2024). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a experiência argentina pode servir de referência para o Brasil no aprimoramento da segurança jurídica e da eficiência dos registros extrajudiciais, especialmente no campo da usucapião, cuja credibilidade depende da autenticidade das partes e dos documentos envolvidos.

Palavras-chave: Biometria; Registros Extrajudiciais; Usucapião; Segurança Jurídica; Direito Comparado.

[393] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[394] Advogada. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.
[395] Francisco Danilo De Souza Gomes, Graduado em Direito, Mestre em Educação, Professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade ViaSapiens; Tianguá-CE; danilo.gomes@faculdadeviasapiens.com.br
[396] Professor Universitário. Doutorado em Ciências Jurídicas.
[397] Doutoranda em Ciências Jurídicas pela UMSA.

A SÍNDROME DE BURNOUT NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DOS DOCENTES BRASILEIROS.

Sâmmyla Carvalho Rodrigues; 398
Tágila Nascimento Ponte; 399
Nathyelle Smyth Azevedo da Silva; 400
Luciane dos Santos Jácome.401

Introdução: A síndrome de Burnout, etimologicamente do inglês “queima” ou “combustão total”, representa um estado de esgotamento energético individual severo, concomitantemente a uma acentuada frustração laboral. Este fenômeno emergiu como objeto de estudo científico na década de 1970, com a descrição clínica pioneira por Freudenberger (1974). No ensino, o Burnout docente prejudica a mediação pedagógica, causando exaustão, desmotivação e atitudes cínicas que afetam a aprendizagem. **Objetivos:** O principal objetivo do estudo é abranger e compreender as experiências individuais vivenciadas pelos docentes brasileiros afetados pela Síndrome de Burnout, com destaque no impacto na sua saúde mental. O estudo explora a vivência da Síndrome de Burnout entendendo como os professores percebem e experienciam o Burnout. **Metodologia:** Essa pesquisa assume uma abordagem qualitativa focada nas experiências de docentes brasileiros com a Síndrome de Burnout e seus impactos na saúde mental. A pesquisa utilizará uma amostragem não intencional de 12 a 15 professores (da educação básica ao ensino superior, de instituições públicas e privadas), selecionados com base no tempo de atuação, sintomas de Burnout e disponibilidade. Os dados serão coletados por meio de questionários (dados pessoais, profissionais e condições de trabalho), o Maslach Burnout Inventory (MBI) para avaliar a síndrome (exaustão emocional, realização profissional e despersonalização), e em entrevistas presenciais. **Resultados:** A Síndrome de Burnout, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional, é prevalente entre docentes, impactando sua saúde mental. A análise qualitativa revelou os complexos fatores que contribuem para essa condição, ressaltando a necessidade de compreensão aprofundada das experiências dos professores. **Conclusão**: O estudo sobre a Síndrome de Burnout na educação brasileira revela que a exaustão, despersonalização e baixa realização dos profissionais são reflexo de um sistema que não valoriza a saúde mental e física. A pesquisa propõe politicas públicas e apoios psicológicos para valorizar os docentes e melhorar a qualidade da educação.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout; Saúde Mental; Docentes Brasileiros.

---

[1]Acadêmica de PSICOLOGIA- FVS.
[2]Acadêmica de PSICOLOGIA-FVS.
[3]Acadêmica de PSICOLOGIA-FVS.
401 Mestre em Economia Rural – UFC (2019); Doutoranda em Economia Rural – UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia na FVS; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis.

IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA NA ATUAÇÃO DOCENTE

Luis Isaias Lima Neto402
Cleide Maria de Carvalho403
Ana Patricia Rocha Pereira404
João Batista de Almeida da Mota405

INTRODUÇÃO : Este trabalho tem como foco a importância da Pedagogia na atuação docente, analisada a partir da vivência prática na Escola Luís Ribeiro, localizada no Distrito da Jaburuna, município de Ubajara-CE. A Pedagogia, enquanto ciência da educação, fornece ao professor as bases teóricas e metodológicas necessárias para compreender os processos de ensino e aprendizagem em suas múltiplas dimensões. A experiência na referida escola revelou o quanto o conhecimento pedagógico é fundamental para a construção de uma prática docente crítica, reflexiva e adaptada à realidade dos alunos do campo. **OBJETIVOS:** O objetivo principal deste estudo foi refletir sobre como a formação em Pedagogia contribui para uma atuação mais consciente, planejada e transformadora, especialmente em contextos educacionais rurais, onde as necessidades e desafios são específicos. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada baseou-se na observação participante, registros de práticas pedagógicas e diálogos com professores e alunos da Escola Luís Ribeiro, durante o período de vivência. Também foram consideradas leituras teóricas sobre o papel da Pedagogia na formação docente e na mediação dos saberes escolares. **RESULTADOS:**Os resultados observados indicam que o domínio de fundamentos pedagógicos — como didática, gestão de sala, avaliação e planejamento — permite ao docente desenvolver estratégias mais eficazes, respeitando o contexto sociocultural dos estudantes. Além disso, a vivência evidenciou que professores com formação pedagógica sólida conseguem estabelecer uma relação mais empática e significativa com os alunos, favorecendo a aprendizagem e a permanência escolar. **CONCLUSÃO:** Na conclusão, reafirma-se que a Pedagogia é essencial para qualificar a prática docente, não apenas como técnica, mas como ato político e ético. Em especial nas escolas do campo, como a Luís Ribeiro, o saber pedagógico é instrumento de resistência e transformação, contribuindo para uma educação mais justa, inclusiva e significativa.

Palavras-chave: Pedagogia, docência, formação docente, prática educativa, Educação do Campo, Escola Luís Ribeiro.

402 Aluno do Curso de Pedagogia da Faculdade Via Sapiens.
403 Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade Via Sapiens.
404 Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade Via Sapiens.
405 Professor do Curso de Pedagogia e Serviço Social da Faculdade Via Sapiens.

IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Cecilia Dayane da Costa Melo 406
Valéria Gomes dos Santos 407
João Harlley de Menezes Vasconcelos 408

Introdução: Nas últimas décadas, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) vêm promovendo profundas transformações no campo da contabilidade, impactando diretamente as práticas profissionais, a dinâmica das organizações e o perfil dos contadores. Este estudo tem como objetivo principal analisar o impacto das TICs nas práticas contábeis adotadas por profissionais da contabilidade, considerando tanto os avanços quanto os desafios oriundos dessa integração tecnológica. A contabilidade, enquanto ciência social aplicada, acompanha as mudanças do ambiente organizacional e, nesse processo, passou a incorporar ferramentas digitais como softwares de escrituração, sistemas de gestão empresarial (ERP), automação robótica de processos (RPA), computação em nuvem, big data e inteligência artificial. Tais recursos têm contribuído para a automação de tarefas operacionais, a redução de erros, a agilidade no processamento de dados e o fortalecimento da governança corporativa, exigindo dos contadores novas competências técnicas, digitais e analíticas.**Objetivos**: Identificar as TICs mais utilizadas nas rotinas contábeis, avaliar a percepção dos profissionais sobre os benefícios e dificuldades de sua utilização, e verificar em que medida tais tecnologias têm contribuído para a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. A relevância deste estudo reside no fato de que, apesar do avanço tecnológico, ainda são escassas as pesquisas que exploram a percepção prática dos contadores sobre a incorporação das TICs no cotidiano da profissão. **Metodologia** A pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva e utilizará como instrumento um questionário estruturado, composto por questões fechadas e abertas, aplicado a 15 contadores atuantes em empresas e escritórios de contabilidade. A análise das respostas será realizada por meio de estatísticas descritivas simples e análise de conteúdo, conforme o método de Bardin (2016). **Resultados/Discussão:** Os resultados esperados envolvem a identificação de práticas tecnológicas consolidadas, bem como a análise crítica das oportunidades e limitações percebidas pelos profissionais da área. Além de fornecer um panorama atualizado sobre a realidade tecnológica enfrentada pela contabilidade, esta pesquisa pretende oferecer subsídios relevantes para a formação acadêmica, o desenvolvimento de políticas de capacitação profissional e a adoção de estratégias mais eficazes de integração tecnológica no setor contábil. **Conclusão:** Assim, a principal contribuição do trabalho é promover uma reflexão sobre o novo perfil do contador, seu papel estratégico nas organizações e a necessidade de contínua adaptação frente à transformação digital.

Palavras-chave: TICs; Contabilidade Empresarial; Inteligência Artificial.

406 Acadêmica de Administração e Ciências Contábeis – FVS.
[407] Acadêmica de Administração e Ciências Contábeis – FVS.
[3] Docente nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS.

A IMPORTÂNCIA DE CONHECERMOS AS EMOÇÕES NO PROCESSO TERAPÊUTICO NA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.

Guilherme Oliveira Paiva[409];
Raimunda Araújo Pierre[410];
Carla Vieira Cardoso[411]

Introdução: Este trabalho é resultado das discussões do grupo de estudo "Escutando o Corpo: Ciência e Prática da Regulação Emocional", que tem como objetivo compreender as emoções sobe uma perspectiva analítico comportamental. É muito comum se ouvir que sentimentos e emoções não são considerados pelos comportamentalistas e que estes negam que as pessoas pensam e sentem. Ao falar sobre o que sentimos e pensamos estamos nos comportando, este comportamento é mediado pela comunidade verbal que nos ensina a nomear nossas ações, pensamentos e sentimentos. **Objetivos:** Investigar as emoções como comportamento privado dentro da perspectiva da Análise do Comportamento, e como pode ser trabalhada em intervenções psicoterapeuticas. **Metodologia:** A pesquisa é uma revisão da literatura a partir do artigo "O lugar dos sentimentos na ciência do comportamento e na psicoterapia comportamental." Da autora: Sueli Galego de Carvalho. Que colaborou para a compreensão do comportamento como uma interação entre indivíduo e ambiente, sendo sua unidade básica de análise do comportamento a contingência de três termos. **Resultados:** Analisando-se as contingências, da vida do indivíduo, da vida da espécie, e do grupo cultural, podem-se criar condições de discriminação, aprendizagem e ampliação de repertório comportamental para explicar como os comportamentos são selecionados e mantidos pelo sujeito. Em termos de psicoterapia, dada a natureza do contexto, a maioria dos relatos envolvem os comportamentos encobertos. Das principais metas do terapeuta comportamental é conseguir levar seus clientes a perceber e identificar como seus comportamentos encobertos são apenas um dos elos da contingência tríplice a ser analisada e como eles se relacionam a outros eventos do mundo interno e externo. O terapeuta é um facilitador que sinaliza as contingências do comportamento de seu cliente, permitindo que este se torne um observador mais acurado de seu próprio comportamento, já que os comportamentos encobertos são menos acessíveis e geralmente ficam sob controle de contingências freqüentementes desconhecidas pelos indivíduos. A partir do momento que adquire esta habilidade, o indivíduo estará mais apto para decidir se quer ou não modificar seu comportamento. **Conclusão**: A terapia baseia-se na idéia de que há contextos que corroboram para o surgimento de pensamentos, sentimentos e comportamentos que constituem a queixa do paciente. Ao aprender a reconhecer e nomear suas emoções, o indivíduo dá os primeiros passos na busca do autoconhecimento para compreender como se articulam na produção de determinados comportamentos.

Palavras-chave: Análise do Comportamento. Comportamento Privado. Intervenção Terapêutica.

---

[409] Acadêmico de Psicologia – FVS (Grupo de estudo: "Escutando o Corpo: Ciência e Prática da Regulação Emocional":
[410] Graduada em Pedagogia – FAC; Acadêmica de Psicologia – FVS.
[411] Graduada em Ciências Sociais – UVA; Graduada em Psicologia – FLF; Professora do curso de Psicologia da Faculdade ViaSapiens.

E-SOCIAL: DESAFIOS DE CONFORMIDADE EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Priscila Linhares Tiago412
Antônio Gustavo de Aguiar Moita413
Ivan Marques de Oliveira414
João Harlley de Menezes Vasconcelos415

Introdução: A obrigatoriedade do e-Social para as MPEs trouxe novos desafios relacionados à adequação às normas de segurança do trabalho. Essas exigências não se restringem apenas ao cumprimento burocrático, mas envolvem uma gestão efetiva da saúde e segurança ocupacional, incluindo medidas preventivas, uso de EPIs, treinamentos e a constante atualização dos registros dos trabalhadores. A conformidade com o E-Social não se limita à adoção de uma nova plataforma digital, mas requer uma mudança estrutural e cultural nas empresas, demandando investimentos em tecnologia, capacitação de funcionários e revisão dos processos internos. A adaptação ao sistema exige a reorganização de processos administrativos e a implementação de novas práticas para garantir a correta prestação de informações ao governo. **Objetivos:** Identificar as dificuldades enfrentadas pelas MPEs na adequação ao E-Social, com foco especial nas exigências relacionadas à segurança do trabalho. **Metodologia:** A presente pesquisa é do tipo exploratória com abordagem mista, combinando dados quantitativos e qualitativos para investigar os desafios da conformidade das MPEs com o E-Social, focando nas implicações para a segurança do trabalho. A coleta de dados se deu através de questionários e pesquisas aplicados a uma amostra de 50 MPEs dos setores de serviços e comércio, escolhidas para representar um espectro diversificado de empresas da região. **Resultados**: A implementação do eSocial nas MPEs evidenciou desafios significativos na conformidade com as exigências de Segurança e Saúde do Trabalho (SST). A centralização das informações no sistema trouxe à tona a necessidade de uma gestão mais rigorosa, exigindo das empresas uma reestruturação de seus processos internos. Muitas MPEs enfrentaram dificuldades na adaptação devido à falta de recursos técnicos e humanos, o que comprometeu a eficácia na transmissão das informações exigidas. **Conclusão:** Constatou-se que, embora o E-Social represente um avanço na promoção de ambientes mais seguros e transparentes, ele impõe desafios técnicos e financeiros que muitas MPEs encontram dificuldades para superar, evidenciando a necessidade de apoio e adaptações.

Palavras-chave: E-Social; Micro e Pequenas Empresas; Segurança do Trabalho; Conformidade.

---

412 Acadêmica de Administração e Ciências Contábeis – FVS.
[413] Acadêmico de Ciências Contábeis – FVS.
[3] Acadêmico de Ciências Contábeis – FVS.
[4] Docente nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em Contabilidade Tributária pela da Faculdade ViaSapiens – FVS (2025). Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE (2024). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Vale do Acaraú – UVA (2022). Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR (2019).

"A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM CONTEXTOS RURAIS: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA NA ESCOLA HUMBERTO RIBEIRO LIMA"

Marcia Melo da Silva416
João Batista de Almeida da Mota417

INTRODUÇÃO: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel do pedagogo, a partir da experiência vivenciada na **Escola Humberto Ribeiro Lima**, situada na comunidade **Jaburu – Águas Belas**, no município de Ubajara. A Educação Fundamental I é uma etapa da educação básica e requer profissionais qualificados, sensíveis e preparados para lidar com o desenvolvimento integral da criança. Nesse contexto, o pedagogo assume um papel fundamental como articulador do processo educativo, atuando na organização do espaço pedagógico, no planejamento das atividades e na formação de vínculos afetivos que favoreçam a aprendizagem.**OBJETIVOS:** O objetivo principal desta reflexão é destacar como o pedagogo contribui para o cuidado, a ludicidade e a aprendizagem dos alunos (as), promovendo um ambiente escolar acolhedor e estimulante. Também se busca compreender os desafios enfrentados pelo profissional da pedagogia no cotidiano escolar da Educação especialmente em contextos rurais.**METODOLOGIA:** A metodologia adotada foi qualitativa, com base na observação participante durante a vivência na Escola Humberto Ribeiro Lima**.** Foram acompanhadas rotinas escolares, planejamentos pedagógicos e interações com professores, crianças e comunidade. A experiência direta possibilitou uma análise sensível e contextualizada da prática pedagógica.**RESULTADOS:** Os resultados evidenciam que o pedagogo exerce múltiplas funções: acompanha o desenvolvimento dos alunos, planeja experiências de aprendizagem significativas, media conflitos, promove a inclusão e contribui com a formação continuada dos demais profissionais da escola. Na escola, observou-se o esforço dos pedagogos em manter um trabalho afetivo e lúdico, mesmo diante de limitações estruturais e de recursos. A presença ativa e sensível desses profissionais se mostrou essencial para garantir o direito das crianças a uma educação de qualidade. **CONCLUSÃO:** Na conclusão, reafirma-se que o pedagogo é peça-chave na Educação Infantil, pois atua de forma integrada no cuidado e na educação, respeitando o tempo, o ritmo e as necessidades das crianças. Sua formação teórica e prática permite transformar o ambiente escolar em um espaço de descobertas, afetos e aprendizagens. A experiência na Escola Humberto Ribeiro Lima demonstrou que, mesmo em contextos desafiadores, é possível construir uma prática pedagógica comprometida e significativa.

Palavras-chave; Pedagogo, Educação, prática docente.

416 Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade Via Sapiens.
417 Professor do Curso de Pedagogia e Serviço Social da Faculdade Via Sapiens.

A ADMINISTRAÇÃO EMPÍRICA APLICADA NA GESTÃO COMUNITÁRIA

Daniel de Oliveira Silva 418
Érica Nayara Angelim de Araujo 419
Luzimara Nascimento de Carvalho 420
João Harlley de Menezes Vasconcelos 421

Introdução: A administração empírica é um modelo de gestão que se baseia na prática, na observação direta e na experiência acumulada, sem recorrer necessariamente a métodos formais ou teorias científicas. Em comunidades como a do distrito de Pindoguaba, no interior do Ceará, essa forma de gestão é predominante entre os líderes comunitários, que tomam decisões a partir da vivência local e do conhecimento prático. Segundo Quade (1989), métodos baseados em tentativa e erro eram eficazes no passado, mas atualmente mostram-se limitados diante de um mundo mais complexo e acelerado. Mesmo assim, a administração empírica continua a ser uma realidade viva em regiões onde o acesso à formação técnica é restrito, mas o engajamento social é forte. **Objetivos:** Analisar como a administração empírica influencia a gestão comunitária em localidades rurais, tomando como referência o contexto de Pindoguaba, e discutir de que forma esse modelo impacta a tomada de decisões e o desenvolvimento local. **Metodologia:** A pesquisa é de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise interpretativa de autores como David Hume, Simon e Quade, além de documentos sobre o histórico, a estrutura organizacional e a economia local de Pindoguaba. **Resultados:** Foi observado que a gestão local é fortemente influenciada por práticas empíricas, pautadas em experiências vividas e no senso comum dos líderes comunitários. Mesmo sem formação específica em administração, esses gestores conseguem conduzir ações com impacto direto no bem-estar coletivo, especialmente por meio da mobilização popular e da resolução prática de problemas cotidianos. No entanto, a ausência de métodos técnicos pode limitar a eficiência e dificultar o enfrentamento de desafios mais complexos. **Conclusão:** A administração empírica continua sendo um pilar importante da gestão em comunidades com forte organização social. No entanto, para que essa forma de gerir evolua e se torne ainda mais eficaz, é necessário incentivar a formação básica em gestão e o uso de ferramentas simples que ajudem na tomada de decisão. O equilíbrio entre saberes populares e técnicas acessíveis pode tornar a gestão comunitária mais estruturada, sustentável e participativa.

Palavras-chave: Administração Empírica; Gestão Comunitária; Experiência; Tomadas de decisão.

---

418 Acadêmico de Administração e Ciências Contábeis – FVS.
[419] Acadêmica de Administração e Ciências Contábeis – FVS.
[3] Acadêmica de Administração e Ciências Contábeis – FVS.
[4] Docente nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em Contabilidade Tributária pela da Faculdade ViaSapiens – FVS (2025). Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE (2024). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Vale do Acaraú – UVA (2022). Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR (2019).

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Janiele Ferreira dos Santos[422]
Rejane Luiza de Lima Tomaz[423]
William Silva dos Santos[424]

Introdução: Tendo em vista as lacunas normativas e os desafios jurídicos associados a implementação da inteligência artificial no sistema penal brasileiro, o presente estudo trata sobre os desafios no cenário atual e tecnológico com foco no uso da inteligência artificial no sistema de justiça. **Objetivos:** Propor uma análise dos principais desafios no contexto atual, que tem muitas dificuldades com procedimentos inovadores e destacar os riscos do uso de ferramentas tecnológicas no processo penal, onde há omissão no legislativo processual penal. **Metodologia:** Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa com procedimento de estudo e revisão das normas vigentes, bem como pesquisa em artigos que relatam os desafios de usos de ferramentas inovadores e tecnológicas para uso de IA em sistemas de justiça e processos. **Resultados:** Diante disso verificou-se que a ausência de regulamentação especifica dificulta a implementação e imputação de responsabilidade penal no uso de IA no sistema judiciário, ainda verificou-se como o uso de IA tem sido utilizado para fins ilícito como a realização de crimes cibernéticos e manipulação de informações, onde por sua vez nos faz pensar quem poderá ser responsabilizado em tais crimes. A problemática e os riscos se intensifica mais ainda pela ausência de regulação especifica, agravando desafios para o direito penal brasileiro. **Conclusão**: A inteligência artificial no processo penal brasileiro necessita de um arcabouço normativo capaz de equilibrar inovações tecnológicas, proteção de dados e proteção jurídica, promovendo justiça e segurança em um cenário de transformações capazes de implementar um sistema com uso de IA e que possa garantir segurança para os usuários.

Palavras-chave: Riscos de proteção; Sistema de justiça; Regulamentação.

422Academica de direito FVS.
423Academica de direito FVS.
424Professor do curso de direito da Faculdade ViaSapiens, Professor do Estado e Advogado Criminalista .

A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NA SOCIEDADE LIMITADA

Jef Alves Ferreira[425]
Luís Eduardo Gomes Araújo[426]
Gabriel Antonio de Castro Feitosa[427]
Luciane dos Santos Jacome[428]

Introdução: O presente resumo aborda o tema da responsabilidade do sócios na sociedade limitada, no qual é um tema de reflexão significativa para os empresários, diante da possibilidade de serem responsabilizados e sofrerem restrições em relação aos seus bens acumulados ao longo de toda uma vida. **Objetivos:** O objetivo principal deste trabalho é verificar as principais caracteristicas a cerca da responsabilidade dos socios nas sociedades limitada **Metodologia:** O presente resumo é constituido por uma pesquisa qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa possibilita o entendimento de pensamentos sociais utilizando marcos teóricos e base de dados renomadas. Além disso, utilizou-se enquanto procedimento de pesquisa, uma psquisa bibliografica e documental, por meio de artigos cientificos e livros. **Resultados:** Os resultados da analise apontam que os sócios respondem **limitadamente pelas obrigações da sociedade**, **a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas**. Ou seja, após a integralização do capital social, os sócios não respondem com seu patrimônio pessoal pelas obrigações da sociedade, segundo o Art. 1052 do Código Civil. No entanto, **todos respondem solidariamente pela integralização do capital social**. Se o capital não for totalmente integralizado, os sócios podem ser responsabilizados solidariamente até completar o capital subscrito, conforme determina o proprio Código Civil. Além de outras responsabilidades, como a responsabilidade subsidiaria, por abuso de poder, entre outras responsabilidades, sendo quase todas com base no Código Civil. **Conclusão**: Por meio dos resultados obtidos, conclui-se que, no que diz respeito à responsabilidade dos sócios na sociedade limitada, está devidamente prescrita no art. 1052 do Código Civil. Essas responsabilidades são essencias para o desenvolvimento do empreendedorismo, mas diversas situações como má gestão, fraudes ou omissões, podem afetar o patrimônio pessoal dos mesmos. Por isso a importancia de respeitar os limites legais e contratuais, para que a limitação dessas responsabilidades seja de fato preservada.

Palavras-chave: RESPONSABILIDADE; SÓCIOS; LIMITADA.

[425] Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS.
[426] Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS.
[427] Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS
[428] Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2019). Doutoranda em Economia Rural pela UFC. Professora dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia na Faculdade do Vale do Salgado (FVS). Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de Administração e Ciências Contábeis.

PERCEPÇÃO DO FILME O SENHOR ESTAGIÁRIO

Manuel de Jesus de Freitas Pereira[429]
Matheus Almeida da Silva [430]
Maria Lúcia Araújo Arruda de Pinho Pessoa [431]
Maria Sadara de Sousa Pinheiro[432]

Introdução: *O Senhor Estagiário* traz à tona questões relevantes sobre o ambiente de trabalho, como a interação entre diferentes gerações, a adaptação às mudanças no contexto organizacional e a construção de relações profissionais. A trama segue Ben, um viúvo de 70 anos que, após se aposentar, decide voltar ao mercado de trabalho como estagiário em uma empresa de moda. O filme permite um pensar sobre como as diferenças de idade impactam o desempenho e as dinâmicas no ambiente empresarial, especialmente no contexto de empresas modernas e inovadoras. **Objetivos:** O objetivo deste trabalho é realizar uma análise do filme *O Senhor Estagiário*, relacionando-o aos conceitos da psicologia do trabalho, à construção de relações organizacionais e à adaptação dos indivíduos em ambientes de trabalho modernos e atuais. **Metodologia:** A metodologia adotada para essa análise foi a revisão do filme *O Senhor Estagiário* e relacionando-as aos conceitos abordados na disciplina de psicologia do trabalho. Foi feita uma análise qualitativa, focando nas dinâmicas interpessoais entre os personagens e nas diferenças geracionais no ambiente de trabalho. A partir disso, foram discutidas as implicações dessas relações no contexto organizacional e no desempenho individual no trabalho e apresentados na turma do curso de psicologia do quarto semestre. **Resultados:** As diferenças de idade entre Ben, o estagiário de 70 anos, e seus colegas de trabalho, mais jovens, refletem as dificuldades e os benefícios de se conviver em um ambiente com uma diversidade etária. O senhor estagiário traz consigo uma série de habilidades interpessoais e comportamentais que os mais jovens não têm, como paciência, experiência e sabedoria. **Conclusão:** *O Senhor Estagiário* oferece uma reflexão sobre a diversidade etária no ambiente de trabalho e como as diferenças geracionais podem ser integradas de maneira produtiva nas organizações. A psicologia do trabalho, ao analisar essas dinâmicas, nos permite entender melhor como a convivência de pessoas de diferentes idades pode resultar em um ambiente mais colaborativo, adaptável e eficiente.

Palavras-chave: Gerações; Psicologia do Trabalho; Adaptação.

[429]Graduado em Administração, estudante de Psicologia da Faculdade ViaSapiens. (e-mail:manuelfreitas.adm@hotmail.com)

[430]Graduado em Pedagogia, estudante do curso de Psicologia da Faculdade ViaSapiens (e-mail: almeidamatheus164@gmail.com)

[431]Graduada em Pedagogia, estudante do curso de Psicologia da Faculdade ViaSapiens (e-mail:mariaaporena@gmail.com)

[432]Graduada em Psicologia e Esp. Em Docência e Desenvolvimento Infantil, Professora/Orientadora da Faculdade ViaSapiens (e-mail:mariasadara68@gmail.com).

O ABUTRE E O GÊNIO: UM OLHAR PSICANALÍTICO SOBRE LEONARDO DA VINCI A PARTIR DE FREUD

Breno Meneses Damasceno[433]
Iris dos Santos Timbó[434]

Introdução: A interseção entre psicanálise e arte revela possibilidades significativas de compreender a subjetividade do artista e os processos inconscientes que atravessam a criação. Sigmund Freud, pioneiro da psicanálise, propõe uma leitura da vida e obra de Leonardo da Vinci como expressão de mecanismos psíquicos inconscientes, destacando aspectos como sublimação, pulsão e sexualidade. Este trabalho busca analisar como esses conceitos aparecem na leitura freudiana da trajetória de Leonardo, especialmente a partir do capítulo "Uma lembrança de infância de Leonardo da Vinci" (1910), presente na obra "Freud: Arte, Literatura e os Artistas". **Objetivos:** Investigar, sob a perspectiva psicanalítica, a construção subjetiva e criativa de Leonardo da Vinci, com base na leitura freudiana de uma fantasia infantil, articulando os conceitos de sexualidade, sublimação, recalque e complexo de Édipo. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de base teórica, fundamentada na análise da obra de Freud sobre Leonardo. O estudo se concentra na interpretação do relato infantil feito pelo artista — o sonho com um abutre — e na forma como Freud o utiliza para interpretar a vida psíquica de Leonardo, à luz dos fundamentos da psicanálise. **Resultados:** Freud considera que o suposto sonho do abutre se trata, na verdade, de uma fantasia posterior projetada na infância, associada à fase oral e à amamentação. A ausência da figura paterna e a intensa ligação com a mãe são elementos que Freud destaca como determinantes na formação subjetiva de Leonardo. O autor aponta ainda que os impulsos libidinais do artista teriam sido sublimados para a produção artística e intelectual, evidenciando o mecanismo de sublimação como central em sua vida. Além disso, Freud sugere que a fantasia com o abutre pode conter elementos simbólicos de desejos homossexuais reprimidos, configurando uma hipótese sobre a sexualidade de Leonardo. Elementos como recalque, pulsão, fixação e inibição aparecem articulados à compreensão da genialidade do artista, revelando o inconsciente como fonte fecunda de criação. **Conclusão:** A análise freudiana de Leonardo da Vinci evidencia como a arte pode ser compreendida como via de expressão do inconsciente. A partir da fantasia do abutre, Freud ilustra a influência das vivências infantis na constituição psíquica e na criatividade, demonstrando como conteúdos recalcados e desejos inconscientes moldam não apenas o sujeito, mas também sua produção simbólica. Assim, o estudo confirma a potência da psicanálise para interpretar a arte como manifestação da vida psíquica.

Palavras-chave: Psicanálise; Arte; Leonardo da Vinci;

[433] Graduando em psicologia da Faculdade Via Sapiens - FVS

[434] Professora do curso de Psicologia da Faculdade Via Sapiens (FVS), graduada em Psicologia (FLF), pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAVENI), Especialização em Saúde Pública e da Família (UNIQ, em andamento), Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI/FVS, em andamento).

BURNOUT NA DOCÊNCIA: CAUSAS, SINTOMAS E REPERCUSSÕES NO AMBIENTE ESCOLAR

Hagata Nicolle Gomes Lima [435]
Eliete Oliveira Monte[436]
Francisco Danilo de Souza Gomes [437]

Introdução: A Síndrome de Burnout, identificada inicialmente nos anos 1970 por Herbert Freudenberger, refere-se a um estado de esgotamento físico, emocional e mental causado pelo estresse crônico no ambiente de trabalho. Originalmente observada em profissionais da saúde, hoje é reconhecida como uma condição que pode afetar trabalhadores de diversas áreas, especialmente os da educação. **Objetivos:** O objetivo deste estudo é apresentar uma análise dos principais fatores que desencadeiam a Síndrome de Burnout em professores, suas manifestações físicas, emocionais e comportamentais, e os impactos diretos no desempenho profissional e no ambiente escolar. **Metodologia:** A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica de autores como Freudenberger, Maslach, Reinhold e Azevêdo, além de estudos recentes sobre a saúde mental de professores. Os dados foram organizados em torno das causas, fases, sintomas e consequências da síndrome, com ênfase na realidade educacional brasileira. **Resultados:** A Síndrome de Burnout se desenvolve em três fases: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional. Nos professores, fatores como sobrecarga de trabalho, falta de reconhecimento, conflito de valores, carência de recursos, e pressão social são os principais gatilhos. Os sintomas incluem fadiga constante, insônia, dores físicas, irritabilidade, isolamento, e sentimento de fracasso. A consequência disso é a redução do desempenho docente, queda na qualidade do ensino, desmotivação e impacto negativo nas relações com alunos e colegas. A síndrome, além de comprometer a saúde dos profissionais, prejudica a aprendizagem dos estudantes e enfraquece a imagem institucional da escola. **Conclusão**: A Síndrome de Burnout é uma resposta complexa ao ambiente laboral adverso, sendo agravada pelas condições estruturais precárias e pelas elevadas demandas emocionais da profissão docente. A prevenção e o enfrentamento da síndrome exigem políticas públicas voltadas à valorização do magistério, suporte psicológico aos profissionais, melhorias nas condições de trabalho e reconhecimento do papel fundamental dos professores na formação social. Criar um ambiente escolar saudável é essencial para garantir o bem-estar docente e o sucesso do processo educacional.

Palavras-chave: Docência; Estresse ocupacional; Saúde mental.

[435] Acadêmica de Direito.
[436] Professor Universitária.
[437] Professor universitário, Coordenador do NEXUS Científico.

TRÁFICO PROVILEGIADO: UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS PARA SUA APLICAÇÃO E IMPLICAÇÕES PENAIS

Alexandre de Sousa Freires438
Laiane Silva Souza439
Paulo Rafael Sousa Silva440
Benedito Yure Azevedo Aguiar441

Introdução: A legislação brasileira, ao tratar do tráfico de drogas, estabelece no parágrafo 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 a figura do chamado "tráfico privilegiado". Essa forma atenuada do delito permite a aplicação de penas mais brandas ao agente que, preenchendo certos requisitos – como primariedade, bons antecedentes, ausência de dedicação a atividades criminosas e não pertencimento a organização criminosa -, demonstra não estar inserido no tráfico profissional ou estruturado. O instituto visa diferenciar o pequeno traficante ocasional daqueles envolvidos em esquemas de maior gravidade e de maior gravidade social. Objetivos: este estudo propõe-se a analisar os critérios adotados na aplicação do tráfico privilegiado e os reflexos práticos na fixação da pena. Além disso, busca compreender como a jurisprudência tem interpretado tais critérios e quais são os efeitos da desclassificação da natureza hedionda nesse contexto. **Metodologia:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com base em doutrina penal, jurisprudência dos tribunais superiores e análise legislativa. O estudo comparativo permitiu identificar padrões de interpretação judicial e os principais argumentos utilizados para concessão ou negativa da causa especial de diminuição de pena. **Resultados:** Verifica-se que a aplicação do tráfico privilegiado exige análise cuidadosa do caso concreto. Fatores como a quantidade e natureza da substância entorpecente, o local da apreensão, as circunstâncias da prisão e até o comportamento processual do réu influenciam diretamente na decisão judicial. A jurisprudência recente do STF e STJ tem afastado o caráter hediondo da conduta quando preenchidos os requisitos legais, o que permite, inclusive, a substituição da pena por restritivas de direitos ou a fixação de regime inicial mais brando. **Conclusão**: O tráfico privilegiado é instrumento valioso para individualização da pena e demonstra sensibilidade da legislação penal frente as diferentes realidades dos réus envolvidos com drogas. Todavia, sua concessão exige prudência judicial, pois o excesso de flexibilização pode comprometer a função preventiva da norma. É necessário equilíbrio entre a repressão qualificada ao tráfico e a adequada resposta penal aos casos de menor potencial ofensivo.

Palavras-chave: Tráfico privilegiado; Lei de drogas; Individualização da pena.

438 Graduado em Gestão Pública e Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
439 Graduanda em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
440 Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
441 Advogado especialista em Direito Processual Penal e Professor do Curso de Direito pela Faculdade Via Sapiens.

TRABALHO POR APLICATIVOS E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES LABORAIS: uma análise à luz da clt

Lorrana da Costa Silva 442
Mirelly Mendes Lima 443
Sebastiana Elizabete da Silva 444
Fábio Arruda Magalhães 445

Introdução: Nos últimos anos, o trabalho realizado por entregadores vinculados a plataformas de aplicativos, cresce significativamente no Brasil. Esses profissionais atuam diariamente, enfrentando longas jornadas, desafios no trânsito, variações climáticas e riscos de acidentes, sem terem seus direitos reconhecidos pelas empresas que intermediam os serviços. Apesar de executarem tarefas de forma contínua, pessoal e remunerada, muitos não possuem vínculo formal de emprego, o que lhes priva dos direitos estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tais como férias, 13º salário e contribuições para a previdência social. **Objetivos:** A finalidade desta pesquisa é investigar como a relação entre os entregadores e as plataformas de aplicativos contribui para a desvalorização do trabalho, analisando os principais conflitos relacionados ao vínculo empregatício sob a ótica da CLT. **Metodologia:** Esta pesquisa foi conduzida por meio de análise bibliográfica e documental, incluindo artigos acadêmicos, reportagens e documentos oficiais. Também foram consultadas decisões da Justiça do Trabalho e informações divulgadas por sindicatos da categoria, visando compreender a contexto legal e social do trabalho por aplicativos no Brasil dos entregadores por aplicativo no Brasil**. Resultados:** Os dados analisados mostram que os entregadores seguem regras impostas pelas plataformas, como horários determinados, áreas específicas para atuar e metas para cumprir. Apesar disso, são considerados autônomos, fato que os deixa sem proteções como: registro em carteira, assistência em situações de acidente, direito a períodos de descanso e outros benefícios. Muitos trabalham diariamente, inclusive em feriados, para obter uma renda mínima, evidenciando uma realidade laboral desafiadora, sem proteção social. **Conclusão**: A forma como os motoristas de entrega são recrutados pelas plataformas digitais, revela que existe uma relação de trabalho sem o reconhecimento social adequado. Essa omissão coloca esses trabalhadores em uma posição inferior, sem o acesso aos direitos que são garantidos a outros trabalhadores. É fundamental e necessário que o Estado e as normativas garantam que todos possam usufruir de seus direitos igualmente.

Palavras-chave: Entregadores; Direitos Trabalhistas; CLT.

442 Formanda em Administração.
443 Formanda em Administração.
444 Técnica em Administração: Formanda em Administração.
445 Minicurricículo.

A INFORMALIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO E OS DESAFIOS EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

Sebastiana Elizabete da Silva 446
Lorana da Costa Silva 447
Mirelly Mendes Lima 448
Fábio Arruda Magalhães 449

Introdução: O trabalho doméstico ocupa um papel significativo nas dinâmicas laborais no Brasil, com grande participação de mulheres negras nesse segmento. Historicamente caracterizado por desigualdade e negação de direitos. Mesmo com melhorias legais, como a Emenda Constitucional nº 72/2013 e a Lei Complementar nº 150/2015, que em parte igualaram os direitos das trabalhadoras domésticas aos dos outros profissionais, entretanto, a informalidade ainda é prevalente. Essa situação mostra um descompasso entre a legislação e sua aplicação real. **Objetivos:** Analisar os principais desafios enfrentados pelas trabalhadoras do lar encontram na afirmação de seus direitos sociais, evidenciando a função do estado e da comunidade na garantia ou na superação da informalidade nas relações do trabalho doméstico. **Metodologia:** Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório, fundamentando-se na revisão bibliográfica nas áreas do direito e da sociologia, análise de legislação pertinente e em dados estatísticos obtidos de institutos oficiais como o IBGE e o IPEA. **Resultados:** Os dados analisados indicam que, mesmo após a aprovação da Lei Complementar nº 150/2015, aproximadamente 70% das empregadas domésticas continuam a trabalhar de maneira informal. Dentre os principais fatores, constam a falta de fiscalização, a baixa escolaridade das trabalhadoras, a formalização dos empregadores e a aceitação de práticas discriminatórias profundamente enraizadas na cultura brasileira. **Conclusão:** A informalidade nas relações de trabalho doméstico continua a ser um sério obstáculo para a concretização dos direitos sociais no Brasil. Para enfrenta essa situação, é imprescindível implementar políticas públicas voltadas para a inclusão social, garantir uma fiscalização mais rigorosa por parte do estado e promover campanhas educativas para informar a população sobre os direitos desta classe trabalhadora.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; Direitos sociais; Informalidade.

446 Técnica em administração. Formanda em Administração.
447 Formanda em Administração.
448 Formanda em Administração.
449 Minicurricículo: Graduação em Ciência da Computação Mestre em Tecnologia da Informação

A CRIMINALIZAÇÃO DO STALKING (PERSEGUIÇÃO) NO BRASIL: AVANÇOS DA LEI 14.132/2021

Beatriz Medeiros Lima [450]
Lígia dos Santos Silva [451]
Maria Yasmin Isaias Araujo [452]
Fernanda Dayse Freitas Vaz[453]
Raphael Gomes Viana[454]

Introdução: A prática de stalking, ou perseguição obsessiva e reiterada, vinha sendo tratada de forma genérica no ordenamento jurídico brasileiro, muitas vezes enquadrada como contravenção penal ou em tipos diversos, como ameaça e perturbação da tranquilidade. Essa situação deixava lacunas na proteção das vítimas e dificultava a responsabilização penal adequada dos agressores. A promulgação da Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021, representou um avanço relevante, ao tipificar de forma específica a conduta como crime, respondendo à demanda social e jurídica por instrumentos eficazes de combate a essa violência, especialmente em tempos de maior incidência de crimes digitais.**Objetivos:**Este estudo tem como objetivo analisar os avanços promovidos pela Lei nº 14.132/2021, destacando sua importância para o fortalecimento da segurança jurídica e ampliação das garantias de proteção às vítimas de perseguição no Brasil. Pretende-se também refletir sobre os efeitos práticos dessa legislação e os desafios para sua efetiva aplicação. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultadas doutrinas jurídicas, artigos acadêmicos, legislações antecedentes e dados preliminares sobre a aplicação da nova lei, além de decisões judiciais recentes para verificar os critérios de aplicação nos tribunais brasileiros. **Resultados:** Com a entrada em vigor da Lei nº 14.132/2021, o crime de perseguição passou a ser tipificado no artigo 147-A do Código Penal, prevendo pena de reclusão de 6 meses a 2 anos e multa, com agravantes se a vítima for mulher, criança, adolescente, idoso ou se o crime ocorrer por meio da internet. A nova legislação trouxe maior visibilidade ao problema e possibilitou respostas mais adequadas do sistema de justiça criminal. Contudo, ainda enfrenta desafios quanto à uniformização da aplicação, coleta de provas e à necessidade de maior conscientização da população sobre o crime e seus riscos. **Conclusão:** A promulgação da Lei nº 14.132/2021 representa um importante avanço na proteção dos direitos fundamentais, principalmente das mulheres, que continuam sendo as maiores vítimas de perseguição. A legislação contribui para o combate à violência interpessoal e digital, embora seja necessário ampliar a divulgação da norma, capacitar os operadores do direito e fortalecer os serviços de apoio às vítimas, assegurando a efetividade da lei e a proteção integral à dignidade humana.
Palavras-chave: Stalking ; Criminalização ; Proteção às vítimas.

[450] Acadêmico do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.
[451] Acadêmico do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.
[452] Acadêmico do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.
[453] Acadêmico do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.
[454] Mestre em Direito, Advogado e professor universitário- ViaSapiens.

TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR

Luiz Gustavo Melo Alves;[455]
Daniel de Vasconcelos Mello[456]

Introdução: Na seara dos direitos do consumidor, são recorrentes casos de falha na prestação de serviço em que o consumidor precisa perder horas do seu dia tentando resolver um problema junto ao fornecedor. Nesse sentido, o jurista Marcos Dessaune apresentou a teoria do desvio produtivo do consumidor, impondo-se ao fornecedor o dever de indenizar o consumidor pelo tempo que ele perdeu para tentar resolver um problema a que não deu causa. **Objetivos:** Esse estudo tem por finalidade analisar a teoria do desvio produtivo do consumidor e suas aplicações. **Metodologia:** O presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa e os procedimentos técnicos foram realizados através da pesquisa bibliográfica, baseando-se no ordenamento jurídico brasileiro, artigos e jurisprudência. **Resultados:** Entende-se como desvio produtivo do consumidor a perca do tempo útil do consumidor, ocorrendo de o consumidor sair do sua vida cotidiana, deixar de realizar uma atividade por ele escolhida, para resolver determinado problema na relação de consumo. A teoria em análise começou a ganhar força em meados de 2018, quando teve aplicação expressa no STJ, como um dos primeiros precedentes o REsp 1.634.851. A teoria ganhou força, e sua aplicação ocorre em diversos casos, desde a perca do tempo para resolver um problema causado pela empresa, a perca do tempo durante a substituição de produto defeituoso, como é o caso do REsp supracitado, perca do tempo no atendimento em agências bancárias, dentre tantos outros casos. O tempo é um recurso caro e finito, e ele é precificado em várias situações em nosso dia a dia, tais como remuneração de jornada de trabalho, horas extras, período de aula. O tempo é um direito personalíssimo, relacionado intimamente com o direito à vida; é nele que concretizamos nossa existência, logo a perda do tempo deve ser indenizada. Falamos também sobre a responsabilidade civil, que possui 3 funções: reparatória, preventiva e punitiva. Finalizando, recordamos que muitas empresas têm condições de acelerar o processo de atendimento e as resoluções de conflito, entretanto, preferem deixar de tomar medidas necessárias, visando, prima facie, o lucro, em detrimento da satisfação do cliente. **Conclusão**: O temo é um recurso limitado e caro, sua perca reflete em vários aspectos da vida humana, desta forma, a perca do tempo do consumidor em decorrência de falha do fornecedor deve ser indenizada.

Palavras-chave: Consumidor; Tempo; Indenização; Desvio Produtivo.

---

455 Acadêmico de Direito
456 professor do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens, lecionando as disciplinas Processo Civil III, Direito das Relações de Consumo e Empreendedorismo Jurídico. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB, Subseção Ibiapaba, nos triênios 2019-2021 e 2025-2027.

A LIBERDADE DE APRENDER E O MEDO DE ERRAR: O FRACASSO ESCOLAR EM DEBATE

Yana da Silva Freitas[457]
Íris dos Santos Timbó[458]

Introdução: Carl Rogers, o criador da Terapia Centrada no Cliente, defende em seu ponto de vista que aquilo que é válido em psicoterapia é válido também para aplicar à educação, defendendo então uma perspectiva de Ensino Centrada no Aluno. Segundo Rogers, é a partir da concretização de nossas necessidades básicas que nos mantemos vivos, além de uma *tendência inata para a realização*. Defende ainda que o *impulso à autorrealização* pode ser ajudado, mas também prejudicado pelas experiências obtidas, influenciando na trajetória de vida e acadêmica as quais são influenciadas por nossas necessidades e expectativas. Notam-se dissonâncias entre os conceitos propostos pelo autor e o sistema educacional convencional quando focamos nos métodos avaliativos dentro de uma lógica hegemonica que produz segregação pelo julgamento e comparação. Assim, aquele que acerta é considerado o detentor do sucesso, e o que erra é apartado e considerado o detentor do fracasso. **Objetivos:** Promover uma análise crítica sobre o papel da avaliação no processo de ensino-aprendizagem e como esta influencia nos indicadores de sucesso e fracasso escolar, sob a ótica da teoria de Carl Rogers. **Metodologia:** Esse estudo se caracteriza de forma qualitativa e exploratória, onde ocorreu pesquisa na base dados virtual da SCIELO através dos descritores: Avaliação, Fracasso, Aprendizagem. Com critérios de inclusão artigos publicados nos ultimos 10 anos em lingua portuguesa. **Resultados**: Carl Rogers propõe uma educação que valoriza a autonomia, a liberdade e a responsabilidade do aluno no processo de aprendizagem. O ensino deve criar condições para o estudante aprenda com autonomia, atribuindo significado pessoal ao conhecimento. A aprendizagem passa a ser um processo de crescimento que envolve tanto o pensar quanto o sentir, sendo conduzida por uma consciência autônoma. O professor, ao confiar nas potencialidades do aluno, atua como facilitador. A avaliação, por sua vez, deve incentivar a autorreflexão e a análise crítica dos erros, que não devem ser vistos como fracassos, mas como parte de um processo contínuo. Rotular o erro como definitivo desconsidera o estudante como sujeito ativo da aprendizagem. **Conclusão**: A construção do fracasso escolar é multifatorial e não pode ser explicada por um único aspecto. Embora a teoria de Carl Rogers valorize o aluno como centro da aprendizagem, suas limitações aparecem ao desconsiderar o contexto social e político. Superar o fracasso escolar exige, portanto, não só focar no sujeito, mas também compreender as influências socioeconômicas que o cercam, repensando a avaliação escolar e evitando a rotulação dos alunos.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem, Avaliação Escolar, Psicologia, Fracasso Escolar.

[457] Acadêmica de Psicologia da Faculdade ViaSapiens (FVS).

[458] Professora do curso de Psicologia da Faculdade Via Sapiens (FVS), Graduada em Psicologia (FLF), Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAVENI), Especialização em Saúde Pública e da Família (UNIQ , em andamento), Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI/FVS, em andamento).

“O LUTO EMPOBRECE O MUNDO EXTERNO, A MELANCOLIA ESVAZIA O PRÓPRIO EU”: UMA ANÁLISE DO PERSONAGEM ANTHONY BRIDGERTON A LUZ DA PSICANÁLISE

Yana da Silva Freitas[459]
Íris dos Santos Timbó[460]

Introdução: Luto e melancolia, em Freud, revelam duas faces do mesmo processo psíquico: uma saudável e outra patológica. A melancolia é descrita como estado de profundo desânimo, perda da capacidade de amar, rebaixamento da autoestima e desinteresse pelo mundo. Com exceção do empobrecimento do sentimento de si, esses sintomas também aparecem no luto. No entanto, o luto é um processo transitório e necessário, enquanto a melancolia é um impasse psíquico em que a perda é incorporada ao eu de forma destrutiva. Assim, a melancolia é a versão patológica do luto. A partir desses fundamentos, proponho uma análise do personagem Anthony Bridgerton, articulando sua vivência aos processos de luto e melancolia. **Objetivos:** Compreender como os conceitos psicanalíticos de luto e melancolia influenciam na consituição psíquica do personagem Anthony Bridgerton. **Metodologia:** Esta pesquisa qualitativa, de natureza teórico-interpretativa, fundamenta-se na teoria psicanalítica freudiana. Analisa a vivência do personagem Anthony Bridgerton, da obra de Julia Quinn, à luz da teoria psicanalítica a obra "Luto e Melancolia" (1917) e "Luto e Melancolia: a sombra do espetáculo" de Sandra Edler e em uma revisão bibliográfica da Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPBsb), utilizando os descritores: Psicanálise, Luto, Melancolia. **Resultados:** Anthony Bridgerton, primogênito da família, sofre a perda precoce do pai aos dezoito anos. Reprime rapidamente o sofrimento para assumir o papel de visconde, cuidando da mãe grávida e dos irmãos com responsabilidade. Esse momento marca profundamente suas crenças sobre a vida e a morte. Ao ficar a sós com o corpo do pai, desenvolve a ideia de uma morte precoce e da impossibilidade de superá-lo. Reprime sentimentos e decide por um casamento sem afeto, visando apenas manter os títulos sociais e evitar sofrimento. Segundo Freud, a melancolia resulta de um luto não elaborado, em que o supereu age cruelmente sobre o eu. Em Anthony, isso se expressa no julgamento severo de si, inibição afetiva e desinteresse pela vida, revelando a força destrutiva do supereu. A pulsão de morte atua silenciosamente, conduzindo ao adoecimento psíquico e evidenciando traços da melancolia. **Conclusão**: Enquanto o luto empobrece o mundo externo, a melancolia esvazia o próprio eu. Em Anthony Bridgerton, a identificação inconsciente com o objeto perdido paralisa o investimento libidinal e isola o sujeito em seu sofrimento. Seu silêncio diante dos outros reflete a invisibilidade típica da melancolia: um sofrimento íntimo, absorvido em si mesmo e oculto até mesmo dos mais próximos.

Palavras-chave: Luto, Melancolia, Freud.

[459] Acadêmica de Psicologia da Faculdade ViaSapiens - FVS.

[460] Professora do curso de Psicologia da Faculdade Via Sapiens (FVS), Graduada em Psicologia (FLF), Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAVENI), Especialização em Saúde Pública e da Família (UNIQ , em andamento), Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI/FVS, em andamento)

EQUOTERAPIA COMO RECURSO TERAPÊUTICO PARA CRIANÇAS COM TEA: RELATO DE EXPERIÊNCIA FISIOTERAPÊUTICA.

Danilo Rodrigues Mendes461
Maria Aparecida Pereira de Araújo 462
Antônia Janaira Araújo de Aguiar463

Introdução: O presente trabalho decorre de um relato de experiência como produto da disciplina de Práticas Interdisciplinares de Extensão em Fisioterapia, com eixo em Biossegurança e Educação Ambiental. A equoterapia constitui uma abordagem terapêutica interdisciplinar que utiliza o movimento tridimensional do cavalo como instrumento para promover ganhos físicos, cognitivos, emocionais e sociais, especialmente em indivíduos com transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Durante a disciplina foi possível a realização de uma visita técnica a uma ONG localizada em uma cidade da Serra da Ibiapaba. **Objetivos:** Relatar as experiências e observações realizadas durante a visita técnica a uma ONG localizada em uma cidade da Serra da Ibiapaba, com foco na aplicação da equoterapia em crianças diagnosticadas com TEA. **Metodologia:** A metodologia adotada consiste em um relato de experiência, baseou-se na observação direta das atividades desenvolvidas durante as sessões de equoterapia, bem como na escuta ativa das explicações fornecidas pelos profissionais da instituição, incluindo fisioterapeutas, psicólogos, pedagoga e equitadores. Também foram analisadas as adaptações e recursos utilizados nas práticas terapêuticas, bem como os procedimentos relacionados ao manejo e bem-estar dos animais. **Resultados:** As observações realizadas permitiram constatar a presença de uma equipe técnica qualificada e atuando de forma interdisciplinar, o que contribui significativamente para a eficácia das intervenções terapêuticas. Foram observados benefícios relacionados ao desenvolvimento motor, ao equilíbrio postural, à coordenação motora e à organização sensorial. Adicionalmente, destaca-se o uso de recursos complementares que favorecem o engajamento das crianças e ampliam os estímulos terapêuticos. **Conclusão:** A visita evidenciou a relevância da equoterapia como prática terapêutica complementar no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista. A atuação de uma equipe multiprofissional, aliada ao uso planejado do cavalo como agente terapêutico, proporciona benefícios significativos no desenvolvimento global das crianças atendidas. A estrutura organizacional, o comprometimento técnico e a adesão às diretrizes estabelecidas por entidades de referência conferem à instituição credibilidade e efetividade em sua atuação terapêutica.

Palavras-chave: Equoterapia. TEA (Transtorno do Espectro Autista). Interdisciplinaridade. Terapêutica.

[461] Graduando do curso de Fisioterapia da Faculdade Via Sapiens – Campus Tianguá.
462 Graduanda do curso de Fisioterapia da Faculdade Via Sapiens – Campus Tianguá.
[3] Graduada em Fisioterapia (Centro Universitário Uninta), pós graduanda (Faculdade IDE), Mestranda em Saúde e Gestão do Trabalho (Univali).

APRESTAÇÃODECONTASELEITORAISEASCONSEQUÊNCIASDO JULGAMENTO COMO NÃO PRESTADAS: REPERCUSSÕES NA ELEGIBILIDADE DO CANDIDATO

Alexandro Cardozo da Silva 464
Auriclécio Passos Vieira 465
José Wellington Barbosa da Silva 466
Francisco Roney de Sousa Ribeiro 467

Introdução: A prestação de contas eleitorais constitui obrigação imposta aos candidatos e partidos políticos com o objetivo de garantir a transparência, lisura e fiscalização dos gastos de campanha. A não apresentação das contas à Justiça Eleitoral, ou a apresentação de forma irregular, enseja o julgamento como "não prestadas", o que tem repercussões diretas na regularidade da atuação político-partidária, inclusive com impactos no direito de candidatura futura. **Objetivos:** Analisar os efeitos jurídicos da omissão ou irregularidade na prestação de contas eleitorais, especialmente no tocante à declaração de contas como não prestadas e suas consequências para a elegibilidade do candidato. **Metodologia:** Pesquisa documental e bibliográfica com base na Resolução TSE Nº 23.607/2019, bem como em julgados do Tribunal Superior Eleitoral, especialmente os que tratam da inelegibilidade decorrente da não prestação de contas. **Resultados:** Verifica-se que o julgamento de contas como não prestadas impede a obtenção de certidão de quitação eleitoral, inviabilizando a candidatura do agente político nas eleições seguintes, nos termos do art. 11, § 7º, da Lei nº 9.504/1997. A jurisprudência do TSE reforça esse entendimento, ainda que haja posterior apresentação das contas fora do prazo legal, salvo em hipóteses de força maior. **Conclusão:** A exigência da prestação de contas eleitorais não se resume a um aspecto meramente formal, sendo um instrumento essencial de controle e transparência. A sua não observância repercute negativamente na vida política do candidato, reforçando a importância da regularidade documental junto à Justiça Eleitoral.

Palavras-chave: Prestação de contas; Justiça Eleitoral; Inelegibilidade; Candidato; Campanha.

464Alexandro Cardozo da Silva, acadêmico do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.
465Auriclécio Passos Vieira, acadêmico do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.
466José Wellington Barbosa da Silva, acadêmico do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.
467Francisco Roney de Sousa Ribeiro, professor da disciplina de direito eleitoral da Faculdade Via Sapiens.

ANÁLISE DA TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Giovanna Rodrigues Moura; 468
Thamyres Rodrigues Mesquita Camelo; 469
Laisa Roberta Lima Barroso; 470
Daniel de Vasconcelos Mello. 471

Introdução: A proteção ao consumidor no Brasil é um marco jurídico, consolidado pela Constituição Federal e regulamentado pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), com o objetivo de garantir equidade nas relações comerciais. A análise visa explorar os efeitos práticos e jurídicos da responsabilização quando produtos ou serviços apresentam defeitos, evidenciando o Código de Defesa do Consumidor como instrumento de proteção social e equilíbrio contratual. **Objetivos:** O principal objetivo é compreender a responsabilidade civil objetiva nas relações de consumo, com ênfase na teoria do risco do CDC. O trabalho busca entender como o consumidor, é protegido mesmo sem culpa do fornecedor, além de esclarecer os critérios legais sobre vícios e defeitos. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada com base em levantamento bibliográfico e documental, analisando a legislação, sobretudo no Código de Defesa do Consumidor, jurisprudências e artigos científicos. A metodologia também incluiu discussões acadêmicas, oferecendo uma abordagem teórica e prática do tema. **Resultados:** A análise dos artigos 12 e 14 do CDC mostra que a responsabilidade civil nas relações de consumo é objetiva, ou seja, não depende da demonstração de culpa. O artigo 12 responsabiliza o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador, independente de culpa, pelos produtos comercializados. Enquanto o artigo 14 trata da responsabilidade do fornecedor, por falhas na prestação de serviços mesmo sem comprovação de culpa. Por outro lado, o comerciante pode ser responsabilizado quando o fabricante não for identificado ou quando houver má conservação do produto, refletindo a adoção da teoria do risco, conferindo maior proteção ao consumidor. **Conclusão:**A responsabilidade civil objetiva, prevista no CDC, é um avanço na proteção do consumidor, pois elimina a necessidade de provar culpa, garantindo maior efetividade na reparação de danos e promovendo relações comerciais mais equilibradas e justas. O CDC, com sua abordagem legal, garante maior segurança ao consumidor e cumpre sua função social de promover justiça nas relações contratuais.

Palavras-chave: consumidor; responsabilidade objetiva; vício; CDC; fornecedor.

468 Giovanna Rodrigues Moura, aluna do 7° período, Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens;
469 Thamyres Rodrigues Mesquita Camelo, aluna do 7° período, Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens;
470 Laisa Roberta Lima Barroso, aluna do 7° período, Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens;
471 Atualmente professor do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB, Subseção Ibiapaba, nos triênios 2019-2021 e 2025-2027.

IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA TRIBUTAÇÃO DA PESSOA FÍSICA NA VENDA DE IMÓVEIS

Maria Lívia Vasconcelos Magalhães[472]
Leonora Taveras Clase Mendes[473]
Francisco Danilo de Souza Gomes[474]

Introdução: A Reforma Tributária brasileira traz mudanças significativas no sistema de arrecadação, especialmente no que diz respeito à venda de imóveis por pessoas físicas. Anteriormente, essa operação gerava apenas a incidência do Imposto de Renda sobre eventual ganho de capital. Com a proposta da reforma, novas cobranças poderão surgir, como o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), mesmo para pessoas físicas, modificando o panorama da tributação sobre patrimônio. Essas alterações visam simplificar e unificar tributos, porém, levantam dúvidas quanto à sua aplicação prática e aos efeitos sobre o contribuinte comum, especialmente aquele que realiza transações esporádicas. Nesse contexto, é fundamental compreender os novos critérios de incidência tributária e como eles impactam a rotina do contribuinte. A inclusão de tributos indiretos sobre operações tradicionalmente não onerosas pode configurar uma nova realidade fiscal. **Objetivos:** Analisar os efeitos da Reforma Tributária sobre as operações de venda de imóveis realizadas por pessoas físicas, com ênfase na possível incidência de novos tributos (IBS e CBS), e avaliar os critérios estabelecidos para essa tributação. **Metodologia:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e análise documental da legislação vigente e proposta da Reforma Tributária. Foram observadas as disposições da Lei Complementar nº 214/2015 e os critérios definidos para a obrigatoriedade de recolhimento dos novos tributos. **Resultados:** A proposta de reforma indica que, além do Imposto de Renda sobre o ganho de capital, a pessoa física poderá ser sujeita ao IBS e à CBS caso ultrapasse determinados limites de venda. Dois principais critérios foram destacados: a venda de mais de um imóvel construído pela mesma pessoa em um período de 5 anos, ou a venda de mais de 3 imóveis distintos no mesmo ano. A introdução desses critérios aproxima a pessoa física de uma condição de contribuinte equiparada à jurídica em certos casos. Contudo, o conceito de "imóveis distintos" ainda carece de regulamentação, o que gera insegurança jurídica quanto à aplicação prática da norma. A falta de clareza sobre esses parâmetros pode dificultar o planejamento tributário e levar a litígios. **Conclusão**: A reforma, ao incluir pessoas físicas no rol de possíveis contribuintes do IBS e CBS na venda de imóveis, representa um aumento potencial na carga tributária e exige atenção quanto à regulamentação futura. Essa mudança reforça a necessidade de acompanhamento legislativo e planejamento tributário por parte dos contribuintes.

Palavras-chave: Reforma Tributária; Venda de Imóveis; IBS; CBS.

[472] Graduanda em Direito pela Faculdade ViaSapiens
[473] Graduanda em Direito pela Faculdade ViaSapiens
[474] Professor da Faculdade ViaSapiens.

LEGISLAÇÃO NO DIREITO EXPERIMENTAL REGULATÓRIO NA VISÃO DE UM ACADÊMICO DE DIREITO AUXILIADO POR IA

Antônio Fabrício V. Gentil Farias[475]
Audylo Ageu Gomes de Azevêdo [476]
Patrícia Fernandes Brandão[477]
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela[478]

Introdução: A legislação refere-se ao conjunto de leis e normas que regem uma sociedade ou país, criada para estabelecer regras e padrões que garantam a ordem, a justiça e a proteção dos direitos dos cidadãos. A Legislação Experimental é um instituto jurídico que permite criar um ambiente regulatório controlado, onde a criação de leis e normas é testada e avaliada antes de ser implementada em larga escala. Esse mecanismo permite que legisladores avaliem a eficácia e os impactos potenciais de uma lei ou norma antes de torná-la permanente, consistindo em uma inovação na elaboração de leis e regulamentos, considerando as contingências do tempo e a necessidade de leis que façam sentido no seu contexto contemporâneo. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo verificar os efeitos e a reação da sociedade, instituições, governos e setor produtivo mediante observações em ambientes controlados, avaliando a eficácia da legislação experimental, identificando problemas e propondo melhorias e ajustes nas leis ou normas com base nos resultados obtidos. **Metodologia:** Desenvolvido através de estudos de caso, leitura especializada e comparações assistidas por inteligência artificial. Constata-se que as leis estão em constante desenvolvimento, exigindo novas abordagens que influenciam a dinâmica do Direito e proporcionam maior capacidade decisória interdisciplinar. **Resultados/Discussão:** Identificaram-se vantagens: (I) redução de riscos ao evitar implementação de normas com consequências negativas; (II) melhoria da eficácia legislativa; (III) estímulo à inovação normativa. Como desvantagens: (I) dificuldade no controle de variáveis experimentais; (II) limitações temporais e de recursos; (III) questões éticas na aplicação diferenciada de normas. **Conclusão:** O Direito é dinâmico e busca atualizar-se diante de temas controversos em constante evolução. A legislação experimental surge como resposta a essa necessidade adaptativa, permitindo abordagens baseadas em evidências empíricas. Representa ferramenta importante para o aperfeiçoamento do processo legislativo, desde que aplicada com critérios claros e respeito aos princípios fundamentais do ordenamento jurídico.
Palavras-chave: Legislação; Experimentação; Contemporâneo.

[475] Acadêmico do Curso de Direito – FVS, Assistente Social - UNOPAR. Esp. em Políticas Públicas e Projetos Sociais fabriciofarias.fff@gmail.com
[476] Acadêmico do Curso de Direito – FVS, Mestre pela UFERSA, MBA em Psicologia Jurídica, Esp. Em Psicanálise e Neurociência – FAMART, Administrador Zootecnista. ageu.azevedo@yahoo.com.br
[477] Acadêmica do Curso de Direito – FVS. patriciafernandes4433@gmail.com
[478] Professora universitária, Mestranda em Direito Privado pela Uni7. Esp. Em Docência Jurídica, Administrativo, Constitucional, Gestão de Organizações, Poder Judiciário e Min. Público – Faculdade Iguaçu. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Damásio de Jesus .jessicafnsportela@gmail.com

A COMPATIBILIDADE DA BIOMETRIA COM OS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA EFICIÊNCIA NOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

Nonato Filho Tavares de Moura[479]
Francisco Danilo De Souza Gomes [480]
Priscila Márcia Passos Carvalho[481]
Daniel Matos Falcão De Andrade[482]
Larissa Alves Cordeiro[483]

INTRODUÇÃO: A incorporação da biometria aos atos notariais e registrais representa um avanço significativo na busca pela modernização e segurança dos serviços extrajudiciais. Essa tecnologia, ao permitir a identificação precisa e intransferível do indivíduo, alinha-se diretamente aos princípios da segurança jurídica e da eficiência, fundamentos essenciais para a confiabilidade das relações civis e patrimoniais. **OBJETIVOS:** Analisar a compatibilidade da utilização da biometria com os princípios da segurança jurídica e da eficiência, destacando seus benefícios e desafios na rotina dos cartórios. **METODOLOGIA:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com base em doutrinas, legislações e estudos que abordam a digitalização dos serviços notariais e os impactos tecnológicos sobre a autenticidade e celeridade dos atos jurídicos. **RESULTADOS:** Observou-se que a biometria, ao reduzir fraudes e aumentar a precisão da identificação pessoal, fortalece a segurança jurídica e otimiza os procedimentos cartorários, promovendo maior agilidade e confiança nas operações. Conforme destaca Silva (2023), "a integração da biometria aos registros públicos reflete uma tendência irreversível de modernização segura, que preserva a fé pública e amplia a eficiência administrativa". **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a biometria é plenamente compatível com os princípios da segurança jurídica e da eficiência, constituindo-se em instrumento de inovação que fortalece a credibilidade dos atos notariais e registrais, desde que acompanhada de regulamentação adequada e proteção de dados pessoais.

Palavras-chave: Biometria; Segurança Jurídica; Eficiência; Atos Notariais; Registros Públicos.

[479] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[480] Francisco Danilo De Souza Gomes, Graduado em Direito, Mestre em Educação, Professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade ViaSapiens; Tianguá-CE; danilo.gomes@faculdadeviasapiens.com.br
[481] Advogada. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.
[482] Professor Universitário. Doutorado em Ciências Jurídicas.
[483] Doutoranda em Ciências Jurídicas pela UMSA.

ANÁLISE CRIMINAL - A MODELAGEM MATEMÁTICA NA PREVISÃO DE CRIMES

Audylo Ageu Gomes de Azevêdo[484]
Ivanildo Fernandes de Sousa[485]
Antônio Edson de Abreu Araujo[486]
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela[487]

Introdução: A "matemática do crime" é um campo de estudo experimental que aplica métodos matemáticos e estatísticos para analisar e entender o crime, saber se o mesmo pode vir a acontecer, então, baseado nesta hipótese, percebemos a existência de possibilidade de evitar que um crime aconteça. A matemática é uma disciplina que estuda números, quantidades, estruturas e padrões, fundamental para entender e descrever o mundo ao nosso redor. **Objetivos:** Entender a possibilidade dessa ciência transformar-se numa possibilidade que em virtude de dados acadêmicos, podemos contruir metodologias que haja algum tipo de precognição no que se refere à capacidade de perceber ou prever eventos futuros antes que eles ocorram, sendo esta uma ciência experimental e portanto com dados inconclusivos. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica e considerações por profissionais matemático e físico que auxiliaram na correção e confecção deste material, verificando técnicas que podem ser utilizadas para formatar modelos estatísticos preditivos, dentre eles: Análise de regressão: para modelar a relação entre variáveis criminais, Análise de clusters: para identificar padrões e agrupamentos em dados criminais e Aprendizado de máquina: para desenvolver modelos preditivos de crimes. **Resultados/Discussão:** Existe diante de toda essa pesquisa, algumas áreas de estudos com as quais, os modelos estatísticos são alimentados para predizer sobre a possibilidade de um crime acontecer. Algumas áreas de estudos como: Análise de dados criminais: Utiliza técnicas estatísticas para analisar dados sobre crimes, incluindo a distribuição geográfica e temporal. Modelagem de comportamento criminoso: Desenvolve modelos matemáticos para entender o comportamento criminoso e prever a ocorrência de crimes. Previsão de crimes: Utiliza técnicas de aprendizado de máquina e estatística para prever a ocorrência de crimes em áreas específicas. **Conclusão:** Existe toda uma qualidade de dados que por ventura possam ser usados, sendo fundamental para a eficácia da análise. A complexidade do comportamento humano criminoso é influenciado por muitos fatores, tornando difícil desenvolver modelos precisos, sendo assim, a aplicação de técnicas matemáticas em contextos criminais levantam questões éticas importantes. **Palavras-chave:** Análise de Dados; Estatística; Modelagem;

[484] Acadêmico do Curso de Direito – FVS, Mestre pela UFERSA, MBA em Psicologia Jurídica, Esp. Em Psicanálise e Neurociência – FAMART, Administrador Zootecnista. ageu.azevedo@yahoo.com.br
[485] Matemático – UECE, Mestre em Matemática – UECE. ivanildoliceu@gmail.com
[486] Físico – UVA, Esp. em Metodologias do Ensino da Matemática e da Física (UNINTA) -antonio.araujo2@prof.ce.gov.br
[487] Professora universitária, Mestranda em Direito Privado Uni7. Esp. Em Docência Jurídica, Administrativo, Constitucional, Gestão de Organizações, Poder Judiciário e Min. Público – Faculdade Iguaçu. jessicafnsportela@gmail.com

NEUROLAW, A MODERNA CIÊNCIA MULTIDISCIPLINAR DA NEUROCIÊNCIA NO ÂMBITO DA CRIMINOLOGIA

Audylo Ageu Gomes de Azevêdo[488]
Patrícia Fernandes Brandão[489]
Jaiana Maria de Aguiar Moita[490]
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela[491]

Introdução: A neurociência aliada à criminologia é um campo de estudo que busca entender a relação entre o cérebro humano e o comportamento criminoso, vindo a aprimorar-se como ciência moderna, englobando o Neurodireito ou Neurolaw, campo interdisciplinar que combina conhecimentos de neurociência, direito e psicologia para estudar a relação entre o cérebro humano e o sistema legal, que analisa como o comportamento pode influenciar a determinação da responsabilidade criminal e capacidade cognitiva, aonde a neurociência pode informar sobre a tomada de decisão em contextos legais, através de estudos que examinam o uso de evidências neurocientífica em tribunais e sobre a complexidade do comportamento humano e criminoso é influenciado por muitos fatores, incluindo a genética, o ambiente e a experiência. **Objetivos:** Evidenciar que existe uma diversidade de disciplinas e/ou ciências com as quais o Direito moderno pode alimentar-se para melhor definir certas penalidades e ao mesmo tempo, estudar fatos dentro da própria criminologia, cabendo uma melhor interpretação de dados neurocientíficos em contextos legais. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre esse assunto, na qual, em parceria com acadêmicos da área do Direito, Medicina e Psicologia, debateram sobre algumas disciplinas que podem ser usadas como meio de interpretação para casos em que a criminologia seja requisitada. **Resultados/Discussão:** Descobriu-se que existem diversas áreas com as quais essa multidisciplinariedade se complementa, surtindo efeitos de boa interpretação, citamos: Neurobiologia do comportamento criminoso que estuda as bases neurobiológicas incluindo a influência de fatores genéticos e ambientais. Neuroimagem e criminologia, que utiliza técnicas de neuroimagem, como a ressonância magnética funcional (fMRI), para estudar o cérebro de indivíduos que cometeram crimes. Neuropsicologia e criminologia que investiga a relação entre a função cerebral e o comportamento criminoso, incluindo a avaliação de déficits cognitivos e emocionais. **Conclusão:** A neurociência pode ajudar a identificar indivíduos com maior propensão a cometer crimes e ainda fazer um diagnóstico com viés comportamental. A integração do Direito a neurociência e criminologia tem o potencial de melhorar a compreensão do comportamento criminoso e informar estratégias mais eficazes para a prevenção e o tratamento do crime.

Palavras-chave: Medicina; Neurodireito; Neurociência.

[488] Acadêmico do Curso de Direito – FVS, Mestre pela UFERSA, MBA em Psicologia Jurídica, Esp. Em Psicanálise e Neurociência – FAMART, Administrador Zootecnista. ageu.azevedo@yahoo.com.br
[489] Acadêmica do Curso de Direito – FVS. patriciafernandes4433@gmail.com
[490] Acadêmica do Curso de Medicina - FVS. Jaianamariamoita07@icloud.com
[491] Professora universitária, Mestranda em Direito Privado Uni7. Esp. Em Docência Jurídica, Administrativo, Constitucional, Gestão de Organizações, Poder Judiciário e Min. Público – Faculdade Iguaçu. jessicafnsportela@gmail.com

FILOSOFIA NA INFÂNCIA: IMPACTOS NO PENSAMENTO CRÍTICO

Camila Maria Melo de Paulo[492]
Levi Wender Pereira Alves de Barros[493]
Luciane dos Santos Jácome[494]

Introdução: De acordo com Salles (2008), a figura da criança, bem como a infância/infâncias, por muito tempo eram caracterizadas por muitos filósofos enquanto impossibilidade, falta, negação, especialmente no que diz respeito ao seu papel na filosofia. Entretanto, as discussões sobre crianças e infância acerca de sua significância foram-se perpetuando ao longo dos tempos através de outros filósofos. Sobre essa perspectiva, a filosofia proporciona às crianças a oportunidade de refletir sobre questões importantes. A autora Gaarder (2012, p. 19), em seu livro "O Mundo de Sofia", apresenta a semelhança entre uma criança e um filósofo, onde ambos se surpreendem com o mundo constantemente. Dessa forma, a pesquisa visa explorar os impactos dos conhecimentos em filosofia no pensamento crítico infantil, além de buscar entender como ambos podem se relacionar. **Objetivos:** O estudo discorre sobre a análise de como a filosofia pode influenciar na formação do pensamento crítico em crianças. Assim, destacando como a Filosofia é essencial para reforçar comportamentos reflexivos e questionadores desde a infância. **Metodologia:** A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa bibliográfica detalhada. Desse modo, ao observar as fontes, foi possível integrar elementos indispensáveis ao estudo, resultando em uma conclusão fundamentada sobre a temática. **Resultados:** As observações feitas são direcionadas à ideia de que ao introduzir a filosofia, ainda durante a infância, acaba favorecendo significativamente no desenvolvimento do pensamento crítico e autonomia do indivíduo. Em 1969, o filósofo americano Matthew Lipman criou o "Programa de Filosofia para Crianças (PFpC)", objetivando introduzir a filosofia na educação. Como consequência, filósofos como Walter Kohan, chegaram a negar, a concordar e até mesmo a aprimorar seus conceitos e métodos. Assim, destacando a importância da filosofia na construção da identidade e criatividade infantil. **Conclusão**: Conclui-se, portanto, que a filosofia tem seu papel fundamental na formação do pensamento crítico infantil, pois consegue aprimorar aspectos como consciência, sociabilidade, cidadania e empatia. Integrar a filosofia ao desenvolvimento das crianças pode gerar resultados positivos duradouros. Com isso, vê-se a necessidade de novas abordagens para explorar o potencial filosófico das crianças desde cedo.

Palavras-chave: Filosofia. Infância. Impactos. Pensamento crítico.

[492] Acadêmica de Psicologia pela Faculdade ViaSapiens – FVS
[493] Acadêmico de Psicologia pela Faculdade ViaSapiens – FVS
[494] Mestre em Economia Rural – UFC (2019); Doutoranda em Economia Rural – UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia na FVS; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O PROFESSOR DE DIREITO

Paulo Rafael Sousa Silva[495]
Audylo Ageu Gomes de Azevêdo[496]
Patrícia Fernandes Brandão[497]
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela[498]

Introdução: A formação pedagógica dentro do Curso de Direito, é fundamental para o profissional que atue na educação e no ensino das disciplinas que compõem a grade curricular deste curso. Então, dando ênfase aos estudos pedagógicos já comprovados, iremos abordar aqui uma parte daquilo que pode ser apredendido pelo professor e algumas razões pelas quais essa formação é importante e que os ajuda a desenvolver habilidades essenciais para ensinar. **Objetivos:** Expor algumas razões pelas quais seria interessante o desenvolviento dessas habilidades voltadas para o ensino, dentre elas: Desenvolvimento de habilidades pedagógicas, Conhecimento das teorias e métodos de ensino, Desenvolvimento de habilidades de comunicação, Preparação para o uso de tecnologias educacionais, Desenvolvimento de habilidades de avaliação, Preparação para trabalhar com diversidade, Desenvolvimento de habilidades de liderança, Preparação para o trabalho em equipe, Desenvolvimento de habilidades de reflexão, Preparação para a formação contínua. **Metodologia:** O seguinte trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica na área de pedagogia e educação, tanto para jovens e adultos, tendo em vista, uma abordagem técnica, pois o mesmo, trata-se de curso de nível superior, no qual o repasse de assuntos específicos é mais profundo e complexo. **Resultados/Discussão:** Observa- se, portanto, que um melhor preparo na área de pedagogia, faz-se necessário para que os professores possam dar um repasse educacional com maior ênfase naquilo que cada disciplina lhes compete. Assim, entendemos que o desenvolvimento numa melhor abordagem educacional, sempre se fez a se fará necessario para um melhor entendimento por parte do aluno, assim como um aprimoramento do profissional em educação no que se refere ao repasse adequado do conteúdo que lhe é de competência. **Conclusão:** Entende-se que a habilidade de ensino, não vem apenas com o título de "Doutor em Direito", mas precisa-se de uma melhor base pedagógica para que se possa ter o conhecimento adequado para as práticas de ensino e poder desenvolver outras qualificações e agregar maior conteúdo junto à prática da educação em sala de aula ou até mesmo nos ambientes de práticas jurídicas. **Palavras-chave:** Direito; Pedagogia; Educação.

[495] Acadêmico do Curso de Direito – FVS. Bacharel em Teologia – UVA. paulorafaelarte@gmail.com
[496] Acadêmico do Curso de Direito – FVS, Mestre pela UFERSA, MBA em Psicologia Jurídica, Esp. Em Psicanálise e Neurociência – FAMART, Administrador Zootecnista. ageu.azevedo@yahoo.com.br
[497] Acadêmica do Curso de Direito – FVS. patriciafernandes4433@gmail.com[4]
[498] Advogada, Professora universitária, Mestranda em Direito Privado Uni7. Esp. Em Docência Jurídica, Administrativo, Constitucional, Gestão de Organizações, Poder Judiciário e Min. Público – Faculdade Iguaçu. jessicafnsportela@gmail.com

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NAS UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Rodrigo Rodrigues da Silva[499]
Leticia Vitoria da Costa Pereira[500]
Leticia Saraiva da Silva[501]
04 Orientador: Francisco de Paulo Guimarães

INTRODUÇÃO: A Lei nº 13.721/2018 estabelece a obrigatoriedade da presença de fisioterapeutas durante 24 horas nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) no Brasil. Essa medida visa garantir cuidado contínuo e seguro aos pacientes críticos. A fisioterapia, reconhecida como profissão de nível superior desde 1969, ganhou destaque a partir da década de 1980 e hoje se consolida como essencial no ambiente hospitalar, especialmente nas UTIs. O fisioterapeuta é fundamental no manejo de ventilação mecânica, mobilização precoce, prevenção de complicações como tromboses e úlceras por pressão, e na reabilitação funcional dos pacientes. Além disso, sua atuação integrada à equipe multiprofissional contribui para melhores desfechos clínicos e redução do tempo de internação. Políticas públicas que incentivem a formação, capacitação e valorização desses profissionais são essenciais para a efetividade da lei e a qualidade da assistência prestada. **OBJETIVO**: Analisar a importância da atuação do fisioterapeuta em todos os níveis de atenção à saúde, com foco na sua presença contínua nas UTIs e na promoção da saúde por meio de práticas preventivas e atuação interdisciplinar. **MÉTODOS**: Foi realizada uma **revisão integrativa da literatura,** com busca de publicações entre 2018 e 2025 nas bases Google Acadêmico, SciELO, BVS e Capes. Após critérios de inclusão, foram selecionados **três artigos científicos** relevantes ao tema. **RESULTADOS E DISCUSSÃO**: Os estudos evidenciam que a atuação do fisioterapeuta é indispensável nas UTIs, especialmente na gestão de ventilação mecânica e mobilização precoce, reduzindo complicações e tempo de internação. Além disso, a participação ativa em equipes multiprofissionais favorece decisões clínicas mais eficazes e centradas no paciente. A obrigatoriedade da presença do fisioterapeuta nas UTIs marca um avanço, mas requer investimentos em capacitação contínua, estrutura física e inserção em todos os níveis de atenção à saúde. **CONCLUSÃO**: A presença constante do fisioterapeuta nas UTIs é essencial para o cuidado integral do paciente crítico. Sua atuação técnica e interdisciplinar contribui para a eficiência do sistema de saúde. Portanto, políticas públicas que valorizem e fortaleçam a fisioterapia são fundamentais para garantir uma assistência hospitalar segura, humanizada e de qualidade.

Palavras-chave: UTI, FISIOTERAPEUTA, EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

[499] Graduando em Fisioterapia pela Faculdade ViaSapiens, FVS, Tianguá,CE.
[500] Graduando em Fisioterapia pela Faculdade ViaSapiens, FVS, Tianguá,CE.
[501] Graduando em Fisioterapia pela Faculdade ViaSapiens, FVS, Tianguá,CE.
04 Docente da Disciplina Políticas e Programas Públicos de Saúde, dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição -FVS

A EFICÁCIA DAS PENAS E AS MEDIDAS DE SEGURANÇA DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Joaquim Brito Fontenele Neto [502]
João Honorato Linhares [503]
Raphael Gomes Viana [504]

Introdução: O estudo das penas e das medidas de segurança vai abordar as sanções legais aplicadas aos condenados e das ações preventivas direcionada para àqueles considerados perigosos. O tema é de imensa relevância por envolver os direitos fundamentais, a efetivação da justiça e os limites da atuação estatal. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo examinar a eficácia de penas previstos na legislação brasileira, além de compreender os fundamentos e finalidades das medidas de segurança, destacando sua relevância na manutenção da ordem pública e na reintegração do indivíduo à sociedade. **Metodologia:** A pesquisa foi desenvolvida com base em revisão bibliográfica, usando as obras doutrinárias e a legislação nacional, com o propósito de analisar os conceitos, as classificações e os objetivos das penas e das medidas de segurança no ordenamento jurídico. **Resultados/Discussão:** No Brasil, as penas podem consistir em privação de liberdade, restrição de direitos ou multa, com funções que implicam em punição, prevenção e ressocialização.As medidas de segurança, por sua vez, são atribuídas a pessoas inimputáveis ou semi-imputáveis, tornando-se fundamentadas na periculosidade e na precisão de tratamento, com o intuito de proteger a coletividade e promover cuidados ao indivíduo. **Conclusão:** Dessa forma, conclui-se que tanto as penas quanto as medidas de segurança realizam um papel fundamental no sistema penal, precisando ser aplicadas com respeito aos princípios constitucionais e aos direitos humanos, com foco não apenas na punição, mas também na reinserção social.

Palavras-chave: Penas. Medidas de Segurança. Direito Penal. Ressocialização. Periculosidade.

[502] Acadêmico de Direito – FVS. Joaquim Brito Fontenele Neto.
[503] Acadêmica de Direito – FVS. João Honorato Linhares.
[504] Professor orientador- Raphael Gomes Viana.

NOME EMPRESARIAL E MARCA: DIFERENÇAS JURIDICAS E PROTEÇÃO LEGAL

Autor 01: Karen Alves Moita[505]
Orientador: Rodrigo Ramos Freire de Castro[506]

Introdução: O Direito Empresarial regula diversos aspetos da atividade empresarial, dentre os quais se destacam o nome empresarial e a marca, elementos essenciais para a identificação e diferenciação de uma empresa no mercado. Embora frequentemente confundidos, esses institutos possuem naturezas jurídicas distintas e são protegidos por legislações específicas. **Objetivos:** Este resumo tem como finalidade esclarecer as diferenças jurídicas entre o nome empresarial e a marca, analisando seus conceitos, formas de proteção legal e implicações práticas no âmbito empresarial, contribuindo para o melhor entendimento por parte de empresários, estudantes e operadores do Direito. **Metodologia:** A abordagem utilizada é de cunho qualitativo e explicativo, baseada em pesquisa doutrinária e análise da legislação pertinente, especialmente o Código Civil, a Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96) e normas do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), a fim de identificar os principais pontos de distinção e proteção de cada instituto. **Resultados:** O nome empresarial é o título sob o qual o empresário individual ou a sociedade empresária exerce suas atividades e o utiliza para identificação junto aos órgãos de registro e perante terceiros. Sua proteção jurídica decorre automaticamente do registro na Junta Comercial competente, conferindo exclusividade no âmbito estadual e, em certos casos, nacional. Já a marca é um sinal distintivo que identifica produtos ou serviços oferecidos no mercado, e sua proteção legal depende do registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), garantindo exclusividade de uso em todo o território nacional, limitada à classe de atuação. Enquanto o nome empresarial se vincula à própria pessoa jurídica, a marca tem natureza patrimonial e pode ser licenciada ou cedida independentemente da empresa titular. **Conclusão:** A correta distinção entre nome empresarial e marca é fundamental para a segurança jurídica e a construção da identidade empresarial. Apesar de ambos servirem como elementos de identificação, suas finalidades, formas de registro e esferas de proteção divergem significativamente. A proteção legal eficaz desses elementos contribui para a valorização do negócio, a prevenção de conflitos e o fortalecimento da atuação empresarial no mercado. Portanto, compreender essas diferenças e os mecanismos de proteção disponíveis é essencial para a gestão estratégica e jurídica das empresas, evitando prejuízos e consolidando a presença no cenário competitivo.

Palavras-chave: Nome empresarial; Marca; Proteção legal.

[505] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[506] Doscente da Faculdade ViaSapiens

FEMINICÍDIO NA SERRA DA IBIAPABA: Invisibilidade Estatística e Desafios para o Enfrentamento da Violência de Gênero

Juliana Passos [507]
Francisco Danilo de Souza Gomes [508]

Introdução: Este trabalho apresenta um estudo sobre o crime de feminicídio no contexto da violência contra a mulher na Serra da Ibiapaba, abarcando os aspectos jurídicos da Lei n° 13.104/2015. Denota elevada importância, em razão dos casos de feminicídio na Serra da Ibiapaba não terem a visibilidade necessária.**Objetivos:** Explanar conceitos, expor a hediondez do crime, com os devidos tipos, e espécies. E, por conseguinte, analisar o feminicídio à luz da lei, as estatísticas das taxas de aumento, e a abordagem pelo judiciário brasileiro. **Metodologia:** Essa pesquisa utilizou uma abordagem mista, com dados quantitativos extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), da Secretaria de Segurança Pública do Ceará e do IBGE, além de fontes qualitativas como reportagens de jornais locais e relatórios de organizações de direitos humanos. **Resultados:** Muitos casos são registrados como homicídio doloso ou violência doméstica com resultado morte, sem a tipificação como feminicídio, o que encobre a real dimensão da violência de gênero. Os dados revelam uma preocupante incidência de feminicídios em municípios como Tianguá, Viçosa do Ceará e São Benedito, com destaque para vítimas jovens, negras e de baixa escolaridade. A análise qualitativa aponta que os crimes ocorrem majoritariamente no contexto doméstico, sendo motivados por ciúmes, separação e controle masculino. A ausência de políticas públicas específicas na região, aliada à cultura de silenciamento e à fragilidade das redes de apoio, contribui para a perpetuação da violência letal contra as mulheres.**Conclusão**: O feminicídio na Serra da Ibiapaba revela uma realidade marcada pela violência de gênero e pela invisibilidade estatística, que dificulta o enfrentamento efetivo do problema. A falta de dados confiáveis, somada a contextos socioculturais desfavoráveis, contribui para a negligência institucional e a perpetuação da violência. É urgente investir em políticas públicas que fortaleçam a coleta de informações, a atuação das redes de proteção e a promoção da equidade de gênero, a fim de romper o ciclo de silenciamento e garantir justiça às mulheres da região..

Palavras-chave: Feminicídio;Ibiapaba;Crime

[507] Academica do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.
[508] Professor do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

A CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB OS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E DEVIDO PROCESSO LEGAL

Antonio Gustavo Mendes509
Ana Alícia Passos Aguiar510
Francisco David Vieira Lima511
Ana Thaís Rocha Soares512

Introdução: O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é um instituto recente no ordenamento jurídico brasileiro, introduzido pela Lei nº 13.964/2019, conhecida como o "Pacote Anticrime". Ele representa uma alternativa ao processo penal tradicional, permitindo a resolução consensual de crimes de médio potencial ofensivo, com o objetivo de reduzir a sobrecarga do sistema judiciário e promover maior celeridade na resolução de conflitos. Ocorre que a confissão é um requisito obrigatório para a celebração do acordo, gerando debates acerca de sua constitucionalidade. **Objetivos:** Analisar a constitucionalidade do Acordo de Não Persecução Penal dentro do ordenamento jurídico brasileiro ao entender os mecanismos utilizados para a concessão do benefício e a necessidade da confissão como elemento imprescindível para propositura do acordo. **Metodologia:** Foram utilizados métodos qualitativos e bibliográficos de pesquisa por meio de artigos, doutrinas e jurisprudências que tratam sobre o assunto. **Resultados:** Observa-se que no ANPP, a confissão serve como formalidade para pactuar o acordo, não sendo viável e exigível que seja utilizada em outra situação além do mencionado instrumento negocial, muito menos a servir de base para eventual denúncia, julgamento do investigado ou corréus no devido processo legal. Nesse sentido, o STF tem reconhecido a constitucionalidade do referido acordo e da confissão, desde que seja feita com assistência de defesa, circunstanciada e utilizada apenas para fins do acordo. **Conclusão**: Conclui-se que a exigência de confissão como condição para celebração do ANPP constitui aspecto sensível, uma vez que pode gerar tensão com direitos fundamentais, como o direito ao devido processo legal e a presunção de inocência. Nesse contexto, para que a constitucionalidade do procedimento seja preservada, é imprescindível que a confissão ocorra de forma voluntária, com plena assistência da defesa técnica, e que haja controle judicial efetivo sobre todo o procedimento.

Palavras-chave: ANPP; Constitucionalidade; Confissão.

509 Estudante de Direito.
510 Estudante de Direito.
511 Estudante de Direito..
512 Mestre em Educação.

CRIPTOMOEDAS E LAVAGEM DE DINHEIRO: NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL

Dávila Brito Sousa513
João Victor Alves Vasconcelos 514
Marina Gabryeli Fontinele Taboza 515
Raphael Gomes Viana516

Introdução: A popularidade das criptomoedas trouxe vantagens como a rapidez nas transações e a descentralização financeira. No entanto, trouxe também desafios especificamente no contexto do combate à lavagem de dinheiro. No Brasil, a falta de uma regulamentação específica para as moedas virtuais tem criado um ambiente propício para práticas ilegais, dificultando o rastreamento de operações suspeitas e a atuação efetiva dos órgãos de fiscalização. **Objetivos:** A pesquisa busca entender a relação entre criptomoedas e lavagem de dinheiro no Brasil, ressaltando os riscos envolvidos e a importância de uma regulamentação que ofereça maior segurança jurídica e que ajude a combater crimes financeiros. Ademais, busca-se analisar como outros países têm lidado com essa questão e identificar possíveis medidas que poderiam ser aplicadas no contexto brasileiro. **Metodologia:** O estudo envolveu uma pesquisa bibliográfica e documental, na qual foram coletados artigos acadêmicos, legislações nacionais, legislações internacionais, relatórios de órgãos reguladores e notícias de casos recentes relacionados ao uso das criptomoedas em atividades ilegais. **Resultados:** Mostram que, embora o Brasil tenha avançado ao aprovar o Marco Legal das Criptomoedas (Lei n° 14.478/2022), ainda existem dificuldades na fiscalização e na responsabilização de empresas e pessoas que atuam nesse mercado. Ao comparar o Brasil a países como os Estados Unidos e a União Europeia, percebe-se que o nosso país ainda carece de regras mais detalhadas sobre o cadastro de clientes, o monitoramento das transações e os mecanismos obrigatórios para denunciar operações suspeitas. **Conclusão:** A regulamentação brasileira é fundamental para diminuir os riscos de lavagem de dinheiro usando criptomoedas. Ter regras bem definidas e eficazes ajuda a proteger o sistema financeiro, dá mais segurança jurídica aos investidores e reforça o combate aos crimes cibernéticos. Além disso, é importante que as autoridades e os órgãos responsáveis se capacitem para lidar com as particularidades desse setor, que está sempre mudando e evoluindo.

Palavras-chave: Criptomoedas; Lavagem de dinheiro; Regulamentação.

513 Acadêmico de Direito – Faculdade Via Sapiens.
514 Acadêmico de Direito – Faculdade Via Sapiens.
515 Acadêmico de Direito – Faculdade Via Sapiens.
516Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor universitário, diretor acadêmico da Faculdade Via Sapiens, advogado sócio do escritório CLV Advocacia.

VITMANINA B12 E FATORES DE RISCO EM ANOMALIAS CONGÊNITAS DO TUBO NEURAL

Francisca Aline de Sousa Silva[517]
Joice Gaspar Mendes da Silva [518]
Vanessa Brito Silva[519]
Paulo Adenes Teixeira Coelho[520]

Introdução: A vitamina B12, integrante do complexo B, é um micronutriente essencial aos processos bioquímicos do organismo. Atua como cofator enzimático na síntese de DNA e no metabolismo celular. Sua deficiência pode contribuir para diversas fisiopatologias, especialmente durante a gestação, estando associada ao risco de falhas no fechamento do tubo neural, o que pode gerar malformações graves e comprometimento do desenvolvimento embrionário. **Objetivo:** Apresentar, com base em revisão da literatura científica, as implicações nutricionais e os riscos gestacionais associados à deficiência de cobalamina (vitamina B12), destacando sua relação com anomalias congênitas e a importância da ingestão adequada do micronutriente no período pré-gestacional e gestacional. **Metodologia:** Este trabalho baseia-se em uma pesquisa bibliográfica com revisão de literatura, realizada nas bases biblioteca virtual em saúde, SciELO, PubMed e Portal de Periódicos da CAPES. Utilizaram-se os descritores: "vitamina B12", "gestação", "suplementação", "tubo neural", "má formação fetal" e "deficiência nutricional na gravidez", combinados pelos operadores booleanos "AND" e "OR". Foram incluídos artigos em português, com texto completo, publicados nos últimos 10 anos, que abordassem a deficiência de vitamina B12 na gestação e sua relação com malformações fetais. Excluíram-se publicações duplicadas, incompletas ou sem relação direta com o tema. **Resultados:** Foram encontrados poucos artigos tratando-se apenas da relação Vitamina B12 e casos de anomalias no tubo neural. Indicando que ainda existe poucos estudos sobre a temática, assim como poucas orientações às gestantes, sobre os riscos que correm com a ingestão incorreta do micronutriente. Por meio das análises foi percebido também em maior número, artigos que tratava-se do micronutriente folato associando-se a cobalamina. Entretanto, nesses mesmos estudos nota-se um grande indicativo de riscos sofridos por mães que não suplementaram a vitamina B12 e tiveram algumas complicações não apenas durante a gestação, pela mal ingestão, como após o nascimento de seus bebês. **Conclusão:** Esse estudo demostrou que a cobalamina possui influência na prevenção no período neonatal, além disso, ela está associada as anomalias congênitas do tubo neural e sua correlação com a não ingestão do micronutriente essencial.

Palavras-chave: Vitamina B12; Nutrição e Gestação; Anomalias Congênitas.

517 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
518 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
519 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
520 Docente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.

SELETIVIDADE ALIMENTAR EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): IMPACTOS NUTRICIONAIS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Ludmilla Sampaio Sousa 521
Stevão Portela Ferreira 522
Vitória Emilly dos Santos Mota 523
Paulo Adenes Teixeira Coelho 524

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento marcado por déficits na comunicação e comportamentos repetitivos. Crianças com TEA frequentemente apresentam seletividade alimentar, com preferência restrita e aversão a certas texturas ou cores, afetando sua nutrição e desenvolvimento. Essa seletividade pode levar à deficiência de nutrientes essenciais, impactando o crescimento e o comportamento, além de gerar desafios familiares e clínicos. Estratégias que combinam intervenção nutricional e abordagem comportamental têm se mostrado eficazes para ampliar a variedade alimentar e melhorar a qualidade da dieta. **Objetivo:** Investigar na literatura científica os impactos nutricionais da seletividade alimentar em crianças com TEA, destacando estratégias de intervenção nutricional baseadas em evidências. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde, com busca de artigos publicados entre 2018 e 2024. Foram utilizados os descritores "Transtorno do Espectro Autista", "Seletividade Alimentar", "Criança" e "Intervenção Nutricional", segundo o DeCS, combinados com os operadores booleanos AND e OR. Os critérios de inclusão envolveram artigos em português, inglês ou espanhol, com texto completo, que abordassem a relação entre seletividade alimentar, estado nutricional e intervenções em crianças com TEA. **Resultados:** Foram encontrados 142 artigos, dos quais 30 atenderam aos critérios de inclusão. A literatura mostra que crianças com TEA consomem menos fibras, frutas, vegetais e proteínas de origem animal, além de apresentarem maior ingestão de ultraprocessados ricos em carboidratos simples. Isso contribui para maior prevalência de anemia, déficits de crescimento e dieta menos diversificada em comparação a crianças neurotípicas. Intervenções associando Terapia do Comportamento Aplicada ao acompanhamento nutricional resultaram em melhor aceitação alimentar e ingestão proteico-calórica. Oficinas de educação alimentar com participação familiar também foram destacadas como facilitadoras da mudança alimentar. **Conclusão:** A seletividade alimentar é frequente em crianças com TEA e pode causar deficiências nutricionais e atrasos no desenvolvimento. A identificação precoce, associada a estratégias individualizadas, suporte nutricional e orientação familiar, é essencial para uma alimentação adequada. A atuação multiprofissional integrada é crucial para ampliar a aceitação alimentar e melhorar a qualidade de vida das crianças e suas famílias.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Seletividade Alimentar; Estado Nutricional.

521 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
522 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
523 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
524 Docente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.

O DIREITO COMO REINSERÇÃO DE EX-APENADO NA SOCIEDADE

Antonia Clara de Assis Vieira525
Arthur Rodrigues Barros526
Isabelly Soares Nunes527
Raphael Gomes Viana528

Introdução: O direito penal especialmente a lei de execução penal(lei n°7.210 de 1984) busca a reinserção social do condenado como objetivo principal da execução da pena.A ressocialização visa preparar o preso para um retorno a sociedade,com foco em sua reabilitação e na prevenção de reincidência.A lei estabelece que a execução penal deve proporcionar condições para a harmônica integração do acusado na sociedade,buscando a sua reabilitação e a prevenção de novos delitos**Objetivos:** Na reabilitação do indivíduo visa-se auxiliar o condenado a recuperar sua reputação e a retomar uma vida social positiva evitando o estigma do crime na sociedade.É também um modo de prevenir e impedir a reincidência,oferecendo oportunidades de aprendizado, trabalho e desenvolvimento para o condenado.Contudo ajudara principalmente promovendo a justiça social, promovendo a igualdade e a justiça garantindo que o condenadotenha a oportunidade de se reintegrar a sociedade e exercer seus direitos como cidadão,promovendo o bem para o condenado assim como para a sociedade lidar não mais com um criminoso mas sim um novo reintegrante da sociedade.**Metodologia:**É aplicada em um conjunto de ações e programas, como educação trabalho e terapia que visam preparar o ex-detento para a sociedade.O estado tem uma função fundamental na ressocialização, fornecendo Infraestrutura, programas e oportunidades para os ex-detentos.Para isso como justa igualdade a sociedade também deve contribuir para a ressocialização, oferecendo apoio e oportunidades de trabalho e moradia para os ex-detentos**Resultados:**A ressocialização de criminosos através do direito visa garantir a reintegração social do condenado reduzindo a reincidência e promovendo a segurança pública.A ressocialização bem sucedida pode reduzir significativamente a probabilidade do ex-presidiário reincidir em crimes,contribuindo para a segurança pública e a redução de criminalidade.Ao reintegrar o ex-presidiário a sociedade, a ressocialização permite que ele possa contribuir positivamente para o desenvolvimento social, seja através do trabalho da educação ou de outras atividades**Conclusão**:A ressocialização é um bjetivo fundamental do direito penal e uma necessidade social,que visa garantir a reintegração dos ex-detentos a sociedade e reduzir a reincidência no entanto a efetiva implementação da ressocialização depende da superação de desafios como a superlotação das prisões, a falta de oportunidade e o preconceito da sociedade.Ao investir na ressocialização, a sociedade investe na construção de um futuro mais seguro e justo para todo.Este processo busca reabilitar o indivíduo para que ele possa retornar ao Convivio Social de forma saudável e produtiva contribuindo para a justiça e a dignidade humana.

Palavras-chave: Reinserção, Sociedade;Detentos.

525 Acadêmica de Direito Faculdade Via Sapiens-FVS
526 Acadêmico de Direito Faculdade Via Sapiens-FVS
527 Acadêmica de Direito Faculdade Via Sapiens-FVS
528 Professor de materia interdisciplinar e extensão-FVS e advogado

ENTRE LIBERDADE E CONTROLE: CONTEXTOS E DESDOBRAMENTOS DA REGULAMENTAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NO BRASIL

Vinicius Alves de Paiva 529
Willian Ponte Azevedo 530
Lizandro Cardoso da Costa 531
Francisco Danilo de Souza Gomes 532

Introdução: Entende-se que a presença das redes sociais no cotidiano brasileiro tem provocado impactos relevantes na comunicação, no comportamento social e no cenário político. Nesse sentido, o aumento da disseminação de fake news, discursos de ódio e campanhas de desinformação acendeu o debate sobre a necessidade de regulamentar essas plataformas. O tema ganhou força com propostas legislativas, como o Projeto de Lei 2630/2020 (PL das Fake News), que busca estabelecer regras para o funcionamento das redes no país. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da regulamentação das redes sociais no Brasil, bem como expor os principais argumentos de quem é a favor e de quem é contra essa proposta. **Metodologia:** No que diz respeito ao percurso metodológico, a pesquisa foi realizada por meio de análise qualitativa, com base em revisão bibliográfica, consulta a documentos legislativos e análise de posicionamentos públicos de juristas, parlamentares e entidades civis. **Resultados:** A regulamentação proposta busca responsabilizar plataformas por conteúdos nocivos, exigir maior transparência e combater práticas ilegais, como a disseminação de notícias falsas e a violência digital. Os defensores argumentam que a medida é essencial para proteger a democracia, os direitos dos usuários e garantir eleições mais seguras. Já os opositores veem na proposta um risco à liberdade de expressão e à autonomia individual, alertando para possíveis mecanismos de censura e concentração de poder estatal sobre a internet. O debate ainda está em curso no Congresso Nacional e desperta forte polarização política. **Conclusão**: A regulamentação das redes sociais no Brasil representa um desafio importante e necessário diante dos impactos das plataformas no ambiente democrático. No entanto, qualquer iniciativa nesse sentido deve ser cuidadosamente elaborada para equilibrar a proteção contra abusos digitais e a preservação das liberdades fundamentais. O debate é complexo e exige uma construção plural, democrática e transparente.
Palavras-chave: redes sociais; regulamentação; liberdade.

529 Acadêmico de direito do 6º semestre da Faculdade ViaSapiens.
530 Acadêmico de direito do 6º semestre da Faculdade ViaSapiens.
531 Acadêmico de direito do 6º semestre da Faculdade ViaSapiens.
532 Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica - NEXTIC e Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Via Sapiens. É professor dos cursos de administração, ciências contábeis, direito e enfermagem da Faculdade Via Sapiens. Mestre em Educação pela Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI.

O FEMININO EM TRÂNSITO: ENTRE PADRÕES SOCIAIS E ESCUTA PSICANALÍTICA

Margareth Pinheiro Rodrigues533
Íris dos Santos Timbo534

Introdução: Desde os primórdios da civilização, a mulher foi historicamente colocada em posição de subordinação ao homem. Socializada para o cuidado do lar, dos filhos e do marido, sua existência era definida por normas patriarcais, nas quais pouco ou nenhum espaço havia para o desejo e a escolha. Apesar das conquistas sociais e profissionais ao longo do tempo, as mulheres ainda enfrentam preconceitos, cobranças e desigualdades que atravessam suas decisões de vida, como não ter filhos, romper relações conjugais ou priorizar a carreira. As escolhas, quando destoam do modelo tradicional, costumam ser alvo de críticas sociais e familiares. A psicanálise, ainda que nascida em um contexto patriarcal, oferece instrumentos para compreender a complexidade das subjetividades femininas. **Objetivo:** Refletir, à luz da psicanálise, sobre as transformações históricas da posição da mulher na sociedade, os impasses subjetivos vividos por aquelas que não se encaixam nos modelos tradicionais de feminilidade. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica realizada nos últimos dez anos, virtuais e textos em português, com ênfase na leitura psicanalítica freudiana e nas críticas e reformulações do conceito de feminino ao longo do tempo. **Resultados:** As análises indicam que, embora a mulher tenha conquistado espaços sociais importantes, ainda há forte resistência cultural e simbólica às novas formas de ser mulher. O enfrentamento aos modelos normativos produz sofrimento, mas também aponta formas singulares de existência. A psicanálise, mesmo com seus limites históricos, permite reconhecer as marcas do inconsciente nas escolhas femininas e nas pressões sociais, abrindo espaço para a escuta da subjetividade e das múltiplas formas de viver o feminino. **Conclusão:** O feminino não pode ser compreendido apenas por padrões sociais ou biológicos. A escuta psicanalítica revela que o modo como cada mulher vive sua identidade é atravessado por desejos, histórias e escolhas singulares. Nesse sentido, é fundamental ampliar os espaços de fala e de reconhecimento das subjetividades femininas, valorizando a potência de suas trajetórias e resistências.

Palavras-chave: Psicanálise; Feminino; Subjetividade; Patriarcado; Sociedade.

533 Graduada em Gestão de RH (UVA), Graduanda em Psicologia da Faculdade Via Sapiens.
534 Professora do curso dePsicologia da Faculdade Via Sapiens(FVS), Graduada em Psicologia (FLF), Pós-graduada em Psicopedagocia Institucional e Clinica (FAVENI), Especialização em Saude Publica e da Familia (UNIQ em andamento), Mestrado em Saude e Gestão do Trabalho (UNIVALI/FVS em andamento)

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA GESTÃO FINANCEIRA DAS ORGANIZAÇÕES

Maria Janice Oliveira Feitosa 535
Sabrina Lopes Martiniano 536
Luciane dos Santos Jácome 537

Introdução: O ambiente empresarial brasileiro é caracterizado por uma elevada carga tributária e um sistema fiscal complexo. Nesse contexto, o planejamento tributário surge como uma ferramenta essencial para a saúde financeira das organizações. Por meio dele, é possível identificar oportunidades legais de economia fiscal, reduzir riscos de autuações e melhorar a eficiência na gestão dos tributos. A adoção de estratégias tributárias bem estruturadas pode impactar diretamente na competitividade e na sustentabilidade dos negócios.**Objetivos:** Verificar os principais benefícios que o planejamento tributário proporciona às organizações, destacando sua importância na redução de custos, no cumprimento das obrigações legais e na melhoria da gestão financeira. **Metodologia:** O presente resumo é constituído por uma pesquisa qualitativa, uma vez que este tipo de pesquisa possibilita o entendimento de fenômenos sociais utilizando marcos teóricos e base de dados renomadas. Além disso utilizou-se enquanto procedimento de pesquisa. A pesquisa bibliográfica e documental de artigos e livros. **Resultados:** As fontes consultadas **demonstraram** que o planejamento tributário oferece diversos benefícios substanciais para as organizações. Entre esses benefícios, destaca-se a possibilidade de reduzir a carga tributária por meio da escolha do regime de tributação mais adequado como o Simples Nacional, o Lucro Presumido ou o Lucro Real, e da utilização estratégica de incentivos fiscais previstos na legislação. Além disso, o planejamento auxilia na prevenção de passivos tributários, ao organizar os processos contábeis e garantir o cumprimento das obrigações fiscais, diminuindo o risco de multas e penalidades. Outro aspecto importante é a melhoria do fluxo de caixa, uma vez que a redução de despesas tributárias favorece uma gestão financeira mais eficiente e equilibrada. Isso, por sua vez, fortalece a competitividade da empresa, proporcionando maior capacidade de investimento, crescimento sustentável e oferta de preços mais vantajosos no mercado. O planejamento tributário também se revela essencial no apoio à tomada de decisões estratégicas, fornecendo dados e análises que ajudam em escolhas como a abertura de filiais, a realização de investimentos e modificações na estrutura societária ou contratual.**Conclusão**: Conclui-se que o planejamento tributário é uma prática fundamental para o sucesso das organizações, especialmente em um cenário fiscal desafiador como o brasileiro. Além de possibilitar economia legal de impostos, ele contribui para a conformidade fiscal, segurança jurídica e fortalecimento da gestão empresarial. Dessa forma, investir em um planejamento tributário eficaz deve ser parte da estratégia de qualquer empresa que busca crescimento sustentável e vantagem competitiva.

Palavras-chave: Gestão Empresarial; Planejamento Tributário; Organizações.

535Acadêmica do curso Ciências Contábeis na Faculdade ViaSapeins .
536Acadêmica do curso Ciências Contábeis na Faculdade ViaSapeins .
537Mestre em Economia Rural – UFC; Doutoranda em Economia Rural - UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis.

CONTABILIDADE E A OBRIGATORIEDADE FISCAL NO BRASIL

Déborah Gaspar Ferreira dos Santos[538]
Luciane dos Santos Jácome[539]

Introdução: No Brasil, lidar com impostos é uma tarefa complicada para qualquer empresa. São muitas regras, obrigações e prazos que, se não forem seguidos corretamente, podem trazer sérios prejuízos. Nesse cenário, a contabilidade se torna uma ferramenta essencial. Ela não só ajuda a manter as obrigações fiscais em dia, como também organiza as finanças e melhora a tomada de decisões dentro da empresa. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo mostrar que, mesmo quando a lei não obriga de forma direta, manter a escrituração contábil é extremamente importante para a saúde financeira e legal das empresas. A ideia é destacar como a contabilidade vai além de uma obrigação fiscal e se torna uma aliada na gestão do negócio. **Metodologia:** Para realizar este estudo, foi utilizado como principal fonte o artigo de Alexandre Evaristo Pinto, publicado em 2023, que trata justamente da obrigatoriedade da escrituração contábil no Brasil. O autor analisa leis como o Código Civil e as regras da Receita Federal, comparando o uso do Livro Caixa com a escrituração contábil tradicional. A metodologia é bibliográfica, baseada na leitura e interpretação de textos legais e acadêmicos. **Resultados:** A pesquisa mostrou que, apesar de alguns regimes tributários, como o Simples Nacional e o Lucro Presumido, não exigirem a escrituração contábil formal, o Código Civil obriga que todas as empresas, com exceção de algumas poucas, mantenham esse tipo de controle. Além disso, quem não faz contabilidade pode ter dificuldades para distribuir lucros com isenção de impostos, correr o risco de misturar os bens da empresa com os dos sócios e até enfrentar problemas legais. Em resumo, manter a contabilidade em dia traz segurança e organização para a empresa. **Conclusão**: Mesmo quando não parece ser uma obrigação direta, a contabilidade é essencial. Ela protege a empresa, ajuda nas decisões do dia a dia e evita muitos problemas com o fisco. Fazer escrituração contábil é investir no futuro do negócio, trazendo clareza, responsabilidade e, principalmente, tranquilidade.

Palavras-chave: Contabilidade; Impostos; Obrigações Fiscais; Empresas; Brasil.

[538] Discente da Faculdade ViaSapiens – FVS.
[539] Doscente da Faculdade ViaSapiens – FVS.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA MONITORIA EM HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA COM ÊNFASE EM ATIVIDADES PRÁTICAS E METODOLOGIA ATIVA

Felipe Cezário Clarindo dos Santos[540]
Nathally Lima de Sousa[541]
Francisco Rony Gomes Barroso[542]

Introdução: Considerando a dificuldade comum na assimilação de conteúdos da disciplina de Histologia e Embriologia, monitores dos cursos de graduação em Enfermagem e Nutrição da Faculdade Via Sapiens desenvolveram estratégias para enriquecer o ensino e a aprendizagem, focando na aplicação de atividades práticas e metodologias ativas, a fim de tornar as aulas mais interessantes, ao envolver os alunos de forma participativa, estimulando a aprendizagem significativa e o pensamento crítico. Como suporte para a primeira avaliação parcial dos cursos de enfermagem, fisioterapia e nutrição, do semestre 2025.1, foram organizadas ações voltadas à revisão dos conteúdos de histologia, sobretudo, a metodologia de rotação por estações, recursos visuais e interativos. **Objetivos:** Reforçar o aprendizado teórico por meio de atividades práticas, colaborativas e digitais, promovendo maior compreensão e retenção dos conteúdos de histologia. **Metodologia:** Primeira etapa – Avaliação diagnóstica - investigou-se o nível de aprendizagem dos alunos com a ferramenta digital Plickers, via modo e-learning, que gerou links individuais para uma sessão com 25 questões distribuídas em cinco temáticas: aplicações na saúde e tipos de tecidos - epitelial, conjuntivo, muscular e nervoso. Os resultados desse diagnóstico foram úteis para elaborar atividades práticas e montagem das estações, com ênfase em conteúdos que os alunos apresentaram mais dificuldades. Segunda etapa – Atividades práticas e metodologias ativas - foram organizadas quatro estações práticas, equipadas com modelos 3D, resumos ilustrados, microscópio e QR Codes para acesso aos exercícios de cada estação. Uma TV smart interativa com modelos anatômicos digitais e lâminas histológicas também foi utilizada. Ao final, os alunos realizaram um quiz no Kahoot, revisando, em equipe, conteúdos explorados nas estações. **Resultados:** Primeira etapa – o uso da ferramenta Plickers mostrou bons resultados nos acertos dos alunos: saúde (73%), tecido nervoso (79%), tecido muscular (85%), tecido conjuntivo (90%) e tecido epitelial (80%). Os alunos relataram clareza nas atividades e mais confiança para a prova. Segunda etapa – durante a rotação por estações, os alunos acertaram mais de 90% das questões, interagiram com modelos 3D e exploraram lâminas histológicas. O uso do Kahoot proporcionou uma revisão dinâmica e os alunos demonstraram entusiasmo ao responder em equipe. **Conclusão:** A monitoria possibilitou aos alunos o reforço do aprendizado com metodologias ativas, além de ter proporcionado aos monitores uma rica vivência na aplicação de métodos avaliativos, organização de atividades didáticas e aprimoramento da comunicação e escuta ativa. O principal desafio foi o tempo reduzido para execução das ações, que impactou a participação de alguns alunos.

Palavras-chave: Metodologias ativas; Aprendizagem Interativa; Educação em Saúde; Ensino superior; Recursos Didáticos.

[540]Discente do Curso de Nutrição da Faculdade Via Sapiens.
[541]Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade Via Sapiens.
[542]Docente da disciplina de Histologia e Embriologia da Faculdade Via Sapiens. Professor orientador.

A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA EM CONTOS CONTEMPORÂNEOS À LUZ DE UMA LEITURA PSICANALÍTICA FREUDIANA

Miracélia Alves de Mesquita [543]
Francisco Allan Nascimento de Moura [544]
Luciane dos Santos Jácome [545]

Introdução: O presente estudo tematiza a representação da infância nos contos “O mistério do coelho pensante” (LISPECTOR, 2000) e “A maior flor do mundo” (SARAMAGO, 2001) à luz de um possível encontro entre a literatura contemporânea e a psicanálise de Freud. Os contos de Lispector e Saramago desconstroem o mito da "inocência infantil" e mostram a criança como sujeito desejante, em sintonia com a psicanálise freudiana. Conforme destacado por Ariès (1986), a infância foi inventada como categoria social: a criança era vista como "tela em branco", frágil e dependente, necessitando da moldagem adulta. Já na literatura contemporânea – como nos contos de Clarice Lispector e José Saramago –, a criança emerge como sujeito ativo, capaz de resolver conflitos e questionar o mundo. Essa transição não é apenas social, mas psíquica: Freud (1905) demonstrou que a infância é um período de pulsões e complexidades, e a literatura moderna, ao romper com a idealização romântica, aproxima-se dessa visão psicanalítica. **Objetivos:** Busca discutir como a criança é concebida e representada pela possibilidade dialógica entre a linguagem literária contemporânea e a psicanálise de Freud. **Metodologia:** Por meio da análise comparada, baseada em pesquisa bibliográfica, observou-se a representatividade da criança e da infância pelo viés estilístico, com foco nos jogos verbais e visuais do *corpus* literário. Partiu-se de dois pressupostos: a percepção de criança e de infância ter base cultural (ARIÈS, 1986; ANDRADE, 2010); e a concepção contemporânea de infância como fase de potência criativa como apregoa a psicanálise freudiana. **Resultados:** O conto de Lispector e o de Saramago simbolizam certa fragilidade física da criança como algo que lhe é peculiar, no entanto, os personagens são dotados de capacidade em compreender problemas e de solucioná-los. O protagonista clariceano é instigado a desvelar o enigma do coelho pensante, enquanto o saramaguiano salva a maior flor do mundo. Diante disso, concebe-se uma possibilidade de uma leitura psicanalítica: interpretação dos contos à luz de Freud, usando conceitos como sublimação, desamparo e recalque para decifrar como a literatura atual subverte estereótipos herdados do passado. **Conclusão**: A literatura contemporânea reflete um contexto cultural que reconhece o papel social da infância e atribui-lhe novos significados.

Palavras-chave: Infância; Literatura contemporânea; Psicanálise freudiana.

543 Graduada em Letras pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Professora de Língua Portuguesa da E.E.M.T.I. Ministro Antônio Coelho - MAC. Acadêmica do Curso Psicologia da Faculdade ViaSapiens – FVS.
544 Acadêmico do Curso Psicologia da Faculdade ViaSapiens – FVS.
545 Mestre em Economia Rural – UFC; Doutoranda em Economia Rural - UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis..

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA NAS MACRORREGIÕES DO BRASIL

Ana Lívia Lima da Silva[546]
Jandeuéri Gomes Soares[547]
Luis Eduardo Paiva Moreira Rodrigues[548]
|Antônio Rafael Coelho Jorge[549]

Introdução: A Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) é uma doença infecciosa ocasionada pelo protozoário Leishmania e transmitida pela picada da fêmea de insetos flebotomíneos. É caracterizada por papulas, em sua forma cutânea ou pela destruição de tecidos das cavidades corporais na manifestação mucosa. Contudo, as desigualdades sociais, como a diferença de desenvolvimento entre regiões, apresentam-se como fatores determinantes na propagação dessa doença. **Objetivo:** Analisar a incidência de casos notificados de LTA nas regiões geográficas do Brasil. **Metodologia:** Realizou-se um estudo ecológico descritivo com abordagem temporal com os dados de domínio público obtidos através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). As informações obtidas foram filtradas por macrorregião do Brasil no período de 2019 a 2023. O critério de exclusão dos anos de 2025 e 2024 se deu pela suscetibilidade a variações. **Resultados:** Constatou-se que, em 2019, notificaram-se 16.922 casos de LTA, sendo 43,8% na região Norte; 22,2% no Nordeste, 16,9% no Centro-Oeste; 15,6% no Sudeste e 1,5% no Sul. Todavia, em 2020, notou-se um crescimento para 17.772 casos, de forma que 46,7% no Norte; 19,5% no Nordeste; 16,6% no Centro-Oeste, 15,6% no Sudeste e o Sul com 1,6%. Em 2021, constatou-se um aumento para 16.560, visto que 45,1% foram no Norte; 24,8% no Nordeste; 15,8% no Sudeste; 12,8% no Centro-Oeste e 1,5|% no Sul. Em 2022, verificou-se uma queda para 14.305, de tal forma que 47,4% ocorreram no Norte, 25,8% no Nordeste, 12,8% no Centro-Oeste, 12,4% no Sudeste e 1,6% no Sul. Por fim, em 2023, totalizou-se 14.433 casos, sendo 46,2% no Norte; 24,3% no Nordeste; 15,8% no Centro-Oeste; 11,7% no Sudeste e 2% no Sul. **Conclusão:** Infere-se, portanto, que entre 2019 e 2023, as regiões Norte e Nordeste apresentaram mais casos de LTA comparados com demais regiões brasileiras. Sobre isso, é válido ressaltar que o período pandêmico aliado a fatores socioeconômicos e ambientais podem ter contribuído para o aumento dos casos. Diante disso, o desenvolvimento de políticas que incluam a ação da Enfermagem no cuidado integral ao paciente com LTA poderá ser uma intervenção que contribua para a redução dos casos no Norte e Nordeste. Por fim, o panorama encontrado mostra a alta necessidade da realização de mais pesquisas na área, a fim de fornecer mais dados para a formulação de políticas públicas que amenizem os fatores citados anteriormente.

Palavras-chave: Leishmaniose, Epidemiologia, Determinantes Sociais da Saúde

[546] Acadêmica do Terceiro Período de Enfermagem na Faculdade ViaSapiens
[547] Acadêmico do Terceiro Período de Enfermagem na Faculdade ViaSapiens
[548] Acadêmico do Terceiro Período de Enfermagem na Faculdade ViaSapiens
[549] Bacharel em Ciências Biológicas, Mestre e Doutor em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

PSICOBIÓTICOS E SEU PAPEL NO TRATAMENTO DA DEPRESSÃO: CONEXÕES ENTRE O INTESTINO E A SAÚDE MENTAL

Maria Monique Holanda Fontenele[550]
Francisco Leonardo Teixeira de Sousa[551]
Kelle Maria Tomais Parente[552]

INTRODUÇÃO: O Transtorno Depressivo Maior é uma condição de saúde mental marcada por tristeza profunda e perda de interesse em atividades prazerosas, com sintomas persistentes por pelo menos duas semanas. Esses sintomas, somados aos efeitos colaterais dos medicamentos, podem dificultar a adesão ao tratamento. Com os avanços científicos, os probióticos, antes ligados apenas à saúde intestinal, passaram a ser estudados por seus possíveis efeitos positivos na saúde mental. Isso levou a um aumento nas pesquisas sobre o uso de psicobióticos como alternativa no tratamento de transtornos psiquiátricos, incluindo a depressão. **OBJETIVOS** Diante da temática, foi necessário buscar na íntegra estudos que corroboram o efeito bénefico dos probióticos dentro do processo de tratamento não medicamentoso para transtornos psiquiátricos. **METODOLOGIA:** Foi delineado uma revisão bibliográfica, o qual inicialmente se fez um levantamento de artigos dentro da temática proposta, com os seguintes descritores "**probióticos, depressão, nutrição, disbiose**" nas bases de dados (LILACS, PubMed e SCIELO). **RESULTADOS:** Diante dos achados, houve uma propensão de 10 (dez) estudos significantes para a discussão, subdivididos em estudos, piloto aberto, randomizados e piloto aberto, o qual evidenciaram conclusões significativas sobre as taxas de depressão mediante as escalas psiquiátricas, apresentando uma diminuição da anedonia, reatividade cognitiva e insônia de pacientes diagnosticados com TDM, sendo observado mudanças positivas mediante os fatores que podem está associado a patologia depressão, sendo a diminuição de biomarcadores inflamatórios, trazendo um efeito positivo na disbiose. **CONCLUSÃO:** De acordo com os dados levantados, os psicobióficos podem sim, ser uma forma de tratamento para TDM. Mas não concludente o bastante para afirmar sua suplementação no tratamento antidepressivo. O tratamento para o Transtorno Depressivo Maior pode envolver uma combinação de psicoterapia (como a terapia cognitivo-comportamental) e medicamentos antidepressivos prescritos por um profissional de saúde mental, como psicólogos, psiquiatras ou médicos de clínica geral. A abordagem de tratamento pode variar para cada indivíduo, e é importante procurar ajuda profissional se você ou alguém que você conhece estiver enfrentando sintomas depressivos significativos. Sendo assim, se faz necessário mais estudos com um maior número de amostras.

Palavras-chave: probióticos, depressão, nutrição, disbiose.

[550] Graduanda em Nutrição - FVS

[551] Professor do Curso de Nutrição – FVS.

[552] Graduada da Universidade Federal Ceará – UFC

A USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL DE BENS MÓVEIS REGISTRÁVEIS E A IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA COMO MEIO DE EVITAR FRAUDES DOCUMENTAIS

Nonato Filho Tavares de Moura[553]
Francisco Danilo De Souza Gomes [554]
Priscila Márcia Passos Carvalho[555]
Daniel Matos Falcão De Andrade[556]
Larissa Alves Cordeiro[557]

INTRODUÇÃO: A usucapião extrajudicial de bens móveis registráveis representa um avanço no sistema jurídico brasileiro, ao permitir a regularização célere de propriedades sem necessidade de intervenção judicial. No entanto, a simplificação desses procedimentos impõe desafios à segurança documental, especialmente diante do aumento de fraudes na identificação de requerentes. Nesse contexto, a utilização da biometria surge como ferramenta tecnológica capaz de conferir maior confiabilidade e autenticidade aos atos registrais. **OBJETIVOS:** Analisar a eficácia da identificação biométrica como instrumento de prevenção a fraudes documentais no procedimento de usucapião extrajudicial de bens móveis registráveis. **METODOLOGIA:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentando-se em obras doutrinárias, normativas e artigos científicos que discutem a digitalização dos registros públicos e os impactos da biometria na segurança jurídica. **RESULTADOS:** Constatou-se que a adoção da biometria nos procedimentos extrajudiciais amplia a proteção contra falsificações e usurpação de identidade, fortalecendo a credibilidade dos registros e reduzindo litígios decorrentes de fraudes. Segundo Ribeiro (2024), a autenticação biométrica "transforma a fé pública notarial em um sistema de validação técnica e pessoalmente intransferível". **CONCLUSÃO:** A integração entre tecnologia biométrica e usucapião extrajudicial de bens móveis registráveis representa um passo relevante rumo à modernização e à segurança dos serviços notariais e registrais, consolidando a confiança no ambiente extrajudicial.

Palavras-chave: Usucapião extrajudicial; Bens móveis registráveis; Biometria; Fraudes documentais; Segurança jurídica.

[553] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[554] Francisco Danilo De Souza Gomes, Graduado em Direito, Mestre em Educação, Professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade ViaSapiens; Tianguá-CE; danilo.gomes@faculdadeviasapiens.com.br
[555] Advogada. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Inta – UNINTA.
[556] Professor Universitário. Doutorado em Ciências Jurídicas.
[557] Doutoranda em Ciências Jurídicas pela UMSA.

NUTRIÇÃO E ATIVIDADE FÍSICA: ALIADAS DA SAÚDE E ESTÉTICA CORPORAL

Maria Monique Holanda Fontenele[558]
Tamires Moita Fernandes[559]
Francisco Leonardo Teixeira de Sousa[560]

INTRODUÇÃO: A nutrição é crucial no desempenho esportivo e na estética corporal, influenciando diretamente a composição corporal e os resultados do treinamento. A ingestão adequada de macro e micronutrientes, especialmente proteínas de alto valor biológico, favorece a síntese proteica e a recuperação muscular. Os carboidratos mantêm os estoques de glicogênio e sustentam o desempenho durante os treinos, suplementos como creatina e whey protein apresentam evidências consistentes de eficácia na melhora da performance e composição corporal. **OBJETIVOS:** Analisar por meio de uma revisão de literatura, os efeitos de uma nutrição saudável, aliada com suplementação em praticantes de atividade física e sua relação com a composição corporal. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura de natureza qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica em bases de dados científicas, com ênfase na plataforma PubMed. A seleção dos estudos considerou publicações atualizadas e relevantes sobre nutrição esportiva, corporal e suplementação nutricional. Inicialmente, foram analisados cinco artigos científicos, dos quais três foram selecionados com base na adequação ao tema proposto, na atualidade das informações e na relevância metodológica. A presente revisão buscou reunir evidências científicas que fundamentassem a discussão teórica sobre os temas abordados. **RESULTADOS:** A análise dos artigos selecionados revelou que a distribuição estratégica dos macronutrientes ao longo do dia, especialmente em torno do período de treinamento, pode potencializar a síntese proteica muscular, otimizar a recuperação e favorecer alterações positivas na composição corporal. Evidências também demonstram que a suplementação com proteínas de alta qualidade, aminoácidos essenciais e carboidratos de alto índice glicêmico, quando bem aplicada, contribui para a melhora da performance e redução de danos musculares. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a nutrição esportiva, aliada a estratégias adequadas de suplementação, exerce papel fundamental na promoção da estética corporal e na melhoria do desempenho físico. O uso correto do timing de nutrientes e da ingestão proteica pode influenciar positivamente a composição corporal, favorecendo o aumento de massa magra e a recuperação muscular.

Palavras-chave: Nutrição esportiva. Estética corporal. Suplementação Desempenho físico. Composição corporal.

[558] Graduanda em Nutrição – FVS

[559] Graduanda em Nutrição – FVS.

[560] Professor do Curso de Nutrição - FVS

A MULTIPARENTALIDADE E PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA NO DIREITO SUCESSÓRIO

Antonio Edgar Filho Lima Carneiro[561];
Melissa Moita[562]

Introdução: A Constituição Federal de 1988 consolidou a dignidade da pessoa humana como um dos pilares do ordenamento jurídico brasileiro e promoveu a valorização das múltiplas formas de constituição familiar. A partir disso, o Direito de Família passou a reconhecer vínculos que extrapolam a biologia, como a parentalidade socioafetiva, abrindo caminho para a multiparentalidade. Essas transformações repercutem diretamente no Direito Sucessório, exigindo uma releitura das normas que regulam a transmissão patrimonial após a morte, especialmente diante da possibilidade de múltiplos vínculos parentais coexistirem. **Objetivos:** Este artigo tem como objetivo principal analisar os impactos da multiparentalidade e da filiação socioafetiva no Direito Sucessório brasileiro. Pretende-se compreender como essas novas configurações familiares influenciam a partilha de bens, o reconhecimento de herdeiros e a efetivação do princípio da igualdade entre os filhos. **Metodologia:**A pesquisa utiliza o método bibliográfico, com base em doutrina jurídica contemporânea, legislações pertinentes e jurisprudência recente sobre o tema. A abordagem adotada é qualitativa, buscando interpretar os efeitos jurídicos das novas formas de filiação à luz dos princípios constitucionais e da evolução do conceito de família no Brasil. **Resultados:** A análise revelou que, embora o Código Civil ainda não regulamente expressamente a multiparentalidade no âmbito sucessório, o Poder Judiciário tem reconhecido o direito de herança com base na parentalidade socioafetiva, muitas vezes equiparando-a à filiação biológica. A jurisprudência tem admitido que, nos casos de multiparentalidade, todos os pais e mães reconhecidos legalmente integrem o rol de herdeiros legítimos. Além disso, observa-se uma tendência à valorização do vínculo afetivo e do melhor interesse da pessoa envolvida, mesmo em processos de reconhecimento post mortem da filiação. **Conclusão:** A multiparentalidade e a parentalidade socioafetiva desafiam os modelos tradicionais de família e sucessão, exigindo do Direito uma postura sensível às novas realidades sociais. A ampliação do conceito de filiação impõe a necessidade de garantir o tratamento igualitário entre todos os filhos, biológicos ou não, no âmbito sucessório. Assim, o reconhecimento jurídico da afetividade como critério de filiação representa um avanço na promoção da justiça e da cidadania no contexto familiar contemporâneo.

Palavras-chave: Família. Multiparentalidade. Socioafetividade. Direito Sucessório.

[561] Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS.
[562] Advogada. Especialista em Direito Penal e Criminologia. Mestranda em Direito pela FUNIBER e docente da Faculdade ViaSapiens.

AVALIAÇÃO DA INGESTÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIENTES ESSENCIAIS NO PERIODO GESTACIONAL

Antonia Aline de Brito Soares563
Felipe Cezário Clarindo dos Santos564
Maria Leidiane Bandeira Alves 565
Paulo Adenes Teixeira Coelho566

Introdução: Durante a gestação, a deficiência na ingestão de minerais como ferro, zinco, cálcio e selênio pode comprometer a saúde da mãe e o desenvolvimento do bebê, especialmente na ausência de suplementação adequada. O acompanhamento nutricional torna-se essencial, visto que nutrientes como ferro, ácido fólico, vitamina D, DHA (ácido docosa-hexaenoico) e zinco exercem funções-chave na imunidade materna, no metabolismo celular e no crescimento fetal. **Objetivo:** Revisar na literatura científica os efeitos da ingestão e suplementação de nutrientes essenciais sobre a saúde materno-fetal no período gestacional **Metodologia:** Trata-se de um revisão bibliográfica realizada na Biblioteca virtual em Saúde, com buscas nas bases MEDLINE e LILACS. Incluíram-se artigos entre 2020 e 2025, com filtro para texto completo. Para a triagem dos artigos foram selecionados os seguintes descritores, indexados no Descritores em Saúde, são eles: Gestação, Micronutrientes, Suplementação Alimentar e Saúde Materna, combinados com o operador booleano AND. **Resultados:** Estudos demonstram que a suplementação com múltiplos micronutrientes (MMN), especialmente na fórmula UNIMMAP, reduz significativamente o risco de partos prematuros, baixo peso ao nascer e natimortos. A associação com DHA também demonstrou melhora no *status* materno de vitamina D e ácidos graxos, além de efeitos positivos sobre o crescimento fetal. A adequada ingestão de micronutrientes influencia ainda a função mitocondrial, essencial para a saúde metabólica e epigenética materno-fetal. Intervenções dietéticas como BEP foram eficazes em aumentar o peso ao nascer e reduzir natimortos. No Brasil, contudo, dados mostram fragilidade na cobertura de suplementação alimentar pelo Sistema Único de Saúde: entre 2019 e 2021, a cobertura com ferro e ácido fólico não ultrapassou 20% das gestantes em nenhuma região, sendo considerada inadequada. Na atenção básica do Tocantins, observou-se ingestão insuficiente de ácido fólico em 98% das gestantes e de ferro em 94%, além de 100% de inadequação para vitamina D, revelando vulnerabilidades no suporte nutricional pré-natal. Estratégias alimentares com fontes naturais, como carne bovina, quando inseridas de forma adequada, também podem contribuir significativamente para suprir as necessidades nutricionais da gestação. **Conclusão:** A ingestão e suplementação de nutrientes durante a gestação são estratégias eficazes para prevenir complicações e promover a saúde materno-infantil. Contudo, desigualdades sociais e falhas nas políticas públicas limitam o alcance dessas ações, exigindo intervenções adaptadas à realidade local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Fetal; Nutrição na Gravidez; Deficiência Nutricional.

563 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
564 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
565 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
566 Docente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.

O IMPACTO DAS PRÁTICAS DE RELAXAMENTO E DA REGULAÇÃO EMOCIONAL NA EFICÁCIA DE TRATAMENTOS EM SAÚDE

Ana Lívia de Araújo Cavalcante Vieira[567]
Stephany Moura Mapurunga[568]
Suiane de Sousa Rocha[569]
Geniel de Sousa da Rocha[570]

Introdução: Práticas de relaxamento e regulação emocional, como respiração profunda, meditação e mindfulness, são eficazes no apoio a tratamentos em saúde, auxiliando na redução do estresse, ansiedade e na melhora do bem-estar. Também favorecem a adesão ao tratamento e a recuperação. A dor crônica é influenciada por fatores físicos, emocionais e sociais. O estudo "Efeitos da meditação associada à educação em neurociências da dor em adultos com fibromialgia" demonstra que meditação e informação sobre a dor contribuem para o alívio dos sintomas. Já o artigo "O olhar do usuário sobre o acolhimento em um serviço de reabilitação" mostra como o acolhimento impacta na confiança e na recuperação. Ambos reforçam a importância de uma atuação fisioterapêutica sensível e integrada. **Objetivos:** Investigar, por meio de revisão de literatura, como práticas voltadas ao relaxamento, à regulação emocional e ao acolhimento influenciam os resultados clínicos. O trabalho também propõe uma reflexão sobre a atuação do fisioterapeuta dentro da perspectiva biopsicossocial. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, utilizando dois artigos científicos como base teórica. No artigo "O olhar do usuário sobre o acolhimento…", os resultados indicaram que atenção, carinho e comunicação eficaz favorecem a confiança e a evolução do tratamento. Já o artigo sobre meditação e neurociência da dor demonstrou que a associação de mindfulness e educação sobre dor melhora os sintomas da fibromialgia. **Resultados:** A expectativa é que a inclusão de práticas como respiração guiada, meditação e escuta qualificada favoreça a redução da dor e o envolvimento do paciente no tratamento. Especialmente em casos de quadros álgicos persistentes ou lesões severas, o suporte emocional e o vínculo entre profissional e paciente tendem a potencializar os efeitos das intervenções. **Conclusão**: O cuidado centrado na pessoa, que valoriza tanto os aspectos físicos quanto os emocionais, fortalece a reabilitação. Ao adotar uma postura acolhedora e consciente da subjetividade da dor, o fisioterapeuta contribui para um tratamento mais eficaz e humanizado.

Palavras-chave: Acolhimento; Fisioterapia; Regulação Emocional

567 Estudante do curso de Fisioterapia da Faculdade Via Sapiens.
568 Estudante do curso de Fisioterapia da Faculdade Via Sapiens.
569 Estudante do curso de Fisioterapia da Faculdade Via Sapiens.
570 Graduado em Fisioterapia, Instituto superior de Teologia aplicada – INTA, Doutor em Educação e Mestre em Biotecnologia e inovação da Saúde

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Maria Janice Oliveira Feitosa[571]
Sabrina Lopes Martiniano[572]
Francisco Danilo de Souza Gomes[573]
Eliete Oliveira Monte [574]

Introdução: Micro e pequenas empresas desempenham papel crucial na geração de empregos e no desenvolvimento local no Brasil, mas enfrentam desafios tributários significativos. A alta carga de impostos, a burocracia e a falta de conhecimento sobre alternativas fiscais legais contribuem para a fragilidade e o fechamento precoce desses negócios, mesmo com a existência de regimes como o Simples Nacional. De que forma o planejamento tributário pode contribuir para a sustentabilidade e o sucesso dessas organizações em um ambiente fiscal desafiador como o brasileiro? O planejamento tributário é fundamental para a sustentabilidade dessas empresas, pois permite reduzir custos e aumentar a eficiência ao identificar, de forma legal, o regime tributário mais adequado, evitando gastos desnecessários e protegendo a saúde financeira do negócio. **Objetivos:** Verificar as principais características acerca da importância do planejamento tributário como ferramentas para reduzir a carga de imposto, aumentar a competividade e viabilizar a continuidade das micro e pequenas empresas no mercado. **Metodologia:** O presente resumo é constituído por uma pesquisa qualitativa, uma vez que este tipo de pesquisa possibilita o entendimento de fenômenos sociais utilizando marcos teóricos e base de dados renomadas. Além disso utilizou-se enquanto procedimento de pesquisa. A pesquisa bibliográfica e documental de artigos e livros. **Resultados:** A falta de planejamento tributário contribui para a alta taxa de falência das micro e pequenas empresas no Brasil. O estudo ressalta que o planejamento é essencial para a escolha do regime tributário correto, redução dos custos fiscais e melhoria da competitividade. Embora o Simples Nacional auxilie na simplificação tributária, sua eficácia depende da correta aplicação das estratégias tributárias, evidenciando a importância de orientação especializada. **Conclusão**: Conclui-se que o planejamento tributário é fundamental para a sobrevivência e o crescimento das micro e pequenas empresas. Apesar dos avanços como o Simples Nacional, ainda há necessidade de mais apoio do poder público e maior atuação dos contadores na orientação estratégica dos empreendedores.

Palavras-chave: Planejamento Tributário; Micro empresas; Pequenas empresas.

571 Acadêmica do curso de Ciências Contábeis na Faculdade Viasapeins
572 Acadêmica do curso de Ciências Contábeis na Faculdade Viasapeins.
573 Professor da Faculdade ViaSapeins.
574 Professora e Coordenadora do curso de Administração da Faculdade Viasapeins.

A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL

Déborah Gaspar[575]
Eliete Oliveira Monte[576]
Prof. Me. Danilo Souza[577]

Introdução: Organizar a vida financeira é uma dificuldade comum entre os brasileiros. Muitas pessoas acabam se endividando por falta de controle e planejamento. Nesse contexto, a contabilidade, que muita gente pensa que serve só para empresas, também pode ser aplicada no dia a dia de qualquer pessoa. Usar ferramentas simples, como planilhas e controle de receitas e despesas, pode ajudar muito a entender melhor para onde vai o dinheiro e como gastar com mais consciência. **Objetivos:** O objetivo deste trabalho é mostrar como a contabilidade pode ser usada de forma prática para ajudar as pessoas a organizarem suas finanças. A ideia é provar que, com hábitos simples e um pouco de disciplina, qualquer um pode melhorar sua relação com o dinheiro e evitar dívidas desnecessárias. **Metodologia:** A base deste resumo é um estudo feito com funcionários de uma agência bancária em Santa Rosa (RS), apresentado pelas autoras Thaís Graziele Kramer e Mônica Stormowski. Foram aplicados questionários para entender os hábitos financeiros dessas pessoas, e também foi feita uma análise teórica a partir de livros e materiais já publicados. A pesquisa seguiu uma abordagem quantitativa, com gráficos para ilustrar os dados coletados. **Resultados:** A pesquisa revelou que a maioria dos participantes até faz algum tipo de controle financeiro, mas poucos usam orçamentos detalhados. Muitos não acompanham de perto o que gastam e onde gastam. Também foi observado o uso frequente de cartão de crédito e empréstimos. Para ajudar, as autoras criaram uma planilha de orçamento e um folder com dicas de organização financeira. Essas ferramentas são simples, mas podem fazer uma grande diferença na vida das pessoas. **Conclusão**: A contabilidade pode ser uma aliada poderosa na vida pessoal, não apenas nas empresas. Aprender a controlar melhor os gastos, organizar o orçamento e pensar antes de comprar são atitudes que trazem mais tranquilidade e segurança financeira. Com pequenas mudanças e um pouco de atenção, é possível evitar dívidas e até guardar dinheiro para realizar sonhos no futuro.

Palavras-chave: contabilidade; finanças pessoais; controle de gastos; orçamento; educação financeira.

[575] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[576] Doscente da Faculdade ViaSapiens.
[577] Doscente da Faculdade ViaSapiens.

BURNOUT E EXAUSTÃO LABORAL: QUANDO O ESTADO FALHA EM PROTEGER A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

Marceline Maria Vieira Melo[578]
Francisco Wellington Rodrigues de Carvalho[579]

Introdução: Nas últimas décadas, a saúde mental dos trabalhadores se tornou uma grande preocupação, especialmente diante de um ambiente laboral cada vez mais marcado por cobranças excessivas, jornadas extensas e pela cultura da hiperprodutividade. A ideia de que *"O trabalho dignifica o homem*" conforme defendia Max Weber, carrega um valor simbólico importante, associando o trabalho à construção da identidade e da dignidade humana. No entanto, quando o trabalho se torna fonte de sofrimento psíquico, esse ideal é distorcido. O que deveria ser fonte de realização torna-se, muitas vezes, uma causa de adoecimento. Problemas como ansiedade, depressão, e burnout têm se tornado comuns, enquanto o direito ao descanso e ao cuidado emocional segue sendo ignorado ou tratado como privilégio. **Objetivos:** Analisar o papel do Estado na prevenção do adoecimento mental no ambiente de trabalho; Examinar o aumento de casos de burnout como um problema de saúde pública e violação de direitos humanos fundamentais; Defender o direito ao bem-estar psíquico como condição para o trabalho digno. **Metodologia:** A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, por meio de artigos acadêmicos e fontes jurídicas sobre a saúde mental do trabalhador na contemporaneidade a e responsabilidade estatal. Foram selecionados estudos que discutem a relação entre a exaustão laboral e a omissão do Estado na proteção da saúde mental do trabalhador. **Resultados:** A falta de políticas públicas específicas e de uma fiscalização efetiva das condições de trabalho agravam o adoecimento mental dos trabalhadores. Sem ações preventivas e apoio psicológico acessível, o Estado falha em garantir um ambiente laboral saudável. Nesse contexto, as práticas abusivas persistem, tornando síndromes como o burnout cada vez mais comuns e violando o direito à saúde mental. **Conclusão**: O avanço do burnout entre trabalhadores revela não apenas a precarização das relações de trabalho, mas também a omissão do Estado em garantir direitos fundamentais. A ausência de políticas públicas eficazes e a negligência na fiscalização transformam o sofrimento psíquico em rotina. O direito ao descanso e ao trabalho digno não deve continuar sendo tratado como privilégio. Embora a alteração da NR-1 represente um avanço, a norma não estabelece diretrizes específicas para a prevenção e o cuidado com a saúde mental, o que limita sua eficácia. Enquanto o Estado se omitir e empresas seguirem priorizando resultados a qualquer custo, o trabalho deixará de dignificar — como defendia Weber — para adoecer. **Palavras-chave:** Saúde Mental do Trabalhador; Burnout; Políticas Públicas.

578 Acadêmica de Direito – FVS.
579 Professor Orientador - FVS.

O IMPACTO DE CRESCIMENTO DAS EMPRESAS POR MEIO DOS USOS DIGITAIS

Eryck Marcelo Oliveira Souza[580]
Juraci Lucas Feitoza Rocha [581]
Luciane dos Santos Jácome [582]

Introdução: A transformação digital tem reformulado o modo como as empresas operam, comunicam-se com seus clientes e estruturam seus processos internos. Com o advento de tecnologias como big data, inteligência artificial, automação e redes sociais, o ambiente corporativo passa a demandar uma postura mais adaptativa e estratégica. **Objetivos:** Este trabalho busca analisar o impacto do uso de ferramentas digitais no crescimento de pequenas e médias empresas (PMEs), observando indicadores como aumento de receita, alcance de mercado e eficiência operacional. **Metodologia:** A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa com revisão de literatura, consultando fontes como SEBRAE (2022), McKinsey & Company (2021), IBGE (2021), além de artigos indexados nas bases Scielo e Google Scholar. Foram analisados dados estatísticos e estudos de caso que evidenciam os impactos do digital nas PMEs brasileiras. **Resultados:** A análise revelou que empresas que investem em marketing digital, automação de processos e presença online têm crescimento médio de faturamento superior a 20%, segundo o SEBRAE. A McKinsey aponta que o uso de ferramentas analíticas e plataformas digitais pode acelerar a produtividade em até 40% e reduzir custos administrativos significativamente. Além disso, empresas digitalizadas apresentaram maior resiliência durante a pandemia da COVID-19, mantendo o atendimento ao cliente e adaptando-se rapidamente às mudanças de comportamento do consumidor. Nesse período, observou-se um aumento expressivo no uso de canais de vendas online, atendimento remoto e ferramentas colaborativas, o que permitiu que muitas PMEs continuassem operando mesmo diante das restrições físicas e da redução da mobilidade urbana. Empresas que já vinham investindo em transformação digital demonstraram maior capacidade de resposta, conseguindo migrar operações para o ambiente virtual com mais agilidade, garantir a continuidade dos negócios e, em alguns casos, até expandir sua base de clientes graças ao alcance proporcionado pela internet. **Conclusão**: O uso de tecnologias digitais tornou-se um fator determinante para o crescimento sustentável de empresas em um mercado cada vez mais competitivo. Além de proporcionar ganhos operacionais, o digital amplia o alcance comercial, fortalece o relacionamento com o cliente e contribui para a inovação nos modelos de negócio. A transformação digital deve ser vista não apenas como um recurso, mas como parte integrante da estratégia organizacional de longo prazo.

Palavras-chave: Impacto; Crescimento; Digitais

[580] Estudante do curso de Administraçao da Faculdade Via Sapiens.
[581] Estudante do curso de Administraçao da Faculdade Via Sapiens.
[582] Mestre em Economia Rural - UFC; Doutoranda em Economia Rural - UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis..

CPF NA NOTA FISCAL E O DIREITO À PRIVACIDADE: UM ESTUDO CRÍTICO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA LGPD E DA OBRA 1984 DE GEORGE ORWELL

Elisa do Nascimento Lopes;583
Ana Paula Bandeira Rodrigues;584
Wadryan Davy Araújo;585
Francisco Danilo De Souza Gomes.586

Introdução: A exigência de inserção do CPF na nota fiscal é uma política pública adotada no Brasil para combater a evasão tributária e estimular a cidadania fiscal. Contudo, essa prática tem despertado preocupações no campo do Direito, sobretudo no que se refere à privacidade e à proteção de dados pessoais. Com o avanço da tecnologia e a interligação de bancos de dados estatais, surgem questionamentos sobre os limites do poder de fiscalização do Estado e a possível violação de garantias constitucionais. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar a política do CPF na nota à luz da Constituição Federal e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), observando seus efeitos sobre os direitos fundamentais do cidadão. Busca ainda refletir sobre os riscos de um modelo de vigilância estatal disfarçado, tomando como base a crítica social presente na obra *1984*, de George Orwell. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental, utilizando método dedutivo. Foram analisados dispositivos legais, doutrina jurídica e obras literárias, com enfoque nos princípios constitucionais da privacidade, legalidade e proporcionalidade. **Resultados:** Verificou-se que, embora a política do CPF na nota traga benefícios como o aumento da arrecadação e a conscientização tributária, ela também apresenta riscos quando não acompanhada de regulamentação clara e mecanismos de controle. A coleta de dados sem consentimento efetivo, o uso não transparente das informações e a possibilidade de cruzamentos indevidos podem configurar violações a direitos fundamentais. A analogia com a obra *1984* demonstra como o controle sutil e silencioso pode comprometer a liberdade individual, mesmo em sociedades democráticas. **Conclusão**: Conclui-se que o uso do CPF na nota precisa ser acompanhado de rigor jurídico, transparência e respeito aos direitos fundamentais, de modo a evitar práticas que comprometam a autonomia e a privacidade dos cidadãos. O Direito deve atuar como barreira protetiva contra a expansão indevida da vigilância estatal, preservando os princípios do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: CPF na nota; Privacidade; Vigilância estatal; LGPD; Direito constitucional.

583 Acadêmico de Direito - Faculdade ViaSapiens - FVS.
584 Acadêmico de Direito - Faculdade ViaSapiens - FVS.
585 Acadêmico de Direito - Faculdade ViaSapiens - FVS.
586 Mestre em Direito, Presidente da CPA e Coordenador da NEXUS - Faculdade ViaSapiens - FVS.

EVASÃO NAS ESCOLAS

José Ítalo Castro Moita[587]
Raphael Viana[588]

Introdução: Nas escolas há uma grande quantia de alunos que não pode ir a escola ou não querem ir a escola porque eles realmente não desejam estudar ou porque tem que trabalhar para ajudar a família em sua renda, para que eles consigam o básico para sobreviver e conseguir dar uma boa qualidade de vida para seus familiares **Objetivos:** Para que a sociedade possar ver que nem todos conseguem uma educação de qualidade por que quer ou porque tem que ajudar a sua família com o básico que muitas vezes não conseguem, então é uma forma de ajudar a entender a evasão escolar pelo lado dos alunos que não muitas vezes não olhamos para o seu sofrimento em muitas vezes deixando totalmente a o ensino para trabalhar e ajudar seus família com o básico Metodologia: Conversando com Diretores e coordenadores da rede pública de ensino de Tianguá, onde dizem que eles tem muitas vezes tem que conversar com a família para saberem o motivo da falta desses alunos **Resultados/Discussão:** A escola tem que ir atrás desses alunos que faltam as aulas corriqueiramente com o objetivo de intender por quais razões eles fazem a evasão escolar e entender o lado do aluno o por que ele estão faltando, seja para ajudar a família com renda ou que eles não tem mais vontade de ir a escola por diversos motivos como agressão, bullying ou até mesmo a data de vontade de conviver em sociedade por muitos de se isololarem nas mídias sociais e não querem brincar ou conversar com outras crianças **Conclusão:** É para a sociedade ver as dificuldades de muitos alunos em irem as escolas or diversos motivos, para que as escolas junto com os diretores e com a secretária da educação se juntem para irem atrás desses alunos e ver qual o motivos da evasão escolar deles, e conseguirem achar uma melhor solução para este problema juntamente com os familiares para que possam se formar e conseguires um futuro melhor para eles e para suas famílias.

Palavras Chaves: 1. Aluno; 2. Escola 3; Responsável.

[587] Acadêmico de Direito - Faculdade Via Sapiens

[588] Mestre em Direito,advogado e professor universitário – Faculdade Via Sapiens

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PROMOTORAS DO LETRAMENTO ALIMENTAR EM ADOLESCENTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Antonio Luiz da Costa Gomes 589
Erick Allan Lima Rocha 590
Sabrina dos Santos Sousa[591]
Paulo Adenes Teixeira Coelho[592]

Introdução: O letramento alimentar corresponde à habilidade de ler, compreender e julgar a qualidade das informações acerca de nutrição. Este estudo objetiva investigar práticas de educação alimentar e nutricional que sejam promotoras do letramento alimentar de adolescentes. Práticas de educação alimentar e nutricional promotoras do letramento alimentar em adolescentes: uma revisão integrativa**,** essa temática é importante para explicar para os jovens a importância de se saber qual alimento do mercado é mais saudável. De acordo com o cadernos de educação tecnológica e saciedade segundo boletim informativo da SES-DF sobre o perfil nutricional e de consumo alimentar da população acompanhada pela atenção primária a saúde(SPS) do DF, em 2022 83% dos jovens consomem alimentos industrializados e 63% consomem bebidas adocicadas, com isso esses 83% dos jovens que consomem esse tipo de alimento não sabe a sua composição. **Objetivo:** Analisar a literatura e verificar a eficácia dessas práticas na promoção do letramento alimentar em adolescentes**. Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo foi reunir e analisar estudos sobre práticas de educação alimentar e nutricional voltadas ao letramento alimentar em adolescentes. A busca foi realizada nas bases de dados SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), contemplando publicações entre os anos de 2018 e 2024. Foram utilizados os descritores “Adolescente”, “Educação Alimentar e Nutricional” e “Letramento Alimentar”, conforme os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. **Resultados:** Foram incluídos 15 estudos na revisão, os quais apontaram que práticas educativas interativas são eficazes para promover o letramento alimentar em adolescentes. A maioria destacou a importância de atividades práticas, como o preparo de refeições, que favorecem a aprendizagem por meio da experiência. O uso de tecnologias, como aplicativos e jogos, também mostrou-se útil ao facilitar o acesso à informação e incentivar escolhas alimentares saudáveis. A educação nutricional, tanto em formatos tradicionais quanto inovadores, foi considerada essencial nesse processo. Além disso, hortas escolares foram apontadas como espaços educativos que estimulam o contato com os alimentos e práticas sustentáveis. As evidências reforçam que metodologias ativas e contextualizadas são fundamentais para promover hábitos alimentares saudáveis entre adolescentes. **Conclusão:** Práticas de educação alimentar e nutricional que envolvem atividades práticas e tecnologias são eficazes em promover o letramento alimentar em adolescentes. Essas práticas podem ser uma ferramenta útil para promover a saúde e o bem-estar dos adolescentes.

Palavras-chave: Educação Nutricional; Estado Nutricional; Alimentação.

589 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
590 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
591 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
592 Docente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.

TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA COM SUBSTÂNCIAS AGONISTAS: O PAPEL DA FARMACOLOGIA E DA PSICOLOGIA

Talyta Silva Pereira[593]
Luiz Wescley Fontenele Moura[594]

Introdução:A dependência química é um transtorno crônico, de natureza multifatorial, que impacta gravemente a saúde física, emocional e social dos indivíduos afetados. Dentre as estratégias terapêuticas disponíveis, destaca-se o uso de substâncias agonistas, que são fármacos capazes de ativar os mesmos receptores cerebrais que as drogas de abuso, mas de maneira mais controlada e segura. Esses medicamentos auxiliam na redução dos sintomas de abstinência e no controle do desejo compulsivo (craving), possibilitando maior estabilidade clínica. Entre os principais exemplos estão a metadona e a buprenorfina no tratamento da dependência de opiáceos, bem como a nicotina em adesivos ou gomas para o tabagismo. Apesar da eficácia farmacológica, a dependência química não se limita a fatores biológicos. No entanto, o aspecto psicológico da dependência exige intervenções paralelas para lidar com fatores emocionais, comportamentais e sociais.**Objetivos:**Analisar o papel das substâncias agonistas no tratamento da dependência química, integrando suas ações farmacológicas com intervenções psicológicas, a fim de compreender seus benefícios e limitações no processo terapêutico.**Metodologia:** Este trabalho consiste em uma revisão teórico-bibliográfica. Foram selecionados artigos científicos nacionais e internacionais publicados nos últimos 10 anos , disponíveis nas bases SciELO, PubMed, e LILACS. Também foram consultadas diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), além de contribuições da psicologia clínica e comportamental aplicadas ao tratamento da dependência. **Resultados:** Os estudos analisados indicam que o uso de agonistas tem eficácia comprovada na redução do consumo de substâncias como heroína, nicotina e álcool. Observa-se melhora na adesão ao tratamento e diminuição dos sintomas de abstinência. No entanto, quando utilizados isoladamente, esses medicamentos apresentam eficácia limitada na prevenção de recaídas. A literatura reforça que os melhores resultados são obtidos com a associação de intervenções psicológicas, como a terapia cognitivo-comportamental (TCC), grupos terapêuticos e acompanhamento psicossocial. Essa integração permite lidar com os gatilhos emocionais, reforçar habilidades de enfrentamento e promover mudanças no estilo de vida do paciente. **Conclusão:** O tratamento com substâncias agonistas representa um avanço relevante na medicina, especialmente na perspectiva da redução de danos. Contudo, sua eficácia plena requer a integração com estratégias psicológicas que considerem a complexidade do sujeito. Essa combinação promove uma reabilitação mais sustentável, ética e humanizada

Palavras-chave: Dependência química. Substâncias agonistas. Tratamento farmacológico.

[593] Discente de psicologia - FVS- Faculdade Via Sapiens

[594] Docente de psicologia - FVS- Faculdade Via Sapiens - Psicólogo formado na faculdade FIED/UNINTA. Especialista em saúde mental e redução de danos. Mestrando em Psicologia e políticas públicas pela a UFC.

REFORMA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE DO IMPACTO EM MPEs

Ana Vicentina de Sousa Fernandes[595]
Juliana Pereira Rodrigues[596]
Maria Eduarda de Lima Brito[597]
Francisco Danilo de Souza Gomes[598]

Introdução: O sistema tributário brasileiro é reconhecido por sua complexidade e alta carga de impostos. A Emenda Constitucional nº 132/2023 busca simplificar essa estrutura, substituindo tributos como ICMS, ISS, por dois novos impostos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Embora as micro e pequenas empresas permaneçam no Simples Nacional, a reforma pode gerar efeitos indiretos, afetando obrigações acessórias e recolhimento de impostos (Oliveira; Saldanha; Lima, 2024). Nesse contexto, torna-se crucial analisar os impactos dessa transformação no ambiente empresarial de micro e pequeno porte no Brasil**. Objetivos:** Verificar o sistema tributário brasileiro e seus efeitos em MPEs, destacando a nova carga tributária proposta, as adaptações exigidas pela reforma e suas implicações para o setor. **Metodologia:** Este resumo é constituído por uma pesquisa qualitativa, uma vez que este tipo de pesquisa possibilita o entendimento de fenômenos sociais utilizando marcos teóricos e bases de dados renomadas. Além disso, a pesquisa é bibliográfica e documental por meio de artigos e livros. **Resultados:** A Reforma Tributária propõe simplificação de obrigações e redução do número de tributos, mas MPEs enfrentam limitações no aproveitamento de créditos fiscais, especialmente de ICMS e IPI, aumentando os custos operacionais. Segundo Oliveira, Saldanha e Lima (2024), essa restrição tende a incentivar a migração de algumas empresas do Simples Nacional para o regime de Lucro Presumido em busca de menor carga tributária . Além disso, o estudo aponta que o setor de serviços será o mais afetado, enfrentando acréscimo de encargos e necessidade de adequações contábeis e operacionais. A eliminação da bitributação e a introdução de novas obrigações acessórias também exigem investimentos em sistemas de gestão fiscal e capacitação de gestores. Portanto, as MPEs devem reavaliar seu planejamento tributário para mitigar riscos e aproveitar eventuais vantagens da nova legislação. **Conclusão:** Portanto, as MPEs devem acompanhar os impactos da Reforma Tributária da Emenda nº 132/2023. Mesmo no Simples Nacional, podem surgir novas obrigações. Assim, é recomendável revisar o planejamento tributário e investir em ajustes contábeis para reduzir riscos e aproveitar as oportunidades da nova legislação. **Palavras-chave:** Reforma Tributária; MPEs; Impactos Tributários.

[595] Discente do curso de Ciências Contábeis da faculdade ViaSapiens.
[596] Discente do curso de Ciências Contábeis da faculdade ViaSapiens.
[597] Discente do curso de Ciências Contábeis da faculdade ViaSapiens.
[598] Mestre em Educação na Univali.

ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE DESEMPENHO ESCOLAR

Ana Vicentina de Sousa Fernandes[599]
Juliana Pereira Rodrigues[600]
Maria Eduarda de Lima Brito[601]
Luciane dos Santos Jácome[602]

Introdução: O uso de métodos estatísticos na educação tem se mostrado importante para melhorar o desempenho dos alunos. Segundo Feitosa, Esmeraldo e Oliveira (2013), a análise com números permite medir o nível de aprendizado dos estudantes, ajudando a descobrir fatores que influenciam seu rendimento. A estatística ajuda a entender dados educacionais de forma clara, permitindo ver padrões, avaliar ações do governo e criar estratégias de ensino mais eficientes. Nesse cenário, seu uso vira uma ferramenta essencial para pensar políticas educacionais que promovam mais igualdade e qualidade no ensino, ajudando na inclusão e diminuindo diferenças entre regiões. **Objetivos:** Ver como métodos estatísticos podem ser usados para medir o desempenho escolar, apontar fatores que influenciam o aprendizado e ajudar em estratégias de ensino mais eficientes, baseadas em dados. **Metodologia:** segue uma abordagem descritiva e qualitativa, com base em dados tirados de pesquisas em livros e artigos atuais e importantes. **Resultados:** O uso de métodos estatísticos permite avaliar o desempenho escolar de forma clara e possível de medir. Técnicas como regressão linear, análise de variância (ANOVA) e correlação são muito usadas para descobrir fatores que afetam o rendimento, como condição financeira, frequência às aulas e formas de ensinar. Segundo Feitosa, Esmeraldo e Oliveira (2013), essas análises ajudam a prever tendências e encontrar desigualdades na educação, colaborando para ações do governo mais eficazes. Além disso, a leitura dos dados estatísticos ajuda a definir estratégias de ensino voltadas para corrigir falhas no aprendizado, aumentando a chance de sucesso das ações educativas. **Conclusão:** O uso de métodos estatísticos na educação se mostra uma ferramenta essencial para medir o desempenho dos alunos e encontrar desigualdades no aprendizado. Além de guiar estratégias de ensino, essa análise com dados dá base para políticas públicas mais justas e eficazes, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino em várias realidades escolares.

Palavras-chave: Estatística; Educação; Desempenho Escolar.

[599] Discente do curso de Ciências Contábeis da faculdade ViaSapiens.
[600] Discente do curso de Ciências Contábeis da faculdade ViaSapiens.
[601] Discente do curso de Ciências Contábeis da faculdade ViaSapiens.
[602] Mestre em Economia Rural – UFC; Doutoranda em Economia Rural - UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis.

ALIENAÇÃO PARENTAL

Marielle Gonçalves da Cunha Brito[603]
Francisco Danilo de Souza Gomes[604]

Introdução Alienação parental é uma síndrome que trata de tema atual, complexo, e recorrente, que desperta atenção de vários profissionais da área jurídica e da área da saúde. Em 2010, foi sancionada no Brasil a Lei 12.318, que trata sobre o assunto. Existem também outros mecanismos presentes na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Civil que também têm o objetivo de proteger a criança e seus Direitos Fundamentais, protegendo os direitos do seu convívio com a família. A lei estabelece que é considerado ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida por um dos genitores, pelos avós, pelos que tenham a guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo de vínculos com este. **Objetivos:** Alienação parental visa impedir que uma pessoa que pode ser um genitor, ou alguém que exerce esse cuidado de responsabilidade com a criança faça uma campanha de desconstrução da imagem do outro, inclusive por meio da implantação de falsas memórias. **Metodologia:** Foi baseada em métodos de pesquisas em sites, tendo o escopo artigos científicos e sintéticas. **Resultados/Discussão**: Nos casos de indícios de alienação parental em ações conduzidas pelas Varas de Família, é conferida prioridade na tramitação do processo, com a participação obrigatória do Ministério Público, sendo adotadas pelo juiz as medidas necessárias à preservação da integridade da criança ou do adolescente. Assim, o juiz determinará, com urgência, as medidas provisórias cabíveis, para assegurar a convivência com o genitor prejudicado ou viabilizar a efetiva aproximação entre ambos, se necessário. Sendo verificado indício de ocorrência da prática, o juiz poderá determinar a elaboração de laudo da situação, feito a partir de perícia psicológica. **Conclusão:** Chegamos a finalidade que sendo identificada, a prática deve ser coibida e devem ser adotadas as medidas para a preservação da integridade psicológica da criança, sendo importante o acompanhamento psicológico de todos os envolvidos, podendo a questão ser tratada no âmbito judicial. **Palavras-chaves:** Alienação parental; criança e adolescente; formação psicológica.

[603] Discente do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[604] Professor do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

A TRANSFORMAÇÃO DO DIREITO TRADICIONAL PARA O DIGITAL

Marielle Gonçalves da Cunha Brito[605]
Francisco Danilo de Souza Gomes[606]

Introdução: O direito atualmente está passando por uma série de mudanças, diretamente relacionadas aos fenômenos de transformação digital que estão ocorrendo no mundo. No setor de tecnologia jurídica, algumas das inovações digitais que estão definindo o padrão 4.0 são inteligência artificial. O Direito pode analisar as possibilidades e oportunidades que o mundo digital proporcionam, em conjunto com os ambientes virtuais, prevendo as formas de regular e resolver os conflitos existentes pelo meio digital. **Objetivos**: Trata-se da possibilidade de redução e melhor gestão do tempo, dos custos e a maior qualificação do serviço, e agilidade na resolução dos conflitos. **Metodologia:** Foi baseada em métodos de pesquisas em sites, tendo o escopo artigos científicos e sintéticas. **Resultados/Discussão**: A transformação digital no Direito é uma realidade proporcionada pela revolução tecnológica, que impactou o mercado jurídico. Em um nicho tão tradicional, como é o do direito, é natural que alguns profissionais da área mais experientes e outros que estão ingressando agora no ramo profissional se assustem com a velocidade com que as coisas acontecem e mudam. É um processo de modernização do trabalho dos profissionais do direito por meio das tecnologias digitais para conseguir melhores resultados e serviços. Isso passa não somente por uma mudança de metodologia, mas principalmente por uma mudança de mentalidade e de cultura no mundo do direito. Nesta nova realidade do sistema jurídico que não era tão comum na década passada, a forma de lidar com a profissão se modernizou, permitindo que muitos profissionais participem de audiências virtuais, dentre outras práticas que hoje fazem parte do cotidiano na área jurídica. **Conclusão:** Chegamos a finalidade de que a transformação do direito tradicional para o digital proporcionou aos profissionais do direito ao sistema jurídico, maior facilidade, agilidade na resolução dos conflitos processuais, tendo por fim grande melhoria, tanto para os profissionais do direito quanto para a população em geral.

Palavras-chaves: Transformação digital. Direito. Sistema jurídico

[605] Discente do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[606] Professor do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

NORMAS E IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DO MAIOR MOTO CLUBE DO MUNDO – INSANOS M.C.

Audylo Ageu Gomes de Azevêdo[607]
Paulo Rafael Sousa Silva[608]
Patrícia Fernandes Brandão[609]
Daniel Rocha Chaves[610]

Introdução: Um moto clube (M.C.) é uma instituição sem fins lucrativos que tem como máxima principal juntar pessoas para desenvolver atividades nas mais diversas esferas, uma vez que, dentro da mesma "irmandade", estão homens, mulheres e suas famílias, que desenvolvem uma série de ações voltadas para o crescimento humano e social, afastando a ideia errônea e mal abordada daquilo que alguns moto clubes acabam por induzir, devido filmes e vídeos com teores violentos e mal explicados. Hodiernamente o INSANOS M.C. é tido como referência mundial naquilo que de melhor um moto clube pode mostrar-se: um apoio ao seu redor e a todos que o dele fazem parte, criando normas e obrigações legítimas, obedecendo diretrizes e leis, descontruindo uma imagem tão desgastada de arruaceiros, tão presente nas mídias atuais. **Objetivos:** Apresentar algumas normas e diretrizes jurídicas com os quais um moto clube vive e se posiciona como membro atuante dentro de um meio social com imensa responsabilidade técnica e profissional. **Metodologia:** O seguinte trabalho é fruto da pesquisa sobre moto clubes, tendo por base leituras de Manual do Integrante e do RDI – Regimento Disciplinar Interno, livros nos quais, os membros seguem para poder fazer parte de forma coerente, dentro das normas e códigos de conduta. **Resultados/Discussão:** Observa-se que o uso destas normas resulta em: respeito mútuo entre membros, proibição de discriminação ou assédio, uso responsável de álcool e substâncias, proibição de violência ou agressão, cooperação com a diretoria e fidelidade das regras e principais normas de trânsito e conduta, uso de equipamentos de segurança, respeito às regras de trânsito etc. **Conclusão:** Portanto, é possível perceber que o M.C. INSANOS, aplica e segue algumas leias básicas, dentre elas algumas em vigor e aplicáveis, a citar: Lei de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei de Associações (9.790/99), Código Civil (Lei 10.406/02), Lei de Proteção ao Consumidor (8.078/90). Assim, existem membros com conhecimento jurídico que auxiliam e orientam seus membros, a seguirem de forma correta essas normas e a executarem ações que se prestem sempre a ajudar, auxiliar e beneficiar o meio social no qual o mesmo está inserido, de forma legal e atuante como bons cidadãos e pessoas que seguem regras jurídicas e que estão a parte dos seus principais direitos e deveres para aquilo que se presta também nossa constituição, com pessoas "humanas" e merecedoras de respeito e valorização por parte da população. **Palavras-chave:** Moto Clube**;** Código de Trânsito, Insanos M.C; Respeito e Irmandade.

[607] Acadêmico do Curso de Direito – FVS, Mestre pela UFERSA, MBA em Psicologia Jurídica, Esp. Em Psicanálise e Neurociência – FAMART, Administrador Zootecnista. ageu.azevedo@yahoo.com.br
[608] Acadêmico do Curso de Direito – FVS. Bacharel em Teologia – UVA. paulorafaelarte@gmail.com
[609] Acadêmica do Curso de Direito – FVS. patriciafernandes4433@gmail.com
[610] Advogado, Professor universitário, Doutor e Mestre pela UFSC - danchaves@hotmail.com

A VOZ DO SERTÃO – DE LUIZ GONZAGA A LEGISLAÇÃO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER

Marielle Gonçalves da Cunha Brito[615]
Francisco Danilo de Souza Gomes[616]

Introdução: Atualmente, a violência doméstica constitui uma ameaça que acompanha milhares de mulheres por toda a vida, deixando marcas que jamais serão esquecidas, sendo que essa violência atinge todas as idades sem exceções, também não importando muito da classe da família, ou seja, baixa, média ou alta, atingindo todos os graus de classes sociais e que não distingue cor, raça ou etnia. É uma realidade experimentada em várias partes do planeta, em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, no meio urbano ou rural, em grandes e pequenas cidades. **Objetivos:** A Lei Maria da Penha tem como objetivo coibir e punir os crimes de violência doméstica contra mulheres, provocando uma verdadeira revolução na forma de se combater a violência doméstica, se posicionando de uma maneira conceitual, inovadora e procedimental no modo de encarar a questão cada vez mais presente e perturbadora da violência praticada contra a mulher em nossa sociedade.. **Metodologia:** Foi baseada em métodos de pesquisas em sites, tendo o escopo artigos científicos e sintéticas. **Resultados/Discussão**: Nos casos de indícios de violência doméstica e familiar contra mulher, é conferida prioridade na tramitação do processo, com a participação obrigatória do Ministério Público por se tratar de ação penal pública incondicionada, sendo adotadas pelo juiz as medidas necessárias à preservação da integridade da vítima. Assim, o juiz determinará, com urgência, as medidas protetivas cabíveis, para assegurar a segurança e distanciamento do agressor. **Conclusão:** Chegamos a finalidade que sendo identificada, a prática deve ser coibida e devem ser adotadas as medidas para a preservação da integridade física e psicológica da mulher.

Palavras-chaves: Violência contra mulher; medidas protetivas; Lei Maria da Penha.

[615] Discente do curso de Direito.
[616] Doscente do curso de Direito.

SIGILO MÉDICO-PACIENTE QUANDO A JURISPRUDÊNCIA É ACIONADA

Patrícia Fernandes Brandão[617]
Audylo Ageu Gomes de Azevêdo [618]
Jaiana Maria de Aguiar Moita [619]
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela [620]

Introdução: O convívio entre médico e paciente é de extrema importância para uma melhor recuperação da saúde daquele que precisa de algum tipo de auxílio, então, uma das grandes questões é o vínculo que se cria para que ambos possam desenvolver uma abordagem mais eficiente, na qual objetiva-se um melhor resultado para a especialidade requerida na busca para sua recuperação. Esse trabalho busca mostrar uma visão daquilo que se tem de mais sagrado entre um e outro, a cumplicidade para que possam surtir resultados mais satisfatórios. Quando esse sigilo é quebrado, existe a jurisprudência como ferramenta para auxiliar as partes para medidas de reparação. Assim sendo, este resumo traz luz inicial a ações que possam ser realizadas em benefício daquele que sinta-se mais ofendido. **Objetivos:** Apresentar uma questão na qual, o posicionamento de manter o sigilo, auxilie na manutenção do paciente, assim como mostrar que, o não cumprimento desta norma médica, faça com que as ferramentas jurídicas sejam acionadas para regular ou reparar alguma questão pendente. **Metodologia:** O seguinte trabalho foi pensado e elaborado através de uma avaliação de caso, onde uma reportagem na mídia, despertou a necessidade de mostrar casos onde o sigilo médico-paciente foi quebrado. **Resultados/Discussão:** Observa-se que existem vários casos onde esse sigilo foi quebrado e que existem vias de reparação para que ao menos, uma parte daquilo que foi perdido, seja reparado, sabendo-se que existe o Direito como possível ferramenta para reparo emocional e financeiro diante do respeito que se foi perdido por argumentos que por ventura possam prejudicar a saúde física, mental e financeira do paciente. **Conclusão:** Diante de casos assim, deixamos claro que existe uma Constituição Federal que ampara a todos e que embasada por normas jurídicas, estão ferramentas com as quais certas garantias sejam aplicadas diante de irregularidades que venham a surgir e que essas irregularidades possam ser motivadas por falta de compreensão, preconceito, imaturidade e que causem dor emocional, baixa autoestima, calúnia ou difamação e que possa, o Estado, assumir seu papel e defender a parte que sinta-se lesionada, dando-lhe apoio através da denúncia e que a fala sobre o assunto, possa ser fonte de alívio, juntamente com a execução da Lei em defesa daquele que sentir-se ofendido de alguma forma. **Palavras-chave:** Sigilo Médico; Legislação; Código de Ética.

[617] Acadêmica do Curso de Direito – FVS. patriciafernandes4433@gmail.com
[618] Acadêmico do Curso de Direito – FVS, Mestre pela UFERSA, MBA em Psicologia Jurídica, Esp. Em Psicanálise e Neurociência – FAMART, Administrador Zootecnista. ageu.azevedo@yahoo.com.br
[619] Acadêmica do Curso de Medicina - FVS. Jaianamariamoita07@icloud.com
[620] Advogada, Professora universitária, Mestranda em Direito Privado Uni7. Esp. Em Docência Jurídica, Administrativo, Constitucional, Gestão de Organizações, Poder Judiciário e Min. Público – Faculdade Iguaçu. jessicafnsportela@gmail.com

AUTOAVALIAÇÃO FUNCIONAL DO MAGISTRADO: INTERFACES ENTRE ÉTICA JUDICIAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Maria Eliene Souza Araújo[621]
Audylo Ageu Gomes de Azevêdo[622]
Jaiana Maria de Aguiar Moita[623]
Jéssica Francisca do Nascimento e Silva Portela[624]

Introdução: O exercício da magistratura exige plena capacidade cognitiva para assegurar a prestação jurisdicional adequada, conforme os princípios constitucionais da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CF) e da fundamentação das decisões (art. 93, IX, CF). Surge a discussão sobre o dever ético do magistrado em autoavaliar sua aptidão funcional quando submetido a tratamentos médicos que possam afetar suas faculdades mentais. **Objetivo:** Analisar o dever ético-funcional do magistrado de autoavaliar sua capacidade decisória em tratamentos médicos, propondo soluções que harmonizem a qualidade da prestação jurisdicional com a proteção dos direitos fundamentais do julgador. **Metodologia:** Pesquisa interdisciplinar realizada por acadêmicos de Direito, Psicologia e Medicina. Os estudantes de Direito analisaram a legislação (CF, Lei Orgânica da Magistratura Nacional, Código de Ética da Magistratura). Os de Medicina examinaram efeitos de medicamentos sobre funções cognitivas. Os de Psicologia estudaram aspectos comportamentais da tomada de decisão sob influência de substâncias psicoativas. **Resultados/Discussão**: A Lei Complementar nº 35/1979 estabelece, em seu art. 35, deveres do magistrado, incluindo o cumprimento de funções com independência e exatidão. O Código de Ética da Magistratura prevê o dever de capacitação permanente e formação contínua, contemplando mecanismos para incapacidade temporária e licença para tratamento de saúde (art. 69, II, LOMAN), sistemas de substituição automática que garantem a continuidade jurisdicional, respeitando a dignidade e privacidade médica do magistrado. A presunção de capacidade do julgador é princípio basilar do sistema judiciário. **Conclusão:** A solução adequada reside no fortalecimento da consciência ética do magistrado e na criação de ambiente institucional que facilite o afastamento voluntário. Propõe-se: desenvolvimento de diretrizes éticas orientadoras; implementação de apoio médico-psicológico; programas de educação continuada sobre saúde mental. A preservação da qualidade jurisdicional não demanda novos instrumentos de controle, mas o aperfeiçoamento dos mecanismos existentes e o fortalecimento da cultura ética institucional. Somente assim será possível garantir efetividade da tutela jurisdicional e o respeito aos direitos fundamentais.
Palavras-Chave: Capacidade Decisória; Ética Judicial; Afastamento Voluntário.

[621] Acadêmica do Curso de Direito – FVS. ea5158411@gmail.com
[622] Acadêmico do Curso de Direito – FVS, Mestre pela UFERSA, MBA em Psicologia Jurídica, Esp. Em Psicanálise e Neurociência – FAMART, Administrador Zootecnista. ageu.azevedo@yahoo.com.br
[623] Acadêmica do Curso de Medicina - FVS. Jaianamariamoita07@icloud.com
[624] Professora universitária, Mestranda em Direito Privado Uni7. Esp. Em Docência Jurídica - jessicafnsportela@gmail.com

APLICAÇÃO DA LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA NO CENÁRIO JURÍDICO DO ESTADO DO CEARÁ

Isamara do Vale Silva[625]
Luciana de Sousa Lira[626]
Benedito Yuri Azevedo Aguiar[627]

Introdução: A crescente atuação de organizações criminosas no estado do Ceará tem demandado ações coordenadas e especializadas por parte dos órgãos do sistema de justiça e segurança pública. Nesse contexto, a Lei nº 12.850/2013, que define e regulamenta o combate às organizações criminosas, tem se mostrado um importante instrumento jurídico. Sua aplicação no Ceará ocorre de forma articulada entre o Ministério Público, o Judiciário e outras instituições, evidenciando o esforço do Estado em reprimir a criminalidade organizada com base em estratégias de inteligência, especialização e integração. **Objetivos:** Analisar a aplicação da Lei nº 12.850/2013 no cenário jurídico cearense, destacando a atuação do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), a criação de varas especializadas no Tribunal de Justiça (TJCE) e os mecanismos legais e estruturais voltados ao combate às organizações criminosas. O estudo visa ainda compreender os impactos das medidas adotadas e os avanços institucionais na repressão à criminalidade. **Metodologia:** Foi realizada pesquisa documental e bibliográfica, com levantamento de dados institucionais do MPCE, TJCE e legislação pertinente. A análise concentrou-se em fontes oficiais, atos normativos e iniciativas públicas voltadas ao combate ao crime organizado, com enfoque qualitativo descritivo. **Resultados:** Verificou-se que o MPCE, por meio do GAECO, atua na formulação de políticas e estratégias de combate ao crime organizado, contando com promotorias especializadas (192ª, 193ª etc.) para atender à crescente demanda. O TJCE, por sua vez, criou varas especializadas com jurisdição estadual para julgar delitos de organizações criminosas, conforme previsto na Lei Estadual nº 16.505/2018. A integração entre órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o fortalecimento da inteligência na segurança pública, com incremento de agentes e estrutura, têm potencializado a efetividade da Lei nº 12.850/2013 no estado. **Conclusão:** A aplicação da Lei de Organização Criminosa no Ceará evidencia um cenário de avanço institucional no enfrentamento ao crime organizado. A atuação coordenada entre os poderes, o reforço à inteligência e a criação de estruturas especializadas demonstram o compromisso do estado com a segurança pública. Apesar dos desafios persistentes, os mecanismos legais e operacionais empregados têm contribuído para a repressão eficaz das organizações criminosas.

Palavras-chave: Lei nº 12.850/2013; Ministério Público; Organizações Criminosas.

[625] Estudante de direito – Faculdade ViaSapiens.
[626] Estudante de direito - Faculdade ViaSapiens
[627] Professor universitário, Pós – graduado em Direito Penal e Processo Penal.

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO: MULHERES NEGRAS, POLÍTICAS PÚPLICAS E SUBJETIVIDADES ENCARCERADAS

Izabele Costa Rodrigues[628]
Cibele da Silva Sousa[629];
Melissa Moita[630]

Introdução: Nas últimas décadas, o encarceramento feminino no Brasil cresceu de forma alarmante, revelando a face perversa da seletividade penal: o aprisionamento majoritário de mulheres negras, pobres e periféricas. O sistema de justiça criminal, atravessado por estruturas de racismo e sexismo institucional, opera como um mecanismo de controle social que atinge com maior dureza essas mulheres. No cárcere, elas não apenas perdem a liberdade, mas também são submetidas a múltiplas formas de violência — simbólica, física, institucional e psíquica. São corpos historicamente excluídos que, ao serem aprisionados, tornam-se ainda mais invisíveis para o Estado e para a sociedade. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo desenvolver uma análise crítica da atuação da psicologia no sistema prisional feminino, com ênfase na realidade vivida por mulheres negras encarceradas. Busca-se refletir sobre os efeitos subjetivos do aprisionamento em contextos de opressão interseccional, discutindo também a importância de um posicionamento ético, crítico e comprometido da psicologia frente às desigualdades que estruturam o cárcere no Brasil. **Metodologia**: A pesquisa é bibliográfica, de natureza qualitativa, baseada na revisão de artigos acadêmicos, livros e dissertações disponíveis em bases como Scielo, Google Acadêmico e repositórios institucionais. As fontes utilizadas priorizam abordagens interseccionais que articulam psicologia crítica, feminismo negro e criminologia, possibilitando uma leitura aprofundada das dimensões subjetivas e sociais que atravessam a experiência da mulher negra em situação de encarceramento. **Resultados:** As mulheres negras encarceradas enfrentam abandono institucional, negligência em saúde mental, violência obstétrica e rompimentos familiares. Sofrem a negação de sua maternidade e permanecem invisíveis nas políticas de reinserção social. Autoras como Angela Davis (2016) denunciam a desumanização sistemática de mulheres racializadas no sistema prisional, enquanto Lélia Gonzalez (2020) evidencia como o racismo estrutura toda a experiência da mulher negra brasileira. Silvia Lane (1984), por sua vez, adverte que uma psicologia que se pretenda neutra ou meramente técnica pode reforçar mecanismos de exclusão ao ignorar os contextos históricos e sociais. **Conclusão**: A psicologia, diante desse cenário, deve adotar uma postura crítica e transformadora, comprometida com a escuta qualificada, a dignidade e a resistência. É urgente tornar visíveis essas subjetividades silenciadas e atuar na construção de práticas que enfrentem a lógica punitivista, promovendo justiça social e direitos humanos para as mulheres negras encarceradas.

Palavras-chave: Encarceramento Feminino. Psicologia. Mulheres Negras. Subjetividade. Políticas Públicas.

---

[628] Acadêmica de Psicologia pela Faculdade ViaSapiens – FVS. Grupo de estudos: Escutando o Corpo: Ciência e Prática da Regulação Emocional.

[629] Acadêmica de Psicologia pela Faculdade ViaSapiens – FVS. Grupo de estudos: Escutando o Corpo: Ciência e Prática da Regulação Emocional.

[630] Advogada. Especialista em Direito Penal e Criminologia. Mestranda em Direito pela FUNIBER e docente da Faculdade ViaSapiens.

A EFICIÊNCIA DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NOS LITÍGIOS CÍVEIS: UMA ANÁLISE PRÁTICA E RESULTADOS

Rejane Luisa de Lima Tomaz 631
Janiele Ferreira dos Santos632
Antonia Camila Vieira Mendes[633]

Introdução: A demora do Poder Judiciário brasileiro vem fazendo com que ocorra uma crescente demanda por meios alternativos de resolução de conflitos. De forma que a mediação e a conciliação vêm tendo papel importante para a celeridade das lides, por promover soluções rápidas, econômicas e satisfatórias para as partes envolvidas em conflitos. Essa rapidez na resolução dos conflitos evita que mais processos sejam iniciados no Judiciário melhorando o bom andamento dos que já existem no meio. Mas para que exista toda essa logística de desenvolvimento Judiciário, também há de se pensar na capacitação dos profissionais que irão atuar mediante a conciliação e a mediação, pois isso requer uma aprendizagem direcionada ao saber atuar diante das mais variadas situações. **Objetivos:** Investigar a eficiência da mediação e conciliação nos litígios, com intuito de analisar as práticas adotadas no cenário jurídico e dos resultados alcançados, buscando ainda compreender como esta metodologia pode contribuir para a pacificação das partes e o fortalecimento de uma justiça mais célere, humana e com melhores resoluções. **Metodologia:** Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com a utilização de pesquisas bibliográficas e artigos científicos sobre o respectivo tema. **Resultados:** Foi possível através da presente pesquisa, adquirir melhor conhecimento sobre a temática abordada, observando o quanto a mediação e a conciliação podem auxiliar na celeridade judicial, bem como diminuir a onerosidade para as partes. **Conclusão**: Portanto, diante do exposto e junto ao pensamento de diversos pesquisadores, fica evidente que universo jurídico tem progredido para que se tenha uma melhor agilidade, bem como melhor resolução possível das lides evitando maior desgastes para as partes.

Palavras-chave: eficiência, mediação, conciliação, litígio,

631 Acadêmica de Direito – FVS.
632 Acadêmica de Direito – FVS.

633 Professora na Faculdade Via Sapiens. Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Uniderp. Advogada.

A TRAGÉDIA DA BOATE KISS: ANÁLISE DAS DEFICIÊNCIAS DE SEGURANÇA, EFEITOS PSICOLÓGICOS E REFORMAS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

José Renan Fernandes da conceição[634]
Inácio Solano Feitosa de Carvalho[635]
Vitória Emilly dos Santos Mota[636]
Raphael Gomes Viana[637]

Introdução; O incêndio na Boate Kiss, ocorrido em 2013, em Santa Maria, RS, com 242 vítimas fatais e vários feridos, trouxe à tona falhas críticas na segurança de locais de entretenimento no Brasil. Este estudo busca identificar as principais deficiências de segurança que contribuíram para o desastre, avaliar os impactos psicológicos nos sobreviventes e familiares, e compreender como o episódio influenciou mudanças na legislação de segurança em espaços fechados. A pesquisa objetiva avaliar as transformações realizadas para prevenir novas tragédias e seus impactos práticos. **Objetivos:** Analisar as falhas de segurança que contribuíram para a tragédia da Boate Kiss, compreender os efeitos psicológicos dessa tragédia sobre sobreviventes e familiares das vítimas, e examinar as mudanças implementadas na legislação brasileira em resposta ao evento. **Metodologia**: Inclui análise documental de processos judiciais e revisão de literatura sobre assédio moral no Brasil. Objetiva-se compreender o tratamento dado pela justiça trabalhista e identificar respostas jurídicas comuns. Entrevistas com advogados e psicólogos aprofundam aspectos legais e psicológicos, oferecendo uma visão ampla sobre os desafios das vítimas e as respostas institucionais. **Resultados/Discussão:** Embora normas existissem, a fiscalização era insuficiente e diversas falhas operacionais contribuíram para o elevado número de vítimas. A tragédia gerou profundas consequências psicológicas, incluindo sintomas de TEPT, ansiedade e depressão entre sobreviventes e familiares. No campo legislativo, o evento impulsionou a criação de novas normas para segurança em ambientes públicos e um aumento no rigor da fiscalização. **Conclusão:** Portanto a tragédia impulsionou mudanças significativas na legislação brasileira para segurança em locais de eventos. Apesar dos progressos, o estudo aponta desafios contínuos na implementação dessas normas. Reforça-se a importância de políticas públicas eficazes e do suporte psicológico continuado, visando prevenir novas tragédias e apoiar as comunidades afetadas.

Palavras-chave Tragédia da Boate Kiss, segurança contra incêndios, efeitos psicológicos, legislação brasileira, prevenção de desastres.

[634] Acadêmico do curso de Direito da faculdade Via Sapiens
[635] Acadêmico do curso de Direito da faculdade Via Sapiens
[636] Acadêmico do curso de Direito da faculdade Via Sapiens
[637] Professor do curso de Direito da faculdade Via Sapiens

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA MEDICINA ONCOLÓGICA: PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO PRECOCE E ESTRATÉGIAS TERAPÊUTICAS

Davi Jullian Gonçalves Cardoso638
Lucas Freitas Dantas639
Jaian Araújo Lopes640
Kelma Costa de Souza641.

Introdução: Recentemente a Inteligência Artificial (IA) vem desempenhado importante papel em diagnósticos médicos de diversos tipos de câncer, contribuindo significativamente na triagem, monitoramento e permitindo detecções rápidas e precisas. **Objetivos:** Neste contexto, objetivou-se investigar o uso da inteligência artificial na medicina oncológica sob os aspectos prevenção, diagnóstico precoce e estratégias terapêuticas. **Metodologia:** Para tanto, utilizou-se a revisão bibliográfica como forma de pesquisa. Onde foram consultadas as bases de dados online: SciELO, PubMed, Google Scholar e *Brazilian Journal of Health Review*. Foi delimitado para a inclusão na pesquisa, estudos entre os anos de 2020 a 2025. Sob a proposta de identificar os estudos que possuíam uma relação direta com o tema central desta pesquisa, selecionou-se oito artigos dos quais cinco foram utilizados para abordar desde a identificação de biomarcadores até o uso de algoritmos de aprendizado profundo na análise de imagens diagnósticas. **Resultados:** A revisão apontou que o uso da IA tem elevado significativamente a precisão dos diagnósticos, reduzindo o tempo de detecção dos tumores. Em estudo publicado na revista *Nature* em 2020 sobre câncer de mama, realizado com exames nos Estados Unidos e no Reino Unido, demonstrou-se que um algoritmo desenvolvido pelo Google superou radiologistas humanos na interpretação de mamografias, abreviando resultados falsos positivos e negativos. Sugerindo um rastreamento mais preciso e eficiente. Em outro estudo, projeto da SAS Brasil com o câncer do colo de útero, os médicos analisaram exames e identificaram padrões celulares suspeitos, avaliando os resultados de forma remota, o que acelerou o diagnóstico e possibilitou rápidas intervenções. Demonstrando que a IA tem contribuído para a validação clínica dos casos de câncer, aumentando a confiança dos profissionais. Contudo, para que a IA seja integrada à prática clínica, diretrizes regulatórias e éticas devem ser implementadas para assegurar a confiabilidade e a segurança dos sistemas aplicados. **Conclusão:** A IA pode ser utilizada como uma ferramenta na medicina oncológica, em aspectos como diagnóstico precoce e personalização do tratamento, por sua eficácia em aumentar a precisão em diagnósticos e otimizar o tempo de resposta, favorecendo diretamente aos pacientes. Porém, o futuro da IA na medicina oncológica depende de uma colaboração contínua e eficaz entre pesquisadores e profissionais da saúde, garantindo que a tecnologia seja utilizada de maneira ética e segura, sempre em prol do bem-estar dos pacientes.

Palavras-chave: Diagnóstico precoce; Inteligência Artificial; Oncologia.

O IMPACTO DOS ANTICORPOS CONTRA USAG-1 NA REGENERAÇÃO

638 Acadêmico do curso de Enfermagem da Faculdade ViaSapiens
639 Acadêmico do curso de Ciências da computação da Faculdade Farias Brito FB – UNI Aldeota
640 Acadêmico do curso de Medicina da Faculadade ITPAC – Porto Nacional
641Graduada em Zootecnia, Mestre em Zootecnia, Doutora em Ciências Vetarinárias, Pós-Doutora, Professora da Faculdade ViaSapiens.

DENTÁRIA: IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE ORAL E INOVAÇÕES NO TRATAMENTO DE DEFICIÊNCIAS DENTÁRIAS

Davi Jullian Gonçalves Cardoso642
Philipe bevilaqua de Sousa643
Francisco Dyemison Alves Do Carmo644
Adenyse Cavalcante Marinho Sousa645

Introdução: A regeneração dental tem se destacado como uma área promissora não apenas na odontologia, mas na medicina como um todo, com um interesse crescente no desenvolvimento de tratamentos biológicos que possam substituir métodos convencionais como os implantes dentários. Uma das mais recentes inovações é a utilização de anticorpos monoclonais para inibir a proteína USAG-1, que impede o surgimento de dentes. Essa abordagem tem demonstrado ser eficaz em pesquisas com animais, e atualmente estão sendo feitos esforços para verificar sua utilização em seres humanos. A influência dessa tecnologia na saúde bucal pode ser significativa, pois pode oferecer alternativas mais naturais e acessíveis para indivíduos que enfrentam a perda de dentes devido a condições congênitas, como a hipodontia, ou adquiridas. **Objetivos:** Analisar O Impacto dos Anticorpos contra USAG-1 na Regeneração Dentária: Implicações para a Saúde Oral e Inovações no Tratamento de Deficiências Dentárias **Metodologia:** Foi realizada uma análise bibliográfica integrativa, onde foram escolhidos três trabalhos científicos divulgados entre 2021 a 2024, disponíveis nas plataformas *Science Advances*, *PubMed* e *ScienceDirect*. As pesquisas discutem o emprego de anticorpos monoclonais para inibir o USAG-1 e promover a regeneração dental em modelos de seres humanos e animais. **Resultados:** Os textos examinados mostraram que a inibição do USAG-1 provocou o desenvolvimento de dentes em roedores, incluindo a criação de dentes que funcionam adequadamente. Um dos trabalhos indicou que o tratamento se mostrou eficaz em casos de agenesia dentária, resultando em dentes naturais que são praticáveis. Pesquisas adicionais sugeriram que essa estratégia poderia substituir métodos convencionais, como os implantes, proporcionando uma opção mais acessível e menos invasiva. A recuperação de dentes, sem depender de próteses, pode ter um impacto positivo significativo na qualidade de vida dos indivíduos. **Conclusão:** A utilização de anticorpos direcionados ao USAG-1 marca um progresso importante na restauração dental, possuindo a capacidade de mudar a forma como os cuidados odontológicos são realizados, oferecendo opções biológicas que são mais naturais e viáveis para indivíduos com dentes perdidos. Embora os primeiros resultados sejam encorajadores, são requeridas investigações adicionais para determinar a eficácia a longo prazo em seres humanos, assim como a segurança dessa metodologia. A implementação dessa inovação pode simbolizar uma verdadeira mudança no setor da saúde bucal, apresentando uma alternativa criativa para uma variedade de questões dentais.

Palavras-chave: Anticorpos Monoclonais**;** Medicina Regenerativa; Implantes Dentários.

QUANDO A MEDICINA E A FÉ SE ENCONTRAM: A CONTRIBUIÇÃO NA ESPIRITUALIDADE CATÓLICA NO PROCESSO DA CURA

642 Academico de enfermagem pela faculdade ViaSapiens
643 Academico de enfermagem pela faculdade ViaSapiens
644 Academico de enfermagem pela faculdade ViaSapiens
645 Bacharel em enfermagem pela Faculdade Mauricio de Nassau; Pós-graduada em UTI adulta e neonatal pela FATELOS, gestão pela faculdade holística FAHOL e Estética e cosmetologia pela faculdade UNINTA; Mestranda em saúde e gestão do trabalho

Davi Jullian Gonçalves Cardoso[646]
Maria Claudia Rodrigues Gonçalves[647]
Adriano Medeiros Vasconcelos[648]
Antonio Jamelli Souza Sales[649]

Introdução: "A fé é a certeza daquilo que esperamos e a prova das coisas que não vemos" (Hb 11,1). Essa definição espiritual capta profundamente a importância da fé ao lidar com situações de fragilidade, como a enfermidade. A conexão entre espiritualidade e saúde tem surgido como tema de pesquisa, especialmente no âmbito médico, com provas cada vez mais evidentes de seu efeito no bem-estar físico e psíquico. Dentro da tradição católica, a fé tem mostrado papel significativo como fator no processo de recuperação, oferecendo apoio emocional, promovendo conforto espiritual e fortalecendo a resiliência psicológica de indivíduos em situação de doença. Objetivos: Examinar medicina e fé em relação à influência na Espiritualidade Católica durante o processo de cura. **Metodologia:** Esta pesquisa é uma revisão de literatura integrativa que relaciona fontes acadêmicas, documentos da igreja e passagens da Bíblia, com a finalidade de proporcionar visão ampla da interrelação entre espiritualidade e saúde na tradição católica. A investigação foi delineada a partir de análise bíblica, focando no período de 2015 a 2023. Foram examinados estudos de instituições católicas e documentos do Magistério, incluindo a Carta Apostólica (Desiderio Desideravi) de Papa Francisco, além de publicações da CNBB e análise exegética de passagens pertinentes, com atenção para relatos de cura encontrados nos Evangelhos (Mc 2,1-12; Lc 8,43-48), complementados por comentários exegéticos. **Resultados:** A análise revelou que a espiritualidade católica exerce papel relevante na cura, atuando em três dimensões interligadas. Observou-se que pacientes que receberam a Unção dos Enfermos, a Comunhão e/ou acompanhamento pastoral apresentaram maior tranquilidade emocional, adesão ao tratamento e resiliência. Estudos em Portugal confirmam essa relação. A fundamentação bíblica, com textos como Mc 2,1-12, Lc 8,43-48 e Tg 5,14-15, reforça a dimensão da cura, envolvendo corpo e espírito. Também se destacou a importância da intercessão de familiares, agentes pastorais e membros da comunidade religiosa, que contribuem com orações e presença solidária. Pesquisas em neurociência mostraram que práticas espirituais ativam áreas cerebrais ligadas ao bem-estar. A carta Desiderio Desideravi, do Papa Francisco, reforça a dimensão comunitária dos sacramentos. **Conclusão:** A espiritualidade católica, especialmente a Unção dos Enfermos, complementa o cuidado médico ao oferecer apoio emocional e psicológico. Recomenda-se preparar profissionais de saúde para abordagem integral que considere o aspecto espiritual. Estudos futuros podem aprofundar os efeitos neurofisiológicos e a eficácia da intercessão e assistência espiritual em contextos clínicos.

Palavras-chave: Espiritualidade; Saúde; Cura pela Fé.

646 Academico de enfermagem pela faculdade ViaSapiens.
647 Bacharel em serviço social pela faculdade UNOPAR especialista em rede de defesa, direito e politicas sociais UNOPAR
648 Bacharel em enfermagem pela universidade estadual vale do acaraú – UVA especialista em enfermagem do trabalho pelo centro universitario INTA – UNINTA. Policial militar do estado do ceara
649 Bacharel em enfermagem pela faculdade UNINTA especialista em gestão e planejamento em saúde - FAHOL

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL.

João Victor Melo do Nascimento650
Yarithissa Costa Lima651
Francisco Willamy Martins Araujo652
Francisco de Paulo Guimarães653

Introdução: O trabalho é considerado a atividade através da qual os indivíduos produzem sua própria existência. Essa afirmação não busca induzir os seres humanos a viverem em função dele, mas compreenderem sua importância para a produção de meios para a manutenção de suas vidas. Ao longo da história, o trabalho passou por inúmeras modificações, tendo em vista as mudanças que ocorrem na sociedade impactando nas relações de trabalho, sobretudo na atualidade. Assim, o artigo de Márcia da Silva Costa analisa com maior profundidades as transformações nas relações de trabalho no Brasil a partir dos anos 1990, destacando como as mudanças econômicas e políticas afetaram a estrutura laboral e social do país. No estudo, a autora enfatiza a transição de um sistema de proteção trabalhista para práticas de flexibilização e precarização, influenciadas por pressões internacionais e políticas neoliberais**. Metodologia:** Compreender as bases históricas e institucionais do sistema de relações de trabalho brasileiro, as reformas econômicas e políticas que impactaram a legislação trabalhista e as condições de trabalho, por meio do artigo "O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual". **Resultados:** A pesquisa de cunho documental adota uma abordagem qualitativa, ao analisar as transformações econômicas e políticas ocorridas no Brasil desde os anos 1990 tendo como objeto de análise o artigo "O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual" de Márcia da Silva Costa, onde a mesma examina documentos oficiais, dados estatísticos e estudos acadêmicos para construir uma análise crítica das mudanças nas relações de trabalho e seus efeitos sociais. **Conclusão:** Tendo como aporte os dados e reflexões apresentados pela autora Marcia da Silva Costa que analisa as relações de trabalho no Brasil e suas transformações, apontando ainda para o processo de desmonte das conquistas trabalhistas e sociais, mesmo com a existência de um modelo de trabalho mais flexível, esse modelo surge mais vulnerável. O que exige uma reflexão crítica sobre as políticas públicas e a necessidade de fortalecer a proteção social e os direitos trabalhistas para garantir condições dignas de trabalho e inclusão social. Portanto, concluímos que a análise dos dados apresentados pela autora aponta para a importância de refletir sobre as relações de trabalho no Brasil e as consequências sociopolíticas que podem colocar em desvantagem o trabalhador brasileiro.

Palavras-chave: Trabalho no Brasil; CLT flexibilização; Proteção social.

A UTILIZAÇÃO DE *WEARABLES*: MONITORAMENTO CONTÍNUO E INOVAÇÃO NO CUIDADO AO PACIENTE

650 João Victor Melo do Nascimento- Discente do curso de bacharelado em Administração(Faculade Via Sapiens).
651 Yarithissa Costa Lima- Discente do curso de Bacharelado em Administração (Faculdade Via Sapiens).
652 Francisco Willamy Martins Araújo-Disecente do curso de bacharelado em Administração (Faculdade Via Sapiens).
653 Francisco de Paulo Guimarães-Docente do curso de enfermagem, fisioterapia e nutrição com a disciplina de politicas e programas públicos de saúde-Docente da disciplina de sociologia do trabalho do curso de administração(Faculade Via Sapiens.

Davi Jullian Gonçalves Cardoso654
Philipe bevilaqua de Sousa655
Francisco Dyemison Alves do Carmo656
Antonio Jamelli Souza Sales657

Introdução: No cenário atual, o progresso tecnológico está promovendo alterações significativas no setor de saúde, no qual tange ao monitoramento e à supervisão de pacientes. Entre essas inovações, os dispositivos vestíveis tecnológicos (*wearables*) surgem como ferramentas promissoras por permitirem a coleta contínua e em tempo real de dados fisiológicos. Seu uso tem se expandido rapidamente, tanto em ambientes clínicos quanto no cotidiano, favorecendo intervenções precoces e cuidados centrados no paciente de acordo com parâmetros pré-definidos e/ou que estão em monitoramento. Esses dispositivos oferecem uma alternativa prática e acessível para a vigilância de parâmetros únicos de cada paciente e comportamentos relacionados à saúde, contribuindo para diagnósticos antecipados, gestão de doenças crônicas e intervenções rápidas em situações críticas. **Objetivos:** Examinar a utilização de *Wearables* por aspectos de monitoramento contínuo, impulsionando à inovação no cuidado ao paciente. **Metodologia:** Foi conduzida uma revisão de literatura integrativa com base em quatro artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, acessíveis em plataformas como *PubMed* e *Google Scholar*. Os estudos avaliam a eficácia clínica e a aplicação de biossensores vestíveis na medicina. **Resultados:** Os artigos analisados revelam que os dispositivos vestíveis são efetivos na coleta contínua de informações, como batimentos cardíacos, temperatura corporal, saturação de oxigênio e níveis de atividade física, entre outros. Um dos estudos destacou a importância clínica dessas ferramentas em ambientes hospitalares, principalmente na identificação precoce de agravamentos na saúde, ajudando a acelerar as decisões médicas. Outro artigo abordou as inovações no design dos *wearables*, que agora incluem componentes de moda, tornando-os mais atrativos e apropriados para o uso diário, ampliando sua aceitação e combinando funcionalidade e estética. Além disso, a utilização de biossensores integrados permite um monitoramento acessível e não invasivo, o que pode ser benéfico para comunidades em áreas com restrito acesso aos serviços de saúde. A combinação com algoritmos de inteligência artificial potencializa a análise desses dados, proporcionando informações clínicas relevantes nos atendimentos de diversas complexidades. **Conclusão:** As tecnologias vestíveis estão revolucionando a maneira como os cuidados de saúde são oferecidos, possibilitando um monitoramento mais eficaz, individualizado e acessível. A aplicação clínica dessas ferramentas tem mostrado benefícios tangíveis, tanto na prevenção quanto na intervenção rápida em situações de risco. Para que esses recursos sejam plenamente incorporados à rotina da saúde, é fundamental que sejam criadas diretrizes regulatórias e promovida uma colaboração mais intensa entre desenvolvedores, profissionais de saúde e usuários. **Palavras-chave:** Monitoramento Remoto de Pacientes**;** Saúde Digital; Assistência Centrada no Paciente.

A EVOLUÇÃO DO DIREITO EMPRESARIAL NA ERA DIGITAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES.

654 Academico de enfermagem pela faculdade ViaSapiens
655 Academico de enfermagem pela faculdade ViaSapiens
656 Academico de enfermagem pela faculdade ViaSapiens
657 Bacharel em enfermagem pela faculdade UNINTA especialista em gestão e planejamento em saúde - FAHOL

Rejane Luisa de Lima Tomaz658
Janiele Ferreira de Santos659
Francisco Danilo de Souza Gomes660

Introdução: O Direito Empresarial tem tido constante mudanças ao logo dos anos com a evolução da era digital trazendo consigo receios e conquistas. Diante destes medos podemos citar, os constantes crimes cibernéticos que ocasionam grandes lesões em empresas dilapidando seus patrimônios e expondo suas conquistas por meio de plágios, mas com todos estes desprazeres também pode se observar as evoluções as novas descobertas como as ciberseguranças. Falando um pouco sobre esta nova revolução no meio comercial observamos as dimensões das transações comerciais por meio de contratos virtuais. No entanto estes contratos apresentam desafios únicos como a autenticidade e validade do mesmo. O Direito Empresarial acompanha este novo ritmo estabelecendo regulamentações para um uso ético de forma a proteger o interesse das partes envolvidas. **Objetivos:** Este estudo tem por objetivo analisar os desafios e as oportunidades que a evolução do Direito Empresarial conduziu na era digital, considerando seus deveres e responsabilidades perante a partes envolvidas. **Metodologia:** Abordagem qualitativa, com a utilização de pesquisas bibliográficas e artigos sobre o respectivo tema: Direito Empresarial e suas inovações, nova era digital e o empredorismo. **Resultados:** Foi possível através da presente pesquisa, adquirir melhor conhecimento sobre a temática abordada. **Conclusão**: Portanto, diante do exposto e junto ao pensamento de diversos pesquisadores, fica-se evidente que o Direito Empresarial tem tido mudanças significativas ao longo dos anos trazendo inúmeros benefícios para a sociedade. Uma vez que, as vantagens do Direito Empresarial trazem consigo grandes possibilidades de negociação por todo o mundo, bem como, leis para proteção das partes envolvidas.

Palavras-chave: Direito Empresarial; era digital; evolução empresarial

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO CUIDADO DE FERIDAS POR Leishmaniose Tegumentar Americana: UMA REVISÃO NARRATIVA

658 Acadêmica de Direito – FVS.
659 Acadêmica de Direito – FVS.
660 Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021

Ana Lívia Lima da Silva[661]
Jandeuéri Gomes Soares[662]
Luis Eduardo Paiva Moreira Rodrigues[663]
|Antônio Rafael Coelho Jorge[664]

Introdução: A Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) é classificada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) com uma doença tropical negligenciada, ocasionada pelos protozoários do gênero Leishmania e transmitida por insetos vetores flebotomíneos. A manifestação clínica envolve o surgimento de lesões ulcerosas na pele e na mucosa, que geralmente são indolores e costuma-se localizar em áreas expostas da pele. O tratamento é principalmente medicamentoso e as feridas geralmente são tratadas por coberturas específicas das lesões, mas é um tratamento demorado e envolve a contribuição dos pacientes. **Objetivo:** O presente estudo propôs-se a analisar a atuação profissional da enfermagem no manejo das úlceras apresentadas por pacientes diagnosticados com LTA, bem como a identificar os protocolos e diretrizes preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento dessas lesões, a partir de uma revisão bibliográfica. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, a partir da base como SciELO e Google Acadêmico, de artigos completos publicados entre 2020 e 2025, em português, utilizando descritores como "leishmaniose tegumentar", "feridas", "cuidados de enfermagem" **Resultados:** A revisão evidenciou o papel essencial da enfermagem no tratamento e acompanhamento de pacientes com úlceras de LTA. As ações desenvolvidas abrangem principalmente a higienização eficaz da ferida, e que requer cuidados contínuos. Além disso, a contribuição do paciente é essencial, pois envolve um tratamento prolongado e se não devidamente tratado, poderá contribuir para o surgimento de novas infecções. Os protocolos do SUS, como o Manual de Vigilância da Leishmaniose Tegumentar, são ferramentas importantes que norteiam o trabalho do enfermeiro, garantindo a padronização e a qualidade da assistência prestada. A identificação e análise dos protocolos do SUS revelaram diretrizes para o tratamento farmacológico e para o manejo local das feridas, destacando a importância da abordagem multidisciplinar e da padronização dos cuidados. **Conclusão:** A atuação da enfermagem é essencial para a eficácia do tratamento e recuperação dos pacientes acometidos por LTA, sendo necessário fortalecer a capacitação dos profissionais e a adesão às recomendações institucionais. Esta revisão narrativa reforça a importância da atualização contínua dos profissionais de enfermagem e da divulgação das melhores práticas no manejo dessas lesões.

Palavras-chave: Leishmaniose tegumentar, cuidados de enfermagem, feridas

[661] Acadêmica do Terceiro Período de Enfermagem na Faculdade ViaSapiens
[662] Acadêmico do Terceiro Período de Enfermagem na Faculdade ViaSapiens
[663] Acadêmico do Terceiro Período de Enfermagem na Faculdade ViaSapiens
[664] Bacharel em Ciências Biológicas, Mestre e Doutor em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E REINCIDÊNCIA: A ILEGALIDADE DA NOVA PROPOSTA

Jordânia dos Santos Oliveira Ribeiro[665]
Maria Eduarda Alves Sampaio[666]
Gislayne Moura Sampaio[667]
Raphael Gomes Viana[668]

Introdução: A audiência de custódia, positivada no art. 310 do Código de Processo Penal, é um instrumento processual segundo o qual toda pessoa presa deverá ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz, que analisará a legalidade da prisão e a necessidade de sua manutenção, permitindo o controle de eventuais excessos na condução da prisão, bem como a verificação de maus-tratos, abusos ou tortura praticados por agentes estatais. Nesse sentido, além de ser uma importante ferramenta de proteção dos direitos fundamentais, a audiência de custódia também atua evitando prisões arbitrarias e ilegais, garantindo o respeito a dignidade da pessoa humana no contexto do processo penal. Atualmente, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 1.286/2022, que propõe tornar obrigatória a audiência de custódia apenas para pessoas não reincidentes ou com bons antecedentes, o que levanta preocupações jurídicas e constitucionais. **Objetivos:** O objetivo deste estudo é discutir a função constitucional da audiência de custódia e analisar criticamente os riscos associados à aprovação da medida que restringe a audiência de custódia com base em reincidência. **Metodologia:** O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental, legislação nacional e internacional, além de notícias no site do Senado Federal. **Resultados:** A audiência de custódia foi criada com o intuito de controlar a legalidade da prisão, protegendo os indivíduos contra abusos do poder estatal, sem distinção quanto a antecedentes criminais. Limitar esse direito a pessoas não reincidentes violaria diversos princípios constitucionais e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como o Pacto de San José da Costa Rica. Outrossim, enfraqueceria o combate a abusos policiais, especialmente contra as camadas sociais mais vulneráveis, agravando as desigualdades presentes no sistema penal brasileiro. **Conclusão**: Realizar a audiência de custódia apenas nos casos de presos sem antecedentes criminais representaria grave retrocesso na proteção das garantias fundamentais, vulnerabilizando ainda mais os direitos de pessoas presas. Portanto, o direito de ser conduzido a presença de um juiz após a realização da prisão deve ser assegurado de forma incondicionada, sob pena de ofensa a dignidade humana.

Palavras-chave: Audiência de custódia; Reincidência; Direitos fundamentais.

[665] Acadêmica do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[666] Acadêmica do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[667] Acadêmica do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[668] Diretor Acadêmico da Faculdade ViaSapiens.

A CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Pedro Álisson Lourenço da Silva669
Pedro Sousa Aguiar670
Antonio Ronaldy Augusto Pereira Angelo da Silva671
Francisco Danilo de Souza Gomes672

Introdução: A corrupção no Brasil não é algo novo, principalmente no âmbito da administração pública, mas, nos últimos anos vem ganhando mais destaque por diversos casos presentes. Um exemplo é a operação Lava-Jato, que ficou conhecida por ter sido um esquema bilionário de desvio de recursos. Além disso, há outros casos fraudulentos como em processos seletivos públicos, plágio em artigos científicos e diplomas falsos. O combate contra as ações de corrupção no Brasil envolve diversas medidas, entre elas: transparência pública, prevenção contra a corrupção, maior proteção e segurança com às fontes de informação. Também é importante a eficiência dos recursos no processo penal e aumentar a pena para os crimes de maiores valores no setor público. **Objetivos:** Este resumo simples tem como principal objetivo trazer discursões sobre a corrupção, pois essas ações fraudulentas causam ineficiência na prestação de serviço e aumenta a desigualdade social. **Metodologia:** Com o objetivo de identificar os fatores que motivaram os indivíduos a cometerem um ato de corrupção, foi feita uma pesquisa em estudos de caso, e em pesquisas bibliográficas. **Resultados:** Em sua grande parte, a motivação para um ato corrupto se dá por meio da ganância, da percepção de impunidade pelas leis do código penal no Brasil, e muitas vezes pela falta de fiscalização e segurança, facilitando a fraude na administração pública. **Conclusão**: Diante do que foi exposto, conclui-se que a corrupção na administração pública é um problema persistente, impulsionado pela falha de fiscalização e ganância dos agentes envolvidos. Portanto é essencial investir em medidas eficazes de prevenção, transparência e responsabilização. Com isso, percebe-se a importância do fortalecimento do código penal para que sejam acrescentadas punições mais severas, e a valorização da integridade pública.

Palavras-chave: Corrupção; Fraude; Pública; Medidas; Ganância; Impunidade.

669 Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens - FVS.
670 Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens - FVS.
671 Acadêmico de Direito pela Faculdade ViaSapiens - FVS.
672 Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.

LEGALIZAÇÃO DA MACONHA NO BRASIL: DILEMAS JURÍDICOS E SOCIAIS

Vinicius Gabriel Vasconcelos Bôto673
Maria Clara Pereira Sousa674
Raphael Gomes Viana675

Introdução: No cenário atual, a discussão sobre a legalização da maconha tem ganhado cada vez mais espaço no contexto jurídico e social, mostrando-se como uma possível solução para diversos problemas, como tratamentos medicinais, combate ao tráfico de drogas e o encarceramento em massa. No entanto, isso vai muito além de apenas uma mudança legislativa, pois o impacto afetará não só a sociedade brasileira, como os países próximos. **Objetivos:** Apresentar uma análise sobre a legalização da maconha, com ênfase nos riscos e consequências dessas medidas, visando a proteção social, a democracia e a garantia da ordem pública. **Metodologia:** O trabalho foi feito com base em uma pesquisa qualitativa e quantitativa, utilizando-se de artigos científicos, a Lei de Drogas N° 11.343/2006, decisões do Supremo Tribunal Federal, documentários e dados estáticos. **Resultados:** A legalização não é a melhor alternativa para o país no momento, visto que o Brasil enfrenta sérios desafios estruturais em educação, saúde pública e políticas preventivas. Dessa forma, os riscos, como o aumento do consumo de drogas — especialmente entre os jovens devido à banalização —, gerariam uma maior demanda de produção que o Estado pode não conseguir atender e o tráfico quem irá assumir esse papel. Apesar de ser comprovado cientificamente os benefícios medicinais e terapêuticos da maconha, é necessário que ela seja acompanhada de políticas bem estruturadas, caso não, a também chamada "marijuana", pode ser usada como justificativa equivocada de que a droga não causa danos, incentivando o uso recreativo e ampliando outros problemas sociais. **Conclusão**: Portanto, antes de se discutir a legalização da maconha, é preciso enfrentar problemas já existentes e melhorar as políticas de saúde, educação e justiça. Ademais, o uso medicinal com a legalização pode ser banalizado, não sendo mais uma solução para o tráfico ou alguns problemas de saúde e sim o catalisador dos problemas sociais. Contudo, qualquer mudança deve respeitar a dignidade da pessoa humana e promover ordem e democracia.

Palavras-chave: Legalização; Maconha; Solução.

SUPERLOTAÇÃO DOS PRESÍDIOS E A FALTA DE EFETIVIDADE DAS PENAS ALTERNATIVAS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

673 Tecnólogo em Serviços Jurídicos, Cartorários e Notariais pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera. Graduando em Direito (3º período) pela faculdade ViaSapiens.
674 Graduanda em Direito (3º período) pela faculdade ViaSapiens
675 Mestre em Direito, Advogado e Professor Universitário da Faculdade ViaSapiens – FVS.

Francisco Sidney Ribeiro Dos Santos676
Maria clara Oliveira Cardoso677
Ananias Ryan Belchior Pontes678
Francisco Ronniere da Silva679

Introdução: A superlotação do sistema prisional brasileiro é um problema persistente que compromete a eficácia da justiça penal e os direitos humanos. Com uma das maiores populações carcerárias do mundo, o Brasil enfrenta sérias dificuldades relacionadas à infraestrutura precária, à reincidência criminal e à ausência de políticas eficazes de reintegração social. Este cenário é agravado por uma cultura punitiva enraizada na sociedade, que tende a valorizar a privação de liberdade mesmo em casos de delitos de menor potencial ofensivo. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo mostrar o porquê a cultura punitiva da sociedade está crescendo e como o estado aumenta a reincidência criminal, causando de forma direta e indireta o aumento da criminalidade e por fim a lotação de unidades prisionais e mostrando uma das formas de resolver este problema a curto, médio e longo prazo. **Metodologia:** Foram consultados dados do Conselho nacional de justiça (CNJ), Departamento penitenciário (Depen) decisões de tribunais e juízes, notícias, reportagens, consulta a profissionais que atuam na segurança pública, a pesquisa analisou em como o a legislação penal se comporta no âmbito social na tentativa de inibir crimes e ressocializar detentos. **Resultados:** De acordo com a pesquisa as penas alternativas se mostraram ineficazes em sua maioria, devido a resistência cultural e também a quase inexistente fiscalização destas penas especificas, os crimes de menor potencial ofensivo cresce devido o baixo acesso a itens de consumo causados pela politica econômica falha no Brasil, onde o país dificulta o consumo através de altos impostos. Já os crimes diversos estão aterrorizando a população devido a burocracia e dificuldade de atuação dos órgãos de segurança pública e a nova cultura de "empoderamento do crime" através da nova cultura de conflito com a polícia, negação do estado e diversos direitos dos presos e criminosos. **Conclusão**: A superlotação é o menor dos problemas brasileiros, haja vista que um dos países mais populosos do mundo e com baixa “querência” no combate ao crime logico que haverá mais criminosos, deve-se aumentar o numero de presídios, endurecer as penas, obrigar os presos a trabalhar, reformular a politica educacional, econômica, aumentar a ação dos órgãos de segurança.

Palavras-chave: Estado paralelo. Organização criminosa. Ressocialização.

“TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EM RECURSOS HUMANOS: O PAPEL DA IA NA MELHORIA DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL”

676Acadêmico de Direito na Faculdade Via Sapiens - FVS
677Acadêmica de Direito na Faculdade Via Sapiens - FVS.
678Acadêmico de Direito na Faculdade Via Sapiens - FVS.
679Professor universitário, mestre em Filosofia (UFC-CE); Especialista na Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia (FUC-SP).

Maria Thiciane Gadelha Batista [680]
Erlane Jaynara Rodrigues de Melo[681]
Layanne Nádia de Sá Silva [682]
Keila Costa [683]

INTRODUÇÃO: Com o avanço da Inteligência Artificial (IA), os processos tradicionais de gestão de pessoas estão sendo otimizados, permitindo maior eficiência, redução de custos e melhoria no desempenho organizacional. A IA está sendo aplicada desde o recrutamento até a retenção de talentos, proporcionando insights baseados em dados e personalizando a experiência do colaborador. **OBJETIVOS:** O objetivo deste estudo é analisar o impacto da Inteligência Artificial nos processos de Recursos Humanos, destacando como ela contribui para a melhoria do desempenho organizacional. Buscando também identificar os principais benefícios, desafios e casos de sucesso na implementação de soluções de IA no RH. **METODOLOGIA:** Este artigo foi desenvolvido com base em uma revisão bibliográfica de artigos científicos, relatórios de consultorias especializadas e estudos de caso de empresas que implementaram IA em seus processos de RH. As fontes incluem publicações da McKinsey, Gartner, Deloitte e Harvard Business Review, além de dados de plataformas de gestão de pessoas que utilizam IA. **RESULTADOS:** A aplicação de Inteligência Artificial no recrutamento tem demonstrado resultados mensuráveis em eficiência e qualidade de contratação. Segundo pesquisa da McKinsey (2022), empresas que implementaram soluções de IA reduziram em 75% o tempo médio de contratação, com um aumento de 30% na precisão na seleção de candidatos compatíveis com as vagas. Existem também ferramentas como o Chatbots, que reduz o tempo de triagem em 40%, a análise de currículos pela IA aumenta a precisão em 25%. Também existe a 15Five é uma plataforma de gestão contínua de desempenho que combina feedback em tempo real, check-ins semanais e análises preditivas para melhorar o engajamento e a produtividade dos colaboradores. Os dados evidenciam que a IA no RH gera ganhos tangíveis em produtividade e retenção, mas exige governança rigorosa para mitigar riscos existentes. **CONCLUSÃO**: A Inteligência Artificial está redefinindo a maneira como as empresas gerenciam seus recursos humanos, trazendo eficiência, precisão e personalização. No entanto, sua implementação exige cuidados com ética, transparência e adaptação cultural. Organizações que adotam a IA de forma estratégica tendem a obter vantagem competitiva, melhorando não apenas processos internos, mas também o desempenho organizacional como um todo. À medida que a tecnologia evolui, espera-se que a IA continue a desempenhar um papel crucial no RH, desde o recrutamento até a gestão de talentos, sempre com o objetivo de alinhar pessoas e resultados empresariais.

Palavras-chave: Transformação digital. Inteligência artificial. Recursos Humanos.

O DEVER DE PRESTAR ALIMENTOS A MAIORES INCAPAZES. É POSSÍVEL A EXONERAÇÃO APÓS A MAIORIDADE?

[680] Discente da faculdade Via Sapiens
[681] Discente da faculdade Via Sapiens
[682] Discente da faculdade Via Sapiens
[683] Doscente da faculdade Via Sapiens

Isabele Porzelt 684
Gilmara de Matos Carvalho 685
Jarina Silva de Aragão 686
Francisco Roney de Sousa Ribeiro 687

Introdução: O presente resumo aborda a manutenção do dever de prestar alimentos ao alimentando que, embora maior de idade, seja considerado incapaz. Ainda que a maioridade civil, aos 18 anos, represente marco jurídico relevante, ela não extingue automaticamente a obrigação alimentar, especialmente quando o alimentando não consegue prover seu próprio sustento por razões excepcionais. **Objetivo:** O objetivo é compreender os limites e a continuidade da obrigação alimentar em situações excepcionais, notadamente quando o alimentando maior é portador de deficiência física ou mental, ou se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Pretende-se, ainda, destacar que a exoneração dessa obrigação depende de decisão judicial. **Metodologia:** O estudo se fundamenta na análise de dispositivos legais e jurisprudência pertinentes, com destaque para o artigo 1.699 do Código Civil e a Súmula 358 do Superior Tribunal de Justiça. Foram utilizados textos normativos e decisões judiciais que tratam da manutenção da obrigação alimentar mesmo após a maioridade, sobretudo nos casos em que persiste a incapacidade do alimentando. **Resultados:** A análise evidencia que a incapacidade do alimentando maior de idade constitui fundamento legítimo e relevante para a continuidade da obrigação alimentar, independentemente da maioridade civil. Quando o alimentando apresenta deficiência física ou mental que o incapacita para o trabalho e para prover seu próprio sustento, o dever do responsável legal permanece inalterado. **Conclusão**: A obrigação alimentar não se extingue com a maioridade civil quando estiver demonstrada a incapacidade ou necessidade do alimentando. A exoneração não é automática, devendo ser requerida judicialmente e dependerá da comprovação da desnecessidade da pensão. O Direito de Família, ao tratar dessa matéria, visa resguardar a dignidade da pessoa humana e assegurar a solidariedade familiar.

Palavras-chave: Alimentos; Maioridade; Incapacidade.

QUANDO O TALENTO VAI EMBORA: o impacto da liderança na retenção de colaboradores valiosos

684 Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.
685 Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.
686 Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade ViaSapiens.
687 Professor Orientador. Advogado e docente do Curso de Bacharelado em Direito. Especialista em Direito e Processo Civil, Faculdade ViaSapiens.

Luis Eduardo de Sousa Santos [688]
Natanael Alves Silva de Araújo [689]

Introdução: Atualmente, muitas empresas enfrentam a perda de seus melhores talentos, e essa evasão não se deve apenas à remuneração. Profissionais qualificados buscam, cada vez mais, reconhecimento, propósito e oportunidades de desenvolvimento — elementos que transcendem o aspecto financeiro. Grande parte dos pedidos de demissão está relacionada a falhas na liderança, especialmente pela ausência de líderes inspiradores, pela falta de feedback, pela inexistência de treinamentos e pela negligência em reconhecer o esforço dos colaboradores. Diante desse cenário, compreender as motivações humanas torna-se fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de retenção de talentos. A hierarquia das necessidades humanas — que abrange os níveis fisiológico, segurança, afiliação, estima e autorrealização — oferece um referencial relevante nesse contexto. Colaboradores tendem a se engajar mais e apresentar melhor desempenho à medida que suas necessidades são atendidas, especialmente quando alcançam o nível de autorrealização, no qual sentem-se plenamente realizados e conectados com seu propósito. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar a influência da liderança no engajamento e na retenção de talentos, destacando a importância da motivação alinhada às necessidades dos seus colaboradores nas organizações. **Metodologia:** A pesquisa é qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica de autores clássicos da administração e em dados secundários provenientes de fontes reconhecidas. **Resultados:** Espera-se que este estudo aponte estratégias pelas quais o comportamento organizacional, aliado a uma liderança eficaz, contribua diretamente para a valorização e retenção de talentos. A intenção é reforçar que a responsabilidade por motivação, engajamento e clima organizacional não deve recair unicamente sobre o setor de Recursos Humanos, mas ser compartilhada com a liderança. Investir no capital humano, por meio de lideranças comprometidas, favorece a inovação, o desenvolvimento e o fortalecimento da cultura organizacional. **Conclusão**: Conclui-se que a retenção de talentos depende, principalmente, da atuação de líderes capazes de compreender e atender às necessidades dos colaboradores. Mais do que ações pontuais do RH, são as lideranças preparadas que promovem um ambiente saudável, motivador e alinhado ao desenvolvimento contínuo do capital humano.

Palavras-chave: Capital Humano; Cultura organizacional; Liderança; Retenção de Talentos.

A APLICAÇÃO DA ESTATÍSTICA NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A TOMADA

688 **Graduando em Administração** e Gestão de Recursos Humanos, Campus Tianguá, Faculdade ViaSapiens (FVS). **Correio eletrônico:** eduardosantos.app02@gmail.com
689 **Professor Orientador.** Bacharel em Administração pela FIED. Possui especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho (FARESE), Administração Financeira (URCA) e MBA em Engenharia da Produção pelo INEX. Atualmente, é pós-graduando em Neuropsicopedagogia pelo Instituto Carreira (IC). **Correio eletrônico:** natanael.alves@faculdadeviasapiens.com.br

DE DECISÃO

Julia Almeida Lima [690]
Alyson de Sousa Gomes[691]
Ícaro Gabriel V. C. B. Pereira[692]
Luciane dos Santos Jácome[693]

Introdução: O presente trabalho revela o estudo realizado no Brasil, sobre a aplicação de técnicas de planejamento estratégicos e conhecimentos voltados a estatística em ambientes empresariais com foco nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs), observando os principais mecanismos e conhecimentos utilizados diante situações cotidianas e para a resolução de possíveis problemas a longo prazo, dessa forma, sendo capaz de compreender todos esses processos organizacionais. **Objetivos:** Verificar de maneira intrínseca como é implementado e quais são as estratégias de planejamento, para que Micro e Pequenas Empresas (MPEs) possam estar evoluindo no mercado, tendo em vista o cenário atual na economia e adversidades que possam pôr em risco, esses empreendimentos utilizando como uma de suas maiores ferramentas o estudo de estatísticas quali-quantitativas, de caráter descritivo, para quê a partir da coleta de dados haja a análise junto ao setor estratégico, sobre decisões futuras dentro da organização. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica, com foco na análise de artigos científicos relacionados à estatística e à teoria de big data aplicadas à gestão empresarial. As fontes foram selecionadas por meio de buscas sistemáticas nas bases SciELO e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como “estatística empresarial”, “planejamento estratégico” e “tomada de decisão”. A escolha dos materiais considerou a atualidade, a relevância científica e a aplicabilidade prática dos conceitos ao contexto de micro e pequenas empresas brasileiras. **Resultados:** Verificou-se que as empresas que utilizam a estatística em seu planejamento estratégico tomam decisões mais conscientes e fundamentadas. Assim, esse uso adequado das informações disponíveis contribui diretamente para o crescimento e desenvolvimento organizacional, pois permite identificar oportunidades, reduzir custos e definir planos e metas futuras mais eficientes. **Conclusão**: Conclui-se que atualmente, apesar da previsão por meio de dados estatísticos seja a melhor estratégia para uma maior previsibilidade de acontecimento e que tem maior potencial, por meio de estimativas, percebe-se por meio dos números que a realidade acerca do conjunto de algumas microempresas brasileiras, no que tange toda a utilização do processo de tomada de decisão ainda não utiliza tal artifício.

Palavras-chave: Estatística; Planejamento Estratégico; Tomada de Decisão.

ANÁLISE CRÍTICA E SOCIAL DA PERCEPÇÃO DAS MULHERES SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

[690] Estudante de Bacharelado em Administração na Faculdade ViaSapiens
[691] Estudante de Bacharelado em Administração na Faculdade ViaSapiens
[692] Estudante de Bacharelado em Ciências Contábeis na Faculdade ViaSapiens
[693] Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2019). Doutoranda em Economia Rural pela UFC. Professora dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia na Faculdade do Vale do Salgado (FVS). Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de Administração e Ciências Contábeis.

Anna Sara Cassiano Teixeira 694
Lívia Helena Silva Sousa 695
Maria Rayane Sousa Damasceno 696
Orientador: Paulo Adenes Teixeira Coelho 697

Introdução: A violência obstétrica é uma forma de violação dos direitos humanos, que atinge a mulher em um momento de vulnerabilidade o momento do parto. Essa prática muitas vezes é viabilizada e naturalizada por algumas instituições de saúde impactando diretamente a dignidade, a autonomia à integridade física e emocional das parturientes. **Objetivo:** Este estudo objetivou fazer uma análise bibliográfica sobre a percepção das mulheres sobre a violência obstétrica no cenário em que ocorrem implicações na assistência ao parto da rede pública. **Metodologia:** Trata se de um estudo retrospectivo, com levantamento bibliográfico de artigos científicos relacionados a temática publicadas e disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS, https://bvsalud.org/). Para a triagem dos artigos foram selecionados os seguintes descritores, indexados no Descritores em Saúde (https://decs.bvsalud.org/), são eles: Violência obstétrica; Direito das mulheres e Sistema de saúde, bem como o operador booleano AND entre cada descrito, Como critérios de exclusão foram adotados: artigos publicados e indexados entre os anos de 2020 e 2025 das principais bases da BVS, e os critérios de exclusão foram: documentos em formatos diferentes, como tese, documentos de projetos, e artigos publicados fora do período acima. **Resultados e discussão:** Dos 36 resultados obtidos, 5 foram selecionados. Os estudos indicam que a violência obstétrica está ligada a um modelo autoritário de assistência, marcado pela medicalização do corpo feminino e pela centralização das decisões nos profissionais de saúde. Práticas desumanizadas são mantidas como rotina hospitalar, mesmo contrariando as diretrizes da OMS. Estudos apontam que a adoção de intervenções não recomendadas, como ocitocina rotineira, amniotomia e manobra de Kristeller, configura violência obstétrica. Além disso, violência é pouco reconhecida pelas mulheres, devido à vulnerabilidade emocional durante o parto, o que gera silenciamento e impactos negativos na saúde. Nesse cenário, a enfermagem tem papel essencial ao promover cuidado ético e humanizado, contribuindo para a transformação do modelo de assistência. **Conclusão:** Esse cenário evidencia a urgência de repensar os processos formativos operacionais dos serviços públicos de saúde, valorizando a autonomia da mulher como um princípio inegociável.

Palavras chave: Negligencia; Intervenções; Saúde pública; Saúde da mulher.

CONTRATOS ELETRÔNICOS: SEGURANÇA E VALIDADE JURÍDICA

694 Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
695 Discente do Curso de Enfermagem e membro do Grupo de Estudos de Desenvolvimento de Habilidades em Escrita Científica e Pesquisa Acadêmica da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
3 Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.
4 Docente do Curso de Nutrição e Coordenador do Grupo de Estudos de Desenvolvimento de Habilidades em Escrita Científica e Pesquisa Acadêmica da Faculdade ViaSapíens. Tianguá – CE.

Nataniel Tomaz da Silva[698]
Francisco Danilo de Souza Gomes[699]

Introdução: Hoje em dia, fechamos acordos completos pela internet, basta um clique para formalizar contratos que antes exigiam papel e caneta. No Brasil, a digitalização de serviços bancários, do comércio eletrônico e até das plataformas governamentais acelerou essa transformação. Mas, junto com a praticidade, vêm dúvidas sobre segurança e validade desses contratos. Apesar de termos a Medida Provisória 2.200-2/2001 (ICP-Brasil) e a Lei 14.063/2020 para regular assinaturas digitais, ainda há brechas que fraudadores exploram, especialmente afetando grupos mais vulneráveis, como idosos. **Objetivos:** Entender como funciona hoje os mecanismos de proteção (assinatura digital, certificados ICP-Brasil, criptografia) e ver de que forma os requisitos de validade do Código Civil (art. 104) podem ser ajustados para tornar esses contratos mais seguros. Além disso, vamos aplicar os princípios da boa-fé objetiva e da autonomia da vontade para sugerir melhorias práticas. **Metodologia:** Nossa pesquisa se baseia em revisão bibliográfica da legislação geral (Código Civil, CDC, LGPD), análise detalhada de normas específicas (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020) e estudo de decisões judiciais recentes sobre contratos eletrônicos. **Resultados:** O ordenamento brasileiro já valida contratos eletrônicos, mas faltam regras claras para coibir fraudes e garantir autenticação segura. Em mais de 60% dos golpes bancários, há roubo de dados pessoais e os idosos aparecem entre as principais vítimas (FEBRABAN, 2020). Os certificados digitais trazem integridade e autenticidade, mas ainda são pouco adotados no setor privado. Tribunais têm responsabilizado bancos por falhas de segurança, mostrando que a responsabilidade civil é uma via efetiva de coibir delitos. **Conclusão**: Para consolidar a segurança dos contratos eletrônicos, é preciso combinar inovação tecnológica com leis mais rigorosas. Estender o uso de certificação digital em bancos e empresas. Criar campanhas de educação digital voltadas a idosos e outros grupos vulneráveis. Atualizar as normas para incorporar padrões de criptografia de última geração. Assim, aumentamos a confiança dos usuários, reduzimos fraudes e evitamos disputas judiciais.

Palavras-chave: Contratos eletrônicos; Segurança digital; Validade jurídica; Assinatura eletrônica; Fraudes bancárias.

O INICIO DO DIREITO TRIBUTÁRIO

[698] Acadêmico de Direito - FVS.
[699] Professor de Direito da Faculdade Via Sapiens - FVS. Pesquisador. Coordenador de pesquisa FVS. Especialista em Direito Público e Privado, Direito Internacional, Direito e Processo Penal e Direito Educacional e Gestão de Instituição Educacional.

Jardel Amarante De Paula700
Francisco Danilo de Souza Gomes701

Introdução: Embora o tributo como principal objeto de estudo do Direito Tributário tenha sua origem em longa data, leciona que a disciplina, como dimensão do Direito Financeiro, passou a ser estudada, de forma autônoma, como ciência a partir do século XVIII. No Brasil, ao estudo das Ciências das Finanças no seu aspecto ontológico, buscando identificar e isolar o seu objeto de estudo, estabelecendo a ligação entre a Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Direito Tributário como sinônimo de Direito Fiscal. Porem dedicou-se ao estudo das Ciências das Finanças, porém, dando ênfase ao estudo das finanças, separando-a do Direito Financeiro e estabelecendo a distinção entre o Direito Tributário e o Direito Fiscal. **Objetivos:** O estudo da Teoria dos Sistemas pretende abordar alguns conceitos, tais como: autoreferência, acoplamento estrutural e irritabilidade e como eles poderão nos auxiliar na busca pela autonomia do Direito Tributário. **Metodologia:** O estudo da Constituição Financeira mostra-se como um referencial para compreender o Direito Financeiro e por consequência o Direito Tributário, e sua interdisciplinaridade nos dias atuais, contudo, as diferenças metodológicas que envolvem o estudo demonstram a necessidade de aprofundamento das pesquisas. **Resultados:** Dessa análise pontual, verifica-se que a noção de sistema envolve mais que o simples estudo do CTN ou do Sistema Tributário Nacional. Faz-se necessário compreender o significado da Constituição Financeira e a metodologia utilizada em seu estudo. Desta forma, o estudo deve ser feito por meio do 'positivismo metódico-axiológico', como modelo da hermenêutica do direito (sistema interno), assim como de construção da dogmática jurídica (sistema externo) Assim, a teoria da Constituição Financeira pretende analisar o Direito Financeiro, e por sua vez o Tributário, na sua relação com os demais subsistemas constitucionais. **Conclusão**: Em face das incertezas e inseguranças dos dias atuais, e pela necessidade de conformação do Direito Tributário com as demais disciplinas, entende-se que a Teoria dos Sistemas pode ser uma referência, pois, ao classificá-lo como subsistema auto-referencial, pode ser um caminho para sustentar a sua autonomia.

Palavras-chave: Direito financeiro, Direito tributário e Sistema tributário Nacional.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR GOLPES E FALHAS NA PRESTAÇÃO: PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E REPARAÇÃO DE DADOS

700 Jardel Amarante de Paula (academico de direito faculdade viasapiens 10ºsemestre)
701 Professor do Curso de Direito.

Guilherme Torres do Nascimento[702]
Rauny Nogueira Lino Alves[703]
Danilo Álvaro de Sousa Reis[704]
Maria Lívia Vasconcelos Magalhães[705]
Antônio Ximenes Carvalho[706]

Introdução: A responsabilidade civil por golpes e falhas na prestação de serviços trata-se da obrigação de reparar os prejuízos causados quando há falhas na execução de serviços contratados ou quando os consumidores são vítimas de golpes, como fraudes contratuais ou abusos nas relações comerciais. Na responsabilidade civil, as empresas ou prestadores de serviços têm a obrigação legal de garantir que seus serviços sejam prestados de forma eficiente, transparente e sem causar danos aos seus clientes. Quando ocorrem falhas ou omissões nos serviços prestados, ou quando consumidores são vítimas de golpes envolvendo a má conduta de prestadores de serviços, estes devem ser responsabilizados pela reparação dos danos. A legislação brasileira estabelece mecanismos para a proteção dos consumidores e determina que os prestadores de serviços sejam responsabilizados em casos de falhas ou fraudes, visando garantir que as relações contratuais sejam justas. **Objetivos:** O estudo tem como objetivo esclarecer a importância da responsabilidade civil por golpes e falhas na prestação de serviços, destacando a necessidade de responsabilização dos prestadores para garantir a proteção do consumidor, evitando abusos e assegurando que os danos sejam devidamente reparados. **Metodologia:** Adotou-se uma abordagem qualitativa, com análise dos dispositivos legais pertinentes à responsabilidade civil e dos conceitos relacionados ao CDC. **Resultados/Discussão:** A responsabilidade civil por golpes e falhas na prestação de serviços desempenha um papel fundamental na proteção do consumidor, ao garantir que este não seja prejudicado por erros ou fraudes. As empresas prestadoras de serviços devem agir com diligência e transparência, respeitando os direitos do consumidor. Além disso, o respeito às normas legais é essencial para assegurar o equilíbrio nas relações comerciais e evitar danos aos consumidores. A reparação de danos, sejam eles materiais ou morais, é uma medida necessária para compensar os prejuízos causados pelas falhas ou fraudes. **Conclusão:** Conclui-se que a responsabilidade civil por golpes e falhas na prestação de serviços é um mecanismo essencial para proteger o consumidor e assegurar que as relações contratuais sejam justas e equilibradas. A legislação vigente estabelece medidas de proteção eficazes, garantindo que os consumidores tenham acesso à reparação de danos e que as empresas cumpram com suas obrigações de maneira ética e responsável.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Golpes. Falhas.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DAS MÃES ATÍPICAS DE CRIANÇAS COM (TEA) EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

[702] Graduando do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens e membro da Comissão de Direito Ambiental da OAB Ibiapaba.
[703] Graduando do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[704] Graduando do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[705] Graduando do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[706] Professor Esp. do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

Francisca Iara Aguiar e Silva[707]
Helenita Martins de Carvalho[708]
Heloiza Silva Gomes[709]
Maria Sadara de Sousa Pinheiro [710]

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento complexo que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento. As pessoas com (TEA) podem apresentar dificuldades em múltiplas áreas de sua vida, desde a infância até a vida adulta, como compreender e interpretar situações do cotidiano, entender expressões popularmente utilizadas, novas sensações e sentimentos sentidos no corpo e novas adaptações, também possuem dificuldade em desenvolver relacionamentos e lidar com mudanças em sua rotina. Embora as dificuldades enfrentadas pelas crianças sejam frequentemente discutidas, é crucial destacar o papel fundamental desenvolvido pelas mães nesse contexto, que para muitas é algo totalmente novo que na maioria das vezes, possuem pouco acesso à informação ou mesmo nenhum. **Objetivos:** O objetivo desta pesquisa é conscientizar sobre os desafios diários enfrentados pelas mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista e especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, como baixa renda e mães solteiras, que são frequentemente invisibilizadas e esquecidas. Busca-se explorar as barreiras adicionais que essas mulheres enfrentam e identificar estratégias de apoio e intervenção que possam melhorar sua qualidade de vida e promover a inclusão e o bem-estar de suas famílias. **Metodologia:** Realizou-se um método de pesquisa qualitativo documental assistido, combinando análise de documentos e coleta de dados para entender os desafios enfrentados por mães de crianças com TEA. **Resultados:** Observou-se que os desafios enfrentados por mães de crianças com (TEA), em grande maioria destacam-se mães em situação de vulnerabilidade social, que além das dificuldades já presentes, ainda enfrentam o medo do futuro, a ausência de suporte e rede de apoio necessária. Os resultados apontam a complexidade dos desafios enfrentados em multifacetas, incluindo dificuldades de acesso a serviços de saúde na rede pública, a ausência de terapias especializadas para os filhos, falta de informação necessária e correta para recebimento do benefício concedido à criança e o apoio emocional para enfrentar a rotina que segundo elas é exaustiva e fatigante, e que com o tempo leva a ansiedade e em casos mais graves depressão, necessitando também de medicações e tratamento especializado. A pesquisa ressalta a importância de políticas públicas atuantes e programas de apoio que possam atendam às necessidades específicas dessas mães e de seus filhos, visando melhorar a qualidade de vida de ambos e especialmente das mães que têm um papel fundamental e significativo no desenvolvimento da criança, visando promover além da inclusão a visibilidade e suporte necessário para estas mulheres. **Conclusão**: Concluiu-se que a falta de acesso a serviços de saúde, terapias especializadas e apoio emocional pode agravar dificuldades já presentes. Portanto, é fundamental que políticas públicas e programas de apoio sejam implementados para atender às necessidades específicas dessas mães e seus filhos, promovendo assim uma melhor qualidade de vida desde a infância até a vida adulta, e uma melhor qualidade de vida dessas mães. **Palavras-chave:** Autismo. Maternidade Atípica. Políticas Públicas. Inclusão Social.

TECNOLOGIA E CIDADANIA: COMO A BIOMETRIA PODE FORTALECER A CONFIANÇA NOS REGISTROS EXTRAJUDICIAIS DE NASCIMENTO E

[707] Helenita Martins de Carvalho, graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade ViaSapiens.
[708] Francisca Iara Aguiar e Silva, graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade ViaSapiens.
[709] Heloiza Silva Gomes, graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade ViaSapiens
[710] Heloiza Silva Gomes, graduanda do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade ViaSapiens

PROPRIEDADE

Nonato Filho Tavares de Moura[711]
Francisco Danilo De Souza Gomes [712]
Daniel Matos Falcão De Andrade[713]
Larissa Alves Cordeiro[714]

INTRODUÇÃO: A incorporação da tecnologia biométrica aos serviços extrajudiciais representa um avanço significativo na consolidação da cidadania e na modernização da gestão pública registral. Ao permitir a autenticação precisa da identidade dos cidadãos, especialmente em registros de nascimento e de propriedade, a biometria contribui para a redução de fraudes e para o fortalecimento da segurança jurídica. Esse processo reflete a convergência entre inovação tecnológica e direitos fundamentais, promovendo maior transparência e confiabilidade nos atos notariais e registrais. **OBJETIVOS:** Analisar de que forma a utilização da biometria pode fortalecer a confiança social e institucional nos registros extrajudiciais de nascimento e de propriedade, consolidando a cidadania digital no Brasil. **METODOLOGIA:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, baseada em livros, artigos científicos e normativos que tratam da aplicação de tecnologias de autenticação biométrica e sua influência na segurança dos atos registrais. **RESULTADOS:** Observou-se que a implementação de sistemas biométricos em cartórios amplia a eficiência e a legitimidade dos registros, reduzindo significativamente a ocorrência de falsificações e homônimos. Conforme destaca Silva (2023), "a biometria introduz um novo paradigma de confiança, em que a identidade do cidadão é confirmada por características intransferíveis, reforçando a fé pública notarial". **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a biometria, ao ser integrada aos serviços extrajudiciais, não apenas moderniza os procedimentos, mas também fortalece o vínculo entre tecnologia, cidadania e segurança jurídica. Essa integração constitui um passo essencial para a efetivação de uma governança registral mais transparente e confiável.

Palavras-chave: Biometria; Registros extrajudiciais; Cidadania digital; Segurança jurídica; Tecnologia e inovação.

[711] Nonato Filho Tavares de Moura, Graduando em Direito, Faculdade Via Sapiens (FVS); Tianguá – CE; nfmoura11@gmail.com.
[712] Francisco Danilo De Souza Gomes, Graduado em Direito, Mestre em Educação, Professor dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito da Faculdade ViaSapiens; Tianguá-CE; danilo.gomes@faculdadeviasapiens.com.br
[713] Professor Universitário. Doutorado em Ciências Jurídicas.
[714] Doutoranda em Ciências Jurídicas pela UMSA.

A INFLUÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO NA MODULAÇÃO INFLAMATÓRIA DA ENDOMETRIOSE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ana Camile do Nascimento da Silva 715
Joice Gaspar Mendes da Silva 716
Francisca Aline de Sousa Silva 717
Orientador: Paulo Adenes Teixeira Coelho 718

Introdução:. A endometriose é uma doença inflamatória ginecológica crônica que acomete mulheres em idade reprodutiva, caracterizada pela presença de tecido semelhante ao endométrio fora do útero. Os sintomas mais comuns incluem dor intensa, infertilidade e alterações intestinais, comprometendo a qualidade de vida das pacientes. Diante disso, a nutrição tem se mostrado uma aliada importante no manejo da doença. A terapia nutricional adequada pode atuar na modulação da inflamação e na regulação hormonal, contribuindo para o alívio dos sintomas e melhoria do bem-estar. Assim, a alimentação torna-se um recurso terapêutico complementar, com potencial para auxiliar na reversão do quadro clínico da endometriose. **Objetivo:** Este trabalho objetivou fazer uma análise bibliográfica sobre como a alimentação pode influenciar os processos inflamatórios relacionados à endometriose. **Metodologia:** Trata se de um estudo narrativo, com levantamento bibliográfico de artigos científicos relacionados a temática publicadas e disponíveis na Scielo; PubMed, e ScienceDirect. Para a triagem dos artigos foram selecionados os seguintes descritores, indexados no Descritores em Saúde (https://decs.bvsalud.org/), são eles: “Endometriose”, “Nutrição”, “Alimentação”, “Inflamação”, “Dieta anti-inflamatória”, “Microbiota intestinal”, “Ômega-3” e “compostos bioativos”, bem como o operador booleano AND entre cada descrito, Como critérios de exclusão foram adotados: artigos publicados e indexados entre os anos de 2015 e 2025 das principais bases da BVS, e os critérios de exclusão foram: documentos em formatos diferentes, como tese, documentos de projetos, e artigos publicados fora do período acima. **Resultados:** Evidências indicam que padrões alimentares anti-inflamatórios — ricos em ômega-3, fibras, antioxidante e compostos vegetais — contribuem para a redução dos sintomas e modulação da inflamação. Em contrapartida, dietas ricas em gorduras saturadas, açúcares e ultraprocessados tendem a agravar a condição. A relação entre a microbiota intestinal e o desenvolvimento da endometriose também reforça o papel da nutrição no tratamento. A correção de deficiências nutricionais, como de vitamina D, ferro e magnésio, mostra-se relevante na abordagem terapêutica. **Conclusão:** A alimentação desempenha papel importante no manejo da endometriose, podendo atenuar processos inflamatórios e melhorar a qualidade de vida das pacientes. É fundamental que a nutrição seja incorporada de forma mais efetiva nas práticas clínicas, como estratégia complementar ao tratamento convencional.

Palavras-chave: Endometriose; Inflamação; Dieta anti-inflamatória; Nutrição; Ômega-3.

715 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapiens, FVS, Tianguá – CE
716 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapiens, FVS, Tianguá – CE
717 Discente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapiens, FVS, Tianguá – CE
718 Docente do Curso de Nutrição da Faculdade ViaSapiens, FVS, Tianguá – CE

TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA ABORDAGEM SOBRE PRÁTICAS, FISCALIZAÇÃO E REPERCUSSÕES EMPRESARIAIS

Ana Davilla Araújo Alves[719]
Vanessa Vitória Alves de Almeida[720]
Francisco Danilo de Souza Gomes[721]

Introdução: Apesar da abolição oficial da escravidão em 1888, o Brasil ainda convive com práticas de trabalho análogo à escravidão, principalmente em regiões rurais. Essas práticas incluem condições degradantes, jornadas exaustivas, servidão por dívida e restrição de liberdade. A principal causa é a vulnerabilidade socioeconômica de trabalhadores com baixa escolaridade e escassas oportunidades de emprego formal, o que facilita o aliciamento por parte de empregadores que oferecem falsas promessas de trabalho. **Objetivos:** Analisar as práticas contemporâneas de trabalho escravo no Brasil, com foco em sua ocorrência em fazendas, a atuação dos auditores fiscais do trabalho e as repercussões jurídicas e empresariais dessas violações. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica e documental, com análise de dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, relatórios de fiscalização, jurisprudência e estudos de casos reais. A abordagem é qualitativa, com método dedutivo **Resultados:** Casos recorrentes de trabalho escravo têm sido identificados em fazendas de gado, soja e cana-de-açúcar, especialmente nos estados do Pará, Maranhão e Mato Grosso. Trabalhadores são submetidos a alojamentos precários, jornadas abusivas e condições insalubres. A atuação dos Auditores Fiscais do Trabalho tem sido essencial nesse cenário. Esses profissionais realizam operações de campo, frequentemente acompanhados por forças policiais, que resultam no resgate das vítimas, na aplicação de multas e na inserção dos empregadores na "lista suja" do trabalho escravo. Essa lista possui efeito preventivo, ao restringir o acesso de infratores a crédito e a contratos com o poder público. Apesar disso, a fiscalização enfrenta obstáculos como o número reduzido de auditores, a hostilidade em áreas remotas e limitações orçamentárias. As empresas envolvidas sofrem consequências legais, reputacionais e econômicas, o que destaca a importância de medidas preventivas e de responsabilização. **Conclusão**: O combate ao trabalho análogo à escravidão exige o fortalecimento da fiscalização, proteção aos auditores e políticas públicas que promovam trabalho digno. A responsabilização empresarial é essencial para romper o ciclo de exploração e preservar os direitos humanos fundamentais. **Palavras-chave:** Trabalho escravo; Fiscalização; Auditores fiscais.

INTERSECCIONALIDADE NA PSICOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DA PRÁTICA INTERSECCIONAL DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA

[719] Aluna do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.

[720] Aluna do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.

[721] Coordenador do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica (NEXTIC) da Faculdade ViaSapiens - FVS. Professor dos cursos de direito, enfermagem, administração e ciências contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em direito e processo penal pelo UniAmérica (2022). Especialista em direito internacional pelo UniAmérica (2022). Bacharel em direito pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. (2022). É pesquisador pelo grupo NECTAR da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e pelo coletivo TERRAL da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Revisor da revista SAPIENS desde 2021.

Antônia Gabriela Magalhães Alcântara722
Gilsiane Maria Vasconcelos Marques723

Introdução: A interseccionalidade confere o termo que designa a confluência de aspectos sociais, sendo esses a raça, o gênero, a classe, a orientação sexual, entre outros. Além disso, discorre a maneira como esses parâmetros influenciam o desenvolvimento e experiências de um indivíduo. Nesse contexto, a Psicologia, por constituir a ciência que estuda como o ser humano compreende as suas dificuldades e o modo em que se relaciona consigo e com a realidade em que está inserido. Naturalmente, sua prática seria inviabilizada caso destitua-se da inserção da interseccionalidade em seu exercício, tendo em vista que um paciente é incapaz de conciliar-se inteiramente sem abranger todos as particularidades que compõe a sua vivência. Este estudo analisa os instrumentos interseccionais presentes na Psicologia. **Objetivo:** Identificar estratégias competentes para a prática da interseccionalidade (PI) que podem ser adotadas por psicólogos em sua atuação, afim da obtenção de uma resultância positiva integral de um cliente. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, fundamentada no levantamento bibliográfico de artigos científicos publicados entre 2021 a 2025 consultados nas bases de dados institucionais como Google Acadêmico e Capes Periódicos. A busca inicial resultou em 13 estudos, dos quais foram excluídos aqueles que não estavam diretamente relacionados ao objetivo da pesquisa. Como critério de inclusão, foram utilizadas publicações disponíveis na íntegra em português e espanhol, de acesso gratuito. Ao final do processo de triagem, sete artigos científicos foram selecionados. **Resultados:** Observou-se algumas ferramentas que praticam a interseccionalidade relacionadas a resultados satisfatórios em pacientes durante sua aplicação, dentre elas a utilização de referências técnicas por profissionais atuantes da área de políticas públicas, uma vez que orientam o método mais adequado de abordagem considerando as especificidades de cada indivíduo. Ademais, o consumo da literatura nacional referente a situação da realidade brasileira configura, também, uma estratégia da PI na Psicologia posto que aproxima o profissional da experimentação de vida de cada paciente efetivando seu objetivo de profissão. **Conclusão**: Conclui-se que a PI no exercício da Psicologia é fundamental e imprescindível, dado que possibilita a promoção em saúde e o bem-estar integralizado de um indivíduo, dever de todo profissional psicólogo, pois considera o ser humano como multifacetado ponderando todas as suas facetas, validando-as e manejando-as enquanto interferentes na vivência humana. Assim, a adoção de estratégias que visam a PI com o intuito de sua eficácia contribuem diretamente para o desenvolvimento benéfico de um paciente.

Palavras-chave: Enquadramento interseccional. Psicologia Social. Prática em Psicologia.

EDUCAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL: DESAFIOS, AVANÇOS E A EFETIVAÇÃO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL

722 Graduanda em Psicologia pela Faculdade ViaSapiens; Monitora da disciplina Psicologia e Saúde.
723 Graduada em Psicologia pela Faculdade Luciano Feijão; Mestre em Psicologia e Políticas Públicas pela UFC. Docente da Faculdade ViaSapiens.

Gabrielle Sobrinho Damasceno724
João Paulo Aguiar de Sousa725
Ana Thaís Rocha Soares 726

Introdução:A educação no sistema prisional é um direito fundamental reconhecido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). Ela desempenha um papel essencial no processo de ressocialização e redução da reincidência criminal, contribuindo para a reconstrução da identidade dos detentos e para sua reintegração social. No entanto, o acesso efetivo à educação dentro das unidades prisionais brasileiras ainda enfrenta inúmeros obstáculos. **Objetivos:** Analisar o direito à educação dos presidiários no Brasil, com foco na sua efetivação prática, nos desafios enfrentados pelo sistema prisional e nos impactos sociais e jurídicos dessa política pública**. Metodologia:** A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas legislações nacionais, tratados internacionais, relatórios institucionais e artigos acadêmicos sobre educação prisional. Também foram considerados dados estatísticos divulgados por órgãos como o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).**Resultados:** Os dados indicam que, embora haja avanços legislativos e programas educacionais em algumas unidades prisionais, a oferta de educação ainda é limitada, atingindo uma parcela reduzida da população carcerária. Dentre os principais obstáculos estão a falta de infraestrutura, a escassez de profissionais qualificados e o preconceito institucional. Em contrapartida, os estudos demonstram que detentos que participam de programas educacionais têm maiores chances de reinserção social e menor índice de reincidência. **Conclusão**: A educação no sistema prisional é um instrumento eficaz para a promoção da dignidade humana e da segurança pública. Apesar dos desafios, sua ampliação e qualificação devem ser prioridades na agenda pública, exigindo maior investimento estatal, políticas intersetoriais e o fortalecimento de parcerias entre instituições públicas e privadas. O direito à educação dos presidiários não deve ser visto como um benefício, mas como um dever constitucional do Estado e uma condição essencial para a justiça social.

Palavras-chave: educação prisional, direitos humanos, sistema carcerário, ressocialização, políticas públicas.

CICLO VICIOSO DAS PRISÕES BRASILEIRAS: COMO A FALTA DE POLÍTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO ALIMENTA A REINCIDÊNCIA CRIMINAL

724 Gabrielle Sobrinho Damasceno – Estudante de Direito
725João Paulo Aguiar de Sousa - Estudante de Direito
726 Ana Thaís Rocha Soares – Professora Orientadora.

Marceline Maria Vieira Melo[727]
Brayhan Kawan Alves Fernandes de Sousa[728]
William Silva dos Santos[729]

Introdução: O sistema prisional brasileiro enfrenta uma grave crise marcada pela superlotação, condições precárias e altos índices de reincidência criminal. Um dos principais problemas que alimentam esse cenário é a ausência de políticas realmente eficazes de ressocialização. Grande parte dos presos, ao deixarem o sistema prisional, retornam rapidamente ao crime, por falta de oportunidades, apoio e estrutura para reconstruir suas vidas. Nesse cenário, se forma um ciclo vicioso onde o cárcere deixa de cumprir seu papel de reeducação e passa a ser apenas um espaço de punição e exclusão. **Objetivos:** Analisar como a falta de programas de ressocialização nas prisões brasileiras influencia o retorno de ex-detentos ao crime; Compreender que apenas punir não resolve o problema, é preciso criar condições reais para que o indivíduo mude de vida; Refletir sobre a implementação de medidas que visem à promoção de programas de educação, qualificação profissional e acompanhamento psicossocial para o apenado. **Metodologia:** A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, por meio de artigos acadêmicos e fontes jurídicas sobre a falta de políticas de ressocialização eficazes e como isso influencia na perpetuação da reincidência criminal. Foram selecionados estudos que discutem o papel do Estado para a garantia de direitos humanos e redução da criminalidade no Brasil. **Resultados:** A realidade demonstra que, sem acesso à educação, qualificação profissional e apoio psicológico, a maioria dos presos sai da cadeia sem chances reais de mudança. Ao deixar o cárcere, o indivíduo ainda enfrenta o peso do estigma social. Muitas empresas se recusam a contratar egressos do sistema penal, o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho e aumenta o risco de retorno ao crime. Assim, o sistema prisional se torna cada vez mais lotado e ineficiente. Países como Noruega e Alemanha, que investem em ressocialização, apresentam índices muito menores de reincidência. Isso mostra que é possível sim mudar esse cenário no Brasil com políticas públicas bem estruturadas. **Conclusão**: A ausência de políticas de ressocialização contribui diretamente para o alto índice de reincidência criminal. A falta de acesso à educação, ao trabalho e ao apoio psicossocial, somada ao estigma enfrentado após a soltura, forma um ciclo difícil de romper. Somente com a implementação de programas de ressocialização realmente eficientes, será possível transformar o sistema carcerário em um espaço que, de fato, promova a reintegração do preso, construindo uma sociedade mais justa e segura para todos.

Palavras-chave: Ressocialização; Sistema Prisional; Reincidência.

A SUSTENTABILIDADE NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPEs): DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

727 Acadêmica de Direito - FVS.
728 Acadêmico de Direito – FVS
729 Professor Esp. Orientador – FVS. .

Iarli Marques da Cruz[730]
Nicolly Pontes de Aguiar[731]
Tayslla Quéren Fernandes Tavares[732]
Luciana de Andrade Catunda[733]

Introdução: O desenvolvimento sustentável propõe o uso consciente dos recursos naturais de forma a suprir as necessidades da geração atual sem interferir no acesso desses recursos às gerações futuras (Brundtland, 1987). No cenário atual, as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) representam cerca de 99% dos estabelecimentos empresariais brasileiros (SEBRAE, 2018) sendo, portanto, um dos principais agentes para a promoção da sustentabilidade no meio empresarial. **Objetivos:** Analisar os desafios das MPEs na adoção da sustentabilidade propondo estratégias e vantagens competitivas. **Metodologia:** A pesquisa é do tipo bibliográfica de abordagem qualitativa e exploratória tendo como base a análise de cinco artigos científicos coletados nas plataformas de dados Scielo, Scopus, CAPES Periódicos e Google Scholar usando descritores como "sustentabilidade em MPEs" e "gestão ambiental em pequenas empresas", com recorte de 2020 a 2025. Analisaram-se também alguns livros de referência para a gestão sustentável em empresas (Dias, 2020); (Elkington, 1997) e relatórios do SEBRAE e Instituto Ethos. **Resultados:** A pesquisa evidenciou as dificuldades enfrentadas pelas MPEs na adoção da sustentabilidade. Pode-se citar como fatores que contribuem para a perpetuação desse desafio: a ausência de conhecimento técnico e as limitações financeiras. Como solução, faz-se necessário a adoção de estratégias eficazes que incluam a sustentabilidade ao modelo de negócios. A capacitação dos colaboradores, aquisição de tecnologias eficientes e certificações ambientais são de suma relevância para a superação do exposto. Tais elementos geram vantagens competitivas, como redução de custos, diferenciação no mercado e maior resiliência a crises, demonstrando que mesmo empresas com orçamento restrito podem implementar práticas sustentáveis de forma estratégica e contínua. **Conclusão**: Diante dos desafios enfrentados pelas Micro e Pequenas Empresas na adoção de práticas sustentáveis, fica evidente a necessidade de maior apoio institucional, capacitação técnica e conscientização sobre os benefícios da sustentabilidade. A gestão de recursos naturais nas MPEs é um diferencial estratégico, permitindo adaptação às exigências do mercado e fortalecimento da competitividade. E, embora estas enfrentam diversos obstáculos para inclusão de práticas sustentáveis, os benefícios a médio e longo prazo se constituem como justificativas válidas para o investimento em políticas ambientais.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas; Sustentabilidade; Gestão Ambiental.

EFEITOS DA LEI 14.994/2024 NA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES, CONFORME ESTABELECIDO PELA LEI MARIA DA PENHA (LEI N. 11.340/2006)

[730] Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade ViaSapiens.
[731] Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade ViaSapiens.
[732] Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade ViaSapiens.
[733] Docente dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens.

Antonio Henrique Da Silva Araujo[734]
João Marcos Moreno Fidélis [735]
Rikelma Pinheiro Rodrigues [736]
William Silva dos Santos[737]

Introdução: Em que pese a Lei Maria da Penha tenha trazido maior proteção jurídica e eficiência na prevenção e repressão à violência doméstica e familiar contra a mulher, novos mecanismos têm sido criados para intensificar tal política criminal, razão pela qual foi criada a Lei n. 14.994/24, para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e a de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher, a qual, juntamente com a jurisprudência atual, tem realizado implementos na rede de proteção à mulher em situação de violência de gênero. **Objetivos:** O presente trabalho busca enfatizar algumas mudanças trazidas pela Lei n. 14.994/24 e como tais implementos reforçam a eficácia da política criminal de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher apregoada pela Lei n. 11.340/24 e reiterada pelas cortes superiores. Afinal, o que, de fato, melhorou? **Metodologia:** Abordagem quantitativa, com a utilização de procedimentos bibliográficos, documentais e explicativos. **Resultados:** A Lei nº 14.994/2024 teve um impacto direto e fortalecedor sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), ampliando sua eficácia no combate à violência de gênero. Outrossim, houve a alteração do art. 147, do Código Penal, no qual tal crime não mais dependerá de representação da vítima, ou seja, isso significa que a investigação e o processo criminal podem ser iniciados independentemente da vontade da vítima, bastando o simples conhecimento do poder público para que a máquina pública da persecução penal seja acionada. Diante disso, tal lei é reforçada pelas jurisprudências dos tribunais brasileiros, como também pela súmula 542, do Supremo Tribunal de Justiça -STJ-, impedindo que o ciclo de violência continue por meio de pressões para que a vítima desista da denúncia após o início do processo. **Conclusão**: Essa modificação foi implementada com o objetivo de ampliar a proteção às mulheres que sofrem violência, minimizando as chances de intimidação por parte do agressor, que antes podia pressionar a vítima a não apresentar denúncia. A proposta parte do reconhecimento de que, frequentemente, mulheres em situação de violência doméstica se encontram em contextos de coação ou dependência emocional e econômica, o que compromete sua capacidade de tomar decisões seguras e justas para garantir sua própria integridade. **Palavras-chave:** Lei 14.994/2024; Lei Maria da Penha; Proteção à mulher.

PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: ANÁLISE DA EFETIVIDADE E ACESSO À JUSTIÇA

[734] Aluno do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens..
[735] Aluno do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens..
[736] Aluna do curso de Direito da Faculdade Via Sapiens..
[737] Professor Orientador; Professor Esp. do Curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.

Janiele Ferreira dos Santos 738
Rejane Luisa de Lima Tomaz 739
Raimundo Dias de Oliveira Neto[740]

Introdução: Discute os fundamentos que regem o processo trabalhista – Princípios processuais, destacando a importância de garantir que todos tenham acesso à justiça. Eles orientam a aplicação da lei, a condução dos processos e a atuação dos profissionais do direito. Os princípios do direito processual do trabalho são pilares essenciais para a garantia do acesso à justiça. **Objetivos:** Analisar os fundamentos dos princípios do direito processual trabalhista e sua importância para garantir o acesso à justiça. Avaliar como os princípios impactam na efetividade do processo e propor medidas para melhorar a aplicação dos princípios, visando um melhor acesso ao judiciário. **Metodologia:** Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica dos fundamentos dos princípios do direito processual trabalhista, na doutrina de Carlos Henrique Bezerra Leite. **Resultados:** A abordagem clássica dos princípios do direito processual trabalhista tem como fundamento central a dignidade da pessoa humana e a função social do processo. Eles são garantidores de que o trabalhador, parte vulnerável da relação laboral, possa realmente exercer seus direitos perante a justiça sem entraves formais, econômicos ou técnicos. Orienta-se a aplicação dos princípios de modo a garantir que o direito material seja concretizado e não, apenas reconhecidos formalmente. **Conclusão**: A efetividade do acesso a justiça do trabalho está diretamente vinculada à aplicação concreta dos princípios que regem o processo laboral, pois estes não apenas norteiam o funcionamento da justiça, mas também cumprem papel essencial na superação das desigualdades materiais entre empregado e empregador, promovendo assim acesso democrático e inclusivo ao sistema de justiça.

Palavras-chave: Princípios; Justiça; Efetividade.

ECONOMIA DO IMPULSO: O CONSUMO EXAGERADO NAS REDES SOCIAIS

738 Acadêmica de Direito – FVS.
739 Acadêmica de Direito – FVS.

[740]Mestre em Filosofia (UVA); Pós-Graduado em Direito do Consumidor (UNIFOR) e Direito Processual do Trabalho (UNICHRISTUS); Juiz do Trabalho do TRT-7a Região/CE; Professor de Direito e Processo do Trabalho.

Andressa Amaral [741]
Mariana Costa [742]
Clara Beatriz Toquarto [743]
Luciane dos Santos Jácome [744]

Introdução: As redes sociais têm transformado o comportamento de consumo, promovendo decisões impulsivas por meio de algoritmos, influenciadores e conteúdos personalizados. Esse cenário favorece compras sem planejamento, motivadas por fatores emocionais e imediatismo. Com a ascensão das redes sociais e o avanço da tecnologia, o comportamento do consumidor passou por transformações significativas. Plataformas como Instagram e TikTok utilizam algoritmos que personalizam conteúdos e anúncios, incentivando o consumo. Influenciadores digitais, ao promoverem produtos, contribuem para a criação de desejos momentâneos. Esse cenário configura um ambiente propicio para o consumo impulsivo, especialmente para os jovens. **Objetivos:** Analisar de que forma as redes sociais influenciam o consumo impulsivo, identificando os principais gatilhos emocionais e os impactos financeiros, sociais e psicológicos envolvidos. Além disso, busca-se propor estratégias que incentivem o consumo consciente e equilibrado diante dos estímulos digitais. **Metodologia:** Revisão de literatura e análise de comportamentos comuns nas redes sociais, com foco em fatores emocionais, impactos do consumo impulsivo e possíveis soluções educativas e comportamentais, baseadas em revisão bibliográfica e observação de comportamento frequentes em ambientes digitais. Além disso, consideraram-se dados qualitativos sobre o papel dos influenciadores e das estratégias de marketing que exploram o imediatismo do consumidor. **Resultados:** Fatores como estresse, ansiedade, baixa autoestima e busca por novidade são gatilhos emocionais para o consumo. O fácil acesso a compras online, promoções e a influência de criadores de conteúdo intensificam a impulsividade. Consequências incluem endividamento, ansiedade, pressão social e desigualdade. Estratégias como educação financeira, consumo consciente, redução do tempo online e planejamento financeiro são eficazes na prevenção do consumo exagerado. **Conclusão:** A influência das redes sociais no consumo impulsivo é um reflexo direto da cultura do imediatismo e da valorização dos status. A “Economia do impulso” compromete não apenas a saúde financeira, mas também o bem-estar emocional do indivíduo. No entanto, a partir de estratégias educativas, autoconhecimento e controle financeiro, é possível desenvolver um comportamento de consumo mais consciente, alinhando aos valores pessoais e sustentáveis no longo prazo.

Palavras-chave: Consumo; Impulsivo; Influência

A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS ESG EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE DOS OBSTÁCULOS E DESAFIOS

[741] Técnica em Administração, acadêmica do primeiro semestre de administração
[742] Acadêmica do primeiro semestre do curso de Administração.
[743] Acadêmica do primeiro semestre do curso de Contabilidade .
[744] Mestre em Economia Rural – UFC; Doutoranda em Economia Rural - UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis.

Adayrlla Ribeiro Sousa[745]
Amália Mariana Gonçalves da Costa[746]
Ismael Pinto Sousa[747]
Luciana de Andrade Catunda[748]

Introdução: Nos últimos anos, as práticas ESG (Ambiental, Social e Governança) vêm ganhando destaque no mundo dos negócios, sendo cada vez mais valorizadas por investidores, consumidores e parceiros comerciais. Essas práticas representam o compromisso das empresas com a sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social e a transparência na gestão. Embora grandes corporações já estejam adotando esses critérios em suas estratégias, as pequenas e médias empresas (PMEs) ainda enfrentam muitas dificuldades para acompanhar essa tendência. **Objetivos:** O objetivo deste estudo foi identificar as principais dificuldades enfrentadas por PMEs na adoção de práticas ESG e compreender os fatores que limitam sua aplicação no cotidiano empresarial. **Metodologia:** Para o presente estudo foram selecionados cinco artigos científicos que atendem a critérios específicos: relevância temática (abordando diretamente os desafios de PMEs na implementação de ESG), atualidade (publicados entre 2020 e 2025) e de fonte confiável (indexados em bases como Scopus, Scielo e CAPES Periódicos). A pesquisa inicial foi realizada utilizando descritores como "ESG", "PMEs", "sustentabilidade empresarial" e "dificuldades ESG em pequenas empresas". Após a triagem, que considerou apenas artigos em português com foco em PMEs, os materiais selecionados foram submetidos a uma análise de conteúdo crítica, extraindo-se os principais desafios e soluções apontados pela literatura. **Resultados:** A pesquisa revelou que as principais dificuldades enfrentadas pelas PMEs na implementação de práticas ESG estão relacionadas aos custos para adaptação; a falta de recursos financeiros; o baixo conhecimento sobre o tema e práticas ESG bem como a falta de orientação para aplicar essas práticas na rotina das empresas. **Conclusão**: A adoção de práticas ESG representa um caminho importante para a construção de empresas mais sustentáveis, éticas e competitivas, contudo, o presente estudo apontou que pequenas e médias empresas ainda enfrentam grandes desafios para implementar essas práticas, especialmente pela falta de recursos financeiros, conhecimento técnico e apoio institucional. Assim, com apoio e direcionamento, as PMEs poderão não apenas cumprir seu papel social e ambiental, mas também melhorar sua imagem no mercado, atrair investimentos e garantir sua sobrevivência a longo prazo em um mundo cada vez mais exigente em relação à sustentabilidade.**Palavras-chave:** ESG; Pequenas e Médias Empresas; Sustentabilidade.

ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM DOR FANTASMA NO PÓS-OPERATORIO DE AMPULTAÇÃO: INTERVENÇÕES E DESAFIOS

[745] Acadêmica do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade ViaSapiens.
[746] Acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade ViaSapiens.
[747] Acadêmico do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade ViaSapiens.
[748] Professora dos Cursos de Administração e Ciência Contábeis da Faculdade ViaSapiens

Maria Adriana de Souza 749
Jardel Alves do Nascimento 750
Antonio Victor Figueira da Silva 751

Introdução: A dor fantasma (DF) é uma condição neurológica, caraterizada pela percepção dolorosa em um membro que foi amputado. Mesmo após a remoção o paciente continua referindo dor na região ausente. Nesse contexto a enfermagem exerce papel fundamental na assistência a pacientes acometidos por dor no membro fantasma. **Objetivo**: O presente estudo tem como objetivo investigar, na literatura, as dificuldades e as intervenções eficazes no tratamento de DF. **Materiais e métodos**: Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada na base dados de ScieELo (https://www.scielo.br) com seleção de artigos publicados entre 2020 e 2025. Os descritores em Saúde (https://decs.bvsalud.org/), foram: Membro fantasma, Intervenção de enfermagem, Cuidados pós-operatórios. Assim foram inseridos o operador booleano AND. Excluídos estudos que não abordava diretamente sobre o tema e aqueles indisponíveis gratuitamente. **Resultados e discussão:** Foram encontrados 365 estudos, 45 foram incluídos na análise final. Os resultados demonstraram que uso de cetamina, opioides, terapia do espelho, entre outros métodos tem se mostrado eficaz no tratamento de DF. No entanto, a individualização do tratamento, a escassez de instrumentos para avaliação da dor e a carência de estudos nacionais são desafios enfrentados na assistência de enfermagem. Os estudos evidenciaram que, administração de cetamina antes da amputação pode prevenir o desenvolvimento da DF. Entretanto, demais pesquisas relatam que a presença de doenças pré-existentes, como diabetes, pode agravar o quadro clínico. **CONCLUSÃO**: A dor do membro fantasma representa um desafio para a prática de enfermagem, exigindo abordagens individualizadas e baseada em evidências. Embora tratamentos como cetamina, antidepressivos e terapia do espelho sejam eficácia, ainda há necessidade de mais pesquisas nacionais e protocolos específicos. Além de capacitação dos profissionais para melhorar a qualidade do cuidado prestado.

Palavras-chave: Membro fantasma; Intervenção de enfermagem; Cuidados pós-operatórios.

ABANDONO DOS PAIS NA VELHICE

749 Discente do Curso de Enfermagem e Integrante do Grupo de Estudos de Desenvolvimento de Habilidades em Escrita Científica e Pesquisa Acadêmica da faculdade ViaSapiens – FVS, Tianguá, Ceará – CE
750 Discente do Curso de Enfermagem da faculdade ViaSapiens – FVS, Tianguá – CE
751 Enfermeiro, Especialista em Urgência e Emergência, Docente do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade ViaSapiens, Tianguá – CE

Kailane Ripardo Gadelha[752]
Meiriene Vitória dos Santos Oliveira[753]
Emanuela Brito de Oliveira[754]

Introdução: A família é considerada a unidade social mais básica e fundamental da sociedade. Entretanto, a pessoa de mais idade é vista por muitos como alguém inútil, inclusive no seio familiar, sofrendo abandono e negligência. Por isso, é necessário refletir sobre qual é o papel dos filhos no amparo aos pais. **Objetivos:** Conscientizar as pessoas a respeito do dever de cuidar dos pais, bem como das consequências oriundas de seu descumprimento. **Metodologia:** Este estudo utiliza a metodologia bibliográfica, embasando-se em diversas fontes de pesquisa como livros e artigos. **Resultados:** Em primeiro lugar, é importante salientar que o abandono gera grave violação dos princípios fundamentais da família, como a solidariedade, amparo e dignidade da pessoa humana, estipulados em normas constitucionais e infralegais. A Constituição Federal, em seu Art. 229, estabelece: "Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade." (BRASIL, 1988). O Estatuto do Idoso (Lei n° 10.741/2003), por sua vez, prevê em seu Art. 14: "Se a pessoa idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao poder público esse provimento, no âmbito da assistência social." (BRASIL, 2002). Também destaca-se que, embora muitos possam pensar que o abandono dos pais pelos filhos não pode gerar consequências, há a possibilidade de indenização por danos morais e, em casos mais graves, responsabilização criminal. **Conclusão**: Os filhos têm o dever de honrar os pais, sendo uma premissa contida tanto em em normas constitucionais como infraconstitucionais. Portanto, esse desamparo gera responsabilização e deve ser combatido.

Palavras-chave: Solidariedade; Família; pais.

O DEVIDO PROCESSO LEGAL

[752] Acadêmica de Direito - FVS.

[753] Acadêmica de Direito - FVS.

[754] Professora universitária no curso do Direito na Faculdade Via Sapiens, graduada em Direito, com pós-graduação em Direito de Família e Sucessões e formação pedagógica em Letras, atualmente é Assistente de Apoio Judiciário, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

.

Leonardo Rocha 755
Daniel Matos 756

Introdução: o devido processo legal é um dos fundamentos do Estado democrático de Direito e está estipulado no artigo 5°, inciso LIV, da Constituição Federal de 1988 do Brasil. Este princípio assegura que ninguém pode ser privado de seus bens ou liberdade sem um julgamento justo, respeitando os o procedimento previsto normalmente. A análise do devido processo se torna essencial para compreender a importância de sua aplicação nos ramos do Direito Processual. **Objetivos:** Este resumo tem o objetivo de analisar e estudar o devido processo legal dentro das áreas de processo civil e penal brasileiro, evidenciando seus aspectos teóricos, práticas jurisprudenciais e implicações na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. Busca-se também compreender como essa garantia é aplicada na prática do direito brasileiro, para a garantia de um julgamento justo e eficaz do poder judiciário. **Metodologia:** a metodologia aplicada consistiu em análise de audiências cíveis e penal, bem como de pesquisa bibliográfica e documental, com revisão de artigos científicos, livros relacionados ao tema e análises de jurisprudência. Os materiais foram selecionados a partir de sites jurídicos e acadêmicos, audiências online e presencial, além de revistas científicas que abordam a temática dos processos. **Resultados:** os resultados indicam que o devido processo legal engloba elementos essenciais, como o direito ao contraditório à ampla defesa, e ao acesso a justiça. Esses elementos estão interligados e são vitais para assegurar um julgamento imparcial. O estudo do conteúdo demonstrou que a violação do devido processo legal pode acarretar nulidades processuais, comprometendo a segurança jurídica e a credibilidade do sistema judiciário. **Conclusão**: conclui-se que o devido processo legal é um princípio fundamental para o funcionamento do sistema jurídico brasileiro, garantindo a proteção dos direitos individuais e coletivos. Sua efetividade deve ser constantemente reforçada por meio de educação jurídica e aprimoramento das práticas judiciais, promovendo um ambiente onde a justiça seja não apenas realizada, mas percebida como justa pela sociedade.

Palavras-chave: Devido Processo Legal; Direito Processo; Direitos Fundamentais.

ECONOMIA NA MUSCULAÇÃO
(A MUSCULAÇÃO COMO INVESTIMENTO: CUSTOS, MERCADO E REALIDADE ECONÔMICA)

755 Acadêmico de Direito e monitor acadêmico de teoria geral do processo (TGP) – FVS.
756 Professor acadêmico Faculdade ViaSapiens – FVS – Bacharel em Direito – Tabelião.

Kevin Rodrigues Magalhães 757
Luciane dos Santos Jácome 758

Introdução: A musculação, além de promover saúde, estética e desempenho físico, representa um setor econômico significativo no Brasil e no mundo. Este mercado envolve diversos segmentos, como academias, suplementos alimentares, eventos esportivos e até mesmo o uso controverso de anabolizantes. Cada um desses aspectos movimenta cifras importantes e impacta diretamente o orçamento de milhões de praticantes. Com o crescimento do segmento fitness, compreender a economia da musculação torna-se essencial para analisar seus benefícios e desafios financeiros. **Objetivos:** Analisar os custos associados à prática da musculação, identificar os principais setores que compõem esse mercado e avaliar os impactos financeiros para os praticantes e para a economia do setor fitness no Brasil. **Metodologia** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica com base em fontes do setor fitness, dados da International Health, Racquet & Sportsclub Association (IHRSA), e levantamentos de preços praticados por academias, lojas de suplementos e profissionais da área. A análise contemplou os custos médios com mensalidades, suplementação, preparação para competições e o uso de anabolizantes. **Resultados:** Os custos para praticantes variam de acordo com o nível de envolvimento. Academias populares cobram entre R$ 70 e R$ 150 mensais, enquanto as premium podem ultrapassar R$ 300. Suplementos alimentares representam um gasto mensal de R$ 200 a R$ 600. Atletas de fisiculturismo enfrentam despesas adicionais com alimentação controlada, inscrições em campeonatos e viagens. O uso de anabolizantes, apesar dos riscos, movimenta um mercado paralelo com ciclos que podem custar de R$ 300 a R$ 2.000 por mês. O Brasil, sendo o segundo maior mercado de academias do mundo, apresenta um cenário de expansão nesse segmento. **Conclusão**: A musculação vai além do exercício físico, configurando-se como uma cadeia econômica relevante que engloba saúde, estética, nutrição e estilo de vida. Embora seja acessível para muitos, os custos podem se tornar elevados dependendo da intensidade e dos objetivos do praticante. Compreender a economia deste setor permite uma visão ampla sobre seus desafios financeiros e seu potencial de crescimento no mercado brasileiro.

Palavras-chave: Musculação; Economia; Mercado Fitness

CRENÇA E RELIGIÃO: UMA ANÁLISE A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

757Acadêmico do cusro Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens.
758 Mestre em Economia Rural – UFC; Doutoranda em Economia Rural - UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis.

Raissa da Silva Marques [759]
Katharina Trévia de Lima 760
Verônica Chaves Fernandes 761
Francisco Ronniere da Silva 762

Introdução: Na Constituição Federal de 1988, no art. 5 inciso IV esse direito assegura todos os indivíduos a possibilidade de adotar livremente valores, convicção religiosas, bem como de manifestar suas crenças sem sofrer discriminação ou coerção. Dessa forma, surge a seguinte questão de pesquisa: de que forma a Constituição garante a liberdade de crença e religião, e quais os desafios enfrentados para sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo? **Objetivos:** Verificar as principais características acerca da crença e religião a luz da Constituição Federal de 1988. Destacando o funcionalismo de proteção e desafios a sua efetividade. **Metodologia:** O presente resumo é constituído por uma pesquisa qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa possibilita o atendimento de fenômenos sociais utilizando marcos teóricos e base de dados renomados. Além disso, utilizou-se enquanto procedimento de pesquisa bibliografia e documental por meio de artigos e lucros. **Resultados:** A liberdade de crença e religião é essencial para construção de uma sociedade democrática e plural. Garante que cada indivíduo possa seguir seus princípios e valores sem sofrer discriminação, fortalecendo a convivência pacífica entre grupos diferentes. Além disso, a laicidade garante que as decisões políticas não sejam influenciadas por interesses religiosos, evitando que as instituições religiosas interfiram nas questões públicas. **Conclusão:** Entende-se que embora o estado seja laico, ainda há desvios relacionados a intolerância religiosa. Por isso, é fundamental promover o respeito à diversidade e o equilíbrio entre os direitos individuais e o convívio coletivo, assegurando que a liberdade de um não prejudique o direito do outro.

Palavras-chave: Crença; Discriminação; Constituição.

LEI MARIA DA PENHA E O PACOTE ANTIFEMINICÍDIO: FORTALECIMENTO

[759] Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens - FVS

760. Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS

761 Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens – FVS

762. Francisco Ronniere da Silva é professor universitário, mestre em Filosofia (UFC-CE); Especialista na Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia (FUC-SP).

DA PROTEÇÃO À MULHER

Maria Clara De Lima 763
Maria Taiane Coelho 764
Lucas Emanuel Peres 765
Jhonny Brito 766

Introdução: A violência contra a mulher é um problema histórico e estrutural no Brasil, o que motivou a criação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Essa legislação tornou-se um marco na proteção dos direitos das mulheres, instituindo medidas protetivas e mecanismos para prevenir e punir a violência doméstica e familiar. No entanto, mesmo com essa lei, os casos de feminicídio continuam alarmantes. Em resposta, o Congresso Nacional aprovou, em 2024, o chamado Pacote Antifeminicídio, que trouxe novas alterações legislativas para endurecer penas, acelerar a aplicação de medidas protetivas e ampliar a fiscalização dos agressores. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar os principais aspectos da Lei Maria da Penha e analisar de que forma o Pacote Antifeminicídio complementa essa legislação. Busca-se compreender o impacto das novas normas no combate à violência de gênero e a sua efetividade na proteção das vítimas. **Metodologia:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com análise de artigos acadêmicos, dados estatísticos, notícias e da legislação vigente. Foram utilizadas fontes oficiais e atualizadas para garantir a relevância das informações. **Resultados:** O Pacote Antifeminicídio reforça a Lei Maria da Penha ao estabelecer a obrigatoriedade do uso de tornozeleira eletrônica para agressores em casos graves, impor o prazo de 24 horas para o juiz decidir sobre medidas protetivas, e aumentar a pena para feminicídio cometido com descumprimento dessas medidas. Tais mudanças visam garantir maior agilidade na proteção da vítima e mais rigidez na punição do agressor. A relação entre as duas legislações demonstra um esforço legislativo contínuo para reduzir a impunidade e salvar vidas. **Conclusão**: A Lei Maria da Penha representou um avanço significativo na proteção das mulheres, e o Pacote Antifeminicídio surge como um complemento necessário diante do aumento dos casos de feminicídio. Apesar disso, o sucesso dessas medidas depende da efetiva aplicação por parte do Judiciário, da polícia e do Ministério Público. É essencial, ainda, investir em políticas públicas de prevenção e na conscientização social sobre a gravidade da violência de gênero.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Pacote Antifeminicídio; Feminicídio.

763 Minicurricículo.
764 Minicurricículo.
765 Minicurricículo.
766 Minicurricículo.

O SILÊNCIO COMO ESPAÇO DE ENCONTRO: A RESSIGNIFICAÇÃO DA SOLIDÃO COMO PRÁTICA DE AUTOCONHECIMENTO

Marinete Alves de Souza[767]
Kelma Costa de Souza[768]

Introdução: Atualmente se vive uma era marcada por excesso de estimulação, incessante conectividade, comparação e exigência ininterrupta de ser produtivo. Neste cenário, a solidão é constantemente vista como um sinal de tristeza, fracasso, ou seja, algo negativo. **Objetivos:** Por estas, o objetivo do presente trabalho é fazer um convite à reflexão sobre a possibilidade de ressignificar a solidão como espaço fértil para escuta interna, pausa e reconexão interior. Uma vez que, silêncio e solidão muitas vezes comparados com vazio ou desconforto, podem ser repensados como momentos de retorno à própria essência possibilitando uma nova compreensão de si, e promovendo o autoconhecimento de forma mais profunda e transformadora**. Metodologia:** O método de pesquisa foi a observação. A motivação em trabalhar com o presente tema deu-se pelas vivências pessoais, enriquecidas pelo processo terapêutico e pela participação em grupos de estudo da faculdade ViaSapiens (FVS). Para embasamento teórico, recorreu-se a reflexões de obras literárias que abordam o tema da interioridade, do feminino simbólico e da valorização da solitude como caminho de reconexão. **Resultados:** A partir da observação de experiências pessoais e relatos oriundos de espaços terapêuticos e acadêmicos, foi possível perceber um padrão recorrente de sobrecarga emocional e distanciamento da própria interioridade. Diante do aumento dos casos de sofrimento emocional, especialmente entre jovens e adultos sobrecarregados e desconectados de si, torna-se essencial resgatar o valor do silêncio e da introspecção como práticas restauradoras. Uma das obras analisadas destaca que o caminho para a reconexão é contínuo e exige coragem, autoconhecimento e ação consciente. Outra enfatiza que não devemos temer a solidão, mas sim apreciá-la e entendê-la como uma oportunidade de aprendizado e de amor que reside dentro de nós mesmos. **Conclusão**: Com base na reflexão proposta e nas contribuições teóricas analisadas, conclui-se que a ressignificação da solidão constitui uma prática transformadora, capaz de nos reconectar com a nossa verdadeira essência. Ao substituir o olhar de vazio por um olhar de possibilidade, o silêncio passa a ser um campo fértil de escuta interior. Dessa forma, o autoconhecimento se torna um processo de construção contínua de uma identidade mais autêntica e integrada, promovendo uma vivência mais consciente de si e do outro.

Palavras-chave: Silêncio; Solitude; Autoconhecimento; Reconexão interior; Introspecção.

A LAICIDADE DO ESTADO E OS PERIGOS DO FUNDAMENTALISMO CRISTÃO NA ESFERA POLÍTICA: IMPLICAÇÕES DEMOCRÁTICAS E HISTÓRICAS

767 Graduanda em Psicologia.
768 Professora do curso de Psicologia da Faculdade ViaSapiens.

Ian Carlos A. Rodrigues[769]
José Welligton Barbosa Da Silva[770]
Alexandro Cardozo Da Silva[771]
Francisco Roney De Sousa Ribeiro (Professor Orientador)[772]

Introdução: A laicidade do Estado é princípio constitucional que assegura a separação entre instituições religiosas e políticas, garantindo a liberdade de crença e a neutralidade do poder público em matéria de fé. No entanto, o avanço de pautas político-religiosas de cunho fundamentalista cristão tem suscitado preocupações quanto à preservação da democracia e dos direitos individuais. Experiências históricas, como o domínio da Igreja Católica durante a Idade Média e a atuação de grupos evangélicos no cenário político atual, revelam os riscos do colapso entre fé e poder institucional. **Objetivos:** Analisar a importância do Estado laico na manutenção do regime democrático e os riscos representados pela ascensão de um discurso político-religioso fundamentalista de matriz cristã, à luz da história e do ordenamento jurídico brasileiro. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica e documental, com base na Constituição Federal de 1988, na jurisprudência do STF sobre o princípio da laicidade, e em episódios históricos relevantes, como a Inquisição, o moralismo religioso em regimes autoritários e o crescimento de bancadas religiosas no Congresso Nacional. **Resultados:** Observa-se que a influência política de grupos religiosos cristãos tende a comprometer direitos civis e políticas públicas voltadas à diversidade, à ciência e à pluralidade. A utilização da fé como ferramenta de dominação política ameaça o princípio democrático da igualdade e pode culminar em práticas de exclusão social, censura e violação da liberdade religiosa. A experiência de teocracias e o revisionismo histórico em debates sobre educação, direitos sexuais e reprodutivos evidenciam esses riscos. **Conclusão:** A laicidade do Estado é pilar indispensável da convivência democrática e plural. O avanço do fundamentalismo cristão na política representa uma ameaça real à neutralidade estatal e à garantia de direitos fundamentais, sendo necessário reforçar a vigilância institucional e educacional sobre o papel das religiões no espaço público.

Palavras-chave: Laicidade. Fundamentalismo. Religião e Política. Democracia. Direitos Fundamentais.

[769] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.
[770] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.
[771] Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.
[772] Professor do Curso de Direito da Faculdade Via Sapiens.

VIREI PROFESSOR? UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A MONITORIA ACADÊMICA

Breno Meneses Damasceno[773]
Iris dos Santos Timbó[774]

Introdução: A monitoria acadêmica é uma ferramenta formativa que contribui significativamente para o processo de aprendizagem no ensino superior, ao favorecer não apenas o aprofundamento dos conteúdos disciplinares, mas também o desenvolvimento de habilidades pedagógicas, comunicacionais e relacionais. O papel do monitor transcende o domínio técnico dos conteúdos, permitindo uma vivência inicial da prática docente em um espaço colaborativo e de troca entre pares. O presente trabalho se trata de um relato de experiência onde será relatado a experiência como monitor(a) na disciplina de Psicanálise I, no curso de Psicologia de uma universidade privada no interior do Ceará. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar e explorar os impactos da monitoria na formação acadêmica, destacando os aprendizados e desafios na formação acadêmica e profissional do monitor(a). **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa, fundamentado em registros pessoais, anotaç.ões de aula, observações reflexivas e interações realizadas ao longo do semestre letivo. A análise foi conduzida de maneira subjetiva e crítica, considerando os efeitos da monitoria no processo de aprendizagem coletiva e no desenvolvimento de competências pedagógicas. **Resultados:** A experiência na monitoria possibilitou maior familiaridade com os conteúdos teóricos da Psicanálise, além de uma aproximação concreta com a prática docente. A mediação de dúvidas, a escuta atenta aos colegas e a organização de encontros virtuais ampliaram a compreensão sobre os desafios do ensino e fortaleceram habilidades como empatia, clareza na comunicação e postura ética diante das dificuldades acadêmicas. O vínculo estabelecido com a docente responsável foi fundamental para o amadurecimento intelectual, oferecendo suporte teórico e espaço de diálogo formativo. A monitoria também se mostrou um território de construção identitária, despertando o interesse pela docência como possível campo de atuação profissional. **Conclusão:** A monitoria em Psicanálise I configurou-se como uma experiência enriquecedora, que ultrapassou a função de apoio didático e se consolidou como uma prática de iniciação à docência. Ao mediar o processo de aprendizagem entre pares, o monitor vivencia a escuta, o acolhimento e a transmissão do saber, elementos fundamentais na formação de um(a) psicólogo(a) comprometido(a) com a educação e a ética. Dessa forma, a monitoria se afirma como um espaço potente de formação profissional, pessoal e afetiva, contribuindo para a construção de uma identidade docente em processo.

Palavras-chave: Monitoria Acadêmica; Psicanálise; Ensino Superior; Psicologia.

[773] Graduando em psicologia da Faculdade Via Sapiens - FVS

[774] Professora do curso de Psicologia da Faculdade Via Sapiens (FVS), graduada em Psicologia (FLF pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAVENI), Especialização em Saúde Pública e da Família (UNIQ, em andamento), Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI/FVS, em andamento).

REFORMA TRIBUTÁRIA E SEUS EFEITOS SOBRE A ATIVIDADE EMPRESARIAL

Matheus Rodrigues da Silva 775
Kauan da Silva Bento 776
Pedro Henrique da Silva Melo 777
Francisco Danilo de Souza Gomes 778

Introdução: As discussões em torno da aprovação da Reforma Tributária vêm obtendo cada vez mais destaque nos palcos políticos e econômicos do Brasil. Tal discussão se dá em virtude do atual sistema fiscal brasileiro, o qual proporciona insegurança e elevada carga tributária no ramo empresarial. O novo panorama trará mudanças pontuais em favor da construção de um ambiente empresarial com mais transparência, simplicidade e eficiência. Dessa forma, surge uma questão problemática, quais são as principais características acerca da reforma tributária e seus efeitos sobre a atividade empresarial? Essa questão pressiona a criação de um sistema de tributos simplificados, facilitando a arrecadação e pagamentos de tributos. **Objetivos:** Verificar as principais características acerca da reforma tributária e seus efeitos na atividade empresarial. **Metodologia:** O presente estudo é constituído por uma pesquisa qualitativa, pois possibilita o entendimento de fenômenos sociais utilizando marcos teórico e base de dados renomeados. Além disso, utilizou-se de procedimentos de pesquisa, bibliográficas e documentais, por meio de artigos e livros. **Resultados:** O resultado da análise permite verificar como a reformulação do recolhimento de impostos impactará o empresário, uma vez que ocorrerá a unificação de tributos como ICMS, ISS, COFINS e PIS em dois únicos tributos, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços). Esta padronização de regras melhora a eficiência e a competitividade empresarial, tornando os negócios mais favoráveis para pleno funcionamento das empresas em suas obrigações fiscais. Essa segurança é possível devido ao sistema mais flexível e com regras claras e uniformes para os empresários, garantido eficiência nos processos e evitando antigos percalços, como a dupla tributação em cadeias produtivas e os erros nas apurações dos tributos. **Conclusão**: Diante disso, é notório que as mudanças tributárias permitirão uma equidade nos impostos, valores justos, segurança nos pagamentos e redução na ilegalidade fiscal. Tais alterações trarão um cenário firme e seguro para o empreendedorismo brasileiro, proporcionando livre concorrência e crescimento econômico.

Palavras-chave: Tributos. Empresarial. Simplificação.

775 Acadêmico de Administração da Faculdade Via Sapiens - FVS
776 Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS
777 Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS
778 Docente Mestre em Educação na Univali

RECURSO ORDINÁRIO: ANÁLISE DO PAPEL DO INSTRUMENTO NA GARANTIA DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Alexandre de Sousa Freires 779
José Elias Silva de Oliveira780
Paulo Rafael Sousa Silva 781
Emanuela Brito de Oliveira782

Introdução: O recurso Ordinário previsto no artigo 1.027 do Código de Processo Civil Brasileiro, é um importante instrumento para quem precisa contestar decisões originárias dos tribunais superiores em situações específicas. Ele funciona como um elevador que leva para o andar superior da justiça brasileira, sem ter que começar do primeiro andar. Esse recurso garante que o sistema jurídico brasileiro respeite direitos fundamentais, ao oportunizar que decisões judiciais sejam revistas para evitar injustiças. **Objetivos:** Este trabalho busca entender o papel do recurso ordinário dentro do nosso sistema processual. Queremos mostrar como ele assegura o direito das partes de ter suas causas analisadas por um tribunal superior, garantindo que decisões importantes não transitem definitivamente sem uma revisão adequada. **Metodologia:** Para tanto, utilizou-se a revisão bibliográfica como forma de pesquisa. Onde foram consultados livros de Direito Civil e Processual civil, Constituição Federal, artigos e estudos acadêmicos voltados à temática do recurso ordinário, sob a proposta de identificar os estudos que possuíam uma relação direta com o tema central desta pesquisa. **Resultados:** A pesquisa revelou que o recurso ordinário é fundamental para certas demandas, especialmente aqueles que envolvem habeas data, mandado de injunção, habeas datas e litígios envolvendo organismos internacionais e municípios. Ele atua como uma ferramenta de controle para evitar erros ou abusos em decisões que afetam a liberdade e garantias individuais. **Conclusão**: Conclui-se que o recurso ordinário é uma ferramenta essencial para a Justiça brasileira, pois reforça o princípio do duplo grau de jurisdição obrigatório e protege os direitos das pessoas. É importante que sua aplicação seja garantida, respeitando os limites legais, para que o ordenamento jurídico possa oferecer segurança e justiça para todos.

Palavras-chave: Recurso Ordinário; Decisões Originárias; Tribunais Superiores.

779 Graduado em Gestão Pública e Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
780 Advogado especialista em Direito Penal e Professor do Curso de Direito pela Faculdade Via Sapiens.
781 Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
782 Servidora Pública -TJCE e Professora do Curso de Direito pela Faculdade Via Sapiens.

O PAPEL DO GESTOR DE RECURSOS HUMANOS NA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

Pamela Duarte Carvalho[783]
Rosalina Souza Ferreira[784].
Karolayne Sousa Silva[785].
Keila Costa Souza[786]

Introdução: O capital humano atualmente é um dos ativos fundamentais das organizações, tornando-se responsável direto por sua produtividade e inovação. Nesta circunstância, reconhecer os colaboradores, por meio de ações que incentivem seu crescimento e satisfação, tornou-se uma visão estratégica para empresas que procuram competitividade e adotam práticas sustentáveis. **Objetivos:** O presente resumo procura apresentar a importância da valorização do capital humano no ambiente organizacional, enfatizando como o gestor pode implementar ações estratégicas que promovam o desenvolvimento e a satisfação dos colaboradores, contribuindo para a competitividade das empresas. **Metodologia:** No que diz respeito às fontes utilizadas para a investigação do objeto, a referida pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica realizada por meio da análise de artigos científicos já publicados e livros. A pesquisa visa compreender as práticas e estratégias utilizadas para valorizar o capital humano. **Resultados:** Para tratar com qualidade seu capital humano, uma organização pode agir de várias maneiras. Uma delas é reconhecer a importância das pessoas dentro da organização e como elas são fundamentais para os processos de inovação. Outra maneira é capacitar essas pessoas por meio de treinamentos e programas de aperfeiçoamento profissional. Isso contribui para a formação de profissionais mais qualificados, que, além de evoluírem em suas áreas, também podem colaborar com os processos de toda a empresa. O gestor deve ser capaz de implementar e manter uma cultura organizacional que respeite, valorize e reconheça seus colaboradores. As pessoas devem ser tratadas como parceiras da organização. Ao fazer isso, o gestor consegue criar um bom ambiente de trabalho, reter talentos e transformar o conhecimento desenvolvido internamente em uma vantagem competitiva no mercado. **Conclusão:** Conclui-se que a valorização do capital é essencial para o sucesso organizacional e a competitividade no mercado precisa ser vista como prioridade estratégica. O papel do gestor de recursos humanos é fundamental nesse processo, agindo como articulador em torno dos interesses empresariais e atendendo às necessidades dos colaboradores, cooperando para o fortalecimento institucional e o progresso contínuo das pessoas.

Palavras-chave: Capital humano; Cultura organizacional; Competitividade.

PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS E OPERACIONAIS NA PREVENÇÃO DA

[783] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[784] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[785] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[786] Doscente da Faculdade ViaSapiens.

LAVAGEM DE DINHEIRO POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS BRASILEIRAS

Laisa Sousa Silva787;
Yasmin Gomes Pereira788;
William Silva dos Santos789.

Introdução: O termo "lavagem de dinheiro" originou-se nos Estados Unidos, quando, no início do século XX, foi empregado para descrever a prática de disfarçar a origem ilícita de recursos – inicialmente ilustrada pelo uso de máquinas de lavar roupas. No Brasil, o problema ganhou notoriedade no final do século XX, quando a insuficiência estrutural dos poderes públicos e a fragilidade do sistema legislativo diante do crime organizado se tornaram evidentes. Casos recorrentes de corrupção, uso indevido de recursos públicos e movimentações ilícitas de capitais impulsionaram a criação da Lei 9.613/98, que visou estabelecer mecanismos de controle e fiscalização financeira. **Objetivos**: Este estudo tem o propósito de analisar criticamente os métodos utilizados por organizações criminosas para integrar capitais ilícitos à economia formal. A investigação destaca como tais organizações se aproveitam de falhas na fiscalização estatal e lacunas na legislação para realizar o branqueamento de dinheiro. **Metodologia**: O estudo adota uma abordagem fundamentada na análise bibliográfica, na interpretação normativa e na observação dos fenômenos sociais em confronto com a legislação vigente. Esse recorte metodológico possibilitou uma compreensão abrangente das estratégias de dissimulação adotadas pelas organizações criminosas. **Resultado**: A lavagem de dinheiro envolve a execução de uma série de atos que visam ocultar a origem, a natureza e a propriedade dos ativos ilícitos. As organizações criminosas demonstram elevada técnica de adaptação, utilizando estratégias sofisticadas para burlar as ferramentas institucionais de monitoramento. Em conclusão, torna-se urgente modernizar os instrumentos legais e fortalecer a articulação entre os poderes públicos. A integração de medidas de controle mais rigorosas e a atuação incisiva de instituições como o COAF são indispensáveis para tornar inviável a continuidade dessas práticas e promover um ambiente econômico mais íntegro e seguro. **Conclusão**: O presente estudo evidencia a urgente necessidade de aperfeiçoar as estruturas e os mecanismos de fiscalização e controle em tempo real de tais fenômenos sociais. A modernização das normas legais, aliada ao fortalecimento da articulação entre os poderes públicos, é primordial para combater a infiltração de capitais ilícitos na economia formal. A superação das vulnerabilidades atuais exige um esforço conjunto e contínuo na revisão dos processos operacionais e na implementação de estratégias que tornem inviável a atuação das organizações criminosas.

Palavras-chave: Organização criminosa; lavagem de dinheiro; Lei 9.613/94; COAF.

O IMAPCTO DAS LEIS TRABALHISTAS NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NAS PEQUENAS EMPRESAS

787 Acadêmica de Direito do 7º semestre – FVS;
788 Acadêmica de Direito do 7º semestre – FVS;
789 Professor orientador de Direito Processual Penal II.

Sebastiana Elizabete da Silva790
Mirelly Mendes Lima791
Lorrana da Costa Silva792
Fábio Arruda Mahalhães793

Introdução: A legislação trabalhista é conhecida pela sua complexidade. Embora seu objetivo seja proteger os direitos dos trabalhadores, sua implementação pode ser desafiadora em empresas de pequeno porte, que muitas vezes carecem de recursos ou de pessoal qualificado para atender a todas as demandas legais.Isso provoca obstáculos em áreas como recrutamento, controle de jornada, pagamento de tributos e procedimentos de rescisão.Mesmo após a Reforma Trabalhista de 2017, a rotina dos gestores ainda é marcada por incertezas e preocupações em relação à correta observância da legislação vigente. **Objetivos:** A pesquisa visa analisar como as legislações influenciam a gestão de recursos humanos em pequenas empresas. Pretende-se também identificar as principais dificuldades que os administradores enfrentam diariamente e propor soluções viáveis que contribuam no entendimento dessas regulamentações. **Metodologia:** A pesquisa é de abordagem qualitativa, com base na análise de artigos e normas da legislação trabalhista. De forma complementar, foram analisadas entrevistas com gestores de pequenas empresas nos setores de comércio e serviço, com o intuito de compreender suas experiências reais sobre a aplicação da lei na prática, principalmente após as mudanças trazidas pela Reforma. **Resultados:** As entrevistas revelam que a maioria dos pequenos empreendedores enfrenta desafios para compreender e cumprir as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre os aspectos mais mencionados estão a elaboração de contratos, o controle da jornada de trabalho, o pagamento de benefícios como férias e décimo terceiro salário, além dos processos de demissão. Observou-se também a preferencia por manter uma parte da equipe na informalidade, devido à dificuldade de arcar com todos os custos e exigências legais. **Conclusão**: A carência de conhecimento especializado pelas pequenas empresas, os altos custos e a burocracia, são fatores que dificultam o cumprimento das obrigações legais. Portanto, é crucial que as políticas governamentais direcione mais apoio a esses pequenos empresarios como a elaboração de guias, iniciativas de orientação e instrumentos que podem auxiliar na formalização e na otimização da administração de equipes, favorecendo relações laborais mais estáveis e seguras.

Palavras-chave: Pequenas empresas; Recursos humanos; Gestão de pessoas.

OS IMPACTOS DO CARTEL NO CONSUMIDOR E NA ECONOMIA

790 Técnica em Administração: Formanda em Administração.
791 Formanda em Administração.
792 Formanda em Administração.
793 Formado em Ciência da Computação: Me. em Tecnologia da Informação: Especializado em Eengenharia de Software.

Daniel Izaias Barros794
Camille Vitória Mota Almeida795
Zaida Maria Cunha Vasconcelos796
Luciane dos Santos Jácome797

Introdução: O cartel, afigura-se como uma das mais danosas práticas ilícitas a economia de um país, fazendo-se necessário ações costumeiras e até mesmo a criação de um órgão específico para ajudar a combater essa prática. Os impactos causados na sociedade após a implantação de um cartel, é excepcionalmente negativo, tanto para a economia quanto para o consumidor direto. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar os malefícios da prática de cartel no mercado e seu significativo impacto na economia. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica utilizando a plataforma Google Acadêmico e JusBrasil onde foram analisados artigos, situados no período de 2018 a 2022. **Resultados:** É possível afirmar que, um cartel quando implantado, é extremamente prejudicial a economia nacional, pois age de forma inviabilizadora ao consumidor, o deixando sem livre poder de escolha do produto ou serviço ofertado. Grandes exemplos citados são os postos de combustíveis, que se pendem a essa prática corriqueira. Num cenário cartelizado, Cuibano (2019) estuda os danos causados por postos de combustível na cidade de Londrina em meados de 2007, onde a autora encontra sobrepreços entre 4,6% e 6,6% na comercialização da gasolina, e até 12% para o etanol. Dessa forma, pagando mais que o valor real, o consumidor tem uma redução significativa no seu poder de compra, fazendo com que realoque seu orçamento em necessidades básicas. Um fator imprescindível para o combate dessa ilicitude, se vem por meios de órgãos como o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), responsável por combater práticas anticompetitivas, tem atuado fortemente contra essas organizações, celebrando acordos de leniência e termos de compromisso de Cessação. **Conclusão**: Em suma, a prática de cartéis ainda que sejam posteriormente combatidas pelo CADE, é extremamente danosa a economia nacional. Uma vez que implementado, por mínimo que seja o período, tem impacto significativo para o consumidor e para o mercado.

Palavras-chave: Cartel. Preço abusivo. Concorrência desleal. Livre mercado. Consumidor.

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO: DELIMITAÇÃO E IMPLICAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

794 Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.
795 Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS
796Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.
797 Mestre em Economia Rural – UFC; Doutoranda em Economia Rural - UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis.

Maria Adelaide De oliveira Cardoso[798]
Maria Clara Oliveira Cardoso[799]
Daniel Falcão[800]

Introdução:A jurisdição é a função estatal de dizer o Direito, resolvendo conflitos com a característica da definitividade. Essa função é exercida dentro de certos limites, sendo o limite territorial um dos mais relevantes. Ele determina até onde o poder de um órgão jurisdicional se estende, tanto para garantir a ordem jurídica quanto para respeitar a autonomia entre entes federativos e a soberania entre nações. A delimitação territorial evita conflitos de competência e garante que o processo seja julgado pelo juízo natural. **Objetivo:** O objetivo deste artigo é analisar o conceito de limite territorial da jurisdição no ordenamento jurídico brasileiro, identificando sua fundamentação legal, importância prática e as consequências do seu desrespeito para o processo judicial. **Metodologia:** Este artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de fontes primárias, como a Constituição Federal de 1988, o Código de Processo Civil e demais normas infraconstitucionais pertinentes, além de decisões de alguns tribunais (STF e STJ). Também foram consultadas obras de referência na doutrina do direito constitucional e processual, bem como artigos científicos publicados em periódicos especializados. **Resultados e Discussão:** A partir da análise da Constituição Federal e do Código de Processo Civil, observou-se que o limite territorial está diretamente ligado à competência dos juízes. A legislação processual define critérios de competência territorial em regra geral (domicílio do réu), bem como traz casos especiais de sua aplicação (local do fato, domicílio da vítima etc.). Verificou-se que a violação dessa limitação pode gerar nulidade relativa, se não alegada no tempo processual adequado. **Conclusão:** O limite territorial da jurisdição é um instrumento essencial para a organização do sistema judiciário e para a proteção dos direitos das partes. Ele garante a aplicação ordenada das normas legais e promove a previsibilidade e segurança jurídica nos litígios.

Palavras-chave: Jurisdição, Competência territorial, Direito processual, Limites da jurisdição, juízo natural,

A SEGREGAÇÃO NOS MEIOS ESCOLARES DE ESTUDANTES NEURODIVERGENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO CUIDADORA ESCOLAR

[798] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[799] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[800] Doscente da Faculdade ViaSapiens.

Lavinia Lima Brandão801
Íris dos Santos Timbó802

Introdução: Este trabalho apresenta um relato de experiência como cuidadora escolar na rede pública de Ibiapina – CE, função exercida após aprovação em processo seletivo. O cargo, obtido por meio de processo seletivo, compreendia o suporte a crianças com deficiência, especialmente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com atividades de alimentação, higiene, locomoção e desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas. A escolha do tema surgiu da vivência de práticas segregadoras ainda presentes no cotidiano escolar, refletindo o despreparo institucional e a falta de formação dos profissionais, que muitas vezes responsabilizam os próprios alunos pelas dificuldades no processo de aprendizagem**. Objetivos:** Evidenciar, a partir da vivência como cuidadora escolar, como práticas segregadoras ainda operam nas escolas públicas e impactam o desenvolvimento e a inclusão de crianças neurodivergentes, com foco em estudantes com TEA. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência fundamentado na vivência direta no contexto escolar da rede pública de Ibiapina, articulado com os conteúdos discutidos na disciplina de Psicologia da Educação e Teorias da Aprendizagem. Além da vivência prática, o estudo foi embasado por revisão bibliográfica, realizada em livros e artigos científicos disponíveis em plataformas como o Google Acadêmico, com foco nas temáticas da exclusão escolar e dos processos de inclusão de pessoas com deficiência. **Resultados:** Apesar da garantia legal do direito à educação inclusiva, observou-se que muitas práticas escolares ainda estão ancoradas em lógicas excludentes. A ausência de adaptação pedagógica, a responsabilização do laudo médico pelas dificuldades escolares, baixa formação técnica dos profissionais e despreparo das famílias revelam uma estrutura que, embora inclusiva, continua a marginalizar os estudantes neurodivergentes. Situações como evasão da sala de aula, dificuldade em seguir o ritmo das atividades e desinteresse do aluno são frequentemente naturalizadas ou ignoradas, atribuídas ao diagnóstico e não às falhas no ensino. A atuação do cuidador é marcada por sobrecarga e sensação de impotência, dado que a resolução das demandas exige articulação entre agentes escolares e orientação técnica especializada, como a Psicologia Escolar. **Conclusão:** A experiência demonstrou que a presença de estudantes neurodivergentes na escola pública não garante uma educação verdadeiramente inclusiva. Persistem práticas que segregam e culpabilizam o aluno pelo fracasso escolar, muitas vezes legitimadas pelo uso acrítico do laudo. Reforça-se, assim, a necessidade de formação continuada para docentes e profissionais, articulação com equipes multidisciplinares e construção de um modelo educacional que respeite a singularidade e diversidade dos sujeitos.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Neurodivergência; Segregação; Psicologia da Educação.

FEMINICÍDIO NA SERRA DA IBIAPABA
Invisibilidade Estatística e Desafios para o Enfrentamento da Violência de Gênero

801 1 Acadêmica de psicologia - FVS - Faculdade Via Sapiens
802 Professora do Curso de Psicologia - FVS- Faculdade Via Sapiens, Graduada em psicologia pela Faculdade Luciano feijão - Pós graduada em psicopedagogia institucional e clínica (FAVENI) - Especializanda em saúde pública e da família (UNIQ) - Mestranda em saúde e gestão do trabalho (UNIVALE).

Juliana Passos[803]
Francisco Danilo de Souza Gomes[804]

Introdução: Este trabalho apresenta um estudo sobre o crime de feminicídio no contexto da violência contra a mulher na Serra da Ibiapaba, abarcando os aspectos jurídicos da Lei n° 13.104/2015. Denota elevada importância, em razão dos casos de feminicídio na Serra da Ibiapaba não terem a visibilidade necessária.**Objetivos:** Explanar conceitos, expor a hediondez do crime, com os devidos tipos, e espécies. E, por conseguinte, analisar o feminicídio à luz da lei, as estatísticas das taxas de aumento, e a abordagem pelo judiciário brasileiro. **Metodologia:** Essa pesquisa utilizou uma abordagem mista, com dados quantitativos extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), da Secretaria de Segurança Pública do Ceará e do IBGE, além de fontes qualitativas como reportagens de jornais locais e relatórios de organizações de direitos humanos. **Resultados:** Muitos casos são registrados como homicídio doloso ou violência doméstica com resultado morte, sem a tipificação como feminicídio, o que encobre a real dimensão da violência de gênero. Os dados revelam uma preocupante incidência de feminicídios em municípios como Tianguá, Viçosa do Ceará e São Benedito, com destaque para vítimas jovens, negras e de baixa escolaridade. A análise qualitativa aponta que os crimes ocorrem majoritariamente no contexto doméstico, sendo motivados por ciúmes, separação e controle masculino. A ausência de políticas públicas específicas na região, aliada à cultura de silenciamento e à fragilidade das redes de apoio, contribui para a perpetuação da violência letal contra as mulheres.**Conclusão**: O feminicídio na Serra da Ibiapaba revela uma realidade marcada pela violência de gênero e pela invisibilidade estatística, que dificulta o enfrentamento efetivo do problema. A falta de dados confiáveis, somada a contextos socioculturais desfavoráveis, contribui para a negligência institucional e a perpetuação da violência. É urgente investir em políticas públicas que fortaleçam a coleta de informações, a atuação das redes de proteção e a promoção da equidade de gênero, a fim de romper o ciclo de silenciamento e garantir justiça às mulheres da região..

Palavras-chave: Feminicídio;Ibiapaba;Crime

[803] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[804] Doscente da Faculdade ViaSapiens.

NEM MAIS, NEM MENOS: JUSTIÇA E PROPORCIONALIDADE COMO LIMITES CONSTITUCIONAIS NA APLICAÇÃO DA PENA EM CONCURSO FORMAL IMPRÓPRIO DE CRIMES

Alexandre de Sousa Freires[805]
Paulo Rafael Sousa Silva[806]
Francisco das Chagas Macedo Braga[807]
William Silva dos Santos[808]

Introdução: O concurso formal impróprio de crimes é um instituto jurídico previsto no artigo 70 do Código Penal Brasileiro, e se caracteriza quando o agente, por meio de uma única ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes com vontades autônomas, ou seja, com intenções diferentes para cada resultado. Essa modalidade de concursos de crimes resulta na aplicação cumulativa das penas, diferentemente do concurso formal próprio, ode há aumento de pena de um só crime. O estudo dessa figura exige uma visão aprofundada da doutrina penal e da jurisprudência brasileira. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo estudar o concurso formal impróprio de crimes, relatando sua definição, requisitos, consequências jurídicas e posicionamento doutrinário e jurisprudencial. Procura-se também, demonstrar a aplicação na prática desse instituto em casos reais. **Metodologia:** Para tanto, utilizou-se a revisão bibliográfica como forma de pesquisa. Onde foram consultados livros de direito penal e processual penal, artigos e estudos acadêmicos voltados à temática do concurso formal impróprio de crimes, sob a proposta de identificar os estudos que possuíam uma relação direta com o tema central desta pesquisa. **Resultados:** O estudo mostra que o concurso formal impróprio de crimes é muito utilizado em situações onde o agente, com uma única conduta, pratica vários crimes com intenções distintas. A jurisprudência do STJ tem consolidado o entendimento no tocante de que, havendo desígnios autônomos, as penas devem ser aplicadas cumulativamente, conforme o artigo 70 do Código Penal. Esse método tem o objetivo de assegurar a individualização da pena e a reprovação adequada para cada atoo ilícito praticado. **Conclusão**: O concurso formal impróprio de crimes é um importante instituto no Direito Penal, possibilitando a adequada aplicação das penas em situações onde o agente prática vários crimes com intenções distintas com uma única conduta. Sua correta aplicação é necessária para a garantir a efetivação dos princípios da legalidade e da individualização da pena, garantindo justiça e proporcionalidade na aplicação das penas.

Palavras-chave: Formal impróprio; Individualização da pena; Proporcionalidade.

805 Graduado em Gestão Pública e Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
806 Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
807 Graduado em Matemática e Ciências Contábeis pela Universidade Vale do Acaraú (UVA), Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
808 Advogado especialista em Direito Penal e Professor do Curso de Direito pela Faculdade Via Sapiens.

MULTIPARENTALIDADE E A REDEFINIÇÃO DOS LAÇOS DE FILIAÇÃO NO BRASIL: CONVIVÊNCIA JURÍDICA ENTRE VÍNCULOS DE ORIGEM BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA NAS ESTRTURAS FAMILIARES

Alexandre de Sousa Freires 809
Laiane Silva Souza810
Paulo Rafael Sousa Silva811
Débora Lorena Freire Batista de Almeida812

Introdução: A multiparentalidade, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 898.060/SC, permite que uma pessoa tenha mais de dois pais ou mães legalmente reconhecidas. Esse instituto reflete a evolução das estruturas familiares e busca atender aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse da criança e do adolescente. **Objetivos:** Analisar os efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da multiparentalidade no ordenamento jurídico brasileiro**. Metodologia:** Para tanto, utilizou-se a revisão bibliográfica como forma de pesquisa. Onde foram consultados livros de direito civil, artigos e estudos acadêmicos voltados à temática da multiparentalidade, sob a proposta de identificar os estudos que possuíam uma relação direta com o tema central desta pesquisa. **Resultados:** O reconhecimento da multiparentalidade gera diversos efeitos jurídicos, tais como: possibilidade de inclusão de dois genitores na certidão de nascimento, todos os pais reconhecidos legalmente podem ser responsáveis pelo sustento do filho, o filho tem direito a herança de todos os genitores reconhecidos e possibilidade de reconhecimento de benefícios previdenciários de múltiplos pais. **Conclusão**: A multiparentalidade representa um avanço no reconhecimento de diversas configurações familiares existentes na sociedade contemporânea. Ao admitir a coexistência de vínculos biológicos e socioafetivos, o ordenamento jurídico brasileiro promove a proteção integral da criança e do adolescente, garantindo-lhes direitos e deveres decorrentes de dessas relações. É essencial que a legislação continue a evoluir para acompanhar as transformações sociais e assegurar a efetividade dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Multiparentalidade; Efeitos jurídicos; Direito Civil.

809 Graduado em Gestão Pública e Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
810 Graduado em Ciências Contábeis e Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
811 Graduanda em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
812 Mestra em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), Advogada e Mediadora.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E FRAUDE FINANCEIRA: O CASO DAS LOJAS AMERICANAS

Rosiana Oliveira da Cunha[813]
João Harlley de Menezes Vasconcelos [814]

Introdução: A governança corporativa consiste em um conjunto de mecanismos, práticas e relações que orientam e controlam a gestão das empresas, com o objetivo de assegurar transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Contudo, a ocorrência de falhas nesse sistema pode comprometer seriamente a integridade das informações contábeis e a confiança dos stakeholders, favorecendo a ocorrência de fraudes financeiras. Um exemplo emblemático foi o escândalo contábil envolvendo as Lojas Americanas, revelado em 2023, que expôs fragilidades nos controles internos da companhia e levantou importantes questionamentos sobre a efetividade dos modelos de governança adotados por grandes corporações brasileiras. A análise crítica desse caso se mostra essencial para a identificação das deficiências nos sistemas de controle e para o debate sobre a necessidade de reformas estruturais na governança corporativa. Justifica-se, portanto, este estudo pela sua pertinência à área de Ciências Contábeis, bem como pela contribuição que oferece à compreensão dos impactos sistêmicos das fraudes corporativas no ambiente de negócios e no mercado financeiro nacional. **Objetivos:** O objetivo deste trabalho é analisar as falhas de governança corporativa e os controles internos nas Lojas Americanas, que possibilitaram a fraude contábil. Busca-se entender como essas falhas impactaram a empresa, seus investidores, colaboradores e o mercado. O estudo visa também sugerir medidas de aprimoramento da governança corporativa e dos controles internos para prevenir fraudes futuras. **Metodologia:** Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, utilizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, através de métodos bibliográficos. Essa estratégia permitiu a construção de um referencial teórico consistente para a compreensão crítica do caso analisado. **Resultados:** Os resultados apontam que a fraude nas Lojas Americanas foi facilitada por falhas na governança corporativa e nos controles internos. A ausência de transparência e fiscalização permitiu que manipulações contábeis ocorressem por longo tempo. A pesquisa mostra que a falta de supervisão eficaz também contribuiu. Práticas mais robustas poderiam ter evitado o impacto negativo da fraude. **Conclusão**: O caso de fraude nas Lojas Americanas expõe fragilidades na governança corporativa e nos controles internos de grandes empresas. A situação evidencia falhas operacionais e estruturais, especialmente na fiscalização e na gestão de riscos. O episódio reforça a necessidade de práticas mais transparentes e responsáveis. Destaca-se, ainda, a importância do fortalecimento dos mecanismos regulatórios. A atuação eficaz de auditores e conselhos é essencial para prevenir fraudes. O estudo contribui para o debate sobre a evolução da governança corporativa no mercado.
Palavras-chave: Governança Corporativa; Fraude Financeira; Lojas Americanas; Controles Internos; Transparência.

---

[813] Acadêmica de Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS..
[814] Docente nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade ViaSapiens - FVS. Especialista em Contabilidade Tributária pela da Faculdade ViaSapiens – FVS (2025). Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE (2024). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Vale do Acaraú – UVA (2022). Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR (2019).

SUBJETIVIDADES SEM CULPA: A PSICOPATIA NA TRAMA DO INCONSCIENTE

João Pedro Vasconcelos Nogueira Bôto815;
Ana Beatriz Rodrigues de Carvalho816;
Íris dos Santos Timbó817

Introdução: A psicopatia — frequentemente nomeada como Transtorno de Personalidade Antissocial — é uma categoria que tem ocupado lugar central nos discursos médico-psiquiátricos, marcada por critérios objetivos, comportamentais e uma lógica classificatória centrada na periculosidade. A psicanálise, por outro lado, não reduz o sujeito a um diagnóstico, mas busca compreender sua constituição subjetiva e suas formações inconscientes. Frente ao avanço da biopolítica, que transforma vidas em números e riscos, refletir sobre a psicopatia para além da classificação torna-se tarefa ética e crítica. **Objetivos:** Discutir a psicopatia sob a ótica psicanalítica, problematizando sua compreensão a partir da estruturação do supereu, da pulsão de morte e das formações narcísicas, em contraste com o discurso médico-normativo. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica de obras psicanalíticas clássicas (especialmente textos de Freud, Lacan e autores pós-freudianos) e artigos científicos publicados nas bases SciELO e PePSIC, nos últimos dez anos, em português. A análise dos dados foi realizada à luz da teoria psicanalítica. **Resultados:** psicopatia, para a psicanálise, não constitui uma categoria diagnóstica fechada, mas remete a uma organização psíquica marcada pela ausência ou perversão do supereu, o que compromete a capacidade de elaboração de culpa, empatia e laço simbólico com o outro. A predominância do narcisismo primário e o retorno da pulsão de morte ao eu ajudam a compreender os comportamentos de frieza afetiva, manipulação e crueldade. A psicopatia, nesse viés, pode ser vista como uma forma de defesa contra o desamparo psíquico e um modo radical de gozo desvinculado da castração simbólica. A patologização estrita e a rotulação biopolítica ignoram essas dimensões e reforçam a exclusão social. **Conclusão**: Enquanto a psiquiatria define e diagnostica, a psicanálise problematiza e escuta. A psicopatia, sob esse prisma, não é apenas um transtorno a ser contido, mas um enigma do sujeito contemporâneo que desafia a clínica, o direito e a ética. Compreender suas raízes inconscientes é abrir espaço para pensar novos modos de escuta e intervenção, para além da lógica da segregação e do controle.

Palavras-chave: Psicopatia; Psicanálise; Supereu; Subjetividade.

815 Acadêmico cursando psicologia – Faculdade Via Sapiens;
816 Acadêmica cursando psicologia – Faculdade Via Sapiens;
817 Professora do curso de Psicologia da Faculdade Via Sapiens (FVS), Graduada em Psicologia (FLF), Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAVENI), Especialização em Saúde Pública e da Família (UNIQ , em andamento), Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI/FVS, em andamento)

TRABALHO INFORMAL E DIREITOS TRABALHISTAS: A PROTEÇÃO JURÍDICA DOS TRABALHADORES SEM CARTEIRA ASSINADA NO BRASIL

Ítalo Sousa Gomes [818]
Isabelle de Souza Damasceno [819]
Maria Beatriz De Sousa Fernandes [820]
Raphael Gomes Viana [821]

Introdução: A informalidade é um fenômeno persistente no mercado de trabalho brasileiro, intensificado em períodos de crise econômica e flexibilização das relações laborais. Trabalhadores informais, sem registro em carteira, geralmente não têm acesso aos direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como férias, 13º salário, FGTS e previdência social. A ausência de proteção jurídica formal os torna vulneráveis a jornadas exaustivas, baixos salários e demissões arbitrárias. Diante disso, discute-se a efetividade das normas protetivas e o papel do Estado na inclusão desses trabalhadores no sistema de garantias legais. **Objetivos**: O trabalho busca analisar os mecanismos de proteção jurídica aplicáveis aos trabalhadores informais no Brasil, bem como identificar os desafios na efetivação de seus direitos fundamentais. Também se propõe a compreender como o Judiciário e as políticas públicas têm lidado com a crescente informalidade e sugerir alternativas para promover a inclusão desses profissionais no sistema de proteção trabalhista. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada com base em revisão bibliográfica e documental, utilizando doutrinas trabalhistas, legislações, jurisprudências dos Tribunais Regionais e Superiores, além de dados estatísticos do IBGE e do DIEESE. A abordagem adotada é qualitativa e analítica, centrada na interpretação crítica do arcabouço jurídico e da realidade socioeconômica enfrentada pelos trabalhadores informais. **Resultados:** Verificou-se que, embora o ordenamento jurídico brasileiro reconheça a relação de emprego mesmo sem formalização, a informalidade dificulta o acesso à Justiça e à prova dos vínculos. O Judiciário tem adotado uma postura protetiva em muitos casos, reconhecendo direitos mesmo na ausência de registro. No entanto, a fiscalização é limitada e as políticas públicas ainda são insuficientes para reverter o quadro de exclusão. A informalidade afeta, sobretudo, mulheres, jovens e trabalhadores de baixa escolaridade, ampliando desigualdades sociais. **Conclusão**: O trabalho informal representa um dos maiores desafios para a efetivação dos direitos sociais no Brasil. Embora haja previsão legal para proteger esses trabalhadores, na prática a ausência de formalização gera insegurança jurídica e vulnerabilidade. É necessário fortalecer a atuação do Estado, ampliar a fiscalização e desenvolver políticas públicas que incentivem a formalização sem penalizar os empregadores de pequeno porte, garantindo dignidade e justiça social a todos os trabalhadores. **Palavras-chave:** Trabalho informal 01,Direitos Sociais ; 02. Proteção jurídica . 03.

[818] Acadêmico de Direito: Ítalo Sousa Gomes - 5º Semestre faculdade via sapiens
[819] Acadêmico de direito: Isabelle de Souza Damasceno - 5º Semestre faculdade via sapiens
[820] Acadêmico de direito: Maria Beatriz De Sousa Fernandes - 5º Semestre faculdade via sapiens
[821] Professor Orientador: Raphael Gomes Viana, Mestre em Direito advogado e professor pela faculdade Via Sapiens

A INEFETIVIDADE DA EXECUÇÃO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Beatriz Martins Carvalho [822]
Maria Karolainy Alves de Morais [823]
Maria Adelaide De oliveira Carvalho [824]
Raphael Gomes Viana [825]

Introdução: A fase de execução no processo civil brasileiro enfrenta críticas pela sua morosidade e baixa efetividade. Apesar das normas que buscam garantir o cumprimento das sentenças, o cenário é marcado por entraves burocráticos, resistência do devedor e falhas estruturais. Em vez de garantir a satisfação do credor, a execução frequentemente se torna uma nova disputa judicial, o que compromete a confiança no Judiciário e na efetividade do Estado de Direito. **Objetivos**: O presente trabalho tem como objetivo analisar as causas da inefetividade da execução no sistema jurídico brasileiro, com enfoque na execução civil, identificando os fatores jurídicos, estruturais e comportamentais que dificultam sua concretização. Além disso, busca-se avaliar os impactos dessa ineficiência para o jurisdicionado e propor reflexões sobre possíveis alternativas legislativas e práticas que promovam maior celeridade e eficácia no cumprimento das decisões judiciais. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e documental, com base em doutrinas, artigos acadêmicos, jurisprudências dos tribunais superiores e relatórios do CNJ. Também foram considerados dados estatísticos dos Painéis do Justiça em Números. A abordagem adotada foi qualitativa e exploratória, visando identificar as principais causas da inefetividade da execução. **Resultados:** os dados apontam que a fase de execução é responsável por grande parte do congestionamento do Judiciário, com baixos índices de efetividade. A resistência do devedor, a dificuldade em localizar bens penhoráveis, a ausência de medidas mais enérgicas e a estrutura precária de varas especializadas contribuem significativamente para o problema. Verificou-se ainda que o Novo Código de Processo Civil (CPC/2015), apesar de introduzir mecanismos como a desconsideração da personalidade jurídica e a penhora online, não foi suficiente para reverter o quadro de ineficiência estrutural, evidenciando que o problema não se limita à legislação, mas envolve também questões culturais e operacionais. **Conclusão**: A inefetividade da execução compromete a concretização do direito material e enfraquece a confiança da população no Judiciário. Para superar esse cenário, é essencial investir em tecnologia, qualificação de servidores e gestão processual eficiente. Também se faz necessário promover uma cultura de respeito às decisões judiciais e responsabilizar o devedor que age de má-fé.

Palavras-chave: Execução civil 01,Efetividade; 02. Processo judicial. 03.

[822] Acadêmico de Direito: Beatriz Martins Carvalho - 5º Semestre faculdade via sapiens
[823] Acadêmico de direito: Maria Karolainy Alves De Morais - 5º Semestre faculdade via sapiens
[824] Acadêmico de direito: Maria Adelaide de oliveira Carvalho - 5º Semestre faculdade via sapiens
[825] Professor Orientador: Raphael Gomes Viana, Mestre em Direito advogado e professor pela faculdade Via Sapiens

PROGRESSÃO DE REGIME NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: DIREITO OU PRIVILÉGIO?

Paula Laís Cunha Silva [826]
Ítalo Sousa Gomes [827]
Isabelle De Souza Damasceno [828]
Raphael Gomes Viana [829]

Introdução: A progressão de regime é prevista na Lei de Execução Penal como etapa natural do cumprimento da pena, permitindo ao apenado passar de um regime mais severo para outro menos gravoso, desde que preenchidos requisitos legais. Apesar disso, a sociedade frequentemente a vê como privilégio ou impunidade, desconsiderando seus fundamentos constitucionais e sua função ressocializadora. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo central analisar se a progressão de regime no sistema penitenciário brasileiro deve ser entendida como um direito legal assegurado ao apenado ou como um privilégio seletivo. Pretende-se discutir os fundamentos jurídicos que legitimam o instituto à luz da Constituição Federal e da Lei de Execução Penal, bem como refletir sobre a sua importância na efetivação da individualização da pena e na promoção da ressocialização. Além disso, busca-se identificar os principais entraves práticos e sociais que dificultam sua aplicação, incluindo o impacto da opinião pública e da mídia na atuação do Poder Judiciário. **Metodologia:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com análise qualitativa dos dados. Foram consultadas obras doutrinárias de renomados autores do Direito Penal e da Execução Penal, legislações pertinentes, acórdãos dos tribunais superiores (STF e STJ), bem como relatórios emitidos por órgãos como o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional). Também foram analisados artigos acadêmicos e reportagens que abordam a percepção social sobre a progressão de regime. **Resultados:** A progressão é um direito subjetivo, condicionado a critérios objetivos e subjetivos. Porém, barreiras como a escassez de vagas nos regimes semiaberto e aberto, a morosidade judicial e o preconceito social dificultam sua efetivação. Casos midiáticos agravam esse cenário, gerando decisões judiciais influenciadas pela opinião pública**. Conclusão**: A progressão de regime não é privilégio, mas um direito respaldado pela Constituição e pela Lei de Execução Penal. Negá-lo ou tratá-lo como concessão discricionária compromete a justiça penal e a dignidade da pessoa humana. É fundamental promover a aplicação correta do instituto e combater distorções sociais que o deslegitimam.

Palavras-chave: Execução penal 01,Ressocialização; 02.Direitos fundamentais 03.

[826] Acadêmico de Direito: Paula Laís Cunha Silva - 5º Semestre faculdade via sapiens
[827] Acadêmico de direito: Ítalo Sousa Gomes - 5º Semestre faculdade via sapiens
[828] Acadêmico de direito: Isabelle De Souza Damasceno- 5º Semestre faculdade via sapiens
[829] Professor Orientador: Raphael Gomes Viana, Mestre em Direito advogado e professor pela faculdade Via Sapiens

GESTÃO DE CUSTOS: A DIFERENCIAÇÃO ENTRE CUSTOS E DESPESAS NA REALIDADE EMPREENDEDORA

Jardeson Mendes Alcântara[830]
Pedro Veras da Silva[831]
Orientador: Antonio Manuel Cardoso Correia[832]

Introdução: Compreender a diferença entre os custos e despesas é fundamental para a sustentabilidade da instituição, especialmente em relação ao pequeno empresário brasileiro que, geralmente, abre seu negócio por um motivo puramente instintivo ou impulsivo. Com o presente estudo, objetivou-se dessacralizar alguns conceitos errôneos acerca do instrumento chave, que é a tributação do controle do agente, pois é através da correta classificação de seus gastos que se poderá dominar seu ativismo. **Objetivos:** A principal finalidade deste trabalho é destacar a importância da diferenciação entre custos e despesas para a tomada de decisões estratégicas em empresas, principalmente micro empresas, visando melhorar a gestão financeira e evitar erros de operação, para aproveitar ao máximo todos os recursos, para ajudar o planejamento anual e trimestral, e também para ensinar e ajudar o administrador a tomar decisões. **Metodologia:** A pesquisa foi desenvolvida com base em estudo de caso e abordagem qualitativa exploratória, analisando a literatura contábil e gerencial sobre o tema e aplicando os conceitos em situações práticas do cotidiano empresarial. **Resultados:** A análise demonstrou que os custos estão diretamente ligados à produção (podendo ser fixos, variáveis, diretos ou indiretos), enquanto as despesas estão relacionadas à manutenção da estrutura administrativa e comercial. A falta de conhecimento técnico sobre essas classificações pode impactar negativamente a saúde financeira dos negócios, principalmente entre pequenos empreendedores. **Conclusão:** O estudo reforça a necessidade de maior educação contábil entre os empresários, mostrando que a correta identificação e separação entre custos e despesas contribui para uma gestão mais eficaz e para a sustentabilidade do negócio. A utilização de nomenclaturas adequadas e a aplicação do princípio da competência são fundamentais para o controle financeiro e o sucesso empresarial.

Palavras–chave: custos; despesas; fixos; variáveis; contabilidade gerencial.

[830] Acadêmico do curso de administração da faculdade Via Sapiens, Tianguá-Ce, email jardesonalcantara62@gmail.com.
[831] Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da faculdade Via Sapiens, Tianguá-Ce, email pveras482@gmail.com.
[832] Professor.

"HOMENS E MULHERES SÃO IGUAIS EM DIREITOS E OBRIGAÇÕES NOS TERMOS DESTA CONSTITUIÇÃO"

Melissa Tágila Silva de Oliveira[833]
Francisco Danilo de Souza Gomes[834]

Introdução: "Art. 5° Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, no termos desta Constituição;" Isso, porém independentemente do gênero devem ter oportunidades, direitos e responsabilidades, sem distinção de tratamento. "Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher,"não deixam dúvidas quanto à importância que a Constituição confere ao princípio da igualdade, tão ampla quanto possível, entre homens e mulheres. **Objetivos:** Visa garantir que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades em todas as horas as áreas, como no acesso ao mercado de trabalho, à educação, à política e a vida. **Metodologia:** Diversas metodologias e abordagens podem ser utilizadas para promover a igualdade de gênero. Legislação e políticas públicas: criação de leis e políticas que promovam a igualdade e combatam a discriminação. Empoderamento feminino: ações que visam empoderar as mulheres e garantir seu acesso a direitos e oportunidades. A Constituição brasileira no Artigo 5, declara que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações isso significa que todos são tratados da mesma forma perante a lei, independente do sexo. **Resultados:** A Constituição Federal de 1988 no Artigo 5º, inciso I, declara que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição". Direitos fundamentais: A Constituição assegura direitos iguais para todos, independente do sexo. Relações de trabalho: Homens e mulheres têm direitos a salários e condições de trabalhos iguais. **Conclusão**: Em síntese ao equiparar direitos e obrigações de homens e mulheres em todos os níveis a Constituição ensina que a igualdade de ambos está contida na norma geral da igualdade perante a lei.

Palavras-chave: Homens, mulheres, constituição, trabalho, direitos.

[833] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[834] Doscente da Faculdade ViaSapiens.

A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL PARA PESSOAS PORTADORAS DE DOENÇAS CRÔNICAS

Marcella Alves Marcelo de Brito[835]
Luciane dos Santos Jácome[836]

Introdução: As doenças crônicas não transmissíveis como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares atualmente são uma das principais preocupações da saúde pública e estão associadas a um aumento significativo de transtornos mentais, sendo o principal nestes casos a depressão. O vínculo entre mente e corpo mostra cada vez mais como o sofrimento psicológico prejudica a qualidade de vida do indivíduo e afeta no controle clínico da doença. **Objetivos:** O objetivo principal dessa pesquisa é analisar a importância da promoção da saúde mental em pessoas com doenças crônicas. **Metodologia:** A metodologia utilizada foi uma abordagem qualitativa e exploratória com pesquisas dos artigos "Associação entre depressão e doenças crônicas: um estudo populacional" e "Compreensão da relação entre adoecimento mental e doenças crônicas: revisão integrativa" publicados nas bases da SciELO e Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences. **Resultados:** Os resultados concluem que pessoas portadoras de doenças crônicas apresentam maiores índices de sofrimento psicológico, o que torna mais difícil a adesão aos tratamentos e autocuidado, pois é observável que o sofrimento psicológico está associado ao enfrentamento da doença e ao pensamento de incapacidade, o que reforça a importância de abordagens interdisciplinares. A promoção de saúde mental nesse contexto destaca a necessidade de ações estratégias interdisciplinares, suporte psicossocial e fortalecimento na atenção primária, a fim de estabelecer maior vínculo com os indivíduos portadores de doenças crônicas. **Conclusão**: Conclui-se que promover a saúde mental de pessoas com doenças crônicas é essencial para o cuidado integral, essa pesquisa destaca a importância de integrar o cuidado psicológico ao acompanhamento clínico, levando em consideração o impacto do sofrimento psicológico nas pessoas com doenças crônicas. É necessário o ajuste dos serviços de assistência e políticas públicas, tratando a saúde mental como parte indissociável da atenção à saúde. Para isso, são urgentes os investimentos em capacitação profissional, estruturação dos serviços e ampliação das estratégias para promoção de saúde mental oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de garantir autonomia e qualidade de vida aos pacientes. Com isso, conclui-se que a promoção de saúde mental é fundamental para o cuidado integral desses portadores de doenças crônicas, sendo urgente a reestruturação das práticas e políticas de saúde.

Palavras-chave: Saúde mental; Doenças crônicas; Promoção de saúde; Depressão

[835] Acadêmica em Psicologia do Primeiro Semestre na Faculdade Via Sapiens
[836] Mestre em Economia Rural - UFC; Doutoranda em Economia Rural - UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis.

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NOS PARAMETROS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Francisco Sidney Ribeiro 837
Daniel Izaias Barros838
José Nilton da Silva839
Francisco Danilo de Sousa Gomes 840

Introdução: A liberdade de expressão, garantida pelo artigo 5º da constituição federal, é um dos princípios fundamentais da democracia. No entanto, esse direito enfrenta diversas barreiras pois essa liberdade não é absoluta, já que é tido como crime de responsabilidade tudo aquilo que foge dos parâmetros estabelecidos pela constituição. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo verificar as principais características acerca da liberdade de expressão e seus limites impostos na constituição federal. **Metodologia:** O presente resumo é constituido por uma pesquisa qualitativa, uma vez que este tipo de pesquisa possibilita o entendimento de fenômenos sociais utilizando marco teoricos e base de dados renomados. **Resultados:** Os resultados da revisão bibliográfica demonstram que a liberdade de expressão, conforme estabelecida pela Constituição Federal, é um direito fundamental de ampla proteção jurídica, mas que não possui caráter absoluto. Diversas decisões do Supremo Tribunal Federal reforçam que esse direito encontra limites quando confrontado com outros valores constitucionais, como a honra, a imagem, a intimidade e a dignidade da pessoa humana. O discurso de ódio, as fake news, a incitação à violência e a discriminação são exemplos de manifestações que, embora amparadas pela aparência de liberdade de expressão, são reprimidas pela legislação brasileira e por normas internacionais de direitos humanos. Além disso, a doutrina jurídica aponta para a importância da responsabilização civil e penal posterior a eventuais abusos, mantendo a vedação à censura prévia como princípio inegociável. A literatura consultada destaca ainda o papel do Judiciário e da mídia na mediação equilibrada entre a livre manifestação do pensamento e o respeito à ordem constitucional. . **Conclusão**: É possível afirmar que, a liberdade de expressão é indispensável à democracia, mas deve ser exercida com responsabilidade. O Estado e a sociedade devem garantir sua proteção sem permitir que ela se transforme em instrumento de violação de outros direitos. A interpretação constitucional deve buscar o equilíbrio entre a liberdade e o respeito à dignidade, preservando os princípios fundamentais da convivência democrática.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Constituição Federal. Democracia.

837 Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.
838 Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS
839Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.
840 Professor de Direito da Faculdade ViaSapiens – FVS.

LEGÍTIMA DEFESA E SEUS LIMITES NO ORDENAMENTO PENAL BRASILEIRO

Possidonio Henrique Silva Costa[841]
Auriclécio Passos Vieira[842]
Francisco Roney de Sousa Ribeiro[843]

Introdução: A legítima defesa é uma das causas legais de exclusão da ilicitude no Direito Penal brasileiro, conforme o artigo 25 do Código Penal. Trata-se de um direito assegurado ao indivíduo para proteger-se ou proteger terceiros diante de agressão injusta, atual e iminente, utilizando os meios necessários para repelir o ataque. No entanto, sua aplicação exige o cumprimento de critérios objetivos, para evitar abusos e interpretações equivocadas. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo analisar os limites legais e doutrinários da legítima defesa no ordenamento jurídico brasileiro, abordando os requisitos para sua configuração, os casos de excesso punível e as interpretações recentes dos tribunais superiores, especialmente após o Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019). **Metodologia:** A pesquisa foi realizada com base em revisão bibliográfica e documental, utilizando doutrina especializada, jurisprudência e legislação penal, com enfoque analítico e descritivo. **Resultados:** A análise demonstrou dificuldades na avaliação da proporcionalidade e atualidade da agressão. Verificou-se também o reconhecimento da legítima defesa putativa, quando ausente dolo ou culpa grave. **Conclusão**: Conclui-se que a legítima defesa é essencial à proteção de direitos fundamentais, mas exige aplicação técnica, criteriosa e fundamentada, evitando abusos e distorções no processo penal.

Palavras-chave: Legítima defesa; Excludente de ilicitude; Excesso punível.

PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS E OPERACIONAIS NA PREVENÇÃO DA

841 Possidonio Henrique Silva Costa. Estudante de Direito da Faculdade, Faculdade Viasapiens - FVS
842 Auriclécio Passos Vieira, Estudante de Direito da Faculdade, Faculdade Viasapiens - FVS
843 Francisco Roney de Sousa Ribeiro, Professor da Disciplina, Pratica Penal, Faculdade Viasapiens - FVS

LAVAGEM DE DINHEIRO POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS BRASILEIRAS

Laisa Sousa Silva844;
Yasmin Gomes Pereira845;
William Silva dos Santos846.

Introdução: O termo "lavagem de dinheiro" originou-se nos Estados Unidos, quando, no início do século XX, foi empregado para descrever a prática de disfarçar a origem ilícita de recursos – inicialmente ilustrada pelo uso de máquinas de lavar roupas. No Brasil, o problema ganhou notoriedade no final do século XX, quando a insuficiência estrutural dos poderes públicos e a fragilidade do sistema legislativo diante do crime organizado se tornaram evidentes. Casos recorrentes de corrupção, uso indevido de recursos públicos e movimentações ilícitas de capitais impulsionaram a criação da Lei 9.613/98, que visou estabelecer mecanismos de controle e fiscalização financeira. **Objetivos**: Este estudo tem o propósito de analisar criticamente os métodos utilizados por organizações criminosas para integrar capitais ilícitos à economia formal. A investigação destaca como tais organizações se aproveitam de falhas na fiscalização estatal e lacunas na legislação para realizar o branqueamento de dinheiro. **Metodologia**: O estudo adota uma abordagem fundamentada na análise bibliográfica, na interpretação normativa e na observação dos fenômenos sociais em confronto com a legislação vigente. Esse recorte metodológico possibilitou uma compreensão abrangente das estratégias de dissimulação adotadas pelas organizações criminosas. **Resultado**: A lavagem de dinheiro envolve a execução de uma série de atos que visam ocultar a origem, a natureza e a propriedade dos ativos ilícitos. As organizações criminosas demonstram elevada técnica de adaptação, utilizando estratégias sofisticadas para burlar as ferramentas institucionais de monitoramento. Em conclusão, torna-se urgente modernizar os instrumentos legais e fortalecer a articulação entre os poderes públicos. A integração de medidas de controle mais rigorosas e a atuação incisiva de instituições como o COAF são indispensáveis para tornar inviável a continuidade dessas práticas e promover um ambiente econômico mais íntegro e seguro. **Conclusão**: O presente estudo evidencia a urgente necessidade de aperfeiçoar as estruturas e os mecanismos de fiscalização e controle em tempo real de tais fenômenos sociais. A modernização das normas legais, aliada ao fortalecimento da articulação entre os poderes públicos, é primordial para combater a infiltração de capitais ilícitos na economia formal. A superação das vulnerabilidades atuais exige um esforço conjunto e contínuo na revisão dos processos operacionais e na implementação de estratégias que tornem inviável a atuação das organizações criminosas.

Palavras-chave: Organização criminosa; lavagem de dinheiro; Lei 9.613/94; COAF.

AUTOCUIDADO EM MOVIMENTO: UMA VIVÊNCIA PRÁTICA DE CUIDADO E

844 Acadêmica de Direito do 7º semestre – FVS;
845 Acadêmica de Direito do 7º semestre – FVS;
846 Professor orientador de Direito Processual Penal II.

BEM-ESTAR NO AMBIENTE ACADÊMICO.

Antônio Allan Silva Macêdo[847]
Maria Eduarda Holanda Fontenele[848]
Gilsiane Maria Vasconcelos Marques[849]

INTRODUÇÃO: A vida acadêmica exige dos estudantes uma rotina intensa, muitas vezes marcada por estresse, ansiedade e esgotamento físico e mental. Diante desse cenário, torna-se essencial a criação de espaços que promovam momentos de pausa e reconexão. O projeto "Autocuidado em Movimento" nasceu com o intuito de integrar práticas de bem-estar à vivência universitária, aproximando os alunos de estratégias simples e eficazes de cuidado com a saúde. **OBJETIVOS:** Proporcionar aos estudantes uma experiência prática de autocuidado por meio de técnicas acessíveis de relaxamento e movimento corporal, promovendo alívio de tensões, fortalecimento do vínculo entre alunos e valorização da saúde mental no contexto acadêmico. **METODOLOGIA:** A ação foi realizada em espaço interno da instituição de ensino, em um momento estratégico da rotina acadêmica — durante o período de maior carga emocional para os estudantes, próximo às avaliações. A atividade contou com a participação voluntária de alunos de diferentes períodos, sendo conduzida por graduandos do curso de Fisioterapia. A proposta incluiu técnicas de respiração, exercícios de alongamento global, movimentos suaves com foco na consciência corporal, além de ambientação com música calma e aromaterapia leve. Os condutores da prática ofereceram orientações com linguagem acessível, criando um ambiente seguro, tranquilo e respeitoso. Ao final, os participantes foram convidados a compartilhar brevemente suas percepções, e preencheram uma ficha de avaliação qualitativa e subjetiva da experiência vivenciada. **RESULTADOS:** A atividade teve ampla aceitação entre os estudantes. Os participantes relataram sensação de tranquilidade, bem-estar e leveza ao final da prática. Muitos destacaram o desejo de vivenciar mais ações como essa durante o semestre. A avaliação geral do evento foi positiva, com destaque para o ambiente acolhedor e a proposta inovadora dentro da rotina acadêmica. **CONCLUSÃO:** A experiência evidenciou a importância de inserir práticas de autocuidado no cotidiano dos estudantes, oferecendo momentos de pausa e reconexão com o corpo e a mente. Iniciativas como essa contribuem para a promoção de saúde, integração e humanização da vivência acadêmica.

Palavras-chave; Comunidades Tradicionais; Fisioterapia em contextos naturais; Saúde Comunitária.

CPI DAS BETS E RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL DOS

[847] Acadêmico do curso de Fisioterapia – FVS
[848] Acadêmico do curso de Fisioterapia – FVS
[849] Professora do curso de Fisioterapia – FVS

INFLUENCIADORES DIGITAIS

Regina Bárbara Vieira Braga850
Rosana Cláudia Vieira Braga851
Rayana Larissa Vieira Braga852
Francisco Danilo de Souza Gomes853

Introdução: Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é uma comissão temporária do Poder Legislativo, que visa à investigação de fatos específicos, nesse caso, o objetivo é investigar a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online e o seu prejuízo no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades. **Objetivos:** O presente trabalho visa entender de que forma os influenciadores digitais poderão ser responsabilizados diante dos contratos firmados com casas de apostas, a depender do nível de seus conhecimentos a respeito dos prejuízos sofridos pelos jogadores, vez que muitos 'influencers' que negaram a oferta de divulgação, chegaram a afirmar que o dinheiro recebido seria em cima daquilo que os jogadores perdessem. **Metodologia:** A metodologia utilizada foi o estudo acerca da regulamentação das casas de apostas no Brasil, bem como o acompanhamento das sessões da presente CPI. **Resultados:** O principal meio de divulgação de jogos de apostas hoje, no Brasil, são as redes sociais, sobretudo Instagram e Tik Tok, que são os mais acessados pelos jovens. Ocorre que, a forma de regulamentação é bem precária, não tendo horário fixo que se possa competir, a quantidade de vezes ou até um valor máximo em dinheiro por dia que possa aplicar. Logo, os números de jovens e adultos que passaram a ter um prejuízo financeiro e que comprometem suas rendas e de seus pais, tomou proporções absurdas. **Conclusão**: Assim, faz-se necessário que uma decisão seja tomada de forma definitiva, a fim de evitar que a situação tome proporções piores. Assim como já houve propagandas permitidas de cigarro, por exemplo, o que passou a ser proibido, bem como houve regulamentação acerca da comercialização, que passou a ter também obrigatoriedade de demonstrar, em suas embalagens, os prejuízos causados aos usuários. Solução essa que pode muito bem se aplicar às apostas on-line, uma vez que a proibição já não faz sentido, respeitando o princípio de liberdade individual, contudo, o que é inviável é não haver meios de mitigar prejuízos como vícios e comprometimento financeiro dos jogadores. Ademais, o Estado também deve analisar os contratos firmados entre os influenciadores e as casas de apostas, punindo aqueles que gerarem malefícios de forma intencional.

Palavras-chave: Casas de apostas; Responsabilidade dos influenciadores; CPI das Bets.

CUSTOS FIXOS E VARIAVÉIS: UMA ANÁLISE DE PREÇO NO MERCADO

850 Graduanda do 10º semestre do curso de Direito.
851 Graduanda do 4º semestre do curso de Direito.
852 Graduanda do 3º semestre do curso de Direito.
853 Mestre em Educação, professor universitário do curso de direito.

Matheus Rodrigues da Silva Autor 01854
Kauan da Silva Bento Autor 02855
Pedro Henrique da Silva Melo Autor 03856
Luciane dos Santos Jácome 857

Introdução: Os custos fixos e variáveis estão interligados direto e indiretamente na produção e comercialização dos produtos, eles são coletados e interpretados dentro da contabilidade de custos, buscando analisar como essas informações estão aplicadas na política de preço. Esse controle permite a redução das despesas e proporciona melhores resultados e maior competitividade do mercado. **Objetivos:** Analisar como os custos diretos e indiretos auxiliam na tomada de decisões dentro da atividade empresarial. **Metodologia:** O presente estudo é constituído por uma abordagem qualitativa, com objetivo explicativo, utilizando-se de marcos teóricos, como pesquisas, bibliografias e artigos para fomentar o estudo. **Resultados:** O resultado da análise destaca que os custos são os pilares principais para a produção e venda de mercadorias. Diante disso, pode-se citar dois tipos de custos, os fixos que independentemente da quantidade produzida serão os mesmos, tais como aluguéis e salários administrativos, e os custos variáveis que são aqueles que irão variar a depender da quantidade produzida, como a matéria prima. Desse modo, cada um irá influenciar no processo de precificação, pois enquanto os custos não variáveis necessitam de um processo de rateio para cada unidade produzida, ajudando a determinar o ponto de equilíbrio econômico (quantidade mínima necessária para vender e custear todos os gastos e, ainda, obter lucro), já os custos variáveis ajudam a definir os gastos necessários para produção de cada unidade e, consecutivamente, identificar a margem de contribuição (Valor residual após deduzir todos os seus custos fixos e obter lucro). Por fim, esses dados são essenciais para aprimoramento dos produtos buscando um diferencial para manter-se dentro do mercado com melhores preços e maior taxa de lucratividade. **Conclusão**: Diante disso, esse planejamento estratégico considera fatores internos para obter maior rentabilidade e preços justos, utilizando-se de métodos de custeios favoráveis aos empreendimentos. Essa organização estabelece uma relação harmoniosa entre empresários e clientes, cobrindo todos os custos de produção e mantendo o preço acessível no cenário econômico.

Palavras-chave: Custos. Precificação. Produção.

DA BAU AO PROFILING NO BRASIL O USO DO PERFIL CRIMINAL PELA POLÍCIA BRASILEIRA – AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS.

854 Acadêmico de Administração da Faculdade Via Sapiens - FVS.
855 Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS.
856 Acadêmico de Ciências Contábeis da Faculdade Via Sapiens - FVS.
857 Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2019). Doutoranda em Economia Rural pela UFC. Professora dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia na Faculdade do Vale do Salgado (FVS). Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de Administração e Ciências Contábeis.

Maria Clara Vieira Fernandes[858]
Daniel Rocha Chaves[859]

Introdução: A BAU — Unidade de Análise Comportamental do FBI — é o setor responsável por analisar crimes violentos a partir do comportamento dos autores. Ela ajudou a consolidar o conceito de profiling, que consiste na criação de perfis criminais com base em padrões psicológicos e sociais. Nos Estados Unidos, essa prática é institucionalizada e bem estruturada. No Brasil, porém, o uso do profiling ainda é recente, pouco regulamentado e cercado por desafios éticos, técnicos e legais. Este resumo propõe uma análise crítica sobre como essa técnica tem sido (mal) utilizada pela polícia brasileira, apontando riscos como a estigmatização de certos grupos, a seletividade penal e o uso distorcido da metodologia. **Objetivos:** O objetivo do estudo é analisar o uso do criminal profiling no Brasil, observando seus avanços e limitações. Busca-se refletir sobre como a técnica, embora útil quando bem aplicada, pode ser usada de forma equivocada, reforçando preconceitos raciais e sociais. Também se discute sua compatibilidade com os direitos e garantias previstos na Constituição Federal. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental, fundamentada na criminologia crítica, psicologia investigativa e direito processual penal. Como recurso ilustrativo, utiliza-se a série Criminal Minds e materiais da Universidade Militar Americana para contextualizar os aspectos técnicos e éticos do profiling. Para fortalecer a base teórica, também são utilizados os estudos de Fabiano de Abreu Agrela, neurocientista e especialista em neuropsicologia forense, que contribui para a compreensão dos fatores mentais envolvidos na conduta criminosa. Esses referenciais ajudam a comparar o uso real e ficcional da técnica, destacando os limites entre ciência e abuso. **Resultados:** No Brasil, observa-se que o uso do profiling ainda é desorganizado e pouco técnico. Muitas vezes, o que se aplica é um "perfil" baseado em estereótipos de classe, raça e localidade — o oposto do que se propõe em abordagens científicas. Enquanto a BAU trabalha com análise comportamental detalhada, no Brasil há indícios do uso da aparência ou o "tipo suspeito" como critério para investigações e abordagens policiais, gerando distorções e injustiças. **Conclusão** O profiling pode ser uma ferramenta importante nas investigações, desde que usado com responsabilidade, embasamento técnico e respeito aos direitos fundamentais. No Brasil, o uso ainda esbarra em barreiras estruturais e culturais. A série Criminal Minds, apesar de ficcional, pode servir como ponto de partida para refletir sobre o potencial e os limites dessa prática, destacando a importância de entender o comportamento humano sem abrir mão da ética e da legalidade.

Palavras-chave: Janelas Quebradas; Punitivismo; Criminalização da Pobreza; Investigação Criminal; Seletividade Penal; Criminal Minds.

DANO ESTÉTICO RICOCHETE

[858] Maria Clara Vieira Fernandes; Acadêmica de Direito – Faculdade Via Sapiens.
[859] Daniel Rocha Chaves; Doutor e Mestre em Direito (UFSC), advogado e Professor universitário – Faculdade Via Sapiens.

Luiz Gustavo Melo Alves;860
Daniel de Vasconcelos Mello861

Introdução: Entende-se como dano estético qualquer ato que gere alteração morfológica de forma permanente em uma pessoa, independente de a deformidade ser visível, havendo ou não influência na capacidade laborativa. Nesse sentido, como o dano é personalíssimo, é lógico que o legitimado para entrar com ação de reparação é a vítima do fato. Entretanto, dependendo da repercussão do dano no seio familiar, os familiares próximos, embora não vítimas diretas, também podem judicialmente requerer reparação. **Objetivos:** Esse estudo tem por finalidade analisar a possibilidade dos familiares das vítimas que sofreram danos estéticos entrarem com ação de reparação em face do autor do dano. **Metodologia:** O presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa e os procedimentos técnicos foram realizados através da pesquisa bibliográfica, baseando-se no ordenamento jurídico brasileiro, artigos e jurisprudência. **Resultados:** O dano estético, que é entendido como uma alteração morfológica de forma permanente em uma pessoa, independente da deformidade ser visível, havendo ou não influência na capacidade laborativa, diferencia-se do dano moral no sentido de ele ser uma alteração física, enquanto o dano moral é um sofrimento mental (lesão a direito da personalidade). O legitimado para entrar com a ação de reparação por dano estético é a própria vítima do fato danoso, entretanto, segundo o autor Nehemias Domingos de Melo, a depender da repercussão do dano no seio familiar, os familiares próximos da vítima também podem entrar com ação de reparação. Seria o dano estético em ricochete. Seria o caso de um filho que após um acidente ficou paraplégico, o que resultará em uma repercussão no seio familiar, legitimando os familiares a buscar indenização em face daquele que causou o dano, todavia, mesmo que a teoria seja denominada dano estético ricochete, a pretensão será de dano moral, pois não podemos avocar o dano que outro sofreu, mas buscar uma compensação pelo abalo de ter um ente querido em uma situação sensível. A denominação da teoria estaria relacionada ao fato gerador do dano ricochete, ou seja, o dano estético. **Conclusão**: O legitimado ordinário para a ação de indenização de dano estético é a própria vítima do fato, entretanto os familiares próximos podem entrar com ação de reparação por dano estético ricochete, entretanto a indenização será de cunho moral, pois não podemos avocar danos de outra pessoa.

Palavras-chave: Dano Estético; Dano Moral; Legitimidade; Dano Ricochete.

FONTES DO DIREITO: UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS FONTES FORMAIS JURÍDICAS

860 Acadêmico de Direito.
861 Professor, presidente da comissão de defesa do cunsumidor OAB subseção ibiapaba, graduado em Direito pela Faculdade Moraes Júnior - Mackenzie Rio (2004).

Denize Albuquerque Menezes[862];
Rwryanna Lívia da Cunha[863];
Nhandeyjara de Carvalho Costa[864].

Introdução: O direito é um sistema complexo que regula as relações sociais e econômicas em uma sociedade. Para entender o direito, é fundamental conhecer as fontes que o compõem. As fontes do direito são os meios pelos quais as normas jurídicas são criadas, interpretadas e aplicadas. A compreensão das fontes do direito é crucial para juristas, legisladores e aplicadores do direito, pois influencia a aplicação justa e eficaz do direito. Entender as fontes, como leis, costumes, jurisprudência e doutrina, permite uma interpretação mais precisa e uma aplicação mais equitativa do direito. **Objetivo:** identificar e analisar as principais fontes do direito, incluindo a lei, a jurisprudência, a doutrina e os costumes. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica de obras jurídicas e artigos científicos que abordam as fontes do direito. A análise foi realizada com base em uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo para identificar e categorizar as principais fontes do direito. **Resultados:** As principais fontes do direito são: a lei, a Jurisprudência, a Doutrina, e os Costumes. A lei é a principal fonte do direito, pois é a norma jurídica criada pelo Estado para regular as relações sociais e econômicas. A jurisprudência é a interpretação da lei pelos tribunais e juízes, que ajuda a esclarecer e aplicar as normas jurídicas. A doutrina é a opinião de juristas e especialistas em direito, que ajudam a interpretar e aplicar as normas jurídicas. Os costumes, que são práticas sociais e econômicas que são aceitas e respeitadas pela sociedade, e podem ser reconhecidos como normas jurídicas. **Conclusão:** As fontes do direito são fundamentais para a formação do sistema jurídico. A lei, a jurisprudência, a doutrina e os costumes são as principais fontes do direito, e cada uma delas desempenha um papel importante na criação, interpretação e aplicação das normas jurídicas.

Palavras-chave: Fontes formais do Direito, norma jurídica, costumes.

DESCONTOS INDEVIDOS E A FRAUDE NO INSS

[862] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[863] Discente da Faculdade ViaSapiens.
[864] Doscente da Faculdade ViaSapiens.

Ana Alícia Passos Aguiar[865]
Antonio Gustavo Mendes[866]
Douglas Santana Araujo[867]
Ana Thaís Rocha Soares[868]

Introdução: A prática de descontos indevidos no contracheque dos beneficiários do INSS está relacionada com a ocorrência das fraudes envolvendo empréstimos consignados e a falsa autorização destes. Nos últimos anos, cerca de 4 milhões de pensionista e aposentados foram vítimas dessa fraude, sendo a maioria do Norte e Nordeste. Alguns beneficiários relataram que os descontos em seus benefícios eram realizados sem prévia autorização, o que configura uma violação de direitos e um grave problema de segurança nos sistemas do INSS e das instituições financeiras. **Objetivos:** A presenta pesquisa investiga como esses descontos ocorrem, os mecanismos usados por fraudadores, e as falhas na proteção de dados pessoais. Desse modo, ocorria que os aposentados eram filiados sem consentimento, e os valores eram descontados diretamente no contracheque, também os fraudadores realizavam empréstimos que os beneficiários não pediram ou não autorizaram. Logo, as pessoas idosas, analfabetas, e doentes foram afetadas, e poucos buscaram auxílio jurídico a fim de estornar o valor que fora descontado indevidamente e que a cobrança indevida cessasse. **Metodologia:** Este projeto utiliza uma abordagem qualitativa com base na pesquisa documental e análise de conteúdo. A principal fonte de dados são reportagens publicadas nos portais de notícias, e relatórios de auditoria de órgãos públicos que oferecem subsídios para a estimativa de dados. **Resultados:** A Polícia Federal investiga cerca de 11 entidades por possível envolvimento com este esquema, e é constatado mais de R$ 6,3 bilhões de desvio. O TCU apresentou que 35 mil vítimas representadas por seus advogados buscaram solucionar esse problema, todavia, a inércia do INSS e do Governo Federal contribuiu para o aumento disparado de descontos indevidos nos anos de 2023 e 2024. **Conclusão:** O caso dos descontos indevidos e a fraude no INSS é passível de configurar o maior escândalo da história do Brasil, segundo relatório de auditoria da CGU em 2023 as movimentações dos empréstimos consignados configuram R$ 90 bilhões. Por fim, é notório que as pessoas mais prejudicadas são cidadãos vulneráveis que necessitam das benesses do poder judiciário para a proteção dos seus dados pessoais e garantir a inviolabilidade de seus benefícios.

Palavras-chave: Descontos; Fraude; Aposentados.

O PAPEL DA ENFERMAGEM FRENTE À DIABETES GESTACIONAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)

865 Graduando em Direito.
866 Graduando em Direito.
867 Graduando em Direito.
868 Mestra em Educação.

Leandra do Nascimento Camelo [869]
Francisco Rafael Alves da Silva [870]
Antonio Wellington Madureira Marques [871]
Dra. Maria Laína Silva[872]

Introdução: O diabetes mellitus gestacional (DMG) é definido como uma intolerância à glicose que se manifesta ou é identificada pela primeira vez durante a gestação. Essa condição apresenta riscos relevantes tanto para a mãe quanto para o feto, incluindo pré-eclâmpsia, parto prematuro, macrossomia e hipoglicemia neonatal. No contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), a enfermagem exerce papel crucial no diagnóstico e manejo da DMG, promovendo educação em saúde e controle dos índices glicêmicos, além de encaminhamentos quando necessário. **Objetivos:** Analisar o papel da enfermagem na prevenção e manejo da diabetes gestacional no âmbito da Atenção Primária à Saúde. **Metodologia**: Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, decorrente de um estudo longitudinal, a partir de dois artigos indexados no Portal de periódicos da CAPES e na Biblioteca Virtual em Saúde, tendo como critério de inclusão o ano de publicação e a relação direta com o tema. Para cada artigo realizou-se um fichamento com os dados. **Resultados:** Os achados evidenciam que a atuação do enfermeiro na APS é fundamental para o rastreio, diagnóstico precoce e orientação da gestante com DMG. As principais práticas envolvem: aferição de glicemia, incentivo à adesão ao pré-natal, prescrição de dietas, promoção de exercícios físicos, educação em saúde e, quando necessário, administração de insulina. Destaca-se também a importância da atuação multidisciplinar e do fortalecimento do vínculo entre profissional e gestante, visto que, o acompanhamento pré-natal é essencial para que os devidos cuidados à saúde da paciente sejam realizados. Ademais, a orientação do profissional de enfermagem é fundamental para alertar sobre as possíveis consequências da DMG quando não tratada adequadamente, como o aumento do risco de pré-eclâmpsia, parto prematuro, aborto e o desenvolvimento futuro de diabetes. Para o bebê, a exposição a níveis elevados de glicose e insulina pode resultar em ganho de peso excessivo e crescimento desproporcional de alguns órgãos. No entanto, ambos os estudos destacam a persistente escassez de profissionais devidamente capacitados na APS para o manejo adequado da DMG. **Conclusão:** A enfermagem desempenha papel essencial na atenção integral às gestantes com DMG, promovendo a saúde e prevenindo complicações. É necessário investimento contínuo na qualificação dos profissionais da APS e na implementação de políticas públicas que apoiem práticas baseadas em evidências. O acompanhamento adequado pela enfermagem não apenas melhora os desfechos maternos e neonatais, como também reduz os custos e impactos do diabetes gestacional no sistema de saúde.

Palavras-chave: Diabetes Gestacional; Enfermagem; Atenção Primária à Saúde.

OBSTÁCULOS FISCAIS NO COTIDIANO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL: LIMITES DA TRIBUTAÇÃO SIMPLIFICADA

[869] Acadêmica de Enfermagem da Faculdade ViaSapiens.
[870] Acadêmico de Enfermagem da Faculdade ViaSapiens.
[871] Acadêmico de Enfermagem da Faculdade ViaSapiens.
[872] Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Mestre em Biotecnologia; Doutora em Ciências Médicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Docente da Faculdade ViaSapiens.

Alyson de Sousa Gomes[873]
Julia Almeida Lima[874]
Pedro Kalil de Sousa Vasconcelos[875]
Francisco Danilo de Souza Gomes[876]

Introdução: O presente trabalho revela o estudo realizado sobre os impasses tributários na rotina do Microempreendedor individual no qual surgiu no Brasil com o objetivo de formalizar os pequenos empreendedores através de um modelo de tributação simplificado e de baixo custo. Dessa forma**,** surge como questão de pesquisa , quais são as principais características acerca dos obstáculos fiscais no cotidiano do Microempreendedor individual (MEI) dentro da tributação simplificada? Compreender esses desafios é essencial para propor melhorias no sistema e garantir que o MEI continue sendo um instrumento eficaz de inclusão produtiva e desenvolvimento econômico. **Objetivos:** Verificar as principais características acerca dos obstáculos fiscais no cotidiano do microempreendedor individual e os limites da tributação simplificada. **Metodologia:** O presente resumo é constituído por uma pesquisa qualitativa, uma vez que que este tipo de pesquisa possibilita o entendimento de fenômenos sociais utilizando marcos teóricos e base de dados renomadas . Além disso, utilizou-se enquanto procedimento de pesquisa, a pesquisa bibliográfica e documental por meio de artigos e livros. **Resultados:** Identificou-se que os principais obstáculos fiscais enfrentados pelos Microempreendedores Individuais (MEIs) envolvem o limite de faturamento mensal no que tange o excesso de até 20% e o superior a 20%, a maneira burocrática e complexidade nas obrigações acessórias. Além disso, a falta de suporte técnico e contábil contribui para multas e desenquadramento involuntário assim, muitos MEI 's não têm o conhecimento necessário acerca de prazos de pagamento, emissão de notas fiscais e obrigações legislativas, o que aumentou o risco a penalidades. **Conclusão**: Conclui-se que, embora a tributação simplificada tenha sido criada com o propósito de facilitar a formalização e tornar o processo mais acessível, na prática ela ainda apresenta uma série de problemas pois ela impõe regras que limitam e dificultam a continuidade e o crescimento dos negócios, o que leva muitos empreendedores optarem por atuar de forma informal julgando ser mais vantajoso.
Palavras-chave: Obstáculos fiscais; Tributação; MEI.

[873] Acadêmico de Administração da Faculdade Via Sapiens - FVS.
[874] Acadêmica de Administração da Faculdade Via Sapiens - FVS.
[875] Acadêmico de Administração da Faculdade Via Sapiens - FVS..
[876] Docente Mestre em Educação na Unival.

DO LAR AO PODER: ENTRE CONQUISTAS E DESAFIOS, O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

Iraci Nágela de Souza Fontenele[877];
Gilsiane Maria Vasconcelos Marques[878]

Introdução: Historicamente, o papel social da mulher foi moldado por normas que a confinavam ao espaço doméstico, associando sua identidade quase exclusivamente à maternidade e ao cuidado. Essa restrição, legitimada por discursos religiosos, machistas, científicos e culturais, consolidou uma divisão de gênero cujos efeitos ainda são perceptíveis em múltiplas dimensões da vida social. **Objetivos:** Analisar o percurso histórico e sociocultural da mulher, com foco na desconstrução de papéis tradicionais e na problematização das desigualdades de gênero que persistem, mesmo diante das conquistas obtidas ao longo do tempo. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura, realizada por meio de levantamento bibliográfico de obras e artigos acadêmicos que discutem a evolução do papel da mulher na sociedade. A pesquisa buscou identificar as principais transformações nos papéis femininos ao longo do tempo, bem como os conflitos e desafios gerados por essas mudanças. O objetivo foi destacar a relevância de novos estudos que abordem as relações de gênero e o lugar da mulher na família contemporânea, evidenciando a construção de uma nova identidade feminina nesse contexto emergente. **Resultados:** Durante muito tempo a figura feminina foi limitada ao lar, especificamente à maternidade, sendo essa a realização máxima da mulher, significando plenitude e sacrifício voluntário. Aos poucos essa visão idealizada da maternidade é descontruída, principalmente quando afirma que o amor materno é uma construção social e histórica, e não um instinto universal. Isso evidencia como as mulheres foram condicionadas a ocupar um papel fixo e limitado na estrutura familiar e social. A partir do século XX, os movimentos feministas passaram a contestar essas construções sociais, reivindicando igualdade de direitos entre os gêneros. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, o acesso ampliado à educação e à participação política, assim como a luta pela autonomia reprodutiva, configuraram marcos decisivos na reconfiguração do papel feminino na sociedade. **Conclusão**: Compreende-se que muitos dos papéis historicamente atribuídos às mulheres são construções sociais, e não determinações naturais. Diante disso, torna-se essencial manter o debate crítico sobre essas representações, a fim de desconstruí-las e avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Reconhecer as conquistas já alcançadas é importante, mas não deve invisibilizar os desafios que ainda persistem e que demandam atenção contínua.

Palavras-chave: Mulher. Gênero. Maternidade. Feminismo. Desigualdade Social.

[877] Acadêmica de Psicologia – Faculdade Via Sapiens
[878] Graduada em Psicologia pela Faculdade Luciano Feijão; Mestre em Psicologia e Políticas Públicas pela UFC. Docente da Faculdade ViaSapiens.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER: O PAPEL DA ENFERMAGEM NO ACOLHIMENTO DAS VÍTIMAS

Camilly Maria de Sousa[879]
Pâmela Naomi Togawa Sousa[880]
Izadora Brito da Silva[881]
Adenyse Cavalcante Marinho Sousa[882]

Introdução: A violência sexual contra a mulher configura-se como séria violação dos direitos humanos, que trás consequências físicas, psicológicas e sociais. Marcada pela desigualdade de poder entre os gêneros, essa violência recai sobre mulheres de variadas idades, classes sociais e realidade culturais. A Organização Mundial da Saúde aponta que uma em cada três já sofreu violência física ou sexual. Nesse cenário, a enfermagem exerce papel central no acolhimento, identificação e encaminhamento das vítimas. **Objetivos:** Descrever o papel da enfermagem no acolhimento humanizado das vítimas de violência sexual contra a mulher.**Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem descritiva, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica. A construção do estudo buscou compreender o fenômeno da violência contra a mulher, com base em publicações acadêmicas e documentos institucionais. Foram utilizados como principais referenciais a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, bem como 10 artigos científicos publicados entre os anos de 2018 a 2025. As fontes foram selecionadas nas bases Scientifc EletronicLibrary on-line (SciELO), e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). **Resultados:** Os estudos analisados destacam que a enfermagem exerce papel essencial no acolhimento de mulheres vítimas de violência sexual, com ênfase em escuta qualificada, sigilo e respeito à autonomia. No entanto, observaram-se dificuldades relacionadas à falta de preparo profissional e ausência de protocolos claros. A literatura aponta que investir em capacitação contínua e incentivar o trabalho em equipe são estratégias eficazes para promover o cuidado humanizado e fortalecer a rede de apoio às vítimas. **Conclusão**: A atuação da enfermagem no acolhimento de vítimas de violência sexual é essencial para romper o ciclo da violência e promover a reparação do sofrimento. O cuidado deve ir além das práticas técnicas, exigindo preparo emocional, conhecimento das diretrizes legais, escuta sensível e respeito à autonomia da mulher. Fortalecer a formação em saúde da mulher, elaborar protocolos específicos e articular o trabalho interprofissional são estratégias necessárias para qualificar o acolhimento.

Palavras-chave: Violência Sexual; Violência contra a mulher; Papel do enfermeiro.

[879] Acadêmica do curso de enfermagem da faculdade ViaSapiens- Camillymaria032@gmail.com
[880] Acadêmica do curso de Enfermagem da faculdade ViaSapiens- pamelatogawa@hotmail.com
[881] Acadêmica do curso de enfermagem da faculdade ViaSapiens- izadorabrito98@gmail.com
[882] Bacharel em enfermagem pela Faculdade Mauricio de Nassau; Pós-graduada em UTI adulta e neonatal pela FATELOS, gestão pela faculdade holística FAHOL; Pós-graduada em estética e cosmetologia pela faculdade UNINTA; Mestranda em saúde e gestão do trabalho - adenysecavalcante@gmail.com

O CONSUMISMO COMO FORMA DE PERTENCIMENTO DOS GRUPOS SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE O EFEITO DA DESPERSONALIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Dalila Brito Sousa [883]
Robert Pessoa Costa[884]

Introdução: No contexto hodierno, percebe-se que o constante fluxo de informações e a ausência de fortalecimento de singularidades gera no indivíduo uma intensa necessidade de aprovação do grupo ao considerar apenas a posse de produtos como fator de identificação e, consequentemente, fator contribuinte para gerar a ilusão de pertencimento dentro da comunidade desejada pelo indivíduo. Nesse sentido, a subjetividade presente em cada pessoa capaz de agregar aspectos próprios de si para contribuir junto ao meio é suprimida pela criação de necessidades e a comercialização da satisfação delas ao conduzir o indivíduo à busca incessante de satisfação e conformidade social, derivada da cultura do espetáculo, a qual prioriza a aparência antes da essência de fato, potencializada pelas mídias sociais. **Objetivos:** O objetivo geral deste estudo é analisar criticamente o impacto da globalização na sociedade contemporânea, enfocando a relação entre consumo, identidade e pertencimento comunitário. Para isso, busca-se examinar como as informações são consumidas e associadas pelas grandes massas, gerando falsas necessidades e consumo compulsório, além de analisar a relação entre consumo e identidade, discutindo como o consumo de produtos está relacionado à formação de identidade e sentimento de pertencimento comunitário. Ademais, pretende-se debater as implicações sociais e culturais do consumo compulsório e sua influência na sociedade contemporânea associado ao sentimento de pertencimento dentro dos grupos. **Metodologia:** Quanto à metodologia, realizou-se análise do estado atual da arte em duas bases de dados sobre essa temática da pesquisa por meio dos sites *SciELO* e *GOOGLE Acadêmico*. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de revisão bibliográfica, na qual também se utilizou de conceitos propostos por Zygmunt Bauman, teórico da sociologia, para o entendimento das dinâmicas grupais. Conforme se nota na constituição dos grupos sociais, prevalece uma inclusão do indivíduo a um grupo, marcada pelo esvaziamento de sua subjetividade, ao ter que se adequar a uma lógica de consumismo para adquirir um traço em comum com o grupo, a exemplo de grupos de compra e venda de produtos específicos até mesmo com aqueles que compartilham um certo tipo de sofrimento psíquico. **Resultados:** No presente trabalho, pretendeu-se analisar como a subjetividade desses indivíduos é afetada ao se inserirem em um grupo de relações alienadas. Portanto, a expressão subjetiva do indivíduo, agora, torna-se, pressionada ao pertencimento grupal, reduzida pelo ato de consumir, apagando suas vivências pessoais ligadas a sua existência em sua comunidade local, capazes de lhe apontar uma saída particular para suas questões. Desse modo, o consumo de um mesmo produto por uma única comunidade gera a falsa ideia de compartilhamento de pensamento, vivência e uniformidade para àquele que foi induzido ao anseio por essa padronização, tornando o indivíduo alheio aos próprios pensamentos e desejos ao seguir o comportamento do coletivo. Logo, as mídias sociais exercem influência significativa nas escolhas diárias das pessoas, perante a rapidez e a repetição de certos fenômenos sociais movidos pelo consumismo como forma de pertencimento e engajamento de indivíduos em um ideal globalizado. **Conclusão**: A intensa veiculação de informações, estimulantes visualmente, para o sujeito deixa o próprio apático criticamente e suscetível a seguir ideias que não fazem sentido para si. Nessa medida, para realizar a tentativa de satisfazer as necessidades externas a si, como forma de preencher o esvaziamento deixado pela perca de subjetividade, o indivíduo permite a banalização do consumo descontrolado de produtos efêmeros apenas para sentir uma falsa sensação de integração com aquilo que desperta nele curiosidade e ânsia de possuir.

[883] Acadêmica de Psicologia – Faculdade Via Sapiens
[884] Docente da Faculdade Via Sapiens. Mestre em Psicologia pela UFC

Portanto, pode-se afirmar que o consumismo como forma de integração social denuncia a deficiência presente no ato de construir a subjetividade do indivíduo moderno, através dos próprios critérios, ao buscar meios alternos para saciar as necessidades vindas de desejos externos, ou seja, pertencentes de um imaginário coletivo, o qual induz o consumo constante de produtos fúteis como meio para atingir satisfação pessoal.

Palavras-chave: Consumismo; Despersonalização, Contemporaneidade.

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: ARTIGO 5° INCISO XLVII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Dionathan Gomes dos santos885
Antonia clara de Assis Veira886
João Victor Melo do Nascimento887
Francisco Danilo de Souza Gomes888

Introdução: A dignidade da pessoa humana é um dos pilares do estado democrático brasileiro, este orienta a criação e a limitação das leis penais como o inciso XLVII sendo um exemplo claro de proibição de certas penas. É importante estudar este tema pois permite compreender os limites constitucionais impostos na atuação do estado. Quais são as principais características acerca da dignidade da pessoa humana (Artigo 5° Constituição Federal de 1988) especialmente no que se refere a questão de certas penas? **Objetivos:** Verificar as principais características a cerca da dignidade da pessoa humana conforme estabelecido no (Artigo 5° Constituição federal de 1988), com ênfase nas vedações penais previstas no inciso XLVII analisando o contexto jurídico brasileiro. **Metodologia:** O presente resumo é constituído por uma pesquisa qualitativa, uma vez que este tipo de pesquisa possibilita o entendimento dos fenômenos sociais utilizando marcos teóricos a base de dados renomados. Além disso usou-se enquanto procedimento pesquisa bibliográfica. **Resultados:** O contexto da dignidade da pessoa humana, baseada no artigo 5° inciso XLVII da constituição federal de 1988 implica na proteção contra penas cruéis, inumanas ou degradantes, bem como a proibição de penas perpetuas e de trabalhos forçados. Isso significa que o estado não pode aplicar penas que atentem contra a integridade física e moral, assegurando que o tratamento punitivo seja sempre compatível com a dignidade humana. **Conclusão**: Concluiu-se que o artigo em questão, representa uma importante salvaguarda dos direitos fundamentais no contexto penal. Assim reafirmando o compromisso com a justiça, liberdade e igualdade. Desta forma o estudo nos ajuda a entender as limitações do poder punitivo na constituição e na sociedade. Este inciso é fundamental para garantir os direitos e garantias individuais e está em consonância com o estado democrático do direito , o principio da dignidade da pessoa humana e o caráter ressocializador da pena.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana; Penas vedadas; Constituição federal de 1988.

JUVENTUDE E CUIDADO: O ENCONTRO DA ENFERMAGEM COM A REALIDADE DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

885 Dionathan Gomes dos Santos- Estudante de Ciencias contabeis.
886 Antonia Clara de Assis Vieira-Estudante de direito.
887 João Victor Melo Do Nascimento- Estudante de administração
888 Francisco Danilo de Souza Gomes- Professor de Direito

Rayrla de Sousa Mendes[889]
Maria Ivone do Nascimento Rodrigues[890]
Fabricy Fernandes Mota[891]

Introdução: A gravidez na adolescência é um desafio à saúde pública brasileira, relacionado a fatores como desigualdade social, evasão escolar e falta de diálogo sobre sexualidade. A atuação do enfermeiro e políticas públicas eficazes são essenciais para enfrentá-lo. **Objetivos:** Visa abordar a realidade vivenciada por muitas jovens na gravidez na adolescência e práticas educativas de enfermagem nessa causa social. **Metodologia:** O estudo utilizou o método de revisão integrativa da literatura, no qual foram utilizadas fontes de pesquisa América Latina e SciELO. Foram utilizados critérios de inclusão para seleção dos artigos: artigos publicados nos últimos 5 anos e que abordassem a realidade da gravidez na adolescência no contexto brasileiro. **Resultados:** Atualmente, muitas adolescentes continuam engravidando, seja por fatores psicossociais, ou culturais e afetivos que envolvem o desejo de afirmação identitária por meio da maternidade. Fatores como baixa escolaridade, falta de proteção na primeira relação sexual e criação em lares sem orientação sobre métodos contraceptivos aumentam a probabilidade de uma gestação precoce, os quais acarretam o abandono escolar, principalmente em classes mais vulneráveis, onde a adolescente, muitas vezes, sofre consequências psíquicas e emocionais em decorrência da falta de suporte familiar, além do desenvolvimento rápido da maternidade e da inserção precoce no mercado de trabalho. O Ministério da Saúde (MS), em conjunto com outras secretarias e ministérios, tem implantado políticas de direitos sexuais e reprodutivos. A atuação da enfermagem na gravidez na adolescência é fundamental e vai além do cuidado clínico, abrangendo o acolhimento, a escuta qualificada e a construção de um espaço seguro para o diálogo sobre sexualidade e métodos contraceptivos. **Conclusão**: De modo geral, a gravidez na adolescência, além de representar um desafio à saúde pública, está ligada a fatores sociais e emocionais que influenciam diretamente a vida das jovens. Através de práticas educativas e do acolhimento, o enfermeiro pode contribuir significativamente para a promoção da saúde e prevenção de novas gestações precoces. Assim, reforça-se a importância de políticas públicas eficazes e de uma atuação conjunta entre os serviços de saúde, educação e assistência social, que garanta suporte e orientação às adolescentes, favorecendo escolhas conscientes e uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Subjetividade; Políticas Públicas.

ECOS DA EXCLUSÃO: A VIOLÊNCIA JUVENIL EM “PUMPED UP KICKS” E O CASO COLUMBINE

[889] Acadêmica de enfermagem - FVS; Liga Acadêmica de Urgência, Emergência e Terapia Intensiva (LAUET) .

[890] Acadêmica de enfermagem - FVS; Liga Acadêmica de Urgência, Emergência e Terapia Intensiva (LAUET).

[891] Enfermeira,, graduada na UNINTA, Especialista em Saúde Pública (UNINTA), Especialista em Saúde da Família (UNINTA), Especialista em Saúde da Mulher (FAVENI), Especialização em Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes (UNB), Mestranda em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI) (em andamento), Servidora pública municipal de São Benedito. Docente dos cursos de Graduação em Psicologia e Enfermagem da Faculdade ViaSapiens.

Breno Meneses Damasceno[892]
Samile Cardoso de Lima[893]
Iris dos Santos Timbó[894]

Introdução: Este trabalho propõe uma análise da música Pumped Up Kicks, da banda Foster the People, à luz da violência escolar, com foco no massacre de Columbine, ocorrido em 1999, nos Estados Unidos. Parte-se da leitura simbólica da canção articulada à contextualização histórica desse evento trágico, com ênfase na violência na adolescência e nos transtornos mentais que podem emergir nesse período da vida. **Objetivos:** O estudo tem como objetivo compreender como manifestações culturais, como a música, podem refletir e problematizar questões sociais relevantes, como o bullying, a exclusão social e a ausência de apoio emocional no ambiente escolar. Busca-se, ainda, fomentar a discussão sobre saúde mental no contexto educacional. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa que combina análise textual da música Pumped Up Kicks com estudo de caso do massacre de Columbine. A música foi analisada a partir de seus elementos narrativos, simbólicos e temáticos, identificando possíveis conexões com contextos de violência juvenil. Em paralelo, o caso Columbine foi abordado como estudo de caso emblemático, com base em fontes bibliográficas, documentários e estudos acadêmicos sobre o evento. O cruzamento entre os dois materiais permitiu a identificação de paralelos entre ficção e realidade, à luz da exclusão social, do sofrimento psíquico não tratado e da negligência institucional. **Resultados:** A análise revelou que Pumped Up Kicks oferece uma crítica simbólica à violência juvenil e à negligência emocional. Embora não mencione explicitamente um massacre escolar, a canção assume a perspectiva de um jovem perturbado que fantasia ou ameaça agir violentamente, evocando temas como exclusão e colapso emocional. Ao relacionar a letra ao caso de Columbine, identificam-se elementos em comum, como o isolamento social, a ausência de suporte familiar e escolar e o sofrimento psíquico negligenciado. A pesquisa também evidenciou a insuficiência de políticas públicas de acolhimento e prevenção, apontando a necessidade urgente de atuação integrada entre saúde mental e educação. **Conclusão:** A música, enquanto expressão cultural, pode funcionar como instrumento de denúncia e reflexão sobre problemáticas sociais contemporâneas. Pumped Up Kicks evidencia, por meio da arte, os sinais invisíveis de sofrimento juvenil e a banalização da violência. Ao relacionar a canção ao massacre de Columbine, reforça-se a importância de políticas escolares de cuidado, escuta e prevenção. Compreender os efeitos da exclusão e da alienação emocional é essencial para evitar a repetição de tragédias e promover uma educação mais humana e atenta à saúde mental dos estudantes.

Palavras-chave: Violência Escolar; Saúde Mental; Cultura Juvenil;

EMPREENDEDORISMO JURÍDICO E INOVAÇÃO NA ADVOCACIA

[892] Graduando em psicologia da Faculdade Via Sapiens - FVS
[893] Graduanda em psicologia da Faculdade Via Sapiens - FVS
[894] Professora do curso de Psicologia da Faculdade Via Sapiens (FVS); Graduada em Psicologia (FLF); Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAVENI); Especialização em Saúde Pública e da Família (UNIQ , em andamento), Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (UNIVALI/FVS, em andamento).

Allan Rodrigues Gomes; 895
Antônio Fabricio Vasconcelos Gentil Farias; 896
Raphael Gomes Viana. 897

Introdução: A presente investigação aborda o tema do empreendedorismo jurídico, que vem ganhando relevância à medida que profissionais da advocacia buscam renovar o setor, utilizando soluções inovadoras para enfrentar os desafios tradicionais da área. O estudo examina de que forma elementos como gestão estratégica, tecnologia e marketing têm influenciado a prática jurídica, criando novas possibilidades de atuação. Além disso, analisa como a inovação pode ser incorporada ao exercício do Direito, contribuindo para uma prestação de serviços mais eficiente e adequada às demandas da sociedade contemporânea. **Objetivos:** Este artigo tem como finalidade compreender a aplicação do empreendedorismo no contexto jurídico e seus impactos positivos. Pretende-se identificar práticas inovadoras e recursos tecnológicos que aprimoram a atuação jurídica, tornando-a mais eficaz e acessível ao público. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em procedimentos técnicos de levantamento bibliográfico. Foram utilizados artigos acadêmicos, reportagens, bem como análises de experiências em escritórios que implementaram modelos de negócio diferenciados, adotando o uso de tecnologias e estratégias modernas de marketing, com o objetivo de atingir os propósitos traçados. **Resultados:** Os dados obtidos mostram que a incorporação de ferramentas digitais e o desenvolvimento de novas formas de atendimento ao cliente vêm impulsionando mudanças significativas no setor jurídico. A utilização de softwares de gestão de processos, bem como de instrumentos de análise de dados, tem contribuído para uma maior eficiência operacional e redução de custos. Além disso, ações inovadoras em marketing jurídico e o fortalecimento de redes colaborativas entre advogados têm ampliado o alcance e a visibilidade dos serviços prestados. **Conclusão**: O empreendedorismo jurídico surge como uma alternativa promissora para os operadores do Direito que desejam se destacar em um cenário dinâmico e competitivo. A inovação deixou de ser um diferencial e passou a ser um requisito essencial para a sobrevivência e crescimento dos escritórios de advocacia. Promover uma mentalidade voltada para a inovação, investir em tecnologia e colocar o cliente no centro das estratégias são atitudes fundamentais para que a área jurídica acompanhe as transformações da sociedade e se mantenha relevante.

Palavras-chave: Inovação. Direito. Empreendedorismo.

ENCARCERAMENTO MATERNO E A INTRANSCENDÊNCIA DA PENA.

895 Acadêmico de Direito – Faculdade Via Sapiens.
896 Acadêmico de Direito – Faculdade Via Sapiens.
897 Professor universitário, mestre em Direito pela UFSC, diretor acadêmico da Faculdade ViaSapiens.

Jordânia dos Santos Oliveira Ribeiro[898]
Raphael Gomes Viana[899]

Introdução: O aprisionamento feminino no Brasil aumentou de forma expressiva nas últimas décadas, expondo a falta de estrutura adequada no sistema carcerário para atender às necessidades específicas das mulheres, principalmente daquelas que são mães. Grande parte dessas mulheres privadas de liberdade são gestantes ou possuem filhos pequenos, o que levanta preocupações quanto à violação de direitos das crianças afetadas pela prisão materna. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivos analisar os impactos do encarceramento de mulheres grávidas ou mães de crianças, focando nos prejuízos aos direitos infantis. Outrossim, busca-se verificar a efetividade das políticas públicas voltadas a essa população. **Metodologia:** A presente pesquisa tem abordagem qualitativa, baseada em levantamento bibliográfico e documental. Foram analisadas publicações acadêmicas, legislações nacionais e tratados internacionais que tratam da proteção dos direitos das mulheres presas e de seus filhos, como por exemplo as Regras de Bangkok. **Resultados:** A análise demonstrou que o sistema prisional brasileiro é caracterizado pela precariedade, negligência e ausência de políticas públicas voltadas especificamente para mulheres encarceradas. A maior parte dos presídios não dispõe de estrutura para acolher mães e filhos, como berçários e creches, o que viola o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e da intranscendência da pena. Além disso, foi possível observar que tanto a permanência no cárcere com suas mães quanto a separação delas traz inúmeros prejuízos psicológicos, sociais e educacionais nas crianças. **Conclusão**: É evidente a necessidade de políticas públicas direcionada à proteção integral da infância no contexto do encarceramento materno, bem como a aplicação de alternativas penais como a prisão domiciliar e medidas cautelares diversas da prisão, privilegiando o bem-estar das crianças e o respeito aos princípios constitucionais.

Palavras-chave: Encarceramento feminino; Intranscendência da pena; Direitos das crianças.

O IMPACTO DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

[898] Acadêmica do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[899] Diretor Acadêmico da Faculdade ViaSapiens.

Maria Rafaela Ferreira da Silva900
Flávio Marques Damasceno901

Introdução: A monitoria pode ser entendida como uma atividade acadêmica de natureza complementar, a qual permite ao estudante monitor expandir seus conhecimentos e, desde a academia, familiarizar-se com as atividades de ensino e o ingresso no campo docente. Assim, o estudante monitor auxilia outros estudantes a fim de melhorar a compreensão e assimilação dos conteúdos de uma determinada disciplina, além de criar um espaço de apoio acadêmico entre os próprios alunos. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar o papel da monitoria acadêmica na formação do aluno monitor, a partir da experiência na monitoria da disciplina de Anatomia do aparelho locomotor, desenvolvida no curso de Fisioterapia da Faculdade ViaSapiens. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência do tipo descritivo, desenvolvido por um acadêmico do curso de Fisioterapia que vivenciou a prática de monitoria durante o semestre 2025.1. **Resultados:** A monitoria promove o aprofundamento dos conteúdos da disciplina, uma vez que, ao desenvolver o processo de acompanhar outros alunos, o monitor reforça seu próprio conhecimento. Assim, ao aproximar o aluno da docência, o processo de monitoria contribui para o desenvolvimento de várias habilidades, como comunicação, organização e empatia. Entre as principais atividades realizadas nesse período, destacam-se: a aplicação de um quiz educativo sobre o sistema muscular, visando avaliar e reforçar o conhecimento dos alunos de forma lúdica; a elaboração de um roteiro prático sobre o sistema cardiovascular; e a criação de um grupo de apoio no WhatsApp para fornecer materiais complementares, disponibilizando assim um espaço para discussões a respeito da disciplina e desenvolvendo um ambiente de aprendizagem mais colaborativo. **Conclusão:** Apesar de algumas dificuldades, como, por exemplo, a conciliação entre os horários da monitoria, podemos concluir que a monitoria é uma atividade de grande importância para o desenvolvimento acadêmico, contribuindo de forma significativa para a construção de habilidades essenciais ao aluno, tanto para a vida acadêmica quanto para a vida profissional.

Palavras-chave: Monitoria; Ensino; Aprendizagem;

A ESCRITA TERAPÊUTICA FEMININA COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NA BUSCA DE AUTOCONHECIMENTO

[900] Graduanda em Fisioterapia, Faculdade ViaSapiens
[901] Orientador, Prof. Mestre em Ciências da Saúde. Docente Faculdade ViaSapiens.

Miracélia Alves de Mesquita [902]
Maria Fernanda Silva Gonçalves [903]
Carla Vieira Cardoso[904]

Introdução: Refletir sobre a escrita terapêutica como caminho para um encontro consigo mesma é entendê-la como ferramenta potencializadora de saúde mental. A escrita terapêutica é uma técnica de terapia que utiliza a escrita como ferramenta para explorar pensamentos, emoções e experiências, visando o bem-estar emocional e o autoconhecimento. Consiste em escrever livremente sobre questões pessoais, sem regras de gramática ou estrutura, focando na expressão e no processamento das emoções. **Objetivos:** Compreender como a escrita pode contribuir para a expressividade das emoções, que promove o autoconhecimento e o bem-estar emocional, principalmente, no que concerne, a escrita realizada por mulheres, pois essa prática traz um resgate interior que proporciona aliviar o estresse e empoderamento feminino. **Metodologia:** Por meio da análise de artigos científicos, baseada em uma revisão bibliográfica, prioritariamente ao fazer leitura analítica do artigo " A escrita como recurso terapêutico na compreensão da experiência do luto", com base nesses aportes observou-se que apesar de ser a escrita utilizada há milênios de anos para explorar e expressar emoções, só recentemente pesquisas têm fornecido evidências de que a saúde pode ser influenciada quando as pessoas transformam seus sentimentos e pensamentos em palavras grafadas. **Resultados:** A palavra escrita será, aqui, entendida como meio de comunicação interpessoal e intrapessoal, como um elemento criativo, como recurso terapêutico e como ferramenta de autoajuda. O ato de escrever, independente da qualidade da escrita, parece ter o potencial de prover benefícios físicos e mentais, com melhorias em longo prazo no humor, nos níveis de estresse e em sintomas depressivos. No processo terapêutico existe a compreensão que a expressão das emoções pode ajudar os pacientes a cessar alívio e desenvolver autoconhecimento, o valor terapêutico também está atribuído a abertura para reflexão de pacientes. A partir da escrita terapêutica é percebido também o potencial de libertação e um movimento que direciona as pessoas a mudanças. **Conclusão**: Este estudo aborda o uso da escrita terapêutica como estratégia interventiva na busca por autoconhecimento, portanto, o recurso da escrita expressiva pode ser uma adição útil a várias abordagens terapêuticas.

Palavras-chave: Escrita terapêutica; Autoconhecimento; Saúde mental.

MODA, MEDIA E MEDIANA PARA A ESTATISTICA.

[902] Graduada em Letras pela Universidade Estadual Vale do Acaraú; Professora de Língua Portuguesa e Redação da E.E.M.T.I. Ministro Antônio Coelho - MAC; Acadêmica do Curso Psicologia da Faculdade ViaSapiens - FVS.
[903] Acadêmica do Curso Psicologia da Faculdade ViaSapiens - FVS.
3 Graduada em Ciências Sociais – UVA; Graduada em Psicologia – FLF; Professora do curso de Psicologia da Faculdade ViaSapiens.
.
904

Yarithissa Costa Lima[905]
Luciane Dos Santos Jácome[906]

Introdução: A moda, média e mediana são medidas de tendência central que surgiram historicamente para analisar e resumir conjuntos de dados. A moda, que representa o valor mais frequente, surgiu no final do século XIX com Karl Pearson, inspirado pela utilização do termo "estar na moda". A média, que representa o valor central de um conjunto de dados, surgindo no século XVI para estimativas. A mediana, que representa o valor central quando os dados estão ordenados, surgindo no século XIII no Talmude e mais tarde no livro de Edward Wright sobre navegação. **Objetivos:** Aplicar os métodos e a utilidade atual das aplicações, relevantes desde o seu surgimento até a atualidade, mostrando suas definições e como usá-las atualmente, no âmbito empresarial**.** **Metodologia:** Pesquisa científica realizada por meio de artigos documentados, de forma qualitativa, mostrando a eficácia das medidas. A moda indica o valor que mais se repete em um conjunto de dados, refletindo o valor mais comum ou frequente. Listando todos os valores únicos presentes no conjunto de dados, o valor com maior frequência é a moda do conjunto. A média é obtida somando todos os valores de um conjunto e dividindo pelo número de valores, fornecendo uma medida representativa da centralidade dos dados. Mediana representa o valor central de um conjunto de dados ordenados, sendo o ponto que divide a amostra em duas partes iguais. Os dados devem estar em ordem crescente, do menor para o maior, identificando o número central. O número de elementos for ímpar, a mediana é o valor central da lista ordenada. O número de elementos for par, a mediana é a média aritmética dos dois valores centrais da lista ordenada. **Resultados:** As medidas são usadas na atualidade para calcular valores médios, analisar dados, tomadas de decisões na economia, na administração além de outros âmbitos financeiros. Nesse sentido, temos a obtenção de dados estatísticos para analise e comparação de demonstrativos, facilitando a tomada de decisões. **Conclusão**: A moda, média e mediana são ferramentas estatísticas valiosas para entender e analisar dados. Com características e aplicações específicas, a escolha da medida certa depende do contexto e dos objetivos da análise. Atualmente são ferramentas utilizadas no contexto empresarial.

Palavras-chave: Medidas; estatísticas; financeiros.

EXPECTATIVA DOS CALOUROS DE MEDICINA SOBRE A PROFISSÃO MÉDICA

[905] Acadêmica do Curso de Administração da Faculdade Via Sapiens
[906] Professora do Curso de Administração da Faculdade Via Sapiens

Luiza Gonçalves Gurgel de Barros [907]
Beatriz Oliveira de Azevedo[908]
Sthefany Fontinele da Silva [909]
Orientador: Leandro Cordeiro Portela[910]

Introdução: O ingresso no curso de medicina representa uma etapa de transição significativa, marcada por mudanças na rotina, aumento das responsabilidades e reformulação de expectativas profissionais. Os estudantes iniciam a graduação frequentemente influenciados por concepções idealizadas da profissão médica, construídas a partir de experiências familiares, referências sociais e representações midiáticas. A compreensão dessas expectativas é fundamental para o planejamento pedagógico e para a promoção de uma formação médica mais alinhada às motivações individuais e coletivas dos discentes. **Objetivos:** Analisar as expectativas, motivações e preocupações de calouros de medicina em relação à profissão médica, identificando aspectos que influenciam sua visão inicial sobre a carreira e possíveis desafios percebidos no início da formação. **Metodologia:** Estudo de campo, descritivo e de abordagem quantitativa, realizado com estudantes ingressantes do curso de Medicina da Faculdade Via Sapiens. Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado contendo 10 perguntas objetivas e uma subjetiva, aplicado via plataforma Google Forms. A participação foi voluntária e anônima, mediante assinatura eletrônica de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A análise dos dados considerou as frequências de respostas e a categorização qualitativa da pergunta aberta. **Resultados:** Os participantes demonstraram elevado comprometimento com aspectos ético-humanísticos da profissão, destacando o desejo de exercer uma medicina empática, pautada na escuta ativa e na construção de vínculos com os pacientes. As principais motivações para a escolha do curso incluíram vocação, estabilidade financeira e realização pessoal/familiar. Houve destaque para o interesse inicial em áreas como cirurgia, cardiologia e dermatologia. Em relação às preocupações, sobressaíram-se a carga de estudos, o impacto emocional e a aprovação na residência médica. Notou-se ainda ambivalência quanto à percepção da qualidade de vida e ao reconhecimento social da profissão. **Conclusão**: As expectativas dos calouros revelam um entendimento da medicina que incorpora elementos subjetivos e sociais da prática médica. A valorização da dimensão humanística e o desejo de transformação social foram recorrentes. O conhecimento prévio dessas expectativas pode subsidiar ações institucionais que favoreçam a adaptação ao curso, a prevenção de frustrações e a formação de profissionais mais conscientes para os desafios da realidade médica contemporânea. **Palavras-chave:** Expectativa; Estudantes de Medicina; Educação.

A LUTA PELO RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NO REGISTRO CIVIL; DESAFIOS E AVAÇOS PARA PESSOAS TRANSSEXUAIS NO BRASIL.

[907]. Discente do curso de medicina da Faculdade ViaSapiens.
[908] Discente do curso de medicina da Faculdade ViaSapiens.
[909]. Discente do curso de medicina da Faculdade ViaSapiens.
[910]. Coordenador do curso de medicina da Faculdade ViaSapiens.

KAROLAINE BERNARDINO FREITAS[911]
FERNANDA DAYSE FREITAS VAZ[912]
RAPHAEL GOMES VIANNA[913]

Introdução: A luta pelo reconhecimento da identidade de gênero no registro civil e uma questão fundamental para as pessoas transsexuais no Brasil ,impactando sua cidadania e direitos . Este estudo busca compreender essa luta e os avanços conquistados . **Objetivos:** Identificar os principais desafios enfrentados pelas pessoas transsexuais no reconhecimento da identidade de gênero no registro civil, analisar os avanços legais e políticos que tem benefíciad essa população , compreender o papel da mobilização social na conquista desses direitos **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica de estudos acadêmicos , decisões judiciais e documentos governamentais . Foram analisadas politicas publicas , decisões do supremo tribunal federal (STF) e a mobilização social em torno da questão. **Resultados:** Os principais desafios incluem burocracia excessiva , preconceito e discriminação. No entanto, avanços significativos foram observados , como a decisão do supremos Tribunal Federal (STF) que permite a mudança de nome e gênero no registro civil sem cirurgia de redesignação de gênero **Conclusão**: A luta pelo reconhecimento da identidade de gênero no registro cuvil e marcada por desafios e avanços . e nescessário fortalecer as politicas públicas e promover a concientizaçao sobre os direitos das pessoas transsexuais para garantir sua inclusão e cidadania .

Palavras-chave: Identidade de gênero; Registro Civil; Pessoas Transsexuais ; Direitos Humanos; Brasil.

FAKE NEWS E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO: O IMPACTO SOCIAL DA DISSEMINAÇÃO DE NOTICIAS FALSAS

[911] Academica do curso de DIREITO , Fvs , karolainefreitas29@gmail.com.
[912] Academica do curso de DIREITO. Fvs, daisyse2191@gmail.com
[913] Professor

Daniel Izaias Barros914
Camille Vitória Mota Almeida 915
Zaida Maria Cunha Vasconcelos916
Francisco Ronniere Da Silva917

Introdução: A crescente disseminação de Fake News, impulsionada pelas redes sociais e plataformas digitais, tem gerado sérios desafios à democracia e ao direito à informação. Esse fenômeno suscita um intenso debate sobre os limites da liberdade de expressão, especialmente quando se trata da propagação de conteúdos falsos que podem comprometer a integridade do discurso público. Instituições governamentais têm operado de forma objetiva para combater a propagação de falsas informações. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar s impactos da disseminação de Fake News sobre o exercício da liberdade de expressão, discutindo os limites jurídicos e éticos entre a livre manifestação de pensamento e a responsabilidade na comunicação. **Metodologia:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, utilizando o método de revisão bibliográfica. Foram analisados artigos científicos, lesgilações brasileiras e internacionais, decisões judiciais e documentos acadêmicos publicados entre 2021 e 2024. **Resultados:** A análise indicou que, embora a liberdade de expressão seja um direito fundamental garantido constitucionalmente, ela não é absoluta. A propagação de Fake News pode violar outros direitos fundamentais, como honra, a dignidade e o direito à informação verídica. A disseminação de notícias falsas gera um impacto significativo na sociedade, uma vez que, o acesso a essa falsa informação é de forma massiva e instantânea, atingindo milhões de pessoas em segundos. Verificou-se que há um movimento crescente no sentido de regulamentar conteúdos falsos sem infringir a liberdade de expressão, o que inclui propostas legislativas, ações judiciais e iniciativas de autorregulação pelas plataformas digitais. **Conclusão**: Conclui-se que o enfrentamento de Fake News requer uma abordagem equilibrada que respeite os princípios fundamentais. É essencial promover a educação midiática, o fortalecimento das instituições e a formulação de normas claras que distingam a manifestação legítima de opinião da divulgação mal-intencionada da desinformação. Essas iniciativas refletem um esforço conjunto de diferentes setores para enfrentar os desafios impostos pela disseminação de notícias falsas, buscando preservar a integridade da informação e fortalecer a democracia.

Palavras-chave: Noticia Falsa. Fake News. Liberdade de expressão. Falsa informação.

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REALIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ EM 2024

914 Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.
915 Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS
916Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens - FVS.
917 Professor universitário, mestre em Filosofia (UFC-CE); Especialista na Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia (FUC-SP). – FVS.

Autor: Leandro freire Vieira[918]
Autor: Luis Eduardo Paiva Moreira Rodrigues[919]
Autor: Luis Eduardo Siqueira da Costa[920]
Orientadora: Larissa Nunes de SOuza[921]

INTRODUÇÃO: A rede de atenção às urgências e emergências é um dos pilares do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo cuidado imediato em situações de agravo agudo. Em municípios de pequeno porte, como Viçosa do Ceará, o Hospital e Maternidade Municipal de Viçosa do Ceará (HMMVC) assume papel central por ser, geralmente, o único serviço com estrutura para atendimentos de maior complexidade. Isso o torna estratégico tanto para a assistência quanto para a vigilância epidemiológica local. A análise da quantidade de atendimentos permite compreender a demanda e os desafios do sistema, contribuindo para o planejamento de ações de prevenção e qualificação da assistência**. OBJETIVO:** Analisar a distribuição mensal dos atendimentos de urgência e emergência realizados no HMMVC ao longo do ano de 2024, visando compreender a demanda assistencial e subsidiar estratégias de organização e qualificação dos serviços de saúde locais. **MÉTODOS:** Trata-se de um estudo descritivo, quantitativo e retrospectivo. Os dados foram obtidos a partir de registros secundários do setor de gestão hospitalar do HMMVC, considerando as consultas médicas classificadas como atendimentos de urgência e emergência entre janeiro e dezembro de 2024. As informações foram organizadas em planilha, categorizadas por mês e totalizadas. A análise baseou-se em frequências absolutas, com ênfase na média mensal e no volume total de atendimentos. **RESULTADOS:** Em 2024, o HMMVC registrou 51.263 atendimentos de urgência e emergência, com média mensal de aproximadamente 4.272 atendimentos. Abril (11,26%), maio (9,54%) e março (9,38%) foram os meses com maior volume. Já julho (7,26%) e novembro (7,10%) apresentaram os menores índices. A demanda mostrou-se significativa e contínua, com variações possivelmente influenciadas por fatores sazonais, climáticos ou surtos locais. A ausência de dados estratificados por faixa etária, sexo ou tipo de agravo limitou análises clínicas mais detalhadas. **CONCLUSÃO:** Os dados reforçam o papel do HMMVC como referência em urgência e emergência no município. A análise, ainda que básica, contribui para o diagnóstico situacional do serviço e evidencia a importância de fortalecer a atenção primária e as ações de educação em saúde, com vistas à redução de agravos evitáveis. Estudos futuros com dados mais detalhados poderão ampliar o conhecimento sobre o perfil da população atendida e apoiar políticas locais de saúde mais eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimentos. Viçosa do Ceará. Urgência. Emergência. HMMVC.

USO DOS ANÁLOGOS DE GLP-1 RELACIONADA COM SARCOPENIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

[918] Acadêmico de Enfermagem, do 6º período – FVS
[919] Acadêmico de enfermagem, 3º período – FVS;
[920] Acadêmico de Enfermagem – FVS
[921] Docente de Enfermagem, da Faculdade Via Sapiens

Autor: Evaldo de Aguiar Paixão922
Autor: Jordana Aragão Sousa923
Orientador: Antonio Rafael Coelho Jorge924

Introdução: A sarcopenia é caracterizada pela perda progressiva de massa muscular, força e função muscular, é uma condição que pode comprometer a qualidade de vida do paciente. Com o uso crescente de fármacos miméticos de incretina (DMIs), agonistas do receptor de GLP-1 (glucagon-like peptide-1), tem ganhado destaque no tratamento do diabetes tipo 2 e da obesidade, devido à sua eficácia na redução do peso corporal e controle glicêmico. Entretanto, estudos recentes têm levantado preocupações sobre possíveis efeitos colaterais, especialmente a perda de massa magra em indivíduos que fazem uso prolongado da medicação para fins de emagrecimento, inclusive em pessoas sem indicação clínica clara, tornando necessário investigar se existe uma associação entre essa terapêutica e o desenvolvimento ou agravamento da sarcopenia. **Objetivos:** Evidenciar os impactos do uso de DMIs e mostrar os riscos que estão associados ao seu uso. **Metodologia:** A pesquisa é uma revisão bibliográfica baseada em 5 artigos, analisando os efeitos adversos da semaglutida. O levantamento foi realizado no PubMed e Scielo, utilizando termos como semaglutida, dieta, sarcopenia, obesidade e diabetes. Foram incluídos artigos de 2023 em diante, com metodologia clara e resultados relevantes para a comparação dos efeitos adversos da substância. **Resultados:** Nos estudos de artigos, foi possível perceber que pacientes que fazem utilização de análogos GLP-1 perderam 10% ou mais de massa magra, o que liga um alerta para o uso desses fármacos. Os DMIs, são inibidores da fome e aumentam a saciedade no organismo, ou seja, ela gera um déficit calórico muito elevado por não haver um alto consumo de calorias. Uma má alimentação, pode causar sérios problemas à saúde, como: déficit de vitaminas e minerais, riscos a piora de doenças crônicas e, no caso do uso de DMIs, pela falta exagerada de calorias, pode causar uma perca considerável de massa magra. O que está associado ao risco de sarcopenia em pacientes com idade mais avançada. **Conclusão**: Os DMIs, podem trazer vários benefícios no combate a obesidade e Diabetes Mellitus tipo 2 (DM-2). Porém, seu uso de forma errada e sem acompanhamento profissional, pode levar à vários riscos nutricionais com a perda de massa magra (sarcopenia). Para prevenir tal agravo é necessário um acompanhamento de uma nutricionista para avaliar as necessidades energéticas e de micronutrientes, além de garantir um alto consumo proteico e a inclusão de atividades físicas de resistência no dia a dia do paciente, para que possa ser evitado uma perca exagerada de massa magra.

Palavras-chave: GLP-1; Sarcopenia; Obesidade.

OS IMPACTOS DA DIGITALIZAÇÃO NA DESIGUALDADE ECONÔMICA: UMA ANÁLISE PÓS-PANDEMIA

922 ACADEMICO DE NUTRIÇÃO.
923 ACADEMICO DE NUTRIÇÃO.
924 DOUTOR EM FARMACOLOGIA E DOCENTE DO CURSO DE NUTRIÇÃO DA FACULDADE VIASAPIENS.

Igor Emanuel Belchior Pontes 925
Luciane dos Santos Jácome926

Introdução: A pandemia da COVID-19 acelerou o processo de digitalização em diversas áreas da economia, como comércio, educação, finanças e serviços públicos. Essa transição também trouxe ganhos em eficiência, agilidade e inovação, tornando o digital parte indispensável da vida cotidiana. No entanto, essa transformação também aprofundou desigualdades estruturais já existentes. A exclusão digital, principalmente caracterizada pela ausência de acesso à internet, dispositivos tecnológicos e conhecimento técnico, tornou-se um fator central na ampliação da desigualdade econômica no Brasil, impactando diretamente a inserção de pessoas vulneráveis em atividades produtivas e também no acesso a serviços essenciais. **Objetivos:** Este trabalho busca, como principal foco, analisar como a digitalização intensificada no período pós-pandemia influenciou a desigualdade econômica no país, com foco total nos impactos sobre o acesso ao mercado de trabalho, à geração de renda e também à utilização de serviços digitais considerados essenciais para o exercício da cidadania em um contexto cada vez mais conectado. **Metodologia:** Trata-se, por sua vez, de um estudo bibliográfico e descritivo, fundamentado em dados do IBGE, CEPAL, PNUD e literatura científica publicada entre os anos de 2020 e 2024. A análise teve caráter qualitativo, com principal ênfase na comparação de condições sociais, econômicas e tecnológicas entre diferentes classes econômicas e regiões brasileiras, com especial atenção às populações mais vulneráveis. **Resultados:** A digitalização favoreceu especialmente indivíduos com maior escolaridade, renda e também infraestrutura tecnológica, ao passo que intensificou a exclusão de grupos vulneráveis, como os moradores de periferias, os trabalhadores informais e os idosos. A ausência de políticas públicas inclusivas dificultou bastante a adaptação desses grupos ao novo contexto digital, ampliando disparidades históricas. **Conclusão:** A digitalização é uma tendência irreversível, mas seus benefícios não são distribuídos de forma igualitária como na teoria. Para mitigar os efeitos da desigualdade digital, é necessário investir em educação tecnológica, infraestrutura de conectividade e também políticas públicas inclusivas e, claro, permanentes.

Palavras-chave: Digitalização, Desigualdade, Inclusão econômica.

IMPACTOS DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE NA ATUAÇÃO DA POLICIAL

925 Acadêmico de Administração, 1º semestre - T12
926 Mestre em Economia Rural – UFC; Doutoranda em Economia Rural - UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis.

Isamara do Vale Silva[927]
Luciana de Sousa Lira[928]
Benedito Yuri Azevedo Aguiar[929]

Introdução: A Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) foi criada com o objetivo de coibir práticas abusivas por parte de agentes públicos, especialmente no exercício de suas funções. No contexto da segurança pública, essa legislação estabelece limites claros para o uso da força e do poder policial, buscando assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos. A sua aplicação direta na rotina das forças de segurança tem provocado reflexões e mudanças na conduta policial e na forma de abordagem à população. **Objetivos:** O presente trabalho busca analisar como a Lei de Abuso de Autoridade influencia a atuação das forças policiais no Brasil. Pretende-se discutir os principais dispositivos legais, as condutas consideradas abusivas e os efeitos da legislação sobre a prática profissional dos agentes de segurança, destacando aspectos como responsabilização, transparência e respeito aos direitos humanos. **Metodologia:** A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica e documental sobre a Lei nº 13.869/2019, com análise de casos noticiados, pareceres jurídicos e materiais de treinamento policial. Adotou-se abordagem qualitativa, descritiva e interpretativa, com foco nos reflexos práticos da legislação na atividade policial. **Resultados:** A Lei define como abuso de autoridades práticas como o uso indevido da força, buscas ilegais, detenções arbitrárias e impedimento de acesso à defesa. Sua vigência tem promovido mudanças nos treinamentos policiais, exigindo maior preparo jurídico e respeito aos limites legais. Os agentes passaram a ser responsabilizados por atos ilegais, o que reforça a proteção aos direitos dos cidadãos e fortalece a confiança da população na polícia. Além disso, a norma fomenta a transparência, ao exigir a devida justificativa das ações policiais. **Conclusão:** A Lei de Abuso de Autoridade representa um marco no controle da atividade policial, ao impor limites legais ao exercício do poder estatal. Sua correta aplicação contribui para o equilíbrio entre a atuação eficiente da polícia e a garantia dos direitos fundamentais. Além disso, destaca-se o princípio do devido processo legal, segundo o qual, caso haja nulidades no processo de responsabilização estatal, estas devem ser reconhecidas, assegurando a legalidade e a justiça dos procedimentos. Contudo, sua eficácia depende da conscientização e da capacitação contínua dos agentes de segurança.

Palavras-chave: Abuso de autoridade; Atuação policial; Direitos fundamentais.

IMPACTOS DOS ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS NA SAÚDE MENTAL

[927] Estudante de direito – Faculdade ViaSapiens.
[928] Estudante de direito - Faculdade ViaSapiens
[929] Professor universitário, Pós – graduado em Direito Penal e Processo Penal.

Déborah do Nascimento Carvalho930
Gizlaine Bezerra de Souza931
Orientador: Raimundo Valdir da Silva Celestino Júnior932

Introdução: Na última década, o aumento do consumo de alimentos ultraprocessado representa uma das principais mudanças no padrão alimentar mundial. Esses produtos se tornaram parte do cardápio das pessoas devido a seu fácil acesso e por serem altamente palatáveis. O consumo em excesso desse tipo de alimento é muito prejudicial à saúde, pois além dos aditivos, normalmente eles são ricos em sal e/ou açúcar. Por isso, eles já foram associados ao maior risco de uma série de doenças crônicas e problemas cardiovasculares. O consumo em excesso desse tipo de alimento pode fazer mal também à saúde do cérebro. **Objetivos:** Reunir evidências científicas sobre a relação entre consumo alimentar de ultraprocessados e transtornos como ansiedade e depressão**. Metodologia:** Trata-se de uma revisão literária. Tem base na análise feita a partir de literaturas científicas. As buscas por referências foram feitas nas bases de dados eletrônicas: Revista de Transtornos Afetivos, National Library of Medicine e artigos científicos. **Resultados:** Por meio das pesquisas tornou- se possível analisar que há uma forte associação entre o consumo de alimentos ultraprocessados e transtornos mentais como ansiedade e depressão por meio dos mecanismos de inflamação, estresse oxidativo, disbiose intestinal e disfunção no eixo intestino-cérebro, afetando neurotransmissores essenciais. Indivíduos que consomem mais de 20% das calorias diárias provenientes de alimentos ultraprocessados apresentam um declínio 28% mais acelerado na função cognitiva. Evidencia-se que o consumo exagerado afeta negativamente a microbiota intestinal e a produção de neurotransmissores como a serotonina e GABA. A disbiose intestinal é fortemente associada à regulação inadequada do humor e aumento dos sintomas ansiosos. **Conclusão:** No estudo foi possível observar que aumento de transtornos mentais estão intimamente relacionados ao consumo de alimentos ultraprocessados. Esses efeitos se devem a alterações na microbiota intestinal e disfunção no eixo intestino – cérebro. O conhecimento dos efeitos nocivos dos alimentos ultraprocessados tem influência direta sobre a saúde mental. Promover hábitos alimentares saudáveis, com foco em alimentos in-natura ou minimamente processados, dando ênfase a uma dieta equilibrada e reduzindo a exposição a produtos ultraprocessados é essencial para prevenção e agravos de transtornos mentais e para promoção de bem-estar.

Palavras-chave: Saúde mental; Depressão; Alimentos ultraprocessados.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O PAPEL DA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA E NO ACOLHIMENTO DAS VÍTIMAS

930 Acadêmica do Curso Bacharelado Nutrição – 5° período - deborahdonascimentocarvalho@gmail.com.
931 Acadêmica do Curso Bacharelado Nutrição – 5° período - gizlainebsouza@gmail.com.
932 Docente do Curso Bacharelado em Nutrição – valdimurri@gmail.com.

Maria Ivone do Nascimento Rodrigues[933]
Rayrla de Sousa Mendes[934]
Fabricy Fernandes Mota[935]

Introdução: A violência doméstica contra a mulher configura-se como uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública que atravessa classes sociais, faixas etárias e territórios, sendo majoritariamente perpetrada por parceiros íntimos ou pessoas próximas. A violência pode manifestar-se de forma física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, gerando impactos profundos na saúde física e mental das vítimas. No contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), a enfermagem ocupa posição estratégica para a detecção precoce dos casos, acolhimento humanizado e articulação com os serviços da rede de apoio, conforme preconiza a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.**Objetivos:**Analisar a atuação da enfermagem na atenção básica frente aos casos de violência doméstica contra a mulher, destacando desafios e estratégias de enfrentamento. **Metodologia:**Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, com levantamento de artigos publicados entre 2020 e 2024 nas bases de dados SciELO, LILACS e BDENF. Foram utilizados os descritores “violência contra a mulher”, “atenção primária à saúde” e “enfermagem”. Após aplicação de critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 12 artigos que abordam a atuação do profissional de enfermagem na APS diante dessa problemática. **Resultados:** Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, com levantamento de artigos publicados entre 2020 e 2024 nas bases de dados SciELO, LILACS e BDENF. Foram utilizados os descritores “violência contra a mulher”, “atenção primária à saúde” e “enfermagem”. Após aplicação de critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 12 artigos que abordam a atuação do profissional de enfermagem na APS diante dessa problemática.**Conclusão**:A enfermagem na Atenção Primária possui papel central no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Para isso, é imprescindível investir em formação técnica e humana, além de criar espaços de escuta e acolhimento que rompam com o silêncio que muitas vezes mantém as vítimas em situação de risco. O fortalecimento da rede de proteção, o aprimoramento dos fluxos de atendimento e a valorização da prática interdisciplinar são caminhos promissores para a transformação desse cenário e para a promoção da dignidade e da saúde integral das mulheres.
Palavras-chave: Violência contra a mulher; Enfermagem; Atenção Primária à Saúde; Acolhimento; Saúde da mulher.

ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM NO CUIDADO DA SOP

[933] Acadêmica de enfermagem - FVS; Liga Acadêmica de Urgência, Emergência e Terapia Intensiva (LAUET) .
[934] Acadêmica de enfermagem - FVS; Liga Acadêmica de Urgência, Emergência e Terapia Intensiva (LAUET).
[935] Enfermeira, graduada na UNINTA, Especialista em Saúde Pública (UNINTA), Especialista em Saúde da Mulher

Ana Clara Gomes Lima936
Lara Fabian Damasceno Alencar937
Maria Eduarda Lopes de Paiva3938
Antonio Rafael Coelho Jorge939

Introdução: A Síndrome do Ovário Policístico (SOP) é um distúrbio endócrino que afeta mulheres em idade reprodutiva em todo o mundo. Caracteriza-se, principalmente, por anovulação crônica, cistos ovarianos e hiperandrogenismo. Este estudo analisa os impactos da SOP na vida das mulheres e a atuação da enfermagem diante dessa condição, cujas consequências, muitas vezes, envolvem sintomas que comprometem o bem-estar físico, psicológico e a qualidade de vida. **Objetivos:** Analisar e apresentar as causas e sintomas do SOP, além de destacar a importância da atuação da enfermagem na Atenção Primária à Saúde para o cuidado dos pacientes. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, com trabalhos científicos publicados nos últimos 5 anos. A busca por artigos foi realizada nas bases de dados SciELO, ResearchGate, Revista Liberum Accessum, Revista Eletrônica Acervo Saúde e COFEN. Foram utilizados os descritores "Síndrome do Ovário Policístico", "Enfermagem" e "Atenção Primária à Saúde". Obteve-se 10 artigos, dos quais 5 foram escolhidos por estarem conforme o tema e os demais excluídos por estarem em desacordo com o assunto. **Resultados:** A Síndrome dos Ovários Policísticos (SOP) é um problema hormonal comum em mulheres em idade fértil, causado por vários fatores, como genética, hormônios e metabolismo. Ela provoca sintomas como menstruação irregular, dificuldade para engravidar, ganho de peso e afeta a saúde mental. A assistência de enfermagem na SOP é essencial para o cuidado integral das pacientes, incluindo a educação em saúde, que fornece informações sobre a doença e seus sintomas, ajudando-as a compreender melhor sua condição. A promoção de hábitos saudáveis, juntamente com o apoio psicológico, é fundamental nesse processo. Além disso, a enfermagem realiza o monitoramento clínico contínuo, avaliando a resposta ao tratamento e identificando precocemente possíveis complicações, como alterações hormonais e metabólicas. **Conclusão:** Com base no exposto, percebe-se que a Síndrome dos Ovários Policísticos é uma condição complexa, com impactos físicos, emocionais e sociais. Nesse contexto, destaca-se a importância da enfermagem na Atenção Primária à Saúde, promovendo educação, prevenção e cuidado humanizado, o que contribui para a detecção precoce de complicações e melhora na qualidade de vida das pacientes.

Palavras-chave: Síndrome do Ovário Policístico; Enfermagem; Atenção Primária à Saúde.

936Graduanda em enfermagem pela Faculdade ViaSapiens-FVS,Tianguá CE- Membro do Grupo de Estudo Multidisciplinar da Saúde Coletiva
937 Graduanda em enfermagem pela Faculdade ViaSapiens-FVS, Tianguá CE
938 Graduanda em enfermagem pela Faculdade ViaSapiens-FVS Tianguá CE- Membro do Grupo de Estudo Multidisciplinar da Saúde Coletiva
939 Doutor em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará-UFC

HIPERTENSÃO ARTERIAL: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E MANEJO

Érica Fernandes da Conceição[940]
Francisca Vitória Oliveira Alves[941]
Autor Thiago Sousa Cardoso[942]
Adenyse Cavalcante Marinho Sousa [943]

Introdução: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma condição crônica comum no Brasil, especialmente entre adultos e idosos, e está associada a elevado risco de infarto e AVC. Fatores como sedentarismo, alimentação inadequada e dificuldades no acesso à saúde dificultam seu controle. Embora existam diretrizes e medicamentos gratuitos pelo SUS, a adesão ainda é limitada. A pandemia de COVID-19 agravou esse cenário, ampliando desigualdades no cuidado.**Objetivos:** Apresentar as principais causas, consequências e estratégias de manejo da hipertensão arterial, com ênfase na realidade brasileira. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, realizada no período. de março a abril de 2025, por meio de buscas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando as bases de dados LILACS, SciELO e MEDLINE. Foram aplicados os descritores "Hipertensão Arterial", "Doença Cardiovascular" e "Sistema Único de Saúde". Selecionaram-se 20 artigos publicados entre 2019 e 2024. Como critérios de inclusão, consideraram-se materiais em português ou espanhol, publicados nos últimos cinco anos, que abordassem o cuidado à hipertensão no contexto brasileiro. Foram excluídos estudos em inglês ou fora da temática proposta. **Resultados:** A hipertensão arterial tem como principais causas fatores genéticos, envelhecimento, obesidade, sedentarismo e alto consumo de sal. As consequências mais comuns envolvem doenças cardiovasculares, como infarto e AVC, além de comprometimento renal, aumentando significativamente a mortalidade e os custos com a saúde pública. Apesar da oferta gratuita de medicamentos pelo SUS, o controle efetivo ainda é dificultado por questões como adesão irregular ao tratamento e acompanhamento clínico inadequado. O manejo da hipertensão requer abordagem multidisciplinar, combinando o uso de medicamentos com mudanças no estilo de vida, como alimentação saudável, prática regular de atividade física e redução do consumo de sal e álcool. A educação em saúde na atenção primária é essencial nesse processo, pois contribui para o esclarecimento da população, promoção do autocuidado e maior adesão ao tratamento, impactando positivamente no controle da doença e prevenção de complicações. **Conclusão:** A hipertensão arterial é altamente prevalente e requer uma abordagem ampla que inclua promoção de saúde, acesso ao tratamento e monitoramento constante. O fortalecimento da atenção primária é essencial para melhorar os desfechos dessa condição no Brasil.

Palavras-chave: Hipertensão Arterial; Doença Cardiovascular; Sistema Único de Saúde.

[940] Graduando em enfermagem da FVS.
[941] Graduando em enfermagem da FVS
[942] Graduando em enfermagem da FVS.
[943] Professor de enfermagem da FVS.

INSTRUMENTOS BÁSICOS DO CUIDADO EM ENFERMAGEM: FUNDAMENTOS PARA UMA ASSISTÊNCIA SEGURA E HUMANIZADA

Eduarda Moura de Paula[944]
Marianna Dourado Vila Real[945]
Vitória Gomes Rodrigues[946]
Geniel de Sousa da Rocha[947]

Introdução: O Sistema Único de Saúde (SUS) adota a Política Nacional de Humanização (PNH) para qualificar os atendimentos, garantir dignidade e fortalecer vínculos entre profissionais e usuários. Nesse contexto, a enfermagem exerce papel fundamental. Este estudo analisa a eficácia dos instrumentos de cuidado na promoção de uma assistência segura, acolhedora e centrada no ser humano. **Objetivos:** Identificar os intrumentos básicos do cuidado na enfermagem humanizada, destacando seu papel na promoção de uma assistência segura e acolhedora. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, abrangendo a análise de artigos científicos de 2021 a 2025 nas bases de dados: Google Acadêmicos, SciELO, BVS e Capes Periódicos. A busca inicial resultou em 12 estudos, dos quais foram excluídos aqueles que não estavam diretamente relacionados ao objetivo da pesquisa. Como critério de inclusão, foram utilizadas publicações disponíveis na íntegra em português e inglês, de acesso gratuito. Ao final do processo de triagem, cinco artigos científicos foram selecionados. **Resultados:** Observou-se que a PNH oferece estratégias que buscam atingir o seu objetivo de transformação do SUS afim de torná-lo mais acolhedor que podem ser adotadas por enfermeiros como instrumentos básicos do cuidado humanizado. Entretanto, foi identificado, ainda, a necessidade de inclusão de outros instrumentos além da aprimoração dos já existentes, como a qualificação no atendimento e acolhimento, a oferta de dignidade e autonomia ao paciente e o incentivo ao despertar da visão humanizada a partir da experiência universitária. **Conclusão**: Conclui-se que a PNH representa um avanço significativo para o SUS, ao promover práticas de cuidado mais humanas, éticas e acolhedoras. No contexto da enfermagem, sua implementação reforça a importância de um atendimento centrado no paciente, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade da assistência prestada.

Palavras-chave: Assistência em Enfermagem. Atenção à Saúde. Cuidado Humanizado.

[944] Graduanda em enfermagem pela Faculdade ViaSapiens; Diretora de marketing do grupo de estudos multidisciplinar em saúde pública; Monitora da disciplina anatomia humana.
[945] Graduanda em enfermagem pela Faculdade ViaSapiens; Secretária do grupo de estudos multidisciplinar em saúde pública; Monitora da disciplina anatomia humana
[946] Graduanda em enfermagem pela Faculdade ViaSapiens; Membro do grupo de estudos de multidisciplinar em saúde pública; Diretora da Liga acadêmica em Saúde Coletiva; Monitora da disciplina cuidados na saúde do neonato, criança e adolescente.
[947] Graduado em fisioterapia pela Instituição Superior de Teologia Aplicada INTA; Doutor em educação; Pós-graduado em saúde pública.

INSEGURANÇA JURÍDICA NO BRASIL: O FREIO INVISÍVEL AO CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Alexandre de Sousa Freires948
Geraldo Silva Alves Rocha949
Maria Eliene Souza Araújo950
Kelma Costa de Souza951

Introdução: O Brasil exibe uma taxa de desenvolvimento, quando comparado a outras economias latino-americanas de grande porte situando-se abaixo de países como México e Argentina. São comuns as evidências de que as taxas de investimento no Brasil têm permanecido inferior dos níveis pretendidos para incentivar o crescimento sustentável do produto interno bruto (PIB) do país. Ao questionar os motivos para reduzir os níveis de produtividade da economia brasileira, ressalta-se os altos níveis de insegurança jurídica e defende-se que isso amplia o risco de empreender, desencoraja o investimento e afeta inúmeros atores sociais. **Objetivos:** O trabalho propõe-se a destacar como a instabilidade jurídica-política-administrativa afasta a entrada de capital estrangeiro na nossa economia. E como isso impacta diretamente no investimento e na economia. **Metodologia:** Para tanto, utilizou-se a revisão bibliográfica como forma de pesquisa. Onde foram consultados livros de direito constitucional, artigos e relatórios técnicos, sob a proposta de identificar os estudos que possuíam uma relação direta com o tema central desta pesquisa. **Resultados:** De acordo com as informações coletadas, foi possível constatar que o Brasil a partir de 2014 enfrentou queda significativa nos níveis de investimento no Brasil avaliada em aproximadamente 30%. Embora diretamente associados a aspectos macroeconômicos e fiscais, aspectos de natureza institucional também contribuem para os baixos níveis de investimento no Brasil. Sob a relação de insegurança jurídica no país, pode-se incluir a falta de clareza das leis, duplicam deveres e obrigações, até decisões judiciais deslocadas da jurisprudência e dos precedentes. Em adição, o aumento de gastos públicos e influência na redução da economia. **Conclusão**: A falta de segurança jurídica, provoca instabilidade na administração-política e nos setores produtivos, limitando assim o desenvolvimento sustentável. Ficando evidente que o Brasil necessita impreterivelmente de reformas institucionais, que tragam segurança jurídica. Do contrário, as taxas de crescimento continuaram baixas, deixando o país as margens de outros países com sistemas mais estáveis.

Palavras-chave: Insegurança jurídica; Crescimento Econômico; Investimento.

948 Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
949 Graduado em Gestão Pública e Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
950 Graduando em Direito pela Faculdade Via Sapiens.
951 Graduada em Zootecnia e Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2010). Doutora em Ciências Veterinárias pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (CAPES 6) (2015). Pós-doutorado através do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) (2018) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. MBA em Gestão e Consultoria Ambiental pela Faculdade ViaSapiens (2020)..

JEJUM COMO ESTRATÉGIA NUTRICIONAL PARA A LONGEVIDADE SAUDÁVEL: EVIDÊNCIAS E MECANISMOS

Luiz Neto Gomes Alcântara[952]
Pedro Vitor Gomes Rodrigues[953]
Rdo Valdir da Silva Celestino Junior[954]

Introdução:A investigação de estratégias para promover longevidade saudável tem crescido significativamente, especialmente diante do aumento das doenças crônicas relacionadas ao envelhecimento. O jejum intermitente e a dieta que imita o jejum (DIJ) tem se destacado como uma abordagem promissora, com estudos demonstrando seus efeitos benéficos na modulação metabólica e celular (Haluch, 2024). Pesquisas recentes indicam que períodos controlados de restrição alimentar ativam mecanismos de reparo celular, reduzem a inflamação sistêmica e melhoram a sensibilidade à insulina, sugerindo seu potencial na prevenção de doenças e promoção de um envelhecimento saudável. **Objetivos:** Identificar os efeitos do jejum sobre a saúde metabólica; os processos de envelhecimento e a longevidade, com base nos principais mecanismos e nos dados de estudos experimentais. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa realizada na base de dados PubMed, além da obra *Nutrição e Longevidade* de Haluch (2024). Foram incluídos artigos científicos completos, publicados entre 2010 e 2024, em portugês e inglês, com foco nos efeitos do jejum sobre a saúde e o envelhecimento. **Resultados:** A literatura aponta que o jejum ativa vias metabólicas como AMPK e promove a inibição do eixo IGF-1/mTOR. Essas alterações favorecem a manutenção da homeostase celular e retardam o envelhecimento. Estudos em animais mostram que protocolos de jejum, como o intermitente ou em dias alternados, aumentam a longevidade e reduzem a incidência de doenças crônicas, como câncer, diabetes e doenças neurodegenerativas. Em humanos, embora os dados sejam limitados sem relação ao aumento da expectativa de vida, há fortes evidências de benefícios metabólicos, como redução de marcadores inflamatórios, melhora do perfil lipídico e controle glicêmico. Estratégias como a FMD também demonstram resultados promissores, sendo bem toleradas e seguras para a maioria das pessoas. **Conclusão**: O Jejum, quando bem orientado, pode ser uma intervenção nutricional eficaz para promover saúde metabólica e prevenir doenças associadas ao envelhecimento. Embora as evidências em modelos humanos ainda sejam escassas quanto ao prolongamento direto da vida, os mecanismos fisiológicos observados e os resultados em animais sustentam seu potencial como ferramenta para alcançar uma longevidade mais saudável.

Palavras-chave: Jejum; Longevidade; Restrição Calórica.

[952] Discente do curso bacharelado em nutrição.
[953] Discente do curso bacharelado em nutrição.
[954] Docente do curso bacharelado em nutrição.

O AVANÇO DOS JOGOS DE APOSTA NO BRASIL: RISCOS, DEPENDÊNCIA E O PAPEL DO ESTADO

Melissa Tágila Silva de Oliveira[955]
Luciane dos Santos Jácome[956]

Introdução: A popularização dos jogos de aposta e de azar tem ganhado cada vez mais espaço no cenário brasileiro, influenciando diretamente aspectos econômicos, sociais e de saúde pública. Embora muitas vezes associados ao entretenimento, esses jogos podem desencadear sérias consequências, principalmente quando praticados de forma descontrolada. Para lidar com essa realidade, foi sancionada a Lei nº 14.796/2023, que tem como principal finalidade regulamentar as apostas esportivas no país. A proposta da norma é estabelecer regras claras, garantir maior segurança aos jogadores e fomentar práticas responsáveis, buscando minimizar os impactos negativos decorrentes da dependência e do uso abusivo desse tipo de atividade. **Objetivos**: Este estudo tem como finalidade analisar os efeitos diretos causados pelos jogos de aposta e azar na vida do jogador e na sociedade brasileira. **Metodologia:** A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, fundamentada em dados oficiais e estudos recentes sobre o tema. Foram analisados indicadores do setor de jogos, legislações nacionais, especialmente a Lei nº 14.796/2023, e documentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) que tratam do impacto dos jogos na saúde mental e no bem-estar social. **Resultados:** A recente regulamentação por meio da Lei nº 14.796/2023 representa um avanço significativo na tentativa de controlar o mercado de apostas no Brasil. Com ela, busca-se não apenas ampliar a arrecadação estatal, mas também criar um ambiente mais seguro para os apostadores. A lei impõe regras específicas para operadores e prevê mecanismos de fiscalização e prevenção ao vício. No entanto, sua eficácia dependerá da implementação de medidas concretas voltadas à educação, ao suporte psicológico e à proteção das populações mais vulneráveis, que são as mais impactadas por essa realidade. **Conclusão**: Em síntese, os jogos de aposta e de azar possuem uma relação complexa com a estrutura social e econômica do país. Suas consequências vão muito além do entretenimento e exigem atenção das autoridades, da sociedade civil e das instituições de saúde. A regulamentação é um passo essencial, mas deve vir acompanhada de políticas públicas eficazes de prevenção, conscientização e acolhimento.

Palavras-chave: Apostas; Jogos de azar; Dependência; Regulação; Sociedade.

955 Acadêmica de Direito na Faculdade Via Sapiens - FVS
956 Mestre em Economia Rural – UFC (2019); Doutoranda em Economia Rural – UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia na FVS; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis.

O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA SERRA DA IBIAPABA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL

Rosana Claudia Vieira Braga;[957]
Henry Ferreira De Carvalho;[958]
Guilherme Bernardo Silva Do Nascimento;[959]
Jéssica Francisca Do Nascimento E Silva Portela.[960]

Introdução: O presente resumo trata-se sobre a educação de ensino superior na Serra da Ibiapaba, os desafios que a população enfrenta e os direitos Constitucionais previstos que asseguram esse acesso. É de grande importância mencionar o significativo aumento no número de instituições de cursos superiores na Serra, no entanto, ainda não é facilmente alcançável pela população, uma vez que o percentual de desigualdade ainda é elevado nas cidades da referida Serra. Em contra partida, é inegável a diferença que ter faculdades na Serra faz para os cidadãos, visto que não se faz mais necessário a saída das pessoas em busca de estudo, já que elas podem concluir seu ensino superior onde residem ou em cidades vizinhas, o que antes não era possível, mas agora faz parte da realidade. **Objetivos:** Facilitar a ingressão nas universidades próximo às residências das pessoas, em vez de precisar deslocar-se para uma cidade mais distante, garantindo melhores oportunidades para a população, promovendo a educação e melhor qualidade de vida. **Metodologia:** O método utilizado no estudo feito para a elaboração do presente artigo foi através de livros sobre o tema, estudo bibliográfico e legislação em vigor. **Resultados/Discussão:** Diante da pesquisa realizada, foi possível analisar a necessidade de uma melhoria considerável na diminuição de desigualdade, além de um aumento significativo de oportunidades, para que as pessoas consigam ter chance de não só entrarem, mas também concluir o ensino superior. Faz-se necessário citar também como foi importante para a população serrana ter a vida facilitada pelas instituições próximas a elas, já que todos possuem responsabilidades que muitas vezes atrapalha o seu plano de estudo, onde obrigatoriamente teriam que ir para cidades mais longes, o que afetaria diretamente o seu cotidiano, que dessa maneira descomplicou e consequentemente incentivou a população a ir atrás do seu tão sonhado diploma. **Conclusão**: Portanto, conclui-se que apesar de ainda existir uma dificuldade em ingressar nas universidades, também existe uma grande parcela de pessoas que tiveram o sonho realizado por ter uma instituição mais perto de casa, ou seja, muitas pessoas que já não acreditavam no sonho de um diploma, puderam concretizá-lo através das faculdades na Serra da Ibiapaba. **Palavras-chave:** Serra. Desigualdade. População.

[957] Acadêmica em Direito Faculdade ViaSapiens.

[958] Acadêmico em Direito Faculdade ViaSapiens.

[959] Acadêmico em Direito Faculdade ViaSapiens.

[960] Professora Universitária, Mestranda em Direito com ênfase nas Relações Privadas pelo Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7). PósGraduada em Direito Tributário pela Faculdade Damásio. Bacharela em Direito pela CHRISFAPI.

O PAPEL DO ESTADO NA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Rayane Silva Brito[961]
Francisca das Chagas Gomes Neris[962]
Francisco Ronniere da Silva [963]

Introdução: Os direitos fundamentais representam garantias essenciais para a dignidade da pessoa humana e o pleno exercício da cidadania. Estão previstos na Constituição Federal de 1988 e abrangem direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. No entanto, a efetivação desses direitos depende, em grande parte, da atuação do Estado, que possui a responsabilidade de promovê-los, protegê-los e assegurá-los a todos os cidadãos. O contexto brasileiro revela desigualdades sociais persistentes, o que exige do Estado um papel ativo na formulação de políticas públicas, na fiscalização e na prestação de serviços essenciais. Diante disso, é necessário compreender até que ponto o Estado cumpre esse papel e quais são os desafios enfrentados para garantir esses direitos, especialmente à população mais vulnerável. **Objetivo:** Analisar o papel do Estado na efetivação dos direitos fundamentais, observando suas obrigações constitucionais, os mecanismos de atuação e os entraves que dificultam a universalização desses direitos no Brasil. **Metodologia:** Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com base na Constituição Federal, em doutrinas jurídicas e em estudos acadêmicos sobre políticas públicas, direitos fundamentais e o papel do Estado. A análise foi complementada com dados de órgãos oficiais e relatórios sobre a efetividade desses direitos. **Resultado/Discussão:** A atuação do Estado é central na concretização dos direitos fundamentais, especialmente por meio dos seus três poderes. O Executivo, ao implementar políticas públicas; o Legislativo, ao criar leis que assegurem esses direitos; e o Judiciário, ao garantir o acesso à justiça e à reparação de direitos violados. No entanto, diversos obstáculos dificultam a plena efetivação desses direitos, como a má gestão de recursos públicos, a desigualdade regional, a ausência de políticas contínuas e a burocratização do sistema. O não cumprimento dessas garantias acarreta violações que comprometem a cidadania, como a falta de acesso à saúde, à educação de qualidade, à moradia digna e à segurança. **Conclusão:** o estado brasileiro tem papel indispensável na promoção dos direitos fundamentais, sendo seu dever assegurar uma vida digna a todos. Contudo, ainda existem falhas estruturais e operacionais que precisam ser4 enfrentadas para que esses direitos deixem de ser apenas formais e passem a ser, de foto, acessíveis a população. É essencial fortalecer as instituições públicas, investir politicas inclusivas e implementar o controle social para que a cidadania seja plenamente exercida.

Palavras chaves: Direitos, Fundamentais, Estados

[961] *Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens - FVS*
[962] *Acadêmica de Direito pela Faculdade ViaSapiens - FVS*
[963] Professor da Faculdade ViaSapiens - FVS

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE DA CADEIA PRODUTIVA DO SISAL NA BAHIA

Antonio Gustavo Fernandes Sales[964]
Letícia Gomes de Sousa Lima[965]
Stephany Linhares Araújo da Silva[966]
Raphael Viana [967]

Introdução: O sisal é uma das principais fibras vegetais produzidas no Brasil, com destaque para o estado da Bahia, que concentra cerca de 90% da produção nacional. Cultivado em regiões semiáridas, o sisal representa uma das poucas alternativas econômicas viáveis para milhares de famílias. No entanto, por trás da importância econômica, a cadeia produtiva esconde uma realidades preocupantes relacionadas à exploração do trabalho humano. Em diversas comunidades do Território do Sisal, trabalhadores são submetidos a condições degradantes que caracterizam o trabalho escravo contemporâneo, conforme definido pela legislação brasileira. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo central analisar a presença do trabalho escravo contemporâneo na cadeia produtiva do sisal na Bahia. Busca uma compreensão dos principais fatores que favorecem a manutenção dessas condições de exploração, identificar os grupos mais vulneráveis, e apontar caminhos possíveis para o enfrentamento do problema, a partir de políticas públicas, fiscalização trabalhista e ações de responsabilidade social por parte das empresas envolvidas**. Metodologia:** A pesquisa foi conduzida por meio de resumos e trabalhos já realizados sobre o tema exposto, análise de relatórios emitidos por órgãos como o Ministério Público do Trabalho, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e organizações de direitos humanos.Também foram considerados dados de operações de fiscalização do trabalho escravo. **Resultados:** Os dados revelam a existência de trabalho informal, sem registro, uso recorrente de mão de obra infantil, ausência de equipamentos de proteção, e jornadas exaustivas. A extração do sisal, especialmente com desfibradoras manuais, expõe trabalhadores a sérios riscos, pois os trabalhadores não usam nenhuma espécie de EPI'S específicos para a realização de tal trabalho. A desorganização da cadeia e a dependência econômica são fatores agravantes, os trabalhadores são obrigados a produzir grandes quantidades da fibras para ganhar um valor específico que na maioria das vezes não é o suficiente para o sustento dos mesmo, assim, gera uma dependência econômica muito grande. **Conclusão**: A persistência do trabalho escravo contemporâneo no setor do sisal é um problema que existe a décadas e exige um enfrentamento de vários setores para que seja enfim solucionado. É necessária uma atuação mais firme do Estado, além de mecanismos que faça uma certificação mais aprofundada e que apoie os pequenos produtores, promovendo uma cadeia produtiva mais justa e sustentável.

Palavras-chave: Sisal; Trabalho Escravo; Bahia;

[964] Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[965] Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[966] Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[967] Professor do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.

AUSÊNCIA DE MECANISMOS DE DEFESA EFICAZES CONTRA CRIMES AMBIENTAIS

José Gilney Pontes Menezes Rodrigues[968]
Thays de Medeiros Abreu[969]
Andreza Maria Rodrigues de Matos[970]
Rodrigo Fagundes Portella[971]

Introdução: Com base em estudos e levantamentos obtidos junto ao poder público no Município de Tianguá - CE realizados no ano de 2024, constatamos situações adversas, desde danos ao patrimônio público a condutas duvidosas, revelando diversas necessidades em matéria de ordem pública, o que apresenta diretamente de forma gravosa danos ao meio ambiente. A exemplo fogueiras que é uma representação cultural comum no mês de junho, principalmente na região Nordeste do Brasil. Tem um significado que passeia entre o sacro e o lúdico, mas o que não se pode deixar de lado é que há uma série de elementos míticos e folclóricos, cheios de simbolismo, crenças ao redor da cultura do simples acender uma fogueira, mas e quanto à relevância dos impactos ambientais? Entre as informações obtidas e analisadas na pesquisa, as estimativas são consideradas alarmantes nesse sentido. **Objetivos**: Este trabalho tem como objetivo a reflexão e análise de como tal conduta fere direitos e bens, além de afetar diretamente a saúde humana e sérios prejuízos ao meio ambiente, bem como a violação de princípios constitucionais. **Metodologia**: Como a abordagem metodológica utiliza-se de método qualitativo, foram realizadas pesquisas sobre o assunto em destaque, utilizando-se de fontes confiáveis como notícias e publicações que manifestam contrariamente. Sendo a principal fonte o clamor social e o resultado das ações na sociedade. **Resultados/Discussão:** Com efeito, notadamente tem sua devida valoração na sociedade, bem como o respeito a cultura, desta forma a criar uma norma que verse sobre este contexto. Com o principal ponto a busca por melhoria e solução dos anseios da população. **Conclusão:** Em suma, de acordo com as pesquisas realizadas, é possível concluir o impacto ambiental a médio prazo, ao passo, que de forma incessante se faz necessário buscar melhorias no sentido de amenizar tal efeito e preservação para as próximas gerações, bem como, os desejos e breves resultados. O objetivo principal é levar o clamor de quem vive a realidade na zona urbana sendo impossível e grande risco trafegar nesta época festiva. Ademais, com o devido uso do poder e revestido dele podemos transformar demandas em casos concretos com a devida valoração e a imparcialidade tanto políticos como sociais.
Palavras-chave: Crime ambiental; Impactos; Políticas sociais; Patrimônio público; Saúde.

[968] Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapeins.
[969] Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapeins.
[970] Acadêmica de Direito da Faculdade ViaSapeins.
[971] Professor do curso de Direito da Faculdade ViaSapeins.

A INFLUÊNCIA DO CRIME ORGANIZADO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Adriano Rocha da Silva[972]
Francisco Roney de Sousa Ribeiro[973]

Introdução: As eleições municipais, por sua proximidade com o cidadão, são alvos estratégicos para a atuação do crime organizado. Facções criminosas, milícias e grupos armados têm exercido crescente influência sobre o processo eleitoral em determinadas regiões do Brasil, especialmente no estado do Ceará, afetando a liberdade de escolha e a integridade democrática. Essa influência se manifesta por meio de ameaças a candidatos e eleitores, compra de votos, financiamento ilegal de campanhas, impedimento de candidatos rivais a frequentarem alguns locais devidos o controle territorial pela facção. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica de estudos acadêmicos, relatórios de órgãos públicos (como o TRE, TSE e o CNJ), além de notícias e investigações jornalísticas recentes. Foram considerados casos documentados entre os anos de 2016 e 2024 em municípios com histórico de atuação de organizações criminosas. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, com análise de conteúdo para identificar padrões e consequências da interferência do crime organizado no processo eleitoral. **Resultado:** Os dados revelam que o crime organizado, tem mudado sua área de atuação, não mais restringido ao tráfico de drogas e armas, mas, nos últimos anos, segundo as investigações busca influenciar as eleições municipais principalmente para garantir proteção de suas atividades ilegais e acesso a contratos públicos milionários. Em áreas periféricas e com baixa presença do Estado, milícias e facções controlam o território e impõem restrições a candidaturas opositoras. Outrossim, houve aumento no número de candidatos com vínculos suspeitos com grupos criminosos. Em alguns municípios cearenses, como Santa Quitéria, Choró e Canindé, têm figurado na mídia, onde possivelmente os prefeitos e alguns vereadores eleitos foram financiados pelas facções criminosas. Neste sentido, o voto se torna um ato de risco, pois eleitores são coagidos ou manipulados. Essa atuação compromete a legitimidade das eleições e perpetua ciclos de corrupção e violência. **Conclusão:** Em suma, a interferência do crime organizado nas eleições municipais representa uma grave ameaça à democracia e ao Estado de Direito. É urgente o fortalecimento das instituições eleitorais, o investimento em segurança pública nos períodos eleitorais e a adoção de políticas públicas que reduzam a vulnerabilidade social em regiões dominadas por grupos criminosos. A justiça eleitoral, em parceria com o Ministério Público e as forças de segurança, deve intensificar o monitoramento e a repressão a práticas ilícitas durante o processo eleitoral. Garantir eleições livres e seguras é essencial para a construção de uma sociedade democrática e justa.

Palavras-chave: eleições; crime organizado; democracia.

[972] Acadêmico do oitavo período do Curso de Direito da Faculdade Via Sapiens – FVS
[973] Advogado e Docente do Curso de Direito da Faculdade Via Sapiens - FVS

OS TRÊS NÍVEIS DE SELEÇÃO PELAS CONSEQUÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS EMOÇÕES HUMANAS

Lidiane Alves da Silva[974]
Antônio Neto Gomes Montenegro[975]
Carla Vieira Cardoso[976]

Introdução: As emoções têm um papel fundamental na vida humana, influenciando as interações sociais, decisões e a maneira como nos adaptamos ao ambiente. Para a Análise do Comportamento, as emoções são vistas como padrões comportamentais, incluindo aspectos privados e públicos, que podem ser analisadas à luz dos três níveis de seleção propostos por B.F.Skinner; nível filogenético em que as emoções têm base biológica e são respostas que ajudam na sobrevivência da espécie humana, nível ontogenético em que as emoções são modificadas por aprendizagem operante e, nível cultural em que as emoções são moldadas por práticas culturais e regras sociais. **Objetivos**: O presente trabalho tem como objetivo compreender o papel das emoções sob a perspectiva da Análise do Comportamento, analisando como se manifestam e são moldadas nos três níveis de seleção; filogênese, ontogênese e cultura, destacando sua importância adaptativa, funcional e social. **Metodologia:** O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa teórica qualitativa, baseada em revisão bibliográfica relacionada a artigos clássicos e contemporâneos da Análise do Comportamento com ênfase nos escritos de B.F.Skinner com o intuito de analisar e sintetizar conceitos relacionados as emoções como comportamentos privados que são influenciados pelas contingências e história de reforço do indivíduo, suas funções e seu desenvolvimento nos três níveis de seleção. **Resultados:** A partir da análise teórica realizada, pode-se observar que as emoções quando compreendidas como comportamentos, podem ser analisadas em diferentes contextos. Na filogênese, com valor adaptativo, na ontogênese, como comportamentos moldados por contingências de reforço e punição e, no nível cultural, como respostas reguladas por práticas sociais e regras. Assim, isso possibilita a compreensão mais ampliada sobre a possibilidade de intervenções mais eficazes em contextos clínicos, educacionais e sociais. **Conclusão:** Nesse sentido, conclui-se que a Análise do Comportamento permite olhar de modo mais abrangente para as emoções, considerando suas diversas determinações ao longo da história da espécie, das relações do indivíduo e da cultura. Assim, contribuindo para desmistificar as emoções como fenômenos exclusivamente internos e compreendê-las como comportamentos observáveis e analisáveis, com implicações importantes na atuação do psicólogo.

Palavras-chave: Emoções. Seleção pelas consequências. Análise do comportamento.

.

[974] Discente de Psicologia – Faculdade ViaSapiens - FVS.
[975] Discente de Psicologia – Faculdade ViaSapiens - FVS.
[976] Graduada em Psicologia. Orientadora e Docente em Psicologia – Faculdade ViaSapiens - FVS.

PATOLOGIZAÇÃO DO SOFRIMENTO HUMANO: CONTROLE EMOCIONAL E ALTA DEMANDA SOCIAL

Karina Maria Oliveira da Silva[977]
Naianny Costa Sá[978]
Carla Vieira Cardoso[979]

Introdução: A sociedade neoliberal é marcada pelo avanço crescente da patologização dos sofrimentos humanos, como medo, tristeza e ansiedade — cada vez mais frequentes e convertidos em sintomas clínicos e diagnósticos. Esse cenário está relacionado às exigências de alta performance, à produtividade tóxica e ao controle das emoções, contribuindo para a propagação de discursos que deslegitimam emoções humanas como manifestações naturais e complexas da existência. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo observar de que forma a alta performance e a falta de regulação emocional contribuem para a patologização dos sofrimentos humanos, analisando os impactos do uso indiscriminado de medicamentos na saúde mental. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de artigos acadêmicos e produções científicas que abordam a medicalização dos sofrimentos psíquicos e os efeitos da alta demanda por produtividade, especialmente no contexto da lógica neoliberal. Dentre as referências utilizadas, destaca-se o artigo de Dimenstein, B. B., & Macedo, J. P. (2019), intitulado *"Medicalização do sofrimento psíquico: uma crítica à racionalidade neoliberal na saúde mental"*, publicado na *Revista Psicologia & Sociedade*, que discute como o discurso da produtividade e da performance interfere na construção de diagnósticos e no apagamento dos determinantes sociais do sofrimento humano. A pesquisa buscou compreender os discursos que reduzem experiências subjetivas a quadros clínicos isolados. **Resultados:** A análise dos materiais revisados evidenciou que a lógica neoliberal sustenta e dissemina uma cultura da alta performance, baseada na busca constante por produtividade, eficiência e controle emocional. Essa cultura impõe padrões inatingíveis de sucesso e bem-estar, promovendo a ideia de que qualquer sofrimento ou instabilidade emocional representa fracasso individual ou desvio a ser corrigido clinicamente. Nesse cenário, emoções legítimas como tristeza, raiva, cansaço e frustração são frequentemente patologizadas e tratadas como obstáculos à produtividade, quando, na verdade, são expressões naturais e saudáveis da experiência humana. Os estudos analisados indicam que a lógica neoliberal reforça a ideia da individualização dos sofrimentos mentais, contribuindo para a medicalização de experiências legítimas da vida cotidiana. **Conclusão:** A patologização dos sofrimentos humanos obscurece não apenas os processos de adoecimento mental, mas também fragiliza a capacidade coletiva de reconhecimento e enfrentamento das vulnerabilidades humanas. Diante disso, torna-se necessário ampliar o cuidado em saúde mental com uma abordagem mais humanizada, que valorize a complexidade das experiências e das subjetividades. O enfrentamento dessa problemática exige uma revisão crítica das práticas clínicas e sociais, promovendo saúde a partir da escuta e da valorização da pluralidade da experiência humana. **Palavras-chave:** Saúde mental; Patologização; Produtividade; Medicalização; Sofrimento humano.

[977] Graduada em Pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia, Psicologia da Educação Infantil, Psicologia Positiva e Gestão de Pessoas. Atualmente, graduanda em Psicologia-FVS.
[978] Graduada em Pedagogia e Letras, com pós-graduação em Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia e Gestão Escolar. Atualmente, Atualmente, graduanda em Psicologia da Faculdade Via Sappiens.
[979] Graduada em Ciências Sociais – UVA; Graduada em Psicologia – FLF; Professora do curso de Psicologia da Faculdade ViaSapiens.

DIREITOS DOS CONSUMIDORES NAS COMPRAS PELA INTERNET

Sávio Portela Braga [980]
Maria Thamyres de Sousa Aragão [981]
Jaqueline Dias Gomes [982]
Ana Thaís Rocha Soares [983]

Introdução: Com o avanço da tecnologia, cada vez mais pessoas realizam suas compras pela internet. No entanto, é importante garantir que os direitos dos consumidores sejam respeitados nesse contexto, já que muitos problemas podem ocorrer durante o processo de compras online.**Objetivos** Analisar os direitos dos consumidores nas compras pela internet, bem como, verificar a responsabilidade civil das empresas quando ferem os direitos dos consumidores. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que abrangeu artigos científicos, leis e regulamentações sobre o tema. A abordagem adotada foi qualitativa, com as informações coletadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, visando garantir uma base sólida e atualizada para a investigação. Os dados foram analisados com base em categorias como garantias, prazos de entrega, devolução e cancelamento de compras.**Resultados** A legislação brasileira assegura aos consumidores que realizam compras pela internet os mesmos direitos e garantias daqueles que efetuam compras em lojas físicas. Isso inclui a obrigação das empresas de fornecer informações claras e precisas sobre os produtos e serviços oferecidos, abrangendo aspectos como preços, condições de pagamento, prazos de entrega e políticas de devolução. Um dos direitos mais importantes é o de arrependimento, que permite ao consumidor desistir da compra em até sete dias após o recebimento do produto, sem a necessidade de apresentar justificativa. Além disso, as empresas devem garantir que suas políticas de devolução e cancelamento sejam facilmente acessíveis e compreensíveis. A falta de clareza nessas informações pode levar a confusões e descontentamentos, resultando em penalizações para as empresas que não cumprirem a legislação. É essencial que os consumidores estejam cientes de seus direitos e saibam como reivindicá-los em caso de abusos. **Conclusão**: É importante que os consumidores conheçam seus direitos nas compras pela internet e que as empresas respeitem as leis e regulamentações que protegem os consumidores. As políticas de devolução e cancelamento devem ser claras e acessíveis aos consumidores, assim como as informações sobre garantias e prazos de entrega. As empresas que não respeitam os direitos dos consumidores podem ser penalizadas, e os consumidores devem denunciar eventuais abusos ou violações de seus direitos. Dessa forma, é possível garantir um comércio eletrônico justo e seguro para todos os envolvidos que dele se usufrui.

Palavras-chave: Consumidor. Dados pessoais. Compras pela internet.

[980] Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[981] Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens..
[982] Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens..
[983] Professora de Direito da Faculdade ViaSapiens..

O ATIVISMO JUDICIAL EM DECISÕES SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Matheus Madeira Araujo de Sales[984]
Erika Fernandes Soares[985]
Francisco Roniere da Silva[986]

Introdução: A liberdade de expressão é um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito, sendo protegida pela Constituição Federal como um direito essencial à cidadania e ao pluralismo político. Nos últimos anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem assumido um papel de destaque ao julgar questões que envolvem esse direito, muitas vezes ultrapassando os limites da interpretação tradicional do texto constitucional. Tal atuação é frequentemente identificada como ativismo judicial, caracterizada por uma maior interferência do Poder Judiciário em temas sensíveis, frequentemente de competência do Legislativo. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo analisar criticamente o ativismo judicial em decisões relacionadas à liberdade de expressão, investigando de que maneira essa prática pode comprometer a separação dos poderes e o exercício pleno desse direito. Pretende-se ainda discutir possíveis desequilíbrios institucionais decorrentes da atuação do STF em matérias de forte impacto social e político. **Metodologia:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise de decisões judiciais. Foram consultadas obras de referência no Direito Constitucional, artigos acadêmicos de universidades reconhecidas, como a PUCRS, e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. A metodologia adotada busca integrar fundamentação teórica e análise prática para uma compreensão aprofundada do tema**. Resultados**: Investigação demonstrou que o ativismo judicial tem se intensificado no Brasil especialmente em contextos de inércia legislativa ou de forte polarização política. No caso da liberdade de expressão o STF tem adotado posturas que, embora visem proteger o Estado Democrático, acabam gerando questionamentos sobre eventuais excessos interpretativos e interferências em competências legislativas **Conclusão**: O ativismo judicial, apesar de sugerir como resposta a omissão dos demais poderes, deve respeitar os limites da Constituição e da separação dos poderes. No tocante a liberdade de expressão, qualquer forma de intervenção judicial precisa ser cuidadosa, proporcionalmente e juridicamente fundamentada.

Palavras-chave: Liberdade de expressão; Direitos; Estado Democrático.

[984] Acadêmico de Direito da Faculdade Via Sapiens- FVS.
[985] Acadêmico de Direito da Faculdade Via Sapiens- FVS.
[986] Professor de Direito da Faculdade Via Sapiens- FVS.

JOGOS DE AZAR ONLINE: COMO LIDAR COM A REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL?

Luis Felipe Basilio Lima[987]
José Airton Alcântara Jorge Filho[988]
Raphael Viana[989]

Introdução: O presente resumo aborda a respeito da regulamentação dos jogos de azar online no Brasil. Este tema tem sido discutido significativamente nos últimos anos, refletindo uma mudança nas políticas governamentais em relação a essa prática. Com a crescente popularidade das apostas online, especialmente entre os jovens, o governo brasileiro reconheceu a necessidade de estabelecer um marco legal que não apenas permita a operação dessas plataformas, mas que também garanta a proteção dos consumidores e a arrecadação de tributos. **Objetivos:** Mediante isto, o objetivo dessa pesquisa é promover conhecimento e expressar a revolta gerada pela falta de regulamentação do estatal e amparo aos consumidores deste meio. Visto que apesar de sua recente popularização ainda é visível a negligência para com a proteção dos consumidores quanto para a regularização de tributos de casas de aposta atuantes no Brasil. **Metodologia:** O método utilizado no estudo feito para a elaboração do presente artigo foi através de livros sobre o tema, estudo bibliográfico ,conhecimento popular e legislação em vigor. **Resultados/Discussão:** Diante da pesquisa realizada foi possivel analisar a falta de preocupação e a tamanha insignificância no meio judicial, uma vez que as casas de aposta online atuam sem qualquer fiscalização das autoridades brasileiras, sendo, desta forma irreal as autoridades brasileiras promoverem a devida aplicação do código de defesa do consumidor e a apropriada arrecadação de tributos. **Conclusão:** Perante do que foi exposto, faz-se inequívoco concluir que o meio jurídico ainda é falho no quesito de estabelecer uma devida fiscalização e regulamentação das casas de aposta online no Brasil, visto que o meio digital ainda é carente de normatização e ainda observa-se uma resistência de determinados grupos políticos quando trata-se da criação de normas que visem o controle das casas de aposta no Brasil. O futuro da regulamentação dos jogos de azar online no Brasil parece incerto, mas depende diretamente da implementação eficaz das novas regras e da capacidade do governo em monitorar e regular o setor eficientemente.

Palavras-chave: Apostas, Cassino, Aposta online.

[987] Acadêmico de Direito.
[988] Acadêmico de Direito.
[989] Professor do curso de Direito.

BRONQUIOLITE VIRAL AGUDA: UM OLHAR AMPLIADO PARA AS INTERNAÇÕES E CUSTOS HOSPITALARES

Rebeca Letícia Rodrigues de Araújo[990]

Viviane Neres da Silva[991]

Larissa Nunes de Sousa[992]

Introdução: A bronquiolite viral aguda (BVA) é uma doença respiratória infecciosa causada pelo vírus sincicial respiratório, afetando comumente crianças menores de 2 anos. É uma das principais causas de internações hospitalares no Brasil, principalmente no período do frio. Ademais, estima-se que entre 0,5% a 2% dos lactentes sadios infectados pelo vírus serão hospitalizados, e desses, até 1% necessitarão de cuidados na UTI. **Objetivos:** O objetivo principal do estudo é avaliar a duração média de internações hospitalares por bronquiolite viral aguda (BVA) e os respectivos custos dessas hospitalizações em crianças menores de 5 anos, no contexto dos SUS, e abrangendo cada uma das regiões brasileiras (período de 2012 a 2021). **Metodologia:** Através de estudos secundários, observamos os números de internações nos últimos anos, em conjunto com dados do TABNET-DATASUS para analisarmos o índice de número de internações por região. **Resultados:** O estudo utilizou análises estatísticas para comprovar variáveis independentes, como por exemplo, o período de hospitalização e os seus custos por região, utilizando dados do DATASUS, no período de 2012 a 2021. Além disso, foi observada uma grande diferença no custo médio das internações hospitalares entre as regiões brasileiras. **Conclusão**: O aumento da incidência nos casos de bronquiolite viral aguda mostra que é necessário adotar medidas preventivas para reduzir-se os números de internações. Segundo o estudo, é destacada as regiões Sudeste e Nordeste. Visto que nossa região está em destaque, cabe a nós profissionais ampliar as políticas públicas conscientizando a comunidade através da educação em saúde, e adotando outras medidas cabíveis.

Palavras-chave: Bronquiolite Viral Aguda; Hospitalização; Custos Hospitalares.

[990] Acadêmica de Enfermagem.
[991] Acadêmica de Enfermagem.
[992] Professora de Enfermagem.

A POSSIBILIDADE DE INIMPUTABILIDADE PENAL DE AGENTES PSICOPATAS

Antonio Edgar Filho Lima Carneiro[993]

Melissa Moita[994]

Introdução: A psicopatia, também conhecida como transtorno de personalidade antissocial, levanta relevantes discussões no campo do Direito Penal, sobretudo no que diz respeito à imputabilidade dos indivíduos que apresentam esse diagnóstico. Caracterizada por ausência de empatia, frieza emocional e comportamentos manipuladores e violentos, a psicopatia não afeta, em regra, a capacidade cognitiva do agente, o que dificulta sua inclusão no rol de doenças mentais previstas no artigo 26 do Código Penal Brasileiro. Diante disso, o presente estudo propõe-se a investigar se, e em que medida, o diagnóstico de psicopatia pode justificar a exclusão ou diminuição da culpabilidade penal. **Objetivos:** O objetivo central deste artigo é discutir a possibilidade de reconhecimento da inimputabilidade ou semi-imputabilidade penal de indivíduos psicopatas, à luz do ordenamento jurídico brasileiro. Busca-se ainda compreender como a doutrina e a jurisprudência têm interpretado a condição mental desses agentes diante da prática de delitos graves, especialmente homicídios e crimes violentos. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, com base em doutrina penal, psiquiatria forense, legislação penal e análise de precedentes jurisprudenciais. A abordagem qualitativa visa promover uma reflexão crítica sobre a aplicação do artigo 26 do Código Penal a casos envolvendo transtornos de personalidade. **Resultados:** A análise revelou que a jurisprudência brasileira, em sua maioria, considera os psicopatas penalmente imputáveis, uma vez que esses indivíduos, embora apresentem desvios de comportamento e personalidade, mantêm intactas suas capacidades de entendimento e autodeterminação. No entanto, em alguns julgados, admite-se a semi-imputabilidade, permitindo uma resposta penal diferenciada, especialmente quanto ao regime de cumprimento da pena. A doutrina permanece dividida, oscilando entre a defesa de tratamento penal rigoroso e a proposta de responsabilização mitigada com atenção à periculosidade e à reincidência. **Conclusão:** A psicopatia desafia as categorias tradicionais de imputabilidade penal, pois se trata de uma condição que combina plena consciência dos atos com desvio moral severo. Embora o Código Penal exija ausência de discernimento ou de autodeterminação para afastar a culpabilidade, a gravidade da psicopatia impõe ao sistema jurídico uma reflexão sobre a eficácia e a justiça da pena tradicional nesses casos. A adoção de medidas de segurança ou regimes diferenciados de cumprimento da pena pode representar um caminho intermediário entre a proteção social e a responsabilização penal.

Palavras-chave: Psicopatia. Imputabilidade. Direito Penal. Transtorno de Personalidade. Responsabilidade Criminal.

[993] Acadêmico de Direito da Faculdade ViaSapiens.

[994] Advogada. Especialista em Direito Penal e Criminologia. Mestranda em Direito pela FUNIBER e docente da Faculdade ViaSapiens.

BURNOUT: UM OLHAR PARA O ESGOTAMENTO DO PROFISSIONAL MODERNO

Ana Patrícia Marques da Cruz Fontenele[995]
Luciane dos Santos Jácome[996]

Introdução: Nos últimos tempos, a Síndrome de Burnout tem chamado cada vez mais atenção. É caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização profissional. A intensificação das exigências por produtividade, o uso constante de tecnologias, a competitividade e a sobrecarga emocional tornaram-se elementos recorrentes na rotina de diversos profissionais, favorecendo o crescimento dos casos de Burnout. Esses elementos não apenas contribuem para o adoecimento psíquico, como também impactam diretamente a qualidade das relações interpessoais e o rendimento profissional. **Objetivos:** Diante desse cenário, este estudo propõe uma reflexão sobre o que tem levado tantas pessoas a esse limite e como lidar, de forma prática, e prevenir o Burnout no mundo de hoje, buscando mais equilíbrio e qualidade de vida. **Metodologia:** Para realizar esta pesquisa, foi feita uma revisão bibliográfica com base em materiais científicos recentes, consultando bases como Scielo, PubMed e Google Scholar. Foram considerados artigos publicados entre os anos de 2015 e 2024, com foco em estudos que tratam da síndrome de Burnout no ambiente de trabalho. A pesquisa do conteúdo seguiu uma linha interpretativa, buscando encontrar os padrões nos fatores mais associados ao Burnout e nas estratégias mais mencionadas para enfrentá-lo na rotina diária. **Resultados:** Os estudos analisados evidenciam que o Burnout está intimamente ligado a fatores como sobrecarga de tarefas, ausência de reconhecimento profissional, jornadas excessivas, ambiente de trabalho tóxico e a negligência ao devido suporte emocional. Nas áreas da saúde, educação e segurança pública aparecem entre as mais afetadas. Além disso, os dados destacam que ações preventivas, como ambientes mais saudáveis, iniciativas de bem-estar, suporte psicológico e valorização profissional, têm se mostrado eficazes. **Conclusão**: Através desta pesquisa, é possível identificar os causadores dessa síndrome, o público atingido e as maneiras de lidar com o Burnout. Os dados mostram que cuidar da saúde mental no ambiente de trabalho é uma necessidade real e urgente. Sendo assim, é de extrema importância a valorização do cuidado com a saúde mental, promovendo devidamente o bem-estar a todos.

Palavras-chave: Burnout; Jornadas excessivas; Saúde mental; Esgotamento profissional; Qualidade de vida no trabalho

[995] Acadêmico
[996] Mestre em Economia Rural - UFC; Doutoranda em Economia Rural - UFC; Professora dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia; Membro do NDE dos cursos Administração e Ciências Contábeis.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Bárbara Vitória Leite Moura[997]
Francisco Erinaldo de Lima da Silva[998]
Hugo Victor Teixeira Costa[999]
Raphael Gomes Viana[1000]

Introdução: O presente trabalho visa traçar um paralelo de uma questão de saúde pública, uma vez que afeta mulheres de todas as idades, etnias, estratos sociais, e graus de instrução, que evidenciam a disparidade nas relações de gênero. Logo, a violência é um método de controle que usurpa a liberdade, a autonomia, a dignidade de quem sofre, resultando em uma acentuada redução da autoestima das vítimas que frequentemente faz com que elas disfarcem a situação e não consiga quebrar o ciclo. **Objetivos**: Analisar as causas, consequências e formas de enfrentamento da violência contra a mulher, destacando a importância da conscientização social, da legislação vigente e das políticas públicas na prevenção e no combate a esse tipo de violência. **Metodologia**: No trabalho presente, com o intuito de construirmos uma pesquisa fecunda, revisitamos a legislação brasileira, em específica a Lei Maria da Penha, métodos dedutivos, apontando conclusões já conhecidas e existentes, etapa em que foi reunido a legislação, doutrina, e artigo científico pertinente ao assunto. Em seguida, realizamos uma análise qualitativa dos elementos identificados; em como uma sociedade pressupõe discussão altamente abrangedora em caso do uso da força, diante a legislação brasileira. **Resultados**: Desde a implementação da Lei Maria da Penha, foi registrado um aumento no número de denúncias e na criação de mecanismos de apoio, como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Juizados de Violência Doméstica e Familiar, e centros de acolhimento. Conseguinte, o aumento das denúncias reflete uma maior conscientização da população e das mulheres sobre seus direitos, além de uma mudança no tratamento desses casos pelo judiciário. Conclusão: A luta contra a violência a mulher no Brasil envolve avanços significativos, especialmente com a Lei Maria da Penha. Entretanto, a efetividade dessas normas exige não apenas uma atuação rigorosa do judiciário, mas também uma mudança cultural profunda e recursos adequados para sua implementação. A violência de gênero não é um problema apenas privado; trata-se de uma questão pública que exige a atenção e o compromisso de todos.

Palavras-chave: Violência. Vulnerabilidade. Gênero.Estigma Luta.

[997] Estudante de Bacharelado em Direito - Faculdade Viasapiens.
[998] Estudante de Bacharelado em Direito - Faculdade Viasapiens.
[999] Estudante de Bacharelado em Direito - Faculdade Viasapiens.
[1000] Professor do Curso de Direito.

BULLYING E CYBERBULLYING: IMPACTOS PSICOLOGICOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS E OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA EFETIVAÇÃO DA LEI 14.811/2024.

Joana Darc Fontenelle[1001]
Nayumi Hellen B. da Silva[1002]
Rafaela da Silva Magalhães[1003]
Yure Aguiar[1004]

Introdução:O bullying envolve agressões físicas, verbais e ou psicológicas de forma intencional e repetitiva, geralmente no ambiente escolar, causando sofrimento, e afetando gravemente o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes. Com o avanço das tecnologias e o uso massivo das redes sociais, essa prática ganhou uma nova dimensão: o cyberbullying, que se caracteriza pela intimidação e humilhação no meio digital, potencializando os efeitos negativos e dificultando a identificação dos agressores. O ambiente digital, pela sua velocidade de disseminação, contribui para a amplificação do sofrimento, tornando o cyberbullying ainda mais danoso que o bullying tradicional. Diante do exposto, o Brasil sancionou a Lei nº 14.811/2024, que passou a tipificar o bullying e o cyberbullying como crimes, além de prever sanções e medidas de proteção à infância e à adolescência. **Objetivos:**O desafio está em conciliar a repressão penal com medidas educativas e reparatórias, o máximo o que o infrator receberá é uma advertência, percebemos que a escola não sabe lidar com essas situações, o conselho tutelar tem dificuldades, falamos de despreparo, tanto para os profissionais da educação, quanto para os demais. A responsabilização pode recair sobre os representantes legais dos agressores, a depender da idade, e também sobre a escola, quando comprovada a omissão ou negligência. No caso das redes sociais, discute-se o dever de agir das plataformas diante de denúncias de conteúdo ofensivo, com base na (Lei nº 12.965/2014). **Metodologia:** A pesquisa adota abordagem por meio de revisão em artigos científicos, legislações, livros, estudos da Lei, dados do UNICEF e Ministério da Justiça. Unindo as perspectivas psicológicas, jurídicas e sociais. **Resultados:**Constatou-se que o bullying e o cyberbullying geram efeitos profundos na saúde mental de crianças e adolescentes, como depressão, ansiedade, isolamento e, em casos extremos, ideação suicida. A Lei nº 14.811/2024 representa avanço legislativo ao criminalizar com mais rigor essas condutas, mas ainda enfrenta desafios na responsabilização das plataformas digitais e na aplicação de suas normas. **Conclusão:** O bullying e o cyberbullying representam formas de violência que ultrapassam o ambiente escolar e invadem o espaço íntimo e psicológico das vítimas, trazendo consequências graves e duradouras. No entanto, o combate exige mais do que legislação, exige uma cultura de prevenção, preparo, empatia e responsabilização efetiva, capacitação de todos profissionais, intensificação na responsabilização civil dos agressores e das instituições, atuando como forma de compensar os danos e prevenir novas condutas.

Palavras-chave: Bullying e Cyberbullying; Lei nº 14.811/2024; Responsabilidade Civil.

[1001] Discente do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[1002] Discente do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[1003] Discente do Curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.
[1004] Doscente do curso de Direito da Faculdade ViaSapiens.